

A

HISTORIA Revista da FLUP

IV Série, Volume 3, 2013

R

O

T

S

Título História – Revista da FLUP (IV Série, vol. 3, 2013)

Editor Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)

Diretora Amélia Polónia

Conselho Consultivo Ana Raquel Portugal (U. Estadual Paulista), António de Oliveira (U. Coimbra), António Manuel Hespanha (U. Nova de Lisboa), António Nóvoa (U. Lisboa), Charles Esdaile (U. Liverpool), Fernando Catroga (U. Coimbra), Fernando Rosas (U. Nova de Lisboa), Francisco O. Ramirez (U. Stanford), Gérard Lebouedec (U. Bretagne Sud), Hartmut Kaelble (U. Humboldt), Jean-Pierre Didieu (CNRS), José Varela Ortega (U. Rey Juan Carlos), Maria Helena da Cruz Coelho (U. Coimbra), Miguel Angel Ladero Quesada (U. Complutense de Madrid), Mónica Ribeiro de Oliveira (U. Federal de Juiz de Fora), Pieter Emmer (U. Leiden), Richard Unger (U. British Columbia), Sérgio Campos Matos (U. Lisboa), Sylvia April (U. Lille 3)

Comissão Editorial Cláudia Pinto Ribeiro, Jorge Martins Ribeiro, Luís Grosso Correia, Luís Miguel Duarte, Maria Antonieta Cruz

Avaliadores do presente número Ana Isabel Buescu (FCSH-UNL), Ana Isabel Madeira (IE-UL), Ana Isabel Queiroz (FCSH-UNL), Ângela Domingues (IICT), António Cardoso (FLUP), Cláudia Castelo (IICT), Cristina Joanaz de Melo (FCSH-UNL), Helder Fonseca (U. Évora), Jorge Fernandes Alves (FLUP), José Augusto Pizarro (FLUP), La-Salette Coelho (ESE-IPVC), Luís Alberto Marques Alves (FLUP), Margarida Sobral Neto (FLUC), Maria Teresa Pinto Coelho (FCSH-UNL), Paula Pinto Costa (FLUP), Toshiaki Tamaki (Sanjay U. Kyoto)

Secretariado Ana Paula Soares (Biblioteca Central da FLUP)

Contactos

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Via Panorâmica, s/n
4150-564 Porto
Portugal

Telefone 22 607 71 00
Tele/fax 22 600 38 25

E-mail: revista.historia@letras.up.pt

Webpage: <http://ler.letras.up.pt/revistasdaflup/historia>

Execução Gráfica: Gráfica Firmeza, Lda.

Capa: Pedro Lima | pedrolima.com

Tiragem: 250 exemplares
ISSN: 0871-164X
D.L.: 19791/88

Dezembro | 2013

Revista com arbitragem científica

HISTÓRIA

Revista da FLUP

IV Série, Volume 3, 2013

Apresentação	5	Apresentação
--------------	---	--------------

Dossier Temático

Vinicius Pires	9	Uma breve análise acerca da atuação interétnica dos indígenas da costa brasileira sob a pena de viajantes europeus (1500-1627)
Gisele Cristina da Conceição e Christian Fausto Moraes dos Santos	29	Quando Ameijoas eram “como” Leriúçus: identificação de espécies de peixes e crustáceos pelos colonizadores na América portuguesa do século XVI
Luís Manuel Neves Costa	41	Conhecer para Ocupar. Ocupar para Dominar. Ocupação Científica do Ultramar e Estado Novo
Luísa Marroni	59	“Portugal não é um país pequeno”. A lição de colonialismo na Exposição Colonial do Porto de 1934.
Sandro Motta Campos	79	A Manifestação da Alteridade no Discurso Colonialista Português e no Ensino Liceal (1954-1974)
Fara Caetano	97	Cooperação Portugal - Guiné-Bissau: os projetos portugueses no sistema educativo guineense

Outros Estudos

Marco Oliveira Borges	123	Em torno da preparação do cerco de Lisboa (1147) e de uma possível estratégia marítima pensada por D. Afonso Henriques
José D’Assunção Barros	145	A <i>Operação Genealógica</i> - considerações sobre as implicações histórico-sociais das genealogias, a partir do exame dos livros de linhagens (séc. XIII-XIV)
Filipe Salis	167	A planta da Rua Nova de São João da Coleção de Nussane
Per A. Nilsson	183	Expectations and experiences of temporarily studying abroad
	199	Recensões bibliográficas
	215	Notícias de Projetos
	227	DHEPI - Pós-graduações (2011-2012)
	345	Notas biográficas de autores

Apresentação

É agora publicado o n.º 3 da IV Série de *História – Revista da FLUP*, relativo ao ano de 2013. Este é mais um número de uma revista que conheceu, desde 1970, quatro séries, as quais refletem outros tantos programas editoriais. Este facto revela, por si só, uma preocupação de adaptação e de evolução de estratégias editoriais e de orientações científicas. As mesmas que informam o Departamento em que a revista tem sede editorial: o DHEPI – Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais. A sua designação evidencia, no seio da Faculdade de Letras e da Universidade do Porto, opções que se orientam para o cruzamento de saberes, alicerçados numa área científica nuclear – a História.

Os cursos de pós-graduação que o DHEPI acolhe evidenciam um rumo de interdisciplinaridade e de cooperação – pedagógica, científica e institucional, com outros departamentos e unidades de investigação, que de igual modo se reflete em *História – Revista da FLUP*. O presente número retrata isso mesmo, ao propor, como tópico central, o tema *Da Colonização à Cooperação*.

Nos últimos anos, os estudos coloniais têm sido marcados por uma considerável renovação, de que se crê este número temático dá conta. Tomando como universo de estudo o caso português, mas não dispensando uma dimensão comparativa, a Revista pretendeu acolher estudos que documentassem dinâmicas coloniais, mas que incluíssem também experiências de cooperação, passíveis de estabelecer nexos entre espaços ligados, no passado, por experiências de confronto.

Ainda que os processos de colonização tenham sido vistos, de forma maioritária, a partir da análise de mecanismos de imposição, e a partir da perspetiva dos colonizadores, nomeadamente os europeus, tendências historiográficas recentes têm evidenciado o papel de dinâmicas de cooperação, formais e informais, entre poderes e agentes individuais tradicionalmente situados, de forma dicotómica, como pertencentes a universos não comunicantes. Interculturalidade, multiculturalismo, redes de cooperação, transversalidade e transferência de saberes, e de culturas, materiais e imateriais, fazem parte de uma análise teórica que foca agora a mesma realidade sob diferentes prismas analíticos.

O presente número abre campo de debate para estas novas teorias que, analisando os processos históricos como sistemas dinâmicos, abertos, complexos, não lineares, introduzem na análise histórica perspetivas teóricas que tendem a rever e a alargar leituras já consagradas.

A revista apelou, para tal, à submissão de reflexões teóricas, ensaios, estudos de caso ou trabalhos académicos apresentados, sob a forma de dissertações de mestrado ou de doutoramento, em universidades portuguesas ou estrangeiras. O resultado foi um conjunto de artigos que vão da análise das relações interétnicas entre europeus e indígenas brasileiros nos primórdios da colonização; ao estudos dos processos de adaptação e de transformação de saberes e de categorias de compreensão próprias de velhas ciências (a dos europeus) a novas realidades (a dos novos mundos); a questões de alteridade e suas representações discursivas; à análise de programas de cooperação internacional.

Para além do dossier temático, *História* oferece Outros Estudos, a par de recensões bibliográficas; resumos de provas académicas concluídas em 2012 no âmbito dos cursos de

mestrado e doutoramento do DHEPI, e notícias de eventos. Este número veicula ainda informações relativas a projetos em curso, desta feita orientados para a cooperação internacional.

Deve destacar-se a abertura da revista a colaborações de jovens investigadores ou de estudiosos provindos de outras áreas do saber. Neste sentido, a Revista continua a constituir um espaço aberto de diálogo geracional e disciplinar.

A publicação de mais este número de *História – Revista da FLUP* deve muito a uma pluralidade de colaborações, em particular ao esforço da Comissão Editorial que se envolveu ativamente na respetiva edição, bem como dos serviços de publicação da Biblioteca Central da FLUP, a quem cumpre agradecer. Na ausência de um corpo editorial devotado em exclusivo à sua edição, cada número reflete e implica um significativo esforço de comprometimento pessoal e institucional que importa sublinhar.

A Diretora da Revista
Presidente do DHEPI

Amélia Polónia

Dossier Temático

Vinicius Pires*

Uma breve análise acerca da atuação interétnica dos indígenas da costa brasileira sob a pena de viajantes europeus (1500-1627)

R E S U M O

Nosso objetivo consiste em mapear alguns relatos de viajantes que se dedicaram a apresentar e narrar os indígenas da costa brasileira e seus costumes para o público europeu. Ademais, procuramos evidenciar que as relações estabelecidas entre os nativos e os brancos também foram pautadas pelos interesses, vontades e acordos propostos pelos indígenas. Assim, somos levados a repensar a inclusão desses índios na história colonial brasileira não mais como vítimas apáticas e desprovidas de anseios, mas sim como sujeitos que produziram e viveram suas próprias histórias. Os documentos aos quais fazemos referência foram produzidos de meados do século XVI, mais especificamente a partir de 1549, o ano da chegada dos jesuítas na jovem colônia portuguesa, até 1615, quando o projeto francês que visava instalar uma colônia no litoral maranhense, a França Equinocial, foi desfeito.

Palavras-chave: Brasil; Indígenas; Narrativas Coloniais; Contatos Interétnicos.

A B S T R A C T

Our goal is to map a few reports made by travelers who devoted themselves to presenting and describing the native inhabitants of the Brazilian coast and their habits to the Europeans. Moreover, we expose the fact that the relationships established between the native and foreign people were also motivated by the interests, desires, and arguments presented by the indigenous Brazilians. Thus, we are led to reconsider the inclusion of these natives in the Brazilian colonial history no longer as listless and wishless victims, but now as the subject and creators of their own stories. The documents used as our reference were produced in the mid-16th century, specifically from the year 1549, when the Jesuits first set foot in the new Portuguese colony, to 1615, when the French project that aimed at establishing a colony in the coast of Maranhão, the Equinoctial France, was canceled.

Keywords: Brazil; Indigenous Brazilian People; Colonial Narratives; Interethnic Contacts.

1. Alguns apontamentos teóricos

Refletir acerca da posição dos índios na História implica ponderar algumas questões teórico-metodológicas da própria História e também da Antropologia que, possivelmente, exerceram amplo alcance sobre o desinteresse dos historiadores pelo tema e a quase inexistência de perspectivas interdisciplinares em sua problematização. Por muito tempo, Antropologia e História caminharam distantes e fechadas, em posições e áreas de atuação reduzidas. Nas obras

*A organização social dos Tupinambá*¹, escrita em 1947, e *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*², escrita em 1951, o sociólogo Florestan Fernandes não atentou para as constantes e profundas mudanças que os tupinambá vivenciaram durante os primeiros contatos com o branco, o que transformou a dinâmica social e cultural de tal sociedade; logo, o autor desconsiderou os aspectos etno-históricos dessas mudanças. Em sua abordagem funcionalista³, o desenvolvimento histórico é realizado unicamente pela ação dos europeus.

Além disso, neste período, os indígenas e suas esferas culturais “puras” eram assuntos exclusivos dos sociólogos e dos antropólogos e, no aporte teórico assimilacionista⁴ que prevalecia na antropologia, os nativos incorporados à colonização eram tidos como “aculturados”, vítimas de um sistema que ao integrá-los iniciava uma sucessão de descaracterizações étnicas e de perdas culturais progressivas e irreparáveis, deixando de representar, portanto, uma categoria social específica digna de análise e indagações por parte dos historiadores. Até então, para a historiografia brasileira, os índios constituíam um grupo social merecedor de destaque apenas no período pré-colonial e, por isso, eram objeto investigativo dos antropólogos.⁵

A partir do século XIX, com poucas exceções,⁶ os índios aparecem inexpressivamente em nossa história, onde, participam como sujeitos coadjuvantes, sempre reagindo aos estímulos externos impostos pelos europeus. As distinções culturais, bem como as especificidades das diferentes formas de contato estabelecidas entre os colonizadores e os vários grupos étnicos indígenas eram desconsideradas, sendo reduzidas a uma simples classificação binominal: tupi e tapuia. Criaram-se categorias genéricas em substituição aos aimoré, tupiniquim, guarani e outras tantas etnias que reagiram ao contato com os brancos de maneira específica, almejando também benefícios e vantagens, em convergência com suas próprias culturas, organizações

* Licenciado em História e mestre em História e Cultura Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP.

¹ Florestan Fernandes, *A organização social dos Tupinambá* (São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963).

² Florestan Fernandes, *A função social da guerra na sociedade Tupinambá* (São Paulo: Livraria Pioneira e EdUSP, 1970).

³ A função é considerada a contribuição que um elemento cultural presta para perpetuar um conjunto de componentes sócio-culturais. Geralmente, a função total pode ser decomposta em funções particulares, relacionadas à satisfação de necessidades concretas do grupo. O funcionalismo é considerado a tendência que ressalta a função dos elementos culturais em detrimento de suas formas. Dois tipos de funcionalismo podem ser considerados nas Ciências Sociais: o estrutural e o cultural. O primeiro tipo considera a função identificada com a própria estrutura social, e o segundo, em sua realização dentro da cultura como concretização de necessidades orgânicas totalizadas na vida em sociedade. *Dicionário de Sociologia* (1.º ed., Porto Alegre: Editora Globo, 1963), 145.

⁴ A assimilação é considerada o conjunto das mudanças de ordem psíquica a que estão sujeitas as pessoas que se transferem de uma determinada sociedade para outra, culturalmente diversa. Praticamente, essas mudanças consistem na obliteração, substituição e modificação de hábitos (modos de sentir, pensar e agir) anteriormente adquiridos. A assimilação compreende traços que a pessoa humana adquire em interação com seus semelhantes. *Ibidem*, 34.

⁵ Maria Regina Celestino de Almeida, “Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: novos súditos cristãos do Império Português” (Diss. Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2000), 12.

⁶ Ao relacionar conhecimentos históricos e etnográficos, Capistrano de Abreu, por exemplo, incrementou algumas proposições elaboradas por Varnhagen. Sobre o assunto, consultar Marta Rosa Amoroso, “Capistrano de Abreu e os índios” in *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*, org. Elisa Pereira Reis; Maria Hermínia Tavares de Almeida; Peter Fry (São Paulo: HUCITEC e ANPOCS, 1996), 174-196.

sociais e prioridades que igualmente modificavam-se no transcorrer do processo histórico. Ademais, os indígenas costumavam aparecer na história apenas em situações de embate e, logo que vencidos, desapareciam dela. Dessa maneira, os tamoio e os goitacá eram considerados índios bravos e valentes, mas quando perdiam a guerra, eram consumidos pelo sistema colonial na posição de vítimas indefesas e “aculturavam-se”. Em outras palavras, deixavam de ser índios, saíam da história e passavam a compor uma camada desprovida de ação sob a tutela das intenções de colonos, missionários e até mesmo de viajantes.

Entretanto, como produto das pesquisas atuais,⁷ observa-se a gênese de estudos históricos e antropológicos nos quais os indígenas manifestam-se como sujeitos ativos dentro dos processos de colonização, (re)agindo de variadas maneiras e movimentando as oportunidades aos seus alcances para conquistarem seus objetivos. Trabalhos etno-históricos possibilitam cada vez mais entendimento sobre as relações de contato entre as duas culturas amplamente distintas e mostram que muitas ocasiões foram possíveis e desabrocharam a partir dos benefícios buscados pelos próprios índios. Documentos de época, como por exemplo, relatos de religiosos e de viajantes, são reinterpretados e, dessa forma, elucidam toda a complexidade das interações de alteridade.

Nesse sentido, a constatação feita pelo francês Serge Gruzinski é válida, pois longe das visões dualistas que costumam opor o Ocidente aos outros, os colonizadores aos índios e os vencedores aos vencidos, os documentos constroem paisagens misturadas, muitas vezes surpreendentes e sempre imprevisíveis.⁸ Além disso, a historiadora Eliane Fleck, especialista em populações indígenas e missões religiosas na América Latina, pontuou que as narrativas que dissertam acerca das cenas de contato ou de interação habitual entre europeus e os habitantes do Brasil, não apenas apresentam o clássico encontro entre “civilização” e “barbárie” para definir a fronteira colonial, mas indicam processos combinados de resistência, adaptação, transformação e criação que conferiram peculiaridade e singularidade ao processo por eles vivenciado.⁹

Partindo dessas considerações, o conceito de “aculturação” transforma-se completamente e, ao invés de opor-se à resistência, passa a aceitá-la e a desenvolver-se junto com ela. Aliás, existiram diversas maneiras do que podemos chamar de “resistência adaptativa”, através das quais os indígenas encontraram formas de sobreviver e de garantir melhores condições de vida na nova situação em que se viam inseridos, uma vez que colaborar com os não-índios e tornar-se parte integrante da colonização pode ser considerado um sinônimo de resistir.¹⁰

⁷ Sobre as contribuições da etno-história como aporte teórico nos estudos acerca das populações indígenas americanas e brasileiras, consultar Ana Raquel Portugal, “Contribuciones de la etnohistoria para la comprensión de la reciprocidad incaica y guarani”, *Sequillo* (vol. 8, 1995), 43-59; Thiago Leandro Vieira Cavalcante, “Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa”, *História* (vol. 30, 2011), 349-371 (disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742011000100017 – consultada em 05/10/2010).

⁸ Serge Gruzinski, *O pensamento mestiço* (São Paulo: Companhia das Letras, 2001), 50.

⁹ Eliane Cristina Deckmann Fleck, “Estados de paz e estados de guerra: negociação e conflito na América portuguesa (séculos XVI e XVII)”, *Revista Projeto História* (vol. 31, 2005), 314.

¹⁰ Steve Stern, *Resistance, rebellion and consciousness in the Andean peasant world: 18th to 20th Centuries* (Madison: University of Wisconsin Press, 1987), 52.

Utilizando-se de um arcabouço histórico-antropológico, a linguista canadense Mary Pratt destacou que se as etnias subjogadas não podem controlar facilmente aquilo que emana da cultura dominante, elas efetivamente definem, em graus variáveis, o que absorvem em sua própria cultura e no que o utilizam. Além disso, pensar a aproximação intercultural como um “fenômeno da zona de contato”¹¹, nos leva a conceber que os sujeitos são paulatinamente constituídos nas e pelas suas relações uns com os outros, compreendendo-as não em termo de isolamento ou segregação, mas em termos da presença comum, interação, entendimentos e práticas integradas, o que possibilita a formação de uma “cultura de contato”¹², que atua como intermediadora, tanto nas vinculações desiguais e conflituosas, como nas situações que envolvem cooperação e cumplicidade.

Acerca da cooperação, a historiadora Amélia Polónia, principal pesquisadora portuguesa acerca do assunto, entende este conceito, dentre tantas outras possibilidades para a sua utilização, como a complementação entre duas culturas para sustentar as relações colaborativas entre ambas, assim, a utilização do conhecimento indígena pelos europeus, por exemplo, pode ser entendida como uma forma de cooperação social, pois envolve trocas culturais e não apenas a sobreposição de uma cultura sobre outra. Ao contrário do que aponta a historiografia tradicional europeia e brasileira¹³ que se estabeleceu em estudos centrados sobre os aspectos políticos, militares e econômicos das Coroas e dos poderes centrais europeus – os Estados – da Época Moderna, esta abordagem considera que os indivíduos e os grupos de indivíduos, muito mais do que as instâncias do poder central, participaram intensamente na construção das dinâmicas dos impérios coloniais e marítimos. Os trabalhos acerca do expansionismo europeu,¹⁴ balizados por esta concepção teórico-metodológica, apresentam uma perspectiva micro-analítica de análise sobre os estudos locais, apontando diferentes práticas, estratégias distintas e diferentes agentes conhecidos pelo poder central. Além disso, essa perspectiva aparece mais como um complemento do que como um contraponto em relação aos estudos tradicionalmente embasados na projeção externa do expansionismo.¹⁵

Seguindo essas premissas, Polónia chamou a atenção para os agentes anônimos, dinâmicas coletivas e informais, orientadas pelo improviso, pela adaptabilidade e novas circunstâncias e contextos, atuando frequentemente em franjas periféricas e, por isso, menos controladas pelo poder central. Preenchendo lacunas que este deixa em aberto, por incapacidade de resposta, por escassez de recursos, ou por estratégias deliberadas, estas redes emergem e dão espaço à novas lógicas e dinâmicas complexas. O protagonismo conferido aos agentes

¹¹ Mary Louise Pratt, *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação* (Bauru: EdUSC, 1999), 30.

¹² *Ibidem*, 32.

¹³ Sobre o assunto, consultar, por exemplo, Cecília Maria Westphalen, *Carlos Quinto: seu império universal: 1500-1558* (Curitiba: Editora Curitiba, 1955).

¹⁴ Sobre o assunto, consultar António Manuel Hespanha, “Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime” in *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime: colectânea de textos*, dir. António Manuel Hespanha (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984) 7-89; Luís Filipe Silvério Lima, “Os nomes do Império no século XVII em Portugal” in *Facetas do Império na História. Atas do seminário, Porto Alegre, 06 a 10 Novembro 2006* (Porto Alegre: Universidade Federal do Paraná, vol. 1, 2006), 1-11 (disponível em <http://people.ufpr.br/~andreadore/lfslima.pdf> – consultada em 16/08/2010).

¹⁵ Amélia Polónia, *Redes informais e mecanismos de cooperação na Época Moderna: quadro teórico e contributos epistemológicos aplicados ao espaço colonial português* (disponível em <http://dyncoopnet-pt.org/working-papers/26-redes-informais-e-mecanismos-de-cooperacao-na-epoca-moderna> – consultada em 29/07/2010), 2.

individuais e às redes auto-organizadas, de constituição, atuação e normatividade diversas das oficiais ganha, nesta linha de revisão historiográfica, acrescida importância.¹⁶ Além da relevância conferida aos agentes individuais e às redes informais e auto-organizadas, os estudos do DynCoopNet¹⁷ também apresentam a tese de que, no período de tempo em análise, existiu uma cooperação amplamente difundida que ultrapassava as fronteiras territoriais e políticas, que articulava os espaços coloniais, que ignorava rivalidades e criava uma teia de comunicações e transferências que sustentou todo o processo de globalização. Podemos citar, como exemplos dessas dinâmicas, as redes mercantis formadas por indígenas, franceses e degredados no litoral brasileiro; as redes de comércio onde atuavam os cristãos-novos em diversos espaços ultramarinos europeus, como a África, a Índia e o Brasil; as redes de tráfico de escravos que conectavam diversas alteridades coloniais e também as redes inter-confessionais, das quais faziam parte agentes de diversas concepções religiosas, mas que atuavam como cooperantes e parceiros em redes de negócios.¹⁸

Para melhor situar a importância da cooperação como objeto de estudo, Polónia ressaltou que ela foi recentemente catalogada como um dos três componentes nucleares da evolução, juntamente com a seleção e com a mutação. Autores clássicos como Darwin e Rousseau dedicaram-se a pensar e desdobrar problemas que estavam relacionados à cooperação. Hoje, além da biologia, da antropologia, da física, da economia e da matemática, os processos cooperativos vêm avançando sobre os domínios disciplinares da História, pois a escolha do estudo da cooperação implica o conhecimento de uma pluralidade de metodologias e conceitos, dado o seu carácter multidisciplinar.

Uma das definições que melhor traduz a ideia de cooperação em circuitos sociais baseia-se na dependência entre as duas partes para sustentar a ideia de que a colaboração entre ambas, cada uma com as suas motivações específicas, só é possível porque sozinhas não produzirão benefícios tão alargados.¹⁹ Aceitando esta definição de cooperação, devemos entendê-la como um trabalho comum entre indivíduos com objetivos mutuamente acordados e em que o seu sucesso é dependente do dos outros; é um tipo de interação orientada para um objetivo comum, através de determinada estratégia, num momento específico. É uma rede de custos e benefícios, crenças e motivações. As “redes”, por sua vez, apresentam modelos de estudo, úteis para a História, criados pela sociologia e pela economia. Porém, ao contrário das tradicionais perspectivas da sociologia, as novas abordagens de análise entendem o sistema que o indivíduo está inserido como o resultado das redes complexas que afloram entre os agentes. Assim sendo, os sistemas não estão pré-definidos, mas são constantemente definidos e redefinidos pelas

¹⁶ *Ibidem*, 4.

¹⁷ Dynamic Complexity of Cooperation-Based Self-Organizing Networks in the First Global Age (DynCoopNet) é um CRP (Cooperative Research Project) do TECT (The Evolution of Cooperation and Trading), um programa do EUROCORES (European Collaborative Research Scheme), aprovado pela ESF (European Science Foundation) e fundado pelas seguintes agências nacionais: FCT em Portugal, MEC na Espanha e NSF nos Estados Unidos. A pesquisa realiza o exame da evolução dos comportamentos cooperativos na Primeira Idade Global (1400-1800) visando produzir novos conhecimentos teóricos acerca do dinâmico e complexo sistema de cooperação.

¹⁸ *Idem*, 3.

¹⁹ Ana Sofia Ribeiro, *Mecanismos e critérios de cooperação em redes mercantis na segunda metade do século XVI: a rede de Simon Ruiz (1553-1597)* (disponível em <http://www.dyncoopnet.org/images/papers/mecanismos-e-criterios-de-cooperacao-em-redes-mercantis-na-segunda-metade-do-seculo-xvi.pdf> – consultada em 29/07/2010), 5.

ligações entre os sujeitos. Motivos e crenças individuais formam a base da cooperação, são eles que permitem certo equilíbrio na ação dos indivíduos e mantêm o princípio de que a cooperação é um jogo em que o benefício de cada parte cooperante terá de ser maior do que o custo dessa ação para cada uma delas.²⁰ Assim, a cooperação é promovida pelos sistemas humanos de crenças e valores, tal como a cooperação é uma vantagem de adaptação à vida em sociedade, conseguindo o benefício individual em simultâneo com o benefício do grupo, tornando-se intergrupar. Com isto, é nos termos deste novo modelo, que toma o indivíduo como objeto primário de estudo, e a partir dele tenta definir as redes e compreender os sistemas, que nos situamos do ponto de vista teórico.²¹ Direcionada ao campo dos questionamentos coloniais, a análise dessas redes entre os agentes, colocada numa escala inter-continental e inter-cultural, sugere ao historiador não apenas novos enfoques de estudo, mas também sugere adotar novas metodologias de trabalho.²²

Somente considerando esses pontos passaremos a reconhecer e a valorizar os processos interativos entre as esferas culturais que se esbarraram e se entrelaçaram no espaço colonial, comumente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação,²³ e que, habitualmente, são desconsiderados nas leituras dos relatos que versam sobre a conquista do Novo Mundo. Embora os momentos de coerção tenham existido, o antropólogo Carlos Fausto salientou que a colonização, mesmo com toda violência física e psicológica que ela engendrou, não excluiu processos de reconstrução e recriação culturais conduzidos pelos povos índios e, além disso, o autor considera que é um erro comum crer que a história da conquista significa, para os indígenas, uma sucessão linear de perdas em vidas, terras e distintividade cultural.²⁴

Seguindo as mesmas linhas de pensamento, o também antropólogo John Manuel Monteiro admitiu que não se deve negligenciar que as sociedades nativas sofreram reveses monumentais diante do impacto do encontro.²⁵ Contudo, o autor nos alerta que seria mais uma injustiça reduzir essa experiência à simples caracterização das sociedades nativas como vítimas da crueldade dos brancos, pois esta perspectiva camufla os múltiplos processos históricos de questionamento, negação e reelaboração das identidades indígenas.²⁶ Iguamente nessa direção, a etnóloga Tânia Stolze Lima e o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, embasados nas correntes mais recentes da etno-historiografia, procuraram construir uma história sensível e humana, buscando compreender como os coletivos indígenas, em determinado contexto sócio-

²⁰ *Ibidem*, 3.

²¹ Amélia Polónia, *Redes informais e mecanismos de cooperação na Época Moderna: quadro teórico e contributos epistemológicos aplicados ao espaço colonial português*, 4.

²² Essas reflexões, abordadas de maneira mais detalhada, encontram-se no site do projeto DynCoopNet de Portugal, coordenado pela professora doutora e pesquisadora Amélia Polónia (disponível em <http://dyncoopnet-pt.org/> – consultado em 29/07/2010).

²³ Mary Louise Pratt, *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*, 27.

²⁴ Carlos Fausto, *Inimigos fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia* (São Paulo: EdUSP, 2001), 57.

²⁵ John Manuel Monteiro, “Armas e armadilhas” in *A outra margem do ocidente*, org. Aduino Novaes (São Paulo: Companhia das Letras, 1999), 237.

²⁶ *Ibidem*, 238. Sobre o assunto, consultar também Carlos Fausto; John Manuel Monteiro, *Tempos índios: histórias e narrativas do Novo Mundo* (disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/HS18-09textos/JMMEtnocidio.pdf> – consultada em 02/12/2011).

histórico, estruturaram o mundo ao seu redor de maneira que são essencialmente significativos para eles.²⁷

Depois de considerar essas passagens, percebemos os esforços teórico-metodológicos de estudiosos, tanto da história como da antropologia, em firmar que as relações estabelecidas entre índios e europeus também foram pautadas pelos interesses, vontades e acordos propostos pelos indígenas. Através dessas novas perspectivas críticas de análise, somos levados a repensar a inclusão desses nativos na história colonial do Brasil não mais como vítimas apáticas e desprovidas de anseios, mas sim como sujeitos que produzem e vivem suas próprias histórias.

2. Os interesses, as alianças e os acordos, de guerra ou de paz, entre os índios e os não-índios

Em seu livro *Inimigos fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia*, Carlos Fausto criticou de maneira incisiva as interpretações que descrevem as sociedades ameríndias ora como violentas, ora como grupos inertes inseridos na colonização branca. Para o antropólogo, a guerra indígena é uma atividade social direcionada ao exterior, que busca a recuperação do inimigo e de suas subjetividades para que se possa consumir sua diferença.²⁸ Contudo, o autor ressalta o empecilho de refletir essas questões no “terreno pantanoso” da relação interétnica, seja no presente, seja no passado, visto que existe um contrassenso no processo de apropriação dos recursos, tanto simbólicos quanto materiais, dos outros com o objetivo de confrontá-los. Não se faz isso sem transformar-se e, em certo sentido, tornar-se outro.²⁹

Ainda refletindo sobre as relações interculturais, podemos fazer referência à abertura estrutural dos ameríndios ao *Outro*,³⁰ proposta pelo francês Claude Lévi-Strauss, como um movimento essencial e intenso próprio dos nativos que buscava uma possível aproximação com diferentes sociedades, indígenas ou não, pois o outro não era apenas pensável, mas indispensável para eles.³¹ Celestino de Almeida, utilizando como recorte espacial os aldeamentos indígenas no Rio de Janeiro colonial, locais privilegiados para pensar as múltiplas relações entre índios e não-índios no período, os analisa sob a ótica da etno-história, ou seja, leva em consideração os interesses e objetivos dos índios, principalmente quando estes, graças à abertura cultural, entram em contato com os europeus através das alianças ou das constantes guerras que afloravam entre esses antagônicos agentes culturais, uma vez que a autora corrobora a concepção da “abertura ao Outro” elaborada por Lévi-Strauss. Para ela, na condição de aliados ou de inimigos, os brancos integravam-se nas relações entre as tribos dos numerosos grupos

²⁷ Eduardo Viveiros de Castro; Tânia Stolze Lima, *Transformações indígenas: os regimes de subjetivação ameríndios à prova da história* (disponível em <http://pt.scribd.com/doc/34784794/TRANSFORMACOES-INDIGENAS-os-regimes-de-subjetivacao-amerindios-a-prova-da-historia> – consultada em 12/04/2009), 68.

²⁸ Carlos Fausto, *Inimigos fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia*, 329.

²⁹ *Ibidem*, 146.

³⁰ Claude Lévi-Strauss, *A história do linco* (São Paulo: Companhia das Letras, 1991), 16.

³¹ Eduardo Viveiros de Castro, *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia* (São Paulo: Cosac Naify, 2011), 26.

tupi, para que, junto com elas, prosseguissem suas tradições e construíssem etnicidades no contexto da colonização.³²

Apesar das ressalvas feitas no início deste capítulo, *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*, a obra mais conhecida de Florestan Fernandes, foi importante por realizar, de maneira pioneira, os estudos e a sistematização das fontes referentes aos grupos tupi do Brasil. No decorrer de seu trabalho, o sociólogo versou sobre as atividades guerreiras e sobre o que tem sido reconhecido simbolicamente como a “dispersão” das sociedades nativas costeiras, pois a guerra sempre ocorreu segundo uma espécie de necessidade vital de conquista de novos espaços naturais, reconhecidos como mais bem dotados em recursos ecológicos. Estudos recentes na área antropológica têm reforçado essas constatações.³³ Em *A organização social dos Tupinambá*, Fernandes também apresentou pioneirismo quando tratou das atividades guerreiras e do sentimento de vingança que permeavam o cotidiano dos nativos. A guerra servia para que os conflitos se mantivessem intensos, assim como a memória de afrontas passadas e também a ritualização incessante da vingança. A guerra, desse modo, seria a própria medida do tempo nas sociedades tupis, conferindo dinâmica ao conjunto de suas práticas. Logo, a guerra era de extrema importância para esta sociedade tribal, pois era ela que dava sentido e coesão social às aldeias. Para tanto, os inimigos também faziam-se indispensáveis para a continuidade do grupo, ou melhor, nas palavras de Carneiro da Cunha e de Viveiros de Castro, a sociedade tupi existe em si por intermédio do inimigo.³⁴ Além disso, as atividades guerreiras intertribais eram motivadas pelo sentimento e pelo ritual da vingança, que culminavam nas cerimônias antropofágicas. Todos participavam da celebração para estreitar os laços entre as tribos aliadas e garantir a continuidade do ódio para com as tribos inimigas. Portanto, é graças à memória da vingança e ao inimigo que a sociedade tupi existe. Isto fica evidente na afirmativa de Tion, cacique dos tabajara:

[...] se eu quisesse comer os inimigos, não ficaria um só, porém conservei-os para satisfazer minha vontade, uns após outros, entreter meu apetite, e exercitar diariamente minha gente na guerra; e de que serviria matá-los todos duma só vez quando não havia quem os comesse? Além disso não tendo minha gente com quem bater-se desuniriam e separar-se-iam.³⁵

Perplexo, o senhor de engenho Ambrósio Fernandes Brandão, ao relatar uma curiosa situação, chegou à conclusão de que os índios do Brasil preferiam a guerra à catequese e ao evangelho ofertados pelos lusos:

[...] os Padres da Companhia ensinaram um destes índios, por sentirem nele habilidade, a ler e a escrever, canto e latinidade, e ainda algum pouco das artes, mostrando-se ele em tudo muito ágil

³² Maria Regina Celestino de Almeida, *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003), 267-281.

³³ Sobre a problematização destas migrações aliadas à ideia do profetismo tupi da Terra sem Mal, consultar Cristina Pompa, “O profetismo tupi-guarani: a construção de um objeto antropológico”, *Revista de Índias* (vol. 64, n.º 230, 2004), 141-174.

³⁴ Manuela Carneiro da Cunha; Eduardo Viveiros de Castro, “Vingança e temporalidade: os tupinambá”, *Journal de la Société des Américanistes* (vol. 71, 1985), 193.

³⁵ Yves d'Evreux, *Viajem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 e 1614* (São Paulo: Editora Siciliano, 2002), 107.

e de bons costumes; chegaram a lhe dar ordens menores, e cuidou que ouvi dizer que também a epístola e evangelho, para o ordenarem em sacerdote de missa. Mas o bom do índio, obrigado de sua natural inclinação, amanheceu um dia despido, e se foi com outros parentes seus, para o sertão, aonde exercitou seus bárbaros costumes até a morte, não se lembrando dos bons que lhe haviam dado.³⁶

Neste fragmento, Brandão corrobora a impressão de Nóbrega acerca da “inconstância da alma indígena” e adiciona a ela a carência de memória e de lembranças dos nativos perante os ensinamentos cristãos. Além disso, outra observação que da mesma maneira atraiu os olhares europeus foi a permanência dos hábitos guerreiros e antropofágicos entre os brasis mesmo depois de avançada idade. Frei Vicente do Salvador pontuou a persistência desses costumes, execrados pelos jesuítas, durante todo o período de vida dos índios, pois, segundo ele, entre os nativos destacavam-se alguns tão velhos, e do mesmo modo tão traiçoeiros, que se deliciavam em matar e comer os prisioneiros de guerra e escravos, inclusive os portugueses, que tomavam para si ao longo das batalhas.³⁷ E o padre António de Sá, por sua vez, anotou suas dificuldades e de todos os demais religiosos da Companhia na lida espiritual com os indígenas, uma vez que a guerra cotidiana os tornava “[...] gente tão solta e desenfreada no pecar, que nos dão muita grande aflição no espírito, por muitas vezes os não podemos dobrar para o serviço de Deus.”³⁸

Outros elementos incentivadores das guerras, intertribais e também contra os europeus, observado pelos religiosos foram, em suas palavras, os feiticeiros indígenas, também denominados de santidades.³⁹ Representantes da cultura e da persistência cultural indígena,⁴⁰ tais feiticeiros, santidades ou feitores da pajelança, foram mencionados nos documentos aos quais fazemos referência; em alguns destes relatos esses índios apenas foram citados pelos colonizadores sem desdobramentos maiores acerca de suas funções e atividades, como em uma das cartas de António Pires, onde o missionário escreveu, somente em uma linha, que os nativos da costa “[...] não têm quem adore, salvo uma santidade.”⁴¹ Já Manuel da Nóbrega, mesmo confirmando a primeira impressão de Caminha acerca da ausência de religião e de ídolos religiosos entre os brasileiros, apresentou uma descrição mais pormenorizada sobre estes homens ao relacioná-los com as práticas da guerra antropofágica e da poligamia:

³⁶ Ambrósio Fernandes Brandão, *Diálogos das grandezas do Brasil* (Recife: Imprensa Universitária, 1962), 239.

³⁷ Vicente do Salvador, *História do Brasil: 1500-1627* (São Paulo: Melhoramentos, 1975), 131.

³⁸ António de Sá, “Carta do Padre António de Sá” in *Cartas Avulsas (1550-1568)*, Azpilcueta Navarro *et alli* (Belo Horizonte: Itatiaia, 1988), 157.

³⁹ Sobre o assunto, consultar Ronaldo Vainfas, *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial* (São Paulo: Companhia da Letras, 2010); Alida Metcalf, “Os limites da troca cultural: o culto da Santidade no Brasil colonial” in *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz*, dir. Maria Beatriz Nizza da Silva (Lisboa: Editorial Estampa, 1995); Cristina Pompa, “Profetas e santidades selvagens: missionários e caraiabas no Brasil colonial”, *Revista Brasileira de História* (vol. 21, n° 40, 2001), 177-193.

⁴⁰ Ronaldo Vainfas, *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*, 19.

⁴¹ António Pires, “Carta do Padre António Pires de Pernambuco de 5 de junho de 1552” in *Cartas Avulsas (1550-1568)*, Azpilcueta Navarro *et alli*, 122.

[...] matar seus contrários, comer carne humana e ter muitas mulheres [...] todo o nosso trabalho consiste em apartá-los disso. Porque todo o demais é fácil, pois não tem ídolos, ainda que haja entre eles alguns que se fazem de santos, e lhes prometem saúde e vitória contra seus inimigos.⁴²

Em relação ao tratamento concedido aos prisioneiros de guerra, assim como o ritual de sacrifício antropófago, foi Léry quem legou a narrativa mais detalhada. No testemunho do huguenote, quando chegavam à aldeia de seus algozes, os aprisionados eram bem alimentados, eram atendidas todas as suas vontades e, exclusivamente aos homens, lhes ofereciam companheiras para o sexo. Antes da cerimônia sacrificial, que não era marcada às pressas, utilizavam-nos por longo período para o trabalho, uma vez que os prisioneiros homens costumavam ser bons caçadores e as mulheres hábeis no plantio e na colheita. Somente depois desta temporada com os inimigos, o sacrifício podia ser consumado:

Todas as aldeias circunvizinhas são avisadas do dia da execução e breve começam a chegar de todos os lados homens, mulheres e meninos. Dançam então. O próprio prisioneiro, apesar de não ignorar que a assembleia se reúne para seu sacrifício dentro de poucas horas, longe de mostrar-se pesaroso, enfeita-se todo de penas e salta e bebe como um dos mais alegres convivas. Depois de ter comido e cantado durante seis ou sete horas com os outros, ele é agarrado por dois ou três dos personagens mais importantes do bando e sem que oponha a menor resistência, é amarrado pela cintura com cordas de algodão ou de fibra de uma árvore. Deixam-lhe os braços livres e o fazem passear assim pela aldeia, em procissão, durante alguns momentos. Não se imagina, porém, que o prisioneiro com isso se deprima. Ao contrário, com audácia e incrível segurança, vangloria-se das suas proezas passadas e diz aos que o mantêm amarrado: “Também eu, valente que sou, já amarrei e matei vossos maiores.” Cada vez mais feroz volta-se para ambos os lados exclamando para uns e outros: “Comi teu pai, matei e moqueei a teus irmãos; comi tantos homens e mulheres, filhos de vós outros tupinambás, a que capturei na guerra, que nem posso dizer-lhes os nomes; e ficai certos de que para vingar a minha morte os maracajás da nação a que pertenco hão de comer ainda tantos de vós quantos possam agarrar.” Em seguida, após ter estado assim exposto às vistas de todos, os dois selvagens que o observavam amarrado afastam-se dele umas três braças de ambos os lados e esticam fortemente as cordas de modo que o prisioneiro fique imobilizado. Trazem-lhe então as pedras e cacos de potes; e os dois guardas, receosos de serem feridos, protegem-se com rodela de couro e dizem-lhe: “Vinga-te, antes de morrer.” Começa o prisioneiro a atirar projéteis com todas as forças contra os que ali se reúnem em torno dele, algumas vezes em número de três a quatro mil.⁴³

Continuando suas anotações acerca da ritualização da morte dos inimigos – comumente, mais de um aprisionado era morto durante a celebração –, Léry elucidou que o tupinambá erguia o tacape com ambas as mãos e desferia fortíssimo golpe na cabeça do prisioneiro, matando-o imediatamente. A mulher que acompanhou o oponente durante o período da preparação de sua morte, aos prantos, permanecia por um tempo junto ao corpo e depois se retirava para o luto. Em seguida, outros indígenas, principalmente as mulheres, iniciavam a preparação do cadáver: primeiramente, esfregavam o corpo utilizando água quente para arrancar-lhe toda a pele e, durante este processo, o guerreiro que desferiu o golpe que o matou, juntamente com seus companheiros, abria o corpo e esfregavam o sangue da vítima em seus filhos para que se

⁴² Manuel da Nóbrega, “Carta do padre Manuel da Nóbrega” in *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*. I vol., org. Serafim Leite (São Paulo: Comissão do IV centenário da cidade de São Paulo, 1954), 162.

⁴³ Jean de Léry, *Viagem à terra do Brasil* (São Paulo: Martins e EdUSP, 1972), 193.

tornassem leais, corajosos e fortes. Após serem cortadas e separadas, todas as partes do corpo eram colocadas em altas e grandes grelhas de madeira. E por fim, depois das mulheres atestarem que a carne estava cozida, os tupinambá da aldeia e os convidados das tribos aliadas se dirigiam ao moqué e todos saíam dali com o seu pedaço de carne. Contudo, a ingestão do oponente não servia para suprir as necessidades alimentares, ela era necessária para a continuidade dos laços de união ou de ódio, este último motivado pela vingança ancestral, entre os nativos.⁴⁴

Nos rituais antropofágicos, a mulher tupi ocupava posição de destaque durante toda a celebração, desde o período que o oponente permanecia aprisionado e trabalhava com seus inimigos, até os momentos que precediam sua morte. A índia que se tornava sua parceira, o servia e o vigiava até o momento do sacrifício. Ela participava da celebração com algumas ressalvas, uma vez que ela não dançava nem se misturava aos homens nos festejos. Porém, em contraposição a algumas sociedades da África, Nova Guiné e Indochina, onde apenas os homens degustavam a carne de outros guerreiros e as mulheres eram terminantemente proibidas de integrarem o banquete, em algumas sociedades polinésias e americanas, as mulheres atuavam em diversos momentos do cerimonial, onde podiam participar das torturas, mutilar o corpo do morto e até mesmo praticar a antropofagia. No caso tupinambá, o prisioneiro, desde sua entrada na aldeia, ficava subordinado à esfera feminina e, após a recepção, o “contrário” se ligava ao grupo por intermédio da companheira que lhe era ofertada, que sempre o agradava e o observava para que não escapasse do cativeiro. No momento da execução, eram elas que pintavam e adornavam a vítima e preparavam o corpo para consumo, onde, no fim, costumavam ingerir um mingau feito com os intestinos dos inimigos. Assim, apesar dos guerreiros tupi serem os protagonistas da guerra e do ritual antropofágico, as mulheres faziam-se presentes, especialmente na preparação dos banquetes, e esta era, de certa forma, a maneira por excelência de sua participação no conjunto de práticas que conduzia à vingança.⁴⁵

Prosseguindo com os seus comentários, Léry relatou que o primeiro ato dos índios, quando os franceses iam lhes visitar, era expor os restos dos corpos de suas vítimas como se fossem medalhas ou troféus e, gabando-se de seus atos, diziam que os adversários dos normandos, “[...] mesmo se nos colocássemos contra esta iniciativa”, teriam o mesmo fim. Além disso, costumavam guardar os ossos, principalmente os das coxas e dos braços, para utilizarem como flautas durante suas procissões até o local do próximo embate. Acerca das etapas de execução dos cativos, o calvinista continuou pontuando suas impressões:

Os executores desses sacrifícios humanos reputam o seu ato grandemente honroso; depois de praticada a façanha, retiram-se em suas choças e fazem no peito, nos braços, nas coxas e na barriga das pernas sangrentas incisões. E para que perdurem toda a vida, esfregam-nas com um pó negro que as torna indeléveis. O número de incisões indica o número de vítimas sacrificadas e lhes aumenta a consideração dos companheiros. E se após essa horrível tragédia a mulher concedida ao prisioneiro engravida, os matadores do pai, alegando que o filho procede da semente inimiga, cometem o mesmo ato incrível de comê-lo logo ao nascer ou, se lhes apraz melhor, quando já corpulento. Mas esses bárbaros não só se deleitam no extermínio de seus inimigos, mas ainda executam vendo os seus aliados europeus fazerem o mesmo. Por isso, quando nos convidavam a compartilhar de seus banquetes, duvidavam de nossa lealdade se os recusávamos, o que sempre

⁴⁴ *Ibidem*, 196.

⁴⁵ Ronald Jose Raminelli, *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996), 101.

nos aconteceu, a mim e aos outros, que a graça de Deus não esquecemos a nossa crença. Com pesar sou, porém, forçado a reconhecer aqui em alguns intérpretes normandos, residentes há vários anos no país, tanto se adaptaram aos costumes bestiais dos selvagens que, vivendo como ateus, não só se poluíam em toda espécie de impudicícias com as mulheres selvagens mas a ainda excediam os nativos em desumanidade, vangloriando-se mesmo de haver morto e comido prisioneiros.⁴⁶

Percebe-se nas palavras de Léry que as práticas da poligamia e da guerra, apesar dele repudiar tais exercícios, eram comuns no cotidiano tupinambá e imprescindíveis para a coesão das relações de reciprocidade entre as tribos, a ponto dos *truchements*, tradutores e intérpretes franceses que viviam entre os nativos da costa,⁴⁷ além de as praticarem, terem assimilado os valores guerreiros de valentia e perpetuação da vingança ancestral.

Ainda sob o contexto das guerras, percebe-se nas passagens supracitadas que os nativos, da mesma maneira que atacavam e respondiam aos ataques dos grupos inimigos, também buscavam estabelecer relações pacíficas e alianças com outras tribos, inclusive com os europeus. Alianças estas sob diversos aspectos que, além do belicoso, também se consolidavam, por exemplo, através do parentesco e das trocas de víveres e de artigos materiais.⁴⁸ Soares de Sousa, ao abordar os problemas ocasionados pelos índios na capitania pernambucana, não deixou de anotar a nociva aliança estabelecida entre eles e os franceses. De acordo com o colonizador português:

[...] o gentio potiguar anda muito levantado contra os moradores da capitania de Itamaracá e de Pernambuco, com o favor de franceses, com os quais fizeram nessas capitanias grandes danos, queimando engenhos e outras muitas fazendas em que mataram muitos homens brancos e escravos.⁴⁹

Neste trecho, Soares de Sousa elucidou como os potiguar, incentivados e apoiados pelos normandos, agiam com os moradores e senhores de engenho da capitania brasileira mais próspera do período. Duarte Coelho Pereira, seu primeiro donatário, por exemplo, por “[...] muitos anos teve grandes trabalhos de guerra com o gentio”, a ponto de os portugueses precisarem recorrer, em diversos momentos, à intervenção armada sob os comandos dos governadores-gerais do Brasil:

[...] na baía de todos os santos soube o General Diogo Flores [...] como os moradores de Pernambuco e Itamaracá pediam muito afincadamente ao governador Manuel Teles Barreto que era então do Estado do Brasil, que os fosse socorrer contra o gentio potiguar que os ia destruindo.⁵⁰

Verifica-se o desespero ocasionado pela tenacidade guerreira deste grupo tupi e pelos sucessivos e duradouros embates que ocorriam entre eles e os colonos. O medo foi tamanho

⁴⁶ Jean de Léry, *Viagem à terra do Brasil*, 203.

⁴⁷ Sobre o assunto, consultar Andrea Daher, “A conversão dos tupinambá entre oralidade e escrita nos relatos franceses dos séculos XVI e XVII”, *Horizontes Antropológicos: cultura escrita e práticas de leitura* (vol. 10, n.º 22, 2004), 67-92.

⁴⁸ Florestan Fernandes, *A organização social dos Tupinambá*, 58.

⁴⁹ Gabriel Soares de Sousa, *Tratado descritivo do Brasil em 1587* (São Paulo: Companhia Editora Nacional e EdUSP, 1971), 41.

⁵⁰ *Ibidem*, 42.

que os lusos pensaram em aumentar as fortificações e o número de moradores no local, visando, com isto, que os engenhos, que encontravam-se desativados por conta do receio diante dos indígenas, tornassem a funcionar e produzir: “[...] este rio da Paraíba é muito necessário fortificar-se [...] e povoado este rio, como convém, ficam seguros os engenhos [...] que não lavram com temor dos potiguares”⁵¹

Outro estrangeiro que dissertou acerca das capacidades bélicas dos nativos da costa pernambucana, além de Soares de Sousa e do Frei Vicente do Salvador, foi Hans Staden que, apesar de ser um aventureiro alemão, portanto, sem planos de permanecer em solo brasileiro como os portugueses e os franceses, contribuiu com as suas obras para a formação das representações sobre a guerra índia, primeiramente na capitania de Pernambuco e depois na de São Vicente, onde, ambas as vezes, atuou nos conflitos armados do lado dos lusos contra seus inimigos índios e normandos. Na segunda experiência, em São Vicente, permaneceu meses como cativo de guerra dos tupinambá, aliados dos franceses, e, libertado por uma tribo inimiga de seus algozes, não foi sacrificado no ritual antropofágico. Staden desembarcou em Pernambuco em fins da década de 1540, mais especificamente em 1548, ano conturbado em tal capitania devido à eclosão de uma vultosa revolta indígena na região de Igarassu, próxima de Olinda e da ilha de Itamaracá. Formou-se um tímido cerco em torno do povoado, mas, segundo Salvador, “[...] nem Duarte Coelho os podia socorrer, por estar também neste tempo em contínuos assaltos do gentio na vila de Olinda.”⁵² Dessa maneira, outros foram auxiliar os colonos da vila, entre eles, o mercenário alemão. Staden, apesar de estar do lado dos lusos no embate, não deixou de pontuar que “[...] embora não fosse de sua índole, os selvagens de Pernambuco haviam se tornado revoltosos por culpa dos portugueses”⁵³, que, segundo ele, haviam deixado os normandos estabelecer boas relações com o gentio. Chegando a Igarassu, Staden descreveu toda a sua trajetória e, acerca de um dos momentos mais perigosos pelos quais passou, escreveu:

[...] percebendo a necessidade urgente de mantimentos, abrimos caminhos com dois barcos para o povoado de Itamaracá, a fim de fazer nosso abastecimento. Mas os selvagens quiseram impedi-lo, e para isso tinham derrubado árvores grandes por sobre o estreito braço de mar, sendo que duas margens estavam ocupadas por muitos deles. Justo quando havíamos rompido a barreira, usando de violência, veio a hora da maré baixa e deixou-nos encalhados no seco. Já que os selvagens não podiam apanhar-nos nos barcos, empilharam entre estes e a margem muita lenha seca. Quiseram atear fogo na lenha e então jogar nas chamas uma pimenta que crescia em grande quantidade naquela terra para nos expulsar do barco com a fumaça. Mas não conseguiram. Nesse intervalo a água voltou a subir.⁵⁴

Nesse fragmento, observa-se algumas das práticas e estratégias da guerra indígena, onde os habitantes do Brasil empregavam seus conhecimentos acerca da natureza e de seus elementos. Justificando a razão para tal empreitada, Frei Vicente do Salvador listou o grande problema que o povoado de Igarassu estava vivendo: “[...] o aperto maior que houve foi o da fome, porque se não podiam valer de suas roças onde tinham o mantimento, nem do mar para

⁵¹ *Idem*, 43.

⁵² Vicente do Salvador, *História do Brasil: 1500-1627*, 117.

⁵³ Hans Staden, *Duas viagens ao Brasil* (Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1974), 35.

⁵⁴ *Ibidem*, 26.

pescar e mariscar e, se da ilha de Itamaracá os não socorreram pelo rio em um barco, sem dúvida morreriam todos à fome.”⁵⁵ E o religioso também fez suas explicações acerca das táticas bélicas e da crueldade dos índios quando escreveu que eles os ameaçaram e também tentaram impedir que a ajuda conseguida chegasse ao seu destino: “[...] por muitos modos, mandando ameaçar dos da ilha que só por isto lhes iriam fazer guerra e, esperando o barco quando passava, lhe tiravam de terra muitas flechadas, pelo que era necessário ir muito bem precavido e, contudo, sempre feriam alguns remeiros.”⁵⁶

Utilizando como exemplo estas situações de embate ocorridas em Pernambuco, narradas por Soares de Sousa, Frei Vicente do Salvador e Staden, conclui-se que, para os estrangeiros, a utilização de armas de fogo, exceto em alguns casos, não era a primeira opção de uso nos conflitos, isso porque elas eram pouco eficazes no ambiente em que eles se encontravam, sendo praticamente impossível avistar e mirar com clareza na direção dos indígenas, devido à densa mata e aos esconderijos e fortificações construídos por eles que, como escreveu Staden, conheciam muito melhor a região do que os lusos.⁵⁷ Ademais, quando ouviam o barulho dos disparos das armas de fogo dos colonizadores, os índios atiravam-se ao chão e, dessa forma, nas palavras de Salvador, não eram atingidos de modo algum. Por outro lado, os nativos lançavam pedras, objetos cortantes e suas flechas para o alto, quase todas chamuscadas pelo fogo, o que possibilitava maiores vantagens para essas armas atingirem seus inimigos no momento da queda.⁵⁸ Dessa maneira, mesmo considerando as especificidades e as condições de cada confronto, a ideia de que os europeus conquistaram a América graças às armas de fogo, o que teria representado inquestionável dominação bélica diante dos instrumentos manuais e da superioridade numérica indígena, torna-se infundada. Antes disso, deve-se considerar que a maior arma utilizada, tanto pelos brancos quanto pelos indígenas, foram os acordos e as alianças, de paz ou de guerra, para que ambos os grupos étnicos conquistassem seus objetivos.⁵⁹

Mas os índios da costa brasileira não aliaram seus interesses somente aos desígnios buscados pelos colonizadores, viajantes e religiosos franceses: se por um lado os tupinambá e os tamoio do Rio de Janeiro e os potiguar de Pernambuco estavam do lado dos normandos, os tupiniquim, os margaiá e os temininó de São Vicente e Rio de Janeiro lutavam em conjunto com os portugueses, a ponto de as reciprocidades entre eles alcançar o reconhecimento civil da Coroa e o religioso da Igreja, uma vez que se tornou prática comum entre a nobreza lusitana local e as populações nativas, a exemplo do que já ocorria nas capitânicas de São Vicente e de Pernambuco, importantes famílias cariocas esposarem seus filhos com os descendentes das principais lideranças indígenas. Um exemplo que elucida esta próxima e familiar relação entre colonos e naturais da terra foi o casamento do capitão Gaspar Vaz com a filha de Arariboia, o chefe temininó mais importante na expulsão dos franceses da baía de Guanabara e sucessiva conquista do Rio de Janeiro pelos portugueses. Além deste caso, Gonçalo Correia de Sá, filho do governador-geral do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá, também casou-se com uma índia que descendia de uma conhecida linhagem guerreira tupiniquim. Através destas negociações, a nobreza dos trópicos conseguia, entre outras coisas, legiões de flecheiros que

⁵⁵ Vicente do Salvador, *História do Brasil: 1500-1627*, 116.

⁵⁶ *Ibidem*, 117.

⁵⁷ Hans Staden, *Duas viagens ao Brasil*, 41.

⁵⁸ Vicente do Salvador, *História do Brasil: 1500-1627*, 117.

⁵⁹ Tzvetan Todorov, *A conquista da América: a questão do outro* (São Paulo: Martins Fontes, 1983), 18.

ampliavam os seus alicerces bélicos,⁶⁰ ao mesmo tempo que os indígenas expandiam suas relações e acordos não apenas com outras tribos nativas, mas também com esta nova alteridade.

Após essas explicações, observa-se que emoldurar os indígenas seguindo os objetivos do projeto colonial foi uma empreitada bastante penosa e, muitas vezes, inconclusa. Não se pode assegurar que todos os índios que estabeleceram contato com o branco foram cristianizados pelos religiosos, utilizados como mão-de-obra escrava pelos colonos ou ainda que se tornaram súditos do rei nas vilas e nos aldeamentos. Durante todo o período colonial, os nativos do Brasil desenvolveram táticas de oposição dentro de suas possibilidades, procurando alternativas para se esquivarem das regras estabelecidas e das imposições às quais foram sujeitados a partir dos contatos iniciais com o europeu. Entre um e outro embate violento, com a utilização de armas ou não, os índios simularam submissão quando lhes convinha e disposição para compor a sociedade colonial apenas enquanto servisse aos seus interesses imediatos ou a longo prazo. Em outras palavras, corroborando com a ideia de “resistência adaptativa” proposta por Steve Stern, Héctor Bruit propôs que os nativos da América não reagiram à colonização apenas de forma pacífica e obediente, e o que evidenciou isto foram os constantes e inúmeros conflitos entre eles e os colonizadores, contudo, após o período bélico, os indígenas perpetraram uma “resistência camuflada” que teria sido de suma importância para a preservação física e cultural desses povos perante o jugo dos colonizadores europeus.⁶¹

Assim, sob a abordagem da etno-história, busca-se analisar o contato com o estrangeiro através das nuances da percepção indígena presentes nos documentos, onde aquele é inserido por este em suas relações intertribais, ora como aliados, ora como adversários. Considerados deuses ou inimigos, os europeus eram figuras de afinidade potencial, modalizações de uma alteridade que atraía e devia ser atraída, uma alteridade sem a qual a sociedade tupi imergiria na indiferença e na paralisia.⁶² Percebido isto, os colonizadores logo compreenderam as relações hostis entre os índios e utilizaram-se delas em proveito próprio, intensificando as guerras entre as tribos. Porém, os indígenas também entenderam que, além disto, o impacto das alianças com os brancos fora negativo, levando-os a mudar de lado inúmeras vezes.

Na documentação do período estudado, dentre os vários assuntos abordados, encontram-se citações e referências à guerra, à cordialidade, à antropofagia e aos novos comportamentos criados a partir do contato entre os índios e os descobridores. Nas obras de Anchieta às quais fazemos referência, encontramos passagens de demonstrações usuais de alegria entre os indígenas, dentre elas a “saudação lacrimosa”, cujo acontecimento se dava em situações nas quais eram recebidos os visitantes, ou seja, os aliados no âmbito da guerra:

⁶⁰ João Luís Ribeiro Fragoso, “Knights, ‘archer indians’ and the Atlantic World: Rio de Janeiro in the 17th century” in *Imperial (re)visions: Brazil and the Portuguese seaborne empire: conference in memory of Charles Ralph Boxer. Atas do colóquio*, Yale, 01 Novembro 2002 (Yale, Yale University, vol. 1, 2002), 7. Sobre o assunto, consultar também Luiz Felipe de Alencastro, *O Trato dos Viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul* (São Paulo: Companhia das Letras, 2000); Charles Ralph Boxer, *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)* (São Paulo: Editora Nacional e EdUSP, 1973); Maria Fernanda Baptista Bicalho, “Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”, *Almanack Braziliense* (n.º 2, 2005), (disponível em http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1808-81392005000200002&script=sci_arttext – consultada em 31/10/2011), 21-34.

⁶¹ Héctor Hernan Bruit, *Bartolomé de Las Casas e a simulação dos vencidos* (São Paulo: Editora da UniCamp e Iuminuras, 1995), 154.

⁶² Eduardo Viveiros de Castro, *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*, 32.

[...] têm certo modo de chorar quando chega algum parente seu de fora e é que a parenta se lança a seus pés e as mãos postas nele ou os braços no pescoço do parente, choram em voz alta, de maneira que parece que lhe morreu o marido ou filho, e isto fazem de contentamento por festa ou regalo. Acabado o pranto, limpa logo as lágrimas e se põe alegre a falar, comer e beber como se não houvera chorado.⁶³

A esse julgamento pejorativo do modo indígena de bem receber os visitantes, somou-se a comprovação de que eram “[...] gente tão indômita e bestial, que toda sua felicidade tem posta em matar e comer carne humana, da qual pela bondade de Deus temos apartados estes”.⁶⁴ Ao delinear o perfil dos tupi da costa brasileira nos séculos XVI e XVII, os viajantes, colonizadores e religiosos ressaltaram a prática de uma guerra endêmica de vingança, o que também foi observado por Anchieta:

[...] o litoral é povoado por índios que usam todos comer em seus banquetes carne humana, no que mostram achar tanto prazer e doçura, de modo que comumente caminham mais de trezentas milhas para a guerra; se reduzem ao cativoiro quatro ou cinco dos inimigos, voltam sem mais outro motivo e os comem com grande festa de cantares, e abundante libação de vinhos.⁶⁵

Alegando que os portugueses precisavam defender-se contra o perigo que os índios lhes ofereciam, o inaciano defendeu a “guerra justa”; em outras palavras, uma guerra vingativa⁶⁶: “[...] a mão vingadora de Deus sobre o inimigo desumano descerá justiceira. Vingando as ofensas sacrílegas sua cólera santa dizimarà com a morte as alcatéias ferozes”.⁶⁷ Embora a guerra e a antropofagia fossem consideradas elementos da barbárie indígena por Anchieta, a vingança dos colonizadores contra os índios é exposta como uma “cólera santa”, ou seja, o mesmo aspecto que é considerado traço de selvageria quando praticado pelos nativos, é encarado como característica civilizadora, revestida de legitimidade, quando empreendida pelos portugueses. Ao ressaltar que toda felicidade indígena está posta em matar e comer carne humana, o jesuíta acaba por determinar uma associação entre as pautas tradicionais que envolvem a comensalidade, a sociabilidade e a reciprocidade às práticas condenáveis, por estarem as festas, as celebrações e os cantares identificados com os costumes da poligamia e da antropofagia.⁶⁸ É em razão disso que Anchieta os descreve como “[...] gente tão má, bestial e carniceira que só por tomar nome novo ou vingar-se de alguma coisa passada [...] sendo aquela gente a mais sutil que ainda houve no mundo para inventar mentiras.”⁶⁹

⁶³ José de Anchieta, *Cartas: correspondência ativa e passiva* (São Paulo: Edições Loyola, 1984), 46.

⁶⁴ José de Anchieta, *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões* (Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1988), 313.

⁶⁵ *Ibidem*, 55.

⁶⁶ Sobre o assunto, consultar Beatriz Perrone-Moisés, “A guerra justa em Portugal no século XVI”, *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica* (n.º 5, 1990), 5-10; Fernanda Sposito, “As guerras justas na crise do antigo regime português: análise da política indigenista de D. João VI”, *Revista de História* (n.º 161, 2009), 85-112.

⁶⁷ José de Anchieta, *Cartas: correspondência ativa e passiva*, 105.

⁶⁸ Eliane Cristina Deckmann Fleck, “Estados de paz e estados de guerra: negociação e conflito na América portuguesa (séculos XVI e XVII)”, *Revista Projeto História*, 321.

⁶⁹ José de Anchieta, *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*, 214.

Por outro lado, a documentação jesuítica explicita a apropriação pelos religiosos de elementos próprios da sociabilidade indígena, como as festas, os rituais, os cantos e a saudação lacrimosa e sua ressignificação, na medida em que foram percebidos como introdutores dos rituais e da devoção cristã. A ressignificação da cordialidade indígena pode ser notada nesta passagem, que descreve a participação dos nativos nas festas religiosas propostas pelos jesuítas, pois, nas igrejas e capelas cristãs:

[...] lhes ensinam a cantar e têm seu coro de canto e flauta para suas festas, e fazem suas danças à portuguesa com tambores e violas: com muita graça, como se fossem meninos portugueses, e quando fazem essas danças põem uns diademas na cabeça de penas de pássaros de várias cores, e desta sorte fazem também os arcos, empenam e pintam o corpo, e assim pintados e muito galantes a seu modo fazem suas festas muito aprazíveis, que dão contento e causam devoção.⁷⁰

Na situação relatada pelo religioso da Companhia de Jesus, procedimentos que envolviam comportamentos e percepções aparecem reconstruídos e ressignificados. Os diademas de penas de pássaros, os arcos, as frutas nativas, as pinturas corporais e a saudação lacrimosa apontam para a realização das práticas e representações simbólicas indígenas, bem como para a apropriação seletiva e criativa das expressões culturais cristãs.⁷¹ Por fim, as descrições de Anchieta acerca dos índios basearam-se essencialmente na diferença em relação ao homem branco europeu. A violência e o desregramento associados aos cantos, às celebrações e às bebedeiras foram tão vivamente descritos que acabaram por escurecer a simbologia sobre a qual se embasavam os novos comportamentos nativos, bem como a recepção da saudação lacrimosa e a antropofagia como resultantes dos embates intertribais.

Léry, por sua vez, em sua obra *Viagem à terra do Brasil*⁷², narrou a relação que se estabeleceu entre os índios e os franceses durante a instalação da França Antártica. Considerando-se a necessidade de sobrevivência que os franceses viveram na colônia Brasil, a busca por uma acolhida dos nativos tornou-se imprescindível. Assim, a aceitação do outro, diante dos obstáculos encontrados em território desconhecido, pode ser relacionada à necessidade de convívio e à afirmação de uma espécie de acordo social entre as duas alteridades.⁷³ Com isto, os nativos passaram a ser considerados aliados dos franceses, por receberem com bastante benevolência os estrangeiros que os iam visitar:

[...] éramos amigos e aliados dos tupinambás e gozávamos portanto de plena segurança entre eles. Fiava-me neles e me considerava mais seguro no meio desse povo, a que apelidamos de selvagem, do que em França entre muitos franceses desleais e degenerados.⁷⁴

O estabelecimento de uma relação de confiança entre duas culturas beneficiou a aproximação e o contato entre os franceses e os indígenas. Devemos, contudo, levar em consideração os estágios de inimizade e tensão existentes entre os índios e os portugueses,

⁷⁰ *Ibidem*, 424.

⁷¹ Eliane Cristina Deckmann Fleck, “Estados de paz e estados de guerra: negociação e conflito na América portuguesa (séculos XVI e XVII)”, *Revista Projeto História*, 323.

⁷² Jean de Léry, *Viagem à terra do Brasil* (São Paulo: Martins e EdUSP, 1972).

⁷³ Michel de Certeau, *A escrita da história* (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982), 224.

⁷⁴ Jean de Léry, *Viagem à terra do Brasil*, 189.

decorrentes principalmente da escravização daqueles por estes e das questões que permeavam a posse e o uso da terra.⁷⁵

Mas, apesar da descrição das relações cordiais estabelecidas entre o bando de Léry e os nativos, não podemos desconsiderar as anotações do huguenote acerca de suas periculosidades. Além disto, é preciso ratificar que entre portugueses e indígenas, frequentemente, ocorreram alianças que para os índios significavam uma superioridade bélica capaz de levá-los à vitória contra as tribos inimigas, evidenciando, desta maneira, o papel ativo dos índios nas relações estabelecidas com os europeus. Léry destacou que havia grupos tribais que se comportavam de maneira extremamente agressiva quando se deparavam com os normandos e, como exemplo, pontuou alguns dos problemas que enfrentou durante a necessidade de contato com os margaiá:

[...] nenhum de nossos marinheiros, já viajados, reconheceu bem o sítio; entretanto os selvagens eram da nação dos margaiá, aliada dos portugueses e por consequência tão inimiga dos franceses que se nos apanhassem em condições favoráveis, não só nos teriam pagado resgate algum mas ainda nos teriam trucidado e devorado.⁷⁶

Estes índios, nas palavras do calvinista, teriam uma forte inclinação ao comportamento violento, pois, além de suas práticas condenáveis, como a antropofagia, teriam uma natureza atormentada e belicista.⁷⁷ Portanto, por um lado, o religioso identifica como benéficas e positivas algumas temáticas culturais dos tupinambá, seus aliados, e por outro, aborda de maneira muito mais rígida e severa o comportamento de alguns dos demais grupos indígenas, pois, estes são seus inimigos. Dessa maneira, percebe-se em Léry certa apropriação do discurso e da prática guerreira indígena, onde aliados e oponentes são vistos e recebem tratamentos diferenciados. A maior parte dos seus relatos cercou-se nos contatos com os tupinambá, que, segundo ele, estavam sempre procurando “[...] algo que os animasse”.⁷⁸ Mas, valendo-se de suas concepções religiosas, o autor observou que, dada a sua natureza conturbada e impetuosa, estariam fadados à infelicidade e à inquietação, por estarem muito longe da felicidade oferecida pelo Senhor cristão criador de todas as coisas.⁷⁹

Léry foi coetâneo de alguns dos grandes pensadores ligados à política na França, inclusive de Calvino, que fundaram a ramificação do cristianismo reformado neste reino, tanto no quinhentos quanto no seiscentos. Em sua obra, pontuou, com a mesma intensidade, os encantos e os perigos da terra e de seus habitantes, elucidando as impressões construídas no imaginário popular europeu a respeito da América. Especificamente acerca dos índios, ele contemplou os tupinambá como o elo perdido entre a civilização e a natureza, acentuando

⁷⁵ Sobre o assunto, consultar Beatriz Perrone-Moisés, “O mito do bom francês: imagens positivas das relações entre colonizadores franceses e povos ameríndios no Brasil e no Canadá” in *Relações Brasil-França: homem e história, ciências e técnicas. Atas do seminário, São Paulo, 08 Novembro 1995* (São Paulo: Universidade de São Paulo – Instituto de Estudos Avançados, vol.1, 1995), 1-9 (disponível em <http://www.iea.usp.br/textos/perronemoisesbomfrances.pdf> – consultada em 25/09/2011); Beatriz Perrone-Moisés, “Relações preciosas: franceses e ameríndios no século XVII” (Diss. Doutorado, Universidade de São Paulo, 1996).

⁷⁶ Jean de Léry, *Viagem à terra do Brasil*, 43.

⁷⁷ *Ibidem*, 46.

⁷⁸ *Idem*, 78.

⁷⁹ *Idem*, 81.

algumas características de sua inerente educação em oposição aos artificialismos da criação europeia ao apontar que entre os cristãos europeus habitavam seres mais detestáveis e nefandos do que entre os indígenas.⁸⁰ Esta concepção pode ser diretamente associada ao tratamento que legou à antropofagia dos brasis, contrapondo sua prática aos elementos presentes no canibalismo de outros grupos nativos, na medida em que se constituía em uma cerimônia motivada e movida pela vingança.

Sua vivência nas terras ao sul do continente austral foi escrita, numa primeira vez, por um artesão aventureiro e audaz. Ao regressar ao Velho Mundo, reiniciou os estudos teológicos em Genebra e, poucos anos depois, colocou no papel suas impressões acerca da viagem. A inesperada perda do primeiro manuscrito levou Léry a redigir um segundo, fundamentado, em grande parte, em suas memórias e recordações, devido à ausência das anotações originais. Possivelmente, reuniu as duas produções na versão final da *Viagem à Terra do Brasil* quando localizou, mais tarde, o primeiro manuscrito. O livro seria, então, inspirado na “[...] lembrança de uma viagem feita expressamente à América” visando “[...] estabelecer o verdadeiro serviço de Deus”⁸¹, e caracterizado pela nova condição social e psicológica de Léry, um religioso pessimista, influenciado pelos horrores causados nas guerras religiosas e que, além de traçar o perfil do católico André Thevet atribuindo-lhe traços pejorativos, como mentiroso e desleal, passou a conceber os indígenas como idólatras, antropófagos e afligidos por demônios.⁸²

Apesar disso, a contribuição e os relatos feitos pelo calvinista francês inauguraram o tema da alteridade nas crônicas coloniais,⁸³ pois, do mesmo jeito que o índio era um estranho para o colonizador, o colonizador também era um estranho para o índio, logo, as ocasiões delineadas por Léry em sua obra valorizam as manifestações emotivas, de medo ou de alegria, entendidas como jogos de relações sociais e negociações de poder entre os nativos e os europeus.⁸⁴ Isso distingue, em linhas gerais, as descrições do huguenote das narrativas dos religiosos e dos leigos católicos que, mesmo vivendo situações e contextos semelhantes de convivência, mostraram-se aplicados fundamentalmente na catequização e conversão dos indígenas.

Já nas obras dos padres Claude d’Abbeville e Yves d’Evreux, observa-se aversão e receio aos lusos, visto que estes representavam ameaça à segurança e à permanência dos capuchinhos e dos outros franceses instalados na costa maranhense. Nas palavras de Abbeville, os portugueses eram os culpados pelos infortúnios impostos aos nativos daquela região⁸⁵, que, em sua grande maioria, eram os tupinambá. Além de responsáveis pelos tormentos dos índios, os lusitanos, “[...] maldita raça”, aparecem nas páginas de Evreux portadores de violentos traços comportamentais, pois continuavam trucidando e reduzindo a escasso número as vistosas e antigas nações nativas.⁸⁶

⁸⁰ Ronald Jose Raminelli, *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*, 42.

⁸¹ Jean de Léry, *Viagem à terra do Brasil*, 3.

⁸² Ronald Jose Raminelli, *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*, 44.

⁸³ Eliane Cristina Deckmann Fleck, “Estados de paz e estados de guerra: negociação e conflito na América portuguesa (séculos XVI e XVII)”, *Revista Projeto História*, 326.

⁸⁴ Michel de Certeau, *A escrita da história*, 225.

⁸⁵ Claude d’Abbeville, *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças* (São Paulo: Editora Siciliano, 2002), 82.

⁸⁶ Yves d’Evreux, *Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 e 1614*, 91.

Assim, para facilitar a situação de colonização, normandos e indígenas passaram por um processo de adaptação, em que conhecer o outro se tornou fundamental. Dessa maneira, numa via de mão dupla, os franceses fizeram-se conhecidos dos nativos ao mesmo tempo em que procuraram conhecer de antemão “[...] seus costumes e modos de viver.”⁸⁷ Abbeville ressaltou ainda que os tupinambá se interessavam pelos hábitos e admiravam a cultura europeia, pois procuravam observá-los para depois imitá-los.⁸⁸

Apesar desses aspectos positivos, Abbeville também apresentou, no que tange os costumes dos índios, elementos depreciativos, pois eles lhe causaram espanto com a crueldade que tratavam os inimigos das tribos contrárias e os prisioneiros de guerra: “[...] haverá maior barbaridade do que estar sempre irritado contra seus vizinhos, e não contentar-se só em guerreá-los sanguinolentamente, mas também extinguir-lhes a raça, comer até vomitar, a carne de seus vizinhos?”⁸⁹ Ademais, o capuchino atribuiu essa postura à ação do diabo entre os brasis: “[...] eis até que ponto de crueldade, o Diabo, bárbaro algoz de tantas almas cegas, levou este povo pagão ao meio das trevas da infidelidade!”⁹⁰ Assim, seria a função dos franceses proteger e possibilitar aos indígenas conhecerem o “[...] quanto é abominável e diabólico este costume [antropofagia], tão contrário à vontade de Tupã.”⁹¹ Os indígenas, por sua vez, segundo o capuchino, se mostraram dispostos a abandonar tais costumes: “[...] de muitos deles ouvi dizer, que sentem-se depois incomodados, física e espiritualmente, a ponto de vomitar por não ter força bastante para digerir essa comida”.⁹² Esse contraponto diante da crueldade indígena, serviu para o religioso argumentar o quanto os maranhenses mereciam e estavam dispostos à conversão realizada pelos missionários franceses e, além disso, evidencia também a postura adaptativa e dos índios inseridos na colonização do Brasil.

Em suma, depois de analisadas todas essas passagens, podemos considerar que o período colonial pode ser compreendido, dentro de uma perspectiva interrelacional e comparativa, como um processo de articulação e de negociação, onde os sujeitos agiram de acordo com as suas experiências e, de maneira criativa, se apropriaram do espaço colonial constituído e reinterpretaram práticas e discursos recebidos, produzindo novos.⁹³ Afinal, as narrativas elaboradas por religiosos, colonos e viajantes, além de demonstrarem cenas de contato, conflito ou de reciprocidade cotidiana, descrevem processos de adaptação, resistência, transformação e criação que possibilitaram originalidade à vivência dos indígenas com os europeus. Elas discorrem sobre um período no qual afloraram inimizades e afinidades, onde alianças foram tecidas, desfeitas e refeitas, na medida em que novas conjunturas eram defrontadas e novas funções sociais eram exigidas.

⁸⁷ *Ibidem*, 86.

⁸⁸ Claude d'Abbeville, *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*, 79.

⁸⁹ *Ibidem*, 276.

⁹⁰ *Idem*, 280.

⁹¹ *Idem*, 278.

⁹² *Idem*, 281.

⁹³ Eliane Cristina Deckmann Fleck, “Estados de paz e estados de guerra: negociação e conflito na América portuguesa (séculos XVI e XVII)”, *Revista Projeto História*, 330.

Gisele Cristina da Conceição*
Christian Fausto Moraes dos Santos*

Quando Ameijoas eram “como” Leriuçus: identificação de espécies de peixes e crustáceos pelos colonizadores na América portuguesa do século XVI

R E S U M O

Um trabalho árduo, constante e pragmático foi desenvolvido pelos primeiros colonizadores do Novo Mundo no sentido de obter toda a informação disponível acerca daquele ecossistema. A identificação de espécies de animais que pudessem ser caçados e pescados foi, provavelmente, uma das primeiras preocupações dos colonizadores. Neste processo de reconhecimento da fauna, destacamos os tratados, compilações e cartas que possam ser úteis para compreendermos os desafios e obstáculos encontrados pelos colonizadores portugueses ao desembarcarem nos Trópicos. A partir dos conceitos da História das Ciências, pretendemos elencar e analisar os processos classificatórios desenvolvidos pelos primeiros moradores da colônia ao longo do século XVI.

Palavras-chave: América portuguesa, História das Ciências, Filosofia Natural.

A B S T R A C T

A hard, constant and pragmatic work was developed by the early settlers of the New World in order to obtain all available information on that ecosystem. The identification of species of animals that could be hunted and fished was probably one of the first concerns of these men. In this process of recognition of the New World's fauna, were of central importance the treaties, compilations and letters that could be useful to the comprehension of the challenges and obstacles encountered by Portuguese settlers disembarked in the Tropics. From the approach of the History of Science, we intend to list and analyze the processes of classification developed by the first European inhabitants of the colony during the sixteenth century.

Keywords: Portuguese America, History of Science, Natural Philosophy.

“Andei buscando até agora onde agasalhar os caranguejos-do-mato, sem lhes achar lugar cômodo, porque para os arrumar com os caranguejos do mar parecia despropósito, pois se eles criam na terra, sem verem nem tocarem água do mar; e para os contar com os animais parece que também não lhes cabia esse lugar, pois se parecem com o marisco do mar; e por não ficarem sem gasalhado nestas lembranças, os aposentei na vizinhança do marisco de terra, ainda que se não criam na água estes caranguejos, mas em lugares úmidos por todas as ribeiras.”
(*Tratado Descritivo do Brasil de 1584*, Gabriel Soares de Sousa).

Introdução

Consideráveis obras abordaram os processos colonizatórios iniciados pelos europeus a partir do século XV¹. A maioria destas obras construiu, enquanto eixo norteador, a importância da articulação política, financeira e social para se interpretar a expansão ultramarina portuguesa na busca de novas rotas comerciais. Também podemos verificar discussões acerca das dificuldades no traslado do Atlântico para a América lusa, assim como uma suposta colonização morosa e indolente² dos primeiros colonizadores que se propuseram a esta viagem rumo ao Novo Mundo. Contudo, longe de questionarmos tais linhas interpretativas, pretendemos elencar novas perspectivas acerca deste processo colonizatório, voltando nossos olhos para os problemas e desafios que aqueles homens enfrentaram quando desembarcaram nos trópicos. Tais obstáculos estão relacionados, na nossa perspectiva, com uma questão cotidiana essencial. O ato de alimentar-se, na América portuguesa do século XVI, poderia ser tão ou mais trabalhoso do que a exploração de toras de pau-brasil (sp).

Não foram poucas as variáveis culturais, ambientais, geográficas e climáticas que os primeiros europeus tiveram de reconhecer. E, certamente, foi através da descrição e classificação do Mundo Natural, que estes analisaram e ponderaram possibilidades, recursos e alternativas que promovessem um processo de adaptação e desenvolvimento de novas técnicas na obtenção e conservação de alimentos disponíveis naquela nova biota. No que se refere aos aspectos adaptativo e ambiental, procuraremos discutir algumas questões relacionadas ao processo de deslocamento e fixação adotado pelos europeus nos primeiros decênios de colonização, relacionando tais características à busca cotidiana por fontes de proteína e gordura animal nas faixas litorâneas³.

A alimentação do colonizador europeu no Novo Mundo, bem como a adaptação ao ambiente e topografia da América, corroborou para a construção de novos olhares e saberes acerca daquele Novo Mundo Natural, o que pode ter contribuído, de maneira considerável, à construção de novos paradigmas filosófico-naturais⁴.

Neste sentido, é possível compreendermos, a partir das fontes documentais produzidas, em grande parte, pelos exploradores e primeiros moradores da colônia, como se deu tal adaptação, não somente no que se refere às questões ambientais, mas também às novas fontes de alimento. Pois, quando aqueles homens transpuseram os limites do mar europeu, ao adentrarem em águas tropicais, uma nova dieta alimentar se tornou necessária. Apesar de a

* Doutoranda em História pela Universidade do Porto/Portugal, com bolsa do Programa de Doutorado Pleno no Exterior da CAPES.

* Professor da Universidade Estadual de Maringá e coordenador do Laboratório de História, Ciências e Ambiente.

¹ Sergio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, 2011).

Gilberto Freyre. *Casa-Grande & Senzala*. (Rio de Janeiro: Editora Record, 1998).

Caio Prado Jr. *Formação do Brasil contemporâneo*. (São Paulo: Companhia das Letras, 2011).

² *Ibidem*, Sergio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*.

³ Warren Dean. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. (São Paulo: Companhia das Letras, 2.^a ed. 2010).

⁴ Allen G. Debus. *O Homem e a Natureza no Renascimento*. (Porto: Porto editora, 2002).

José Luís Fresquet Febrer. *Las primeras noticias em Europa sobre el uso medico del tabaco*. (Revista de Fitoterapia. n. 1, v.4, 2001), p. 269-276.

Virginia DeJohn Anderson. *Creatures of Empires*. (New York: Oxford Unniversity Press paperback, 2004).

cultura gastronômica portuguesa, no século XVI, principalmente litorânea, ter nos frutos do mar a composição de boa parte de seu cardápio (CASCUDO, 1968; ABBADE, 2009; KRONDL, 2008, p. 121-135, MANUPPELLA; ARNAUT, 1967), as espécies endêmicas dos ambientes aquáticos da América portuguesa eram outras.

Moluscos como as ameijoas (*Ruditapes decussatus*) coletadas no litoral do Algarve poderiam ser, em um primeiro momento, parecidas com as leriúçu (*Ostreidae*) encontradas na capitania da Bahia. Entretanto, como iremos observar, diferenças foram notadas e, para além do paladar, textura e forma distintos, uma natureza única vai se desdobrando em cada relato e descrição das novas fontes de alimento encontradas nos charcos, rios, mangues, enseadas, baías, restinga, praias e baixios do Novo Mundo.

A identificação de tais diferenças é passível de observação por pesquisadores contemporâneos, graças à minuciosidade das descrições feitas pelos primeiros exploradores do Novo Mundo que a partir do processo de expansão ultramarina iniciado, em grande parte, pela Coroa portuguesa no século XV, produziram uma extensa classe de fontes documentais que, em muito, podem colaborar para um maior entendimento do processo de colonização desencadeado no Novo Mundo. Referimo-nos às profusas e detalhadas descrições de animais feitas por, Azpilcueta Navarro (1551), Gabriel Soares de Sousa (1587), André Thevet (1557), Ulisses Aldrovandi (século XVI), Hans Staden (1548), Charles L'Ecluse (1605), López Medel (1590), Jean de Léry (1578), Pero de Magalhães Gandavo (1576), Garcia da Orta (1567), José de Anchieta (1595), Fernão Cardim (1623), Karl Von Lineu (1735), Adriaen Cornelissen van der Donck (1655), Gabriel Meurier (1557) e John White (1585).

No Tratado Descritivo do Brasil (1587) de Gabriel Soares de Sousa, podemos observar um primeiro exemplo do cuidado em se descrever as espécies de animais encontradas no Novo Mundo, assim como a atenção na percepção de semelhanças com os animais endêmicos ou introduzidos há algum tempo na Europa. Este será, aliás, o principal meio pelo qual os colonizadores tentaram compreender, descrever e classificar aquele novo ambiente. A motivação para tal exercício era multifatorial e, via de regra, seguida de interrogações que poderiam nortear boa parte da descrição de um animal encontrado na América portuguesa. Afinal, qual mexilhão poderia ser venenoso? Que peixe poderia ser pescado mais facilmente? Qual o tamanho e cor dos ouriços das praias da colônia? As conchas das ostras poderiam ter alguma utilidade?

Estes eram, certamente, apenas alguns dos questionamentos feitos por homens como Gabriel Soares ao se deterem na observação dos comportamentos, formas, habitats e mesmo o gosto das espécies marinhas endêmicas do Novo Mundo. Este labor, em muitos aspectos se aproximava daquele exercido pelos filósofos-naturais europeus, principalmente na adoção das similitudes enquanto principal vetor de orientação descritivo e classificatório. Desta forma, ao descrever o corpulento Cunapu, Sousa utiliza, como primeiro recurso, a busca por uma similaridade, uma similitude entre a espécie encontrada nos litorais da colônia e a endêmica dos mares portugueses que mais se assemelhasse, afinal, para ele “*Cunapu* [...] são uns peixes a que chamam em Portugal *meros* [...]”⁵ (grifos nossos).

⁵ Gabriel Soares de Sousa. Tratado Descritivo do Brasil. (São Paulo: Brasiliana, 1971) p. 260.

Descrições como esta nos permitem observar o delineamento de um colonizador consideravelmente metódico, atento e que concebe um valor a constituintes da natureza como moluscos, peixes e crustáceos.

O século XVI, com as viagens ultramarinas e as novas colônias, revelaram aos europeus pela visão, paladar e audição, uma ampliação daquilo que compreendiam sobre o Mundo Natural⁶. Neste período, o novo necessitava ser assimilado dentro do todo até então conhecido. Isto se deu, em boa medida, por meio das similitudes. O olhar atento do colonizador buscava naquilo que é novo, elementos que pudessem identificar marcas comuns a ambos os universos, tentando, assim, encontrar aproximações entre aquilo que já se conhecia na Europa e o desconhecido Novo Mundo⁷.

Afinal, era preciso apreender e construir todo saber possível e necessário para viabilizar a fixação na nova colônia, uma vez que o simples ato de se alimentar poderia ser consideravelmente trabalhoso e complexo, pois se estava diante de um ambiente tão profuso em animais, quanto em desconhecimento sobre estes.

Deste processo de conhecimento e reconhecimento da natureza na América portuguesa pelos homens que ali desembarcaram no século XVI, podemos verificar a construção de um sistema classificatório novo e abrangente, que pôde auxiliar, não somente à fixação dos colonizadores, mas também, no desenvolvimento da Filosofia Natural daquele período. Uma vez que, o encontro dos europeus com o ambiente do Novo Mundo, possibilitou à construção de novos paradigmas filosófico-naturais no que se refere à compreensão tanto da fauna, quanto da flora.

Classificação dos animais do Novo Mundo

Ao longo do século XVI, influenciada pelas Grandes Navegações e o estabelecimento dos europeus em suas colônias no além-mar, teve curso a construção de novas perspectivas na compreensão do mundo natural. Esses paradigmas com escamas, patas e conchas não levantaram questionamentos somente entre os homens que testemunharam a existência de um outro mundo natural além do atlântico. Ao chegarem no continente europeu, as descrições destes seres possibilitou a reconstrução das perspectivas filosófico-naturais vigentes ao longo de todo período renascentista, e que norteavam o cotidiano de qualquer homem que pretendesse compreender o mundo natural que estava à sua volta no Velho ou Novo Mundo.⁸

Os primeiros colonizadores, cronistas, jesuítas e viajantes que desembarcaram na América, a princípio, descreveram e classificaram a biota do Novo Mundo a partir de perspectivas baseadas em uma perspectiva aristotélica e no princípio das analogias, que aborda

⁶ Luís Filipe Barreto. Os descobrimentos e a Ordem do Saber – Uma análise sociocultural (Lisboa: Gradiva, 2.^a edição, 1989).

⁷ Paulo de Assunção. A terra dos Brasis: a natureza da América portuguesa vista pelos primeiros jesuítas (1549-1596) (São Paulo: Annablume, 2001) p. 109-117.

⁸ Andrea Ubrizsy Savoia. The influence of new world species on the botany of the 16th century. (Asclepio-yo. XLVIII-2-1996). Edward Grant. História da filosofia natural do mundo antigo do século XIX. (São Paulo: Madras, 2009), p. 353-358. Allen G. Debus. O Homem e a Natureza no Renascimento. (Porto: Porto editora, 2002). Pamela H. Smith; Paula Findlen. Merchants and marvels: commerce, science, and art in early modern Europe. (New York: Routledge, 2002).

a compreensão das coisas a partir de parâmetros relativos àquilo que já é conhecido⁹. Tal estratégia se mostrou eficiente em um primeiro momento, afinal, aqueles homens tinham que se adaptar àquele novo ambiente e dar conta de conhecer e reconhecer o maior número de espécies fossem elas animais ou plantas.

Quanto à fauna aquática da América portuguesa, tais analogias foram tão fecundas quanto à diversidade de animais descritas pelos colonizadores. Embora estas, até o fim do renascimento, estivessem condenadas a se esgotarem enquanto recurso filosófico-natural¹⁰, o seu uso propiciou descrições inventivas e que, na maior parte das vezes, cumpriram aquilo para o qual eram feitas, como identificar qual peixe poderia ser tomado como alimento.

Para descreverem os animais marinhos do Novo Mundo, em muitos momentos, os viajantes europeus convocavam espécies já conhecidas na Europa, principalmente quando estas compartilhavam alguma particularidade morfológica ou comportamental com o novo peixe ou crustáceo encontrado nas praias e enseadas da América portuguesa. Era fato para os viajantes europeus que os animais da colônia, em alguns momentos, em muito lembravam outros já conhecidos na Europa. Embora, na grande maioria das vezes, estes colonizadores deixem claro saber que semelhante não é o mesmo que igual. Essa preocupação filosófico-natural, presente em muitas descrições de animais marinhos no século XVI, demonstra que estes homens sabiam que não se atentar a detalhes poderia custar caro, pois, ao ingerir um alimento desconhecido, poderia estar sujeito, por exemplo, a intoxicações alimentares, ou até ao envenenamento, como no caso do peixe baiacu, e sua neurotoxina que pode até levar à morte.

O choque entre o conhecimento filosófico-natural, que acompanhou os colonizadores europeus, e as urgências paradigmáticas que foram apresentadas aos mesmos, que logo se viram diante de um vasto mundo natural completamente diverso daquele do qual eram originários, produziu, como um de seus mais importantes efeitos, uma mudança de perspectiva na compreensão e apreensão da natureza.

O descobrimento destes novos continentes pelos europeus, associada à necessidade de sobrevivência e a um espírito investigativo apurado, corroborou para que aquele ambiente da América portuguesa trouxesse à tona novos paradigmas no plano da Filosofia Natural europeia¹¹.

Com respeito a este processo de conhecer e assimilar o ambiente dos trópicos nota-se que o trabalho efetuado por parte destes colonizadores e viajantes quinhentistas consistia em encontrar variedades de animais que fossem, até certo ponto, identificados enquanto similares aos conhecidos na Europa. Tal episteme foi, principalmente no início da modernidade, crucial na construção de um saber sobre o mundo natural¹². A questão das similitudes, simpatias, emulações e analogias constituíram, no renascimento, uma ferramenta que foi além das simples transferências de nomes e o uso das descrições como modelos ilustrativos.

A busca pelo reconhecimento de similitudes deu-se no sentido de encontrar um correspondente, não na palavra, mas sim, no objeto. Tal operação analógica se tornou uma

⁹ Michel Foucault. *As Palavras e as Coisas – Uma arqueologia das ciências humanas*. (São Paulo: Martins Fontes, 2000).

¹⁰ *Ibidem*, 2000.

¹¹ Guillermo Giucci. *Viajantes do maravilhoso: o Novo Mundo*. (São Paulo: Companhia das Letras, 1992).

¹² Michel Foucault. *As Palavras e as Coisas – Uma arqueologia das ciências humanas*. (São Paulo: Martins Fontes, 2000), p. 33-61.

transferência de modelos e uma comunicação entre conceitos que conectou, não apenas palavras a objetos, como compreendeu Foucault¹³, mas sim, os objetos entre si¹⁴. Os relatos produzidos no século XVI procuravam, não apenas descrever os animais utilizando-se das semelhanças como instrumentos descritivos, mas buscavam sim, os próprios animais correspondentes. Gabriel Soares de Sousa se vale de tal epistemologia ao falar do “[...] piraçaquém [...] que [...] é um peixe da feição dos safios de Portugal [...]”, e também no relato acerca das “[...] piraquiras [...] que são [...] uns peixinhos como os peixes-reis de Portugal [...]”¹⁵ (grifos nossos)”.

O piraçaquém e as piraquiras, não eram apenas similares aos safios e peixes-reis, eles eram, de fato, seus correspondentes americanos, ou seja, estavam conectados para além das simples analogias linguísticas, pois, para os homens do renascimento, todo o universo se conectava e se correspondia¹⁶. As analogias acabam por validar descrições de peixes desconhecidos tal qual o piraçaquém, através de partes de seres já conhecidos como os europeus safios.

O empreendimento europeu na descrição e classificação dos seres aquáticos do Novo Mundo, certamente foi influenciado pelo saber indígena. O que foi, de certo modo, reconhecido e incorporado pelos europeus. Os indígenas, invariavelmente, classificavam a fauna e flora onde habitavam de forma a compreender aquele universo como um todo conectado, não apenas com intuito utilitarista imediato. O conhecimento sobre a natureza deveria constituir um grande e intrincado complexo que pudesse prover gerações futuras¹⁷. Na América portuguesa quinhentista esta experiência se deu através de um contato claro com a taxonomia indígena. Tal saber autóctone, ao ser considerado relevante para o colonizador, demonstra o quanto as analogias, ou seja, o construto do saber renascentista, não estava sendo suficiente.

Na classificação das ostras da costa da capitania da Bahia, Gabriel Soares de Sousa dispõe as mesmas da seguinte forma: *leriuçu* (leri: ostra; uçú: grande), *leri-mirim* (leri: ostra; mirim: pequena), *leri-peba* (leri: ostra; peba: chata)¹⁸. Este modelo descritivo e classificatório incorporava detalhes morfológicos destes moluscos bivalves, além de um sistema classificatório binomial indígena que podia soar coerente o suficiente para ser adotado pelo universo filosófico natural europeu sem maiores restrições¹⁹.

¹³ Ibidem, 2000.

¹⁴ Paolo Rossi. *A chave universal: artes da memorização e lógica combinatória de Lúlio até Leibniz*. (Bauru: Editora da Universidade do Sagrado coração, 2004).

¹⁵ Gabriel Soares de Sousa. *Tratado Descritivo do Brasil*. (São Paulo: Brasiliana, 1971), p. 264-267,

¹⁶ Ibidem, 2004, p. 12-17.

¹⁷ Claude Lévi-Strauss. *O pensamento selvagem*. (Tradução: Tânia Pellegrini – 8.ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2008).

¹⁸ Gabriel Soares de Sousa. *Tratado Descritivo do Brasil*. (São Paulo: Brasiliana, 1971) p. 270.

¹⁹ É difícil não nos remetermos à sistemática de Carl Von Linnaeus, considerada uma revolução na filosofia natural setecentista, concebida quase 150 anos depois de Gabriel Soares de Sousa ter observado o *modus classificandi* Tupi. Na sistemática lineana as espécies também são nomeadas em um sistema de nomenclatura binomial, ou seja, o nome da espécie é formado por duas palavras, sendo que a primeira é o nome do gênero e a segunda o epíteto da espécie. Desta forma, o modelo classificatório indígena *funcionava* (guardadas as devidas proporções), de maneira análoga ao sistema binominal lineano, ou seja, se por acaso fosse encontrado outro tipo de ostra, o nome *leri* se mantinha como designativo genérico, e a ele era acrescentado um termo condizente com sua característica variável. Allen G. Debus. *O Homem e a Natureza no Renascimento*. (Porto: Porto editora, 2002); Lineus, Karl Von. *Systema Naturae*. (Estocolmo. Generalstabens Lotografiska Anstalt, 1907); Blund, W. *El Naturalista. Vida, Obra y Viajes de Carl Von Linné (1707-1778)*. (Barcelona: Ediciones del Serbal, 1982).

A episteme que acompanhou estes colonizadores possuía, como principal característica, as analogias²⁰. As fontes documentais do século XVI nos permitem observar que estes homens, em alguns momentos, perceberam como oportuno o saber autóctone sobre o Mundo Natural e fizeram uso dele, não somente por conta de um princípio pragmático, ou seja, o de sobreviver, mas também por possuírem uma disposição em apreender e ampliar sua maneira de medir o mundo. O que nos leva a refletir o que se originou naquelas descrições de animais alienígenas, ou seja, um novo olhar que, inicialmente, ainda mantém um diálogo com as analogias do Velho Mundo, mas que também vê em constituintes como a elaborada nomeação indígena, algo mais sofisticado que as emulações, simpatias, analogias e conveniências²¹.

Este novo olhar, construído de uma associação de saberes a partir da catalogação do que é vivo, convencionou mais do que algumas narrativas da fauna nativa americana. Invariavelmente, possíveis nomeações europeias dos seres eram sistematicamente preteridas às indígenas. Mesmo os peixes do Novo Mundo, seres tão íntimos da Filosofia Natural e cultura gastronômica portuguesa, tinham seus nomes indígenas preservados. Quando tais nomes não se mantinham, fazia-se uso de uma possível tradução para a língua europeia, como no caso do peixe *Tapisiçá*, que é “[...] outro peixe assim chamado pelos índios, em cuja língua quer dizer *olho-de-boi*, pelo qual nome o nomeiam os portugueses [...]”²².

A descrição do *Araguaguá* e do *Jabupirá* é emblemática deste aspecto. Para Gabriel Soares de Sousa, apesar destes se parecerem com o peixe-serra europeu e a arraia lisboeta, prevaleceu à nomeação nativa. Mesmo com todas as similaridades, o “[...] *Araguaguá* é chamado pelos índios o peixe a que os portugueses chamam *peixe-serra* [...]”²³. Já as “[...] *arraias* [...] as quais chamam os índios *jabupirá* e são de muitas castas como as de Lisboa [...] há umas muito grandes e outras pequenas que são muito saborosas e sadias [...]”²⁴. Ao descrever o *Araguaguá* e o *Jabupirá*, Sousa introduz o conceito de *familiaridade*²⁵. Algo que irá se tornar cada vez mais frequente nas descrições de animais durante a modernidade²⁶. O agrupamento de espécies distantes do ponto de vista geográfico, mas muito próximas morfológicamente foi um desafio filosófico-natural imposto aos primeiros *curiosi*²⁷ que descreverem a fauna do Novo

²⁰ Para Foucault, podemos compreender as similitudes da seguinte forma: *Convenientia* (é a aproximação gradativa entre as palavras e as coisas); *Aemulatio* (emulação: Sentimento que leva a igualar ou a superar alguém); *Analogia* (é a relação, semelhança de uma coisa com outra: analogia de formas, de gostos. Entre a Filosofia. Analogias da experiência, princípios que governam a ligação entre os fenômenos. Por analogia, de acordo com as relações que existam entre as coisas: raciocinar por analogia); e por fim as *Simpatias* (Tem o poder de assimilar). Michel Foucault. *As Palavras e as Coisas – Uma arqueologia das ciências humanas* (São Paulo: Martins Fontes, 2000).

²¹ *Ibidem*, p. 31-41.

²² Gabriel Soares de Sousa. *Tratado Descritivo do Brasil* (São Paulo: Brasiliana, 1971) p. 259.

²³ *Ibidem*, p. 257.

²⁴ *Ibidem*, p. 283.

²⁵ A partir das novas descobertas de espécies, os gêneros tornaram-se cada vez mais numerosos assim, muitos deles tiveram de ser divididos inúmeras vezes. A ênfase do sistema classificatório passou, então, ao próximo nível. A Família. Que tornou a unidade de classificação mais estável (MAYR, 1998, p. 228).

²⁶ Ernst Mayr, *Desenvolvimento do pensamento biológico: diversidade, evolução e herança* (Tradução de Ivone Martins. – Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1998), p. 228.

²⁷ Ainda no século XVI, os pesquisadores e estudiosos, mesmo aqueles que não possuíam uma formação regular, como Gabriel Soares de Sousa, Fernão Cardim, Jean de Lery e todos aqueles que se dedicaram a observar e descrever a natureza do Novo Mundo neste período recebiam a denominação de *curiosi rerum naturae*, virtuosos ou simplesmente *curiosi*. Em pouco tempo, estes homens ajudaram a ampliar substancialmente o círculo de

Mundo. A familiaridade denotava que as espécies estavam próximas, mas não eram iguais. E isso, homens como Gabriel Soares de Sousa, Fernão Cardim e Pero de Magalhães Gandavo sabiam.

Este processo de construção identitária, por vezes, extrapolava a comparação entre os sabores e a busca por suas correspondências. Tanto no âmbito da morfologia quanto em relação ao local onde se poderia encontrar cada espécie de animal. Na descrição de Gabriel Soares de Sousa sobre a leri-peba (provavelmente a *Pteria hirundo*), verificamos a preocupação em identificar a área de ocorrência desta espécie, estabelecendo uma conexão, entre seu habitat na América e os rios lisboetas, pois as “[...] ostras, a que os índios chamam leri-pebas, que se criam em *baixios de areia* de pouca água, as quais são *como* as salmoninas que se criam no *rio de Lisboa, defronte do Barreiro*, da feição de vieiras [...]”²⁸ (grifos nossos).

Ao descrever as espécies de ostras da colônia, o cronista europeu procurava construir equivalências com todos os aspectos possíveis, fossem eles relacionados à aparência do animal, ou o local onde poderiam ser encontradas.

Algumas vezes, a melhor analogia para se descrever as espécies de ostras do Novo Mundo estava, literalmente, na palma da mão do colonizador, afinal “[...] algumas delas *são muito grandes*, e tem o miolo *como uma palma da mão* [...]”²⁹ (grifos nossos). A simpatia entre o tamanho da ostra e a mão do jesuíta Fernão Cardim mostra que, em alguns momentos, a elaboração das descrições buscava elementos que se encontravam em lugares distantes. Em outros, eles podiam estar no próprio corpo do cronista.

A descrição de Fernão Cardim é feita com entusiasmo. O jesuíta parece se admirar com o fato de uma ostra conseguir ficar tão grande quanto sua mão. Mas o quão grande eram as mãos de um adulto no século XVI? A estatura da população europeia estava, desde o século XII, em declínio. Enquanto no início da Idade Média, a estatura de um homem europeu era cerca de 1,73 cm, no século XVII esta média encontrava-se em 1,67cm³⁰. Um homem com 1,67cm teria a palma da mão com, aproximadamente, 10 cm de comprimento³¹. Aproximadamente 10 cm. Esse deveria ser o tamanho médio da ostra inspecionada por Cardim na América portuguesa.

Quando colonizadores holandeses começam a fazer, na Nova Holanda, o mesmo que portugueses fizeram na América do Sul, ou seja, descrever e classificar a fauna local, estes também estabeleceram uma escala de similitudes para estabelecer tamanho. Entretanto, o

discussão sobre os objetos de estudo da Filosofia Natural na Europa. Estes curiosi costumavam se comunicar por meio de correspondências, que podiam ou não chegar às mãos do destinatário. A partir do século XVII, estes homens perceberam que seria necessário haver um lugar fixo para debaterem e analisarem descrições, relatos ou espécimes coletados na natureza, assim surgiram academias como a Royal Society (fundada em 1660), onde estes curiosi se reuniam para discutir questões ligadas à Filosofia Natural. Nelson Papavero; José R. Pujol-Luz. Introdução histórica à biologia comparada, com especial referência à biogeografia (Rio de Janeiro: EDUR, 1997, p. 1-2. Christian F. M. dos Santos; Juscelino Neto. A natureza americana nas obras Turris Babel e Arca noé do jesuíta Athanasius Kircher (Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano IV, n. 10, Maio 2011).

²⁸ Gabriel Soares de Sousa, Tratado Descritivo do Brasil (São Paulo: Brasiliana, 1971), p. 270.

²⁹ Fernão Cardim. Tratados da terra e gente do Brasil. (Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1980), p. 59.

³⁰ Richard H. Steckel. New on the “Dark Ages”: The Remarkably tall stature of Northern European Men during the Medieval Era. (Social Science History 28:2, 211–29 (summer 2004).

³¹ Stacey Johnson; Kristine Mcpherson. Size of a Human: Body Proportions. (Disponível em: <http://hypertextbook.com/facts/2006/bodyproportions.shtml>, 2006).

membro utilizado, como unidade de medida, foi outro. Enquanto portugueses, como Cardim, utilizaram a palma da mão para dizer o quanto uma ostra poderia ser grande, os holandeses empregaram seus pés³². De fato, o advogado Adriaen Cornelissen van der Donck, ao percorrer os arredores da cidade de Nova Amsterdã em 1655, descreveu ter visto “[...] many in the shell a foot long, and broad in proportion [...]”³³. Um pé de comprimento no século XVII equivalia a, aproximadamente, 30 cm³⁴, o tamanho máximo que a ostra americana (*Crassostrea virginica*) pode alcançar. A antropometria histórica, no caso das ostras medidas por Cardim e Van der Donck, nos ajudam a perceber o quão relativo o conceito de grande poderia ser.

Também podemos verificar a utilização destes princípios comparativos nas descrições feitas por Gabriel Soares de Sousa. Em várias passagens do Tratado Descritivo os termos “*como*” e “*feição*” são empregados enquanto princípios comparativos, uma vez que o explorador não encontra outros meios para qualificar e classificar as espécies que encontrava naquele momento. Podemos observar mais alguns exemplos deste modelo empregado por Sousa, quando este descreve e classifica, de maneira categórica, os mexilhões, berbigões e mariscos:

“[...] Cria-se na vasa da Bahia infinidade de mexilhões, a que os índios chamam sururus, que são da mesma feição e tamanho e sabor dos mexilhões de Lisboa, os quais têm caranguejinhos dentro, e o mais que têm os de Lisboa; e com a minguante da lua estão muito cheios [...]”³⁵ (grifos nossos).
“[...] Dos berbigões há grande multidão na Bahia, nas praias da areia, a que os índios chamam sarnambitinga, que são da mesma feição dos de Lisboa, mas têm a casca mais grossa, e são mais pequenos [...]”³⁶ (grifos nossos).
“[...] Nas enseadas da Bahia, na vasa delas, se cria outro marisco, a que os índios chamam guaripoapém, a que os portugueses dizem linguirões, os quais são tão compridos como um dedo e mais, da mesma grossura, e têm um miolo grande [...]”³⁷ (grifos nossos).”

Descrever animais da colônia que se pareciam, mas não eram os mesmos que se encontrava na metrópole, deve ter gerado algum desconforto epistêmico. Para além da ausência de qualquer referencia a fauna do Novo Mundo, no livro bíblico do Gênese, as diferenças morfológicas e comportamentais, das espécies avistadas na América portuguesa, eram, por vezes, um desafio ao poder de descrição dos colonizadores³⁸.

³² Mark Kurlansky. *A grande ostra: cultura, história e culinária de Nova York*. (Rio de Janeiro: José Olympio. 2009), p. 34.

³³ “[...] muitas das conchas de um pé de comprimento, e largas em proporção.” Tradução nossa.

Adriaen Cornelissen Van Der Donck. *Description of the new Netherlands*. (Disponível em: http://ebooks.library.cornell.edu/cgi/t/text/text-idx?c=nys;cc=nys;rgn=main;view=text;idno=nys161_1655), p. 177.

³⁴ Fortunato José Barreiros. *Memória sobre os pesos e medidas de Portugal, Espanha, Inglaterra e França que se empregão nos trabalhos do Corpo de Engenheiros e da Arma de Artilheria; e notícia das principaes medidas da mesmas espécies, usadas para fins militares em outras nações* (Lisboa: Typografia da Academia Real de Ciências, 1838), p. 13.

³⁵ Gabriel Soares de Sousa. *Tratado Descritivo do Brasil*. (São Paulo: Brasiliense, 1971), p. 271.

³⁶ *Ibidem*, p. 271.

³⁷ *Ibidem*, p. 271.

³⁸ Christian F. M. dos Santos; Juscelino Neto. *A natureza americana nas obras Turrís Babel e Arca noé do jesuíta Athanasius Kircher*. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano IV, n. 10, Maio 2011.

Ao tentar descrever e alocar os animais do Novo Mundo em seu sistema classificatório fica evidente que, em muitos momentos, houve uma clara dificuldade em compartimentalizar algumas espécies de animais. As diferenças entre os seres endêmicos da América e os do Velho Mundo, poderiam ser sutis ou gritantes. Apesar de imaginarmos que as maiores dificuldades poderiam ser geradas por animais muito diferentes daqueles já conhecidos do europeu, os similares geravam impasses igualmente embaraçosos. Estas novas realidades com patas, escamas e garras forçavam cronistas como Sousa, a construir um novo normal, principalmente quando nos lembramos o quanto os princípios da classificação aristotélica, que previam a alocação dos seres de acordo com seu habitat, eram adotados³⁹.

Quando o assunto era a compartimentalização a partir do habitat, alguns animais pareciam fugir das gavetas aristotélicas, fazendo com que seus identificadores europeus, metaforicamente, corresse atrás destes e tentassem alocá-los nas caixas daquela sistemática trazida do Velho Mundo. Até mesmo a nomeação de algumas espécies denunciava este azáfama filosófico-natural vivido pelos colonizadores. Imaginemos a angústia classificatória de Gabriel Soares de Sousa, ao se deparar com um caranguejo que teimava em não ficar na praia. Este foi o caso do “guoanhamu”, um “caranguejo-do-mato” (*Cardisoma guanhumi*) da América portuguesa que parecia não querer ficar onde deveria. O autor do Tratado Descritivo do Brasil de 1587 tentou, mas parece não ter encontrado um lugar satisfatório em sua obra para este crustáceo.

Enfim, após algum tormento, ele expressou tal dilema classificatório:

“Andei buscando até agora onde agasalhar os caranguejos-do-mato, sem lhes achar lugar cômodo, porque para os arrumar com os caranguejos do mar parecia despropósito, pois se eles criam na terra, sem verem nem tocarem água do mar; e para os contar com os animais parece que também não lhes cabia esse lugar, pois se parecem com o marisco do mar; e por não ficarem sem gasalhado nestas lembranças, os aposentei na vizinhança do marisco de terra, ainda que se não criam na água estes caranguejos, mas em lugares úmidos por todas as ribeiras”.⁴⁰

Mesmo que, naquele momento, o cronista, explorador e senhor de engenho não soubesse muito bem onde alocar o guoanhamu ele, ainda assim, o classificou e tentou, a partir do paradigma que o conduzia, descrevê-lo e alocá-lo da maneira mais convincente possível. Entretanto, permanecia a inquietação. Apesar do sistema classificatório que Sousa transportava consigo determinar que caranguejos fossem, eminentemente, animais aquáticos, aquele caranguejo terrestre desafiava e subvertia a ordem estabelecida. Assim, a contradição estava em um ser fora do lugar. Se aquele caranguejo terrestre não chegava nem a ver ou tocar a água do mar, ele também não podia ser classificado junto dos animais terrestres, afinal, ele tinha as formas dos mariscos do mar. Enfim, o guoanhamu, ou caranguejo-do-mato, ao ser assim nomeado, causou uma “pane” naquela maneira de medir o mundo baseada nas analogias. O guoanhamu obrigou antipatias e simpatias a conviverem sob um único signo⁴¹.

Apesar de parecer constrangido pelo fato de que jamais conseguiria elencar toda biodiversidade encontrada no litoral da América portuguesa “[...] Eis em resumo o que me cabe

³⁹ Allen G. Debus. O Homem e a Natureza no Renascimento. (Porto: Porto editora, 2002).

⁴⁰ Gabriel Soares de Sousa. Tratado Descritivo do Brasil (São Paulo: Brasiliense, 1971), p. 277.

⁴¹ Michel Foucault. As Palavras e as Coisas – Uma arqueologia das ciências humanas (São Paulo: Martins Fontes, 2000).

dizer a respeito de alguns peixes de água salgada da América, os quais são, entretanto, inumeráveis⁴², o missionário francês Jean de Lery se preocupou em frisar que as raias (classe *Chondrichthyes*) encontradas na costa da América portuguesa não diferiam das encontradas nas costas da Normandia e Bretanha, apenas no tamanho. Existem cerca de 500 espécies de raias no mundo⁴³, entretanto, nem todas são tão perigosas quanto algumas das 51 encontradas no litoral do Brasil⁴⁴. A sua maneira, Jean de Lery constatou esta amplitude ao considerar a fauna marinha da colônia *inumerável*. E, apesar desta diversidade ictiológica ter, provavelmente, demovido o missionário francês da ideia de nomear toda a fauna marinha, o mesmo estabeleceu um importante critério para eleger quais espécies deveriam constar em sua obra: “As arraias que os selvagens pescam no Rio de Janeiro e nos mares vizinhos [...]. São temíveis e venenosas. [...]”⁴⁵. A partir deste ponto, Jean de Lery explica, em detalhe, porque o colonizador deveria ficar atento a tais peixes, pois ele relata que “[...] Um dia apanhamos uma e ao coloca-la na embarcação, aconteceu picar um companheiro nosso na perna; esta logo se tornou vermelha e inchada”⁴⁶.

Ao se deter na descrição morfológica da raia que, da pior maneira possível, mostrou para que poderia servir sua cauda, o missionário afirmou que a mesma “[...] tem dois chifres compridos, cinco ou seis gretas que parecem artificiais no ventre, e a cauda longa e fina”⁴⁷. É bem provável que Jean de Lery e seus companheiros tenham trazido a bordo uma raia bicuda (*Dasyatis americana*). Esta espécie ocorre em praticamente todo litoral brasileiro e, a exemplo do número de gretas descritas por Lery, a *Dasyatis* possui cerca de 5 aberturas branquiais, além da cauda delgada, que pode alcançar um comprimento duas vezes maior que o corpo. Quanto aos dois chifres compridos, estes podem ter sido confundidos com os olhos que, nesta espécie, se projetam para cima do corpo.

Apesar de serem considerados animais pouco agressivos, raias como a bicuda, quando molestadas, podem utilizar o ferrão localizado na cauda para se defenderem. O que nos leva a pensar o quão penosa a curiosidade de um viajante europeu poderia ser. Durante a ferroada, além da possível inoculação de peçonha, havia também o risco do agulhão, ou mesmo pedaços deste, permanecer no local lesionado, o que agravaria ainda mais a situação da vítima. Diante de uma fauna marinha tão diversa, o colonizador europeu poderia guiar suas descrições e classificações a partir de vários critérios. O escolhido por Lery foi o da dor.

Conclusões

A partir deste inventário de características utilizadas nos processos de classificação, percebemos que a compartimentalização de saber promovida pelas similitudes, por vezes, apresentava limitações ao se descrever, classificar, enfim, alocar todo um novo universo

⁴² Jean de Léry. Viagem à terra do Brasil. (Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961), p. 146.

⁴³ José Dias Neto. Proposta de Plano Nacional de Gestão para o uso sustentável de elasmobrânquios sobre-explotados ou ameaçados de sobre-exploração no Brasil. (Brasília: Ibama, 2011), p. 20.

⁴⁴ Marcelo Szpilman. Peixes marinhos no Brasil: guia prático de identificação (Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2000), p. 115-123.

⁴⁵ Jean de Léry. Viagem à terra do Brasil. (Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961), p. 146.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 146.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 146.

faunístico. Mesmo que os cronistas e viajantes do século XVI quisessem afirmar que a colonial leri-peba *era como* a portuguesa vieira, ou que uma ostra poderia ser tão grande quanto uma mão, a relação de simpatia estabelecida poderia não ser suficiente para o leitor da descrição. O uso das palavras “*como*” e “*feição*”, usadas em diversas das descrições feitas pelos viajantes e cronistas que passaram pela América portuguesa, denota um desgaste deste modelo de mensuração do Mundo Natural. Os seres do Novo Mundo contribuíram ao estabelecimento de paradigmas que, no decorrer da modernidade, mudaram consideravelmente os paradigmas classificatórios da Filosofia Natural⁴⁸.

E neste processo de descrição e classificação da fauna e flora do Novo Mundo, o europeu pôde se valer do conhecimento dos autóctones americanos que conheciam como ninguém aquele ambiente e os animais que viviam nele.

Uma perspectiva historiográfica multidisciplinar pode nos ajudar a encontrar, nas crônicas e tratados do século XVI, este colonizador preocupado em conhecer e catalogar aqueles interessantes e (também) importantes animais da América portuguesa. Tal abordagem, ainda que parcialmente, permite que observemos a busca por duas das necessidades mais básicas de um ser humano: conhecimento e comida.

Ao descrever ouriços do mar que eram como os de Portugal ou ostras que se criavam como no rio Tejo, este colonizador, em certa medida, procurou se valer do universo filosófico natural que o circundava no outro lado do Atlântico. Prova de que a plasticidade poderia até estar na boca que consumia a fauna da colônia, mas não no olhar que a apreendia. Afinal, como não era o mesmo que igual.

⁴⁸ Os sistemas classificatórios que permeavam a Filosofia Natural no século XVIII têm, nos trabalhos de Linnaeus e Buffon, significativas contribuições para os estudiosos/naturalistas daquele período. O primeiro desenvolveu um modelo de classificação para as plantas e, mais tarde, para os animais e minerais, a partir da hierarquização das espécies, pretendendo no livro “*Systema Naturae*” uma elaboração classificatória que intencionava categorizar todas as formas vegetais do planeta, fossem elas conhecidas ou não dos europeus. Já o naturalista o “Conde de Buffon, em *Les Époques de la Nature*, desconstruiu a ideia de uma natureza estática, inalterável desde o momento da criação. Para ele, a natureza estava em constante mudança fosse para melhor, como o caso do clima, animais e plantas do Velho Mundo, fosse para pior como o caso das degenerescências encontradas nas espécies e no clima da América. Apesar da maioria dos conceitos de Buffon não serem mais válidos, permaneceu, em certa instância, a ideia da inconstância na natureza, ou seja, animais e plantas não eram os mesmos, nem as montanhas estavam no mesmo lugar, desde o dia da criação”. Christian Fausto Moraes dos Santos. *Uma Cosmologia do Novo Mundo: Os Diálogos Geográficos de Joseph Barbosa De Sá no ano de 1769* (Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde. Rio de Janeiro, 2005); Allen Debus. *O Homem e a Natureza no Renascimento* (Porto: Porto editora, 2002).

Luís Manuel Neves Costa*

Conhecer para Ocupar. Ocupar para Dominar. Ocupação Científica do Ultramar e Estado Novo.

R E S U M O

Com a Conferência de Berlim (1885) altera-se o paradigma de posse dos espaços coloniais. Os direitos históricos cedem lugar aos títulos de Ocupação Efectiva desses territórios. Após a ocupação militar e administrativa impunha-se a ocupação científica. Impunha-se conhecer melhor para melhor dominar os territórios e desse modo demonstrar às restantes potências coloniais europeias, que os territórios africanos distribuídos estavam a ser efectivamente ocupados. A Ocupação Científica dos espaços coloniais emerge como forma de ocupação efectiva dos espaços ultramarinos e, em simultâneo, como de afirmação no plano internacional dessa mesma ocupação. Diversas áreas científicas concorrem como instrumentos e argumentos essenciais da Missão do Estado colonial ao longo do III Império português, emergindo para tal, diversas instituições com o propósito de estudar para conhecer para melhor ocupar, explorar e dominar os espaços além-mar.

Palavras-Chave: Portugal; Império Colonial; Ocupação Científica.

A B S T R A C T

With the Berlin Conference (1885) the colonial space possession paradigm is changed. The historical rights give way to the Effective Occupation of these territories. After the military and administrative occupation, the scientific occupation was imposed. Better knowledge was required to allow for a better domination of the territories and thus demonstrate to the remaining European colonial powers that the distributed African territories were being effectively occupied. As such, the Scientific Occupation of the colonial spaces rises as an effective occupation technique of the overseas spaces, and simultaneously as a form of international statement regarding that occupation. Several scientific areas compete as instruments and arguments essential for the Colonial State's Mission, throughout the III Portuguese Empire, with the emergence of several institutions aiming to study, investigate, better occupy and dominate the overseas spaces.

Keywords: Portugal; Colonial Empire; Scientific Occupation.

Colonização e Ciência: uma introdução.

A colonização apresenta uma descontinuidade geográfica e cultural e, ao mesmo tempo, uma relação de domínio entre a metrópole e as Colónias. A distância geográfica, as diferenças étnicas e culturais, a desigualdade política, económica e social tornam possível a emergência

de um *corpus* de conhecimento específico assumindo múltiplas funções ¹. Neste sentido, o colonialista e professor da Escola Colonial, Lourenço Cayolla (1912), define colonização como sendo:

“a sciencia que ensina como se formam e constituem novas sociedades civilisadas, em regiões onde os seus habitantes viviam antes sem conhecimento das leis e usos dos povos dominadores e portanto sem obediencia a essas leis e usos, e sem tirarem do sólo, apto á exploração e cultura de diversos productos, as riquezas que elle encerra, ou pode fornecer. Daqui se infere logicamente que colonias são novas sociedades que caminham para um estado perfeito de civilização, fundadas por uma nação dominadora e submettidas por ella a um regimen particular, sob a sua administração” ².

Para colonizar importa conhecer o espaço e realidade do *Outro*, construindo novos conhecimentos que dão forma a uma expressão estética do colonialismo e corpo a uma espécie de ‘acompanhamento musical’ da dominação ³. Estes novos conhecimentos construídos pela exploração e pela investigação científica procuram, ao mesmo tempo, entreter, seduzir e criar um imaginário na sociedade da metrópole que participa, desse modo, no processo de propaganda colonial. Sendo o conhecimento científico, uma construção social e cultural historicamente contextualizada, produto da sociedade ocidental, ao ser levado para os trópicos, inscreve-se num exercício do poder colonial.

Ao viajar, ao observar novos espaços, ao tomar contacto com o *Outro* (e pretender colonizar esses novos espaços e esse *Outro*), o Europeu constrói um discurso que reflecte e cataloga novas realidades, conduzindo a uma apropriação discursiva dessas mesmas realidades ⁴. O contacto com novos espaços e novas gentes conduz inevitavelmente a uma *re*-configuração efectiva (e afectiva) da conquista, da posse, do querer colonizar. Os conhecimentos produzidos sobre a natureza dos novos espaços, sobre os novos povos, numa linha naturalista (por tradição masculina, eurocêntrica, na linha de Lineu ou Humboldt), permitem estabelecer a posse intelectual e abstracta de um saber e da natureza, com traços sugestivos da idealização do viajante/ colonizador expressando o seu desejo de posse. O marco *divisório* através do qual o europeu julga e classifica a sociedade nativa é a escravatura. Esta estabelece a divisão básica entre o *Eu* e o *Outro*, sendo o *Outro* percebido como brutal e inferior ⁵. O europeu no contacto com novos espaços e novas gentes, vai produzir novas representações e novos conhecimentos sobre o mundo não europeu. Vai emergir um *saber* colonial.

Nesta lógica, com as ciências coloniais emerge uma nova cultura. A colonização enquanto fenómeno cultural, faz a destriça entre o colonizador com conhecimento e o colonizado ignorante. A ciência nas colónias é antes de mais, um instrumento de controlo, de

* Mestre em Antropologia Médica e doutorando em Antropologia (especialidade Social e Cultural), na Faculdade de Ciências e Tecnologia (Departamento de Ciências da Vida/ Antropologia) da Universidade de Coimbra.

¹ Pierre Singaravélou, *Professer l'Empire: Les 'sciences coloniales' en France sous la IIIe République* (Paris: Publications de la Sorbonne, 2009).

² Lourenço Cayolla, *Sciencia de Colonisação* (Lisboa: Typographia da Cooperativa Militar, 1912), 1-2.

³ Edward W. Said, *Culture et Impérialisme* (Paris: Fayard-Le Monde diplomatique, 2000).

⁴ Mary Louise Pratt, *Imperial eyes: travel writing and transculturation* (London: Routledge, 1992).

⁵ *Ibidem*.

dominação e um vector do imperialismo ocidental⁶. Conhecer para *poder* intervir, *vigiar* para disciplinar e regulamentar o *Outro*.

Os interesses, as motivações e as produções da ciência reconfiguram-se no tempo. A emergência do saber científico no espaço colonial é concomitante à expansão europeia⁷, fluindo, portanto, de um centro (metrópole) para a periferia (espaço colonial)⁸. Os espaços ultramarinos tornaram-se o espaço de recolha de dados científicos, ao passo que o trabalho de análise é realizado na metrópole, tornando-se as colónias beneficiárias do saber europeu⁹. As Missões de estudo científico no espaço colonial estão embutidas de uma função ideológica, exterior à própria ciência embora tenham sido criadas dentro de uma perspectiva e lógica científicas, como instrumento de excelência para a abertura e conhecimento de África¹⁰.

A partir das ciências da metrópole mobilizam-se conhecimentos que fundam novas sub-especialidades (história e geografia coloniais, direito e economia coloniais, psicologia indígena, medicina colonial...), conduzindo à criação de novas instituições de ensino e de investigação coloniais. Para tornar eficiente a ocupação científica do espaço colonial, criam-se na metrópole instituições de ensino que visam difundir as ciências coloniais e formar agentes coloniais dotando-os de um saber localizado. A institucionalização dos saberes coloniais permite analisar conjuntamente dois processos fundamentais: a profissionalização dos agentes da colonização e o movimento da construção disciplinar. A maioria dos saberes coloniais são produzidos, ou pelo menos “traduzidos” dentro do quadro do ensino superior da metrópole¹¹. O ensino superior colonial constitui um espaço de encontro e de troca entre universitários e administradores, entre políticos e homens de propaganda política. Neste sentido, a ciência afigura-se como um elemento orgânico para a colonização, assumindo-se aquela, como uma “*missão civilizadora*”. O conceito de “*missão civilizadora*” é anterior à colonização europeia dos séculos XIX e XX.

Para Portugal e Espanha, antes do século XVIII, cada “*missão civilizadora*” estava assente em pressupostos religiosos. Com o século XIX a ciência substituiu a religião, emergindo como motivo para a colonização, com missão de conduzir a humanidade a um nível superior de evolução. A par de objectivos económicos, a “*missão civilizadora*” (tendo a ciência como essência) torna-se, não apenas como um potente argumento para a ideologia da colonização e imperialismo, mas também como uma forma radicalmente nova de olhar o mundo e de (re)organizar a sociedade. A “*missão civilizadora*” tornou-se parte de uma nova ordem social dos estados europeus¹².

⁶ Pierre Singaravélou, *Professer l'Empire: Les 'sciences coloniales' en France...*

⁷ George Basalla, “The spread of western science”, *Science*. (Vol. 156, 1967): 611-622.

⁸ George Basalla explica através de um modelo triangular, a difusão do conhecimento científico ocidental para o mundo não ocidental. Na fase 1, a sociedade não científica é a fonte de recursos para a ciência europeia (os conhecimentos nesta fase, são a extensão das explorações geográficas e dos recursos naturais); a fase 2, assinala o período da ciência colonial e a fase 3 completa o processo, traduzindo a luta para a autonomização da ciência.

⁹ George Basalla, “The spread of western science”, *Science...*

¹⁰ Emmanuelle Sibeud, *Une Science Impériale pour l'Afrique ? La construction des savoirs africanistes en France 1878-1930* (Paris: Éditions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2002).

¹¹ Pierre Singaravélou, *Professer l'Empire: Les 'sciences coloniales' en France...*

¹² Patrick Petitjean, “Science and the “Civilizing Mission”: France and the Colonial Enterprise” in *Science across the European Empires 1800-1950*. ed. Benedikt Stuchtey (OUP/German Historical Institute, London, 2005), 107-128.

O facto de se identificar a ciência com o progresso, permite o estabelecer e o partilhar numa rede social, dos valores coloniais pela comunidade de cientistas. A ciência, como “*missão civilizadora*” mobiliza o altruísmo individual e colectivo como base moral da colonização, tornando-se esta perspectiva mais acentuada especialmente após a I Guerra Mundial ¹³.

A ciência é por natureza, altruísta, tornando-se a colonização um imperativo moral das nações civilizadas, para benefício dos povos “atrasados” das colónias (a ciência traria as virtudes do progresso aos povos colonizados) e como importante instrumento para explorar os recursos naturais que os indígenas não eram capazes de explorar. A ciência surge como veículo de civilização e progresso.

Este argumento assenta num certo universalismo plasmado na fórmula “the sun in the Indies does not only shine for the Indies” ¹⁴ e num determinado racismo, quando se assume que o espaço colonial é “inhabited by sleepy and languid peoples, or by tribes who are incoherent, devoid of any sense of progress, and unable to exploit the regions where destiny placed them” ¹⁵. Assim, a ciência como elemento de dominação e veículo privilegiado da *missão civilizadora*, dentro do entendimento e perspectiva ideológica colonial, vai cativar e mobilizar cientistas e intelectuais para a sua causa ¹⁶. Os *homens de ciência* desempenham um papel crucial na empresa colonial, tornando-se verdadeiros agentes da colonização na medida em que o seu trabalho visa fomentar e legitimar a expansão ultramarina por um lado, e determinar o modo de governar as colónias, por outro lado.

Importa realçar o papel da antropologia britânica no instituir do sistema do *indirect rule* nas colónias africanas da coroa inglesa. Para assegurar o domínio das possessões africanas, nenhum sistema colonial apenas contou com o poder da força e com o poder do aparelho ideológico assente em discursos e narrativas justificativos da sua *missão civilizadora*. Outras estratégias se alinharam, desenvolveram e aperfeiçoaram no decorrer do processo de administração dos espaços coloniais. Entre elas o *direct* e o *indirect rule* a partir dos quais fluem os sistemas de assimilação. Ambos os sistemas visam atingir um fim semelhante – o domínio do *Outro*. Contudo, os britânicos conferiram um ênfase, uma forma teórica e amplitude precisas, dentro de uma configuração de teoria geral de administração dos povos colonizados ao sistema do *indirect rule*. Facto este, só possível graças à imprescindível colaboração da antropologia social na fase de constituição da antropologia aplicada aos espaços africanos.

Contudo, muitos cientistas não se cingem simplesmente aos ditames e propósitos das autoridades coloniais, mas desenvolvem também a sua própria estratégia orientada pelos imperativos e restrições científicas e institucionais. Os “*agentes*” da ciência colonial dividiam-se entre duas posturas distintas: os que defendiam a construção de uma ciência pura e desinteressada e os que defendiam que a construção dos saberes coloniais funcionava como instrumento para a formação prática dos futuros colonos (contribuindo para a administração

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ A. de Haulleville [1905] cit. por Christophe Bonneuil, “Crafting and Disciplining the Tropics: Plant Science in French Colonies” in *Science in the Twentieth Century*, eds. John Krige e Dominique Pestre (Amsterdam: Harwood Academic Publishers, 1997), 79.

¹⁵ Leroy-Beaulieu [1874] cit. por Christophe Bonneuil, “Crafting and Disciplining the Tropics: Plant Science in French Colonies” in *Science in the Twentieth ...*, 80.

¹⁶ Franz Fanon e outros autores, refutam este argumento, alegando que a “*Missão Civilizadora*” dos estados da Europa, mais não era que um modelo de definição Eurocentrista, de colonialismo e de exploração.

eficiente e prosperidade económica das colónias) e como instrumento para intervir na construção e desenvolvimento de um discurso sobre os méritos da colonização – legitimando o papel da potência colonial. Ambas as posturas (científica e político-ideológica) traduzem-se na construção e desenvolvimento de um discurso colonial fundado numa dimensão bipartida: o conhecimento e valorização do espaço colonial (como modalidade de acção) e a dimensão da *missão civilizadora* da colonização (como uma *missão* justificativa da intervenção “humanitária”).

Portugal e Ciência Além-Mar

O início do interesse científico dos portugueses por espaços ultramarinos coincide com os tempos da expansão quinhentista. As expedições científicas empreendidas através do continente africano, para além do espírito pioneiro de investigação, visavam consolidar a presença portuguesa no território e estudar as condições ambientais com o intuito de facultar um bom nível sanitário às populações locais e favorecer a adaptação do europeu no espaço tropical. Serpa Pinto, Roberto Ivens e Hermenegildo Capelo, exploradores que empreenderam uma missão de reconhecimento científico e geográfico através da Expedição Geográfica à África Austral, sob o patrocínio da *Sociedade de Geografia de Lisboa*, que atribui particular ênfase à exploração do continente africano. Estes exploradores tinham como objectivos, fixados pela lei de 12 de Abril de 1877, o proceder a estudos geográficos, a observações magnéticas, recolher informações do clima, hidrologia, estudo das raças, dos usos e costumes, política e religião, assim como estudar, desenhar e coleccionar produtos histórico-naturais. Do conjunto das várias expedições e explorações dos territórios compreendidos entre Angola e Moçambique resultou o ambicioso plano de Portugal para exercer soberania sobre esses territórios, ligando a costa Atlântica à costa do Índico materializado no *Mapa Cor-de-Rosa* (1886), integrando a nova estratégia saída da Conferência de Berlim (1885) para o continente africano, que privilegiava a *ocupação efectiva* através da exploração e colonização em detrimento dos direitos históricos.

Desde as descobertas *quinhentistas* que Portugal pela da mão dos seus exploradores ou missionários, produziu conhecimento sobre as novas realidades ultramarinas, a partir das observações, descrições e interpretações. O papel dos portugueses enquanto pioneiros da investigação científica no espaço tropical estava prejudicado pela ausência de uma tradição da investigação sistemática das várias temáticas que assegurasse a continuidade e fizesse escola¹⁷.

Em finais do século XIX, com a criação da *Comissão de Cartografia* (1883) pelo Ministério da Marinha e do Ultramar, assiste-se ao aparecimento de uma organização mais sistemática e permanente de investigação científica no ultramar, embora limitada a estudos de geografia e cartografia, na medida que era premente cartografar as possessões ultramarinas e delimitar as suas fronteiras com as colónias vizinhas. Outros aspectos científicos do ultramar continuavam a ser estudados dispersamente por sociedades científicas, museus,

¹⁷ Orlando Ribeiro, *Problemas de Investigação Científica Colonial*: Colóquio realizado na Junta de Investigação Coloniais em 30 de Dezembro de 1949 (Lisboa: Ministério das Colónias. Junta de Investigações Coloniais, 1950), 1-23.

estabelecimentos de ensino superior ou a título individual¹⁸. Os coloniais reconheciam a necessidade da investigação científica dos novos espaços dos trópicos. O papel da ciência no contexto pós-conferência de Berlim foi decisivo para demonstrar o empenho dos estados europeus na exploração de África. Com as expedições empreendidas a África, Portugal, através do conhecimento científico das suas possessões pretendia alinhar com a nova política europeia, transitando do “*princípio dos direitos históricos*” para o “*princípio da ocupação efectiva*”. O programa de ocupação científica de África, com preparação institucional e em moldes modernos, estava a começar por se alinhar e efectivar.

No I Congresso Colonial (em 1901) reclama-se a “implementação de serviços meteorológicos, a organização de comissões de estudo para a fixação dos núcleos de população portuguesa, o estabelecimento dos serviços sanitários e de assistência aos indígenas e dos serviços de agrimensura”¹⁹. Enquanto no II Congresso (de 1924) o estudo científico das colónias é debatido com maior ênfase, sendo apresentada a tese, *Reconhecimento Científico das Colónias – Missões Económicas às Colónias* pelo Secretário da Sociedade de Geografia, Almirante Ernesto de Vasconcelos, argumentando que o estudo científico das colónias é a base de toda a sua administração. A investigação científica assumirá a centralidade dos debates do III Congresso Colonial (em 1930), saindo reforçada a ideia da necessidade de intensificar o estudo dos domínios coloniais.

Temos que a política colonial seguida na I República, tendente para a descentralização administrativa, para a autonomia financeira e aposta na economia das colónias é em grande medida herdada da Monarquia²⁰. Após a I Guerra Mundial e a ditadura de Sidónio Pais, retomam-se as “campanhas de pacificação” com o propósito da ocupação efectiva dos territórios, pela sua administração civil e militar efectiva e de preparar a fixação de emigrantes da metrópole. Este novo quadro impõe-se perante a necessidade de alinhamento com as exigências da Sociedade das Nações, de empreender políticas de desenvolvimento económico e exercer uma missão civilizadora em benefício dos povos colonizados. Nesta linha, impõe-se a construção de infraestruturas (estradas, caminhos de ferro, portos, habitação, hospitais) a par do desenvolvimento de diversas áreas fundamentais (agricultura, pecuária, indústria). Importa melhor conhecer as colónias, os seus recursos e potencialidades, para melhor administrar. Assim, a ciência emerge como um precioso instrumento para melhor conhecer, para melhor possuir, para melhor explorar. Este perfil da ciência, enquanto instrumento económico e de administração, transpõe na análise das teses apresentadas no II Congresso Colonial.

O interesse científico pelas colónias renova-se e intensifica-se ao longo do tempo, desenvolvendo-se diversos estudos nas mais diversas áreas do saber: Bacelar Bebiano desenvolve estudos de geologia em Angola (1917), Mimoso Guerra trabalha na Missão Geográfica (1921), Baeta Neves participa numa Missão Geográfica a Cabo Verde (1926 a 1931), as expedições de Luís Carriço a Angola para estudo da Botânica (1927 – 1937), entre

¹⁸ João Tendeiro, *A Investigação Científica no Ultramar Português*: Semana do Ultramar (Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1958).

¹⁹ Santa-Rita, J.G. 1940. “A Investigação Científica Portuguesa nos Últimos 100 anos.” *In Congresso do Mundo Português. Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso Colonial* (Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários. Secção de Congressos. Volume XIV, Tomo I, Secção I), 21.

²⁰ Valentim Alexandre, “Configurações políticas 1890-1930” *In Francisco Bettencour e Kirti Chaudhuri, “História da Expansão Portuguesa”, Vol.4, (Lisboa: Circulo de Leitores), 89-211.*

outras. Ciência (botânica, zoologia, geologia, antropologia, medicina, entre outras) e projecto colonial caminham de mãos dadas, contudo, o empenhamento na investigação dos territórios tropicais é insuficiente. O catedrático de Coimbra, Ferraz de Carvalho reconhece este facto:

“Tem sido dito e redito que não há em Portugal grande interesse pelo conhecimento científico das nossas colónias. À parte trabalhos isolados, esforços individuais, mencionando alguns publicados, o do Dr. Júlio Henriques, sobre a flora de S. Tomé, o do General Freire de Andrade, sobre a geologia da África Oriental Portuguesa, estudos metódicos, organizados, faltavam-nos até há pouco tempo. Começaram com o estabelecimento do serviço geológico de Angola (...) e com o envio da Missão de estudos geológicos à província de S. Tomé e Príncipe (...)”²¹.

Na Conferência da “*Semana das Colónias*” realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa, na noite de 24 de Maio de 1928, o professor de Botânica da Universidade de Coimbra, Luís Carriço, aborda a questão do atraso do conhecimento científico relativo às possessões ultramarinas nas diversas áreas do saber, ilustra esta situação, relatando o seguinte episódio, no caso concreto da sua área de investigação:

“Há tempos, tive de me dirigir ao Jardim Botânico de Kew, em Londres, solicitando uma informação relativa à Província de Moçambique. A resposta foi-me dada em carta, que guardo nos arquivos do Instituto Botânico de Coimbra, e da qual extraio a seguinte frase: ‘There is probably no part of Africa of which the flora has been so little investigated as Portuguese East-Africa’ ”²².

Nos primeiros anos do Estado Novo, era voz corrente que em Portugal havia pouco interesse pelo conhecimento científico das colónias. Perante um panorama de investigação pouco animador, Luís Carriço traça o diagnóstico da situação identificando os problemas e as respectivas causas:

“O nosso atraso é muito grande, e o trabalho que temos a realizar para nos pormos a par das outras nações é verdadeiramente árduo. E, o pior, é que não estamos preparados para esse trabalho: não dispomos de bases científicas convenientemente organizadas, nem de pessoal suficiente, em qualidade e em quantidade. A investigação científica, entre nós, está quase exclusivamente concentrada nas Universidades, e as Universidades têm-se desenvolvido na quase completa ignorância da nossa vida colonial. São raros os professores universitários que têm, do Ultramar português, um conhecimento directo: são mais facilmente atraídos pelos centros científicos da Europa civilizada, do que pelos mistérios que a África ainda quase virgem oferece ao seu saber. Seja dito também, em abono da verdade, que o Estado não os tem solicitado para este campo. O pouco que tem saído das Universidades, em matéria de investigação científica colonial, é devido a iniciativas isoladas”²³.

Carriço enaltece o papel de Júlio Henriques que em 1903 empreende uma missão de estudo da flora de S. Tomé, missão essa que o conduziu a uma profícua produção científica,

²¹ Anselmo Ferraz de Carvalho, “A Investigação Científica nas Colónias Portuguesas”, *Boletim Geral das Colónias* (Vol. III, n.º 23, 1927), 126.

²² Luís W. Carriço, “Investigação Científica Colonial”, *Boletim Geral das Colónias* (Lisboa: Agência Geral das Colónias, vol. IV, n.38, 1928), 28.

²³ Luís W. Carriço, “A história Natural e o Ultramar Português”, *Boletim da Agência Geral das Colónias* (Lisboa: Agência Geral das Colónias, Vol. XII, n.º132, 1936), 68.

vertida numa monografia de referência²⁴, única na bibliografia dos estudos coloniais de então, salientando que na sua qualidade “... de professor universitário de um país colonial lhe impunha o dever de se ocupar das questões coloniais”²⁵. Cabia portanto, aos homens de ciência, cumprir com uma obrigação enquanto ‘agentes’ do estado colonial – desenvolver estudos sobre o espaço ultramarino para que este possa ser conhecido, valorizado e ocupado efectivamente alcançando “perante o mundo civilizado, um dos melhores títulos de posse”²⁶. Importa conhecer para valorizar o espaço africano.

Mais do que terra de degredo, África como potencial destino para os habitantes da metrópole, à semelhança do que sucede para outros destinos (Brasil, Estados Unidos) onde os portugueses se dispersaram. Para inverter essa situação Carriço salienta a urgente necessidade de propaganda do espaço colonial extra-europeu, cabendo à investigação, divulgar as características e potencialidades dessas possessões:

“É preciso fazer compreender ao povo que essa costa de África não é uma espécie de inferno terrestre para onde só vão os relegados os desgraçados que estiverem a contas com a justiça dos homens. É preciso dizer-lhes que essa terrível costa de África não é tão má como parece, e que atrás desta costa se estende uma terra abençoada, que pode dar de comer a muitos milhões de portugueses. É preciso dizer-lhes que essa terra é tão portuguesa como aquela que suportou os seus primeiros passos: que em lugar de se irem Gastar como hóspedes em terra estranha, ali podem trabalhar como em casa sua, e ganhar honradamente a sua vida, na companhia de seus irmãos de raça (...)”²⁷.

Investigar cientificamente para melhor conhecer fornece as bases para uma administração racional dos recursos das colónias, orientando o colono nas suas acções. Cabe a tarefa de difundir inicialmente o conhecimento sobre as colónias, de fazer a sua propaganda, quem delas tem um conhecimento directo – os *professores*. A ciência desempenha um papel fulcral na mudança de mentalidades na metrópole²⁸, catalisando o interesse e atenção da sociedade de forma a atrair a vinda de novos colonos.

Mas a questão da mudança de mentalidades na sociedade da metrópole em relação às possessões africanas, não era uma questão actual, o que deixa antever um certo desinteresse, longo no tempo, em relação a África e Ásia. Informar a sociedade era uma questão premente que necessitava de uma acção de propaganda, para a qual contribuía indubitavelmente o conhecimento científico das possessões nos trópicos. Pela leitura das *Actas das Sessões da Sociedade de Geografia* de Março de 1879, esse desinteresse e necessidade de mudar fica bem patente. Escreve Simões Raposo:

“... seria conveniente que se propagasse primeiro entre o povo uma ideia diversa do que elle tem hoje acerca da nossa África; o povo não sabia das riquezas d’aquelle uberrimo continente; sabia

²⁴ Boletim da Sociedade Broteriana (vol. XXVII, 1917).

²⁵ Luís W. Carriço, “Investigação Científica Colonial” ..., 8.

²⁶ *Ibidem*, 18.

²⁷ *Idem*, 13-14.

²⁸ A realização da Exposição Colonial do Porto, as actividades desenvolvidas pela SGL e pela Agencia Geral das Colónias, a excursão escolar dirigida pelo Prof. Carriço, e as diversas missões de estudo às colónias, contribuíram para uma gradual mudança da mentalidade colonial na metrópole.

somente que era a terra para onde iam os degredados. Que a propaganda deveria começar na escola primária e ser depois continuada nos liceus...”.²⁹

A par da formação da mentalidade colonial na metrópole “...é indispensável não esquecer que as colónias exigem, em nome dos seus interesses mais vitais, que se leve a efeito, a sua ocupação científica, feita por portugueses, em terras bem portuguesas, e com dinheiro português”³⁰. Destas transcrições, ressalta a questão da nacionalidade da ciência, deixando transparecer o entendimento que as missões científicas estrangeiras nos territórios portugueses eram vanguardas de penetração política. Importava conhecer o império pela mão dos cientistas portugueses e dá-lo a conhecer aos outros.

É através de missões de estudo que o conhecimento científico das colónias se promove e constrói. Através de missões temporárias, como os casos de estudo de Botânica, Zoologia, Geologia, entre outros:

“O trabalho do naturalista comporta, em geral, duas fases sucessivas: o trabalho no campo, que compreende a observação directa, a colheita de material de estudo, e a documentação acessória, fotografias, desenhos, *croquis*, etc., e o trabalho de gabinete que consiste precisamente no estudo desse material, estudo esse que exige normalmente colecções de comparação e abundantes recursos bibliográficos. Quanto à primeira fase, para o caso de investigações coloniais, é óbvio que o trabalho tem de se realizar nas colónias. (...) A segunda fase, a fase de estudo (...) dificilmente se pode realizar hoje em África. (...) A investigação colonial deve fazer-se por missões temporárias, organizadas na metrópole, e que, realizada uma campanha de colheita e observação na região a estudar, regressem à sua base científica metropolitana”³¹.

Ou através da instituição de missões de estudo permanentes:

“... nos domínios da sciencia pura, como nos da ciência aplicada, há trabalhos que não podem realizar-se por este processo, e que exigem instalações permanentes nas colónias.(...) organizadas por forma a manterem sempre relações estreitas com as bases científicas metropolitanas”³².

Desenvolver a investigação científica colonial, desenvolvendo o estudo de novos *objectos* de estudo específicos desses espaços a partir dos referenciais da ciência metropolitana, de forma a tornarem-se “... cada vez mais íntimos os laços que unem as colónias à Mãe Pátria e será essa a forma de naturalmente esse escol de homens de sciencia que, tendo dos nossos domínios um conhecimento directo, serão espontaneamente os seus melhores propagandistas e os formadores da mentalidade colonial portuguesa”³³.

Com o Estado Novo nasce o debate da articulação da questão colonial com o conhecimento científico produzido em torno do espaço colonial e a respectiva perspectivação da sua institucionalização. Em diversos planos científicos são apresentadas e debatidas diversas

²⁹ Actas das Sessões da Sociedade de Geografia, 24 de Março, 1879.

³⁰ Armando Gonçalves Pereira, *A Ocupação Científica do Ultramar*: Conferência realizada no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, sob a presidência do Ministro das Colónias, em 18/Dez./1935, aquando da inauguração da Sala de Economia Colonial Portuguesa (Lisboa: Of. do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, 1936), 19.

³¹ Luís W. Carriço, “Investigação Científica Colonial”..., 17-19.

³² Luís W. Carriço, “Investigação Científica Colonial”..., 19.

³³ *Ibidem*, 20.

temáticas a partir do estudo e reflexão do espaço colonial, verificando-se todo um dinamismo em torno da produção dum conhecimento científico colonial. Colonizar significa poder dominar não só os recursos físicos e humanos mas também o poder dominar discursivamente, pensar e falar sobre os indivíduos e territórios subjugados, afirmando-se deste modo, o poder colonial³⁴. No sentido da afirmação deste poder surgem novas instituições e outras vêm a fortalecer-se enquanto sedes de produção e de afirmação do saber colonial³⁵.

Na vertente administrativa há a preocupação da institucionalização das ciências coloniais, o que se materializa, por exemplo, através da criação da *Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais*³⁶ (em 1936), representando o primeiro passo na planificação integrada da investigação científica, por forma a alcançar a efectiva ocupação científica do ultramar.

A *Junta* assumirá a tutela e coordenação das missões científicas às colónias³⁷, alargando a ciência colonial a novos domínios resgatando Portugal do atraso relativamente a outras potências coloniais europeias. Passaria a contemplar no seu espectro, novas “missões científicas” no âmbito das ciências sociais e humanas, especialmente no domínio da antropologia e etnografia, para o que incorporou nos seus quadros especialistas do terreno e académicos. Com a *Junta* nasce um novo impulso que se traduziu nos anos imediatamente seguintes na criação de novas missões científicas às colónias e relançamento de outras já existentes, que permitissem alcançar os seus objectivos em torno do conhecimento científico do ultramar, divulgando esses estudos, através de proficuas publicações.

Após a ocupação administrativa, a unidade política e administrativa, é fundamental caminhar para a unidade económica do território, mas para que tal suceda plenamente, tal como preconiza o *Acto Colonial* (a solidariedade económica entre a Metrópole e o Império, assim como a *Constituição* e a *Carta Orgânica*), torna-se imperativo conhecer as colónias, as suas características e potencialidades a partir da investigação científica. Era o momento de erguer as condições e os dispositivos necessários para a ocupação científica.

Figuram como áreas fundamentais a desenvolver, os estudos geográficos (para conhecimento preciso do território e seus limites assim como aspectos da geografia física, humana e económica), de climatologia (para definirem os locais mais seguros para ser

³⁴ Mary Louise Pratt, *Imperial eyes...*

³⁵ Omar Ribeiro Thomaz, *Ecoss do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português* (Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Fapesp, 2002).

³⁶ Pelo Decreto-Lei n.º 26.180 de 7 de Julho de 1936, Ministério das Colónias.

³⁷ Até à criação da *Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais*, concretizaram-se diversas missões científicas tuteladas por diversas instituições, como a Escola de Medicina Tropical (Missão para o estudo da Doença do Sono em Angola, em 1901; Missão a São Tomé e a Angola para o Estudo do Béri-béri e continuação do Estudo da Doença do Sono, em 1904; Missão à Ilha do Príncipe para o estudo da Doença do Sono, em 1907; Missão à Ilha do Príncipe para o estudo da Doença do Sono, entre 1911-1917; Missão a Moçambique para o estudo da Doença do Sono, em 1927; Missão à Guiné Portuguesa para o estudo da Doença do Sono, em 1932) (José Fraga de Azevedo, “O Instituto de Medicina Tropical”, *Anais do Instituto de Medicina Tropical*, Vol. 15, suplemento 1, 1958, 25-27) Missões executadas por nomeação governamental: Missão Hidrográfica de Moçambique, em 1929; a Missão Geográfica de Moçambique, em 1932. Missões financiadas pelo Instituto de Alta Cultura: I Missão Antropológica a África (Angola, em 1934), I Missão Antropológica a Moçambique (em 1936) entre outras (Joaquim R. Santos Júnior, “Contribuição para o estudo da Antropologia de Moçambique, Nhungués e Antumbas”, Porto: Tipografia Mendonça, 1944, 2).

estabelecerem zonas de colonização e definirem os princípios gerais da ecologia agrícola e colonial), da hidrografia, da geologia, da botânica (fundamentais para a economia agrícola e florestal). Contudo, “não basta conhecer o meio físico, vegetal e animal, é indispensável também que nos ocupemos desse elemento essencial de toda a colonização que é o indígena”³⁸, sendo fundamental implementar e desenvolver investigação em torno da antropologia, etnografia, medicina, sociologia, linguística. Todos estes estudos perspectivam alcançar um corpo de saberes, enformados numa dimensão política e capitalizar um relevante substracto económico para o Estado colonial. O antigo Ministro do Ultramar Sarmento Rodrigues, no discurso de inauguração da *Semana do Ultramar* da *Sociedade de Geografia de Lisboa* (23 de Junho de 1958) é claro quanto aos objectivos:

“É preciso valorizar a terra portuguesa enriquecendo-a de homens e de produções; é preciso conhecer as riquezas potenciais, retirá-las do esquecimento e aproveitá-las: só uma actividade científica sistemática, intensa e bem orientada nos pode levar a bom termo. De resto, não foram outros os objectivos traçados à Investigação científica do nosso Ultramar pelo consagrado mestre Celestino da Costa: ‘o estudo das riquezas naturais, animais, vegetais e minerais’ ”³⁹.

A formação dos grandes impérios europeus é acompanhada por uma institucionalização, sem precedentes de um *saber* sobre os territórios que se pretendiam dominar⁴⁰. No Estado Novo a preocupação com a produção do saber colonial surge como forma privilegiada de Portugal defender os seus territórios, à semelhança do que acontecia nas colónias francesas, belgas, holandesa ou no império inglês. A diversidade das instituições responsáveis pela produção de um “saber colonial” assume uma preocupação central, na medida que estas instituições pretendem conhecer a fundo as possessões coloniais nas suas diversas vertentes, estudando-as nos seus múltiplos aspectos, por forma a implementar o exercício da relação: conhecer – dominar – possuir – afirmar:

“... São observatórios meteorológicos e astronómicos, ... museus de história natural e os jardins botânicos, ... os laboratórios de bacteriologia, de higiene, de parasitologia, de entomologia, de patologia tropical humana e veterinária, de agronomia aplicada, etc. Grande é a variedade dessas instituições e das soluções adoptadas... Mas todos os países coloniais sentem a importância do problema, vêm os olhos dos outros povos postos nas suas colónias e não se poupam a esforços para empreenderem eles próprios os seus estudos e não dependerem para tal do estrangeiro. Assim se defendem também as colónias”⁴¹.

A *Junta das Missões* vem reafirmar as condições e interesses da ocupação científica do ultramar. Impunham-se novos âmbitos de estudo e desenvolvimento⁴². Até aqui constata-se

³⁸ Armando Gonçalves Pereira, “*A Ocupação Científica do Ultramar*”..., 26.

³⁹ Manuel Maria Sarmento Rodrigues, *Prioridade Portuguesa das Investigações Científicas no Ultramar* (Lisboa: Sociedade de Geografia, 1958), 117-118.

⁴⁰ Edward W. Said, *Orientalismo: representações ocidentais do Oriente* (Lisboa: Livros Cotovia, 2004).

⁴¹ Augusto Celestino da Costa, “A Investigação Científica Colonial”, *Congresso do Mundo Português: memórias e comunicações apresentadas ao congresso colonial: IX congresso* (Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários. Tomo I. I Secção), 98.

⁴² O trabalho de investigação levado a cabo pela *Junta das Missões*, nas mais diversas áreas, arrancou com as Missões Antropológicas, a primeira das quais a Moçambique (Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais/ Ministério das Colónias, “Missões Antropológicas”, Decreto-Lei n.º 26842, de 28 de Julho de 1936).

uma descontinuidade no estudo, produção e reprodução do conhecimento científico a partir da realidade colonial (com excepção nos estudos de geografia e cartografia, que assumiram a centralidade dos objectivos e do âmbito de acção da Comissão de Cartografia), denotando-se uma certa marginalidade do trabalho científico colonial ⁴³.

A investigação científica colonial é entendida como uma valiosa arma política, em especial após a II Guerra Mundial, onde Portugal terá de demonstrar que ocupa efectivamente os territórios, demonstrando-o de forma científica. O saber colonial é um *saber-poder* na procura da construção de um argumento pertinente e justificativo da política colonial para divulgar interna e externamente.

Na *Semana Colonial* organizada pela *Sociedade de Geografia de Lisboa* em 1958, reservada a discutir os problemas da investigação científica nas províncias ultramarinas, a temática era apresentada como uma questão essencialmente política, para lá dos interesses científicos ou económicos. A ocupação científica do espaço colonial é essencialmente uma questão de política internacional, "... assunto de grande interesse, que transcende o plano puramente científico e, mesmo, o interesse económico ou humano, para tomar foros, quando tomado em conjunto com as realizações similares noutras regiões tropicais, de factor deveras importante de política internacional" ⁴⁴.

Bacelar Bebianco presidente da *Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais*, elabora em 1941 um *Plano de Investigação Científica Colonial* ⁴⁵ no qual insere várias sugestões veiculadas pelos congressistas do Congresso Colonial, respondendo às preocupações com a actividade científica no espaço além-mar. Este *Plano*, norteador de um "colonialismo científico", priorizava as pesquisas em geografia, hidrografia, geologia, botânica, zoologia e antropologia-etnologia, visando dar corpo às "ciências coloniais".

Perante o plano de ocupação científica apresentado em 1945, deixam-se antever certas imbricações entre o saber científico e as práticas coloniais. Surgem duas correntes de opinião: por um lado a de manter a Junta como organismo administrativo, dotado com um pequeno número de homens de ciência (admitidos como funcionários permanentes), por outro lado, a que pretendia a reconversão da Junta num instituto de investigação, aberto a todos os que

⁴³ Contudo verifica-se a excepção da *Escola Superior Colonial* (fundada em 1906 e reconfigurada ao longo do tempo, dando origem em 1954, ao Instituto Superior de Estudos Ultramarinos) que se dedica em exclusivo à produção/reprodução do saber colonial. Esta escola, foi criada para formar funcionários civis da administração dos territórios ultramarinos. Em 1907, um relatório do Ministério do Ultramar fundamenta e esclarece o papel desta escola, afirmando que "os países coloniais que com desvelo tratam do desenvolvimento dos seus territórios ultramarinos, cuja riqueza carinhosamente procuram alimentar e fazer progredir, não esquecem que a base essencial d'aquelle desenvolvimento reside na instrução apropriada dos que nas suas possessões empregam a inteligência e exercitam a actividade. Esta será tanto mais fecunda quanto mais util e solida for a instrução d'aquelles a quem a vida colonial attrae, ou se vêem obrigados a emigrar para afastadas regiões..." (Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, "Organização, Programas e Regulamentos da escola Colonial", Lisboa: Imprensa Nacional, 1907: 2). Um objectivo permaneceu constante ao longo de todo o período colonial português: ministrar o ensino superior das ciências coloniais/ ultramarinas preparando quadros para a administração ultramarina e fomentar a investigação científica de questões ligadas à valorização dos territórios, do seu povoamento e estudo das populações e línguas locais.

⁴⁴ João Tendeiro, *A Investigação Científica no Ultramar Português ...*, 5.

⁴⁵ Projecto de "*Ocupação Científica do Ultramar Português. Plano elaborado pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais e o Parecer do Conselho do Império Colonial*" que só será aprovado em 1945 (Ocupação Científica do Ultramar Português, 1945).

quissem colaborar e demonstrassem possuir as qualidades necessárias, “sem por isso se tornarem funcionários e menos ainda burocratas”.

Os cientistas coloniais, embora influenciados a vários níveis pelo colonialismo, gozam de uma autonomia relativa, tornando-os opositores circunstanciais, de determinados projectos político-económicos⁴⁶. Enquanto produtores de ciência, a institucionalização do novo objecto tende a ser criativa na colónia, enquanto que, na metrópole ele tende a influenciar o desenvolvimento das suas próprias instituições científicas.

A decisão ministerial pretende ser conciliadora. Marcelo Caetano, quando é nomeado ministro das Colónias (1944-1947) reorganiza⁴⁷ a *Junta de Investigações Coloniais*, explicitando os objectivos fundamentais da instituição: melhorar as condições económicas e físicas dos *indigenas* das colónias e em seguida explorar eficientemente os recursos coloniais e enfim contribuir para um melhor conhecimento do mundo. Essa enumeração das preocupações anunciadas por Marcelo Caetano introduz uma inversão hierárquica em relação aos objectivos dispostos nos períodos anteriores.

A “ciência pura” ou “desinteressada” é trocada por uma “ciência aplicada” preocupada com a institucionalização de novas práticas e políticas indigenistas, “aos propósitos ‘humanitários’ de melhoramento das condições de vida das populações indígenas, segue-se a crueza da expressão ‘explorar eficientemente’”⁴⁸. A “vontade de saber” plasmada nas exigências administrativas, emerge como característica do domínio colonial português. Analisar as dinâmicas do domínio racional que, por um lado instrumentaliza os saberes e que, por outro, legítima as práticas desse domínio a partir de princípios “racionais”.

Com o conceito de ciências coloniais, flui uma nova cultura. São entendidas, segundo Worboys⁴⁹, como formas de conhecimento aplicado “à produção de conhecimento sistemático, à provisão de benefícios materiais e à solução de problemas práticos”, apreendendo-se um novo objecto de estudo.

As ciências coloniais como argumento político, em especial no quadro da política internacional gravita na perspectiva da doutrina da “ocupação efectiva”, enquanto ocupação natural que se segue às ocupações militar e administrativa. Por outro lado, as ciências coloniais habilitam para uma melhor acção colonial, a qual “...dependeria de um conhecimento prévio do meio físico e humano sob intervenção, com vista à sua maximização quer em termos económicos quer em termos, dele decorrentes, do bem-estar das populações em presença”⁵⁰. Um outro significado para o qual nos remete a expressão de “ciências coloniais” é que especificamente o conteúdo que lhe dá corpo, remete-nos para um espaço geográfico localizado, nos territórios de ocupação colonial.

Desta compreensão tripartida, podemos assumir a existência de duas posturas: a *pragmática* e a *académica*. Para o grupo que postula a visão *pragmática* das ciências coloniais,

⁴⁶ Michael Worboys, *Science and British Colonial Imperialism, 1895-1940* (Sussex: University of Sussex/ Ph.D dissertation, 1979).

⁴⁷ Decreto-Lei n.º 35395, de 26 de Dezembro de 1945. Decreto de reforço da soberania nacional, ao vincar o projecto de “ocupação científica” do Ultramar.

⁴⁸ Rui Pereira, “Introdução à Reedição de 1998”, in *Os Macondes de Moçambique...*

⁴⁹ Michael Worboys, *Science and British Colonial Imperialism, 1895-1940...*, 400.

⁵⁰ Nuno Porto, *Modos de Objectificação da Dominação Colonial: o caso do Museu do Dundo, 1940-1970* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2009), 104.

estas visam construir um conhecimento aplicável com proveitos para a administração colonial (nos âmbitos da política, economia, educação e medicina), enquanto que para os *académicos*, a construção de um *corpus* científico é uma construção desinteressada, visando o conhecimento puro. Para os primeiros a Medicina Tropical seria o exercício de uma Medicina para melhor possibilitar a aquisição e rentabilização de proveitos coloniais, enquanto que para os académicos, seria essencialmente Medicina, apesar de lidar com quadros nosológicos e tratamentos específicos dos trópicos, em muito, distintos da metrópole⁵¹.

Num Colóquio realizado na *Junta de Investigações Coloniais* em 30 de Dezembro de 1949, Orlando Ribeiro profere uma comunicação intitulada “*Problemas da Investigação Científica Colonial*” criticando a falta de autonomia na investigação científica, declarando o imperativo de uma contribuição portuguesa para a ciência, “...cada país, se por um lado tem o dever de contribuir para o reconhecimento dos territórios que lhe pertencem pelos seus homens de estudo, tem por outro a obrigação de trazer uma contribuição nacional para os problemas gerais da ciência”⁵².

Marcelo Caetano toma de seguida a palavra e justifica o enquadramento institucional das pesquisas científicas, em função dos objectivos políticos nacionais, deixando antever a importância política e estratégica que o saber colonial representa:

“Orlando Ribeiro disse e é verdade: a ocupação científica do Ultramar representa para um país colonial uma obrigação. Representa por outro lado uma conveniência, que é a de firmar títulos de soberania. Os títulos de soberania no século passado assentaram na ocupação efectiva, nos tratados, nas convenções, nas sentenças arbitrais. Hoje os nossos títulos de soberania têm que ser reforçados pela ocupação científica. Quer dizer, a investigação científica colonial é um objectivo político de primeira grandeza a atingir pelo Estado e é por isso que o Ministério das Colónias está directamente interessado [...]. No Ministério da Educação Nacional a investigação científica pode, na ordem das preocupações, ocupar o quarto, o quinto, o sexto lugar; no Ministério das Colónias trata-se de uma preocupação de primeiro plano”⁵³.

Em sintonia com esta postura do regime estava a declaração expressa numa circular, em 1934, pela *Sociedade Portuguesa de Antropologia e de Etnologia*, aludindo ao I Congresso Nacional de Antropologia Colonial, estabelecendo a ponte entre conhecimento científico e interesse político:

“...o conhecimento destas populações (das colónias) sob os seus aspectos biológicos, étnicos e sociais está necessariamente na base de qualquer plano racional de organização e aproveitamento das colónias. Assim, os assuntos de que vai ocupar-se o Congresso, revestem, além do seu grande interesse científico, uma alta importância nacional”⁵⁴.

⁵¹ *Ibidem*.

⁵² Orlando Ribeiro, *Problemas de Investigação Científica Colonial*: Colóquio realizado na Junta de Investigações Coloniais em 30 de Dezembro de 1949 (Lisboa: Ministério das Colónias. Junta de Investigações Coloniais, 1950), 7.

⁵³ Marcelo Caetano *cit.* por Rui Pereira, “Introdução à Reedição de 1998”, in *Os Macondes de Moçambique...*, xx.

⁵⁴ Mário Caneva Magalhães Moutinho, “O Fascismo em Portugal” *In Actas do Colóquio realizado na Faculdade de letras de Lisboa em Março de 1980* (Lisboa: Regras do Jogo, 1982), 422.

No Estado Novo a ciência é expressão de um projecto e argumento político. Enforma-se na noção de “metrópole móvel” de MacLeod⁵⁵ aludindo não apenas à ciência da metrópole (centro), mas também aos modos de fazer ciência característicos da metrópole no seu espaço colonial (periferia). Este conceito prevê a continuidade de dinâmicas nos modos e práticas científicas entre o centro e a periferia. Nestes termos, são lançadas expedições científicas, encetam-se missões de estudo, criam-se escolas e laboratórios. A ciência colonial incrementa os estudos científicos, fomentando os trabalhos e as áreas de estudo. É também o momento em que os investigadores se fixam localmente, mais ou menos dependentes da metrópole.

Impõe-se a distinção entre “colonialismo científico” e “ciência colonial”. Enquanto o “colonialismo científico”, é um processo político que se assume como deliberado, escalonado por metas parciais e pelos modos de as atingir, a “ciência colonial” é encarada como todo o conjunto de estruturas, instituições, preceitos e delimitações⁵⁶. A ciência colonial aparece assim, estritamente associada à política e estratégias coloniais.

Permanecer: instituições metropolitanas nas colónias

Após uma fase inicial, em que a empresa científica mais não é que a extensão da exploração geográfica (incluindo a inventariação dos recursos naturais), as décadas de 50 e 60 apontam para uma intensificação e expansão dos trabalhos da *Junta de Investigações Coloniais*.

Na “segunda fase de expansão” da designada “ciência colonial”, ter-se-á atingido o mais alto nível de actividade científica devido ao maior envolvimento, quer de cientistas quer do poder político na empresa científica colonial. Durante o início da segunda fase, a história natural continua a motivar grande parte do interesse científico, mas torna-se evidente que a ciência colonial aumenta os estudos científicos, aumentando-se os trabalhos e as áreas de estudo. É também o momento em que os investigadores se fixam localmente, mais ou menos dependentes da metrópole, pelo menos a partir de 1955, altura em que são criados os *Institutos de Investigação Científica, de Investigação Médica* e de *Investigação Agronómica de Angola e Moçambique*.

Os *Institutos de Investigação Científica de Angola e Moçambique*⁵⁷ foram, sob a égide da *Junta de Investigações do Ultramar*, as instituições pioneiras de investigação científica com presença permanente nas duas grandes províncias africanas, tendo por missão fomentar e desenvolver actividades de investigação no domínio das ciências geográficas, geofísicas, geológicas, biológicas e humanas. Apostava-se assim, no avanço do conhecimento científico dos territórios ultramarinos.

Os *Institutos de Investigação Médica de Angola e Moçambique*⁵⁸, organicamente sob a tutela do *Instituto de Medicina Tropical* de Lisboa, integravam-se na sua actividade científica.

⁵⁵ Roy MacLeod, “On Visiting the 'Moving Metropolis': Reflections on the Architecture of Imperial Science” in *Scientific Colonialism: A Cross Cultural Comparison*, eds. Nathan Reingold e Marc Rothenberg (Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 1987).

⁵⁶ Roy MacLeod, “On Visiting the 'Moving Metropolis'...”

⁵⁷ Criados pelo Decreto n.º 40.078, de 7 de Março de 1955 e regulamentados pelo Decreto n.º 41.029, de 15 de Março de 1957.

⁵⁸ Criados pelo Decreto n.º 40.078, de 7 de Março de 1955 e regulamentados pelo Decreto n.º 41.536, de 24 de Fevereiro de 1958.

A estes institutos competia promover e desenvolver a investigação em ciência médicas, cooperar na investigação entre instituições ultramarinas, metropolitanas e estrangeiras, difundir o conhecimento científico produzido, promover a aplicação dos conhecimentos médicos em benefício da saúde do homem e do bem-estar das sociedades, tendo em vista o progresso económico e social de todo o ultramar português. Assumiam como competência central a divulgação/propaganda de todas as actividades desenvolvidas no âmbito da medicina, nas outras províncias, na metrópole e no estrangeiro. Estes *institutos* pretendiam ser o equivalente aos *Institutos Pasteur* difundidos e instituições de referência na África Francesa.

Torna-se evidente a emergência da ideia de uma política científica ao serviço da valorização das colónias, e que assume determinadas características. Da extensão às colónias de instituições de produção de saber colonial, sobressai a criação da *Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa*⁵⁹ e do *Centro de Estudos da Guiné Portuguesa* em 1946, pelo governador Sarmento Rodrigues.

A *Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa* funcionou entre 1842 e 1961, licenciando cerca de mil médicos, cirurgiões e farmacêuticos. Estes licenciados, quase todos oriundos de Goa, não podiam exercer a sua actividade profissional em Portugal ou atingir cargos de chefia, excepto se repetissem o curso e se submetessem a novos exames no reino. Estava-lhes destinada, portanto, uma posição subalterna nos serviços de saúde das colónias de África ou mesmo Timor e Macau, locais onde só aí poderiam exercer⁶⁰.

Em 1945, com a aproximação do ciclo de comemorações do quinto centenário do império português, a *Junta* sofre uma primeira remodelação, sendo criadas missões antropológicas e etnológicas, no ano seguinte, é criado o Centro de Estudos de Cartografia e Geografia Colonial e núcleos de investigação nas colónias – nomeadamente o *Centro de Estudos da Guiné Portuguesa*.

No caso da Guiné Portuguesa, o *Centro de Estudos da Guiné Portuguesa*⁶¹, enquanto exemplo de reforma científico-institucional, desenvolveu um papel preponderante no estudo e divulgação de múltiplos estudos, nas mais diversas áreas do saber colonial⁶², havendo uma intensificação de trabalhos de campo relativos às estruturas tradicionais e etnografias locais (sobressaem os estudos de Teixeira da Mota, António Carreira, Fernando Rogado Quintino, Manuel Belchior, José Mendes Moreira, entre outros) e investimento na investigação em áreas como a história, geografia, geologia, economia, botânica, zoologia, medicina tropical, veterinária, agricultura, hidrografia, política e administração colonial, literatura, entre outras. Do trabalho desenvolvido, resultou grande base do conhecimento científico do século XX sobre a Guiné portuguesa, contribuindo indiscutivelmente para a ocupação científica desta colónia.

⁵⁹ Cristiana Bastos, “O ensino da medicina na Índia colonial portuguesa: fundação e primeiras décadas da Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa”, *História, Ciência Saude – Manguinhos* (vol. 11, supl. 1, 2004): 11-39; Cristiana Bastos, “Medicina, império e processos locais em Goa, século XIX”, *Análise Social*. (vol. XLII (182), 2007), 99-122.

⁶⁰ Cristiana Bastos, “O ensino da medicina na Índia colonial portuguesa...”

⁶¹ Centro criado pelo governador da Guiné, Almirante Sarmento Rodrigues, em 22 de Julho de 1946, com o objectivo de promover o desenvolvimento cultural da Guiné, organizar o Museu da Guiné Portuguesa e dirigir e publicar o Boletim Cultural da Guiné Portuguesa.

⁶² Clara Carvalho, “O olhar colonial: antropologia e fotografia no Centro de Estudos da Guiné Portuguesa”, *In Clara Carvalho e João de Pina Cabral (orgs.), “A persistência da história. Passado e contemporaneidade em África”*, (Lisboa: ICS, 2004), 119-145.

Para a divulgação da produção científica do *Centro de Estudos da Guiné Portuguesa* surgiu, no mesmo ano, pela mão do governador Sarmento Rodrigues, o *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, “órgão de informação e cultura da colónia”, que publicaria 111 volumes entre 1946 e 1973, assim como um conjunto de monografias etnográficas e de estudos da história da expansão e literatura de viagens. O *Boletim* seria considerado por vários especialistas, entre os quais René Pélissier, como a melhor publicação periódica científica das colónias portuguesas, tal como este *Centro de Estudos*, foi reconhecido como instituição científica colonial de excelência, resultando num ciclo de saber que ficaria conhecido como a “geração do boletim cultural”. Da análise do *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* este afigura-se como um instrumento de comunicação ímpar, tradutor da efectiva *Ocupação* do território, respondendo aos imperativos de política colonial, contribuindo desse modo para a edificação e manutenção da *noção* de Império.

A par das investigações nas diversas áreas levadas a cabo pela *Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais*, as questões de investigação das ciências médicas, com olhar dirigido para as colónias, cabem a outra instituição de referência da metrópole – o *Instituto de Medicina Tropical*, que se ocupa do estudo das *doenças exóticas* e da *higiene* nos trópicos.

A Medicina emergiu como ferramenta científica, auxiliar no processo e sucesso coloniais. As missões científicas realizadas entre 1902 e 1935 e desenhadas pela *Escola de Medicina Tropical* de Lisboa contribuíram para o enriquecimento do discurso colonial que se apoia na medicina tropical como ferramenta ideológica do Império e da colonização⁶³. A II Guerra Mundial assinala a transição de uma ideologia colonial assente na apologia da raça e no dever histórico de colonizar, para uma ideologia de teor luso-tropicalista. Após 1945, as Nações Unidas dirigem as suas atenções para a questão fundamental do colonialismo. Portugal, procura melhorar as suas expectativas, reembalando o seu imperialismo o que passava pelo redefinir da sua *missão civilizadora*. No pós-guerra, em especial, assistiu-se a um relançar da investigação científica colonial (que emerge como uma valiosa arma política, onde Portugal terá de demonstrar que ocupa efectivamente os territórios, demonstrando-o de forma científica) e a um maior investimento em infra-estruturas básicas⁶⁴.

Atribui-se um novo papel ao médico nos trópicos, enquanto agente social prestador de um serviço público e enquanto “agente de penetração e persuasão”⁶⁵. Há um reforço na tentativa de aproximar a medicina europeia (afastando ao mesmo tempo da medicina tradicional) das populações locais. A medicina tropical emerge como elemento da *missão civilizadora* e argumento de defesa do colonialismo, perante a contestação internacional, a partir da década de 1950. O *Estado Novo* na construção da sua narrativa, exhibe a Medicina como

⁶³ Isabel Amaral, “The emergence of tropical Medicine in Portugal: The School of Tropical Medicine and the Colonial Hospital of Lisbon (1902-1935)”, *Dynamis* (vol. 28, 2008), 301-328.

⁶⁴ Também na sequência da *Conferência de Bandung* (1955), numa tentativa de relançar o seu papel “humanitário”, Portugal reforçar o seu investimento em estruturas e programas de saúde, assim como na reconfiguração dos discursos em torno das colónias (províncias ultramarinas) e dos seus habitantes locais. Tal como vimos na disciplina Antropológica, como instrumento colonial, também a medicina, não mudando métodos de acção, muda discursos sobre o *Outro*.

⁶⁵ Eurico de Almeida, “*Da Assistência Médica as Indígenas na Colónia da Guiné Portuguesa*”, (Bolama: Imprensa Nacional., 1935).

elemento fundamental e justificativo da sua presença em África e da *Missão Civilizadora*: a Medicina como Propaganda (para *consumo* interno e externo). O saber colonial como um *saber-poder*, na procura da construção de um argumento pertinente, justificativo, da política colonial para divulgar interna e externamente e no qual a Escola de Medicina Tropical desempenha um papel central.

Nota Final

Todas as missões de investigação científica, temporárias ou permanentes, levadas a cabo pelas diferentes instituições da metrópole aos territórios ultramarinos, contribuindo para a *empresa da* ocupação científica do ultramar, para lá do mero interesse e motivações dos investigadores de investigar e conhecer (numa lógica de *ciência pela ciência*), estes foram norteadas por uma finalidade e estratégia política. *Conhecer é Poder* e é na relação das Universidades com os organismos de investigação ultramarina que esse conhecimento colonial é produzido, aprofundado e reproduzido, de modo a autoridade colonial melhor *poder* orientar e explorar os diversos recursos existentes e *poder* afirmar-se politicamente no plano nacional e internacional.

A ocupação científica das colónias (através do seu estudo nas mais diversas vertentes) emerge como fundamento político, como via para a exploração económica das colónias, ao mesmo tempo que permite o desenvolvimento e progressos das próprias ciências. Este desenvolvimento científico implica o desenvolvimento de instituições na metrópole, responsáveis pela organização e realização de investigação científica colonial, assim como nas próprias colónias são criados organismos de estudo científico.

Levar a civilização aos territórios tropicais que se pretendiam dominar, era levar a fé, a moral, os bons costumes, a higiene, os cuidados de saúde, a cultura ocidental mas também fomentar a exploração económica dos bens naturais aí existentes. Para lá das glórias e conquistas passadas, fruto directo das descobertas e expansão de *quinzentos*, a *Conferência de Berlim* (1885) vem impor um novo paradigma de afirmação dos títulos de posse desses espaços ultramarinos. Dominar essas possessões, como termo de afirmação de política internacional, importa observar a fórmula: *conhecer para possuir e dominar*, o que só é alcançado pela plena e empenhada *Ocupação Científica* dos territórios de além-mar.

Luísa Marroni*

“Portugal não é um país pequeno”. A lição de colonialismo na Exposição Colonial do Porto de 1934

R E S U M O

A Exposição Colonial Portuguesa realizada na cidade do Porto, em 1934, visava todo o tipo de públicos, incluindo não letrado. Na linha de sucessão de outras congéneres realizadas na Europa (Marselha, 1922, Antuérpia, 1930, Paris, 1931), o evento português veicula mensagens com duplo sentido; para dentro o país, como valorização da dimensão civilizadora do projecto colonial, para o exterior, a demonstrar a inflexível defesa do projecto colonial e a pressa em educar a população metropolitana para o desígnio e vasto Império Colonial Português. A Exposição orientava-se para uma «lição de colonialismo», pelo sensorial, reconstituindo aldeias e imagens dos humanos nelas (como zoológicos humanos).

Este artigo pretende apresentar apontamentos da Exposição Colonial Portuguesa merecedores de análise quanto à função didáctica tentada para transformação da sociedade portuguesa, num momento específico da história social e política do país, e quanto ao significado no seio de uma geração nacionalista que emerge. Pretende recensear algumas das estratégias empregues, vistas sob o prisma do conceito de pedagogia cerimonial (Schriewer, 2009), recursos aplicados com fins didácticos (espaços, arquitectura e escultura, mensagens, diaporamas, cerimónias evocativas e outros) para a lição de colonialismo.

Palavra-chave: Exposição Colonial Portuguesa. Pedagogia Cerimonial.

A B S T R A C T

The Colonial Exhibition held in city of Porto in 1934 had as one of its main purposes cover all types of audiences, including non-literate. The exhibition (held in the Crystal Palace Gardens), in line to other similar events held in Europe (Marseille, 1922, Antwerp, 1930, Paris, 1931), allow to communicate messages double meanings: to inside in the country (defending the kind civilizing the colonial project, social stability achieved by the New State and a large Portugal territorial) and to the other colonial powers. It was attempted to thus demonstrate a uncompromising defense of the colonial project and the need to "educate" the population of the metropolis. Also attempted to thus reconstruct an image of Other and make it known, for the portugueses of metropolis, as if it were a human zoo. Perhaps a transformation of Portuguese society was tested through the public space (Schriewer, 2009), settling in myths, ceremonies, and visual representations.

Keywords: Portuguese Colonial Exhibition; ceremonial pedagogy.

* Mestre em História e Educação pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP).

1. Introdução

O texto que se apresenta percorre discursos relativos à preparação e concretização da exposição colonial portuguesa, realizada no Porto, em 1934, a qual foi considerada por mentores e executores como tendo carácter nacional e por se concretizar no tempo certo, anotando referências relativas à conveniência da concretização da cerimónia para, através do espaço público, dar uma *lição de colonialismo*. O evento português evidencia aspectos característicos da relativa homogeneidade nos modos como foi produzida (se confrontada com outros eventos anteriores) e legítima diferenças que serão anotadas considerando espaço e tempo como parte do desenvolvimento e disseminação do *projeto colonial*.

Combina abordagens da história cultural na decomposição da representação da exposição no espaço e no tempo, na forma da celebração e natureza do evento, da história social na análise das fontes aplicadas às ações e às estratégias adotadas (para dar a conhecer as colónias ao visitante e para demonstrar a importância do evento e das colónias nele representadas), com abertura suficiente para conter aproximação a outras áreas. Interpela as estratégias arquitetadas, quanto à sofisticação do método e quanto à forma encontrada, para introduzir mudanças na sociedade portuguesa da época (ruptura com o passado), enquadrando com o conceito instrumental da unidade de análise *pedagogia cerimonial*² analisada pela vertente cultural quanto à relevância do conjunto de estruturas simbólicas, espaços, representações sociais, bem como de indivíduos e grupos de indivíduos comprometidos com a mudança pretendida e para a re-socialização da sociedade.

O artigo provém de um projeto de investigação encetado³ e utiliza parte das fontes daquele, especificamente, o Boletim da Agência Geral das Colónias⁴, “Primeira Exposição Colonial Portuguesa”, o Livro, Descrição e Roteiro, Relatório e Contas, Álbum Comemorativo, Regulamento Geral que inclui objectivos, organização, disposições oficiais⁵, algumas edições do jornal Comércio do Porto (a edição de 2 de Outubro de 1934, descreve o encerramento da Exposição Colonial, retratando). Considera um conjunto de trabalhos académicos e obras impressas que foram sendo consultados sobre exposições internacionais, e abordagens nacionais de âmbito etnográfico, antropológico, museológico, de arquitectura que destacam a exposição colonial portuguesa de 1934, referências que serão devidamente incluídas neste texto como bibliografia.

² Jurgen Schriewer, «“Ceremony Pedagogy” in Revolutionary Societies: Public Staging and Aesthetic Mass Inculcation in Meiji Japan, the early Soviet Union and Post-1910 Mexico» in *Remodelling Social Order Through the Conquest of Public Space: Myths, Ceremonies and Visual Representations in Revolutionary Societies*, ed. Jurgen Schriewer (Leipzig: Leipziger Univ. – Verl., 2009).

³ Curso de doutoramento em História, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, por concluir.

⁴ Boletim Geral das Colónias, números 86-87; 100; 102; 103; 104; 106; 107; 108; 109; 110-111; 118; 121, anos de 1932 a 1935, publicação mensal com excepção dos meses de Agosto e Setembro que constituem um único volume.

⁵ Decreto n.º 22.987, de 28 de Agosto de 1933.

2. A Exposição

A 1.^a *Exposição Colonial Portuguesa* realizou-se no Norte de Portugal, na cidade do Porto, espécie de junção entre o urbano e o rural⁶, fomentada pelo governo central e contou com apoio local. A primeira exposição portuguesa, oficialmente patrocinada, propunha-se ser uma forma prática de mostrar a ação colonizadora portuguesa, a extensão territorial e os recursos e as atividades económicas do Império⁷. A direção técnica foi entregue a um antigo oficial da carreira militar, Henrique Galvão⁸. Contou com o empenho e apoio financeiro do Grupo Pró-Colónias do Porto (grupo que havia sido constituído em 1930). Na divulgação, o evento contou com o apoio do Bispo do Porto e de grande parte do clero do norte, e outros intervenientes⁹ todos empenhados unanimemente em fazer «ressurgir» uma «política colonial» e «restabelecer» «finalidades imperiais dessa política¹⁰».

Estabelecida no edifício do Palácio de Cristal e jardim envolvente¹¹, a exposição durou três meses e meio – desde 16 de Junho a 30 de Setembro de 1934 – culminando com a realização de um cortejo alegórico¹² que percorreu as ruas da cidade do Porto, desde a foz do Rio Douro até ao Jardins do Palácio de Cristal¹³. Enquanto decorreu, foram assinalados *dias marcantes* da História de cada Colónia enfatizando o carácter educativo. A Exposição originou idealização e construção de cartazes, monumentos, realização de filmes, edição de teses, livros e álbuns, materializados objectos promocionais (como cartazes, postais¹⁴, selos¹⁵, pisa-papéis, cinzeiros,

⁶ A exposição constituiu fenómeno urbano. No século XIX, a escolha do espaço para localização das exposições foi motivo de debate, considerando as infra-estruturas que resultavam para as cidades (como o metro de Paris, em 1900) sendo menos onerosas as que se realizam na periferia. A escolha do Palácio de Cristal do Porto, implicou melhoramentos no espaço. No evento português, enfatiza-se a junção do urbano e do rural para divulgar e defender o império desconhecido «(...) Desde o professor grave (...) até ao camponês iletrado e ingénuo (...)», «(...) o dia em que a cidade e o campo se deram as mãos para, fraternalmente, aclamarem o nosso esforço colonizador, a nossa alta missão civilizadora...», cf. "Livro da 1.^a Exposição Colonial Portuguesa", (Porto, 1934), 4-9.

⁷ "A exposição será organizada com critério essencialmente prático, mostrando a extensão, intensidade e efeitos da ação colonizadora portuguesa, os recursos e actividades económicas do Império e as possibilidades de estreitamento de relações comerciais entre as várias partes da Nação" (artigo 2.^o, do Decreto n.º 22.987, de 28 de Agosto de 1933).

⁸ Henrique Galvão, um oficial da carreira militar (saído do sidonismo que em 1929) foi nomeado governador de uma província de Angola. Foi responsável por alguns eventos de promoção colonial realizados na década de 30 do século XX, incluindo as «Feiras de Amostras Coloniais» concretizadas em 1932, em Luanda e Lorenzo Marques.

⁹ Excursões ferroviárias – organizadas pela CP, provenientes de vários pontos do país chegaram ao Porto (Grande Excursão Nacional) registando milhares de passageiros –, e rodoviárias – organizadas por entidades várias do Norte do país (e também da Galiza), muitas das realizadas aos Domingos partiam do apelo feito na missa pelos párocos.

¹⁰ "Livro da 1.^a Exposição Colonial Portuguesa", (Porto, 1934), 4.

¹¹ O Palácio de Cristal estava votado ao abandono antes do evento, tendo sido recuperado para o efeito.

¹² O cortejo alegórico do «Império colonial» português continha retratos e alegorias de episódios e figuras da história do país (Descobrimientos) e da actualidade, com destaque para exemplares de produtos, de animais e humanos das mais de vinte regiões do país (metropolitano e colonial).

¹³ "1.^a Exposição Colonial Portuguesa", *O Cortejo Colonial. Descrição e Roteiro*, (Porto, 1934), 3.

¹⁴ Postais com motivos das colónias, da empresa gráfica Lito Invicta, Lda.

¹⁵ Uma série de selos emitidos pelos Correios portugueses, com a representação de busto indígena, desenhados por Almada Negreiros e Arnaldo Fragoso.

medalhas, pratos, taças e peças com miniaturas¹⁶), bem como, produzida e difundida vasta descrição geográfica, económica, demográfica de cada colónia. Realizaram-se concursos, congressos, romagens, provas desportivas, excursões (incluindo excursões de escolares), culminando num acontecimento que registou a presença de *ilustres* visitantes¹⁷, e de outros menos ilustres, que a estatística contabiliza em um milhão e trezentos mil visitantes (1.300.000)¹⁸, o que configura um número assinalável.

A exposição apresentava-se constituída por secção oficial e secção particular. A secção oficial organizada por quinze áreas ou temas (história da obra colonial portuguesa, representação etnográfica, representação militar, monumentos, parque zoológico, teatro oficial, cinema oficial, informações, correios e telégrafos, livraria colonial, socorro e assistência aos indígenas, sala de exposição de arte, conferências e congressos, posto de provas de produtos coloniais, cantina), e diferenciados produtos e produtores completavam a secção particular. António Medeiros designa-a como «exercício autoritário de pedagogia imperial e nacionalista» e, citando Fernando Rosas (1996), considera visível e em grande escala o ensino e a exaltação do império propostos como factos de legitimidade incontestável para todos os contemporâneos – procedimentos pedagógicos veiculados em representações encenadas (exposições, dioramas, cortejos) a «exposição e os seus conteúdos ideológicos para o consumo e doutrinação mais eficazes das massas visitantes»¹⁹.

O director técnico da Exposição, Henrique Galvão²⁰ refere, *à posteriori*, que a exposição ocorre no «momento próprio²¹» com cunho imprescindível. Cita que se realizou com «bastante soma de elementos para convencer os mais renitentes, com bastante originalidade de processos para ensinar os menos letrados e os próprios analfabetos²²».

A exposição colonial realizada em 1934 servia assim o pressuposto de combater a ignorância da população metropolitana em relação aos domínios ultramarinos, destinada a educar os portugueses (letrados e iletrados) sobre os assuntos coloniais e projeto imperial.

¹⁶ A fábrica da Vista Alegre produziu peças para a Exposição, como pratos e taças decorados motivos diversos, com predomínio para a representação de elefantes (mascote), a representação da fachada da Exposição, de produtos coloniais e outros, em alguns casos com identificação do evento no verso.

¹⁷ A título de exemplo, a secção portuguesa «Informações e Notícias» do “Boletim Geral das Colónias”, de Agosto / Setembro de 1934, regista a presença de «O Príncipe de Gales na Exposição Colonial do Porto». Outras individualidades deixaram autógrafos atestando a sua presença no evento.

¹⁸ “Livro da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa”, (Porto, 1934), 4.

¹⁹ António Medeiros, “Primeira Exposição Colonial Portuguesa (1934). Representação Etnográfica e cultura popular moderna”, in *Vozes do Povo. A Folclorização em Portugal*, Capítulo 6, orgs. Salwa El-Shawan, Jorge Freitas Branco (Oeiras: Celta Editora, 2003), 158.

²⁰ Henrique Galvão foi um dos principais defensores do termo «império» como refere Yves Léonard, “O Império Colonial Salazarista” in *História da Expansão Portuguesa*, Volume 5, *Último Império e Recentramento (1930-1998)*, eds. Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri (Lisboa: Temas e Debates, 2000), 10-30.

²¹ «Nem mais cedo teria sido possível levá-la a efeito nem para mais tarde conviria adiar um acontecimento que a nossa posição e espírito de nação colonial exigiam que se desse», em “Livro da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa”, (Porto, 1934), 8.

²² Henrique Galvão, (1935). “Primeira Exposição Colonial Portuguesa”. *Relatório e Contas* (Lisboa: Divisão de Publicação da Agência Geral das Colónias, 1935), 14.

Como exibição de assuntos coloniais este não foi o primeiro evento do género. Sucede a outros projetos anteriores de exibição (*amostras*) dos recursos materiais e humanos²³ das colónias²⁴, incluindo na própria cidade do Porto²⁵. Não sendo inovadora, serviu de ensaio para outros eventos ulteriores, designadamente, a Exposição Histórica da Ocupação realizada em 1937 e destas para a Exposição do Mundo Português, em 1940.

Nos pressupostos para a realização da exposição colonial portuguesa verificam-se referências à oportunidade da realização (“tempo certo”) e fins determinados (“lição de colonialismo”), como que sendo concebida para um *momento oportuno* e com fins pedagógicos. Na concretização, combina um conjunto de meios, dispositivos organizados ou adaptados para veicular informação escrita ou sensorial que possibilitam conceptualizar o significado do evento no seio de uma geração nacionalista em formação, para a sobrevivência e reforço da ideia e política imperiais (no século XX) mas, sobretudo, como base política e ideológica da construção da unidade nacional, ou, usando um conceito da época, de «ressurgimento imperial²⁶».

A realização deste evento colonial em 1934 surge anacrónico face às congéneres europeias. Das exposições que ocorrem, sobretudo, em finais do século XIX e inícios do século XX, poucas se afirmaram exclusivamente pela temática colonial²⁷. Destas, destaca-se, neste artigo, o evento francês realizado três anos antes, em 1931, a Exposition Internationale Coloniale realizada em Vincennes, Paris, dada a temática, a proximidade cronológica dos dois eventos e, ainda, pelas relações patentes nas duas realidades. Parece evidente que a exposição francesa tenha servido de exemplo²⁸, pese embora Henrique Galvão afirme distanciamento²⁹.

Na década de noventa do século XIX os industriais portugueses defendiam a *complementaridade dos mercados* metropolitano e ultramarino, no século seguinte, com a crise económica verificada nos finais dos anos vinte, o mercado colonial apresenta-se como tema de debate. O *renascer* do interesse pelas questões e mercados coloniais, redobra após o golpe

²³ Veja-se a referência à «tabanca» (aldeia indígena) da Grande Exposição Industrial Portuguesa, realizada em 1932, em Lisboa, na qual foram exibidos alguns *fulas* trazidos a Lisboa para o efeito, uma interessante descrição do escritor guineense, Fausto Duarte, em Leonor Pires Martins, *Um Império de papel. Imagens do Colonialismo Português na Imprensa Periódica Ilustrada (1875-1940)* (Lisboa: Edições 70), 166.

²⁴ Maria Isabel João, “Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)” (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002), 358-377.

²⁵ A Exposição Insular e Colonial Portuguesa, realizada no Porto, em 1894, no espaço do Palácio de Crystal.

²⁶ “O ressurgimento colonial é um capítulo do movimento nacional de ressurreição e de resgate em que o Sr. Presidente do Ministério tão valorosamente e dedicadamente nos lançou”, em “Primeira Exposição Colonial Portuguesa” em *Relatório e Contas* (Lisboa: Divisão de Publicação da Agência Geral das Colónias, 1934), 12.

²⁷ B. Schroeder-Gudehus, A. Rasmussen, “Les faustes du progrès. L’Expositions Universelles 1951 – 1992” (Paris: Centre de l’Histoire Urbaine, Farmmasion, 1992); Cristina Pimentel, “O sistema museológico português (1833-1991)” (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa, 2005); J. Mimoso Moreira, “As nossas representações coloniais no estrangeiro” in *O Livro da Exposição. 1.ª Exposição Colonial Portuguesa* (Porto, 1934), 17-21.

²⁸ “A Primeira Exposição Colonial Portuguesa é filha de um pensamento de política Imperial que, na larga e brilhante representação portuguesa na Exposição Internacional de Paris teve a sua realização inicial”, em Henrique Galvão, “Álbum Comemorativo da Primeira Exposição Colonial Portuguesa” (Porto, Litografia Nacional, 1934), 7.

²⁹ «Não imitámos pois – procurámos, pelo contrário, fugir a qualquer semelhança (...)» “Primeira Exposição Colonial Portuguesa” in *Relatório e Contas* (Lisboa: Divisão de Publicação da Agência Geral das Colónias, 1934), 16.

militar de 28 de Maio de 1926. Os factores económicos e políticos³⁰ e a experiência adquirida com a participação portuguesa nas diversas exposições internacionais (algumas de cariz colonial³¹), ou com celebrações³², congressos e exposições³³ e outras festividades, parecem ter funcionado como estímulo para a produção de um evento colonial, à escala da nação, que apresenta semelhanças com a exposição de Paris, em 1931³⁴.

Para a concretização do evento colonial portuense conjugaram-se diversos esforços procedentes de agregados setoriais diferentes e, mesmo, concorrentes³⁵ na região. A Associação Industrial Portuense apoia financeiramente o evento promovido pelo Movimento Pró-Colónias, com sede na Associação Comercial do Porto, então liderada por António Calém, subscrevendo parte do capital da sociedade anónima criada para o efeito e participando em diversos eventos³⁶. A Exposição Colonial agregou duas associações sectoriais (comercial e industrial) do Porto.

A preparação da Exposição Colonial do Porto não foi resultado do *improvisado* (descrito como habitual na época). Concluída a participação portuguesa na exposição francesa, surgiram artigos na imprensa escrita defendendo a necessidade do país realizar um evento similar, à escala nacional, com considerações e sugestões quanto ao tipo de certame e aspectos a ter em conta com a respectiva organização³⁷. Foram promovidos vários congressos e colóquios sobre

³⁰ As décadas de vinte e trinta do século XX são determinantes em termos de acontecimentos na Europa. E em Portugal, no período de 1926 a 1933, sucedem episódios que parecem ter contribuído para o processo de decisão e posterior concretização da Exposição, especialmente, os que servem para reforçar o poder central: internamente, a constituição da organização política oficial – União Nacional – fundada em 1930, o Acto Colonial (Decreto n.º 18.570, de 8 de Julho de 1930) e a consagração do Acto Colonial e do Estatuto Nacional do Trabalho na Constituição de 1933 (vindo a substituir a designação de “províncias ultramarinas” por “colónias”). Externamente persistia a pressão exercida pela Sociedade das Nações para acabar com o trabalho forçado nas possessões ultramarinas portuguesas.

³¹ De 1851 até ao final do século, Portugal participou ou esteve representado em diversos eventos internacionais.

³² Efemérides do 28 de Maio de 1926, nos anos de 1930 e de 1933.

³³ Já no ano de 1934, em Lisboa, o I Congresso da União Nacional, no Coliseu dos Recreios e a Exposição sobre a Obra da Ditadura, organizada por António Sérgio.

³⁴ J. Mimoso Moreira, Chefe de Divisão de Propaganda e Publicidade, num artigo intitulado “Uma Exposição Colonial. Considerações e sugestões sobre a necessidade e organização”, referia o seguinte: «As recentes exposições internacionais em que Portugal se fez representar criaram naturalmente esta aspiração: depois das exposições, seguidas, em três anos, que fizemos no Estrangeiro onde gastámos importantes quantias, porque não repetimos no País essa demonstração, para conhecimentos dos portugueses que não puderam visitar esses certames?», in “Boletim Geral das Colónias”, (Lisboa, Agência Geral das Colónias, Agosto-Setembro, n.º 86-87, 1932), 53.

³⁵ Em 25 de Março de 1933, numa Assembleia-geral da Associação Industrial Portuense, o então dirigente, Francisco Xavier Esteves, afirma que «O problema colonial é neste momento fundamental para a vida da nação, dada a crise económica que atravessamos e as incertezas da política internacional, pois perante uma Espanha inquieta e sobressaltada e as outras nações europeias com uma grave crise interna, devemos meditar na nossa posição de país com domínios ultramarinos que carece, como a França, de viver dos seus próprios recursos. Hoje só é feliz o país que pode viver com independência, mantendo a sua autonomia económica e financeira (...)», argumentos com os quais exorta os industriais a acarinharem a exposição colonial portuguesa, que ser realizaria no ano seguinte, em Fernando de Sousa, Jorge Fernandes Alves, “A Associação Industrial Portuense. Para a História do Associativismo Empresarial, Associação Industrial Portuense” (Porto: Câmara do Comércio e Indústria, 1996), 149-153.

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ “(...) Para o momento presente entendemos que seria de mais alto e proveitoso significado *mostrar* o que existe e se fez nas colónias neste último quarto de século (...).

temas coloniais³⁸. A ideia contou com o empenho do Ministro das Colónias e da Agência Geral das Colónias. Enquanto decorriam os trabalhos de recuperação do Palácio de Cristal e Jardins, o Ministro das Colónias visitou o espaço e o director técnico conduziu outros diversos convidados pelos espaços, dando a conhecer o projecto. As visitas e as informações que foram prestadas aos visitantes mereceram destaque na imprensa local, com apreciações acerca da utilização projectada para cada espaço, edificado e jardim envolvente, opções e propósitos³⁹. O tema da Exposição, em geral, mereceu destaque na imprensa escrita, antes, durante e após a respectiva realização.

2.1 As mensagens

A imprensa contribuiu para o conhecimento e propagação do tema das colónias nos seus leitores, dando destaque a acontecimentos ocorridos ou artigos relacionados que apresentavam expressões como «mostrar», «dar a conhecer», «divulgar» e conteúdo relativo a assuntos coloniais⁴⁰. Revistas e jornais publicavam regularmente notícias relativas à exposição colonial, artigos e imagens relacionadas com o evento destacavam aspectos da vida e dos habitantes das colónias, por vezes nas primeiras páginas da edição. Apreciada pelos artigos publicados, a exposição colonial portuguesa servia como prova irrefutável da ocupação dos domínios ultramarinos, sobretudo junto das restantes *potências* colonizadoras estrangeiras, e do interesse e esforço do país na exploração dos respectivos recursos e no cuidado para com as populações. Estava fixada a intenção pedagógica da exposição: uma *lição* da nação como comunidade política mais vasta e diferente daquela que era conhecida. Outra dimensão geográfica, outras

Compôr, por exemplo, uma colecção de trabalhos científicos de estudos, de assistência, como os ingleses apresentaram nas exposições de Antuérpia e Paris e como os franceses igualmente expuseram no seu certame do ano passado (...).

Igualmente se pode organizar uma demonstração da evolução da ocupação militar nas colónias até à fase da entrega do poder aos civis de todos os territórios nacionais pacificados.

A acção da soberania nacional através dos tempos, desde a alforria aos negros até às modernas reformas legislativas, códigos de indigenato, reformas sociais, cartas orgânicas, conselhos de colaboração local, assistência moral, etc.

Relêvo aos trabalhos e estudos etnográficos, geológicos, botânicos, cartográficos e tantos outros, mostrando, como dissemos, o trabalho desta geração, marcando-se posição, neste ponto, das colónias há 25 ou 30 anos e a de hoje (...). Excerto das considerações e sugestões feitas por J. Mimoso Moreira, sobre a necessidade de organizar uma Exposição nacional e aspectos a ter em conta quanto à respectiva organização. *Ibidem*, 57-58.

³⁸ Congressos e conferências de enquadramento colonial e ou imperial sobre ensino, antropologia, militar, economia.

³⁹ Numa visita feita a jornalistas e outros convidados, o director técnico Henrique Galvão explicou que “a realização do certame obedecia a um grande pensamento colonial”. A Nave Central “será aproveitada para, duma maneira, expressiva, marcar o passado, o presente e o futuro da nossa epopeia colonial. A entrada far-se-á por um «hall» onde a luz coada formará um ambiente místico (...). Na segunda divisão da nave ficará a documentação do nosso esforço no Ultramar desde há cinquenta anos, afirmando um magnífico sentido de ressurgimento nacional”. Sobre a forma de expor, refere “(...) utilizar-se-á, de preferência, o diorama cenográfico. Impressões vivas. Aspectos movimentados. Interêsse palpitante (...)”, em BGC, n.º 100 (Lisboa, Agência Geral das Colónias, Outubro, 1932), 177-179.

⁴⁰ A imprensa escrita serve-se de termos como «divulgar», «dar a conhecer», «familiarizar», «mostrar» em grande variedade de publicações periódicas e artigos, conforme analisado em Leonor Pires Martins, *Um Império de papel. Imagens do Colonialismo Português na Imprensa Periódica Ilustrada (1875-1940)* (Lisboa: Edições 70), 149.

fronteiras, diferentes tipos de habitantes, diversificados recursos, utensílios, formas de construção e artesanato.

Em termos de geografia e de público, as mensagens mostravam duplo sentido (para dentro e para fora do país). Para consumo interno importava fortificar a obra e o mentor: «Portugal pode, se nós quisermos ser uma grande e próspera nação. Sê-lo-á⁴¹».

As mensagens internas, destinadas a detractores e ao povo em geral, procuram valorizar a dimensão civilizadora do projecto colonial, criando uma mentalidade específica baseada no conhecimento e no envolvimento da população. Quer no texto da imprensa escrita quer nas ilustrações as imagens parecem procurar criar afinidades⁴² tais como as planícies alentejanas e os planaltos angolanos e moçambicanos, como que estabelecendo com o público a relação de pertença aos territórios ultramarinos e inúmeros recursos, consolidando o teor do Acto Colonial⁴³ de 1930 (que acabou por integrar a Constituição de 1933). No caso das camadas mais jovens⁴⁴, prepara-se o futuro pela via do ensino colonial, na estima pela causa colonial e nas vantagens de uma carreira de funcionário colonial para os jovens que importava aliciar e preparar.

Os resumos em idioma francês e inglês contidos em publicações, como o Boletim Geral das Colónias⁴⁵, colaboravam demonstrando o processo de afirmação da força física do Estado face ao interesse latente de outras Nações pelos territórios portugueses ultramarinos. A demonstração de domínio e a pedagogia imperial procurava maior abrangência de públicos, incluindo dos que *cobiçavam* os territórios portugueses.

O argumento da defesa dos territórios cobiçado por outras potências coloniais⁴⁶, funciona como tema federador do empenho em marcar posição de inflexível defesa do projecto colonial, justificando o empenho e a necessidade de *ensinar* à população da metrópole o projecto colonial delineado. Salazar reforça a liderança, imagem de timoneiro que enceta no “momento certo” a mudança na forma de ver e na forma de explorar as colónias, conferindo mística imperial ao projecto colonial e à figura do estadista. O hipotético “perigo” de ameaça e cobiça estrangeira não apenas fundamenta como reforça a autoridade de Salazar como líder do renascimento, do ressurgimento da política imperial, acabando por entusiasmar diferentes simpatizantes.

⁴¹ Frase de Salazar, dentro da estética fascista, como refere Maria Tereza Siza, dir. “A porta do meio. A Exposição Colonial de 1934. Fotografias de Domingos Alvão” (Porto, Centro Português de Fotografia, 2001), 172.

⁴² *Ibidem*, 158.

⁴³ Equivale à forma de relação política administra e financeira da Metrópole em relação às Colónias espécie de *unificação administrativa*. Decorre do diploma legal promulgado – Decreto-lei n.º 18570/1930, de 8 de Julho – que colocou fim a um período de relativa autonomia das colónias e deu início à posição centralista corporizada na expressão de *Império Colonial Português*. O diploma vigorou até 1951, ano da publicação do diploma que o substituiu e trocou a noção de «colónia» para «província ultramarina».

⁴⁴ O I Congresso de Ensino Colonial na Metrópole, realizado em 1934 inserido no projecto da Exposição, concluiu pela necessidade da defesa do Ensino Colonial nos Liceus, propondo alteração de programas das disciplinas para contemplar mais informação e aspectos relacionados com a causa colonial, pela constituição de museus e bibliotecas nos liceus, contendo referências coloniais mais específicas. As viagens, excursões e concursos vocacionados para os alunos dos liceus, relacionados com o tema, foram outros assuntos abordados.

⁴⁵ Maria Luísa Marroni, “Os outros e a construção da escola colonial portuguesa no Boletim Geral das Colónias (1925-1951)”, (Diss. Mestrado em História e Educação, Universidade do Porto), 15.

⁴⁶ Com destaque para disputa pelos territórios intentada pela Alemanha e Itália em Março de 1933.

Os responsáveis pela exposição colonial, defensores das colónias e do imperialismo que sustentaram a necessidade do certame, apelidaram de «capítulo do movimento nacional de ressurreição e de resgate», «ressurgimento da política imperial é uma realização do Estado Novo⁴⁷». Lembravam que apesar do «esforço e propaganda realizada nos últimos anos, as colónias eram ainda ignoradas pela maioria dos homens deste povo colonizador e mestre de colonizadores» e que as colónias «serviram para... cantar o Fado. Nunca se ensinara, nem ao povo nem aos homens de escola, o que eram, o que continham, o que significavam as colónias⁴⁸».

As mensagens internas demonstram, também, modernidade e sucesso. O sucesso conseguido na questão do equilíbrio financeiro, a ideia da estabilidade social conseguida pelo Estado (novo), e da modernidade, que se desenvolve a par da imagem da vasta dimensão territorial de Portugal.

A realização da Exposição Colonial Portuguesa, conseguida com sucesso (a par das que foram concretizadas por potências coloniais como Espanha, Bélgica, França) atesta, para visitantes nacionais e estrangeiros, a modernidade e o progresso do Estado executor. Expõe equipamentos e maquinaria (como, entre outros, fábricas, caminhos-de-ferro, portos fluviais e marítimos, e o teleférico) demonstrando capacidade de realização, imagem de dinâmica renovadora. Relativamente às colónias, confirma a posse e a exploração dos recursos existentes nelas. Acciaiuoli refere ser «o primeiro grande documentário realizado sobre a obra da Ditadura. A circunstância de António Ferro ter sido o seu autor e de ter tido igualmente o encargo de preparar a representação Portuguesa em Paris e Nova Iorque onde fixou o recorte de uma imagem moderna do Estado Novo, permite-nos julgar que tudo se jogou nestas exposições que prepararam e marcaram as opções estéticas verificadas na magna exposição do Mundo Português⁴⁹».

O reconhecimento e de defesa imperialista são introduzidos no universo mental através de uma espécie de didáctica – dar a conhecer para melhor defender – recorrendo a diaporamas, esculturas, cerimónias e outros mecanismos mais facilmente compreendidos pelas massas iletradas.

As mensagens sensoriais que foram utilizadas na exposição colonial portuguesa foram pensadas desde o início, com a escolha do espaço público – Jardins do Palácio de Cristal – com árvores frondosas e alamedas largas, invocam florestas tropicais, pontuadas com aldeias típicas edificadas em espaços pensados para a representação da vida de cada território exposto. Outras encenações foram pensadas para permitir a experiência de visita de conhecimento *do* império português *comparável à visita de estudo* que são realizadas para professores e estudantes⁵⁰,

⁴⁷ Maria Tereza Siza, dir. "A porta do meio. A Exposição Colonial de 1934. Fotografias de Domingos Alvão", 167. Mensagem incluída no interior do Palácio, no palco ao fundo da nave, na designada alegoria do futuro Império.

⁴⁸ Henrique Galvão, "Primeira Exposição Colonial Portuguesa" in *Relatório e Contas* (Lisboa: Divisão de Publicação da Agência Geral das Colónias, 1935), 12-13.

⁴⁹ Margarida Acciaiuoli, "Exposições do Estado Novo : 1934–1940" (Lisboa, Livros Horizonte, 1998), 10.

⁵⁰ Referências à preparação de visitas de estudo às colónias (de académicos) surgem no Boletim Geral das Colónias desde 1929. O número de Junho de 1929 reproduz uma notícia, publicada em O Século, sobre a preparação da visita de professores e estudantes da Universidade de Coimbra às Colónias, promovida pelo então ministro da Educação, Gustavo Cordeiro Ramos e patrocinada pela Junta da Educação Nacional, em "Missão de Professores e estudantes às colónias", *Boletim Geral das Colónias* (Ano V, n.º 48, 1929), 118.

numa lógica de educação pública. A visita ao império português reedita a estratégia lúdico-turística fomentada pelo evento francês, em 1931, de permitir dar uma *volta ao mundo em um dia*.

Os sentidos são especialmente estimulados pelas obras de arte idealizadas – com destaque para o *Monumento ao esforço do colonizador*, da autoria de Ponce de Castro, composto por bloco de granito rematado com brasão de armas e sustentado por seis figuras alegóricas (mulher, missionário, militar, médico, colono, comerciante). Património artístico edificado para compreensão de acontecimentos que sendo escritos, em texto, não seriam apreendidos pela maioria da população visitante. Este monumento, em particular, simboliza o Império como sustentáculo da identidade nacional e encontrava-se habilmente localizado na entrada da exposição, de frente para o Palácio de Cristal, encenando a recepção em *mística imperial*⁵¹: a missão civilizadora e missionária do povo português, a ideia da unidade indissolúvel do império defendida pelo Ministro das Colónias Armindo Monteiro.

A par da escultura e de frases sentidas, nos espaços e na reutilização do edificado pré-existente, pontuavam vários monumentos dedicados à obra portuguesa de colonização e de expansão, e na reprodução de monumentos emblemáticos de algumas colónias (como o Farol da Guia de Macau, o Arco dos Vice-Reis da Índia, o Templo Hindu) que engrandeciam, na exposição, a fronteira metropolitana.

Os fundamentos do Império (a extensão e diversidade territorial) podiam, assim, ser apreendidos pelos sentidos (em especial pela visão), preenchendo a incapacidade de acesso e de compreensão da informação escrita. Para chegar ao público letrado, a organização do evento contou com a cumplicidade da imprensa escrita produzida sobre o tema da exposição colonial. O tema das colónias abunda na imprensa, em publicações periódicas. Além do assinalável número de artigos dedicados à exposição e às colónias, os artigos merecem destaque pela disposição nas páginas e, por vezes, nas próprias capas (escolha de tipos africanos para a capa como se verificou com a Revista Civilização, em Junho de 1934, no número dedicado à exposição que escolheu uma foto da balanta Rosinha⁵²). Lado a lado notícias de uma e outra parte do território, quase não se distinguindo se o objecto da notícia (ou da imagem no jornal ou na revista) é do território de quem ou de além-mar.

Encarada a abrangência mais ampla, a Exposição Colonial de 1934 pode ser percebida como forma de *ofensiva patriótica e pacificadora*, semelhante à que levou à colocação dos retratos dos chefes de Estado e do Governo nas escolas⁵³. Os organizadores do evento, os intervenientes, os criadores e desenhadores, «estavam perfeitamente conscientes da capacidade de um artefacto mudar o seu significado de acordo com o local onde fosse exposto (...) dependia

⁵¹ Yves Léonard, "O Império Colonial Salazarista" in *História da Expansão Portuguesa*, Volume 5, *Último Império e Recentramento (1930-1998)*, eds. Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri (Lisboa: Temas e Debates, 2000), 24.

⁵² A Rosinha, uma rapariga balanta que participou num concurso de beleza africana realizado durante a Exposição Como, retratada em pose composta e busto nu foi capa da revista Civilização no número duplo dedicado à exposição.

⁵³ Margarida Accaiaiuoli, "Exposições do estado novo : 1934-1940" (Lisboa: Livros Horizonte, 1998).

da capacidade dos comissários e projectistas em fazer passar determinada mensagem através de uma miríade de diferentes técnicas museográficas»⁵⁴.

2.1.1 A «lição»

A exposição colonial constituiu, por resolução, um marco e acto de pedagogia colectiva, como fica patente em discursos do responsável técnico que a qualifica como «primeira lição de colonialismo dada ao povo português, com bastante poder de expansão para alcançar todas as almas e todas as razões, com bastante soma de elementos para convencer os mais renitentes, com bastante originalidade de processos para ensinar os menos letrados e os próprios analfabetos»⁵⁵, «o povo humilde desta cidade, a massa anónima (...) que compreendeu melhor do que muita gente culta que era para ele a Exposição e que era a sua alma que o certame procurava»⁵⁶, explicitando que «Tudo foi organizado e orientado de forma a constituir uma lição simples, fácil e emotiva – lição para todos, na generalidade, e para o povo especialmente».

«[...] A 1.ª Exposição Colonial Portuguesa, que no Porto se vai realizar de Junho a Setembro de 1934, pretende ser a lição de colonialismo que ainda não foi dada ao povo português – lição que procurará rigorosamente apresentar expressões, não só de ordem moral, política e espiritual, mas também de ordem económica. Não podem amar-se as Colónias sem se conhecerem e não se podem conhecer através de simples palavras quentes ou duma catequese sentimental [...] Através de toda a exposição procurar-se-á, sobretudo, dar uma lição ao povo : com simplicidade, com poder emotivo e pitoresco, com os elementos por vezes ingénus que impressionam e ensinam porque para o povo é e deve ser a Primeira Exposição Colonial Portuguesa. E se aqueles que passarem pela Exposição vierem a substituir os seus possíveis preconceitos por uma ideia exacta, ou a iluminar a sua ignorância com um conhecimento novo, ou ganhar uma nova fé no nosso futuro de potência colonial – terá a Exposição alcançado certamente o mais nobre dos seus objectivos»⁵⁷.

Estava garantida a função didáctica da exposição: dar a conhecer a vastidão territorial do Portugal ultramarino e os amplos recursos e oportunidades, envolver a população metropolitana (e das colónias) no projecto e na política imperial. *Lição pensada para todo o tipo de públicos* (letrado e não letrado) para ser ministrada num espaço público. Envolve o público analfabeto através de *catequese sentimental* (sensitiva e muito visual).

A utilização de cerimónias evocativas da história das colónias e da metrópole durante a Exposição; as inúmeras representações que apelam aos vários sentidos⁵⁸ (em estátuas, em diaporamas); as frases estrategicamente colocadas; a adequação do espaço (edificado e jardim urbanos) em universo das colónias; a evocação dos feitos e dos bravos do passado histórico e

⁵⁴ Cristina Pimentel, "O Sistema museológico português (1833-1991). Em direcção a um novo modelo teórico para o seu estudo (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Para a Ciência e Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2005), 129-134.

⁵⁵ *Ibidem*, 14, 30.

⁵⁶ *Idem*, 14.

⁵⁷ "A Primeira Exposição Colonial Portuguesa. Objectivos. Organização. Disposições oficiais", in *Regulamento Geral*, (Porto: Oficinas Gráficas da Sociedade de Papelarias, Lda., 1933), 7-9.

⁵⁸ Jurgen Schriewer, *Remodelling Social Order Through the Conquest of Public Space: Myths, Ceremonies and Visual Representations in Revolutionary Societies*, (Leipzig: Leipziger Univ. – Verl., 2009), 8-26.

mitos, corroboradas pelas expressões, adjectivos e verbos utilizados pela imprensa escrita⁵⁹ contribuem para a visão unitária da nação e servem o programa imperial.

O espírito edificante da exposição confunde-se com a Nação (colonial e metropolitana) e esta com Salazar, figura de douto protector, gerador de uma nova ordem. Para futuro fica a imagem da Nação representada por uma frase "Portugal não é um país pequeno".

2.2 Afinidades com evento anterior

Os estudos comparativos permitem analisar as funções que cumpre cada um dos meios utilizados pela pedagogia cerimonial. O sentido estético, as formas de representação e novas concepções da ordem social base, auxiliam a função instrumental da pedagogia cerimonial quando estudada com vista à disseminação de programas legitimadores dos mitos e ideologias. A exposição colonial portuguesa recolhe contributos de mostras e exposições internacionais, nas quais Portugal participa ou se faz representar e uma análise detalhada permite encontrar referências comuns. Parece pertinente enunciar alguns aspectos experimentados na Exposição Colonial de Paris que foram, posteriormente, replicados no evento português.

Encaradas pelos atributos com que foram qualificadas, as exposições de Paris e do Porto sustentam a ideia de *missão* e a adequação surge ao nível dos discursos, especialmente, a tese do imperialismo sustentado em três mitos político, económico e moral⁶⁰. No caso português verifica-se adaptação de paradigmas e uso de estratégias diversa das utilizadas no evento que lhe serviu de exemplo. A questão colonial portuguesa centra-se na alegação de que a missão da metrópole é a exploração das colónias, constituindo a marca do imperialismo português, que interpreta essa missão como uma solução para a crise em que o País se encontrava, angariando o apoio económico das colónias à metrópole, *mito económico* comum aos dois países. O imperialismo francês foi dominado por concepção de acumulação de território, conquista para impedir ataques (sendo o caso Francês, entendido como processo de colonização secundária que tem como inspirador uma colónia e não a metrópole).

O evento portuense, em 1934, restaura como apologia a *missão civilizadora de Portugal*: a vocação e o dever moral de Portugal colonizar, de promover a defesa indefectível das populações colonizadas. Argumentos similares aos que tinham sido utilizados no evento francês que se autoproclamava *boa nação colonizadora*. Ambos reflectem a consciência ideológica, a consciência da nação e dos valores que representa (valores que entende dever propagar muitas vezes recorrendo à legitimidade concedida pelo passado heróico ou glorioso da sua História) e a exaltação do orgulho pátrio. O evento português recupera os feitos dos valorosos navegadores e descobridores, no caso francês, defendeu-se o legado da paz, o triunfo do direito, a justiça e a emancipação dos povos⁶¹.

⁵⁹ Leonor Pires Martins, *Um Império de papel. Imagens do Colonialismo Português na Imprensa Periódica Ilustrada (1875-1940)*, 149.

⁶⁰ François Zai (s/d). "Le Mythe de l'Imperialisme dans l'apresse nationale française lors de l'Exposition Coloniale Internationale de 1931" in (Diss. U.E.R. des Sciences Historiques et Geographiques. Lion: Universite de Lion, s/d), 11.

⁶¹ Referidos como "atrasados".

A experiência de vida dos responsáveis técnicos de cada um dos eventos é análoga. Quer Galvão quer o Marechal Louis Hubert Gonzalve Lyautey figuram como militares de carreira e tiveram experiências vividas fora do contexto europeu⁶².

As similitudes podem ser vistas na geopolítica, na utilização gráfica e nos epítetos. Em 1934 a vastidão do império português surge interpretada em mapa colorido, representativo da amplitude do território português, em mancha, sobreposto ao espaço da Alemanha, França e Europa Central, com o título «Portugal não é um país pequeno». Este mapa recorda a mensagem utilizada em 1931, em Paris, proclamando «plus grande France», «territoire couvrant vint deux fois celui de la métropole, où flotte le drapeau tricolore».

A utilização do evento como sendo uma *aula*, não é inovadora. A importância da exposição portuguesa para o conhecimento («ensinamento») do *vasto e inexplorado território lusitano* que, na década de trinta do século vinte, permanecia desconhecido para a maior parte da população metropolitana, a função didáctica plasmada na «lição de colonialismo» oferecida ao povo português, recorda a função atribuída pela imprensa francesa à Exposição de Vincennes, em 1931, designando-a de «une merveilleuse leçon dès choses. Elle donne à tous, un moyen parfait de connaitre les contrées dites “mysterieuses” qui sont restées jusqu’à ce jour, le royaume des explorateurs⁶³».

Igualmente a questão da *escassez de meios* consta da documentação e artigos de imprensa de ambos os países. Os intervenientes e responsáveis pela organização de ambos os eventos advogam a concretização dos mesmos com *poucos recursos e ou escassez de meios*. Após a realização do evento português, o director técnico enfatiza o equilíbrio das despesas com as receitas, como que seguindo o exemplo do equilíbrio pretendido pelo timoneiro para o País, o *homem do leme*⁶⁴ (António Salazar).

2.3. O *Outro*⁶⁵ na Exposição

O espaço da exposição recriou a ambiência das colónias envolvida por modernismos da metrópole. A representação etnográfica (uma das quinze áreas da secção oficial da exposição), contemplou a presença e a exibição de nativos e nativas das colónias, alojados em habitações típicas (construídas pelos próprios nos dias que antecederam a inauguração), encenando povoados, expôs os modos de vida e de organização familiar, usos e costumes, trajes e rotinas típicos das respectivas proveniências, engendrando representações estereotipadas, admitindo

⁶² Henrique Galvão viveu em Angola, enquanto governador e Hubert Lyautey viveu em Marrocos.

⁶³ François Zai (s/d). «Le Mythe de l’Imperialisme dans l’apresse nationale française lors de l’Exposition Coloniale Internationale de 1931” in (Diss. U.E.R. des Sciences Historiques et Geographiques. Lion: Universite de Lion, s/d), 83.

⁶⁴ A peça escultórica “Rumo às Colónias”, alegoria ao Grupo da Navegação, peça atribuída a Américo Gomes. Representa um timoneiro que manobra o barco (alegoricamente no meio de uma tempestade como lembra a pintura de Theo van Rysselberghe, datada de cerca de 1892, intitulada «The Man at the Helm»).

⁶⁵ A presença do *outro* na Exposição deve ser entendida como refere António Nóvoa, com a colaboração de Tali Yariv-Mashal “Vers un Comparatisme Critique. Regards sur l’éducation” (Lisboa: Cadernos Prestige 24, Educa, 2005), 10. Define-se pela capacidade de organizar e de transformar um conjunto assinalável de elementos e ou informações que colocam no mesmo espaço o *eu* e o *outro*, resultando num processo de inclusão e de discriminação a vários níveis e com diversas hierarquias que separam os diferentes mundos existentes no mundo.

tais comunidades *imaginadas*⁶⁶ como estando em Cabo Verde, na Guiné, Angola, Moçambique, Índia ou Timor, modelos vivos numa espécie de diapositivo folclórico, cristalizado. Na organização foi também pensada a fabricação de produtos típicos e consequente comercialização directa ao público (num possível primeiro contacto com artefactos e artesanato característico das então colónias).

Os exemplares de animais e de humanos das colónias, o parque zoológico e o parque de diversões (luna parque) servem para atrair público à exposição. O exotismo das populações humanas expostas foi projectado e compreendido como um fim em si, pouco serve outros objectivos «sem negros e sem negras, a Exposição atrairia, afinal, pouca gente (...) Os indígenas porque são pretos, porque são amarelos, porque são pardos, da cor do chocolate, da cor da cidra, da cor do bronze, têm o favor incontestável do público⁶⁷». O povo das colónias, distingue-se do povo da metrópole, como um *outro* em espaços confinados (não são jaulas, mas os espaços são circunscritos), orientando os olhares e distraindo os visitantes (não servem para ensinar).

O espaço da mostra estava ainda pontuado por referências e equipamentos modernos, sofisticados (postigos), como o teleférico que circulava sobre aldeias de palha ou madeira ou o comboio eléctrico que transitava cheio de passageiros pelas alamedas, contornando aldeias e indígenas. A nação exposta e a nação visitante atestam o enorme desfasamento existente entre a população da metrópole e a população das colónias e, acima de tudo, evidenciam o discurso e a prática no período de construção do império colonial português⁶⁸ e da identidade unitária de uma só nação.

A monopolização visual e auditiva do espaço público é óbvia e a penetração é feita através de um catálogo de símbolos particulares, apropriados com o objectivo de mostrarem, imporem (interpretando ou substituindo) as representações existentes, admitem nova récita, pela via da pedagogia, associada à ideia de progresso.

A ideia de desenvolvimento é conseguida de forma objectiva e imediata pela exibição dos equipamentos expostos no espaço da Exposição, nos diversos mostruários da secção particular (caminhos-de-ferro, portos marítimos, nova arquitectura, reconstrução de cidades, escolas, fábricas e outros) e, ainda, pelas populações desnudadas que usam artefactos rudes e residem em habitações precárias. Símbolos e estratégias que sustentam a ideia da necessidade de trazer os povos do império ao limiar de modernidade, ou do progresso alcançado pelo país. Da factível capacidade de levar modernismo às colónias e aos habitantes nelas.

A noção das diferenças existentes entre uns e outros (o *eu* e o *outro num* mesmo espaço) destaca o *outro*, aquele que está exposto, realçando a percepção do que diferencia. Contribui,

⁶⁶ O conceito de *comunidade imaginada* foi apropriado de Benedict Anderson, "Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a expansão do Nacionalismo (Lisboa: Edições 70, 2005). Este autor defende que todas as comunidades são imaginadas e o que as distingue é sobretudo o modo diferente como são imaginadas.

⁶⁷ Artigo do Jornal «Crónica da Tarde», de 22 de Julho de 1934, citado em Maria Tereza Siza, "A Porta do Meio. A Exposição Colonial de 1934", 112. Artigo do Jornal Comércio do Porto, atribuído ao jornalista Hugo Rocha (ou do jornal Comércio do Porto Colonial, versão concebida para a Exposição Colonial com tipografia e stand na própria) em Leonor Pires Martins, *Um Império de papel*, 146.

⁶⁸ Em Maio de 1930, no III Congresso Colonial Nacional na Sociedade de Geografia de Lisboa (8 a 15 de Maio de 1930), Armindo Monteiro (co-autor do Acto Colonial) defendeu uma posição centralista materializada na expressão de *Império Colonial Português*.

por um lado, para destacar a ideia de modernidade de uma das partes e reforça a representação de grandeza da nação de ambos.

O público vai à exposição, ao encontro do *outro* (num primeiro contacto com a alteridade), incentivado pela propaganda ambígua que, por um lado, convida para um espectáculo típico de parque de diversões e, por outro, para uma *verdadeira lição de colonialismo*. Preparado para receber o visitante está um conjunto de informações que coloca no mesmo espaço o *eu* e o *outro*, criando um processo de inclusão que é também de discriminação. Alarga a percepção de mundos no mundo, justifica comparação e exemplos com diferentes níveis e hierarquias. O visitante confronta-se com um *outro* que o aguarda, exposto, para ser visto como *ser inferior*.

A racionalidade científica da alteridade admite hierarquias raciais que são disseminadas pelas exposições étnicas e, como na exposição colonial portuguesa de 1934, facilitam a fabricação do ser humano *exótico*, do *selvagem*, do *atrasado*. A percepção da *inferioridade dos povos exibidos* resulta das construções perenes (como que em patamares inferiores da evolução humana), é sublinhada no mesmo espaço físico circunscrito para uns e de livre circulação para outros, nomeadamente para visitantes metropolitanos, europeus, vestidos, e é frisada pela parafernália eléctrica ou mecânica moderna, legitimando a ideia de *povos colonizáveis*⁶⁹. Ao exporem seres humanos, como *diferentes*, como *inferiores*, as nações imperiais adquiriram argumentos legitimadores das políticas concretizadas nos espaços ultramarinos.

A utilização de esquemas de exibição etnográfica idênticos em diferentes locais do hemisfério norte (Europa, Estados Unidos da América, Japão), que em comum acentuam o exótico, constitui um evidente exemplo de circulação de modelos e de homogeneidade cultural do mundo ocidental. As estruturas de narração presentes neste tipo de exibição, com seres humanos (*zoológicos humanos*) dispensam outras explicações.

O cenário de exotismo, original e sensacional, bastava para compreender os princípios que suportam. A actualidade do tema, a urgência colonial e a vontade política dos vários intervenientes interessados na realização do evento, não seriam por si só motivos suficientemente válidos para levar público à Exposição Colonial realizada no Porto, porém a concretização da exposição com aldeias das colónias (recriadas com fulas, balantas, bijagós, hindus, timorenses e outros *exóticos*), expostos de forma individual ou organizados em grupos de família, povoações de diferentes regiões da *nação portuguesa*, compensam na metrópole, pela função da *excentricidade*, a representação (e a mensagem) do desfazamento existente entre o *nós* (europeu) e o *outro* (não europeu) cooperando para desenvolver o vínculo (*a missão*) do Estado em civilizar o *outro*, missão que poderia ser conseguida pela nação colonizadora.

Deste ponto de vista, a Exposição Colonial Portuguesa, de 1934, admite outra ideia de modernidade e de competência tecnológica: a missão de civilizar substitui a conquista (característica do passado e dos governos anteriores) garantindo, de uma forma diferente da que foi adoptada pelos anteriores governantes (que não souberam impedir que o povo se mantivesse *atrasado*), que o novo estado estava empenhado em gerir todos recursos das colónias.

⁶⁹ Pascal Blanchard, "La longue histoire du zoo humain" in *Zoos humains et exhibitions coloniales. 150 ans d'inventions de l'Autre, La Découverte*, dir. Pascal Blanchard, Nicolas Bancel, Gilles Boetsch, Éric Deroo, Sandrine Lemaire (Paris, 2011), 9-61.

Associada a esta ideia está uma nova liderança (Estado Novo) que procura passar a mensagem de pretender *cuidar*, civilizar e rentabilizar as colónias e recursos nelas.

Quanto ao conceito subjacente à exibição das populações nativas nas duas exposições coloniais, o evento português parece ter recuperado paradigmas de exibição de humanos frequentemente usados em exposições anteriores à de Paris. A exposição parisiense, em 1931, procura evidenciar um entendimento renovado de representação. As autoridades coloniais promotoras do evento francês (Lyautey) determinaram inibir espectáculos feitos com recurso a características raciais «étnicas» da população colonial, evidenciando um novo «humanismo colonial» testemunho da dimensão do império, riqueza, economia e cultura local. Em 1934, como que em *contra ciclo*, perduram os elementos *exóticos* ou *rácicos* (a cor da pele, os troncos nus, os instrumentos rudes, o imaginoso e acessório, como o concurso que elegeu a *Rainha da Exposição* e damas de honor, entre as quais a Rosinha, e o aproveitamento feito da em torso nú reproduzida⁷⁰).

Em suma, no Porto, em 1934 (e mesmo em Lisboa, em 1940) persistem elementos de exposições *racializadas* das populações coloniais cuja intencionalidade política visa, mais do que dar a conhecer as populações do Império, justificar a missão civilizadora e comprovar que as populações a aceitam voluntariamente a colonização e a defendem⁷¹.

3. A pedagogia cerimonial⁷² aplicada à Exposição colonial de 1934

O termo *cerimónia* procede do campo da Filosofia, descrito como sequência de acções humanas que representam simbolicamente a ordem estabelecida. Pode ser, quanto à natureza, celebrações, comemorações ou outros eventos e, quanto forma os eventos podem ser solenes ou mais informais. Da junção dos vocábulos “pedagogia” e “cerimonial” resulta o conceito unidade de análise em estudos históricos. Na obra coordenada por Jurgen Schwriever aqui evocada, a pedagogia é analisada através de estudos comparativos que analisam a aplicação do conceito em contextos pré-revolucionários, destacando aspectos comuns (como a necessidade de re-socialização da sociedade, a importância do espaço público, a mobilização social e a homogeneidade cultural, contextos excepcionais, imperativos de modernização em horizontes temporais curtos).

Optámos pela análise instrumental da *pedagogia cerimonial*, pelo lado cultural procurando identificar o espaço, o conjunto de estruturas simbólicas, e representações sociais e motivações evidenciadas na exposição colonial portuguesa, identificando indivíduos e grupos de indivíduos empenhados na mudança planeada legitimar opções políticas em curso e para a

⁷⁰ A Rosinha, a jovem balanta, com o torso nú, que foi imagem da capa da Revista *Civilização*, no número dedicado à Exposição Colonial Portuguesa, em 1934.

⁷¹ Nicolas Bancel, Pascal Blanchard, “Le fin des zoos humaines” in *Zoos humains et exhibitions coloniales. 150 ans d’inventions de l’Autre, La Découverte*, dir. Pascal Blanchard, Nicolas Bancel, Gilles Boetsch, Éric Deroo, Sandrine Lemaire (Paris, 2011), 511-544.

⁷² Conceito formado pelos dois vocábulos “pedagogia” e “cerimonial” fora do objecto de estudo ou dos manuais das ciências sociais e ou políticas. A aproximação ao sentido pretendido considerou conceitos similares como “cerimónia” ou “estudos cerimoniais” do campo da Filosofia. Os estudos históricos sobre a Revolução Francesa originam o conceito de pedagogia cerimonial delineando a aplicação pedagógica espacial do facto e o conjunto de mensagens sensoriais (muito visuais) adoptadas pelo Estado para incutir nas multidões, pela encenação, a nova ordem.

disseminação de programas legitimadores do programa encetado (*mitos, ideologias*), as estratégias criadas para garantir o envolvimento da sociedade metropolitana (*re-socialização*)⁷³.

No período de 1933-1936, *de consolidação* do Estado Novo, o ano de 1933 foi especialmente significativo pela aprovação da “Constituição Corporativa” e do Estatuto do Trabalho Nacional, pela criação do Secretariado da Propaganda Nacional, da Polícia de Vigilância do Estado e dos Tribunais Militares Especiais e, ainda, pela oficialização da Acção Católica Portuguesa (e extinção do Centro Católico Português) e, entre pela preparação de eventos como a exposição colonial. Na concepção e no desenvolvimento, a primeira exposição portuguesa insere-se num contexto ruptura com o passado próximo e serve para a afirmação da nova ordem com transformação na sociedade portuguesa. Esta mudança encerra o tipo de conhecimento sobre as questões coloniais e a ideia da nação unida.

A primeira exposição colonial esperada como «primeira lição de colonialismo dada ao povo português, com bastante poder de expansão para alcançar todas as almas e todas as razões, com bastante soma de elementos para convencer os mais renitentes, com bastante originalidade de processos para ensinar os menos letrados e os próprios analfabetos⁷⁴» deve ser encarada quanto à escolha do espaço público para uma vasta cena de instrução, pela informação uniformizada, planeada e desenvolvida por intervenientes ligados ao poder vigente (ou identificados com o projecto colonial), e pelos fins de natureza comportamental, de pertença a um território vasto. O conhecimento das diferentes colónias – a vastidão territorial, a abundância e riqueza recursos – na sociedade é concorde com o rumo definido pelo novo governo: incutir uma cultura imperial na população metropolitana, base da política ideológica, federadora, de unidade nacional. A exposição deve, ainda, ser encarada pelos objectivos consistentes para alcançar envolvimento de toda a nação na divulgação da mensagem de reorganização do estado, para realçar a legitimar o líder, neste caso recorrendo à encenação da presença sentimental (mais do que pela presença física), e às referências e frases curtas que lhe eram atribuídas.

A emulação em demonstrar modernidade e efectiva colonização (face ao atraso ou ameaça de intervenção externa) levam a que a direcção política vigente recorra à encenação com técnicas extraordinárias, para apresentar, representar e comunicar o projecto imperial, anulando o passado político de *desordem*, rompendo com aquele e introduzindo nova *ordem* que passa pelo controlo, centralização e rentabilização das Colónias. Deste prisma, a exposição concorre como oportunidade para o projecto de *re-socialização massivo* da sociedade portuguesa metropolitana, prescindindo das referências do período anterior a 1926 e para evidenciar uma nova ordem e a obra conseguida pelo Estado Novo, modelando o conhecimento da população portuguesa e a sua importância conformando-o com sua posição no império português.

⁷³ Jurgen Schriewer, «“Ceremony Pedagogy” in Revolutionary Societies: Public Staging and Aesthetic Mass Inculcation in Meiji Japan, the early Soviet Union and Post-1910 Mexico» in *Remodelling Social Order Through the Conquest of Public Space: Myths, Ceremonies and Visual Representations in Revolutionary Societies*, ed. Jurgen Schriewer (Leipzig: Leipziger Univ. – Verl., 2009), 14.

⁷⁴ “Primeira Exposição Colonial Portuguesa” em *Relatório e Contas* (Lisboa: Divisão de Publicação da Agência Geral das Colónias, 1934), 14.

A percepção de *imperativos de modernização*⁷⁵ em curtos horizontes temporais ajusta-se, no caso português com posições externas no sistema estatal internacional, de utópica parcialidade quanto ao futuro das colónias face à cobiça velada e manifestada por potências estrangeiras. Espécie de consciência remota do relativo atraso no processo de modernização e industrialização e, concomitantemente, relutância quanto ao poder rival, à superioridade tecnológica e militar de outras potências internacionais.

Empenhados no projecto imperial estão os promotores desta primeira exposição colonial portuguesa. Vários intervenientes em diferentes níveis, desde a chefia ideológica e orientação intelectual – com altos responsáveis políticos como o Ministro das Colónias, as instituições de propaganda, como a Agência Geral da Colónias, secundada por outros agentes de carácter mais executivo (concebem as mudanças de programa e formas de organização)⁷⁶, os representantes locais que garantem o apoio necessário para o desenvolvimento e sucesso do projecto (autarquia portuense, clero nortenho, associações industrial, comerciais e profissionais, representações concordes ou dissonantes (a controvérsia coopera também para vulgarizar mensagens) e a cooperação da imprensa.

O envolvimento pretendido do público foi conseguido pelos sentidos, pelo visual, combinando as diversas formas de representação (como cerimónias públicas, cortejos alegóricos, desfiles e multidão, deposição de flores nos túmulos), aliadas a uma *arquitectura falante*, narrativa mítica em esculturas fulcrais da exposição, reforçada por mensagens curtas e precisas do líder (Salazar)⁷⁷, por monumentos carregados de simbologia de fácil reconhecimento e pelos símbolos da nação resultantes da memória histórica, evocando um sentido de proximidade e pertença, de identidade e de legitimidade, a unidade indivisível do império português.

Afastando a ordem antes estabelecida, avoca-se a *glória sacral* na figura do líder carismático (Salazar) obtida através de montagem de técnica de prestígio conseguida igualmente pela pedagogia cerimonial.

A necessidade de dispor e de usar recorrentemente expressivos meios não escritos, para as propostas de mobilização social e persuasão massiva da população adulta, converge com o contexto de iliteracia que caracteriza o público-alvo da exposição colonial de 1934, como uma tarefa de comunicação das visões de transformação radical do País, e de reorganização do Estado e da Sociedade, através da emotividade estetizando e gravando estas visões nos corações e nas mentes. Paralelamente, sugere modernidade, tecnologia comercial e industrial, regalias da colonização – como meios de comunicação como o caminho-de-ferro, portos marítimos, aspectos relacionados com a higiene e saúde nas colónias ou com as missões religiosas, e intenso uso da fotografia.

⁷⁵ Expressão utilizada por Samuel Eisenstadt, "Patterns of Modernity" (London: Frances Pinter, 1996). Este autor, que estudou a civilização japonesa, em especial o processo de modernização iniciado no século XIX, defende a modernidade como representação de um novo tipo de civilização global, adoptado segundo diferentes padrões de significação e de organização e que configurações socioculturais específicas (como revelou o caso estudado) têm potencial para desenvolver programas de modernização autóctones.

⁷⁶ A direcção superior foi constituída pelo director técnico, Henrique Galvão, director adjunto, José Mimoso Moreira e o adido, Carlos Nápoles.

⁷⁷ Colocadas nas paredes interiores do Palácio de Cristal, apelidado de Palácio das Colónias.

4. Conclusão

O estudo da exposição colonial realizada no Porto, em 1934, admite sinais da transformação pretendida para sociedade portuguesa: de ruptura com os valores do passado próximo para adopção de outros conformes com a ordem estabelecida. A mudança é conseguida com recurso a um conjunto de instrumentos eminentemente sensoriais (visuais, sobretudo) nos aspectos sócio-culturais e ao nível político, a representação unificada da nação. A simbologia empregue fundamenta a nova ordem sócio-política, reforço da ideia e política imperiais, compreendida pela associação feita aos princípios do domínio e da ressurreição capaz de influir na sociedade individual e colectivamente. A monopolização do espaço público com um conjunto de símbolos visuais remetem para outros tempos, encenando, reinterpretando, ou substituindo figuras, regras e valores anteriores ao golpe militar de 28 de Maio de 1926.

Os promotores do evento, que representam a nova ordem estabelecida, escolhem o espaço para encenar uma lição de colonialismo (espaço público), garantem o sucesso da encenação e a massa de visitantes na audiência determinada, recorrendo a esquemas trestados em eventos anteriores. O público da «1ª Primeira Exposição Colonial Portuguesa» é aquele que resulta da junção do urbano e do rural, da cidade e do campo, grande parte iletrado. É, ainda, o público que sendo letrado⁷⁸ ou artista, não se envolveu nas questões coloniais e não coopera na missão. Mas esta exposição desejou chegar mais longe, a outro público: a Europa⁷⁹.

Quanto à utilização pedagógica, a exposição engendrou no aparato das estruturas simbólicas, nas representações sociais, no espaço público e nos aglomerados de visitantes, os espaços e ambientes apelativos (e impressivos) para a *lição de colonialismo* dada à sociedade metropolitana no espaço público, organizada com informação uniformizada, sofisticada e impressiva, planeada e desenvolvida por intervenientes ligados ao poder vigente (ou identificados com o projecto colonial), com argumentos que, por um lado, fundamentam a ruptura com o passado anterior ao Estado Novo, pela via do conhecimento da extensão territorial da Nação e dos humanos nela – “Portugal não é um país pequeno” – e, por outro, potenciam o sentido de unidade e de pertença ao império e de identificação com sua liderança.

⁷⁸ “A ideia da exposição nasceu, por consequência, da incapacidade que as palavras demonstravam no meio da propaganda, de convicção e de ensinamento”, em “Como nasceu a ideia da exposição” in *O Livro da Exposição. 1.ª Exposição Colonial Portuguesa* (Porto, 1934), 3.

⁷⁹ “A imprensa de todo o mundo definiu-a como um acontecimento europeu (...)” em “O estrangeiro e a Exposição” in *O Livro da Exposição. 1.ª Exposição Colonial Portuguesa* (Porto, 1934), 7.

Sandro Motta Campos*

A Manifestação da Alteridade no Discurso Colonialista Português e no Ensino Liceal (1954-1974)

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a manifestação da alteridade dentro do discurso colonialista português através de uma perspectiva mais problematizada e teórica. Além do pensamento colonialista geral, será analisada de forma mais particular a manifestação da alteridade no universo do ensino liceal. Para isso serão objetos de análise os novos programas curriculares para o ensino liceal de 1954 e manuais escolares publicados após essa data até a queda do Estado Novo. Aqui, o discurso de manutenção do império português será analisado através de uma ótica de dominação, porém, não se restringirá apenas a isso. Apesar de legitimar uma relação de dominação, ele se relaciona diretamente com a construção de uma visão de mundo, identidades e memória. Será através dessa perspectiva que serão analisadas as dinâmicas da alteridade no discurso colonialista e na escola do Estado Novo.
Palavras-chave: Colonialismo Português; Estado Novo; Ensino Liceal; Identidade e Alteridade.

ABSTRACT

This article's purpose is to analyse the manifestation of alterity within the Portuguese colonialist speech through a more problematized and theoretical perspective. Apart from the general colonialist thinking, we will analyse in more depth the manifestation of alterity in the context of secondary school. With that purpose in mind, our analysis will focus on the new curricular programs for the secondary school of 1954 and of the school manuals published after that date and until the fall of the "Estado Novo". Here we will analyse the speech for the maintenance of the Portuguese empire, through a domination perspective, not restricting it though to that view. Despite legitimating a relation of dominance, the speech relates directly with the construction of a world view, identities and memory. It will be through that perspective that the dynamics of alterity in colonialist speech and in the school of the "Estado Novo" will be analysed.
Keywords: Portuguese Colonialism; Estado Novo; Secondary Education; Identity and Alterity.

A alteridade é essencial para a compreensão do pensamento colonialista português. É através da compreensão da imagem do *outro* – e, consequentemente, da identidade do colonizador – que podemos perceber como a ideologia colonialista estabelece e legitima seus alicerces. Sendo assim, pretendo nas próximas páginas debater alguns aspectos da alteridade no

* Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

pensamento do Estado Novo, em particular após a adoção dos princípios do luso-tropicalismo após a década de 50, e analisar como esse pensamento se manifestava dentro do ensino liceal.

Quando falamos em construção de concepções de mundo, não podemos tratar essa questão de uma maneira simplista. Precisamos perceber que se trata de uma discussão que não envolve apenas simples questões políticas, mas que abordam também questões emotivas e simbólicas, assim como, dinâmicas sociais complexas. Nesse sentido, esse artigo buscará uma análise mais problematizada do pensamento colonialista e da alteridade construída. No que se refere ao ensino liceal, foram alvos da análise, principalmente, os novos programas oficiais para o ensino liceal de 1954 e os manuais escolares publicados a partir desse ano até o fim do Estado Novo de três disciplinas que possuíam uma grande importância para a construção da visão do mundo do aluno: História, Geografia e Organização Política e Administrativa da Nação (OPAN).

A alteridade e o pensamento colonialista

O estabelecimento de uma identidade está automaticamente ligado àquilo que podemos chamar de *seu externo* – sua alteridade. Cria-se assim uma linha que separa aqueles que pertencem àquele grupo dos que não pertencem àquele grupo. Sem a existência dessa delimitação, sem a demarcação do *externo*, a identidade acabaria por perder sua função e seu sentido e acabaria por se desmantelar.

Os indivíduos buscam criar categorias para se organizarem e organizarem seu ambiente social. Para isso, grupos são definidos de acordo com critérios nacionais, religiosos, *raciais*, sociais, etc. O que é interessante perceber é que no nosso sistema de representações sociais, diversos tipos de classificações – como, por exemplo, cor dos olhos ou cabelos, estatura, ou mesmo hábitos sociais ou culturais – muitas vezes, não são racionalizadas como categorias de diferenciação. As diferenças podem ser percebidas, mas não ao ponto de criarem grupos distintos. Por outro lado, a cor da pele, por exemplo, acaba por ser considerada uma forte categoria de organização social. Porém, essas escolhas não são naturais ou eternas, em outras palavras, são arbitrárias e historicamente construídas.

As sociedades e as relações humanas estão imersas em ideias. É através delas que o ser humano justifica seus atos e sua existência e, principalmente, constrói sua forma de ver o mundo e a si próprio e sua relação com esse mesmo mundo. De fato, “é por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. (...) A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas”.² Mesmo podendo ser parte de um projeto ideológico, pragmático e político, essas ideias acabam por ser interiorizadas pelos indivíduos e esses passam a concebê-las como uma verdade. Elas se tornam assim motores sociais, culturais e políticos, não necessariamente devido a motivações pragmáticas ou mesmo políticas, mas sim ligadas a elementos simbólicos. Esses elementos muitas vezes possuem um importante papel na organização da sociedade e nos atos dos indivíduos.

² Kathryn Woodard, “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual” in *Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*, org. Tomaz Tadeu da Silva (Petrópolis: Vozes, 2000), 17.

Nesse sentido, a identidade e a alteridade, com frequência, estão imersas em disputas de poder. A contenda pela identidade pode ser entendida como uma disputa pelos recursos simbólicos e materiais de uma determinada sociedade ou grupo. Essa disputa está relacionada com aquilo que Bourdieu chamou de *poder simbólico*. Ele é definido como

poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, desse modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário.³

Em outras palavras, o poder simbólico é o poder de criar representações do mundo e impor essas representações aos indivíduos e grupos de uma sociedade sem que essa imposição seja vista como a dominação ou a parcialidade de um grupo social. Assim, o poder simbólico tem uma grande influência na forma como os indivíduos de uma sociedade se relacionam entre si e com o mundo no qual estão inseridos.

Tendo em mente as disputas simbólicas, precisamos perceber a identidade e a alteridade como construções sociais: elas não são simplesmente definidas, mas são objetos de uma disputa simbólica dentro da sociedade e, nesse sentido, elas – juntamente com a concepção de mundo que trazem consigo – são impostas por um determinado grupo social, concretizando uma determinada relação de poder.

A identidade e a alteridade muitas vezes são compreendidas como algo natural e ahistórico. “Com frequência, a identidade envolve reivindicações essencialistas sobre quem pertence e quem não pertence a um determinado grupo identitário, nas quais a identidade é vista como fixa e imutável.”⁴ Na verdade, a identidade mais forte é aquela que passa a ser concebida como natural, imutável e essencial. Essa identidade é tão forte que os indivíduos não conseguem pensar em si mesmos sem ela. Enquanto for entendida dessa maneira, essa identidade nunca poderá ser contestada ou eliminada. No máximo, podemos perceber uma mentalidade de respeito e tolerância a esse gênero de identidades e alteridades, mas nunca uma eliminação ou desconstrução total das mesmas. Nesse sentido, a normalização desempenha um papel fundamental no fortalecimento e manutenção de uma identidade hegemônica.

Normalizar significa classificar uma identidade como sendo a identidade *natural*. Essa se torna o parâmetro – arbitrário – pelo qual as demais serão avaliadas e julgadas – e muitas vezes hierarquizadas.

A identidade normal é “natural”, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como *uma* identidade, mas simplesmente como *a* identidade. Paradoxalmente, são as outras identidades que são marcadas como tais. Numa sociedade em que impera a supremacia branca, por exemplo, “ser branco” não é considerado uma identidade étnica ou racial. Num mundo governado pela hegemonia cultural estadunidense, “étnica” é a música ou a comida dos outros

³ Pierre Bourdieu, *O Poder Simbólico* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010), 14.

⁴ Kathryn Woodard, “Identidade e diferença”, 13.

países. É a sexualidade homossexual que é “sexualidade”, não a heterossexual. A força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade.⁵

Ou seja, quanto maior for a força dessa identidade, menor será a necessidade de um discurso que busque sua legitimação.

Na concepção de Bourdieu, o processo de transformação das hierarquias sociais em hierarquias simbólicas acaba por justificar e legitimar as diferenças e hierarquias sociais. Esse processo é responsável pela proliferação da ideia de que o indivíduo ocupa as posições sociais mais elevadas devido à sua suposta superioridade cultural e não devido a uma estrutura de dominação.⁶ É justamente através dessa lógica que os colonialistas justificaram – de maneira mais explícita ou mais implícita – a sua dominação e a sua suposta superioridade em relação aos africanos.

Segundo Edward Saïd, o Ocidente se dedicou a uma complexa construção de uma imagem específica do Oriente relacionando-o a algo exótico, misterioso, problemático e perigoso. Essa imagem constitui-se como um discurso que busca legitimar os europeus como sendo política, cultural e intelectualmente mais desenvolvidos. O *Orientalismo* teria influenciado diretamente na concepção do Oriente.⁷ Assim, a mentalidade colonialista portuguesa acaba por influenciar toda uma sociedade e sua visão em torno das sociedades africanas.

Antes de mais nada, é importante esclarecer que, na luta simbólica pela produção de significados e do senso comum – ou pelo monopólio da *nomeação* legítima –, os europeus investem seu capital simbólico e, assim, detêm o poder de impor sua visão de mundo social – alegadamente legítima. Saïd afirma que o “poder de narrar” ou de impedir que outras narrativas surjam é de extrema importância para o imperialismo e lembra que foram justamente narrativas de emancipação que mobilizaram os povos do mundo colonial para se erguerem contra a dominação colonial.⁸

Dentro da hierarquização entre europeus e africanos, podemos detectar uma contradição no que se refere ao papel do determinismo biológico na evolução dos povos. O colonialismo português defende – implícita ou explicitamente – que o cenário de *atraso* e *barbárie* dos africanos se deva a questões biológicas e inerentes ao negro e, portanto, imutáveis. Nesse panorama, os portugueses possuiriam um papel paternal e de guia para esses povos, não lhes sendo dada a capacidade de intervir de maneira eficiente e contínua na gestão do seu país ou mesmo da sua família.⁹ Assim, temos a ideia de que os negros, algumas vezes comparados com crianças, possuem uma natureza primitiva imutável e precisam da atuação do branco europeu para organizá-los.

⁵ Tomaz Tadeu da Silva, “A produção social da identidade e da diferença” in *Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*, org. Tomaz Tadeu da Silva (Petrópolis: Editora Vozes, 2000), 83; itálico no original.

⁶ Maria Alice Nogueira; Cláudio Martins Nogueira, *Bourdieu e a Educação* (Belo Horizonte: Autêntica, 2009), 39.

⁷ Edward Saïd, *Orientalismo* (São Paulo: Companhia das Letras, 2007), 27-30.

⁸ Edward Saïd, *Cultura e Imperialismo* (São Paulo: Companhia das Letras, 1995), 13.

⁹ Isabel Castro Henriques, “A Sociedade Colonial em África. Ideologia, Hierarquias, Quotidianos” in *História da Expansão Portuguesa. Vol. 5, Último Império e Recenramento (1930-1998)*, dir. Francisco Bethencourt; Kirt Chaudhuri (Lisboa: Temas e Debates e Autores, 2000), 230-231.

Por outro lado, a suposta obra civilizadora ocupou um papel central durante todo o regime, sendo adaptada de acordo com a conjuntura. A própria noção de assimilado e o papel civilizador do português poderiam colocar em questão a afirmação de que os africanos eram *selvagens* e *atrasados* devido a características biológicas, uma vez que através da orientação portuguesa, o africano poderia ser elevado ao nível de civilizado. Dentro da concepção colonialista, a ideia de evolução é dúbia, porém importante. Portugal teria sido responsável por conduzir e educar os povos africanos. Todavia, acreditava-se que esse processo ainda não estava finalizado. Certa vez, ao ser questionado sobre quanto tempo os povos africanos necessitavam para governarem a si próprios, Salazar respondeu: “É um problema para séculos. Dentro de 300 a 500 anos.”¹⁰

Assim, nem sempre o *atraso* e a *selvageria* associados aos africanos eram vistos como algo exclusivamente biológico, ou pelo menos, como algo imutável. A verdade é que a ideologia colonialista nunca conseguiu resolver ou esclarecer essa contradição ou sequer explicar a suposta evolução dos africanos de uma maneira mais clara ou objetiva. Contudo, essa contradição do colonialismo português – que também é evidenciada no colonialismo europeu – não se constituía como um problema para os colonialistas ou inviabilizava essa visão de mundo.

Segundo Michael Wieviorka, o racismo é produto justamente da modernidade, momento no qual grupos de indivíduos completamente diferentes passam a conviver em uma mesma unidade econômica, política, social e jurídica.¹¹ A relação entre o colonizado e o colonizador é influenciada por essa interação descrita por Wieviorka. Contudo, no que se refere ao cenário colonial, essa relação se estrutura de uma forma um pouco mais elaborada. Em seu livro *Retrato do Colonizado Precedido pelo Retrato do Colonizador*, Albert Memmi tenta desconstruir a ideia de que a razão pela qual o colonizado e colonizador se opõem e se excluem reside exclusivamente na diferença de línguas, *raças*, religiões ou sociedades. Esse conflito deve-se principalmente ao estabelecimento de uma hierarquia de dominação – que concede privilégios ao colonizador – e a existência de interesses antagônicos.

Assim como a identidade e alteridade definidas acima, o racismo se constitui como uma interpretação arbitrária e fruto de um determinado cenário histórico. A relação do racismo com os interesses do grupo dominante faz com que o racismo possa ser definido mais como uma ideologia do que como uma teoria. Nas palavras de George Fredrickson: “Escolha arbitrária de um conjunto de características para dividir a espécie humana. O racismo não é resultante de uma ‘consciência de espécie’, nem tão simplesmente uma teoria moderna segundo a qual a biologia determina a história e cultura.”¹²

O conceito de *raça* se desenvolveu de uma forma mais bem estruturada durante o século XIX, com a combinação do colonialismo, desenvolvimento científico e industrial, imigração, movimentos populacionais, juntamente com a individualização e a ascensão do nacionalismo. O pensamento social sobre a *raça* não foi desenvolvido apenas pelos sociólogos. “It formed, rather, out of an impressive convergence of all the fields of knowledge, with countless contributions from philosophers, theologians, anatomist, physiologists, historians and

¹⁰ *A Província de Angola*, 3 de julho de 1968. apud Gerald Bender, *Angola Sob o Domínio Português: Mito e Realidade* (Lisboa: Sá de Costa Editora, 1980), 292.

¹¹ Michel Wieviorka, *O Racismo, uma Introdução* (São Paulo: Perspectiva, 2007), 42.

¹² George Fredrickson, *Racismo. Uma Breve História* (Porto: Campo das Letras, 2002), 14.

philologists, and also from writers, poets and travelers.”¹³ Evidenciamos mais do que uma teoria social, científica ou biológica, trata-se de uma concepção de mundo abraçada por uma grande maioria da sociedade europeia, estando presente nos campos racionais e simbólicos.

No caso português, é difícil determinar se a suposta *inferioridade* do africano seria devido às suas características genéticas, ou se seria devido às suas manifestações culturais e sociais. Apesar do fato de que, dentro da mentalidade colonialista, a pele negra está ligada a características negativas, muitas vezes o que é atacado não é a cor da pele, mas as tradições, os costumes e as estruturas sociais existentes na África. O português europeu moderno nunca conseguiu olhar para as culturas e as sociedades africanas e vê-las apenas como diferentes da sua. Para o português, aquelas sociedades deviam ser consideradas primitivas, atrasadas, ilógicas e até mesmo erradas e imorais. Para além disso, existe constantemente a ideia de que ao abandonar suas crenças, valores e costumes e adotar os padrões europeus, o negro poderia se tornar civilizado. Assim, o africano poderia adquirir o status de assimilado e ter acesso a diversas oportunidades até então impossíveis. O que podemos perceber é um projeto de assimilação que tem como finalidade a supressão e aniquilação da cultura africana. Mesmo assim, a aquisição do estatuto de assimilado não faria com que o africano fosse igualado ao português branco, pois ele não seria, de maneira alguma, visto como um indivíduo igual ao branco.

Apesar do claro esforço para diferenciar e hierarquizar as culturas e sociedades africanas em relação às europeias, era necessário defender a ideia de que a metrópole e os *territórios ultramarinos* – assim como suas populações – formavam uma unidade coesa e a perda dos territórios no ultramar significaria uma amputação para a nação. A possessão de terras no além-mar representava mais do que um simples resqúicio da História ou de uma fonte de glória para Portugal, ela se torna indissociável da imagem e da nacionalidade portuguesa.

A verdade é que a imagem dos territórios e das populações coloniais dentro do nacionalismo salazarista se modifica ao longo das décadas, principalmente após a década de 50 com a adoção de inúmeros elementos do luso-tropicalismo. Porém, independente da forma tomada, há uma necessidade essencial de incluir as colônias dentro da imagem da nação portuguesa.

Assim, após essa breve análise da alteridade no discurso colonialista como um todo, e para melhor examinar essa imagem do homem africano, passamos a debater sobre como essa alteridade se manifesta em uma das principais fontes de difusão ideológica do Estado Novo: a escola. E mais precisamente, no universo liceal dentro dos manuais escolares após a década de 50.

A alteridade no ensino liceal

O pensamento existente nos manuais escolares acerca da África não é inventado pelos seus autores, mas se relaciona com uma mentalidade já presente em Portugal. Ao mesmo tempo em que reproduzem essa mentalidade, os manuais escolares são diretamente influenciados por ela.

¹³ Michel Wieviorka, *The Arena of Racism* (London: SAGE Publications, 1995), 3-4.

Para a compreensão da dinâmica do império português do século XX, precisamos entender que a ideia de império ultramarino possui um profundo significado para a sociedade portuguesa e para seus indivíduos. Esse significado deve ser identificado e problematizado, pois ele possui uma ligação direta com o desenvolvimento da relação de Portugal com suas colônias. A preocupação com a criação e manutenção desse significado pode ser claramente encontrada nos meios de comunicação e de propagação ideológica do Estado Novo. Os manuais escolares, assim como o próprio sistema educacional, representavam um importante canal de difusão da ideologia colonialista e nacionalista do Estado Novo.

Devido ao seu grande poder simbólico nas sociedades modernas, a escola ocupa um espaço privilegiado na difusão da ideologia e da visão de mundo do regime e no processo de enraizamento e naturalização da memória defendida pelo Estado Novo. O que vemos é que, através do ensino liceal, o regime transmite uma identidade nacional única ligada através dos tempos e dos setores sociais. Não se trata de uma identidade específica construída por um determinado regime em um determinado momento da História, mas a *verdadeira e única* identidade portuguesa.

A ideologia transmitida pelos manuais escolares não se estabelece como uma ideologia ou como uma concepção de mundo em disputa, mas como uma verdade a ser *ensinada e aprendida* e não discutida ou contestada, negando, assim, sua arbitrariedade e suas implicações políticas e sociais.

Com efeito, seja pelo aparato burocrático em que mergulham no decurso dos processos de produção, legitimação, aprovação e leccionação, seja pela centralidade no interior da cultura e da acção escolares, uma das marcas sócio-culturais mais relevantes quando se analisam os manuais escolares é a explicitação de juízos sobre conteúdos, lugares, figuras ou personagens. (...) O manual escolar, mais que um meio de aculturação e de alteridade, é fator de afirmação e de dominação cultural¹⁴

Apesar do seu caráter supostamente neutro, os manuais escolares – assim como o próprio sistema escolar – são permeados por juízos de valor, valores morais e éticos e, até mesmo, posicionamentos políticos. Ao mesmo tempo, o livro escolar possui uma legitimidade muito preponderante para construir e difundir representações do mundo. Essa questão nos remete a concepção de sistema escolar construída por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron.

A concepção de Bourdieu e Passeron baseia-se na ideia de que a escola é fundamentalmente conservadora e “a AP [ação pedagógica] escolar reproduz a cultura dominante, contribuindo assim para reproduzir a estrutura das relações de poder”¹⁵. Para entender melhor essa afirmação é preciso entender o conceito de *violência simbólica*, que é definido por Bourdieu e Passeron como o poder para impor regras, crenças e cultura, nesse caso, exercido pela escola. “Toda a *acção pedagógica* é objectivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, dum arbítrio cultural.”¹⁶ Assim, a

¹⁴ Justino Magalhães, “O Manual Escolar no Quadro da História Cultural: para uma historiografia do manual escolar em Portugal”, *Sísifo: Revista de Ciências da Educação*, (n.º 1, Set/Dez. 2006), 10.

¹⁵ Pierre Bourdieu; Jean-Claude Passeron, *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino* (Lisboa: Editorial Vega, [s.d.]), 25.

¹⁶ *Ibidem*, 24; itálico no original.

escola está essencialmente ligada à criação e reprodução de um determinado conjunto de normas, memória e aspectos culturais.

A escolha do que deve ser ensinado e aquilo que deve ser excluído do universo escolar é apontado por Bourdieu e Passeron como uma seleção arbitrária feita por um determinado grupo ou classe, que busca favorecer seu próprio universo cultural.¹⁷ Porém, essa seleção deve ser concebida como algo *universal, natural* e positiva, e nunca apenas a visão arbitrária ou a cultura de um determinado grupo ou classe. Assim, o monopólio da violência simbólica apenas é obtido através da suposta neutralidade assumida pela escola.

É assim que a amnésia da gênese que se exprime na ilusão ingênua do “sempre-assim” assim como nos usos substancialistas da noção de inconsciente cultural pode conduzir a eternizar e, por isso, a “naturalizar” relações significantes que são o produto da História.¹⁸

Essa perspectiva teórica é interessante para a análise da escola do Estado Novo, visto que “numa perspectiva comparativa, o papel do Estado Novo na educação não tem paralelo. (...) em Portugal o Estado foi desde o século XVIII o único senhor da escola, apenas permitindo a existência de um sector privado restrito.”¹⁹

Uma vez que o colonizador detém monopólio da *nomeação* legítima em torno dos temas imperiais, ele lança sempre um olhar superior em relação ao colonizado. Porém, esse olhar não é sempre idêntico. Apesar de o seu caráter fundamental permanecer praticamente inalterado, o discurso colonialista se molda em diferentes formas de acordo com o tempo e espaço.

No caso específico português, após a década de 50 percebemos uma grande mudança. Com essa mudança de discurso, o Governo português passou a utilizar os estudos do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre – até então rejeitados ou negligenciados por muitos colonialistas portugueses – para legitimar cientificamente a obra portuguesa e a permanência na África.²⁰

Já em sua primeira grande obra, *Casa Grande e Senzala*, publicada em 1933, Freyre tece grandes elogios à colonização portuguesa e a mestiçagem surgida dessa colonização. Enquanto os europeus teriam realizado uma colonização baseada na violência e dominação, o português teria utilizado o *amor* e o *sexo*. Assim, Freyre afirmava que os portugueses possuíam, devido à sua formação como povo, uma natureza única e inata que permitia se relacionarem com diferentes povos e diferentes culturas, totalmente desprovidos de preconceitos culturais ou raciais. E a mestiçagem seria a prova dessa natureza. Nesse pensamento, a colonização no Brasil é retratada como o local onde esse caráter pode ser evidenciado. O Brasil – assim como a mestiçagem existente nessa sociedade – é apresentado como um exemplo dessa potencialidade da colonização portuguesa.

No livro *Casa Grande e Senzala*, essas características são identificadas basicamente através da colonização na América. Em 1940, com a publicação do livro *O mundo que o*

¹⁷ Idem, 28.

¹⁸ Idem, 29.

¹⁹ Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar* (Lisboa: Editorial Presença), 151.

²⁰ Devido aos limites deste artigo, não será possível desenvolver com maior profundidade o tema do luso-tropicalismo. Porém, autores, como Cláudia Castelo (O modo português de “estar no mundo”: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa) e Gerald Bender (Angola sob Domínio Português: Mito e Realidade) desenvolveram importantes trabalhos dentro dessa temática.

português criou, Freyre expande a dimensão de sua análise e afirma que essas características poderiam ser evidenciadas nos demais territórios colonizados pelos portugueses, como os territórios africanos e asiáticos. Assim, o luso-tropicalismo defende a existência de uma profunda união entre o povo português e as sociedades construídas pelos processos de colonização.

Todavia, a aproximação das idéias do luso-tropicalismo não significa que os antigos elementos do pensamento colonialista caíram em desuso. Muitos elementos são mantidos, mas são expressos de uma forma diferente, assim como, alguns argumentos passam a ganhar uma maior importância.

A glória e grandiosidade de Portugal continuam no seio da defesa do Ultramar. Porém, o papel dos indivíduos ganha um maior destaque. Se a argumentação central da legitimação da presença portuguesa se desloca da *mística imperial* para as *sociedades multirraciais*, a concepção de unidade também passa a ser defendida mais através da ideia de profunda interação e união entre os diferentes povos. Os povos e culturas africanas continuam a ser vistos como inferiores e dependentes do auxílio do homem branco para evoluírem. Porém, agora, essa inferioridade é manifestada principalmente de maneira mais implícita. Ainda que a nova corrente de pensamento influenciada pelo luso-tropicalista conservasse o caráter paternalista e de superioridade racial e cultural, devido à nova conjuntura internacional, o regime não podia mais ser abertamente racista.

A verdade é que o racismo é um fenômeno muito mais complexo do que normalmente se considera. Ele tem o poder de alterar suas formas de acordo com o tempo e conjuntura. “O racismo transformou-se consideravelmente no decorrer dos tempos, e a distância é grande entre suas expressões clássicas, que pretendem se apoiar na ciência, e suas formas contemporâneas, que se referem cada vez mais à ideia da diferença e da incompatibilidade das culturas.”²¹

A suposta inferioridade do africano não é mais relacionada diretamente com suas características genéticas, mas com condições sociais, culturais, religiosas e até geográficas específicas. As civilizações africanas simplesmente seriam menos desenvolvidas que a europeia. Porém, o discurso colonialista – dentro e fora do universo escolar – mistura muitas vezes essas duas visões aparentemente inconciliáveis. A verdade é que muitas vezes as concepções de *raça* e cultura se confundem no pensamento colonialista. “É que, onde a raça atua (...) ela atua como espécie de metáfora da cultura; e só o faz a preço de biologizar aquilo que é cultura”.²² Para melhor compreender essa contradição, seria interessante primeiro debater acerca do pensamento evolucionista que também se manifesta no universo escolar.

Um dos principais fundamentos do pensamento colonialista europeu refere-se à sua incapacidade de conceber a existência de uma pluralidade de evoluções sociais, políticas e tecnológicas. Assim, consolidou-se a ideia de que a evolução humana possuiria uma única trajetória fixa e seria através dessa trajetória que as sociedades seriam julgadas e classificadas. É através desse mesmo raciocínio que se desenvolveu a relação entre o colonizado e o colonizador – ou pelo menos, a concepção de uma relação ideal entre o colonizado e o colonizador.

²¹ Michel Wieviorka, *O Racismo, uma Introdução*, 10.

²² Kwame Anthony Appiah. *Na Casa de Meu Pai. A África na filosofia da cultura* (Rio de Janeiro: Contraponto, 1997), 75; itálico no original.

A comparação de determinados elementos escolhidos pela sociedade ocidental seria válida para determinar o nível de civilização de uma determinada sociedade. Para exemplificar essa lógica, vejamos algumas palavras de Marcelo Caetano.

Os africanos não souberam valorizar sozinhos os territórios que habitam há milénios, não se lhes deve nenhuma invenção útil, nenhuma descoberta técnica aproveitável, nenhuma conquista que contenha evolução da Humanidade, nada que se parece ao esforço desenvolvido nos domínios da Cultura e da Técnica pelos europeus ou mesmo pelos asiáticos.²³

Essa mesma lógica manifesta-se nos manuais. Segundo o currículo oficial de Geografia de 1954, deveriam ser ensinadas “as formas de civilização”; “o ambiente, os instrumentos, a alimentação, o material de construção”, assim como “a evolução das civilizações”.²⁴

Assim, através dos livros escolares, os jovens *aprendiam* que as sociedades possuíam um determinado nível de evolução através da qual era possível classificá-las, sem que fossem concebidas diferentes formas de desenvolvimento humano. Essa lógica será de vital importância para a legitimação da obra colonizadora portuguesa ao longo dos séculos. A categorização através de níveis de civilização não se restringe apenas à comparação entre as sociedades africanas e europeias, seria um modelo explicativo mais abrangente que poderia ser aplicado a todas as sociedades humanas.

O homem europeu é retratado através de uma óptica valorizada, pois ele “aproveita as boas condições existentes e procura melhorar outras, relativas ao solo, aos rios, à vegetação, etc. Esforça-se, por isso, há séculos, modificando o ambiente em seu proveito.” Assim, o europeu, ao contrário dos *povos primitivos*, “não luta só pela existência. Criou um alto nível de vida e deseja assegurá-lo, por um trabalho bem orientado.”²⁵

Em seu compêndio de História, Fins do Lago e Avelino Lima explicam claramente como essa lógica se estrutura. Ao explicar as características gerais daquilo que chama de “povos primitivos actuais”, escrevem:

A civilização não segue um ritmo paralelo. Enquanto uns atingem um desenvolvimento em grau elevado, outros mercê de circunstâncias várias, atrasam-se muito no caminho do progresso. Ainda hoje existem povos que estão na fase pré-histórica. São os chamados *primitivos actuais*.²⁶

É claro que há diferentes níveis de acesso a desenvolvimentos tecnológicos e científicos por parte das diferentes sociedades humanas em todo o globo. Contudo, o que tento apontar aqui é uma determinada estrutura de classificação global das sociedades ao longo da modernidade europeia que busca valorizar justamente os elementos europeus. As especificidades das demais sociedades raramente são levadas em consideração no processo de

²³ Marcello Caetano. *Os Nativos na Economia Africana*. (Coimbra: Coimbra Editora, 1954) apud Gerald Bender, *Angola Sob O Domínio Português*, 293.

²⁴ Decreto-lei n.º 39.807 de 07 de Setembro de 1954. (D.G., I Série, n.º 198), 1035 (Disponível em: <http://dre.pt/pdfgratis/1960/05/12500.pdf> – Consultada em 28/03/2011).

²⁵ Júlio Leal Loureiro; Amílcar Patrício, *Compêndio 3.º Ano (Antigo 5.º) Ensino Liceu* (Porto: Ed. Porto, 1973), 24.

²⁶ Fins do Lago; Avelino Lima, *Compêndio de História Geral e Pátria*. 1.º Vol (Porto: Porto Editora, 1970), 18.

classificá-las. Assim, os europeus atribuem a si próprios os mais altos níveis de civilização e sua cultura se transforma no elemento norteador de toda a Humanidade.

O manual de Geografia de Evaristo Vieira e Alves de Moura demonstra como a modernidade europeia é concebida como o grau máximo de civilização. Após descrever a realidade das diversas sociedades ao longo do globo, os autores abordam o que eles chamam de “os géneros de vida modernos e as suas técnicas evoluídas” e descrevem os povos da Europa Ocidental e Central como “os povos possuidores de técnica muito evoluída”.

Os mesmos autores ainda afirmam: “Mas foi, sobretudo, na Europa Ocidental e nos países colonizados pelos Europeus, a partir do industrialismo, que o progresso científico e as novas técnicas originaram e apressaram a transformação da natureza” E concluem: “As atividades materiais humanas *mecanizaram-se*, nas indústrias, na agricultura, nos transportes, o que permitiu uma elevação de nível de civilização.”²⁷ Os autores também atribuem esse gênero de vida moderna aos “países modernos nascidos da colonização europeia (Estados Unidos Canadá, Brasil, Argentina, Austrália, etc.)” E, assim, nos deparamos com outro aspecto de grande destaque na mentalidade colonialista: a importância e o valor da ocidentalização do mundo.

A civilização ocidental europeia não seria apenas uma referência civilizacional. Ela seria responsável também pela disseminação dos avanços tecnológicos e civilizacionais em diversas partes do globo por meio da colonização. Seja através de elementos religiosos, filosóficos, culturais, políticos ou econômicos, a suposta superioridade europeia foi utilizada por séculos para legitimar seu poder e dominação em diversas áreas do mundo. Podemos encontrar essa lógica nos manuais escolares. Vejamos, por exemplo, um trecho do livro *As falsas noções acerca das possibilidades das terras e das populações intertropicais* de José de Oliveira Boléo citado no compêndio de Geografia de Evaristo Vieira e Alves de Moura.

Sem dúvida que a evolução de uma sociedade retardada, ou abastardada, se acelera pelos contactos com uma civilização adiantada. E o fim deste extenso artigo é, em boa parte, recordar o nosso imperioso dever de portugueses, de fomentar a cultura e a civilização do povoamento indígena dos nossos territórios, levando-lhes conhecimentos técnicos e espiritualidades. (...) É portanto dever de humanidade fazer subir o padrão de vida e dar felicidade aos povos retardados, integrar a produção das regiões intertropicais atrasadas nessa florescente economia mundial.²⁸

Pela lógica colonialista, os portugueses não eram racistas. Aquilo que poderíamos considerar como sendo atitudes e pensamentos racistas, preconceituosos e de dominação em relação ao *outro* é exposto como transmissão de uma suposta civilização superior.

Aqui, temos um ponto de dissonância entre os colonialistas portugueses e o luso-tropicalismo. Um dos principais elementos do luso-tropicalismo é a ideia de integração e intercâmbio – seja cultural ou biológico – como um caráter natural da sociedade e da colonização portuguesa. Freyre defendia que, além do contato com os povos europeus, o contato com os povos da África e com a cultura moura foi de grande importância para a formação dos

²⁷ Evaristo Vieira; Alves de Moura, *Geografia. 3.º Ciclo Lical* (Porto: Porto Editora, 1973), 337; itálico no original.

²⁸ José de Oliveira Boléo. *As falsas noções acerca das possibilidades das terras e das populações intertropicais*. Separata do boletim Cultural da Guiné Portuguesa, n.º2; Bissau, Outubro de 1950. apud Evaristo Vieira; Alves de Moura, *Geografia. 3.º Ciclo Lical*, 492.

contornos da sociedade portuguesa. Porém, não são todos que concordam com Freyre nessa questão.

A relação entre o discurso colonialista pós-1950 e o luso-tropicalismo não deve ser percebida como uma simples adoção e incorporação das ideias de Freyre. Trata-se de uma relação mais complexa do que isso. Apesar da adoção de inúmeros elementos do luso-tropicalismo, diversas outras afirmações de Freyre eram incompatíveis com a ideologia do regime.²⁹

Portugal percebe-se como detentor da civilização em oposição às sociedades africanas. Sendo assim, há uma ideia de que Portugal deveria levar *civilização e cultura* para a África e não o oposto. Em outras palavras: “em África, porém, os portugueses conceberam a assimilação de um modo unilinear; isto é, a assimilação conotava a europeização dos africanos, mas nunca o inverso. De fato, a africanização (...) dos portugueses era tida como regressiva.”³⁰

Nesse sentido, as ideias de miscigenação e reciprocidade cultural – na formação da sociedade portuguesa da metrópole – são contestadas por diversos políticos e intelectuais portugueses.³¹ De fato, a miscigenação e a reciprocidade cultural nas colônias – assim como seu valor – são temas sobre os quais não há um consenso geral dentro da ideologia colonialista.

Apesar de alguns dos principais elementos luso-tropicalistas serem encontrados nos manuais – a vocação colonialista, a singularidade portuguesa, a importância da religião cristã nas colonizações, a questão da miscigenação, a importância do caso brasileiro – a falta de consenso em relação a outros elementos se reflete nos manuais.

Isso não significa dizer que algum manual assumia uma bandeira contrária à reciprocidade cultural ou à miscigenação, mas a ênfase em relação a elas e a defesa de uma *pureza racial* na sociedade portuguesa variam entre os manuais. Não há nenhum manual escolar que fale abertamente contra a miscigenação e integração na colonização portuguesa. Contudo, é possível perceber que alguns autores abordam mais a questão do que outros, conferindo uma maior valorização da suposta integração dos portugueses com as sociedades locais. Esses acabam por valorizar a transmissão dos aspectos culturais do europeu para o africano e não o contrário. Porém, muitas vezes, a integração cultural é mais enfatizada do que a miscigenação.

Seja como for é importante ressaltar que apesar de tudo, o nativo colonizado nunca deixa de ser retratado como um indivíduo diferente do branco português. Da mesma forma, apesar da influência árabe ser amplamente assumida, o indivíduo árabe e os mouros são tratados claramente através de ótica de alteridade e, muitas vezes, de uma ótica pejorativa. São indivíduos fora da identidade portuguesa construída pelos manuais.

Assim, a aproximação do discurso construído pelos livros escolares com as teses luso-tropicalistas é muito parecida com a aproximação do discurso do regime com o luso-

²⁹ Para uma análise aprofundada sobre a evolução da relação entre as teses luso-tropicalistas e o discurso colonialista oficial, cf. Cláudia Castelo. *O modo português de “estar no mundo”: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa*.

³⁰ Gerald Bender, *Angola Sob o Domínio Português*, 317

³¹ Diversos intelectuais e políticos discordavam de aspectos do pensamento de Freyre. Temos como exemplo, Armindo Monteiro que contestava a ideia de miscigenação e reciprocidade cultural dentro de Portugal. Muitos negavam a tese defendida por Freyre de que durante a formação da sociedade portuguesa, esta teria abarcado elementos africanos e árabes, seja pela interação cultural ou biológica. É importante lembrar que a aceitação das ideias de Freyre até a década de 1950 foi muito reduzida em Portugal.

tropicalismo. O regime – assim como o universo dos manuais – se apropriou de diversos elementos dessa teoria, mas não assumiu a totalidade do luso-tropicalismo.

No que se refere à hierarquização das sociedades, o cristianismo também desempenha um importante papel. Segundo os manuais, o cristianismo construiu uma argumentação em favor da igualdade e respeito aos homens. Porém, essa igualdade não está necessariamente ligada a um respeito aos valores culturais e sociais desses povos. Pelo contrário, o papel dos cristãos europeus era levar a *verdadeira fé* e *salvar as almas* daquelas populações. Os manuais escolares utilizavam diversos preceitos religiosos para defender a igualdade entre toda a Humanidade.

A colonização, principalmente a praticada pelos Portugueses, elevou o Negro à condição de pessoa humana, na medida em que o considerou, em face do cristianismo, um semelhante. Os Portugueses procuraram, através da ocupação dos territórios ultramarinos, conseguir: a unidade linguística, a não discriminação racial, a difusão do cristianismo e a promoção social, mediante a escolarização e a assistência.³²

Não é por acaso que, em seu compêndio de OPAN, Adelino Almeida tenha escolhido determinadas palavras do Papa Pio XII: “É uma glória de Portugal o ter sempre associado à fortuna da Metrópole os povos das terras ultramarinas, procurando elevá-los ao mesmo nível de civilização cristã.”³³ O uso da palavra “elear” é muito significativo. As religiosidades africanas ocupam, sem nenhuma dúvida, um patamar inferior em relação ao cristianismo.

Da mesma forma, ao explicar a originalidade e importância da civilização hebraica, Fins do Lago e Avelino Lima afirmam que “através de toda a sua evolução histórica, há um aperfeiçoamento religioso constante, que culmina com a concepção de um só Deus universal” e que, ao adotar o monoteísmo, os hebreus “se elevam ao ideal religioso da maior perfeição.”³⁴

Esse trecho é bastante claro quanto à noção de que a religião possui uma evolução quase natural e que cada sociedade passa por um processo de aperfeiçoamento da religião. Será através dessa lógica que o colonialismo analisará as religiões africanas, assim como suas culturas e estruturas sociais.

Não é por acaso que palavras como *tribos*, *dialeto*, *cultos*, *feitiçarias*, entre outras, são usadas pelos livros escolares. Elas são utilizadas para determinar elementos que poderiam ser chamados igualmente de *populações*, *idiomas*, *religiões* ou *rituais*. Porém, o uso daquelas palavras remete a imagem de uma sociedade primitiva, pouco desenvolvida, que deve abrir mão desses elementos sociais primitivos para se desenvolver e evoluir como sociedade. Além dos desenvolvimentos tecnológicos, os valores culturais, sociais e religiosos também são percebidos como elementos que determinam a posição de uma sociedade dentro da evolução da civilização humana.

Uma das consequências do olhar eurocêntrico do colonialista é que ele acaba por cobrar dos povos não europeus aspirações, objetivos e lógicas que não pertencem àqueles povos, mas sim ao europeu. Júlio Loureiro e Amílcar Patrício escrevem: “Os indígenas cultivam, no geral, por processos primitivos e sem regras, os produtos pobres, limitando-se ao suficiente para o

³² Adriano Vasco Rodrigues. *História Geral da Civilização*, 1.º Vol. (Porto: Porto Editora, 1973), 427.

³³ Adelino A. de Almeida. *Organização política e administrativa da nação*. (Lisboa: Liv. Didática, 1967), 319.

³⁴ Fins do Lago; Avelino Lima, *Compêndio de História Geral e Pátria*. 1.º Vol, 55.

sustento da família e pagamento do imposto.”³⁵ Por outro lado, as técnicas do europeu são descritas de uma forma completamente diferente: “Esforça-se, contudo, por intensificar, por vários meios, a produção. Pratica-se geralmente uma *agricultura intensiva*.” Assim, a agricultura do europeu é caracterizada como “uma agricultura *racional*, porque o agricultor, além de saber o que deve produzir, procura saber por que deve e como deve produzir.”³⁶

O que percebemos nessa visão – comum aos livros escolares – é uma total ausência de relativização e sensibilidade cultural. É apontado como um grande problema o uso de processos ineficientes que acabam por gerar uma agricultura de pequena quantidade que produz apenas o suficiente para a subsistência familiar e o pagamento de impostos. Problema esse solucionado pelos europeus. Porém, será que isso realmente se constituía como um problema para aquelas famílias africanas? É claro que para a lógica capitalista da modernidade europeia, a falta de eficiência dessa agricultura pode ser considerada um grande problema. Porém, aqui, estamos falando de indivíduos que possuem outra mentalidade, inseridos em uma sociedade com diferentes referências.

Assim, é estruturada a visão altamente preconceituosa e eurocêntrica que desenha uma imagem caricata do indígena e inferioriza seus costumes e valores. O colonialismo é sustentado, e até mesmo impellido, por uma ideologia que defende que certos territórios e povos precisam e desejam a dominação.³⁷

Outro aspecto interessante na construção do *outro* nos livros escolares refere-se à divisão da população entre colonos europeus e indígenas. Na descrição das populações das colônias africanas e asiáticas, os autores dos manuais de Geografia dividem claramente as populações daqueles territórios em dois grupos no seu quadro explicativo: os brancos europeus e seus descendentes; e os nativos da região. A separação real entre o colono e o indígena era inegável e importante para a compreensão daquelas sociedades – pelo menos na visão desses autores. Apesar do discurso de interação entre o colono português e o colonizado, a mentalidade colonialista nunca retira o caráter diferenciador entre os dois. Como dito anteriormente, apesar da tentativa do discurso colonialista de se desfazer dos preceitos racialistas em favor de uma classificação supostamente mais voltada aos elementos culturais e civilizacionais, ele não consegue deixar de ver na cor da pele um importante fator de identidade e diferenciação. As diferenças dentro dos territórios coloniais simplesmente não são ocultadas, elas são consideradas secundárias frente a uma identidade maior que seria a identidade portuguesa.

Devemos lembrar que a unidade pleiteada pelo regime resultaria na homogeneização dos diversos povos africanos sob o controle de Portugal para que a identidade portuguesa imperasse em todo o império. A cultura e sociedade europeia são os parâmetros que norteiam essa empresa. O abandono das línguas nativas, em favor do português, assim como as religiões africanas que precisariam ser substituídas pela católica, são apenas alguns exemplos desta política portuguesa.

O manual de OPAN de Almeida Adelino explicita uma interessante definição do termo *Nação*, que dialoga precisamente com essa questão. “A Nação é para nós sobretudo uma

³⁵ Júlio Leal Loureiro; Amílcar Patrício, *Compêndio de Geografia para o 2.º ciclo dos liceus Vol. II – 4.º e 5.º anos* (Porto: Porto Editora, 1958), 376; itálico no original.

³⁶ Júlio Leal Loureiro; Amílcar Patrício, *Compêndio 3.º Ano*, 24-25; negrito e itálico no original.

³⁷ Edward Saïd, *Cultura e Imperialismo*, 40.

entidade moral, que se forma através de séculos pelo trabalho e solidariedade de sucessivas gerações, ligadas por afinidades de sangue e espírito”³⁸. A definição exposta claramente não exclui a população das colônias e cria uma conexão mais profunda dessa população com a nação portuguesa. Poucos parágrafos adiante, ainda dentro da explicação da noção de Nação, o autor escreve:

Na Nação portuguesa englobam-se brancos, pretos, amarelos e mestiços. O que vale, para além das variadas diferenciações somáticas, é o espírito de unidade nacional. Este será o estigma denunciador da nossa Pátria em qualquer outro Estado, não importando que o elemento humano seja goês, timorense, cabo-verdiano ou algarvio.

A união entre os diversos territórios e suas populações existiria devido a um suposto espírito de união nacional e uma identificação dos indivíduos com a nação portuguesa. Os indígenas querem ser portugueses, afirma o colonialista. O português nunca é visto pelos colonialistas como dominador ou opressor. Ao contrário dos demais europeus, a colonização portuguesa não seria caracterizada por ganância, interesse e violência. Adelino Almeida afirma que “jamais estive no espírito português encarar o Ultramar como fonte exclusiva de bens materiais”³⁹. O português teria se integrado verdadeiramente com o colonizado e teria integrado esse mesmo colonizado na cultura europeia. Uma vez que o projeto de colonização português é retratado como um projeto único, coerente e coeso ao longo dos séculos, esse caráter da colonização seria evidenciado em qualquer momento da História.

Nos manuais, é constante a menção de povos que se revoltam contra a ação e a presença dos portugueses como impulsionados por uma natureza violenta, sectária e irracional, mas nunca como baseados em razões bem fundamentadas. O discurso colonialista toma como inabalável a legitimidade dos colonizadores portugueses e, assim, as ações contra a presença portuguesa são despidas de qualquer razão ou legitimidade. Da mesma forma, a recusa pela aquisição da cultura europeia nunca é vista como uma opção positiva do indígena. Um discurso permeado por uma noção paternalista está no centro dessa questão. Para compreendermos melhor a construção dessa memória, podemos nos debruçar sobre a forma como Gungunhana e o Império Vátua são retratados.

António Mattoso e António Henriques apresentam o Império Vátua como “poderosos povos guerreiros que, dirigidos pelo soba *Gungunhana* e armados pelos Ingleses, desrespeitavam a nossa autoridade, chacinavam colonos e haviam chegado a assaltar Lourenço Marques.”⁴⁰ Ferreira Torres afirmava que “os Vátuas praticavam os maiores desacatos.”⁴¹ Trata-se da construção de uma imagem e visão específica de Gungunhana e dos vátuas que agrega um valor extremamente negativo às suas ações, retirando qualquer valor e legitimidade nas suas ações. Essas ações são percebidas como *desacatos, atos violentos, saques*, mas nunca como *resistência* à presença dos portugueses.

³⁸ Adelino A. de Almeida, *Organização política e administrativa da nação*, 33.

³⁹ *Ibidem*, 322.

⁴⁰ António Mattoso; António Henriques, *História Geral e Pátria*. Vol. II (Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1970), 282.

⁴¹ Ferreira Torres, *História Universal*. 5.º Ano dos liceus (*Idade Moderna-Idade Contemporânea*), 3.º Vol., (Porto: Ed. Asa, 1964), 177.

O combate contra os vátuas é utilizado para glorificar aqueles que lutaram pelo império e pela bandeira portuguesa e para enaltecer a presença portuguesa nos territórios ultramarinos. Contudo, a construção dessa memória em torno da figura de Gungunhana não é a única possível.

A figura do Gungunhana e o seu significado não se esgotam porém no interior de uma única memória nacional. (...) Recordemos o regresso dos restos mortais de Gungunhana a Moçambique que assegura com solenidade oficial a transferência simbólica da mesma personagem de um imaginário nacional a outro.⁴²

Assim, no imaginário moçambicano, Gungunhana pode ser apontado como um ponto de partida para um movimento posterior de resistência colonial e não como um problema de desacato ou insubordinação. A construção da memória colonial tenciona excluir e negar a possibilidade da construção de uma outra memória a partir da voz do *outro* que se opõe ao projeto colonial.

Antes de encerrar esse tema é preciso mencionar a importância do silêncio, pois a ausência de um elemento pode dizer tanto quanto sua presença. Assim, é notável a falta de atenção aos elementos próprios dos territórios e das populações coloniais nos diversos manuais analisados. A visão dos manuais reflete uma visão eurocêntrica. A História da Humanidade é concebida basicamente como a História da Europa, na qual as sociedades africanas, asiáticas e americanas apenas são referenciadas quando relacionadas à História da Europa. O encontro entre os colonizados e os portugueses é relatado sempre na perspectiva dos navegadores e colonos. São esses os indivíduos tratados como *nós* pelos manuais e não as populações dos novos territórios. Nesse sentido, há um claro silenciamento sobre as culturas e populações dos territórios coloniais, assim como os acontecimentos e dinâmicas sociais desenvolvidas ao longo dos séculos – salvo quando estão diretamente conectados com as questões portuguesas e europeias.

Da mesma forma, os indivíduos indígenas são excluídos dos manuais. Para Memmi, o colonizado é vítima daquilo que ele chama de *marca do plural*. “O colonizado jamais é caracterizado de maneira diferencial: só tem o direito ao afogamento no coletivo anônimo.”⁴³ Mesmo nos livros de História, menções a indivíduos indígenas em particular praticamente não existem. Os indivíduos mencionados e valorizados são sempre os indivíduos portugueses.

Porém, isso tudo não significa que o tema do Ultramar não era valorizado. A maior parte do programa de Geografia do 7º ano é dedicada ao estudo das províncias ultramarinas com o intuito de “incutir no espírito do aluno a noção de que o ultramar representa um valor em potencial que é preciso estudar e conhecer para dirigir a sua evolução no sentido mais harmónico com os interesses nacionais.”⁴⁴ Da mesma forma, o currículo de Organização Política e Administrativa da Nação determina a importância do Ultramar e da atuação no além-mar. “Tal factor de civilização dos povos indígenas é um dos principais da nossa existência no

⁴² Maria da Graça Bretes. “Arqueologia de um mito: a derrota de Gungunhana e a sua chegada a Lisboa” in *Penélope: revista de história e ciências sociais* (Lisboa, n.º 2, 1989), 88.

⁴³ Albert Memmi. *Retrato do Colonizado Precedido pelo Retrato do Colonizado*, (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977), 81.

⁴⁴ Decreto n.º 39 807 de 07 de Setembro de 1954, 1036.

Mundo, como potência ultramarina, não pode passar despercebido aos alunos, antes deve ser deles suficientemente conhecido, na sua história e na sua actuação presente.”⁴⁵

O regime não negligencia a importância da presença das colônias no currículo escolar. Contudo, a visão difundida sobre a África é uma visão com uma determinada perspectiva: a perspectiva do colonizador. “O Orientalismo é postulado sobre a exterioridade, isto é, sobre o fato de que o orientalista, poeta ou erudito, faz o Oriente falar, descreve o Oriente, esclarece os seus mistérios por e para o Ocidente.”⁴⁶

A ênfase e a valorização do caráter colonizador são apontadas como fator essencial na formação escolar, visto que a função da escola estaria intimamente ligada à formação de jovens patriotas para a nação. Da mesma maneira, os manuais também deixam cair no esquecimento a longa história de envio de degredados e criminosos até o século XIX. Nesse cenário, a afirmação e conscientização de uma suposta unidade portuguesa – assim como de um retrato glorioso e nobre da obra colonizadora – é central.

É possível perceber que quem determina o que é importante para a nação é a Metrópole. Ela não é apenas o centro administrativo, mas a essência da nação. O ensino da Geografia teria o objetivo de criar “a consciência da unidade portuguesa, uma unidade intercontinental e interoceânica”, e o ensino da História ajudaria a “compreender melhor o sentido real e profundo desta unidade.”⁴⁷ O lusocentrismo da ideologia colonialista não permite uma visão da História dos territórios coloniais sem a participação da metrópole.

O retrato do negro exposto pelo discurso colonial, muitas vezes, era o único retrato do africano com o qual os portugueses tinham contato, visto que poucos negros viviam na metrópole.⁴⁸ Nesse cenário, a educação possui um papel fundamental. A educação e etnia são questões essenciais na definição das identidades individuais e coletivas, no sentido de que o indivíduo expressa ou justifica seus valores, crenças e ações com base na educação que ele recebeu.

In other words, education has always been an experience for cultural production and reproduction, in order to construct social identities. Yet, a great part of the modern social construction of education is based upon national and colonial assumptions of identity that remain fundamental to the knowledge of ethnic realities and classifications.⁴⁹

A nossa noção de História, assim como de identidade e alteridade, são construções sociais das quais somos alvos desde o início de nossa vida social através de inúmeras instituições, entre as quais, a escola possui um grande destaque.

Apesar do discurso colonialista pós-1950 tentar se afastar do discurso racista, ele se perde e se confunde. Em um parágrafo é capaz de defender a superioridade e a importância da difusão da cultura europeia na África e Ásia devido à superioridade da cultura ocidental, e nesse mesmo parágrafo é capaz de defender o respeito e o valor das culturas asiáticas e africanas. A

⁴⁵ Decreto n.º 39 807 de 07 de Setembro de 1954, 1067.

⁴⁶ Edward Saïd, *Orientalismo*, 51.

⁴⁷ Decreto-lei n.º 42 994 de 28 de Maio de 1954, 1283.

⁴⁸ Gerald Bender, *Angola Sob O Domínio Português*, 288-289.

⁴⁹ João Carlos Paulo, “What Does Indigenous Education Mean? Portuguese colonial thought and the construction of ethnicity and education” in *Paedagogica Historica: International Journal of the History of Education* (Vol. 37, n.º 1, 2001), 232.

cultura toma o lugar da *raça* e os dois conceitos se confundem. Assim, o discurso colonialista nunca exclui suas convicções racialistas, pois ele acaba sempre por apontar para as diferenças de etnias, culturas e cores como elementos fundamentais na construção da identidade dos indivíduos. A busca por uma desconstrução da *raça* como instituição ou modelo explicativo das sociedades humanas nunca foi o objetivo do colonialista português. Nem nunca poderia ser em um contexto colonial, pois esse objetivo seria verdadeiramente incompatível com o sistema colonial.

Fara Caetano*

Cooperação Portugal – Guiné-Bissau: os projetos portugueses no sistema educativo guineense*

R E S U M O

Portugal, enquanto membro participante da Declaração do Milénio das Nações Unidas, e consciente da importância da concretização deste compromisso até ao prazo estipulado (2015), define a cooperação para o desenvolvimento como uma das prioridades da sua política externa. Em consequência do passado histórico comum, da predominância da língua portuguesa e da existência de sistemas administrativos e legais muito semelhantes, a maior percentagem da ajuda bilateral portuguesa destina-se aos PALOP e a Timor-Leste.

O presente artigo pretende dar a conhecer e analisar os projetos de cooperação implementados pelo Estado português, essencialmente durante a última década, na área da educação, no território específico da Guiné-Bissau. Trata-se de perceber em que medida é que tais projetos interferem no desenvolvimento do sistema educativo guineense em particular, e no desenvolvimento da Guiné-Bissau em geral.

Palavras-chave: Portugal, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação, Guiné-Bissau

A B S T R A C T

As a member and participant of the United Nations Millennium Declaration – and one that is aware of the importance of putting this agreement into practice within the implementation deadline (2015) – Portugal defines development cooperation as a foreign policy priority. The largest percentage of the Portuguese bilateral assistance goes directly to the PALOP (African Portuguese-Speaking Countries) and East-Timor.

This article intends to present and analyze the educational cooperation projects carried out by the Portuguese Government in Guiné-Bissau, essentially over the last decade. It is our goal to understand the impact of this cooperation projects in the development of Guiné-Bissau's educational system and in the general development of the country as well.

Keywords: Portugal, Cooperation for Development, Education, Guinea-Bissau

Introdução

Numa altura em que as questões relacionadas com crise económica e financeira, tanto a nível nacional como global, são uma constante, torna-se questionável, como consequência, o papel que tem vindo a ser desempenhado pela cooperação portuguesa, considerada como uma das prioridades da política externa de Portugal. Apesar do pequeno aumento no valor da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) portuguesa nos últimos anos, mais concretamente entre

2007 e 2010¹, a verdade é que desde 2011 esta tendência tem verificado uma inversão significativa, situação que tem suscitado várias reflexões acerca do impacto da crise financeira e da austeridade na ajuda ao desenvolvimento e na cooperação internacional.

A APD portuguesa de natureza bilateral² (que é a que merece destaque neste artigo) tem representado nos últimos anos, ainda que com algumas oscilações, cerca de 60% do total da APD de Portugal, sendo os restantes 40% destinados à vertente multilateral³. Neste campo bilateral, importa salientar que as prioridades geográficas têm-se focado nos cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste e que as prioridades sectoriais têm-se direccionado para o agrupamento das Infraestruturas e Serviços Sociais, com uma representatividade média de 66.2% entre 2005 e 2010, no qual se inclui o sector da educação, o mais expressivo do referido agrupamento (ver anexo, Quadro 1).

Posicionada entre os países de desenvolvimento baixo, ocupando a posição 176 num total de 187 países segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), publicado pelo Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 2011 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)⁴, a Guiné-Bissau caracteriza-se por, no decorrer dos anos, continuar a apresentar elevados níveis de pobreza, instabilidade política e, conseqüentemente, económica, social e militar que a conduzem à constante dependência externa. Neste contexto, torna-se crucial o empenho da comunidade internacional, nomeadamente no que toca às questões da cooperação que, aliada aos esforços internos do governo guineense, poderão unir forças no sentido de atingir as metas de desenvolvimento estipuladas a nível mundial para os Países em Desenvolvimento (PED) – os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) – pondo termo às enormes fragilidades que têm colocado em causa a dignidade do povo guineense.

* Mestre em História, Relações Internacionais e Cooperação pela mesma instituição (2012).

* Este artigo é o resultado da investigação levada a cabo na dissertação académica do mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto intitulada: *A cooperação portuguesa para o desenvolvimento na área da educação da Guiné-Bissau: impacto dos projetos*, defendida a 6 de Novembro de 2012, sob a orientação do Prof. Doutor Luís Antunes Grosso Correia.

¹ Plataforma das ONGD, *Cooperação: Ajuda Pública portuguesa aumentou apesar da crise, destaca João Gomes Cravinho*. Notícia divulgada pela agência Lusa a 07-04-11. (disponível em:

URL: [WWW.http://www.plataformaongd.pt/noticias.aspx?info=nacionaisinternacionais&id=1071](http://www.plataformaongd.pt/noticias.aspx?info=nacionaisinternacionais&id=1071) consultada em 15/11/2011).

² Considera-se bilateral quando os doadores canalizam (e controlam) os fluxos da APD diretamente para os países recetores, ou seja, quando é fornecida por um Estado para outro Estado. Este tipo de ajuda está dependente das relações políticas gerais que unem os países doadores aos recetores e relaciona-se, em grande parte, com os laços históricos e culturais, pelo que a sua distribuição regional é influenciada pelo passado colonial. Cf. Maria Manuela Afonso “A cooperação para o desenvolvimento e as suas motivações” in *abCD – Introdução à cooperação para o desenvolvimento*, Maria Manuela Afonso e Ana Paula Fernandes, (Lisboa: Instituto Marquês Valle Flôr e Oikos, 2005),15.

³ IPAD, *Uma leitura dos últimos quinze anos de cooperação para o desenvolvimento (1996-2010)* (Lisboa: IPAD, 2011), 199 e 200.

A cooperação multilateral caracteriza-se pela transferência dos fundos por intermédio de organizações também elas multilaterais – contribuições dos diferentes países para as diversas instituições (ex: ONU e as suas agências, UE, etc.) – as quais os utilizam para financiar as suas atividades de promoção do desenvolvimento. Aqui, os organismos multilaterais assumem o papel principal de todo o processo.

⁴ PNUD, *Relatório de Desenvolvimento Humano* (2011), 132.

A educação apresenta-se neste âmbito como um pilar fundamental do desenvolvimento sendo, como define Nelson Mandela, a arma mais poderosa que podemos utilizar para mudar o mundo⁵. É, por isso, uma das áreas capitais em qualquer sociedade, podendo os seus benefícios ser medidos ao nível: da redução dos efeitos negativos da pobreza, da contribuição para uma sociedade democrática e liberal, da promoção da paz e da estabilidade, do aumento das preocupações com o ambiente, bem como do aumento da produtividade (competitividade económica)⁶.

Neste sentido, através deste artigo, pretende-se evocar a importância dos projetos de cooperação para o desenvolvimento, na área da educação, levados a cabo pelo Estado português na Guiné-Bissau: o Programa de Apoio ao Sistema Educativo Guineense (PASEG)⁷, o projeto *Djunta Mon* da Fundação Fé e Cooperação (FEC)⁸ e o projeto entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) e a Faculdade de Direito de Bissau (FDB), tentando perceber em que medida é que tais projetos promovem, ou não, o desenvolvimento desejado e se essa cooperação é pensada e posta em prática segundo a realidade africana – neste caso, a guineense. Mencionaremos ainda o papel do Instituto Camões (IC, IP), enquanto instituto promotor e difusor da Língua Portuguesa. Assim, o principal objetivo passa por dar a conhecer, e consequentemente analisar, o trabalho que tem vindo a ser realizado pela cooperação portuguesa para o desenvolvimento de âmbito bilateral, na área da educação, tendo por principal foco os projetos recentes implementados pelo Estado português, representados pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)⁹, no território guineense.

⁵ Campanha Global pela Educação (CGE), *Entre o Saber e o Fazer: A Educação na Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento* (Lisboa: CGE, 2012),6.

⁶ António Caleiro, *Educação e Desenvolvimento: que tipo de relação existe?* (Universidade de Évora [s.d.]),139. (disponível em:

[URL:WWWhttp://www.ela.uevora.pt/download/ELA_ensino_investigacao_cooperacao_04.pdf](http://www.ela.uevora.pt/download/ELA_ensino_investigacao_cooperacao_04.pdf) consultado em 20/05/12).

⁷ Em consequência do Golpe de Estado ocorrido a 12 de Abril de 2012 na Guiné-Bissau, o PASEG acabou por se retirar daquele território no final do referido ano, devido ao não reconhecimento do Governo de transição vigente naquele país (e que até à data presente permanece no poder). Tal situação decorreu numa altura em que a nossa investigação académica já se encontrava avançada, pelo que se optou por manter o estudo do mencionado projeto de cooperação.

⁸ Apesar de a nossa investigação privilegiar apenas os projetos de cooperação bilateral, na área da educação, desenvolvidos pelo Estado português, excluindo, assim, todos os outros atores da cooperação portuguesa (ONGD, municípios, sector privado...) a FEC, ainda que sendo uma ONGD, enquadra-se neste estudo pelo simples facto de ter celebrado um protocolo bilateral de colaboração com o IPAD para a execução de um projeto na área do ensino de qualidade em português (*Djunta Mon*), financiado no âmbito do Fundo de Língua Portuguesa. É por este motivo que a FEC é considerada num patamar diferente das restantes ONGD, como parceiro estratégico da ação desenvolvida ao nível da educação, pela cooperação portuguesa na Guiné-Bissau.

⁹ Este instituto foi extinto a Fevereiro de 2012, tendo sido substituído pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (CICL), resultado da fusão entre o IPAD e o IC,IP, com o objetivo de obter um aumento da eficácia na prestação dos serviços públicos. No entanto, é o IPAD que interessa para o presente estudo, uma vez que é o que se enquadra no período cronológico previamente definido aquando a escolha do tema da dissertação e no qual integram os projetos de cooperação em análise.

Enquadramento

O estudo aqui apresentado resultou da aliança de dois procedimentos de abordagem metodológica: o dedutivo e o indutivo. A abordagem dedutiva deriva das leituras que se foram realizando a nível bibliográfico, de investigações e de estudos que foram produzidos anteriormente por outros autores e que permitiram ter noção do *estado da arte* relativamente à temática em causa. Por outro lado, a abordagem indutiva também se revelou determinante e indispensável, já que parte da observação no terreno¹⁰. O trabalho de campo realizou-se entre o mês de Setembro de 2011 e o de Março de 2012 e decorreu com razoável sucesso já que possibilitou a oportunidade de contactar com uma Guiné-Bissau estável do ponto de vista político e, pelo que foi possível constatar, com uma população com uma visão mais otimista relativamente ao futuro – visão esta que acabou por ser abalada cerca de um mês depois da saída do território, devido ao Golpe de Estado ocorrido a 12 de Abril de 2012. Durante os seis meses referidos, numa primeira fase, aproveitou-se para conhecer o país, avaliar o estado do ensino guineense e para estabelecer um conjunto de contactos com entidades ligadas ao sistema educativo e à cooperação portuguesa no terreno, junto dos estabelecimentos de ensino, da embaixada e do consulado portugueses, bem como das instalações onde se coordenam as atividades dos projetos da cooperação portuguesa. Posteriormente, procedeu-se à recolha de material documental junto das entidades referidas, entre outras, bem como à realização de inquéritos, por entrevista e por questionário – fontes essenciais para a apresentação dos resultados finais. A definição destes dois métodos de recolha de informação (os inquéritos por entrevista direccionados aos coordenadores /representantes dos projetos no terreno e os inquéritos por questionário destinados aos beneficiários finais desses mesmos projetos – alunos e professores guineenses) permitiu que os resultados finais da investigação tivessem sido baseados numa análise estatística dos dados (questionários) e numa análise de conteúdo (entrevistas)¹¹. Do ponto de vista conceptual, desenvolvimento, cooperação e educação são os principais conceitos que fundamentam toda a base teórica da temática explícita neste artigo.

Relativamente ao primeiro, na teoria económica tradicional, e quando se fazia referência ao desenvolvimento, a tónica inerente a este era essencialmente de índole económica, associada à existência de uma variação positiva de crescimento económico medido pelos indicadores do Produto Interno Bruto (PIB) e do Produto Nacional Bruto (PNB). No entanto, com o evoluir da história, mais concretamente em meados da década de 70 do século passado e o impulso nacionalista e independentista dos países colonizados, começamos a assistir a uma nova abordagem ao conceito de desenvolvimento, o qual passou a englobar as múltiplas dimensões do Homem através dos mais diversos níveis, principalmente económico, social e cultural. Assim, no contexto do estudo do desenvolvimento, torna-se pertinente frisar que se destacam sempre duas noções importantes que, apesar de serem distintas, muitas vezes se confundem: a de *crescimento*, fundamentalmente quantitativa e associada à área da economia menosprezando as outras ciências; e a de *desenvolvimento*, caracterizada por mudanças qualitativas no modo de

¹⁰ Danielle Ruquoy, “Situação de entrevista e estratégia do entrevistador” in *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Luc Albarello et al (Lisboa: Gradiva, 1997), 97.

¹¹ Sobre as vantagens dos métodos de recolha de informação apresentados, consultar Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt, *Manual de investigação em ciências sociais* (Lisboa: Gradiva, 1992).

vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas e, por isso, associada a outras ciências sociais como a sociologia, por exemplo.

Muitas foram as teorias que tentaram explicar o processo de desenvolvimento, como: as teorias da modernização, nas quais se incluem o pensamento de Walt Rostow materializado na sua obra *As etapas do crescimento económico*; as teses neoliberais de economistas como Milton Friedman; as teorias da dependência, com enfoque para os contributos de André Gunder Frank; as teorias do sistema-mundo, representadas por Immanuel Wallerstein; ou as teorias da troca desigual de Arghiri Emmanuel e Samir Amin.

No entanto, foi a partir dos anos 80/90 do século XX que se começou a abordar o conceito de desenvolvimento numa perspetiva mais ampla através do recurso a novos indicadores que passam a caracterizar o mesmo. A vertente exclusivamente economicista do termo *desenvolvimento* passou a ser alvo de algumas interrogações, prendendo a atenção de investigadores de diversas áreas do saber. Tal situação decorre do facto de se verificar que nem sempre o aumento da capacidade produtiva (economia de crescimento) significa automaticamente aumento do bem-estar (economia de desenvolvimento).

É neste contexto que, a partir da década de 90, começa a entrar em voga, através de organismos especializados da Organização das Nações Unidas (ONU) – como o PNUD – e de instituições internacionais – como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) – o conceito de desenvolvimento humano que introduz a ideia de que “em seu sentido mais amplo, o desafio do desenvolvimento é melhorar a qualidade de vida. Especialmente nos países pobres do mundo, uma melhor qualidade de vida geralmente requer uma renda mais elevada – mas envolve muito mais. Abrange como fins em si mesmos, a melhoria da educação, padrões mais elevados da saúde e nutrição, menos pobreza, um meio ambiente mais limpo, maior igualdade de oportunidades, maior liberdade individual e uma vida cultural mais rica.”¹²

É nesta sequência que têm surgido, desde a última década do século XX, várias conceções acerca do conceito de desenvolvimento defendidas pelos mais diversos intelectuais. Mahbuh Ul Haq (economista paquistanês), representou um forte contributo nas questões sobre a análise e a avaliação do desenvolvimento, já que foi ele, juntamente com Amartya Sen, o criador do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do respetivo Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicado anualmente pelo PNUD desde 1990. Os IDH assentam no cálculo de três indicadores/dimensões básicas do desenvolvimento: a esperança de vida (uma vida longa e saudável), o nível de educação (o conhecimento) e o PIB (um padrão de vida decente).

Amartya Sen (Prémio Nobel da Economia em 1998), corroborando a ideia de que um modelo de desenvolvimento baseado apenas em indicadores económicos (riqueza) não reflete a melhoria da qualidade de vida das populações, entende o desenvolvimento como liberdade¹³, no sentido em que defende que o desenvolvimento deve ser caracterizado como um processo de ampliação da capacidade dos indivíduos terem oportunidade de fazerem escolhas e tomarem opções.

Já Jeffrey Sachs vê na pobreza extrema, que atinge mais de um sexto da população mundial, localizada maioritariamente na periferia subdesenvolvida e que não consegue

¹² Banco Mundial, *Relatório sobre o desenvolvimento mundial* (BM, 1991), 4.

¹³ Amartya Kumar Sen, *O desenvolvimento como liberdade* (Lisboa: Gradiva, 2003).

satisfazer as necessidades mínimas de sobrevivência, o principal entrave para o desenvolvimento, pois este só pode ser alcançado quando, primeiramente, se eliminar (ou pelo menos reduzir de forma acentuada), o problema da pobreza extrema. Na sua perspectiva, e segundo os seus cálculos, os países mais pobres necessitam apenas do apoio de pouco menos de 1% do rendimento dos países mais ricos para que o círculo vicioso da pobreza possa ser combatido, valor insignificante se formos comparar com a situação dramática vivida nos países periféricos, nomeadamente os localizados na África Subsaariana¹⁴.

Adelino Torres dá-nos a conhecer a perspectiva do desenvolvimento focalizando-se especificamente no caso africano, procurando compreender alguns dos acontecimentos do mundo contemporâneo no âmbito das relações Norte-Sul. Segundo Torres, tais relações revelam-se cada vez mais essenciais para os países em desenvolvimento tendo em conta o contexto de mundialização e de relativa interdependência das economias, resultantes do processo de globalização. O desenvolvimento africano dificilmente será concebido sem uma ajuda substancial dos países industrializados, já que “não haverá desenvolvimento sem cooperação internacional, quanto mais não seja porque nenhum país pode escolher entre adaptar-se ou não se adaptar aos choques externos”¹⁵. Realça, no entanto, que também as relações Sul-Sul – mal aproveitadas até agora – são importantes, na medida em que, sem elas, a integração na economia mundial se afigura como um problema praticamente insolúvel¹⁶.

Para o historiador Joseph Ki-Zerbo, o termo *desenvolvimento* aproxima-se à ideia de acumulação, defendendo que é “necessário compreender a acumulação na sua totalidade como um bloco integrado: tanto em bens e serviços como em valores sociais”¹⁷. A sua principal crítica à noção europeia de desenvolvimento relaciona-se com a questão: acumulação para quem?, salientando que a ideia de que a mão invisível do mercado assegura o crescimento económico ótimo para todos e para cada um, não corresponde à verdade, uma vez que qualquer crescimento capitalista produz ricos e pobres. Para o autor, e contrariando o pensamento de Adelino Torres, o desenvolvimento em África não poderá ser concebido através da cooperação internacional, pois esta “instalou-se em formas muito repreensíveis, ou mesmo criminosas, dado que, por vezes, é abandonada a grupos mafiosos”¹⁸. Na sua opinião, as relações entre Norte e Sul são estabelecidas não na base de uma oferta, mas na base de interesses e de poder, acrescentando que o que se chama desenvolvimento é o autodesenvolvimento dos países do Norte em conformidade com as realidades, os interesses e os valores desses países, sendo “por isso que este desenvolvimento não se realiza nos países africanos. Será necessária uma alteração coperniciana, uma mudança de sentido das relações para que haja um verdadeiro desenvolvimento”¹⁹.

Finalmente, e de modo a por termo a esta pequena análise do conceito de desenvolvimento, importa salientar o pensamento de João Milando que, ao direcionar a sua perspectiva de análise sobretudo para a forma como são implementados os projetos de

¹⁴ Rosa Maria Vieira, *O fim da pobreza extrema*. (disponível em:

URL:WWW <http://www.scielo.br/pdf/rae/v47n1/v47n1a13.pdf> – consultada em 12/03/11).

¹⁵ Adelino Torres, *Horizontes do desenvolvimento africano no limiar do século XXI*. (Lisboa: Vega, 1999), 27.

¹⁶ *Ibidem*, 38.

¹⁷ Joseph Ki-Zerbo, *Para quando África?* (Porto: Campo das Letras, 2006), 140.

¹⁸ *Ibidem*, 151.

¹⁹ *Idem*, 138.

cooperação para o desenvolvimento, mais concretamente no continente africano, pretende identificar neles os possíveis obstáculos para o alcance do desenvolvimento. Na sua obra, *Cooperação sem Desenvolvimento*²⁰, Milando aponta as razões que justificam o insucesso de tais projetos, entre elas, o não reconhecimento das dinâmicas internas de cada contexto particular. Para o autor, o principal problema baseia-se naquilo a que apelida de “indução estratégica do desenvolvimento”, que coloca a tónica na ideia de que o desenvolvimento é a indução dos modelos ocidentais²¹.

Relativamente ao segundo conceito, o de cooperação, é na sequência da Segunda Guerra Mundial e do posterior Plano Marshall²² (considerado o primeiro projeto específico de cooperação entre Nações – neste caso entre os E.U.A. e um vasto número de países europeus) que começa a entrar em voga, em meados dos anos 60, o conceito de cooperação para o desenvolvimento, ou seja, uma cooperação que se estabelece entre os Países Desenvolvidos (PD) e os Países em Desenvolvimento (PED) com o intuito de promover o desenvolvimento dos últimos.

Iniciada a Guerra Fria, a par do processo de descolonização, emerge também a problemática do subdesenvolvimento através do qual as atenções passam a ser viradas para os PED, fruto dos novos interesses económicos, políticos e geoestratégicos, que se desenvolvem na política internacional. Desde logo, a criação da OCDE (1961), que veio substituir a então OECE (1948), demonstrou ter interesses na política económica e comercial dos países recém-independentes, já que o auxílio aos países exteriores passou a ser visto como uma via para manter e reforçar a influência do Norte no Sul, permitindo concluir que foram os interesses da política externa que motivaram a conceção da ajuda ao desenvolvimento. Estados Unidos e União Soviética, atores principais da Guerra Fria, encontraram na ajuda um dos meios para poderem expandir os seus ideais políticos. Num sentido lato, poder-se-á dizer que, efetivamente, as grandes economias do mundo viram nos países mais pobres a possibilidade de atingirem os seus intentos, verificando-se aquilo a que Raquel Faria denomina de “ajuda interessada”²³.

De referir ainda a criação da ONU (1945) que, apesar de ter como objetivo inicial a manutenção da paz, colocando em prática mecanismos que possibilitassem a segurança

²⁰ João Milando, *Cooperação sem Desenvolvimento* (Lisboa: ICS, 2005).

²¹ Milando, apelidando as organizações internacionais de financiamento de programas e projetos (como o Banco Mundial, FMI, entre outras) de “teóricos da indução estratégica”, frisa que estas são sustentadas pelo pressuposto segundo o qual é possível alcançar ou acelerar, de um modo voluntarista, a integração dos países “atrasados” no “mundo moderno”. A sua principal crítica dirige-se, de uma maneira geral, ao modo como as organizações internacionais definem as suas preocupações e prioridades de desenvolvimento, defendendo que, na maior parte dos casos, elas funcionam mais em função de estratégias de segurança própria e de auto-reprodução, mantendo o controlo político e económico sobre as regiões pobres, do que propriamente de difusão de bem-estar das populações dessas regiões e proporcionar-lhes as condições necessárias para o seu desenvolvimento. *Ibidem*, 105.

²² Importa referir que, nesta fase, a cooperação destinava-se a pôr a funcionar as estruturas já existentes – mas que se encontravam desorganizadas – tendo em conta que os países europeus já dispunham de condições institucionais, políticas, de recursos humanos, entre outros, não se revelando complicada a sua reconstrução nem o seu rápido crescimento económico. Situação inversa acontece a partir de meados das décadas de 50 e 60, no contexto dos processos de descolonizações, no qual se inicia um novo tipo de cooperação, direcionada para os países em desenvolvimento.

²³ Raquel Faria, *O desenvolvimento do setor educativo africano como prioridade da APD portuguesa (1998-2011)*, (Centro de Estudos sobre África e o Desenvolvimento, Documento de trabalho n.º 11, Lisboa: CEsA, 2012), 3.

internacional foi, nos anos que se seguiram, adotando o sistema de cooperação para o desenvolvimento, passando a assumir responsabilidades num vasto conjunto de domínios (económico, social, cultural), inclinando a sua atenção para os PED.

É a partir da década de 60 que se inicia o período das proclamadas “décadas do desenvolvimento” pela ONU, que se prolongaram até à década de 90 (considerada a quarta década do desenvolvimento), como se pode verificar na síntese da evolução da cooperação para o desenvolvimento representada através do Quadro 2 (ver anexo). Atualmente, no século XXI, o discurso sobre a ajuda e o desenvolvimento reflete a sintetização dos elementos do passado, salientando-se três aspetos essenciais: o reconhecimento da importância do papel dos governos, sobretudo no que respeita à transparência das ações e à prestação de contas; a consideração sobre as políticas macroeconómicas; e a ênfase sobre as questões do ambiente e os seus efeitos na população, a pobreza, o desemprego e a injustiça social²⁴.

Num mundo cada vez mais pautado pelos efeitos da globalização, o estabelecimento de relações de cooperação entre países é cada vez mais comum, fazendo parte integrante da dinâmica económica e social dos mesmos. Assim, “auxílio para um fim comum, ato de cooperar, entendido este como um trabalho comum, de colaboração e ato de Ajuda ao Desenvolvimento são formas possíveis de definir cooperação”, uma vez que “a cooperação é a criação de mecanismos e o estabelecimento de laços de solidariedade, para compensar o fosso cada vez maior, entre Países Desenvolvidos (PD) e Países em Vias de Desenvolvimento (PVD).”²⁵

De um modo sintético, e de acordo com a definição da Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD), a cooperação para o desenvolvimento tem como principal objetivo apoiar regiões, países e comunidades que apresentam mais dificuldades, num contexto de desequilíbrio da repartição dos recursos e oportunidades a nível mundial²⁶.

Finalmente, quanto à educação, importa salientar que esta se trata, simultaneamente, de um direito fundamental (Declaração Universal dos Direitos Humanos [1948, artigo 26º], Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas [1989]) e de um fator de desenvolvimento, na medida em que se defende que existe uma relação estreita entre os níveis educacionais de uma população e os níveis de desenvolvimento de um país, sendo a educação não apenas um fim em si mesma, mas um fator promotor de desenvolvimento sustentável, de paz, de sociedades inclusivas, mais justas e democráticas, e também, de todos os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento²⁷.

Contudo, compreender a relação patente entre educação e desenvolvimento não é tarefa fácil, tanto devido à extensa literatura produzida sobre o tema, como devido às desiguais dimensões de ambos os processos que nem sempre são coincidentes, nem evoluem ao mesmo ritmo. Assim, a educação pode manifestar-se tanto como um fator positivo, como um entrave

²⁴ Maria Manuela Afonso, “A evolução da cooperação para o desenvolvimento” in *abCD – Introdução à cooperação para o desenvolvimento*, 37.

²⁵ Maria Manuela Afonso, *Cooperação para o desenvolvimento. Características, evolução e perspectivas futuras* (Lisboa: CIDAC, 1995), 13.

²⁶ Disponível em: URL: [WWW.http://www.plataformaongd.pt](http://www.plataformaongd.pt). – Consultada em 15/11/12.

²⁷ Campanha Global pela Educação (CGE), *Entre o Saber e o Fazer: A Educação na Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento*, 19.

ao desenvolvimento²⁸. Como defende Lê Thanh Khôi, a educação pode constituir-se como um fator de desenvolvimento (relacionado com o aspeto económico – produção), na medida em que contribui para: *a*) a difusão dos conhecimentos e das atitudes favoráveis à produção (ex: aquisição de competências técnicas); *b*) o melhoramento das qualificações da mão-de-obra e, por conseguinte, da produtividade; *c*) a formação de uma variedade de categorias de quadros de trabalhadores; *d*) a educação dos consumidores, capacitando-os para que possam exercer escolhas mais racionais perante as diversas ofertas apresentadas; *e*) a preparação para a investigação e a inovação com o intuito de melhor resolver os problemas de desenvolvimento. No entanto, e de modo inverso, a educação pode constituir-se também como um obstáculo ao desenvolvimento através: *a*) da transmissão de atitudes adversas à própria produção (como é o caso do desprezo pelo trabalho manual e a agricultura); *b*) da divulgação de um saber baseado nos livros (teórico), sem conexão com a vida real (prático); *c*) do investimento elevado no ensino, que acarreta custos excessivos e minimiza as possibilidades de investimento na produção; *d*) da ajuda internacional que transmite modelos culturais desfasados da realidade dos recetores, por isso, inadaptados, e fomenta o êxodo dos cérebros²⁹.

Nos países africanos, o sistema educativo foi drasticamente influenciado pelo domínio colonial que, do ponto de vista económico, “criou uma situação de heterogeneidade estrutural, impôs o modo de produção capitalista, acelerou a formação de classes e introduziu um sistema de educação que agisse como sua agência e que, ao mesmo tempo, reproduzisse a estrutura da classe dos centros metropolitanos. Com o surgir da era imperial, e a criação da legislação escolar das metrópoles para assegurar a integração das classes trabalhadoras nas relações de produção capitalista, o sistema escolar começou a desenvolver-se nas colónias estritamente em função das necessidades económicas, administrativas e ideológicas dos colonizadores, enquanto marginalizava ou destruiu, as agências de socialização e os sistemas de normas e de valores até então existentes.”³⁰

Atualmente, o fracasso dos sistemas de ensino nos países africanos tem-se baseado, em grande medida, na negação do Africano como indivíduo capaz e responsável pelo seu futuro. Por mais apoios externos que possam existir, na verdade, só as populações locais são capazes de promover o seu próprio desenvolvimento nos mais diversos domínios, neste caso em particular, no da educação. Só a consideração sobre a sabedoria cultural e económica das populações africanas, as suas capacidades produtivas e a sua liberdade de tomar decisões, são capazes de criar um novo projeto educativo, com fundamentos endógenos de transformação económica e social, não excluindo, no entanto, a possibilidade de influências exógenas (que se distingue do processo de subjugação)³¹.

²⁸ Lê Thanh Khôi, “Educação cultura e desenvolvimento em África”, *Revista Internacional de Estudos Africanos* (n.ºs 12 e 13, Janeiro-Dezembro, 1990), 323.

²⁹ *Ibidem*, 329-330.

³⁰ Patrick V. Dias, “Educação e desenvolvimento na África sub-Sariana – desajustamentos conceptuais e logros ideológicos”, *Revista Internacional de Estudos Africanos* (n.ºs 12 e 13, Janeiro-Dezembro, 1990), 291.

³¹ Hildo Honório do Couto e Filomena Embaló, “Literatura, Língua e Cultura na Guiné-Bissau – um país da CPLP”, *Papia – Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares* (n.º 20, Brasília: Thesaurus Editora, 2010), 234.

Da colonização à cooperação: uma transição inevitável

Não obstante muitos países africanos terem conquistado as suas independências em anos antecedentes a 1960, a verdade é que este ano constitui um marco nos processos independentistas do continente africano, principalmente na África Sub-sahariana³².

Nos períodos pós-independência gerou-se um sentimento de esperança e otimismo nos povos africanos em se erguer novos Estados, agora livres do domínio colonial, capazes de proporcionar uma qualidade de vida mais digna às suas populações. No entanto, na maioria dos casos, esses ideais revelaram-se efêmeros, uma vez que, “apesar de um certo sucesso – aliás mitigado – de algumas iniciativas tomadas no início do período imediatamente posterior às independências (anos 1960), no período seguinte assistiu-se a uma sucessão de golpes de Estado ou de guerras civis que alastraram em muitas regiões africanas, a exações e abusos de poder praticados pelas novas elites, exemplificadas em várias formas de despotismo e de corrupção, à falta de cumprimento de programas de governo e outras demonstrações de ausência de democracia, a par dos desastres naturais, como secas e inundações, para além dos desequilíbrios económicos nas relações externas, deterioração dos termos de troca e práticas veladas ou reconhecidas de *neocolonialismo*.”³³

No contexto guineense, após a independência do país declarada unilateralmente a 24 de Setembro de 1973 e reconhecida por Portugal apenas a 10 de Setembro de 1974, os novos dirigentes depararam-se com graves dificuldades associadas à situação de abandono do quadro da administração, essencialmente devido à saída dos cabo-verdianos³⁴ no momento da independência, a um praticamente inexistente quadro de recursos humanos qualificados nos vários domínios e a uma população maioritariamente analfabeta. Nestas condições, muitos erros foram cometidos no que remete às estratégias de desenvolvimento: nacionalização das empresas comerciais portuguesas, numa altura em que o Estado não tinha capacidades financeiras nem humanas para geri-las; realização de empreendimentos industriais sobredimensionados com tecnologia avançada e muitas vezes sem responder às necessidades básicas da população, sem dispor de mão-de-obra preparada para fazê-los funcionar e meios para adquirir matérias-primas; desprezo pela produção agrícola que, para além de poder ter sido auto-suficiente para a própria população poderia ter servido para a realização de exportações e para a dinamização da economia, o que não foi possível devido à falta de incentivo e

³² Neste ano, 16 países africanos tornam-se independentes, seguindo-se-lhes, ao longo desta década, mais 11 países. Cf. José Pedro Cordeiro e Manuel Ennes Ferreira, “Os ex-impérios coloniais e os 50 anos de Ajuda Pública ao Desenvolvimento em África” in *África Sub-Sahariana, meio século depois (1960-2010)*, coord. Emmanuel M. Carneiro e Manuel Ennes Ferreira (Lisboa: Edições Colibri, 2011), 95.

³³ Adelino Torres, “Crise ou renascimento em África?” in *Ibidem*, 24.

³⁴ No decorrer do processo de colonização, a ocupação dos postos-chave do aparelho administrativo e das alfândegas, era destinada aos cabo-verdianos que assumiam também os cargos repressivos como os de soldados, sipaios, chefes de posto, etc. Esta situação decorre do facto dos portugueses terem demonstrado pouco interesse em investir no território guineense, principalmente no que toca à questão do ensino (note-se a criação dos primeiros liceus: em Cabo-Verde [1860] e na Guiné-Bissau [1958]) tendo colocado, inclusive, entraves à população guineense como foi o caso do *Estatuto do Indigenato*, ao contrário do que aconteceu com os cabo-verdianos, que sempre beneficiaram do apoio colonial português, estando estes excluídos do referido estatuto.

investimento na mesma³⁵. A par da degradação no domínio económico, o percurso histórico da República da Guiné-Bissau (RGB) foi marcado por graves problemas no domínio político (constante instabilidade dos Governos), sendo este o que mais tem contribuído para a imagem negativa que a Guiné transparece para o exterior até aos dias de hoje. Contudo, e apesar das dificuldades inerentes ao processo da independência, tanto na Guiné-Bissau como nos restantes países africanos, a descolonização revelou-se irreversível.

Nesta sequência, e logo após a grande vaga de independências, em 1961 é criado o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE que, apesar de não contribuir diretamente para a cooperação para o desenvolvimento, tendo em conta que não financia nem executa os projetos, desempenha um papel fundamental na harmonização dos procedimentos e práticas dos doadores de modo a proporcionar uma melhor eficácia da ajuda. É a partir daqui que começa a entrar em voga o conceito de cooperação para o desenvolvimento, sendo África o continente de eleição enquanto beneficiário da ajuda externa, já que numa perspetiva comparativa regional, o continente africano é o que mais ajuda recebe. Entre 1960 e 2009, África absorveu 34% da ajuda, contra 33% da Ásia e 10% da América Latina³⁶.

Assim se foi registando a transição da colonização para a cooperação, existindo variadas determinantes que explicam o aparecimento desta última. Tal como já foi referido anteriormente, muitos autores defendem que as motivações para a ajuda ultrapassam a questão do altruísmo pelo que nelas se incluem interesses (políticos, económicos, estratégico-militares, etc) dos doadores, dando a ideia de que “a APD pode não ser tão «neutral» e «desinteressada» como alguns advogam”³⁷.

No entanto, para a grande parte dos estudos relativos à temática dos determinantes da ajuda, o passado colonial assume elevada importância, tendo em conta que, de um modo geral, se constata que a maioria dos países doadores com um passado colonizador afeta um volume superior de ajuda às suas ex-colónias, partilhando com elas, simultaneamente, posições políticas e estratégicas³⁸. Martinussen, citado no estudo de José Cordeiro e Manuel Ferreira, afirma que “os governos das antigas potências coloniais (...) sentem que têm uma obrigação moral de ajudar as suas antigas colónias nos seus esforços para atingir o progresso económico e social. (...) Todavia, além do objetivo oficial da ajuda [leia-se, o combate à pobreza e os consequentes esforços de desenvolvimento], esta prioridade está também relacionada com a promoção dos seus próprios interesses económicos e comerciais, o que inclui a exploração dos recursos naturais, matérias-primas e acesso aos mercados locais”³⁹.

A verdade é que, num mundo cada vez mais envolvido no fenómeno da globalização, a cooperação e as demais relações externas fazem parte do sistema económico capitalista mundial. Tal situação permite-nos refletir sobre os impactos que a cooperação tem para os PD e para os PED. Seguindo a ordem de ideias de João Mosca⁴⁰, importa analisar quem ajuda quem,

³⁵ Hildo Honório do Couto e Filomena Embaló, “Literatura, Língua e Cultura na Guiné-Bissau – um país da CPLP”, 16.

³⁶ José Pedro Cordeiro e Manuel Ennes Ferreira, “Os ex-impérios coloniais e os 50 anos de Ajuda Pública ao Desenvolvimento em África”, 103.

³⁷ *Ibidem*, 99.

³⁸ *Idem*, 114.

³⁹ *Idem*, 114 e 115.

⁴⁰ João Mosca, *S.O.S. África* (Lisboa: Instituto PIAGET, 2004), 109 a 113.

pois apesar de se ter a ideia comum de que são os países desenvolvidos que ajudam os mais pobres, na realidade, as vantagens são mútuas e ao contrário do que se julga, os PED assumiram e assumem um papel crucial no desenvolvimento dos PD. Nos órgãos de comunicação social são frequentes as notícias sobre as ajudas disponibilizadas aos países mais carenciados como: o envio de alimentos, as campanhas de recolha de bens primários (vestuário, materiais didáticos para as escolas, etc), a realização de eventos de solidariedade com o objetivo de angariar fundos, entre outros. No entanto, são escassas as informações acerca: dos recursos que são explorados e extraídos do subsolo destes países e a sua importância para economias ocidentais⁴¹; do valor que os países em desenvolvimento têm sobre o ambiente ao nível planetário, nomeadamente no que respeita às questões ecológicas como a preservação da biosfera;⁴² ou da importância da mão-de-obra imigrante para o crescimento económico, em consequência da baixa de natalidade no continente europeu.

A cooperação portuguesa

Em Portugal, a cooperação passa a assumir relevância a partir de 1974, altura em que se passa a viver num regime democrático seguido de todo um processo relacionado com o fim da guerra colonial e independência dos novos Estados, e na qual se colocou uma preocupação sobre o relacionamento futuro com esses Estados.

No entanto, o percurso da história da cooperação portuguesa é marcado por algumas particularidades, desde logo se tivermos em conta a posição de Portugal enquanto Estado doador/recetor. Portugal foi membro fundador do CAD/OCDE em 1961 onde permaneceu até 1974, momento em que se retirou por razões de ordem política relacionadas com o fim da guerra colonial, as independências nacionais e a conseqüente descolonização. Nesse ano, Portugal era, no conjunto de todos os membros do Comité, aquele em que a ajuda – que se destinava às então designadas “Províncias Ultramarinas”- era mais elevada em relação ao seu PNB, criando-se aqui uma situação ambígua na medida em que Portugal era potência colonial e era, ao mesmo tempo, considerado um país em vias de desenvolvimento pela OCDE. Após 1974, de país doador passou de facto a país recetor, beneficiando do apoio internacional. Anos mais tarde, em 1986, com a adesão à CEE Portugal volta a colaborar na cooperação para o desenvolvimento dos PED através de instituições multilaterais, integrando novamente, a partir de 1991 o referido Comité⁴³.

⁴¹ Mosca salienta a exploração das matérias-primas realizada nos países em desenvolvimento e que serviu para sustentar grande parte da Revolução Industrial Inglesa. Exemplifica o caso do algodão indiano que serviu para alimentar a indústria têxtil britânica.

⁴² Segundo o autor, as mudanças climáticas, justificadas maioritariamente pelas ações dos PD (poluição p. ex.) terão repercussões negativas, de forma mais acentuada, nos PED do que nos PD, sendo os primeiros as principais vítimas deste fenómeno. Estas alterações de clima poderão afetar a produção alimentar das regiões tropicais e subtropicais, e reduzir as disponibilidades hídricas das mesmas, aumentando, como consequência, as probabilidades de se contraírem doenças (malária, cólera, etc). Apesar de serem os mais lesados, e devido ao seu próprio subdesenvolvimento, os PED são os que mais contribuem para o equilíbrio ecológico do planeta, uma vez que a carga de poluição e de consumo de energia destes é substancialmente inferior à dos PD e as suas reservas naturais são extremamente maiores, principalmente em África.

⁴³ Maria Manuela Afonso, *Cooperação para o desenvolvimento. Características, evolução e perspectivas futuras*, 53.

Desde esse mesmo ano, a evolução do quadro institucional da cooperação portuguesa tem sido marcada pela criação de vários organismos que foram alterando as suas atribuições/competências e tutelas ao longo dos anos até ao presente. Neste sentido, podemos destacar: o Fundo para a Cooperação Económica (FCE), de 1991 a 1999; o Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP), de 1994 a 1999; a Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento (APAD), de 1999 a 2003; o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), de 2003 a 2012; e, mais recentemente, o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (CICL), a partir de 2012, sob a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE).

Como já foi referido, a cooperação para o desenvolvimento caracteriza-se por ser uma vertente prioritária da política externa portuguesa, expressamente marcada por valores de solidariedade que promovem o estreitamento de relações, principalmente com os países com os quais existe um passado histórico comum, o mundo lusófono. O seu principal objetivo é o de promover o desenvolvimento dos países beneficiários da ajuda com o intuito de melhorar as condições de vida das suas populações e a concretização do direito ao desenvolvimento da pessoa humana. Neste contexto, e como doador da APD, Portugal tem a seu cargo responsabilidades relacionadas com os compromissos de cooperação que têm sido definidos pelos organismos internacionais e que visam melhorar tanto a quantidade como a qualidade da ajuda. Um desses compromissos, e o que tem tido mais enfoque na atualidade, relaciona-se com a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, constituídos na Cimeira do Milénio (2000), para os quais foram definidas metas quantitativas num prazo pré-determinado de 15 anos, ou seja, até 2015.

Fortalecida por uma componente descentralizada, a cooperação portuguesa apresenta uma multiplicidade de atores existindo, na Administração do Estado, muitos Ministérios que se dedicam à cooperação nas mais variadas áreas de intervenção (educação, saúde, justiça, etc). Contudo, existem outros atores que também desempenham um papel importante no campo da cooperação para o desenvolvimento como: a Assembleia da República, as instituições do ensino superior, os municípios, as organizações da sociedade civil, e o setor privado.

No que se refere à cooperação portuguesa em contexto guineense, o agrupamento das infraestruturas e serviços sociais é o que maior volume de recursos tem absorvido, uma vez que a distribuição sectorial da ajuda apresenta a seguinte disposição: 78% nas infraestruturas e serviços sociais; 9% nas ações relacionadas com a dívida pública; 6% nas infraestruturas e serviços económicos; 4% em outros serviços; e 3% na ajuda de emergência⁴⁴. No seio do agrupamento das infraestruturas e serviços sociais, a educação representa quase metade do total do referido agrupamento, tal como é possível verificar através do Gráfico 1 (ver anexo), o que demonstra a importância que é dada a este sector.

Os projetos de cooperação portugueses no sistema educativo guineense

De acordo com o Relatório sobre a situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau 2010-2012, “o direito à educação representa para um povo o direito de acesso à cultura e aos valores sociais e a possibilidade que os cidadãos têm de adquirir recursos cognitivos, afetivos

⁴⁴ IPAD, *Uma leitura dos últimos quinze anos de cooperação para o desenvolvimento (1996-2010)*, 319.

e morais para poderem valorizar, usufruir, interpretar e transformar a realidade e a si próprios.”⁴⁵

Contudo, no território guineense, o sistema educativo permanece precário e desajustado às necessidades das suas populações. As fraquezas institucionais da educação, relacionadas com a descontinuidade das políticas educativas, fruto das frequentes mudanças que se foram verificando no seio do Ministério da Educação Nacional (MEN) desde a independência do país, comprovam, desde logo, a dificuldade de organização presente no campo educativo. Para além disso, a organização administrativa do MEN afigura-se extremamente burocrática, constituída por unidades justapostas, com funções imbricadas e que não são motivadas por um projeto comum. A fraca percentagem orçamental destinada à educação constitui um outro elemento justificativo das fragilidades do sector, fazendo com que exista uma elevada dependência em relação ao exterior (90% das suas atividades)⁴⁶.

As desigualdades no acesso à educação têm sido outra das debilidades do sistema educativo, tanto quanto se refere às questões de género, observando-se uma discrepância entre o sexo masculino e o feminino (ver anexo, quadro 3), o que demonstra a difícil concretização da meta estipulada no ODM 3 – promover a igualdade de género e a autonomização da mulher – tanto como se refere ao âmbito geográfico, já que se assiste a uma diferenciação entre o meio urbano (que na Guiné-Bissau é fundamentalmente a capital – Bissau) e o rural.

Por outro lado, a escassez de recursos materiais e humanos é gritante. A falta de infraestruturas capazes de assegurar as necessidades da comunidade escolar e de recursos materiais didáticos, tanto para os professores, como para os alunos, representa um forte obstáculo no que remete às condições ensino/aprendizagem. Também a fraca qualificação dos professores em serviço é uma realidade quotidiana na Guiné-Bissau. Devemos associar a isto o facto de numerosos professores terem integrado o corpo docente sem terem formação inicial adequada, alguns mesmo sem qualquer tipo de formação, para além de se poder registar uma débil oferta de formação contínua⁴⁷ – calcula-se que 60% dos professores em exercício não tenham formação inicial⁴⁸.

Por fim, o impacto do ensino da língua portuguesa nas escolas, é outro dos constrangimentos patente na educação guineense. Num país onde são faladas mais de vinte e cinco línguas étnicas (línguas nativas muitas delas pertencentes a famílias diferentes ou, quando muito, aparentadas), o crioulo (língua veicular e de unidade nacional – meio de comunicação inter-étnico – falado por cerca de 75% a 80% da população) e o português (língua oficial, conhecida por cerca de 13% da população, havendo estatísticas que apontam para uma % ainda mais reduzida, 5%⁴⁹), sendo estas últimas resultantes da influência da colonização portuguesa,

⁴⁵ Liga Guineense dos Direitos Humanos, *Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau 2010/2012* (Bissau: LGDH, 2013), 60.

⁴⁶ Alexandre Brito Ribeiro Furtado, “Administração e gestão da educação na Guiné-Bissau: incoerências e descontinuidades” (Diss. Doutorado, Universidade de Aveiro, 2005), 603.

⁴⁷ Lucy Monteiro, “Investir no professor para uma educação de qualidade”, *Revista Guineense de Educação e Cultura – O Estado da Educação na Guiné-Bissau* (Março de 2011, n.º1), 36.

⁴⁸ Campanha Global pela Educação (CGE), *Entre o Saber e o Fazer: A Educação na Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento*, 67.

⁴⁹ Catarina Laranjeiro, *Avaliação de impacto da intervenção da FEC nas escolas de auto-gestão de Oio* (IPAD/FEC, 2009), 15.

o quadro linguístico pode apresentar-se, simultaneamente, como uma riqueza cultural do país e um obstáculo ao desenvolvimento do mesmo, fundamentalmente no que toca à questão do ensino. Esta problemática em torno da língua tem representado consequências menos positivas, principalmente no campo educativo, onde se assiste, praticamente, à imposição da Língua Portuguesa nas escolas. Isto porque os alunos, antes de frequentarem a escola, raramente ou nunca tiveram um contacto direto com o português, uma vez que no seio familiar a língua utilizada é o crioulo ou as respetivas línguas étnicas. Deste modo, como se podem alfabetizar as crianças se estas não entendem a língua falada pelo professor? Os resultados têm sido desastrosos – somente um em cada 500 alunos transita da primeira até à décima primeira classe sem nenhuma repetição⁵⁰.

Amílcar Cabral, na época da luta pela libertação, já afirmara a importância da utilização do português (uma vez que facilitava as relações com o resto do mundo), defendendo, contudo, o uso do crioulo (nos primeiros anos de escolaridade) como uma ponte para se chegar ao português, numa perspetiva de minimizar a distância existente entre a cultura africana (línguas étnicas) da europeia (português), afirmando que “o português (língua) é uma das melhores coisas que os tucas nos deixaram.”⁵¹ Esta alternativa tem vindo a ser discutida pelas autoridades governamentais, mas sem resultados, uma vez que o português permanece como língua obrigatória no ensino, sem que seja permitida a introdução do crioulo.

No entanto, há estudiosos que se têm vindo a preocupar com esta problemática desde o pedagogo brasileiro Paulo Freire⁵², no pós-independência (criação dos Centros de Educação Popular Integrada [CEPI – 1977/78] e Centros Experimentais de Educação e Formação [CEEF -1984 -1994]) e de Luigi Scantamburlo (Projeto de Apoio ao Ensino Básico do Arquipélago dos Bijagós [PAEBAG- 2001]), apostando no ensino bilingue nas escolas.

Perante o cenário apresentado relativo à caracterização do sistema educativo guineense, importa salientar, então, os projetos de cooperação portugueses desenvolvidos na Guiné-Bissau, no contexto educativo: Programa de Apoio ao Sistema Educativo Guineense (PASEG), *Djunta Mon* (FEC) e Faculdade de Direito de Bissau (FDUL), destacando também o papel do Instituto Camões (IC).

Relativamente ao PASEG (fundado em 2000/01, financiado pelo IPAD e com o apoio científico-pedagógico da Escola Superior de Educação de Viana do Castelo), importa frisar que foi alvo de alguns ajustamentos no decorrer da sua atuação, podendo-se falar de PASEG I (2000/01 – 2008) e PASEG II (2009/10 – 2012). Na primeira fase, o PASEG visava minimizar as carências do sistema educativo guineense, principalmente ao nível dos recursos humanos, através do envio e colocação de professores portugueses nas escolas, uma vez que o número de docentes guineenses qualificados era (e ainda é, como já foi referido) bastante reduzido. Para além de fortalecer o ensino da língua portuguesa, esta fase incluiu o apoio ao nível de material bibliográfico e didático, a reestruturação curricular, a reabilitação de infraestruturas e alguma formação de professores do ensino básico por meio de cursos intensivos ou de longa duração. Os centros de recursos criados em 2001/02, mais especificamente as oficinas de língua

⁵⁰ Hildo Honório do Couto e Filomena Embaló, “Literatura, Língua e Cultura na Guiné-Bissau – um país da CPLP”, 42.

⁵¹ *Ibidem*, 39.

⁵² Freire defendia a ideia de que o uso do português na alfabetização e como língua oficial acabaria por aumentar o fosso já existente entre o povo e a elite dominante. Cf. *Idem*, 56.

portuguesa (OfLP), foram outras das atividades desenvolvidas – trata-se de espaços físicos cedidos pelos estabelecimentos de ensino que, através de uma recuperação física com o apoio do PASEG, foram apetrechados com uma variedade de equipamentos, como computadores e livros, sendo utilizados para o desenvolvimento de atividades extra-curriculares e para fortalecer o português.

Consequentemente, no PASEG II, a grande mudança registada relacionou-se com o abandono do método da lecionação direta nas escolas guineenses por parte dos professores portugueses e na aposta na formação de quadros docentes guineenses em parceria com o MEN. Por outro lado, o PASEG II expandiu o seu campo de intervenção para outras zonas do país para além de Bissau, passando a abranger também Bolama, Gabú, Cacheu e Bafatá. De referir, ainda, que o programa opera apenas nas escolas públicas.

Quanto à FEC (criada em 2000 pela Igreja Católica em Portugal), trata-se de uma ONGD que tem como missão fundamental “promover o desenvolvimento humano integral através da cooperação e solidariedade entre pessoas, comunidades e igrejas, inspirados pelo Evangelho e pela Doutrina Social da Igreja Católica.”⁵³ A atuação da FEC na área da educação, centraliza-se fundamentalmente nas zonas rurais da Guiné-Bissau e intervém sobretudo nos ensinos pré-escolar e básico, nas escolas comunitárias, privadas e de auto-gestão⁵⁴. Sendo a educação um dos eixos centrais da atuação da FEC no âmbito da sua estratégia de cooperação, esta tem provado ter sido promovida em projetos que contemplam melhorias no acesso, na qualidade, no reforço de competências dos recursos humanos e na criação e apetrechamento de infraestruturas educativas⁵⁵. O projeto *Djunta Mon* – ensino de qualidade em português (2009-2012), destinado aos professores, diretores e subdiretores do Ensino Básico Elementar das escolas-alvo, dirigentes comunitários (associações locais, comités de gestão) e escolares (missionários responsáveis pelas escolas sob tutela da Diocese de Bafatá), futuros formadores de escolas de base comunitária, inspetores estatais, técnicos de rádio e associações de rádios, tem como objetivo global contribuir para a afirmação do português enquanto língua vernácula e de conhecimento no interior da Guiné-Bissau. Quanto aos objetivos específicos, impõe-se: melhorar a qualidade do Ensino Básico nas escolas-alvo, centrando-se nas áreas da língua portuguesa, da matemática e das ciências integradas, das competências pedagógicas e da gestão e administração escolar; e aumentar a frequência do uso da língua portuguesa no quotidiano guineense.

Já no âmbito da cooperação portuguesa ao nível do ensino superior, destaca-se o projeto realizado entre a FDUL e a FDB, sendo este considerado o mais antigo projeto da cooperação portuguesa na Guiné-Bissau, uma vez que teve o seu início no ano de 1990/91. Com o intuito

⁵³ FEC, *Plano Estratégico 2010-2015* (Moscavide: FEC, 2010), 12.

⁵⁴ Na Guiné-Bissau existem cinco tipologias de escolas: as *públicas*, geridas pelo Estado, incapazes de garantir o acesso a todas as crianças e destituídas de meios essenciais para o desenvolvimento das suas funções; as *privadas*, criadas e mantidas por iniciativa, predominante, de entidades privadas; as *madrassas*, escolas confessionais relacionadas com a religião islâmica, criadas e mantidas pelas autoridades religiosas; as *comunitárias*, que são escolas muito de acordo com a comunidade, onde existe uma parceria entre o Estado, as ONG e as comunidades, visando melhorar e alargar a oferta educativa; e, por fim, as de *auto-gestão*, que representam um modelo de organização assente numa co-gestão em que estão implicados três parceiros: a comunidade, a Missão Católica e o Ministério da Educação. Alexandre Brito Ribeiro Furtado, “Administração e gestão da educação na Guiné-Bissau: incoerências e descontinuidades”, 583-602.

⁵⁵ FEC, *Plano Estratégico 2010-2015*, 20.

de aprofundar as profícuas relações bilaterais de cooperação no domínio do ensino superior e da justiça e de contribuir para o desenvolvimento da RGB, este projeto de cooperação teve como objetivo “contribuir para a consolidação do Estado de direito na Guiné-Bissau, através da formação de juristas, de quadros especializados e da formação pós-graduada de um corpo docente guineense capaz de assumir as responsabilidades científicas e pedagógicas tendo em vista a autonomia da FDB. Para além da colocação de docentes para lecionar disciplinas e de um coordenador científico e pedagógico, inclui o pagamento de bolsas de regência e assiduidade a professores guineenses e, ainda, a aquisição e envio de bibliografia.”⁵⁶ Nos primeiros anos do projeto, a maioria do corpo docente da FDB era portuguesa, devido à escassez de quadros guineenses qualificados para o exercício da profissão de docência. No entanto, em 2006, graças à formação de mestres e doutores em Portugal (através de bolsas de estudo cedidas pela cooperação), já se registava uma percentagem superior a 50% de docentes guineenses, o que comprova a sustentabilidade do projeto, já que o número de docentes portugueses tem vindo a ser gradualmente reduzido, ao contrário dos guineenses, que têm assumido uma posição de destaque.

Por último, e não menos importante, destaca-se o papel do Instituto Camões, que tem como missão fundamental propor e executar a política de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro. Em Bissau, exerce as suas atividades no Centro de Língua Portuguesa-Instituto Camões (CLP-IC). Este encontra-se inserido na Escola Superior de Educação (ESE) – Unidade Tchico-Té, inaugurado a 8 de Fevereiro de 2002 – e resulta do protocolo de cooperação realizado entre o Instituto Camões e o Ministério da Educação Nacional da RGB, que define como objetivos centrais “a consolidação das relações existentes entre as duas entidades, o reforço do Departamento de Língua Portuguesa da ESE – Unidade Tchico-Té, a criação da Licenciatura em Língua Portuguesa e a promoção de condições conducentes ao reforço da formação científica e pedagógica do quadro de docentes dos ensinos secundário e superior.”⁵⁷ Neste sentido, o CLP-IC atua em duas áreas essenciais: a formação inicial de professores de língua portuguesa e a formação contínua, também de professores de língua portuguesa.

Resultados

Com base nos dados recolhidos por meio de inquéritos (por entrevista e por questionário) foi possível obter algumas conclusões relacionadas com o desempenho dos projetos da cooperação portuguesa e os seus contributos para a melhoria do sistema educativo guineense.

Da informação qualitativa recolhida, no que toca ao PASEG, foi possível constatar que os objetivos pré-definidos pelo projeto, patentes no seu quadro lógico, foram postos em prática no terreno. Os ajustamentos que foram sendo realizados, ao longo dos mais de dez anos de cooperação do PASEG na GB – passagem da lecionação direta nas escolas para a formação de

⁵⁶ IPAD, *Uma leitura dos últimos quinze anos de cooperação para o desenvolvimento (1996-2010)*, 332.

⁵⁷ Camões – Instituto da cooperação e da Língua, *Centro de Língua Portuguesa em Bissau*. (disponível em: [URL:WWW.http://www.instituto-camoes.pt/lingua-e-ensino/2012-09-07-15-36-13/centros-de-lingua-portuguesa/guine-bissau](http://www.instituto-camoes.pt/lingua-e-ensino/2012-09-07-15-36-13/centros-de-lingua-portuguesa/guine-bissau). consultada em 28/07/12).

professores guineenses e, conseqüentemente, para a formação de formadores, também guineenses – permitiram verificar o empenhamento por parte dos agentes do programa. Contudo, subsistem alguns problemas relacionados, em grande medida, pela situação interna do país: instabilidade política, condições precárias dos professores guineenses (nomeadamente o pagamento tardio dos salários, que contribui para que estes se envolvam em consecutivas greves e paralisações no ensino que, em muitos casos, ultrapassam o período de um ou dois meses), a precariedade das infraestruturas educativas e a pouca desenvolvida política de educação.

Da análise dos projetos da FEC, conclui-se que se trata de um dos atores mais importantes na GB no que diz respeito à área da cooperação para o desenvolvimento, no sector da educação. Tal facto deve-se, essencialmente, à sua estratégia de atuação que contempla a participação das próprias comunidades (neste caso em particular a comunidade guineense) nos projetos postos em prática no terreno e à sua aposta nas localidades rurais do país. Os principais obstáculos, relacionam-se, a par do que acontece com o PASEG, com os fatores internos do país.

Já relativamente à Faculdade de Direito de Bissau os principais resultados apontam para a excelente contribuição que este projeto tem fornecido ao sistema educativo no que respeita ao ensino superior, demonstrando ser bastante viável, produtivo e eficaz, já que tem possibilitado aos docentes guineenses exercerem a sua profissão de forma mais digna e motivante. No entanto, o facto da FDB se encontrar numa situação de prestígio em comparação com outras instituições (da área do Direito) e de se dar preferência (numa situação de recrutamento para um emprego) aos indivíduos que nela estudaram, acaba por trazer problemas para aqueles que optaram por realizar a sua formação noutras instituições, nomeadamente fora do território guineense⁵⁸.

Por fim, o Instituto Camões tem revelado, no campo da formação contínua, vantagens indiscutíveis para a capacitação dos professores guineenses, desde logo porque quem realiza essa mesma formação são indivíduos de nacionalidade guineense – valorização dos recursos humanos locais. Para além disso, os materiais de apoio foram realizados tendo em conta a realidade guineense, o que demonstra o cuidado tido pelo IC no respeito pela cultura e especificidade do contexto no qual atua. Contudo, o fraco conhecimento da LP pelos nacionais, aliado à escassez de espaço no que remete às infraestruturas, têm sido as principais dificuldades sentidas pelo IC, nomeadamente no campo da formação inicial (licenciatura em LP).

De uma perspetiva quantitativa, e apesar do público-alvo ter sido muito heterogéneo (englobando a participação de alunos e professores de vários estabelecimentos de ensino [Básico, Secundário e Superior] e de vários grupos etários), foi possível retirar algumas conclusões, ainda que gerais e abstratas, acerca da opinião dos beneficiários da cooperação portuguesa.

Assim, no que toca à forma como classificam o trabalho desenvolvido pela cooperação portuguesa na GB, no ramo educacional, 88,04% dos inquiridos caracterizou-o como positivo, enquanto 11,96% apresentou uma opinião negativa sobre o mesmo. No que concerne à

⁵⁸ Um argumento que pode justificar este facto pode estar relacionado com a intenção de se querer promover o ensino guineense, utilizando este mecanismo para motivar os estudantes a optarem por realizar os seus estudos no seu próprio país evitando, deste modo, uma possível fuga de cérebros.

necessidade/relevância do apoio da cooperação portuguesa no sistema educativo da GB, enquanto 93,55% dos inquiridos considerou como necessária, 1,08% referiu-a como desnecessária e 5,38% não apresentou uma opinião concreta. Tratando-se de uma resposta semi-aberta, colocando a hipótese de justificação aos inquiridos, as suas opiniões variaram entre as seguintes ideias: 1) o Estado não consegue dar resposta a todas as necessidades do sistema educativo, sendo a cooperação, por isso, uma mais-valia; 2) a cooperação portuguesa representa um contributo para o aperfeiçoamento da LP e a sua divulgação; 3) a educação na GB é muito pobre e a qualificação dos professores é débil, daí a importância da ajuda externa; 4) a cooperação está a dar um forte contributo para o desenvolvimento do sistema educativo, mas a LP deve ser mais divulgada, uma vez que começa a perder terreno perante a francesa.

Relativamente à forma como os inquiridos avaliaram o desempenho da cooperação portuguesa como contributo para o desenvolvimento do sistema educativo – e tendo como alternativas péssimo, muito mau, mau, razoável, bom, muito bom e excelente – as respostas apresentadas variaram entre o razoável e o excelente, verificando-se que 32,5% classificou o contributo português como razoável, 30% como bom, 25% como muito bom e 12,5% como excelente. Na correlação entre os projetos de cooperação portuguesa e a realidade guineense aferiu-se que 71% dos inquiridos considerou que os projetos têm em conta a realidade guineense, enquanto 29% da amostra considerou que não existe uma preocupação por parte dos projetos portugueses em enquadrar-se com as necessidades da comunidade guineense. No que concerne à importância que advém da relação de cooperação entre Portugal e a GB, enquanto 97,83% dos elementos da amostra afirmou que esta cooperação é importante, 2,17% consideraram que dela não advém nenhuma mais-valia para a GB. Sendo esta uma questão semi-aberta, pressupondo a justificação à resposta dada, os inquiridos afirmaram, essencialmente: 1) a Guiné-Bissau, sozinha, não ser capaz de promover o desenvolvimento; 2) a importância dos laços históricos; 3) a utilização da mesma língua; 4) a falta de recursos humanos na Guiné-Bissau.

Finalmente, relativamente à última questão (aberta), quando questionados acerca dos fatores que têm contribuído para o sucesso e o insucesso do trabalho desempenhado pela cooperação portuguesa no ramo educacional, as respostas dos inquiridos foram bastante diversas e apontaram para diferentes direções. Assim, no que se refere aos fatores que têm contribuído para o sucesso da CP, na área da educação, os inquiridos defenderam: i) a disponibilidade demonstrada por parte do Estado Português no sentido de querer cooperar com a RGB e a força de vontade dos cooperantes portugueses no apoio ao precário ensino guineense; ii) a capacitação dos professores guineenses, nomeadamente através da formação de professores; iii) o apoio técnico e financeiro prestado pela cooperação portuguesa; iv) a implementação de centros de apoio, destacando-se as Oficinas de Língua Portuguesa (PASEG); v) e o alargamento da ação portuguesa para as diversas regiões do país.

Quanto aos fatores que têm contribuído para o insucesso da atuação da cooperação portuguesa, os inquiridos referiram: a) a falta de infraestruturas; b) o incumprimento dos programas escolares devido à ocorrência constante de greves e paralisações; c) a falta de compreensão da sociedade guineense, sobretudo nas questões de ensino; d) o pouco esforço realizado por parte da cooperação portuguesa; e) a falta de adequação dos manuais escolares fornecidos à realidade do país; f) o modo pouco criterioso com que selecionam o pessoal cooperante; g) o facto de não refletirem as necessidades da Guiné-Bissau, tendo em conta que

seria necessário um levantamento de fundo para perceber as dificuldades, para além de o apoio dever ser sistemático e não pontual sob pena de não surtir os efeitos desejados; h) a não focalização de áreas-chaves de impacto e de sustentabilidade futura – custo das missões com pouco retorno para o país; i) desconhecimento da realidade social guineense; j) e a falta de equipamentos.

Conclusão

A cooperação para o desenvolvimento tem-se revelado uma área fundamental para o estabelecimento de relações entre o Norte e o Sul, numa perspetiva global direcionada para a redução da pobreza e das desigualdades entre povos. Em Portugal, a cooperação para o desenvolvimento tem merecido um lugar de destaque, uma vez que se enquadra nas prioridades da política externa portuguesa que, não obstante as dificuldades sentidas, mais concretamente ao nível económico-financeiro, tem tentado reunir esforços numa ótica direcionada para o cumprimento dos compromissos assumidos internacionalmente.

A educação constitui, sem dúvida, uma prioridade da cooperação portuguesa, uma vez que é encarada como uma área estratégica para se alcançar o desenvolvimento dos países beneficiários. Tal é comprovado pela implementação dos projetos de cooperação que foram alvo de análise no nosso estudo, no contexto da Guiné-Bissau.

Através da investigação realizada, foi possível concluir que os esforços da cooperação do Estado português, no que tange ao sector da educação, no território guineense, têm sido significativos e têm contribuído para a melhoria da qualidade do sistema educativo guineense. No entanto, os resultados obtidos permitem constatar a permanência de muitas lacunas que têm colocado em causa o verdadeiro sucesso da cooperação. Essas lacunas relacionam-se, essencialmente, com os problemas existentes ao nível da própria situação interna do país, bem como na forma como é efetuado o desenvolvimento dos projetos da cooperação portuguesa no terreno.

Quanto ao primeiro, salienta-se o nível de instabilidade política presente na Guiné-Bissau, que acaba por interferir com todos os outros domínios, como o económico, social e cultural. Este fator tem um peso elevado quando se tem em conta a concretização dos projetos – o projeto do PASEG acabou por se retirar da Guiné-Bissau no decorrer da nossa investigação, no final de 2012, devido aos acontecimentos de 12 de Abril, e na consequência da não legitimação do Governo atual, saído do Golpe de Estado. Para além disso, em consequência do percurso histórico guineense, marcado pela existência de alguns conflitos, nomeadamente a guerra de libertação nacional e, mais recentemente, o conflito político-militar de 1998/99, a Guiné-Bissau encontra-se numa situação muito frágil relativamente à existência de infraestruturas capazes de assegurar o bom funcionamento das instituições, no caso particular, dos estabelecimentos de ensino. A escassez de meios materiais e humanos tem afetado duramente o sector educativo guineense.

Relativamente ao segundo, importante será mencionar a variedade de natureza dos projetos implementados. Tal significa que não podem ser analisados de um modo comum, uma vez que os meios e áreas de intervenção, bem como o público-alvo são distintos entre si. Apesar de se ter procedido, através do método de recolha de informação de inquérito por questionário,

a uma análise geral acerca da opinião dos beneficiários da cooperação portuguesa, temos consciência que a informação recolhida é extremamente abstrata, na medida em que não nos proporciona a visão específica dos beneficiários relativamente a um projeto em concreto. Contudo, contribuiu para que se esclarecessem um pouco as perceções e perspectiva dos mesmos no que se refere ao trabalho geral desenvolvido pela cooperação na RGB. Neste sentido, após a análise dos resultados obtidos dos inquéritos, concluiu-se que a esmagadora maioria dos inquiridos considera o trabalho da cooperação portuguesa positivo e importante para o sistema educativo guineense. No entanto, depreendeu-se que, no que se refere ao contributo da mesma para o desenvolvimento do sistema educativo, é necessário haver um empenhamento maior no terreno, uma vez que os inquiridos caracterizam o trabalho desenvolvido como razoável. Para além disso, foram apontadas algumas críticas à cooperação portuguesa, nomeadamente na última questão colocada, em que são apresentados os fatores de sucesso e insucesso da atuação portuguesa.

A questão da língua tem sido um dos maiores problemas no ensino guineense, uma vez que o escasso uso da língua portuguesa tem representado obstáculos, principalmente nas instituições de ensino e nas questões de ensino/aprendizagem. Verifica-se que não tem havido um cuidado especial por parte da cooperação portuguesa em compreender melhor o contexto social guineense, dando a sensação, por vezes, que se dá mais atenção ao reforço da Língua Portuguesa, em detrimento da cooperação.

A verdade é que o sistema educativo guineense ainda se encontra muito debilitado, mesmo com o apoio dos projetos de cooperação postos em prática durante a última década. Muito tem sido feito no sentido de melhorar a sua qualidade, mas há, ainda, muito mais para fazer.

A cooperação é uma área sensível que requer a acumulação de esforços tanto da parte dos doadores como dos beneficiários, com o objetivo de ambos poderem caminhar juntos no sentido do desenvolvimento.

Anexos

Quadro 1

Distribuição sectorial da APD bilateral 2005-2010* (em milhares de euros)

Sectores	2005-2010	%
I – Infra-estruturas e serviços sociais	124.2	66.2
Dos quais:		
Educação	52.5	28.0
Saúde	7.5	4.0
Governança e Sociedade Civil	46.7	24.9
Outras Infra-estruturas e Serviços	16.5	8.8
II – Infra-estruturas e Serviços Económicos	30.3	16.2
Dos quais:		
Transportes e Armazenagem	21.6	11.5
Comunicações	1.7	0.9
III – Sectores de produção	2.8	1.5
Dos quais:		

Agricultura	1.8	1.0
IV – Multi sector/transversal	10.1	5.4
Total da ajuda sectorial	164.4	89.3
Outros	20.1	10.7
Dos quais:		
Ajuda Humanitária	3.1	1.7
Custos Administrativos	12.0	6.4
Apoio a ONG	3.0	1.6
Total	187.6	100.0

Fonte: IPAD

* Excluindo ajuda a programas/produtos e operações da dívida.

Quadro 2

A evolução da cooperação e o contexto internacional

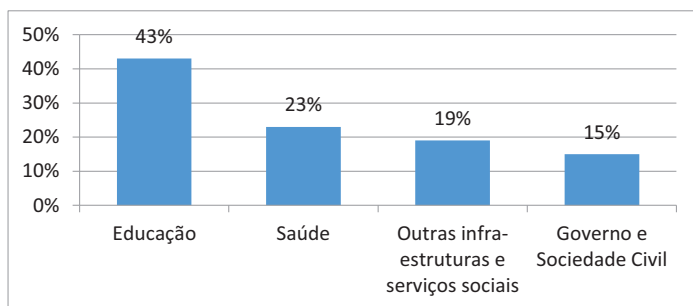
Década	Contexto Internacional	Cooperação	Conceito de Desenvolvimento
60	Independências Guerra Fria	Forma de promover a estabilidade e uma orientação política a par da criação de mercado de escoamento, de fornecimento de matérias-primas e de investimento no estrangeiro Cooperação como investimento geoestratégico Forma dominante: Ajuda projeto	Desenvolvimento igual a crescimento económico
70	Crise do petróleo (1973)	As determinantes económicas dos doadores continuam a comandar a política de cooperação Política de auxílio englobando também a satisfação das necessidades básicas	Desenvolvimento integrado Desenvolvimento sócio-económico
	Atenuação da Guerra Fria	Política de ajuda condicionada pela aplicação dos PAE. Considera-se que são as estruturas dos países	Desenvolvimento pela economia de mercado e abertura ao exterior

80	Fim da Guerra Fria	recetores as responsáveis pelo fracasso da ajuda Passagem para a ajuda a programas sectoriais	Desenvolvimento sustentável
90		Continuação da ajuda ligada aos PAE (reformas macroeconómicas) Aparecimento do condicionamento político – abertura ao multipartidarismo e à democratização, nos moldes ocidentais Aparecimento de políticas de “alívio de pobreza”	Introdução das preocupações com os grupos vulneráveis

Fonte: AFONSO, Maria Manuela, 1995.

Gráfico 1

Guiné-Bissau – Estrutura da ajuda a infraestruturas e serviços sociais (1999-2010)



Fonte: IPAD, 2011.

Quadro 3
Repartição da população analfabeta por género e por região (em %)

Regiões	Taxa de analfabetismo das mulheres	Taxa de analfabetismo dos homens
Tombali	92.4	87.3
Quinara	91.3	88.9
Biombo	91.0	88.8
Bolama/Bijagós	78.2	74.1
Bafatá	92.6	92.1
Gabú	94.5	91.7
Cacheu	87.3	82.3
Sector Autónomo de Bissau	49.8	37.8
Oio	95.5	94.2
Total	83.3	76.2

Fonte: ONU, *Premier rapport sur les objectifs du Millénaire pour le developpment en Guinée Bissau*, 2004, p. 17.

Outros Estudos

Marco Oliveira Borges*

Em torno da preparação do cerco de Lisboa (1147) e de uma possível estratégia marítima pensada por D. Afonso Henriques

R E S U M O

Este estudo gira em torno de uma possível estratégia marítima pensada e operada por D. Afonso Henriques antes e durante o cerco a Lisboa de 1147. Com efeito, reforçamos a ideia do envolvimento das forças cruzadas desde muito cedo para o cerco desse ano e que a historiografia tem vindo a defender. Teria de ter existido um plano prévio do rei para uma operação militar que se sabia que seria demorada, conjugando a vinda do auxílio cruzado com a necessidade do domínio territorial para Sul, mormente do triângulo geo-estratégico Sintra-Cascais-Lisboa, de modo a dominar as estruturas de vigilância, os postos defensivos do sistema de defesa costeira islâmico e as vias de comunicação (terrestres e marítimas) que permitiam o acesso à cidade e uma retirada mais segura.

Palavras-chave: Cerco de Lisboa de 1147 – D. Afonso Henriques – Estratégia Marítima – Cruzados

A B S T R A C T

This essay revolves around a possible maritime strategy designed and operated by D. Afonso Henriques before and during the siege of Lisbon in 1147. In fact, we reinforce the idea of the crusading forces early involvement for the siege of that year, which has been defended by historiography. It would have existed a prior plan from the king for a military operation that he knew it would be time consuming, combining the coming of the crusading forces with the need for a territorial domination to the South, especially the geo-strategic triangle Sintra-Cascais-Lisbon to dominate the structures of surveillance, the defensive positions of the Islamic system of coastal defence and the communication paths (overland and sea) that allowed the access to the city and a safer retreat.

Keywords: Siege of Lisbon of 1147 – D. Afonso Henriques – Maritime Strategy – Crusaders

Introdução

Durante a elaboração da parte II de um estudo sobre a defesa costeira de Sintra-Cascais durante a época islâmica¹, tivemos oportunidade de tocar no tema que agora apresentamos.

* Mestre em História Marítima pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2013).

¹ “A Defesa Costeira do Litoral de Sintra-Cascais durante a Época Islâmica. II – Em torno do Porto de Cascais”. O estudo será publicado brevemente (*on-line*) no domínio do CITCEM – Universidade do Minho.

Porém, o mesmo acabou por se alongar demasiado, razão pela qual tivemos de desenvolver este novo ensaio com as questões que aí seriam abordadas. Inicialmente queríamos problematizar apenas a possível ancoragem da frota cruzada no porto de Cascais e abordar as condicionantes geográficas próprias desta área que limitavam o desenrolar das navegações para al-Ushbuna. Todavia, mediante a leitura dos dados documentais que íamos reunindo para levar a cabo um melhor enquadramento da preparação do cerco de 1147 e dos acontecimentos antecedentes, várias questões foram surgindo permitindo assim considerar – no âmbito da necessidade de domínio do território para a realização de uma investida militar mais segura e prolongada – uma possível estratégia marítima operada por D. Afonso Henriques para o assédio a Lisboa e que não consistia apenas na chegada dos cruzados por mar.

Apesar dos dados documentais referentes à actividade marítima e naval portuguesa para esta época serem escassos e fragmentários, existem informações que ainda estão por explorar e que, uma vez conjugadas com recurso ao reconhecimento da geografia costeira, permitem traçar novas problemáticas e possíveis cenários para as operações militares concernentes à tomada de Lisboa. A vertente marítima, aliás, é algo que parece estar muito pouco perspectivada no âmbito da “Reconquista” cristã².

Por fim, importa sublinhar que, face à certa ousadia que este estudo requereu para a sua elaboração e ao carácter arriscado de certas interpretações, tentámos caminhar apoiados – sempre que possível – em expressões que indicam e reforçam o carácter hipotético e dedutivo das questões que foram sendo levantadas, de modo a que sejam tidas como meras hipóteses de trabalho, verificáveis, sujeitas a revisão mediante a adição de outros argumentos ou do seguimento de outros enfoques metodológicos.³

*
* *
*

Embora Lisboa só tenha sido tomada aos Mouros em 1147, D. Afonso Henriques e as suas forças, pelo menos uma vez anteriormente a esta data, já tinham posto cerco à cidade com auxílio das forças cruzadas: 1140 ou 1142.

A *Crónica dos Godos* remete para 1140 uma investida sobre Lisboa feita por uns 70 navios cruzados que vieram apoiar D. Afonso Henriques num cerco à cidade, isto após terem

² “O processo de conquista e consolidação do território português levado a cabo pelos primeiros sete reis da Primeira Dinastia é normalmente associado às campanhas terrestres, sendo a componente naval muito pouco valorizada. Embora se conheçam, de modo geral, as acções marítimas empreendidas nesse período, são estas, por norma, apresentadas como feitos isolados, sem o enquadramento numa política consistente. No entanto, o Mar foi, desde sempre, um factor indissociável da sustentação de Portugal como estado independente e, provavelmente, o país jamais teria viabilidade se os nossos primeiros reis não tivessem seguido uma estratégia marítima coerente e dado a devida importância ao emprego de forças navais, não apenas em apoio das operações terrestres mas também como um indispensável vector de projecção de força” (Jorge Moreira da Silva, “Operações Navais e Estratégia Marítima na Reconquista e Consolidação do Território Nacional (1147-1349)”, *Revista Militar* (n.º 2487, Abr. de 2009), (disponível em <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=469> – consultada em 01/02/2013). Para uma breve síntese relativa aos principais estudos desenvolvidos sobre portos portugueses, métodos aplicados e problemáticas em questão, vide Marco Oliveira Borges, “O Porto de Cascais durante a Expansão Quatrocentista. Apoio à Navegação e Defesa Costeira” (Diss. Mestrado, Universidade de Lisboa, 2012), 21-31.

³ Sobre estas questões vide José Mattoso, *D. Afonso Henriques* (Lisboa: Temas e Debates, 2007), 13-23.

feito escala no Douro quando seguiam a caminho de Jerusalém e de terem sido convencidos pelo rei a atacar al-Ushbuna. Porém, “nada puderam contra ela, porque ainda não chegara a ocasião de ser entregue às mãos dos Cristãos, mas atacaram os arredores, destruiriam muitas vinhas, incendiaram as casas e fizeram grande dano naquela terra. Vendo então que não era fácil a sua tomada nem durante longo espaço de tempo, embora permanentemente cercada, pois estava bem fornecida de provisões, era muito populosa e não lhe faltavam animosos defensores”⁴.

Para 1142, ano em que D. Afonso Henriques deu foral a Leiria, existe a informação que vem mencionada no célebre relato do enigmático “R.”, identificado como sendo Raul de Glanville⁵, cruzado inglês que participou no cerco de 1147, o qual alude à presença de combatentes oriundos de Northampton, Hastings e de outros locais “para porem cerco à cidade” cinco anos antes⁶. Abordando as negociações entre D. Afonso Henriques e os cruzados para o cerco a Lisboa nesse ano de 1147, Raul remete para a expedição de 1142 evocando que os combatentes ficaram desiludidos pelo rei português não ter cumprido a sua promessa⁷. Costuma-se ligar esta expedição fracassada de 1142⁸ a Lisboa com a que a *Crónica dos Godos* refere para 1140⁹.

Fossem quais fossem as condicionantes que impediram a tomada de Lisboa¹⁰, somente cinco anos mais tarde, após a tomada de Santarém (15 de Março) e com o apoio de uma

⁴ “Crónica dos Godos”, in Fr. António Brandão, *Monarquia Lusitana* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pt. III, 1973), 134. Face a essas circunstâncias, D. Afonso Henriques voltou para Norte com o seu exército e os cruzados seguiram viagem rumo a Jerusalém.

⁵ Seguiremos esta proposta com base no que a crítica historiográfica mais recente propõe, apresentando doravante o nome do cruzado que faria parte do contingente inglês como Raul (Maria João V. Branco, “Introdução”, in *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado*. Ed., trad. e notas de Aires A. Nascimento (2.ª ed., Lisboa: Vega, 2007), 28-30).

⁶ *A Conquista de Lisboa aos Mouros*, 85.

⁷ *Ibidem*, 85.

⁸ Um dado curioso, ainda para este ano de 1142, está no facto da “Crónica dos Godos” referir que os Mouros “pagavam [um] tributo e o censo das cidades e castelos de Santarém, de Lisboa e de seus vizinhos” a D. Afonso Henriques para que este não devastasse e assolasse as suas terras (“Crónica dos Godos”, 135). Quando teria sido celebrado tal pacto? Antes, durante ou depois do cerco de 1142? É difícil responder a esta questão, no entanto, a informação deixa vislumbrar que o rei mantinha operações militares frequentes a estes locais.

⁹ Durante o relato de Raul é referido um dado a entender de forma indirecta que, por mais do que uma vez, os cristãos já ali tinham estado para tomar Lisboa sob auxílio de outras gentes de fora. Isso é visível sobretudo no discurso do alcaide de Lisboa e do bispo do Porto, que indiciam um aumento de ataques a Lisboa nos anos anteriores a 1147 (*A Conquista de Lisboa aos Mouros*, 81, 97-99, 164, n. 97, 167, n. 121). Em 1142 o conde Thierry de Flandres comandou uma expedição à Terra Santa, sendo de pensar que esta poderá estar relacionada com o cerco que se havia feito a Lisboa cinco anos antes da tomada daquela cidade (José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, 197). Para além disso, Ibn Idari menciona um ataque normando de 150 navios de grande e pequeno porte a Ceuta em 538 (16 de Julho de 1143 a 3 de Julho de 1144), tendo havido um confronto naval e muitas baixas de ambas as partes, pelo que terá sido mais uma expedição cruzada a passar pela actual costa portuguesa antes de chegar àquelas paragens (Ibn Idari, *Al-Bayan al-Mugrib. Nuevos Fragmentos Almorávides y Almohades*. Trad. por Ambrosio Huici Miranda, (Valencia: [Anubar], 1963), 236).

¹⁰ Sobre esta questão vide os argumentos aduzidos por Maria João V. Branco, “Introdução”, in *A Conquista de Lisboa aos Mouros*, 25; Pedro Gomes Barbosa, *Conquista de Lisboa 1147. A Cidade Reconquistada aos Mouros* (Lisboa: Tribuna, 2004) 11-12; *idem*, *Reconquista Cristã. Séculos IX-XII* (Lisboa: Ésquilo, 2008), 142-143; Miguel Gomes Martins, *De Ourique a Aljubarrota. A Guerra na Idade Média* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011), 79-80.

poderosa frota de cruzados que rumava à Terra Santa no seguimento da Segunda Cruzada, proclamada pelo papa Eugénio III (no âmbito da queda de Edessa) e pregada por Bernardo de Claraval (entre Julho de 1146 e Janeiro de 1147), é que D. Afonso Henriques conseguiu finalmente conquistar aquela cidade. É, aliás, através do envolvimento pessoal de Bernardo de Claraval que D. Afonso Henriques vai conseguir o apoio armado necessário para tomar Lisboa¹¹, aproximando “ainda mais a guerra de reconquista à guerra santa de Cruzada”¹².

Largando do porto de Dartmouth (Sul de Inglaterra) a 23 de Maio de 1147, uma frota cruzada dividida em três frentes e composta por perto de 164 navios chegou ao Porto a 16 de Junho, se bem que boa parte deles tenha ficado para trás durante uma tempestade e cinco navios partidos anteriormente de Inglaterra (18 de Maio) já ali tivessem chegado pelo dia 8, dois dias depois de D. Afonso Henriques ter partido para Lisboa com as suas forças. Recebidos pelo bispo do Porto, D. Pedro Pitões, que sabia de antemão da chegada dos navios cruzados e que, para além disso, havia sido alertado na véspera para a possibilidade da chegada dos “navios dos francos” por intermédio de uma carta do próprio D. Afonso Henriques, os cruzados foram incitados a colaborar no cerco a Lisboa¹³. Acabariam por partir rumo a Lisboa no dia 26 ou, mais provavelmente, já no dia 27, na companhia dos restantes navios que se tinham dispersado durante a viagem, do bispo do Porto e de D. João Peculiar, arcebispo de Braga. Esta é a versão dos acontecimentos que Raul nos dá.

Enquanto os navios desciam a costa do Garb al-Ândalus, já no litoral de Sintra-Cascais, Raul refere que “*o vento que caía da Serra de Sintra se abateu com temporal tão fora do vulgar que uma parte dos batéis foi apanhada com os seus homens. Manteve-se o temporal até à entrada do porto do rio Tejo. Quando entrávamos no porto, porém, apareceu nos ares um prodígio extraordinário. Foi o caso que umas nuvens grandes e resplandecentes que vinham conosco dos lados das Gálias nos apareceram a irem ao encontro de outras grandes nuvens de farrapos negros que vinham de terra firme; eram como fileiras em linha de batalha e juntando cada qual as suas alas esquerdas entraram em luta com ímpeto extraordinário [...]*”¹⁴. Portanto, Raul aproveita a ocorrência de um fenómeno meteorológico – típico daquela área – para, no seu seguimento, dar azo a uma descrição literária maniqueísta de uma luta travada entre as nuvens cristãs e as nuvens islâmicas em que as primeiras acabam por vencer, cessando assim “toda a fustigação do temporal”, afastando-se as impurezas do ar, acabando o céu por se tornar límpido e azul. Posto isto, e “algum tempo depois, por volta da hora décima do dia, chegámos à cidade que não fica muito distante da foz do rio Tejo”. Segue-se uma descrição do rio Tejo, Lisboa e arredores¹⁵.

Ora, estas passagens levantam algumas questões relacionadas com a intencionalidade do relato, o qual, como observou Maria João Branco, “ainda apresenta muitas facetas por

¹¹ Sobre a autenticidade da carta (n.º 308) que Bernardo de Claraval havia enviado a D. Afonso Henriques e tentativa de fazer com que os cruzados participassem na tomada de Lisboa, vide Maria João V. Branco, “Introdução”, 26-27, 34; José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, 232-236; Miguel Gomes Martins, *De Ourique a Aljubarrota*, 80-81.

¹² Maria João V. Branco, “Introdução”, 25.

¹³ *A Conquista de Lisboa aos Mouros*, 61.

¹⁴ *Ibidem*, 74-75.

¹⁵ *Idem*, 75-77.

explorar”¹⁶. Pensamos que o factor geográfico é um elemento fulcral para aclarar as possíveis omissões que julgamos constarem nesta parte do relato onde a intencionalidade é claramente a de fazer prevalecer a apologia da luta e vitória do bem contra o mal, do cristão contra o mouro. Como tivemos oportunidade de ver, o cruzado alude ao tal “temporal tão fora do vulgar” que ganhava forma com base nos ventos vindos da serra de Sintra, mas logo de seguida já está a aludir à “entrada do porto do rio Tejo”. Ou seja, o cruzado não refere a necessidade de se fugir ao temporal e procurar abrigo¹⁷, situação que não é de aceitar tendo em conta as dificuldades e as particularidades da navegação nesta área costeira, acrescendo o facto de que alguns navios já tinham ido ao fundo e que o porto de Cascais estava na rota dos cruzados, estava ali mesmo a oferecer abrigo.

Na verdade, as dificuldades maiores até estavam na entrada da barra do Tejo. Os cachopos (ou seja, os perigosos baixios de areia que se formavam à entrada da barra e que estavam em constante alteração), o desconhecimento e a falta de “domínio dos ciclos das marés, do movimento das correntes e do regime dos ventos, assim como do funcionamento hidrológico e das características topográficas da barra”¹⁸, poderiam aumentar o risco de naufrágio. Acresce que se estava em pleno temporal e que desse jeito aumentavam as dificuldades no trabalho realizado a bordo, ampliando ainda mais os perigos. Mas mais: quando aprofundamos estas questões sob o ponto de vista marítimo, sob o ponto de vista do desenrolar do processo náutico, evidentemente que seria impensável que c. 170 navios, isto se não fossem 200, entrassem pela barra do Tejo sem qualquer tipo de coordenação ainda para mais sob forte nortada, característica típica desta área nos meses de Verão. Certamente que ocorreriam mais naufrágios, seria a morte de mais tripulações¹⁹. Portanto, a aportagem teria que ter lugar a Cascais, tal como indicam algumas crónicas tardias, e, aos poucos, passando a fúria dos ventos, os navios começariam a entrar no Tejo.

De facto, embora Raul se limite a abordar o temporal e a tal luta entre as nuvens, omitindo a continuação das dificuldades náuticas por que os navios teriam passado já nas imediações da barra do Tejo, algumas crónicas tardias, baseadas numa memória antiga²⁰, mencionam a aportagem da frota cruzada no porto cascalense.

Segundo a *Crónica de Cinco Reis de Portugal*, já depois de tomado o castelo de Mafra e antes da tomada de Lisboa, D. Afonso Henriques foi cercar Sintra acabando mesmo por a tomar embora não se saiba “como [ele] a ouue se foi per força se por preitesia ou de que guisa naõ o achamos escrito senaõ tamsoomente que a tomou”²¹. Depois disso, estando no alto do

¹⁶ Maria João V. Branco, “Introdução”, 12.

¹⁷ Na versão descritiva de Arnulfo, cruzado germânico que também participou no cerco, nem sequer existe a referência à área costeira de Sintra e ao temporal vindo da serra. Logo depois da saída do Porto, os navios já estão a entrar no leito do Tejo (cfr. *Fontes Medievais da História de Portugal*. Selecç., pref. e notas de Alfredo Pimenta (2.ª ed., Lisboa: Livraria Sá da Costa, vol. I, 1982), 135-136).

¹⁸ *Cascais na Rota dos Naufrágios. Museu do Mar – Rei D. Carlos. Exposição. Catálogo* (Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2006), 3-4.

¹⁹ Sobre as condicionantes e perigos para a navegação nesta área geográfica, vide Marco Oliveira Borges, “O Porto de Cascais durante a Expansão Quatrocentista”, 61-81.

²⁰ Fr. António Brandão, *Monarquia Lusitana*, XXV, 112; Visconde de Juromenha, *Sintra Pinturesca, ou Memória Descritiva da Vila de Sintra, Colares e seus arredores* (Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 1989-1990), 14-15.

²¹ *Crónica dos Cinco Reis de Portugal* ([Porto]: Civilização, vol. I, 1945), XXI, 91-92. Semelhante informação, embora divirja em alguns aspectos, essencialmente no número de navios, podemos encontrar nas *Crónicas dos*

castelo com os seus senhores, o rei avistou uma frota de 180 naus a aproximar-se da Roca de Sintra (cabo da Roca). Espantados com a dimensão de tal frota, o rei mandou logo quatro cavaleiros que fossem à ribeira²² para saber que gente era aquela. Quando chegaram a Cascais já “a frota toda pousava” e ali mesmo entraram em contacto com as gentes cristãs que tinham vindo às “espanhas pa guerrear com os mouros” e fazer serviço a Deus. Continuando, o autor da *Crónica* diz que nessa frota vinham muitos condes e grandes senhores, mas que a escritura, ou seja, o documento que terá dado origem a tal informação, somente apresentava o nome de quatro²³. Em Cascais, os mensageiros apresentaram os argumentos do rei para se fazer um cerco a Lisboa e, depois de um vaivém de recados, acertou-se que juntamente iriam tomar Lisboa à condição que, ao ser tomada, metade da cidade ficaria para o rei e a outra para os estrangeiros. O rei e as suas forças acabaram por seguir para a cidade por terra e a frota por mar²⁴.

Posteriormente, na sua *Monarquia Lusitana*, Fr. António Brandão refere que D. Afonso Henriques, “*estando em Sintra, do monte alto virão passar caçadores grande frota de naos de longo da terra. Foi dito a el Rey [e este] Mandou ver qve caminho leuauão. Trouxerão-lhe recado que se amarraraõ no porto grande na entrada do rio de Lisboa [Cascais]. Veio logo em pessoa, & achou que erão Ingreses que hião pelejar pella Fè de Christo contra os Mouros, se concertou com elles, que tomassem Lisboa, q seria de ambos, por so se não atreuer, por ser muito populada, & forte de guisa, q se não podia tomar se não por muita gente, por ser abon[a]dos de agoas & mantimentos*”²⁵.

Como se pode observar, nesta versão dos acontecimentos narrados por Fr. António Brandão não há qualquer alusão à conquista de Mafra e de Sintra por parte das forças de D. Afonso Henriques²⁶. Todavia, à semelhança da *Crónica dos Cinco Reis de Portugal* e das de linha semelhante, o rei estava no alto de Sintra (ainda que não estivesse na posse efectiva do castelo) quando viram passar uma grande frota de naus – neste caso avistada por caçadores – que amarrou no porto grande, isto é, em Cascais. Depois do(s) enviado(s) do rei retornar(em)

Sete Primeiros Reis de Portugal (2.^a ed., Lisboa: Academia Portuguesa da História, vol. I, 2009), XXII, 76-78; *Crónica de Portugal de 1419* (Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998), 46-48; Duarte Galvão, *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995), XXXIII, 119-121; acrescenta-se ainda Duarte Nunes de Leão, “Chronica del Rei Dom Afonso Henriquez”, in *Crónicas dos Reis de Portugal* (Porto: Lello & Irmão – Editores, 1975), 71, ainda que sem alusão directa à apertagem em Cascais.

²² Alusão à ribeira das Vinhas, também conhecida por rio de Cascais, a qual desaguaria em delta na praia da Ribeira (Guilherme Cardoso, “Escavações eventuais na vila de Cascais”, *Trabalhos de Arqueologia. I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana. Setúbal – 24 a 26 de Maio de 1985* (Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, 1986) 50 e 53).

²³ Vide infra, n. 55.

²⁴ *Crónica dos Cinco Reis de Portugal*, I, 92-93. João de Barros, em obra fantasiada, dando voz às profecias de Clarimundo que aludem à tomada de Santarém e de Lisboa aos Mouros, apresenta a seguinte passagem: “*E com fim taõ glorioso, dando-o a estas cousas, vir-se-ha ao longo do Téjo, e como a victoria se vir favorecida na tomada de Cabilicrasto (que depois por causa da Virgem Sancta se chamará Santarem) virá correndo pela agoa abaixo mui ufana té parar nas ondas do grande mar Oceano, tomando a populosa Lisboa. E do que eu sou mais contente, he que da minha geração virá grande armada ao Porto de Cascaes, que será na destruição dos Mouros, que á espada haõ de perecer [...]*” (João de Barros, *Chronica do Emperador Clarimundo, Donde os Reis de Portugal Descendem* (Quinta Impressão, Lisboa: Na Officina de João António da Silva, t. III, 1791), cap. IV, 41-42).

²⁵ Fr. António Brandão, *Monarquia Lusitana*, 170-170v.º.

²⁶ Aliás, Brandão mostra que conhecia essa versão de “nossos autores” que aludiam à conquista de Mafra e Sintra antes de Lisboa, embora não lhe tenha dado crédito (*ibidem*, 167).

para o informar que naquele porto os navios tinham amarrado, o próprio deslocou-se ao local para falar com os “Ingreses”.

Muito embora não nos possamos fiar totalmente nestes dados como possibilidade do que poderá ter acontecido, visto que divergem em muito do relato do cruzado, visto que terão sido inventados pormenores eventualmente para dar um conteúdo necessário à pouca informação que se continha num documento primitivo e até porque, por outro lado, D. Afonso Henriques sabia bem quem eram aqueles homens e os próprios cruzados já sabiam para o que vinham, não nos parece que essa presença cristã no litoral de Sintra e a ancoragem em Cascais fosse forjada. É verdade que as crónicas não são coevas dos acontecimentos ocorridos em 1147, daí que se tenha de ter cautela redobrada quando pensamos estas questões com fontes que surgem séculos depois, mas já vimos também que o próprio relato do cruzado é lacónico e omissivo nesta parte fulcral das navegações rumo a Lisboa. Para além disso, é preciso ter em conta que as crónicas, por vezes, conservam reflexos de documentos e obras perdidas no tempo, sendo “o único testemunho” para a “reconstituição de acontecimentos muito anteriores” à época em que são escritas²⁷. Neste sentido, pensamos que, depois de um exercício de confrontação de dados e de pensado o território na sua vertente marítima, poderemos trazer algumas achegas que possam levar a novos problemas e à orientação de possíveis hipóteses de trabalho.

Em 1093, numa tentativa de fazer face à invasão dos exércitos almorávidas, o rei de Badajoz, al-Mutawakkil, entregou as cidades de Santarém e Lisboa juntamente com Sintra a Afonso VI de Leão em troca de protecção militar. Porém, Lisboa e Sintra seriam retomadas pelo Islão em finais de 1094, ficando sob domínio almorávida, enquanto que Santarém só cairia em 1111²⁸. Chegadas a 1147 vivia-se uma grande instabilidade no Garb al-Ándalus. Santarém havia sido tomada pelas forças de D. Afonso Henriques (Março) e Lisboa encontrava-se isolada a nível político e militar, sendo a única cidade que não teria reconhecido o poder almóada, mantendo-se sob domínio almorávida²⁹. Ademais, neste ano também se deu a conquista almóada de Sevilha, a qual foi tomada por terra e mar, presumindo-se que as frotas do Garb, pelo menos as de Cacela e de Silves, tenham sido mobilizadas para aquela cidade³⁰. Toda esta conjuntura era favorável às ambições de D. Afonso Henriques e à futura tomada de Lisboa³¹.

Estamos mal informados sobre as acções ofensivas levadas a cabo por D. Afonso Henriques contra os Mouros. Não obstante, é possível que após o confronto militar de Ourique (1139) estas tenham ocorrido com frequência³². Como observara José Mattoso, a *Notícia da Fundação do Mosteiro de S. Vicente de Lisboa* refere que em 1147, altura em que D. Afonso

²⁷ José Mattoso, “Notas críticas às notas de fim de volume”, in Alexandre Herculano, *História de Portugal. Desde o começo da Monarquia até o fim do Reinado de Afonso III* (Amadora: Livraria Bertrand, I, 1980), 694; André de Oliveira-Leitão, “Povoamento no Baixo Vale do Tejo: entre a territorialização e a militarização (meados do século IX – início do século XIV)” (Diss. Mestrado, Universidade de Lisboa, 2011), 102.

²⁸ Mário Jorge Barroca, “Da Reconquista a D. Dinis”, in *Nova História Militar de Portugal*. I Vol., dir. de Manuel Themudo Barata; Nuno Severiano Teixeira, coord. de José Mattoso (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2003), 34-35.

²⁹ Inês Lourinho, “1147. Uma Conjuntura vista a partir das Fontes Muçulmanas” (Diss. Mestrado, Universidade de Lisboa, 2010), 44 e 63.

³⁰ *Ibidem*, 57.

³¹ Sobre a instabilidade no Garb vide *idem*, 44, 63-65, 101-102 e *passim*.

³² José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, 196.

Henriques tinha 40 anos, o rei havia reunido o seu exército contra os Sarracenos, tal como era costume fazer todos os anos, tomando assim direcção a Lisboa³³.

Depois de surpreendentemente ter tomado Santarém aos Almorávidas durante uma operação militar nocturna, ficando ali uma força de templários a defender “as ainda instáveis linhas do Tejo”³⁴, certamente que D. Afonso Henriques teve a necessidade de tomar outros locais e fortificações aos muçulmanos, preparando assim com maior segurança uma possível investida sobre Lisboa nos tempos seguintes, algo que só veio a ser possível com ajuda exterior. Num primeiro momento, após a tomada de Santarém, seguramente que D. Afonso Henriques dedicou tempo a tentar consolidar a presença cristã no território, não só com a própria manutenção daquela praça de guerra mas também com a submissão de outras povoações e fortificações das proximidades, desbravando caminho rumo a Lisboa³⁵. Posteriormente, temos o momento que decorre entre a viagem dos cruzados rumo ao Porto até à sua chegada a Lisboa. Como o rei terá partido para Sul no dia 6 de Junho e o encontro com os cruzados em Lisboa só se deu no dia 29, temos 23 dias em que não se sabe exactamente o que D. Afonso Henriques andou a fazer.

Tem dado que pensar aos investigadores este hiato de tempo e a forma como D. Afonso Henriques terá sido informado sobre a vinda dos navios cruzados. Como se viu anteriormente, Raul refere que, quando os cruzados chegaram ao Porto (16 de Julho), o bispo local, por um lado, sabia de antemão da chegada dos navios e, por outro, havia recebido a tal carta do rei na véspera alertando-o para a possível chegada dos cruzados àquele lugar. Todavia, segundo Raul, por essa altura o rei já se ausentara há uns 10 dias em direcção a Lisboa “com o seu exército, a enfrentar os mouros”³⁶.

Embora alguns investigadores aceitem que o rei havia sido alertado para a suposta vinda dos cruzados já depois de partir para Sul, situação que requeria que a fonte de informação que trazia a mensagem percorresse um longo caminho rumo ao seu encontro, pensamos que isso terá ocorrido ainda antes da partida. Costuma-se dizer que, ao saber da exequível chegada dos navios cruzados, o rei terá mesmo enviado a tal carta ao bispo alertando-o para a possível chegada dos combatentes ao Douro. É verdade que já teriam chegado ao Porto, pelo dia 8 de Junho, 5 navios partidos anteriormente de Inglaterra (18 de Maio) que antecederam a saída do grosso da frota, mas, por essa altura, o rei já havia partido com as suas forças fazia dois dias, possivelmente de Coimbra e não do Porto³⁷, pelo que estes não poderiam ter informado o rei. Para além disso, durante essa provável chegada dos 5 navios ao Douro – dizemos provável pois não se sabe em concreto aonde aportaram –, D. Pedro Pitões já teria sido informado da vinda

³³ *Monarquia Lusitana*, pt. III, XXI, [170]; *A Conquista de Lisboa aos Mouros*, [179].

³⁴ A expressão é de Inês Lourinho, “1147. Uma Conjuntura vista a partir das Fontes Muçulmanas”, 64.

³⁵ Naturalmente que os precedentes fracassos de 1140 ou 1142 terão levado D. Afonso Henriques a pensar melhor o território e a planear um acesso mais seguro à cidade lisboeta e que pudesse prolongar a sua presença nessa área por mais tempo e com maior solidez. José Mattoso sugere que o rei terá ficado na área de Santarém “dois ou três meses [após a sua tomada] para consolidar a sua posição e bater os arredores” (José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, 237). Sobre o problema das bolsas muçulmanas a Norte e a Oeste de Santarém, vide André de Oliveira-Leitão, “O Povoamento no Baixo Vale do Tejo”, 113-116 e 127.

³⁶ *A Conquista de Lisboa aos Mouros*, 61.

³⁷ Pedro Gomes Barbosa, *Conquista de Lisboa 1147*, 32. Teria sido por volta de 1130 que o rei havia mudado “o seu local de maior permanência para Coimbra, onde a canónica regrante muito em breve surgiria, para desempenhar um papel de destaque no apoio a Afonso Henriques e sua descendência” (Maria João V. Branco, “Introdução”, 23). No entanto, não é de excluir que o rei possa ter partido de Santarém com as suas forças.

dos contingentes militares que partiriam de Dartmouth, daí que Raul referisse que o bispo já sabia de “antemão” da chegada dos cruzados³⁸.

Pondo de lado a hipótese de que D. Afonso Henriques tenha vindo para a região de Lisboa em fossado e que ao saber da vinda dos cruzados aproveitou a situação para comunicar a D. Pedro Pitões, no intuito de se convencer, mais uma vez, os combatentes a colaborarem num assédio a al-Ushbuna caso os ditos largassem ferro no Porto, custa a acreditar que o bispo tenha sido alertado tão tardiamente. Parece não fazer sentido que o rei tivesse partido para Sul (dia 6) com a ideia de tomar Lisboa sem que as conversações com Bernardo de Claraval lhe tivessem dado garantias da vinda de apoio armado (se bem que as negociações sobre as compensações ainda tivessem de ser ultimadas directamente entre o rei português e os chefes dos contingentes envolvidos³⁹), que se estavam a aprestar navios no Norte e que estava para breve a sua vinda. De facto, faz mais sentido que houvesse um plano prévio para a expedição que passaria pela costa portuguesa e que culminaria com o ataque a Lisboa, sendo lógico que a participação dos cruzados no cerco tivesse sido planeada desde a fase inicial⁴⁰ mediante um pedido de D. Afonso Henriques a Bernardo de Claraval, daí que o rei pareça ter antecipado claramente a chegada dos cruzados sob várias formas⁴¹.

³⁸ Só mais tarde é que as gentes dos 5 navios viriam a ter contacto com D. Afonso Henriques, nunca antes do dia 9 de Junho. O percurso marítimo do Porto a Lisboa poderia ser feito em 24 horas de navegação contínua e com ventos favoráveis, ou então em dois dias, isto caso se aportasse para pernoitar algures, tal como aconteceu com o grupo de cruzados que saiu do Porto a 27 de Junho e que escalou em Peniche (A. H. de Oliveira Marques, “A Circulação e a Distribuição dos Produtos”, in *Nova História de Portugal*. IV Vol., *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*, dir. Joel Serrão; [...] (Lisboa: Editorial Presença, 1986), 132 e n. 3). Assim, uma vez chegada ao Porto no dia 8 de Junho, possivelmente ainda de manhã, e partindo ainda nesse dia rumo ao Sul, seria possível que a armada de 5 navios tivesse aportado algures pelo dia 9, provavelmente em Cascais (pelos vários argumentos que invocaremos adiante), e informado D. Afonso Henriques. Porém, se a ligação terrestre de Lisboa ao Porto, à escala dos séculos XIX-XV, levava pelo menos uma semana, seria muito difícil aceitar que a suposta carta que D. Afonso Henriques escreveu ao bispo, possivelmente nas imediações de Lisboa, tenha sido motivada por informação vinda por esses cinco navios. Aliás, não faria sentido que a mensagem da chegada dos navios andasse a viajar de Norte para Sul e de Sul para Norte, a não ser que o bispo não tivesse sido devidamente informado sobre todas as operações, apenas parcialmente, ou que o conteúdo da carta fosse outro.

³⁹ Se Bernardo de Claraval teria conseguido o apoio dos combatentes vindos da França, do Sacro Império Romano e, sobretudo, da Flandres, com os quais as negociações estavam praticamente tratadas, com os Ingleses e Normandos ainda havia que negociar as recompensas materiais (Miguel Gomes Martins, *De Ourique a Aljubarrota*, 80-81).

⁴⁰ Partindo de Colónia a 27 de Abril de 1147, o contingente alemão chegou a Dartmouth a 19 de Maio.

⁴¹ Cf. Pedro Gomes Barbosa, “São Bernardo e a independência de Portugal”, *IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo. Encontros de Alcobaça e Simpósio de Lisboa*, (Braga: Universidade Católica Portuguesa, 1991), 348; Matthew Bennett, “Military aspects of the conquest of Lisbon, 1147”, in *The Second Crusade. Scope and consequences*, ed. by Jonathan Phillips; Martin Hoch (Manchester: Manchester University Press, 2001), 73; Maria João V. Branco, “Introdução”, 34 e 51, n. 101; Jonathan Phillips, *The Second Crusade. Extending the Frontiers of Christendom* (London: Yale University Press, 2007), 140. Costa Veiga, embora sem ter em conta o papel de Bernardo de Claraval, afirmou a possibilidade de que o rei estivesse ao corrente das movimentações dos cruzados desde início de Maio, altura em que o aprestamento da frota cruzada já estava em fase avançada (Costa Veiga, “Lisboa na Política e na Estratégia de Afonso Henriques”, sep. do *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa* (vol. XIX, Out-Dez. de 1947), 12). As importantes ligações familiares que o rei tinha português tinha – não esqueçamos que o seu tio, o duque Odo I da Borgonha, havia participado na expedição cruzada de 1001 e o seu pai, o conde D. Henrique, havia rumado em peregrinação a Jerusalém em 1103 –, poderiam muito bem ter

Toda esta situação ganha maior fundamento se tomarmos como exemplo o que terá ocorrido sete ou cinco anos antes (1140 ou 1142), com os navios cruzados a fazerem igualmente escala no Douro quando se dirigiam a Jerusalém e com D. Afonso Henriques a ter conhecimento de tal acontecimento, conseguindo assim convencê-los a rumar a Lisboa para cercar a cidade⁴². Neste seguimento, faz todo o sentido que as operações de 1147 possam ter sido pensadas, de certo modo, com base nesse exemplo e que o bispo estivesse ao corrente das negociações com Claraval, sendo assim de questionar o conteúdo que o cruzado dá à suposta carta enviada por D. Afonso Henriques a D. Pedro Pitões. Se o bispo soube de antemão da vinda de combatentes, isso teria sido, em primeiro lugar, por intermédio de D. Afonso Henriques (que já saberia da vinda dos navios) e, só depois, pela boca dos próprios cruzados que chegaram misteriosamente ao Porto em 5 navios antecedendo em 5 dias a saída da frota, se bem que estes lhe devam ter dado novidades sobre as movimentações e o número de navios que ali chegaria brevemente.

É lógico que o cruzado não estaria informado sobre todos os pormenores das movimentações e intenções de D. Afonso Henriques, sendo que, da informação a que teve acesso, certamente que alguma teve de tentar adaptar à sua maneira para completar lacunas e tentar dar um sentido e valor à sua narrativa, situação que faz com que não possa ser seguido à risca⁴³. Talvez essa carta, se tivesse de facto sido enviada pelo rei, deva ser entendida na medida em que o seu conteúdo não seria exactamente o mesmo que Raul lhe dá. Mediante o fracasso de 1142, o decorrer das negociações com Claraval e a partida do rei para os arredores de Lisboa, era fulcral que o bispo soubesse *a priori* da importância da chegada dos contingentes cruzados, até para fazê-los crer na palavra do rei (o que não veio a revelar-se nada pacífico), daí que aquela carta não pudesse conter uma mensagem de iniciação ao bispo para a possível chegada dos navios.

Alguns investigadores têm aceite que à partida da frota cruzada do Porto, ou seja, pelo dia 26 ou 27⁴⁴, já a hoste régia portuguesa (partida pelo dia 6) se encontraria em Lisboa à espera dos cruzados, os quais haveriam de chegar no dia 28 desse mês de Junho. Para Miguel Gomes Martins, embora se estranhe os cerca de 15 dias que D. Afonso Henriques tenha levado a chegar a Lisboa, isso poderá ter ocorrido por se estar perante “uma força de grandes dimensões e que arrastaria atrás de si um pesado trem de apoio onde seriam transportadas, essencialmente, munições, armas e alguns mantimentos, mas também tendas de campanha e tudo o mais que fosse necessário para uma empresa que poderia vir a revelar-se demorada”⁴⁵.

facilitado os contactos no Norte da Europa desencadeados por Bernardo de Claraval em prol de D. Afonso Henriques (Jonathan Phillips, *The Second Crusade*, 140).

⁴² Vide supra, n. 4 e 6. Para além dos dados fornecidos pela “Crónica dos Godos”, seguramente que o bispo teria sido interlocutor entre ambas as partes, isto caso o rei não estivesse próximo, o que pressupõe, evidentemente, algum tempo de paragem da frota no Douro entre os necessários vaivéns de mensagens, razão pela qual, em 1147, e antes de partir para Sul já devidamente informado, tal cenário não teria escapado a D. Afonso Henriques.

⁴³ “Afonso, rei de Portugal a Pedro, Bispo do Porto, saudações. Se, por ventura, os navios dos francos chegarem junto de vós, recebei-os com solicitude, com benignidade e mansidão, e, segundo o acordo que estabelecerdes para ficarem comigo, dai-lhes como garantes desse acordo a vossa própria pessoa e todos aqueles que eles quiserem convosco e assim vinde ter comigo juntamente com eles a par de Lisboa. Adeus!” (*A Conquista de Lisboa aos Mouros*, 61).

⁴⁴ *Ibidem*, 73, 161, n. 71.

⁴⁵ Miguel Gomes Martins, *De Ourique a Aljubarrota*, 82.

Certamente que viajando nestas condições o tempo de viagem teria a sua morosidade. Porém, teria D. Afonso Henriques plena confiança que as forças recrutadas por Bernardo de Claraval chegariam para tomar Lisboa quando, aliás, parece que ainda não havia acordo com todos os contingentes? Não estaria já prevenido para que as operações de cerco ambicionadas pudessem vir a ser abortadas como parecem ter sido cinco anos antes? Não seria mais prudente esperar pela confirmação da chegada daquelas forças e ver se realmente eram suficientes para tomar a cidade e só depois avançar directamente para Lisboa? Não teria tido a necessidade de controlar os acessos a Lisboa, de neutralizar e tomar os postos de vigilância terrestres e costeiros mais importantes das imediações? Não teria a preocupação de preparar a própria chegada dos cruzados que vinham por mar? Não teria, afinal, uma estratégia marítima que se conciliasse com o ataque terrestre?

Estas são algumas das principais questões que, mediante os argumentos que estamos a invocar, pensamos que precisam de ser colocadas ou recolocadas. Embora o objectivo central fosse Lisboa não é de crer que as forças cristãs tenham seguido directamente para a cidade. O próprio cruzado, pelo dia 29 de Junho, refere que o rei estava na região de Lisboa há mais de 8 dias à espera dos contingentes cruzados⁴⁶, o que remete para algures nas proximidades e não concretamente na cidade.

Uma vez partindo para Sul, o que importaria a D. Afonso Henriques seria desbravar terreno rumo a al-Ushbuna neutralizando as “fortificações secundárias, assegurando, assim, a defesa da sua linha de fuga”⁴⁷. Para além disso, era de extrema importância saber o momento exacto da chegada daquelas forças estrangeiras, algo que requeria a colocação de sentinelas junto à linha de costa. Sintra, embora ainda sob posse islâmica, sempre fora um posto fulcral no sistema de defesa costeira inimigo e o mais adequado nas proximidades de Lisboa para avistar a chegada de navios. É neste sentido que, necessitando de um apoio costeiro para vislumbrar a aproximação dos navios, D. Afonso Henriques certamente terá ordenado a colocação de vigias nalgum local elevado daquela costa, possivelmente na Peninha⁴⁸. Ademais, e face à sua proximidade, talvez o rei tenha mesmo levado a cabo uma incursão a Sintra, ainda que esta não tenha sido conquistada como as crónicas sugerem, podendo ter sido, entretanto, surpreendido com o avistamento dos navios cruzados ao longo do litoral enquanto se dava alguma investida militar, possivelmente com o intuito de destruir as áreas agrícolas ou de neutralizar possíveis estruturas de vigilância e de alerta.

Na verdade, não se pode excluir que tenha havido mesmo a intenção de tomar o castelo dos Mouros visto que controlar esta estrutura significaria controlar um posto de observação oceânica fulcral nesta *Finisterra* atlântica. De facto, integrado no sistema de defesa costeira islâmico na vertente de vigilância e de alerta, o castelo dos Mouros tinha a particularidade de ser um local de onde se podiam avistar os navios que vinham de Norte e de Sul e de onde se podiam estabelecer comunicações a longa distância com outros postos defensivos e de vigilância: Cascais, Lisboa, Almada, Palmela⁴⁹, ainda que o nevoeiro constante que se abate

⁴⁶ *A Conquista de Lisboa aos Mouros*, 81.

⁴⁷ A expressão é de Pedro Gomes Barbosa, *Conquista de Lisboa 1147*, 33.

⁴⁸ Manuel A. P. Lourenço, “História de Cascais e do seu Concelho”, *A Nossa Terra* (n.º 44, 27 de Jun.1953), 2.

⁴⁹ Catarina Coelho, “O Castelo dos Mouros (Sintra)”, in *Mil Anos de Fortificações na Península e no Magreb (500-1500)*. *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, coord. de Isabel Cristina Ferreira Fernandes (Lisboa: Edições Colibri, 2002), 393-394.

sobre a serra de Sintra prejudicasse frequentemente a operatividade do sistema defensivo⁵⁰. Portanto, todas estas razões eram mais que suficientes para que o rei tivesse, efectivamente, em conta a importância estratégica de tomar aquele castelo, de neutralizar uma peça importante do sistema defensivo islâmico e de colocar ao seu dispor todas as suas potencialidades.

Realmente, tornava-se estratégico fazer uma gestão do território controlando os eixos de comunicação neste triângulo Sintra-Cascais-Lisboa, não só do ponto de vista terrestre como também do ponto de vista marítimo, pelo que algum tempo dos – pelo menos – 8 dias que o rei esteve nas imediações de Lisboa à espera dos cruzados teria sido bem aproveitado nesse sentido. É preciso ver que de Mafra partia uma via para Sintra, daí uma outra seguia para Lisboa e ainda outra para o porto de Cascais (com passagem por Alcabideche). Em Cascais também havia uma via para Lisboa muito próxima da linha de costa⁵¹.

Acrescia que Cascais tinha o único porto nesta área que poderia oferecer abrigo a uma frota antes de se entrar na barra do Tejo, algo que tornava previsível ou, para sermos mais realistas, praticamente forçosa uma escala naquelas águas até porque se estava perante uma frota de enormes dimensões e em pleno temporal. Daí que os primeiros navios cruzados ao chegarem às imediações de Cascais tivessem logo procurado abrigo no porto e os outros seguido o exemplo⁵².

Neste enquadramento, estando os vigias algures no litoral sintrense, as forças militares nas proximidades e controlados os acessos viários desta área, seria perfeitamente plausível o tal avistamento da frota cruzada que as crónicas referem e que D. Afonso Henriques enviasse os seus homens à “ribeira”, ou seja, a Cascais, para chegarem à fala com os cruzados.

Ao ter em conta esta mais que provável aportagem da frota cruzada em Cascais, como se teria efectuado a sua chegada? Os navios teriam chegado em simultâneo? Quanto tempo havia ali ficado a frota? O que se teria passado naquele porto? Como se teria processado a entrada na barra? Como interpretar as divergências de informação em relação ao relato do cruzado?

Em primeiro lugar, e mesmo tendo em conta que o relato do cruzado indique que D. Afonso Henriques havia solicitado ao bispo para que os cruzados se dirigissem a Lisboa, ponto de encontro entre todos, é preciso reforçar que a escala no porto de Cascais era estratégica, essencial e quase inevitável, fossem os navios para Lisboa ou para Sul. Na verdade, e como já tivemos oportunidade de focar acima, ao aproximar-se da entrada da barra sob forte temporal a frota de c. 170 navios corria enorme perigo. Naquelas condições, e perante tal turbulência, é lógico pensar que tenha havido enorme confusão, medo e pânico a bordo, até porque alguns dos navios de menores dimensões já tinham ido ao fundo juntamente com as suas tripulações e os outros continuavam em perigo. Perante tal situação o instinto de sobrevivência de qualquer mareante levava-o a procurar um porto de abrigo e, neste caso particular, não existia mais algum em condições do que a enseada de Cascais.

⁵⁰ Marco Oliveira Borges, “A Defesa Costeira do Litoral de Sintra-Cascais durante o Garb al-Ándalus. I – Em torno do Porto de Colares”, *História. Revista da FLUP Porto* (IV série, vol. 2, 2012), 111-112.

⁵¹ Sobre as vias vide o mapa publicado por A. H. de Oliveira Marques; João José Alves Dias, *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português* (Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2003), 45.

⁵² A ampla extensão de ancoragem de Cascais – que se estendia meia légua em arco para Leste – permitia receber uma frota daquelas dimensões (Marco Oliveira Borges, “O Porto de Cascais durante a Expansão Quatrocentista”, 50-53).

Para D. Afonso Henriques era fundamental que se estabelecesse contacto com os cruzados, porquanto ainda não havia acordo selado com todos, para além de ainda faltarem discutir as compensações directamente com os chefes dos contingentes envolvidos, sendo que estas, aliás, vieram a revelar-se bastante exigentes⁵³.

Por esta altura o porto de Cascais já estaria sob controlo das forças de D. Afonso Henriques⁵⁴, pelo que seria lógico que os homens que ali teriam ficado destacados soubessem bem o que estava para acontecer e o que teriam de fazer quando os navios chegassem. Mesmo assim, e para além de poderem ter prestado auxílio a alguns dos navios e tripulações ali chegadas, o problema que agora se colocaria estaria em lidar com o estado de espírito dos combatentes, que então deveriam estar mais preocupados em abrigar-se, contar as baixas sofridas e verificar o estado dos navios, do que propriamente em negociar no momento e seguir rapidamente para Lisboa⁵⁵.

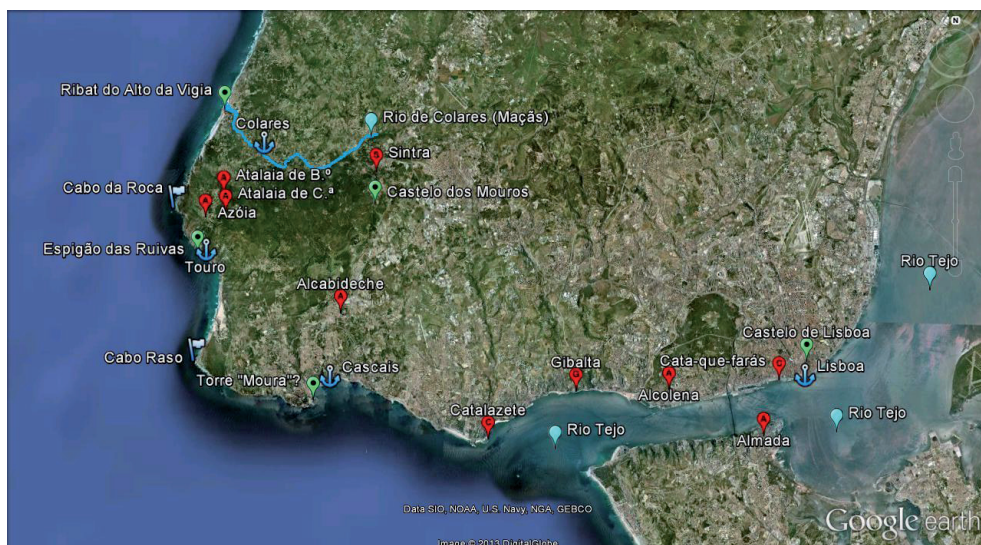


Figura 1 – O complexo geográfico Sintra-Cascais-Lisboa⁵⁶.

⁵³ Cf. *A Conquista de Lisboa aos Mouros*, 165, n. 103.

⁵⁴ Manuel A. P. Lourenço, “História de Cascais e do seu Concelho”, 2.

⁵⁵ A “croniqua” ou “escritura” refere quatro dos combatentes que teriam aportado a Cascais: Guilham de Longua Espea, conde de Limcol, Chill de Roolim, D. Leberche e D. Ligeli ou Ligelusia (*Crónica de Portugal de 1419, 47-49*). Messem Guilhaõ de Longa Septa, conde de Leuitol, Gil de Rolim, D. Libenshe e D. Gil (*Crónica de Cinco Reis de Portugal, 92-94*). Mosem Gujllham de Longua Espea, conde de Limcol, Childe Roolim, D. Leberche (Libarche) e D. Le Geli (Ligelusia) (*Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal, XXII-XXIII, 77-80*). Guilhem de Lomgua Espea, conde de Limcoll, Chill de Rololim, D. Liberche e D. Ligell (Duarte Galvão, *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques, XXXIII-XXXV, 120 e 125*). Para Duarte Nunes de Leão o primeiro era Guilherme de Longa Espada (Duarte Nunes de Leão, “Chronica del Rei Dom Afonso Henriquez”, 71). Fr. António Brandão apresenta Guilherme de Longa Espada como suposto irmão de Guilherme, duque da Normandia e rei de Inglaterra, sendo os três seguintes “capitães de muito nome” (Fr. António Brandão, *Monarquia Lusitana*, pt. III, 167v.). Fr. António Brandão, citando outros autores, refere mais combatentes que teriam participado no cerco.

⁵⁶ A presença destes topónimos e micro-topónimos (a vermelho), bem como dos sítios arqueológicos referidos, é justificada no nosso estudo sobre “A Defesa Costeira do Litoral de Sintra Cascais durante a Época Islâmica. II – Em torno do Porto de Cascais” (vide supra, n. 1).

Mas há ainda, perante tanta incerteza que se tenta problematizar, compreender e completar com hipóteses explicativas, um dado mais incerto no meio de tantas questões: os cinco navios que tinham partido mais cedo de Inglaterra. Qual a razão para a partida isolada destes 5 navios antecedendo em cinco dias a frota cruzada? Qual a sua origem? Traziam alguma mensagem, alguma informação urgente? Qual o local em que aportaram? Aonde teriam ido ao encontro do rei? Teria sido mesmo em Lisboa como se julga?

A partida antecipada e isolada destes 5 navios indicia claramente a necessidade de deslocação rápida e essa mesma deslocação teria ocorrido possivelmente no intuito de dar a conhecer alguma mensagem importante à qual o cruzado não teve acesso. Recorde-se que os 5 navios tinham partido de Inglaterra a 18 de Maio, chegando ao Porto pelo dia 8, dois dias depois de D. Afonso Henriques ter partido para Lisboa, pelo que não poderiam ter informado prontamente o rei. Depois de uma provável ancoragem no Porto, onde deveriam ter informado o bispo sobre o estado das operações e, possivelmente, alertado o mesmo para as condições e necessidades que se impunham para muito breve, a armada deve ter feito vela rapidamente para Sul ao encontro do rei.

Faz todo o sentido que os 5 navios cruzados tivessem aportado a Cascais, devendo ter sido ali mesmo que informaram os homens de D. Afonso Henriques, sendo que as informações recolhidas rapidamente teriam chegado aos ouvidos do rei. Não é de crer que ao chegarem às imediações da barra tivessem partido sozinhos para Lisboa, era mais seguro que tivessem esperado pelo resto da frota⁵⁷, evitando assim possíveis confrontos com os navios islâmicos que poderiam pôr a armada cruzada em desvantagem numérica.

Por essa altura o porto de Cascais já estaria sob domínio das forças de D. Afonso Henriques. Aliás, tomar o porto de Cascais seria garantir um ponto fulcral do sistema de defesa costeira e das comunicações para Lisboa, um ponto de observação privilegiado do movimento de aproximação e saída da barra do Tejo. Seria facilitar a chegada dos cruzados e ter informantes para avisarem o rei sobre aquilo que se passava naquela parte costeira, sobretudo em relação ao desenrolar das navegações para Lisboa e à possível chegada de navios vindos de Sul.

⁵⁷ Contudo, não deixa de ser curiosa uma passagem de Raul que poderá pôr a nu a fragilidade da nossa hipótese. Diz o cruzado que no dia da vigília de S. Pedro (28 de Junho), quando alguns combatentes desembarcaram na praia, vieram logo ao seu encontro os mouros mas estes acabaram por fugir sendo perseguidos pelas forças cruzadas. “No entanto, Saério de Archelles, suspeitando de alguma cilada dos inimigos, manda suste a arremetida aos nossos, dando graças a Deus porque no início da nossa intervenção experimentávamos situações diferentes das que haviam sofrido os que haviam chegado antes” (*A Conquista de Lisboa aos Mouros*, 79 e 81). Quem eram estes que haviam chegado antes? Quando haviam chegado? Tal alusão remete-nos automaticamente para os 5 navios partidos isoladamente de Inglaterra. Porém, para Aires Nascimento, tal alusão de Raul teria sido feita à expedição de 1142. Em todo o caso, não é de rejeitar que alguns dos c. 170 navios que largaram do Porto, e perante a confusão que terá sido desencadeada pelo tal temporal na costa de Sintra-Cascais, tenham entrado directamente na barra de Lisboa apartando-se assim do resto da frota, sendo que Raul só teria chegado a Lisboa posteriormente.

Cruzando estes dados com os que apresentam al-Idrisi, Ibn Sahib al-Salah e Ibn Idari, Inês Lourinho refere que em 1147, no que respeita ao actual território português, existiam frotas de guerra islâmicas em *Qastalla* (Cacela)⁶¹, Silves e Lisboa⁶², sendo possível que as duas primeiras tivessem sido mobilizadas para Sevilha meses antes.

Contudo, por quantos navios seriam compostas essas frotas? As expedições a território cristão seriam isoladas, ou seja, feitas por determinado núcleo naval portuário ou, por outro lado, combinadas entre os vários focos navais islâmicos, sendo mobilizados os navios de vários locais a cada expedição, formando-se assim uma frota?

Segundo a *Historia Compostelana* os piratas islâmicos assediavam o seu “mar Oceano con no menos de veinte naves”⁶³. A certa altura, noutra passagem, refere-se mesmo que os Sarracenos de Sevilha e de Lisboa atacaram Santiago com vinte navios⁶⁴. De facto, nas várias alusões aos ataques islâmicos nunca são referidos mais do que vinte navios envolvidos. Pelo que se infere, por altura do episcopado de D. Diego Gelmírez, estes ataques não seriam levados a cabo pela totalidade das unidades navais que formariam uma frota própria dos portos onde se pensa que existiam, mas possivelmente por um número mais reduzido de navios oriundo dos vários locais portuários⁶⁵.

Em todo o caso, é possível que pela altura do cerco de Lisboa o poder naval islâmico já não tivesse o fulgor de outros tempos, pelo menos no que diz respeito a Lisboa. Na verdade, é preciso ver que em 1147 o sistema de defesa costeira islâmico que teria começado a ganhar forma com os primeiros ataques nórdicos já estaria bastante fragilizado uma vez que nos anos precedentes esta área costeira fora sistematicamente visitada pelos homens do Norte. De facto, é preciso enfatizar que esta costa estava bastante exposta ao perigo e irremediavelmente na rota do movimento marítimo das cruzadas. Os actos de violência e a destruição inerentes a todas estas passagens iriam debilitando o sistema de comunicação e de alerta, tornando assim bastante insegura a própria presença de forças no porto de Cascais⁶⁶.

⁶¹ Assim identificam Alberto Sampaio, *Estudos Históricos e Económicos*. Vol. II – *As Póvoas Marítimas* (Lisboa: Editorial Vega, 1979) 39, n. 3; Ambrosio Huici Miranda (Ibn Idari, *Al-Bayan al-Mugrib*, 401, n. 10); Antonio Ubieto Arteta (Idrisi, *Geografía de España* (Valencia: Anubar, 1974) 168). Sobre esta questão vide ainda Inês Lourinho, “1147. Uma Conjuntura vista a partir das Fontes Muçulmanas”, 57-58.

⁶² *Ibidem*, 57-58, 61-63.

⁶³ *Historia Compostelana*, 304 e 340.

⁶⁴ *Ibidem*, 340.

⁶⁵ Neste seguimento, é possível pensar em expedições combinadas em que um pequeno grupo de navios de determinado porto se juntava a outros, razão pela qual teríamos de falar em armadas e não propriamente em frotas, sendo necessário fazer a distinção entre estes dois agrupamentos de navios: um grupo grande de navios de guerra é denominado por “frota”, um grupo pequeno é designado por “armada” (*Ordenações Afonsinas*. Nota de apres. de Mário Júlio de Almeida Costa. Nota text. de Eduardo Borges Nunes (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, lv. I, 1984), LIII, 322).

⁶⁶ Hélio Pires colocou a possibilidade de que o ataque de Sigurd a Sintra e a Lisboa (1109) tenha cerceado, temporariamente, “o ímpeto almorávida no ocidente ibérico”. No primeiro caso, isso poderia ter feito com que o conde D. Henrique, nesse mesmo ano, mais facilmente pudesse ter tomado e mantido Sintra durante algum tempo (Hélio Pires, “Incursoes Nórdicas no Ocidente Ibérico (844-1147): Fontes, História e Vestígios” (Diss. Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2012) 219 e 221). Ademais, nos anos precedentes a 1147 as forças cristãs já tinham, pelo menos uma vez, tentado tomar a cidade de Lisboa com auxílio externo. Para além disso, existem dados que indiciam a passagem de mais duas frotas cruzadas por esta costa: uma em 1142, comandada pelo conde Thierry da Flandres, se bem que pudesse estar relacionada com a frota que veio pôr cerco a Lisboa

A tudo isto acrescia a divisão interna que se vivia no Garb, com Lisboa sujeita a uma situação política de isolamento, as frentes de batalha internas que se iam multiplicando, situações essas que no seu computo geral teriam gerado a falta de recursos humanos e materiais propiciando assim a estagnação do sistema de defesa costeira e a segurança de Lisboa. Estes são indicadores fundamentais a ter em conta para a formulação de uma possível resposta à questão do silêncio que se faz sentir nas fontes sobre uma suposta frota de guerra islâmica que existia em Lisboa pela altura da conquista de 1147, que não operou e que muito tem intrigado os investigadores. É possível também que a “frota” lisboeta, se é que assim a podemos chamar, e que já deveria estar bastante limitada por essa altura, pudesse ter sido mobilizada para Sevilha em auxílio almorávida. Porém, a tomada de Sevilha por parte dos Almóadas deu-se em Janeiro de 1147, pelo que em finais de Junho já há muito que a frota almorávida (ou o que restava dela) teria regressado a Lisboa, isto se não tivesse sido destruída ou tomada e incorporada (ou parte dela) nas forças do novo império almóada. Os poucos navios que fortuitamente estivessem em Lisboa aquando da chegada dos cruzados não poderiam fazer frente a uma tamanha frota de perto de 170 navios.

Somente com ajuda externa al-Ushbuna conseguiria fazer face à frota cruzada. Contudo, como refere Inês Lourinho, parece fora de hipótese que Alcácer do Sal (seja verdadeira ou não a intenção de Lisboa ter pedido auxílio ao rei de Évora, Sidray Ibn Wazir, com quem D. Afonso Henriques teria então um pacto de não agressão) pudesse vir ajudar aquela cidade. É que, para além de se duvidar que tivesse uma marinha de guerra, “a *fitna*, a partir de 1144, veio separar as regiões, que assumiram interesses diferentes. Alcácer, que reconheceu o poder almóada por meio de Ibn Wazir, não fazia parte da órbita de Lisboa, que se terá mantido almorávida”⁶⁷. Ademais, mesmo que Alcácer tivesse uma marinha de guerra estruturada, “a possui-la, teria participado da tomada de Sevilha, em Janeiro de 1147, situação que teria contribuído para um desgaste e menor capacidade de resposta”⁶⁸.

Apesar destes indicadores, será que a retaguarda marítima cruzada se teria dado ao luxo de estar desprotegida? Teriam sido apenas os navios cruzados a participar nas operações navais e no assalto a Lisboa? Não teria D. Afonso Henriques ao seu dispor, eventualmente, um determinado número de navios tendo-os disponibilizando para coadjuvar no ataque ou para outro tipo de operações navais?

Muito embora o cruzado fale somente em 8 batéis dispostos no Tejo com gente armada para estar de vigia ao que se passava no rio durante o cerco⁶⁹, a verdade é que estamos a falar de uma operação militar, não de dois ou três dias, mas que durou 17 longas semanas a uma cidade que seria concorrida pela navegação e cujas ligações comerciais se estendiam ao Norte de África, ainda que alguns investigadores tenham desacreditado a importância de Lisboa

nesse mesmo ano, e a outra entre 1143-1144, composta por 150 navios e que viria a atacar Ceuta conforme revela Ibn Idari, embora também não se possa excluir que fosse a frota que havia estado no cerco a Lisboa de 1147, tendo havido um erro quanto à data dada pelo autor muçulmano.

⁶⁷ Inês Lourinho, “1147. Uma Conjuntura vista a partir das Fontes Muçulmanas”, 63.

⁶⁸ *Ibidem*, 63.

⁶⁹ *A Conquista de Lisboa aos Mouros*, 103.

durante a “Reconquista” relegando-a para um plano secundário a vários níveis⁷⁰. Fosse qual fosse a situação, porém, seria impensável que a retaguarda marítima não estivesse protegida por uma força estacionada nas águas de Cascais, controlando assim aquele porto e a entrada da barra do Tejo, de modo a proteger os combatentes que sitiavam Lisboa da possível vinda de uma frota muçulmana de Sul e que os apanhasse de surpresa.

Apesar das reservas em se aceitar a existência de uma marinha de guerra organizada anteriormente ao reinado de D. Dinis, é preciso recuar no tempo e revisitar alguns dados que permitem explorar a hipótese de que, pela altura da tomada de Lisboa e mais de trinta anos antes das pretensas investidas navais de D. Fuas Roupinho⁷¹, D. Afonso Henriques já teria uma estrutura naval desenvolvida ao seu dispor ao ponto de Raul fazer uma alusão explícita ao comandante das galés do rei, ou seja, de navios de combate.

Na verdade, anteriormente, nos tempos de governação do condado Portucalense por D. Teresa, já existia uma componente naval ainda que modesta. Sabe-se mesmo da ocorrência de um combate naval no rio Minho, o qual terá ocorrido no Verão de 1121, opondo as forças de D. Urraca às de D. Teresa. Neste combate intervieram “naves” contra “carinas”, respectivamente⁷². Porém, é o caso específico de 1147 que nos importa.

⁷⁰ Cfr., por exemplo, Gérard Pradalié, *Lisboa. Da Reconquista ao fim do século XIII*. Trad. de Maria Teresa Campos Rodrigues (Lisboa: Palas Editores, 1975), 20-22 e *passim*; João Carlos Garcia, *O Espaço Medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica* (Lisboa: Centros de Estudos Geográficos, 1986), 43.

⁷¹ Figura questionada desde cedo pela historiografia portuguesa, porquanto surge pela primeira vez referida apenas no século XV (cf. Marco Oliveira Borges, “Brito Rebelo”, *Dicionário de Historiadores Portugueses. Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*, coord. de Sérgio Campos Matos (in http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores_rebelo.htm – consultada em 22/06/2012), D. Fuas Roupinho foi, recentemente, alvo de novo estudo onde se coloca em causa a sua existência e a suposta identificação com “Farroupim”. Ainda que as fontes muçulmanas refiram a ocorrência de ataques navais a Lisboa e as consequentes represálias portuguesas (1179-1180), confirmando-se assim certos passos da *Crónica de Portugal de 1419*, nada referem quanto à existência de D. Fuas Roupinho (cfr. Tiago João Queimada e Silva, “Os feitos de D. Fuas Roupinho na *Crónica de 1419*”, *Revista Portuguesa de História* (t. XLIII, Coimbra: Faculdade de Letras, 2012), 91-104).

⁷² «*nec mora, Compostellani & Irienses cum electissimus militum naves concendunt. Portugalensium, quae per Mineum discurrebant, invadunt carinas, & paedictam insulam audaci occupant congressu*» (apud Alberto Sampaio, *Estudos Históricos e Económicos*, 44). Porém, na tradução da *Historia Compostelana* de Emma Falque, os tipos de navios envolvidos em confronto surgem descritos como “naves”: “*los compostelanos y los irienses subieron a las naves con los soldados más escojidos, atacaron las naves de los portugueses que iban por el Miño y ocuparon la mencionada isla con audaz acometida*” (*Historia Compostelana*, 361). Aethicus distingue o termo “carina” em relação às trirremes e às canoas, além de referir a sua agilidade e capacidade para navegar em mar tempestuoso (*Mittelateinisches Wörterbuch. Bis zum Ausgehenden 13 Jahrhundert*, (München: 1969), 284). O termo “carina” vem definido também como (1) quilha de um navio, (2) ou somente como navio ou barco (cfr. “Carina”, *Oxford Latin Dictionary*, ed. by P. G. W. Glare (2.º ed., Oxford: Oxford University Press, vol. I, 2012), 304), pelo que parece difícil conseguir definir uma tipologia exacta para os navios envolvidos do lado de D. Teresa, se bem que Herculano tenha traduzido “carinas” por barcas. De qualquer forma, e apesar de na *Historia Compostelana* ser feita uma distinção expressa entre os dois tipos de navios envolvidos de ambas as partes, as barcas de D. Teresa não seriam simples embarcações de navegação fluvial, estariam aptas para a navegação oceânica. Alberto Sampaio já havia argumentado que os navios de D. Teresa não seriam “simples barcaças de transporte fluvial, mas embarcações capazes de efectuarem uma navegação costeira com segurança; doutro modo seria irrisório o oferecimento” do seu préstimo a D. Diego Gelmírez (Alberto Sampaio, *Estudos Históricos e Económicos*, 44-45). Este argumento seria retomado por Luís Miguel Duarte, “A Marinha de Guerra Portuguesa”, in *Nova História Militar de Portugal*. I Vol., 294. Por outro lado, importava saber que tipo de navios estavam ao

Jaime Cortesão, na senda de Fr. António Brandão e seguido por Orlando Ribeiro, salienta que as fustas da armada real acompanharam as forças navais cruzadas à conquista de Lisboa⁷³. Pedro Gomes Barbosa, conjecturando sobre os diferentes números de navios cruzados que as fontes apresentam, variando entre os 164, 170 e 200, admite que alguns navios de D. Afonso Henriques possam ter sido mobilizados para o ataque a Lisboa⁷⁴. Porém, nenhum destes investigadores focou a questão do comandante das galés do rei.

José Augusto de Oliveira, para além de ter em conta a necessidade de protecção costeira contra piratas e as supostas acções navais protagonizadas por D. Fuas Roupinho (ocorridas pouco mais de 30 anos depois), admite a existência de navios de guerra pela altura do cerco de Lisboa ainda que o rei desse primazia a outros assuntos mais urgentes, certamente às manobras militares terrestres. Todavia, o dado decisivo que apresenta para fundamentar a possibilidade da existência de uma estrutura naval já desenvolvida na altura do cerco, está, precisamente, na curiosa passagem do relato do cruzado que menciona a morte do “rector galeata regis” numa porta do castelo de Lisboa durante os combates com os Mouros. O significado dessa passagem “nada mais é que o «comandante das galés, ou da armada do rei»”⁷⁵.

Ulteriormente, vários autores retomaram esta passagem embora sem lhe atribuírem grande crédito⁷⁶. Porém, para Luís Miguel Duarte, “A expressão, curta mas preciosa, parece autorizar-nos a supor que, em meados do século XII, o primeiro rei de Portugal podia mobilizar uma esquadra de galés, certamente pouco numerosa. Mais não é lícito concluir”⁷⁷. Posteriormente, Jorge Manuel Moreira Silva retoma a tal passagem interrogando-se se essa figura, “eventualmente identificada como o célebre Martim Moniz”, não seria “o comandante de uma verdadeira esquadra de galés do Rei”⁷⁸. Mais recentemente, José António Rodrigues

dispor de D. Urraca já que os mesmos surgem descritos como “naves” e, várias vezes, a *Historia Compostelana* se reporta às galés de D. Diego Gelmírez como “naves”.

⁷³ Cf. Jaime Cortesão, *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal* (4.^a ed., Lisboa: Livros Horizonte, 1984), 72; Orlando Ribeiro, *Introduções Geográficas à História de Portugal. Estudo crítico* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977), 113.

⁷⁴ Pedro Gomes Barbosa, *Conquista de Lisboa 1147*, 27. É possível que já durante o cerco a Lisboa mais navios cruzados se tenham juntado à operação militar.

⁷⁵ Cf. *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147). Narrações pelos Cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cerco*. Texto latino e sua tradução para o português pelo Dr. José Augusto de Oliveira. Pref. do Engenheiro Augusto Vieira da Silva (2.^a ed., Lisboa: S. Industriais da C. M. L., 1936), 156-158. José Augusto de Oliveira remete ainda para o documento intitulado *Indiculum [...]*, que, segundo o próprio, traduzindo para o português, refere que o rei “aportou a Lisboa” (“aplicuitque ad ulixbonam”), situação que levou o investigador a interrogar-se se D. Afonso Henriques não teria mandado “para o Tejo algumas das suas naus ou galés para surgirem em frente a Lisboa” (*Conquista de Lisboa aos Mouros (1147)*, 143-144, 158). Contudo, na tradução do texto latino feita por Aires Nascimento a passagem é apresentada como “acercou-se de Lisboa”, sendo que apenas os cruzados receberam ordens do rei para atacarem a cidade pelo lado do mar, acabando por ancorar ao largo e saltar em terra (*A Conquista de Lisboa aos Mouros*, 178-181).

⁷⁶ Como parece ser o caso de José de Vasconcellos e Meneses, *Armadas Portuguesas. Os Marinheiros e o Almirantado. Elementos para História da Marinha (século XII – século XVI)* (Lisboa: Academia de Marinha, 1989), 33.

⁷⁷ Cf. Luís Miguel Duarte, “A Marinha de Guerra Portuguesa”, 295.

⁷⁸ Jorge Moreira da Silva, “Operações Navais e Estratégia Marítima na Reconquista e Consolidação do Território Nacional (1147-1349)”, s/p. e n. 4.

Pereira referiu que essa alusão ao comandante das galés portuguesas “significa já existir então uma marinha militar portuguesa”⁷⁹.

Efectivamente, para haver um comandante de galés na altura do cerco de 1147 teria de haver uma estrutura naval com vários meios e navios de guerra envolvidos e que não seria propriamente elaborada nas vésperas do cerco a Lisboa, ainda que a mesma não devesse estar dotada de um grande número de navios.

Seguindo esta perspectiva, como teria D. Afonso Henriques adquirido tais navios? Como teria montado tal estrutura naval liderada por um comandante? Quais os meios envolvidos? Qual o local onde estariam sedeados os navios?

Antes de mais, a própria insegurança causada pelos ataques mouros, que se estendiam até à Galiza desde o século IX, deverá ter levado D. Afonso Henriques a necessitar de proteger o seu território pelo que seria natural que precisasse de ter navios de combate ao seu dispor⁸⁰. Conquanto se desconheçam combates navais travados no tempo de D. Afonso Henriques antes de 1179-1180, é de pensar que, após o cerco a Lisboa de 1142, os possíveis navios islâmicos que se encontravam no Tejo possam ter ficado sob poder cristão, muito possivelmente à disposição de D. Afonso Henriques, situação que teria feito alargar o poder naval do rei.

Quanto ao local onde estariam os navios, tal como refere Fr. António Brandão, certamente que seria o rio Mondego⁸¹. Foi em Coimbra que o monarca se fixou a partir de c. 1130, sendo que esse curso de água ainda era navegável para lá dessa cidade depois do século XVI, estando identificados vários focos portuários entre a foz do rio e a continuação do mesmo para montante até mesmo para lá de Coimbra: Buarcos (ainda que fora do Mondego), Santa

⁷⁹ José António Rodrigues Pereira, *Marinha Portuguesa. Nove séculos de História* (Lisboa: Comissão Cultural de Marinha, 2010), 27.

⁸⁰ Embora os combates navais entre cristãos e mouros peninsulares só nos venham referenciados a partir do tempo de D. Diego Gelmírez, altura em que o bispo e outros homens importantes da Galiza se viram obrigados a mandar construir galés para defesa da costa mas também para atacar o território inimigo e lucrar com os consequentes saques, é possível que as forças cristãs já levassem a cabo ataques à área do Tejo desde finais do século VIII. Em 798, liderados por Afonso II das Astúrias, os cristãos do Norte saquearam mesmo Lisboa no que se pensa ter sido uma expedição vinda por mar (A. H. de Oliveira Marques, “O «Portugal» islâmico”, in *Nova História de Portugal*. II Vol., *Portugal das Invasões Germânicas à Reconquista*, dir. Joel Serrão; [...] (Lisboa: Editorial Presença, 1993), 125).

⁸¹ “*Em quanto a Corte esteue em Coimbra, pella foz do Mondego sahião as armadas de fustas, & galés; depois que se ganhou Lisboa, nesta cidade, pela maior comodidade, se fabricarão as frotas, & edificarão terecenas para materiaes dellas*”. Fr. António Brandão baseia-se no facto de que o foral que Galdim Paez, Mestre do Templo, outorgou aos moradores de Pombal, altura em que povoou aquela vila e edificou o castelo, ordenava que “*todos aquellos que fosen obrigados à justiça, para satisfação deferimentos, fosen condenados às fustas, conforme ao antigo costume de Coimbra*”. Com efeito, isto era sinal que antigamente o Mondego era navegável, frequentado por navios possivelmente até Coimbra, até porque em épocas recuadas o rio não estava “tão espraído, & areado” como já estava na época de Fr. António Brandão, sendo que “mais perto do mar teue sempre bom surgidouro” (Fr. António Brandão, *Monarquia Lusitana*, XII). Para além do Mondego, é possível que outros rios oferecessem abrigo aos navios do rei, mormente o rio Douro, isto se o bispo do Porto, à semelhança do que acontecia na Galiza com D. Diego Gelmírez, não tivesse as suas próprias plataformas de guerra para defesa costeira e lides piratas. É preciso ver que a actividade pirata poderia tornar-se bastante lucrativa e importante do ponto de vista militar naval, não só porque as riquezas tomadas nos *raids* poderiam mesmo vir a financiar possíveis expedições militares mas também porque a tomada de navios mouros enfraquecia o poder naval inimigo ao mesmo tempo que fortalecia o cristão.

Olaia, Montemor-o-Velho, Soure, Verride, Coimbra e Raiva, este último na confluência com o Dão⁸².

Conclusão

Várias questões colocadas ao longo deste estudo ficaram por responder. Outras poderão ser aduzidas e exploradas mediante a teorização desenvolvida, mormente em relação à importância estratégica de Sintra e do porto de Cascais para o desenrolar das operações, pelo que retomaremos em breve a questão do cerco de Lisboa de 1147.

Todavia, parece não haver dúvida que teria de existir uma estratégia marítima levada a cabo por D. Afonso Henriques no planeamento da tomada de Lisboa, ainda que, devido à escassez e ao carácter fragmentário dos elementos documentais existentes, seja de difícil empreendimento a sua tentativa de reconstituição.

Parece evidente, como alguns investigadores têm vindo a enfatizar, que a participação dos cruzados no feito militar de 1147 tivesse sido começada a preparar desde muito cedo e por influência de Bernardo de Claraval. A passagem dos cruzados pelo Porto teria de se saber de antemão e o bispo local já estaria devidamente informado antes do rei partir para os arredores de Lisboa. Porém, em vez de rumar directamente a Lisboa com as suas forças, faz mais sentido que D. Afonso Henriques tivesse tentado fazer uma gestão do território envolvente, mormente no triângulo Sintra-Cascais-Lisboa, tentando dominar estruturas de vigilância, postos defensivos islâmicos e as vias que permitiam o acesso à cidade e uma retirada mais segura. Para além disso, era primordial saber o momento exacto da chegada da frota cruzada. É nesse sentido, também, que o rei português terá colocado vigias no litoral de Sintra, isto se, de facto, por todas as questões de ordem geo-estratégica que fomos invocando, não houve mesmo uma tentativa para tomar o castelo dos Mouros. Dominar o porto de Cascais era também de extrema importância, ora porque seria peça indispensável no sistema defensivo islâmico, ora porque funcionava como antecâmara de Lisboa e, nesse sentido, poderia servir como base de apoio à navegação a vários níveis.

Quanto à partida dos cruzados do rio Douro rumo à cidade lisboeta e à passagem pelo litoral de Sintra-Cascais, não oferece grandes dúvidas que Raul omitiu dados e atenuou os problemas náuticos por que passaram os navios nesta área fulcral das navegações para Lisboa. É verdade que o cruzado aborda o tal temporal e os naufrágios dos batéis, mas isso acontece de forma bastante lacónica e logo depois muda por completo o tom do seu discurso entrando numa linguagem maniqueísta de luta do bem contra o mal e que, sem dúvidas, acabou por atenuar a real dimensão das dificuldades sentidas e dos naufrágios ocorridos. Ora, todos os problemas abordados, quando pensados de forma geográfica e do ponto de vista do desenvolvimento do processo náutico, mostram bem que é preciso procurar outras explicações para além daquelas que o cruzado nos dá e que é preciso repensar, nomeadamente, essa chegada da frota cruzada a Lisboa de uma forma distinta da que tem sido encarada até hoje. A procura por abrigo e aportagem dos navios teria de ter ocorrido na enseada de Cascais, conforme revelam algumas

⁸² Sobre a navegabilidade do Mondego vide, por exemplo, J. Pinto Loureiro, *Forais de Coimbra* (Coimbra: Edição da Biblioteca Municipal, 1940) 22 e *passim*; A. H. de Oliveira Marques; João José Alves Dias, *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português*, 92.

crónicas tardias, e, só depois do temporal ter passado e reunidas as condições para uma navegação mais segura, a frota de c. 170 navios teria rumado a Lisboa.

No que respeita à alusão ao comandante das galés de D. Afonso Henriques, essa é uma questão que parece não ter recebido ainda a devida atenção por parte da historiografia e que pode e deve ser melhor explorada até porque remete para a ideia da existência de uma marinha de guerra 30 anos antes da investidas navais de 1179-1180, as primeiras que se conhecem sob as ordens do rei. É possível que, pela altura do cerco de Lisboa, as galés de D. Afonso Henriques estivessem sedeadas no Mondego, devido à proximidade em relação a Coimbra, embora também não se saiba em que foco do complexo portuário desse curso de água.

José D'Assunção Barros*

A Operação Genealógica – considerações sobre as implicações histórico-sociais das genealogias, a partir do exame dos livros de linhagens (séc. XIII-XIV)

R E S U M O

Este artigo visa discutir, em seus vários aspectos, as implicações sociais e históricas da “operação genealógica” – aqui considerada como o conjunto de atos e procedimentos necessários para se construir através de textos ou esquemas as redes de relações parentais e familiares referentes a determinadas linhagens. Para tal, busca-se examinar um gênero histórico-literário específico: os chamados “livros de linhagens” – estas fontes genealógicas e narrativas de âmbito nobiliárquico oriundas da Idade Média portuguesa (séculos XIII-XIV). O texto linhagístico, e a operação que lhe dá forma, são neste sentido examinados como produtores espaços de poder, dentro dos quais os grupos e indivíduos da nobreza são colocados diante de situações de inclusão e exclusão social. As escolhas do genealogista que constrói o seu texto genealógico são abordadas do ponto de vista de seus aspectos intencionais e de suas motivações ideológicas.

Palavras-Chave: Operação Genealógica; Narrativa Medieval; Texto Genealógico;

A B S T R A C T

This article aims at discuss, in its several aspects, the social and historical implications of the “genealogic operation” – here considered as the set of acts and procedures necessary to construct through texts or projects the nets of parental and familiar relations referred the determined ancestries. For such, the chosen way was to examine a specifically historical-literary genre: the called “ancestral books” – these genealogic and narrative fonts of aristocratic scope deriving of the Portuguese Middle Ages (centuries XIII and XIV). The genealogic text, and the operation that gives a form to this, are examined in this direction as producers of power spaces, within the social groups and individuals of the Nobility are placed ahead of situations of social inclusion or exclusion. The choices of the genealogist that constructs its genealogic texts are boarded of the point of view of its intentional aspects and its ideological motivations.

Keywords: Genealogic Operation; Medieval Narrative; Genealogic Text.

Parodiaremos o título de um célebre texto que já se tornou um clássico da teoria da historiografia, no qual Michel de Certeau¹ refere-se, de maneira arguta, à “operação

* Historiador e Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (Brasil). Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro nos cursos de Graduação e Mestrado em História e Professor-Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

historiográfica”. A expressão implicaria um certo modo de conceber, realizar e dar forma a determinado tipo de construção histórica que, nos tempos atuais, é encaminhada pelos historiadores profissionais, sempre de acordo com uma série de procedimentos e determinações que remeteriam a um ‘lugar de produção’, a um conjunto de receptores de certo tipo e a um ‘modo de escrita’. Neste artigo, estaremos refletindo sobre algo que propomos denominar “operação genealógica”, expressão que implica mais propriamente as fontes de natureza genealógica de que hoje dispõem os historiadores para compreender períodos que podem recuar até a Idade Média, como é o caso, por exemplo, dos chamados “livros de linhagens” da Idade Média portuguesa, textos que enfatizaremos mais diretamente neste artigo².

A operação genealógica parte em sua fase visível de alguém que desejou registrar certa cadeia de ascendências, descendências e relações familiares. A esse sujeito social que, por iniciativa própria ou a mando de outrem, elabora o texto genealógico – ou que mais especificamente preside à operação genealógica – chamaremos de “genealogista”.

Conhecemo-lo desde a Antiguidade. Sobretudo na Idade Média e nos princípios da Idade Moderna, os genealogistas estiveram em alta conta, particularmente em meios aristocráticos nos quais o conhecimento da inserção do indivíduo em uma dada linhagem ou entrecruzamento de linhagens mostrava-se de vital importância para a identidade social do sujeito nobre.

Por outro lado, deveremos entender aqui o genealogista em uma acepção mais ampla: ele não é propriamente um homem (e, inclusive, nem sempre coincide mesmo com um único homem), mas corresponde na verdade a um conjunto de forças. O genealogista representa ele mesmo uma combinação bastante complexa: uma classe ou grupo social que o acolhe, uma série de interesses políticos e sociais, um conjunto de procedimentos próprios do seu ofício, um ponto de diálogo intertextual que envolve diversos textos genealógicos, e uma inserção em uma espécie de ‘comunidade de genealogistas’ que atravessa seu tempo e outros tempos.

¹ Michel de Certeau, *A Escrita da História*, Rio de Janeiro: Forense, 2002, 65-122.

² Os livros de linhagens mereceram importantes estudos de autores portugueses. Entre estes, podemos citar o artigo de José Carlos Ribeiro Miranda, que examina a narrativa “A Lenda de Gaia” (“A Lenda de Gaia dos Livros de Linhagens: uma questão de literatura?”), *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, II.ª. Série, vol. V/2, 1988, 483-515. É já um clássico sobre o assunto o livro de Luís Krus intitulado *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico* (Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1994). Por fim, são igualmente importantes os textos de José Mattoso incluídos em *A Nobreza Medieval Portuguesa* (Lisboa: Estampa, 1987) e *Portugal Medieval – novas interpretações* (Lisboa: INCM, 1985). Este autor é ainda responsável, com a colaboração de J. Piel, pela publicação mais moderna dos três livros de linhagens. Sobre o papel de Genealogista desempenhado pelo Conde Dom Pedro – organizador de um dos livros de linhagens – cfe. Antonio Rezende de Oliveira, “O genealogista e as suas linhagens: D. Pedro, conde de Barcelos”. *e-Spania* [En ligne], 11 | juin 2011. Com relação a um estudo mais amplo sobre as linhagens medievais portuguesas, ver (1) José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*, vol.1, Porto: Universidade Moderna, 1999 e (2) A. Botelho da Costa Veiga, Os nossos nobiliários medievais (alguns elementos para a cronologia da sua elaboração. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. 15, 1940, 165-193. Para um estudo mais específico sobre o “Prólogo” do Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro, ver Maria do Rosário Ferreira, “Amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha”. Apontamentos sobre o prólogo do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro”. *Cahiers d’Études Hispaniques Médiévales*, n.º 35, 2012. As fontes d Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro foram estudadas por Luís Filipe de Lindley Cintra, O Liber Regum e outras fontes do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, *Boletim de Filologia*, XI (II), 1950, 224-251.

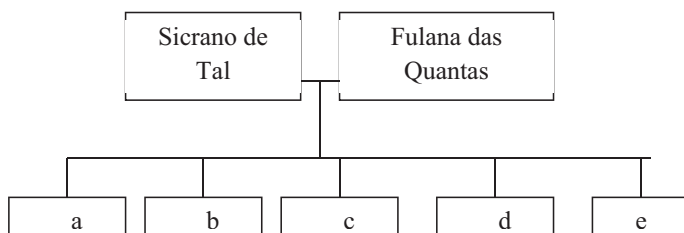
Assim, por exemplo, o genealogista pode representar num plano os interesses de um mosteiro medieval, em outro plano os fatores que afetam a nobreza como grupo social mais amplo, e em outro a nação na qual está incluído, sem contar os interesses pessoais de sua própria linhagem, se ele mesmo e a sua família estiverem envolvidos como objetos da prática genealógica.

Do mesmo modo como o “genealogista” – sujeito social inserido ele mesmo em um tempo histórico – é aquele que preside à operação genealógica, sempre atentando para interesses diversos que vão das orientações derivadas dos interesses de seus patrocinadores a necessidades sócio-culturais e ideológicas de toda ordem, pode-se chamar de “texto genealógico” ao documento que se materializa simultaneamente como local e produto da operação genealógica em si mesma. Os textos genealógicos de tipos diversos, os quais já diferenciaremos, são nos dias de hoje fontes importantes para a historiografia que examina períodos mais recuados.

Assim, os historiadores que buscam esclarecer problemas relacionados a tal ou qual época histórica, ou que intentam examinar esta ou aquela sociedade ambientada em determinado período histórico, podem colher informações preciosas de documentos genealógicos vários, por vezes elaborados na própria época que o historiador se propõe a examinar.

Podemos estudar Portugal do século XIV através de documentos genealógicos produzidos pelos próprios homens do século XIV, e que, contudo, remontam no seu discurso e conteúdo informativo a épocas anteriores, terminando por revelar as representações que estes homens do século XIV desejavam transmitir acerca de seu próprio tempo e de outros tempos.

Existem textos genealógicos de diversos tipos, desde os mais esquemáticos até os mais descritivos e narrativos. Uma árvore genealógica, por exemplo, reproduz através de esquemas simples, em forma de uma árvore que se vai desdobrando em ramos de filiações, uma cadeia de relações familiares, tal como registramos abaixo:



“Sicrano de Tal” e “Fulana das Quantas” tiveram cinco filhos, “a”, “b”, “c”, “d”, “e”; alguns destes, ao contraírem relações conjugais de diversos tipos, irão gerar seus próprios filhos e assim dar encaminhamento a uma certa descendência que dará curso a novas ramificações. Por outro lado, há outros tipos de descrições genealógicas, sob a forma de *listas*. Por exemplo, um tipo de listagem genealógica retroativa, partindo de determinado indivíduo, pode recuar no tempo em busca dos antepassados deste mesmo indivíduo através das gerações de pais, avós, bisavós, e assim por diante:

1. João da Silva
2. Marcos da Silva e 3. Arlete Moraes da Silva
4. Pedro Costa Silva e 5. Maria Paes Costa; 6. João Moraes e 7. Jane Andrade Moraes

No caso, o indivíduo de onde se parte, antecedido pelo número 1, é filho de 2 e 3, neto de 4, 5, 6 e 7, e se fôssemos seguir adiante nesta listagem encontraríamos oito bisavós (números 8 a 15). Por outro lado, também poderíamos ter um tipo de texto genealógico em forma de relato. É comum, por exemplo, o texto genealógico que, a partir de um antepassado comum, começa a relatar a sua descendência: “Pedro Costa Silva casou-se com Maria Paes Costa e tiveram como filho Marcos da Silva. Este, ao casar-se com Arlete Moraes da Silva, teve cinco filhos, entre os quais João da Silva, que veio a casar-se com Marieta Pinto da Silva gerando como filhos Sicrano de Tal, Fulana das Quantas, etc, etc”.

Esses exemplos, e outros que poderiam ser mencionados, são modalidades de textos genealógicos. Nesse artigo, referir-nos-emos a um padrão de relato genealógico que era bastante comum no período medieval: uma lista em forma de relato à maneira do último exemplo, a qual também podia vir eventualmente entrecortada por narrativas ou fragmentos narrativos relacionados com as personagens mencionadas.

Por exemplo, retomando o extrato anterior: “Pedro Costa Silva casou-se com Maria Paes Costa e tiveram como filho Marcos da Silva. Este, ao casar-se com Arlete Moraes da Silva, teve cinco filhos, entre os quais João da Silva. Este João da Silva foi um importante comerciante que fez sua fortuna negociando com peles e que a certa altura de sua vida converteu-se à ordem dos capuchinhos, etc, etc”. Ou seja, a mera descrição genealógica é interrompida de quando em vez por uma pequena narrativa de fatos da vida de certo personagem desta listagem genealógica.

Mais adiante, exemplificaremos melhor este padrão textual, sendo oportuno discutir antes disto tanto as implicações da operação genealógica em si mesma, como a função social das genealogias no período que neste momento mais nos interessa: a Idade Média.

Elaborar uma genealogia é empreender escolhas através da miríade de nomes de antepassados que se relacionam de alguma maneira com estes ou aqueles indivíduos; é percorrer um labirinto de filiações e casamentos e estabelecer certas escolhas que trazem a marca da subjetividade, pois mesmo quando um procedimento genealógico não pode deixar de mencionar certas marcas ancestrais, o genealogista pode facilmente atribuir ênfases e valorações diversas a estas marcas, criar tipos diversificados de relações entre as mesmas, considerando-se ainda que o procedimento genealógico pode trazer para uma determinada descrição genealógica de certa linhagem familiar nomes laterais que, na elaboração de um outro genealogista, poderiam ter ficado de fora.

Para se ter ideia do grau de subjetividade possibilitado às escolhas genealógicas, devemos partir antes tudo da consciência acerca do grande número de antepassados que se acha interligado a qualquer indivíduo, e ao mesmo tempo do imbricamento de antepassados que acaba por ligar entre si vários dos indivíduos de uma mesma localidade, mesmo que eles não tenham consciência disto.

Diante de uma rede tão complexa e diversificada de antepassados, poderemos sempre encontrar inúmeros antepassados nobres, criminosos, santificados ou traidores para qualquer indivíduo que nos dias de hoje seja tomado como ponto de partida para uma operação genealógica. Esta extensa complexidade também permite “descobrir” relações ancestrais entre indivíduos social ou cronologicamente muito apartados.

Uma operação matemática simplificada, e na verdade inexata, pode nos mostrar algo sobre esta extensa complexidade ancestral que afeta cada indivíduo. Progressivamente, qualquer indivíduo possui dois pais, quatro avós, oito bisavós, e assim por diante, de modo que

na geração de seus nonos avós chegaríamos já ao número de 1024. Contudo, dissemos que esta operação é inexacta porque na verdade os diversos indivíduos de uma mesma rede genealógica possuem de fato antepassados em comum, o que implica em dizer que um mesmo antepassado pode entrar diversas vezes na constituição genética e na lista genealógica de determinado indivíduo. Além disto, existem muitas linhagens que se perdem no meio do caminho sem transmitir sua descendência adiante, o que contribui para que os vários indivíduos de certa sociedade situada em determinado tempo possuam mais afinidades ancestrais do que poderiam imaginar ou desejar. Ou seja, um homem pode não descender diretamente de determinado ancestral de um outro; mas, certamente, à medida em que avançarmos no passado ancestral de um e outro destes homens, cedo ou tarde encontraremos algum ancestral em comum.

No fundo, existe mesmo uma relação de fundo parental entre todos os seres humanos, e, aliás, o Projeto Genoma pôde identificar com bastante precisão, através de uma sistemática pesquisa do DNA, que todos os seres humanos hoje vivos descendem rigorosamente de tão somente duas matrizes genéticas oriundas da região onde hoje se localiza a atual Etiópia³.

Voltando ao nosso assunto, é de fato este imbricamento de ancestrais a ser considerado o que inviabiliza aquele raciocínio matemático mais simples sobre a progressão de antepassados de um homem – raciocínio que, portanto, deve ser encarado apenas como um ponto de partida. Assim, pelo cálculo simplificado, há mil anos atrás – considerando-se a média de três gerações por século – determinado indivíduo possuiria 134 milhões de avós, número que obviamente ultrapassava em muito a população do planeta nesta mesma época.

Percebe-se assim que a abstração matemática do cálculo progressivo é contraditada em vista da ocorrência de inúmeros antepassados superpostos, sem contar outros processos de desdobramentos, incorporações familiares e desaparecimentos de linhagens ou descendências que não poderão ser discutidos aqui. Enfim, o nosso interesse neste momento é apenas mostrar que, por um lado, a diversidade e complexidade fazem parte da constituição de qualquer labirinto genealógico, e que, por outro lado, navegando no interior desta complexa diversidade, o genealogista pode fazer as suas escolhas conscientes e inconscientes, voluntárias e involuntárias, sempre movido por motivações diversas que vão dos mais explícitos e mesquinhos interesses pessoais e hierárquicos até os mais insondáveis aspectos ideológicos. Retornemos, a este propósito, às genealogias medievais.

As genealogias familiares – tão comuns nos diversos países europeus do ocidente medieval – costumavam desempenhar um papel de primeira ordem para a reconstrução social da memória familiar, notadamente no seio da nobreza feudal. Reconstruir uma lista de antepassados, de parentes e contraparentes, de relações entre um homem e os heróis ou traidores familiares que o precederam, era inserir este homem em um vasto sistema de valores e contravalores.

Através da linhagem que se tornava visível a todos através dos nobiliários, os diversos indivíduos pertencentes à nobreza viam-se oportunamente inseridos numa rede de alianças e solidariedades, e ao mesmo tempo num sistema de rivalidades que contrapunha os indivíduos

³ Os seres humanos modernos descendem de um homem e uma mulher etíopes, mas que não teriam necessariamente coexistido: o Adão dos Cromossomos e a Eva das Mitocôndrias. Sobre isso, ver Steve Olsen, *A História da Humanidade*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

através de ódios e antipatias ancestrais que eram herdados tão concretamente como as propriedades fundiárias ou os braços de família.

As linhagens, e através delas os nobiliários que as registravam por escrito, conferiam ao indivíduo pertencente à nobreza um traço fundamental de sua 'identidade', explicitando seus espaços de inclusão e de exclusão social, suas conexões com o mundo social e histórico, e, sobretudo, sua inserção e tipo de inserção em uma complexa rede de entrecruzamentos familiares e linhagísticos.

Em outros contextos culturais europeus, muitas vezes as genealogias não passavam de longas listagens familiares, com um mínimo de material narrativo apresentando uma ou outra explicação que se fazia necessária para o acompanhamento de determinada história familiar através de uma dada sucessão de casamentos e filiações. Contudo, foi precisamente nos reinos ibéricos dos séculos XI ao XIV que as genealogias assumiram uma característica própria: tenderam a deixar de ser meras listas de casamentos e filiações para constituírem um gênero híbrido que misturava a *crônica* à *genealogia* propriamente dita⁴.

Assim, nesta espécie de texto, um tipo de 'discurso genealógico' em forma de lista familiar – que vai descrevendo passo a passo uma cadeia linhagística através dos seus sucessivos desdobramentos – vê-se, de momentos em momentos, entrecortado por um 'discurso narrativo' que é interpolado à lista genealógica para pretensamente caracterizar o indivíduo ou a família descrita.

As nossas fontes principais para a compreensão deste modelo genealógico-narrativo que se tornou tão característico da Idade Média Ibérica – e que em Portugal dos séculos XIII e XIV adquiriu expressão através dos chamados "livros de linhagens" – serão os três livros de linhagens que foram preservados em arquivos: o *Livro Velho*, o *Livro do Deão*, e o *Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro*⁵.

Antes de prosseguirmos, exemplificaremos rapidamente o estilo híbrido comum aos livros de linhagens portugueses da Idade Média, caracterizado essencialmente pela já mencionada alternância da listagem genealógica com o texto narrativo que relata casos ou eventos relacionados aos personagens mencionados na descrição genealógica propriamente dita.

Esta alternância entre descrição genealógica e narrativa ocorre habitualmente, diga-se de passagem, em cada um dos três nobiliários ou *livros de linhagens* portugueses que chegaram aos nossos dias, todos eles entremeando nas partes genealógicas trechos narrativos de diversos toques. Trata-se portanto uma característica bastante singular das genealogias portuguesas deste período.

⁴ Esta forma genealógica, distinta das suas congêneres na Europa extra-penínsular, já aparece na península Ibérica desde as genealogias de Navarra (*Genealogia de Roda*, do século X; *Liber Regnum*, do século XII e *Libro de las Generaciones*, de 1260) até chegar aos *livros de linhagens* portugueses, objeto deste artigo.

⁵ Os livros de linhagens foram compilados em momentos diversos entre o século XIII e XIV, sofrendo sucessivas interpolações até assumirem a sua forma definitiva. São conhecidos basicamente três livros de linhagens: o *Livro Velho* (LV), o *Livro do Deão* (LD), e o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, que aqui chamaremos de *Livro de Linhagens* (LL). Os períodos presumíveis para as suas compilações vão de 1282 a 1290 para o LV, de 1290 a 1343 para o LD, e de 1340 a 1343 para o LL. As três fontes já possuem edições diplomáticas importantes. **1** – *Livros Velhos de Linhagens*. (incluindo o "Livro Velho" e o "Livro do Deão") e **2** – *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (José Mattoso e Joseph Piel. "Nova Série" 2 *Portugaliae Monumenta Historica*. Lisboa: Academia de Ciências, 1980).

Para facilitar a compreensão deste caráter híbrido do texto linhagístico, consideraremos em seguida um segmento extraído do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*⁶:

“E dom Fernam Fernandez foi casado com dona Maria Alvarez, filha do conde dom Álvaro de Fita, e fez em ela ùu filho e ùa filha. E o filho houve nome Martim Fernandez e foi mui boo mancebo e morreo cedo, de idade de XXVI annos;
E a filha houve nome dona Sancha, e demandou-a o emperador, e ela, com medo de seu irmão, nom se atreveo. E como aquela que queria fazer mal, deu peçonha a seu irmão e matou-o, e depois foi-se para o emperador e foi as barregãa. E o emperador e foi sa barregãa. E o emperador houve em ela ùa filha que houve nome dona Estevainha, e foi casada com dom Fernam Rodrigues de Castro. E por esta morte de Martim Fernandez, que foi tam maa, por emenda de as alma, foi feito o moesteiro de Valboa de Doiro. [a partir daaí, segue com nova descrição genealógica de membros da linhagem que está sendo apresentada] (LL 21G11)⁷

O trecho em itálico corresponde a um segmento narrativo que interrompe o discurso genealógico simples – mera descrição de nomes, casamentos e descendências. Aqui, o genealogista deixa de descrever exclusivamente as relações de parentesco para passar a narrar um pequeno caso que envolve o último indivíduo mencionado na lista genealógica – uma jovem aristocrata chamada dona Sancha. Pela narrativa, sabemos que a mulher nobre havia sido seduzida pelo Imperador a se tornar sua *barregã* (amante não-oficializada através do matrimônio). Como temia a reprovação do irmão, a jovem resolveu por fim assassiná-lo dando-lhe veneno. Depois do trecho narrativo que relata este pequenino caso, a descrição genealógica é retomada e segue adiante descrevendo a sucessão de descendentes desse mesmo ramo familiar.

Este é o padrão que encontraremos nos livros de linhagens da Idade Média portuguesa: listagem de nomes em forma de relato, alternando-se com trechos narrativos que contam casos diversos ou outros tipos de intervenções propostas pelos genealogistas. As interferências narrativas podiam neste caso se apresentar com vários tamanhos e de modos diversificados nos nobiliários, constituindo desde comentários sobre o valor ou contra-valor de tal ou qual nobre, até trechos um pouco mais extensos como o que acabamos de ler, chegando mesmo a narrativas de extensões consideráveis.

Narrativas diversificadas costumam aparecer em cada um dos três livros de linhagens portugueses, configurando portanto uma prática corrente de alternar o ‘registro familiar restrito’ com relatos de menor ou maior dimensão e de naturezas tão diversas como a anedota, o *exemplum*, a narrativa épica, o relato mítico, a narrativa historiográfica e tantas outras possibilidades. Há ainda os casos em que um refundidor posterior interpola comentários ou novos segmentos narrativos em uma narrativa já estabelecida no documento original. Desta forma, o próprio texto linhagístico converte-se em espaço para múltiplos enfrentamentos sociais e para tensões implícitas, mormente nos casos em que o refundidor propõe-se a corrigir uma injustiça cometida por um relato anterior contra este ou aquele nobre.

⁶ O percurso biográfico do organizador do terceiro livro de linhagens, o Conde Dom Pedro – filho bastardo do rei D. Dinis com Gracia Anes Froias – foi tratado por Antonio Rezende de Oliveira no artigo “O genealogista e as suas linhagens: D. Pedro, conde de Barcelos” (2011). Ver também Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e estratégias*, 187-191.

⁷ Remetemos às abreviaturas mais comumente utilizadas para os livros de linhagens e suas narrativas: LL – Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro; LV – Livro Velho de Linhagens; LD – Livro do Deão.

É com esta intenção, por exemplo, que o refundidor de 1383 introduz, em seguida a uma das narrativas do *Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro*, uma nova versão do mesmo caso, cuidando de precedê-la pelo seguinte comentário:

“E nós fesemos muito, em nosso tempo, pera saber a verdade deste feito, si passara assi como aqui é escrito. E achamos [...] que esto fora apostila de mal dizer, porque eles ouviram dizer a seus padres e a muitos que foram daquel tempo, que a esto foram presentes, como adeante diz, que o feito passara assi ...”. (LL 35A1)⁸

À parte estas situações mais peculiares, raramente um refundidor tardio do nobiliário explicita a sua intervenção diretamente no texto, o que acaba por desfavorecer a percepção da prática interpolativa pelo leitor desavisado. O texto acima destacado é mesmo um dos raros momentos em que se torna explícito o diálogo intratextual entre o refundidor posterior e o cronista original – daí o seu valor excepcional. Em todo o caso, explícitas ou implícitas, as pequenas correções posteriores em narrativas provenientes da versão original do nobiliário não são incomuns, embora sejam mais encontradas as interpolações de trechos ou narrativas inteiras, como as encontradas no título XXI do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* e que são hoje atribuídas ao refundidor de 1383.

Nos livros de linhagens chegam a ser interpoladas narrativas de dimensões consideráveis. É o caso, por exemplo, da narrativa que hoje é conhecida como “A Lenda de Gaia”, presente em dois dos livros de linhagens portugueses, a qual visa caracterizar determinado personagem – um rei das Astúrias chamado Ramiro, o qual teria tido um papel primordial na Reconquista do território hispânico frente aos mouros que lá se havia instalado deste o século VIII⁹.

Narrativas como esta e outras de diversos tamanhos são esclarecedoras acerca de uma época e de uma sociedade, de seus padrões de representação, das suas hierarquias sociais, das lutas pelo poder que se estabelecem nestes discursos narrativos. Entrementes, em que pese o valor inestimável destas narrativas linhagísticas como fontes históricas, abordaremos neste artigo o papel não menos importante das ‘listas genealógicas’ que, nos livros de linhagens, enquadram aquelas narrativas.

⁸ Sobre as estratégias de refundições nos livros de linhagens, ver Maria do Rosário Ferreira. “A estratégia genealógica de D. Pedro, Conde de Barcelos, e as refundições do Livro de Linhagens”, *e-Spania* [En ligne], 11 | juin 2011, mis en ligne le 05 septembre 2011.

⁹ A Lenda de Gaia foi analisada por José Carlos Ribeiro Miranda, que assim se refere ao envolvente enredo desta narrativa: “[trata-se de] um forte e sedutor enredo, dramático e movimentado, colocando frente a frente mouros e cristãos e misturando motivações tais como o despeito, a vingança, a violência guerreira e a oposição religiosa, o que terá contribuído para que o seu fascínio permanecesse para bem além da Idade Média, suscitando, periodicamente, novas leituras e novas versões, que acabaram por lhe conferir uma inegável perenidade” (1988, p.483-515). Sua origem, segundo este mesmo autor, e reportando a um estudo do filólogo francês Gaston Paris, remete a uma adaptação de um conto de oriental elaborado a partir da personagem bíblica do Rei Salomão (Gaston Paris, *La femme de Salomón. România*, IX, 1880, p.436; José Carlos Ribeiro Miranda, “A Lenda de Gaia dos Livros de Linhagens: uma questão de literatura?”, 486). Mais tarde, conforme ressalta Miranda, surgiriam outros estudos completando o circuito intertextual da Lenda de Gaia, entre os quais o artigo de R. Fouché-Delbosc, e Haggerty Krappe, “La legende du Roi Ramire”, *Revue Hispanique*. LXXVIII, 1930, 483-583. Sobre a Lenda de Gaia, ver também DIOGO, Américo. *Dimensions généalogiques de la legende du roi Ramiro: échanges des textes, échanges des femmes. Sénéfance*, n°26, 1989, 177-197.

O que significa compor listas de antepassados? Significa, antes de tudo, lidar com lembranças e esquecimentos socialmente produzidos. Na maioria dos casos, significa também reconstruir estas lembranças e esquecimentos com vistas a uma sociedade específica, aos homens que a constituem, aos grupos em que estes se distribuem, às relações que entre esses se estabelecem. São os indivíduos, na sua obstinada ânsia de uma melhor inserção social, que produzem a sua memória familiar no confronto com outras memórias familiares.

Manipulando lembranças e esquecimentos, com menor ou maior consciência, esses indivíduos perfeitamente inseridos em uma complexa teia de interdependências esforçam-se em trazer para sua árvore genealógica o antepassado ilustre, e em afastar discretamente o antepassado infame. Com facilidade convoca-se para o circuito familiar o contraparente distante que se notabilizou por seu heroísmo, e com a mesma facilidade esquece-se o traidor parentalmente próximo, o marido traído que não vingou cavalheirescamente a honra, a mulher adúltera que desonrou a linhagem, o clérigo devasso que deixou máculas no circuito familiar que agora se quer depurar.

Um livro de linhagens era na Idade Média Ibérica bem mais que *uma* listagem familiar: representava na verdade o complexo imbricamento de *muitas* listagens familiares, portadoras de interesses diversos, e podia por isso se transformar no palco de uma verdadeira guerra de representações, permanentemente renovada. Se o organizador do livro podia manipular os materiais do livro para enaltecer ou depreciar as linhagens que tinha em vista, também os seus sucessivos leitores podiam produzir os seus próprios caminhos genealógicos a partir da listagem proposta, saltando este ou aquele item e recuperando um outro, mesmo contra a vontade dos primeiros compiladores. Entre listas de nomes e narrativas interpoladas, muitos combates se travavam.

Algumas considerações são necessárias. Um livro de linhagens não se propunha propriamente a ser uma ‘história’ (no sentido medieval), uma ‘crônica’, ou tampouco um conjunto de ‘anais’. Se o nobiliário ou livro de linhagens se colocava como um registro multifamiliar, certamente pronto a registrar a genealogia e a história de várias famílias, ele também incorporava facetas pedagógicas, objetivos estético-literários (destinava-se muitas vezes, pelo menos no seu material narrativo, a ser lido para um auditório), e tranquilamente podia incorporar lendas e situações parcial ou totalmente fictícias. Por vezes, um personagem integrado à realidade literária do nobiliário pode não estar localizado nas crônicas do período ou em outros documentos. Em alguns casos, o nobiliário até cumpria a função de preencher certas lacunas, recriando a história de algumas famílias.

Na já mencionada narrativa que ficou conhecida como “Lenda de Gaia” – um relato de razoável extensão que se acha inserido em meio a uma das listas de antepassados do *Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro* e que mostra as fantásticas aventuras de um rei cristão-ibérico chamado Ramiro – o nascimento de um personagem que é filho do Rei Ramiro com uma princesa moura chamada Artigas, e que recebe o nome de Alboazar Ramires (ou Alboazar Lovesendes, como aparece em outras oportunidades) é um destes que se mostram rodeados pela atmosfera lendária, sendo “difícil isolar a realidade histórica”¹⁰.

¹⁰ José Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, 208. Em todo o caso, José Mattoso afirma que “a sua existência é indubitável, porque testemunhada por duas fontes independentes” (cita-as em seguida). Em tempo: a existência

Terá este personagem alguma referência real relativamente a um sujeito histórico que teria efetivamente existido e que seria filho do rei Ramiro e sobrinho de um rei Mouro que teria de fato existido (irmão da princesa Artigas)? A *Crônica Geral de Espanha de 1344*, por exemplo, que também se refere ao Rei Ramiro como um monarca importante para a reconquista do território hispânico frente aos mouros, não aborda este ramo ramiriano que teria sido originado de um segundo casamento do rei cristão-asturiano com a princesa moura, e não ajuda a esclarecer esta questão. Dos filhos de Alboazar não há vestígios documentais, mas a partir dos netos já aparece documentação suficiente, inclusive o testemunho dos *Annales Portucalenses Veteres*¹¹, fonte da categoria dos “anais históricos”.

O fato de que os livros de linhagens por vezes dão vida a alguns personagens lendários, ou talvez mesmo inexistentes, situando-os entre os personagens históricos e reais que teriam efetivamente existido e que podem ser rastreados inclusive em documentação tradicional de arquivo, não implica que o conteúdo das fontes linhagísticas não apresentasse para os seus contemporâneos um irresistível efeito de realidade.

O que temos com os livros de linhagens é uma realidade imaginária que seguramente passa a fazer parte da vida e da memória de todo um circuito nobiliárquico e mesmo da população como um todo. Os caminhos genealógicos recriados pelos nobiliários vêm ao encontro de representações ou passam a representar uma realidade histórica muito viva para os nobres que reconstróem a sua memória familiar a partir deles, e também o seu concreto vivido a partir desta memória.

Sofrem tragicamente a existência de um traidor vassálico entre os seus antepassados, justificam a si mesmos a presença de um mouro nas suas raízes familiares, ou beneficiam-se simbolicamente da inclusão de um herói entre os seus – sejam eles figuras parcialmente fictícias ou não. Em todo o caso, a memória linhagística é sempre alicerçada na maioria das vezes em uma parte de situações concretas e em registros vários, somente libertando-se para os vôos mais fantasiosos onde há lacunas que o permitam.

Da lenda interpolada, freqüentemente se passa de maneira imperceptível à narrativa que já é construída sobre bases mais conhecidas e em torno de figuras cuja existência pode ser comprovada historicamente. Posto isto, retornemos aos caminhos genealógicos que constituirão a nossa base para uma reflexão sobre o imaginário nobiliárquico-régio.

Alboazar Ramires, segundo o *Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro*, deixou uma notável descendência, a começar por Trastameiro Alboazer e Ermeiro Alboazer. Interessamos particularmente os destinos genealógicos de Trastameiro Alboazer. Sintetizando o que é mais necessário para nossas considerações sobre as implicações desta construção linhagística, podemos observar que este último personagem foi casado duas vezes, gerando duas linhas com seus filhos Fernão Trastamires e Gonçalo Trastamires da Maia¹². Chegamos, aqui, a um dos

deste indivíduo que teria deixado uma célebre descendência é indubitável, mas não os seus antecedentes propostos pela “Lenda de Gaia”.

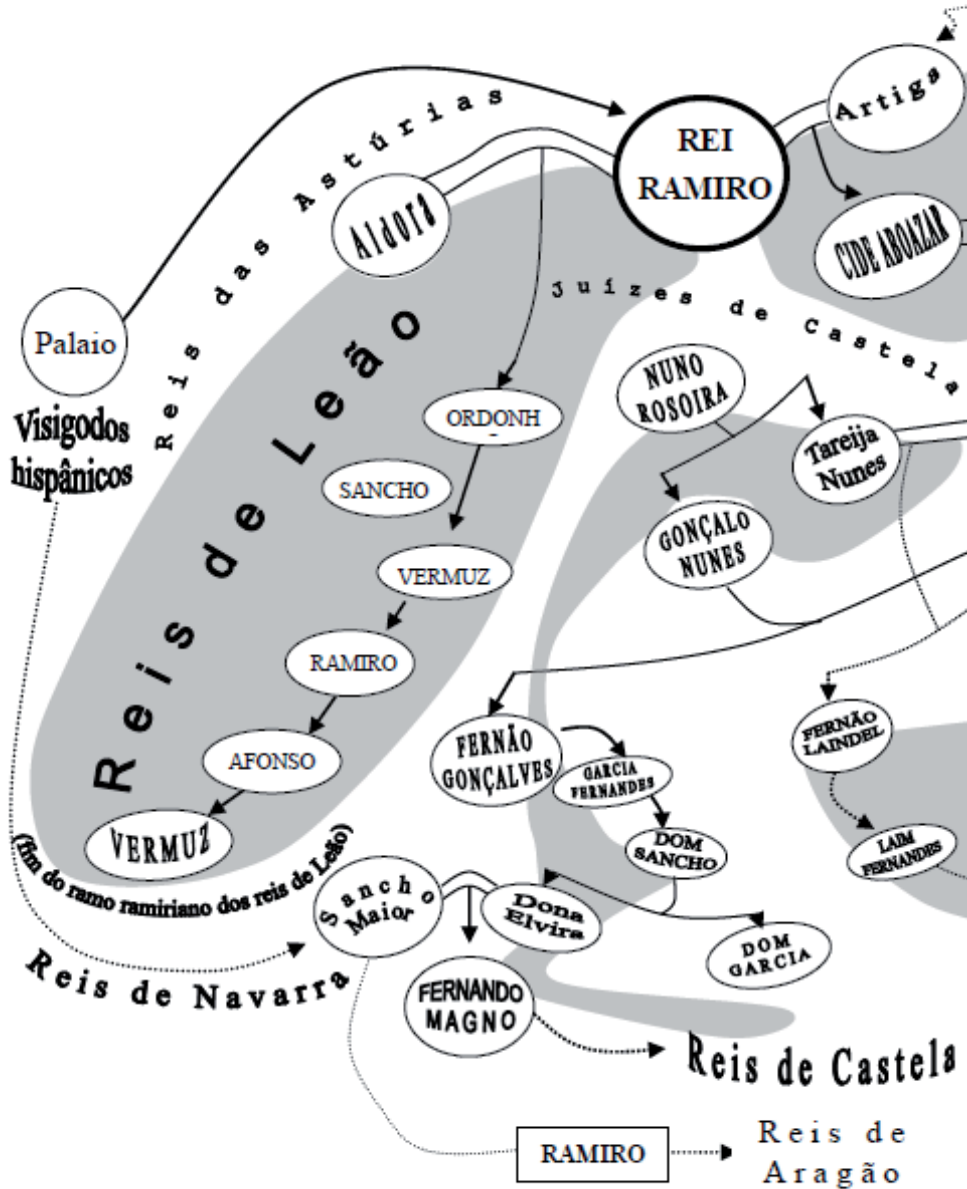
¹¹ *Annales Portucalenses veteres*. Lisboa: ed. Pierre David, 1947.

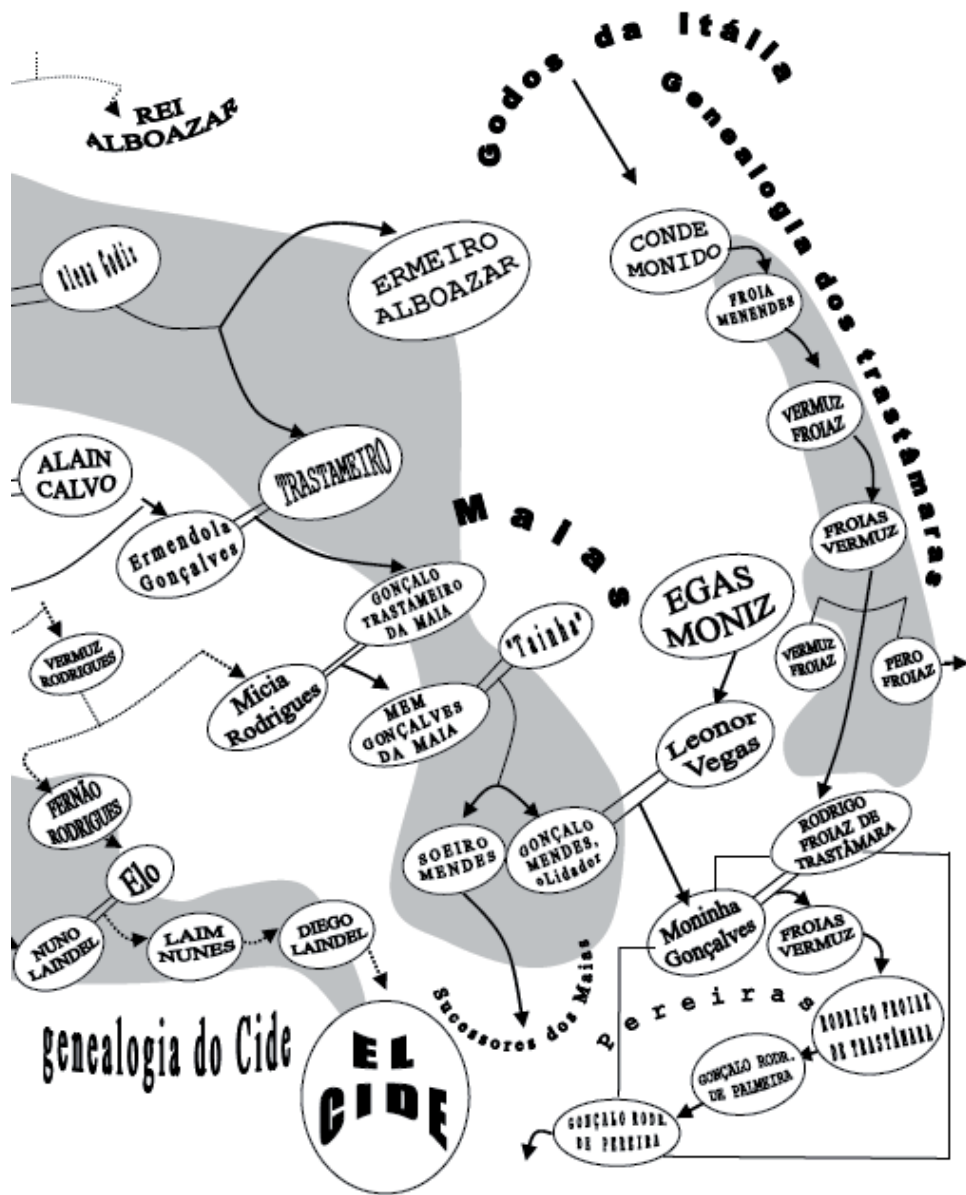
¹² Trastameiro Alboazer casou-se na primeira vez com Ermendola Gonçalves, pertencente à linhagem de um dos dois juizes castelhanos que substituíram o rei Ordonho após a sua deposição. Deste juiz (Nuno Rosoira) descendem tanto os reis de Castela (tit.3) como esta primeira esposa do filho do Cide Alboazar (LL 3F). Desta forma, os opositores castelhanos do ramo leonês-ramiriano derivado de Ordonho encontram-se por alianças matrimoniais com o ramo ramiriano derivado da moura Artiga e de seu filho Cide Alboazar (ver estes entrelaçamentos no

pontos nodais de formação de uma das mais notáveis linhagens da Portugal: a família dos Maias. Percebe-se assim como o ponto cego de uma lenda desliza para a história, para personagens muito reais que deixaram descendências que se querem ver enaltecidas nos nobiliários. A seguir, recompomos esquematicamente uma espécie de “árvore genealógica” que representa toda a vasta descendência de Ramiro de acordo com as informações extraídas do *Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro*.

‘Quadro Genealógico’). O último dado é importante, conforme veremos oportunamente, porque mostra os destinos imbricados que se entrecruzam entre esta linha ramiriana derivada de Artiga e a realeza de Castela. O casamento também traz para o mesmo circuito de alianças a família Maia – esta que daria em uma das mais conceituadas linhagens de Portugal. A este campo unificado opõe-se a linhagem dos primeiros reis de Leão, que deriva diretamente do ramo ramiriano de Ordonho. Conforme veremos no decurso de nossa análise, os atalhos genealógicos construídos pelos autores do *Livro de Linhagens* são relativamente complexos, e para não carregar o texto reservaremos o seu registro para estas notas de pé de página.

Quadro 1: A genealogia Imaginária do Rei Ramiro e os caminhos genealógicos propostos pelos livros de linhagens





Convenções e indicações para leitura do quadro genealógico:

- relação de filiação
 == relação matrimonial

- 'sombreados' superiores: As linhagens imaginárias do Rei Ramiro (primeiros reis de Leão, à esquerda; linhagem dos maias, à direita).
- Sombreado no centro intermediário entre os dois sombreados maiores: Linhagens a partir dos dois juizes instituídos em Castela, em oposição aos reis de Leão (a partir de Nuno Rosoira, conduzindo até os Reis de Castela inaugurados por Fernando Magno). Centro inferior: Genealogia do Cide.
- Meia direita: Circuito dos "trastâmaras" e "pereiras" (o último, se fosse seguido adiante, conduziria até Gonçalo Pereira, que está entre os patrocinadores da refundição de 1382 do LL).
- Campo à direita: Caminhos genealógicos conduzindo a Afonso Henriques e aos reis de Portugal.



Gonçalo Trastamires da Maia casaria depois com dona Micia Rodrigues, gerando Mem Gonçalves da Maia, sendo este o pai de duas das figuras mais importantes da nobreza portuguesa: Soeiro Mendes e Gonçalo Mendes da Maia. O último adquiriria notoriedade e se tornaria conhecido como “o lidador”, em virtude de suas inúmeras vitórias, tornando-se assim, ele mesmo, uma moeda simbólica valiosa no mercado linhagístico de valores heróicos. Se recuarmos mais uma vez até Gonçalo Trastamires da Maia, veremos que o seu mencionado casamento com dona Micia Rodrigues constitui também um ponto importante. O genealogista-refundidor do *Livro de Linhagens* faz questão de lembrar que dona Micia era filha de Rui Vermuiz, este que seria tetravô do célebre “El Cide” através de seu outro filho (e irmão de dona Micia) Fernão Rodrigues¹. Na verdade, neste último caso o genealogista exagerou um pouco na sua prática de forjar ênfases e relações familiares, ao recuar por um atalho genealógico até o avô materno de Mem Gonçalves da Maia, para daí encontrar através do irmão de Dona Mícia mais um caminho destinado a relacionar os Maias e o Cide².

Todo esse emaranhado genealógico – que os autores dos nobiliários fazem questão de iluminar em alguns pontos e de obscurecer em outros – requer uma explicação. O Cide é o herói mais conhecido da Espanha. Em termos de valoração linhagística, a possibilidade de sua inclusão nesta ou naquela árvore genealógica torna-se uma das moedas simbólicas mais cotadas. Todos querem tê-lo na família, e muitas vezes isto se

¹ O caminho completo até o Cide, a partir do filho de Rodrigo Vermuiz, aparece registrado em LL 8C4-7: Fernão Rodrigues seria pai de Elo, que casada com Nuno Laindel gerou Laim Nuniz, que por sua vez gerou Diego Laindel (pai do Cide Rui Dias Bivar). Note-se que este atalho genealógico passa por uma linha materna a partir de Elo. Já o caminho paterno puro se afastaria de maneira menos conveniente (aos olhos do refundidor) do circuito de interligação entre os Vermuz e os Maias, pois este caminho paterno mais puro teria que se referir necessariamente ao pai de Nuno Laindel, Laim Fernandez (este último tendo sido filho de Fernan Laindez, que deste modo aparece como o ponto de partida do principal caminho paterno que daria no Cide). Mas note-se que, por outro lado, este Fernan Laindez era irmão de Vermuu Laindez, que gerou Rodrigo Vermuiz (o já referido avô daquela Dona Mécia Rodrigues que fora casada com o Gonçalo Trastamires da Maia oriundo da linha mouro-ramiriana). Desta forma, o genealogista encontra aqui um novo atalho genealógico que pode relacionar o Rei Ramiro e seu filho Cide Aboazar ao Cide Rui Dias Bivar. Ironicamente, o pai comum de Fernão Laindel e Vermuz Laindel – estes que oferecem os caminhos ‘principal’ e ‘alternativo’ para se chegar ao Cide, neste último caso permitindo associá-lo à linhagem de Ramiro via Vemus e Maias – foi o Alcaide Alaim Calvo, um dos dois governantes que foram nomeados pelos castelãos para substituir, segundo o *Livro de Linhagens*, o rei Ordonho (filho de Ramiro) após a sua deposição. Assim, por ironia dos caminhos genealógicos disponíveis, em Castela e Portugal a linha ramiriana de dona Aldora e Ordonho estava fadada a ser disforizada em relação à linha ramiriana de Artiga e Cide Alboazar ! Em Leão, ao contrário, o rei Ordonho deixou uma linhagem de reis – e seria de se perguntar se, acaso algum livro de linhagens tivesse sido redigido em Leão, a lenda de Gaia não seria neste caso outra, mais favorável a Aldora e Ordonho e menos favorável a Artiga e ao Cide Alboazar.

² Entre as antigas famílias condais portugalenses ou ibéricas de uma maneira geral, vigorava em tempos primordiais uma estrutura cognática onde as mulheres desempenhavam um papel evidente. Contudo, a certo momento verifica-se a passagem para uma estrutura agnática privilegiando a linha paterna e a primogenitura. Se os dois primeiros nobiliários ainda têm os resíduos de uma ordenação parental do tipo cognático, o *Livro de Linhagens* já é redigido plenamente dentro desta nova estrutura de pensamento linhagístico, e portanto os caminhos maternos já são, a princípio, naturalmente secundarizados. Quando são exageradamente valorizados, é precisamente porque o autor do nobiliário está procedendo a uma operação genealógica destinada a enfatizar um determinado aspecto que, habitualmente, passaria por despercebido na orientação de leitura habitual.

torna possível porque uma ‘árvore genealógica’ é sempre uma construção. Basta lidar eficazmente com as lembranças e esquecimentos – lembrando aqui um tio materno que foi tetravô de um herói importante, esquecendo ali o irmão em cuja descendência se encontra um traidor vassálico, convocando ou ignorando o irmão ou filho bastardo conforme o seu próprio valor simbólico ou o de seus descendentes. É destas múltiplas operações genealógicas, eivadas de grandes intenções e de pequenas mesquinhas, que vai sendo construída a genealogia de uma família. Um nobiliário constitui-se, de certa maneira, de um somatório e uma recombinação de inúmeras destas operações genealógicas que atendem a interesses diversos.

Chegariam a nos parecer irônicas algumas passagens contidas nos próprios nobiliários, não tivéssemos consciência da seriedade com que os medievais costumavam lidar com estas coisas. Assim, as netas do Cide deixam grande descendência de monarcas em toda a Europa, “em tal maneira que quantos reis ha hoje em Espanha e em França e em Ingraterra, todos vem del, e em outros reinos mais longe” (LL 8C8). Com isto, o Cide torna-se matriz de toda a realeza europeia! O herói Rodrigo Froiaz de Trastâmara I – que muitos acreditam tratar-se de um personagem fictício, mas que em todo o caso tem plena realidade no discurso genealógico – é apontado em várias passagens como aquele “donde descenderom os reis de Portugal” (LL 21G6)³. Com isto se vêem valorizados todos os nobres que dele descendem, inclusive os ‘Pereiras’, que são os patrocinadores do refundidor do título XXI do *Livro de Linhagens*.

Em outra passagem é o Conde Monido, oriundo de um ramo godo da Itália, que ao migrar para a península Ibérica torna-se o ponto de partida de um caminho genealógico que vai dar em Mafalda Manriquez, esposa do rei Afonso Henriques (ver ‘Quadro 1’, campo à direita). Com isto, é do Conde Dom Monido “donde descendem os reis de Portugal” (LL 7A) – e desta forma são beneficiados com este valor simbólico régio inúmeros caminhos genealógicos que se interpõem entre o Conde Monido e a esposa do rei, ou que se estendem para mais além⁴. Mas também as figuras de Afonso Henriques e de seus sucessores vêm-se beneficiadas, nesta operação, por um passado romano, que remonta aos heróicos caminhos da Antiguidade, pelo que vemos que os circuitos simbólicos da operação genealógica são percorridos em múltiplos sentidos.

Existem dois tipos básicos de motivações que podem levar o genealogista a integrar essa ou aquela figura em uma operação genealógica. No primeiro caso, a figura introduzida é quem *acrescenta* um valor simbólico ao esquema no qual se opera; no segundo caso, a figura introduzida *retira* ou *beneficia-se* de um valor simbólico que o

³ Tal se consegue, conforme pode ser visto no ‘Quadro genealógico’, através de um recuo até um antepassado comum aos “trastâmaras” e à esposa de Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal (ver campo à direita). Desta forma, pode-se perceber que, quando interessa ao genealogista, as linhas femininas são valorizadas; quando não interessa, elas são convenientemente desprezadas. O recurso ao “recuo” até um antepassado comum a dois pontos que se quer unir é também recorrente.

⁴Uma das linhagens beneficiadas por esta operação, conforme pode ser visto no ‘Quadro Genealógico’ (folha 3), é a linhagem dos “Pereiras”, patrocinadores de um refundidor de 1383 que acrescenta mais algumas operações genealógicas ao *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Por outro lado, o genealogista do *Livro do Deão* descobre um outro atalho para associar os “Maias” aos reis de Portugal: “E Sueiro Mendes, o Bom, foi casado com dona Urraca, filha d’el conde Dom Moninho, irmão de sa madre da rainha molher do conde Dom Henrique de Portugal” (LD 6B3).

esquema já traz por si mesmo. Dito de outro modo, no primeiro caso a figura introduzida no esquema (através de uma ênfase ou de um comentário) é ela mesma a moeda simbólica forte, servindo ou para valorizar um descendente (ou pseudo-descendente) construído pelos caminhos genealógicos, ou para valorizar um antecedente construído de maneira similar, mas para a partir daí descer de novo ao outro descendente que se queria valorizar desde o princípio (o já mencionado recurso ao ‘recoo’ conveniente). São fortes moedas simbólicas os heróis como o Cide, Egas Moniz ou Gonçalo da Maia, e não é a toa que freqüentemente os genealogistas os mencionem em uma relação mesmo que indireta com aqueles nobres que pretendem valorizar⁵.

Note-se, de passagem, que toda uma sorte de operações narrativas costuma secundar este tipo de operação genealógica centrada no herói como ponto de valoração simbólica. Entre os expedientes adicionais de que os cronistas ou os genealogistas dispõem, consta por exemplo substituir, com alguma habilidade, os heróis que aparecem nos relatos já existentes sobre o mesmo evento, sempre para atender a linhagem ou o aspecto que se queira valorizar. Assim, na narrativa do *Livro de Linhagens* sobre o confronto entre Afonso Henriques e o exército de sua mãe, é o herói Soeiro Mendes quem vem em seu socorro (tal como ocorre também na *Crónica de Vinte Reis* e na *IV Crónica Breve*). Já na versão da *Crónica Geral de Espanha* sobre o mesmo evento, este herói é substituído por Egas Moniz. No segundo caso de operação genealógica, a figura integrada a um circuito linhagístico é precisamente aquela que quer (ela ou os seus descendentes) ser valorizada através da integração a um ramo nobiliárquico já simbolicamente forte. O nobre emergente ou o fidalgo oriundo de uma nobreza menor podem se ver tentados, através da pena dos genealogistas, a impor uma associação deste tipo.

Com uma ou outra destas operações podem se ver unidos dois pontos menos ou mais distantes de um vasto nobiliário, para benefício de um deles ou de ambos. Num e noutro caso, como já fizemos notar, o genealogista opera enfatizando caminhos, moldando lembranças e esquecimentos, tecendo comentários que chamam atenção para atalhos genealógicos que de nenhuma outra maneira seriam notados – sem contar a interpolação de fragmentos narrativos que também atuam nesta construção. Tudo o que foi dito até aqui acerca da possibilidade de ‘valorizar’ uma figura ou caminho genealógico, vale também para a possibilidade de ‘desvalorizar’ ou ‘depreciar’. Os dois objetivos podem ser alcançados pelos mesmos métodos.

Para exemplificar com um caso concreto de desvalorização linhagística através de comentários oportunamente acrescentados, um dos genealogistas do LL chega a mostrar uma ambigüidade de sentimentos que não exclui o escárnio ao referir-se ao ramo emergente inaugurado pelos ‘Briteiros’. Enfatiza sua ligação por linha materna com a

⁵Assim, por exemplo, no título XXXI do *Livro de Linhagens* encontramos uma passagem que fala por si com relação a este aspecto: “Esta dona Ouroana Meendez, irmã de Gonçalo de Sousa, assi como se mostra no titulo XXII, dos Sousãos, parafo 6º, foi casada com Meem Moniz de Riba do Doiro, irmão de Dom Egas Moniz” (LL XXXI-A1). Com esta pequena operação, Dom Gonçalo de Sousa se viu associado ao herói Egas Moniz, e os seus descendentes acabaram recebendo uma expressiva carga valorativa. É ainda a figura de Egas Moniz que vemos no ‘Quadro Genealógico’ valorizar, por intermédio de uma filha e de uma neta, o nobre Rodrigo Froiaz de Trastâmara, que está na base da constituição da já mencionada linhagem patrocinadora dos “Pereiras” (‘Quadro 1’).

família 'Maia', ao mencionar como esposa do fundador da nova linhagem a dama Elviras Eanes da Maia, o que seria normalmente um detalhe valorativo; mas depois acrescenta que "roussou-a Roi Gomes de Briteiros, que era infançom, e depois casou com ela; e depois fez el rei Dom Afonso este Dom Roi Gomez ricome e deu-lhi pendom e caldeira" (LL 33 A1). Ou seja, por um lado se desvaloriza a sua ligação linhagística pela menção ao rapto, por outro lado é contrabalançada a sua ligação matrimonial a uma linhagem tradicional com a menção de que os Briteiros são 'novos ricos homens', por vontade do rei que lhes concede o "pendão e a caldeira". A desvalorização narrativa, em muitos casos, pode ser ainda reforçada por cantigas trovadorescas em um plano intertextual mais amplo. Este é também o caso do exemplo mencionado, uma vez que se registram nos cancioneiros algumas cantigas depreciativas contra os mesmos Briteiros. Na CBN 172, por exemplo, o tradicional fidalgo Martim Soares refere-se diretamente ao 'rapto' da dama da família Maia como uma medíocre estratégia de ascensão social. Uma outra cantiga (CBN 1470), de autoria do fidalgo tradicional Afonso Lopes de Baião, converte-se em uma curiosa 'gesta de escárnio', onde um representante da nova família aristocrata passa em revista uma caricatural tropa de vassalos que ajuda a delineá-lo como uma espécie de 'Cide ao avesso'⁶. Esses exemplos mostram os múltiplos processos, externos e internos à constituição do nobiliário, que são envolvidos na operação genealógica destinada a construir a imagem valorativa ou depreciativa dessa ou daquela linhagem⁷.

Também é possível *valorizar* a figura inserida na rede nobiliárquica mediante a interpolação de uma história mais longa ou de um simples detalhe narrativo. Assim, Alboazar Ramires – alcunhado o 'Cide Alboazar' – é valorado com este epíteto que lhe acrescentaram depois, estabelecendo-se agora uma ligação imaginária entre os dois 'cides'. Com esta pequenina palavra que precede este nome que não esconde as suas origens muçulmanas, estabelece-se um caminho mais curto, quase instantâneo, entre o Cide Alboazer e o Cide Rui Dias Bivar. Este artifício como que resume o caminho mais longo, que também existe através de atalhos genealógicos que já foram descritos no início de nossos comentários. Diga-se de passagem, é através deste caminho imaginário mais curto e deste percurso genealógico mais longo que as figuras de El Cide e Ramiro dinamizam-se mutuamente, e com elas todos os nobres que puderem se beneficiar de uma operação genealógica que os traga para um ramo ou outro.

Antes de discutir a relação dinâmica que se estabelece entre as figuras do Cide e do rei Ramiro, cumpre notar que elas constituem apenas as estrelas extremas de uma constelação de heróis que se forma na operação genealógica que vimos descrevendo nas páginas anteriores. Rigorosamente, conforme pode ser verificado no 'Quadro Genealógico', os genealogistas enaltecedores do circuito Maias-Trastâmaras-Pereiras conseguiram assegurar para o seu campo genealógico alguns dos maiores heróis ibéricos: Gonçalo Mendes, o lidador, pertence já à família Maia; seu casamento com Leonor

⁶ Há ainda outras cantigas contra os mesmos Briteiros, como a CV 1082, que continua com o tema da gesta de escárnio, e a CV 1081, onde o trovador da família Baião deprecia como devassa a abadessa do convento de Arouca, que é da mesma família Briteiros.

⁷ Sobre os Briteiros e suas estratégias de ascensão social, ver VENTURA, L. e OLIVEIRA, Antonio Rezende de. Os Briteiros (séculos XII-XIV) 2. Estratégias familiares e patrimônio. *Revista Portuguesa de História*, XXXI, vol.2, 1996, 71-76.

Veegas traz ao genealogista a oportunidade de enfatizar a sua ligação com este outro dos grandes heróis portugueses que foi Egas Moniz, pai de Leonor Veegas (LL 21G6). Rodrigo Froiaz de Trastâmara I, que talvez seja um personagem fictício, e Rodrigo Froiaz de Trastâmara II, certamente real, também passaram à memória como grandes heróis, e se vêem genealógicamente unidos ao ramo do Lidador por intermédio de Dona Moninha Gonçalves, que é simultaneamente filha do Lidador e esposa do herói Rodrigo Froiaz de Trastâmara. Pelos caminhos já indicados, os dois subcircuitos ligam-se ao Cide e à linhagem reconquistadora do rei Ramiro⁸. Desta forma, as linhagens envolvidas nesta intrincada operação genealógica acabam por conquistar uma completa constelação de heróis, através da arte de seus cronistas-genealogistas, que devem enfatizar estas relações e ocultar outras.

Vimos até aqui os interesses pequenos e familiares que se imiscuem na composição das listagens genealógicas e de suas interpolações narrativas – ou, mais propriamente falando, na concretização daquilo a que estamos chamando de “operação genealógica”. Por outro lado, as genealogias – do ponto de vista desta mesma combinação de escolhas e da produção de seus caminhos e atalhos genealógicos que se acham mais valorizados através das listas descritivas dos livros de linhagens e de suas narrativas interpoladas – também revelam tendências mais amplas: grandes grupos aristocráticos que saem da cena histórica em favor de outros. Assim, os genealogistas que escrevem dos livros de linhagens dos séculos XIII e XIV fazem preponderar freqüentemente os interesses de uma nova nobreza emergente do século XI, que aliás já se tornara tradicional no século XIII (quando os emergentes de então passam a ser aqueles que sobem ao poder conjuntamente com o rei D. Afonso III). Para trás havia ficado uma nobreza condal anterior, sobre a qual os livros de linhagens dos séculos XIII e XIV não lançam a mesma luz que fazem incidir sobre os caminhos genealógicos que enfatizam os ramos aristocráticos que começam a sobressair no século XI. Desta forma, muitos dos caminhos genealógicos valorizados nos nobiliários correspondem precisamente a esta nobreza situada entre uma aristocracia portugalense de extração mais antiga, um pouco posta à sombra nos textos linhagísticos, e uma nobreza emergente mais bem recente, que chega por vezes a ser depreciada (caso atrás discutido da nova linhagem dos ‘Briteiros’).

Curiosamente, essa tendência de valorizar a nobreza que remonta ao século XI não ocorre exclusivamente por pressão das linhagens nobres oriundas da formação do reino. Referindo-se ao grupo de nobres emergentes do século XIII – alguns dos quais teriam se utilizado de estratégias passíveis de crítica na sua ascensão social – José Mattoso já observara o curiosíssimo fenômeno segundo o qual “o próprio grupo social que assim triunfa parece sustentar os trovadores que o condenam e conserva e reproduz os seus escritos”. “Como se os ‘arrivistas’, perdoe-se o francesismo, uma vez chegados ao topo da escala social se colocassem eles mesmos em posição de defesa, temessem ser

⁸ pela subida até a figura de Gonçalo Trastameiro da Maia e daí enveredando por Mícia Rodrigues para encontrar o Cide, ou seguindo para cima para encontrar o rei Ramiro e sua linhagem de monarcas asturianos conquistadores.

suplantados pelo mesmo processo, alegassem as suas relações de parentesco com as velhas famílias da fundação do reino, e assumissem a sua mentalidade e os seus valores”⁹.

Assim, mesmo os nobres recentes sem tradição linhagística, e que poderiam tender a menosprezar a valorização dos caminhos genealógicos intermediários da nobreza fundadora do reino, também eles procuram imiscuir-se imaginariamente nestes caminhos, esforçando-se em descobrir algum atalho genealógico que os integre à tradição, ou difundindo gestas de linhagens antigas como se fossem suas, na esperança de que esqueçam a sua emergência recente. Acabam, também eles, contribuindo para a euforização destes caminhos e atalhos que já eram antes euforizados, como o ‘caminho da Maia’ ou os múltiplos ‘caminhos de El Cide’, ou ainda o lendário ‘caminho da Gaia’ que vai encontrar o rei Ramiro em um passado lendário. Dessa forma – movidos por interesses que mesmo transcendem as relações mais imediatas de patrocínio e encomenda dos nobiliários – os genealogistas que estão ao serviço das famílias cujo prestígio remonta ou se quer remontar ao século XI, e também os leitores que encontram por sua conta os atalhos genealógicos que lhe interessam, todos conspiram no sentido de euforizar alguns caminhos e circuitos genealógicos e diforizar outros. Entre estes últimos caminhos disforizados encontra-se, em sombreado imaginário, o âmbito de alianças que ligava os antigos *magnates* portugueses e as primeiras realezas leonesas¹⁰.

Conforme pudemos ver, a interpolação da “Lenda de Gaia” nos nobiliários, associada às operações genealógicas de que se esta faz cercar, desempenha entre outros um papel específico que é o de unir certas linhagens que de outra forma não encontrariam ligação familiar. Ela atualiza, por outro lado, certas oposições políticas ancestrais presentes na sociedade nobiliárquica extra-literária. A imagem do ‘Rei Ramiro’, monarca que em sua figura lendária une o passado visigodo e o futuro da vitória cristã, torna-se dessa forma simultaneamente um foco de transcendência para o imaginário régio e um ponto nodal de interesses linhagísticos diversos.

O estudo de caso aqui desenvolvido, enfim, buscou mostrar que a operação genealógica constitui uma construção cultural, social, ideológica, e que esta operação envolve inúmeros aspectos que atravessam os genealogistas que a empreendem, com ou sem uma plena consciência da parte dos mesmos. Dos interesses mais imediatos, os quais os genealogistas costumam por vezes até mesmo apresentar com alguma clareza nos “prólogos” de seus livros de linhagens, até os mais sutis movimentos ideológicos dos quais eles não necessariamente se apercebem, o labirinto genealógico a ser percorrido pelo genealogista e pelos seus leitores vai dando origem a um texto final – produto que traz marcas extremamente interessantes a serem decifradas pelos historiadores. Seria

⁹ José Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, 338.

¹⁰ Os interesses mais diretos dos cronistas-genealogistas e refundidores envolvidos na produção dos nobiliários já foram amplamente estudados. O *Livro Velho*, por exemplo, associa-se a um monge do Santo Tirso que teria sido incumbido de enaltecer a família Maia. O genealogista do *Livro do Deão* pretende antes de mais nada um alargamento das linhagens nobres legítimas para além das cinco referidas no *Livro Velho*. O caso do refundidor de 1383 do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* encontra-se à parte: para valorizar a família “Pereira” que o patrocina, ele encontra ou forja caminhos genealógicos para integrá-la a este circuito que já vinha sendo euforizado no nobiliário, e que tal como já fizemos notar se entretetece em torno da família “Maia” para remontar ao ramo ramiriano do Cide Alboazar.

interessante objeto para um estudo futuro avançar no esclarecimento de que, mesmo depois da concretização material deste produto acabado que é o texto genealógico ou um livro de linhagens, a operação genealógica não se esgota aqui efetivamente, já que os sucessivos leitores sempre poderão percorrer o texto dito “definitivo” estabelecendo as suas próprias conexões, através de uma prática de leitura que sempre, e particularmente neste caso, será criadora e refundadora de sentidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

- DAVID, Pierre, 1947 – *Annales Portucalenses veteres*, Lisboa, s/ed., 1947.
 MATTOSO, José e PIEL, Joseph, 1980a – *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Lisboa, A.C.L.
 MATTOSO, José e PIEL, Joseph, 1980b – *Livros Velhos de Linhagens*. (incluindo o Livro Velho e o Livro do Deão), Lisboa, Academia de Ciências.
 CINTRA, Luís Felipe Lindley, 1951-1961 – *Crônica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1990. 4 vol, Lisboa, Casa da Moeda.

Bibliografia

- CERTEAU, Michel de, 2002 – *A operação Historiográfica* in “A Escrita da História”, Rio de Janeiro, Forense Universitária, p.65-122.
 CINTRA, Luís Filipe de Lindley, 1950 – *O Liber Regum e outras fontes do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, “Boletim de Filologia”, Lisboa, XI (II), p.224-251.
 DIOGO, Américo, 1989 – *Dimensions généalogiques de la légende du roi Ramiro: échanges des textes, échanges des femmes*, “Sénéfiance”, Paris, n°26, 1989, p.177-197.
 FERREIRA, Maria do Rosário, 2012 – *Amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha*. Apontamentos sobre o prólogo do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, “Cahiers d’Études Hispaniques Médiévales”, Paris, n° 35.
 FERREIRA, Maria do Rosário, 2011 – *A estratégia genealógica de D. Pedro, Conde de Barcelos, e as refundições do Livro de Linhagens, “e-Spania”* [En ligne], 11 |mis en ligne le 05 septembre 2011].
 FOUCHÉ-DELBOSC, R. e KRAPPE, Haggerty, 1930 – *La légende du Roi Ramire*. “Revue Hispanique”, LXXVIII, p.483-583.
 KRUS, Luís, 1994 – *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico*, Lisboa, Calouste Gulbenkian.
 MARTIN, Georges e MIRANDA, José Carlos (orgs), 2011 – *Legitimação e Linhagem na Idade Média Peninsular. Homenagem a D. Pedro, Conde de Barcelos*, Porto, Estratégias Criativas.
 MATTOSO, José, 1980 – *Introdução* In “Livros Velhos de Linhagens. (incluindo o Livro Velho e o Livro do Deão)”. dir. José Mattoso e Joseph Piel, Lisboa, Academia de Ciências.

- MATTOSO, José, 1987 – *As fontes do nobiliário do Conde Dom Pedro* in “A Nobreza Medieval Portuguesa”, Lisboa, Estampa, p.55-98.
- MATTOSO, José, 1985 – *A literatura genealógica e a cultura da Nobreza em Portugal* in “Portugal Medieval – novas interpretações”, Lisboa, INCM, p.309-328.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón, 1943 – *En torno a ‘Miragaia’ de Almeida Garrett* in “De primitiva lírica española y antigua épica”, Madrid, Espasa-Calpe, p.137-154.
- MIRANDA, José Carlos Ribeiro, 1988 – *A Lenda de Gaia dos Livros de Linhagens: uma questão de literatura?*, “Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas”, Porto, IIª. Série, vol. V/2, 1988, p.483-515.
- MIRANDA, José Carlos, 2011 – *O argumento da linhagem na literatura ibérica do séc. XIII*, “e-Spania » [En ligne], 11 |juin 2011, mis en ligne le 06 juin 2011.
- OLIVEIRA, Antonio Rezende de, 2011 – *O genealogista e as suas linhagens: D. Pedro, conde de Barcelos*, “e-Spania” [En ligne], 11 |juin 2011.
- OLSEN, Steve, 2011 – *A História da Humanidade*, Rio de Janeiro, Campus.
- PARIS, Gaston, 1880 – *La femme de Salomón*, Lisboa, “România”, IX, p.436-ss.
- PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, 1999 – *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*, vol. 1, Porto, Universidade Moderna.
- SARAIVA, A. J., 1971 – *O Autor da narrativa da Batalha do Salado e a refundição do Livro do Conde D. Pedro*, “Boletim de Filologia”, Lisboa, 22, p.1-16.
- VEIGA, A. Botelho da Costa, 1940 – *Os nossos nobiliários medievais (alguns elementos para a cronologia da sua elaboração)*, “Anais das Bibliotecas e Arquivos”, Lisboa, 15, p.165-193.
- VENTURA, L. e OLIVEIRA, Antonio Rezende de, 1996 – *Os Briteiros (séculos XII-XIV) 2. Estratégias familiares e património*, “Revista Portuguesa de História”, Lisboa, XXXI, vol.2, p. 71-76.

Filipe Salis*

A planta da Rua Nova de São João da coleção de Nussane

R E S U M O

Os desenhos que José de Champalimaud de Nussane elaborou para a Junta de Obras Públicas do Porto (JOPP) constituem peças relevantes para a compreensão e conhecimento da cidade do Porto na denominada época dos almadás. Trata-se de uma coleção de plantas das principais obras da cidade, que concluiu em 1788. Desta coleção destacamos no presente trabalho uma planta da Rua Nova de São João, que parece não ter sido ainda objecto de análise.
Palavras-chave: Período Almadino, Rua de São João, Champalimaud de Nussane, Normas Cartográficas

A B S T R A C T

The drawings that José de Champalimaud de Nussane prepared for the Junta de Obras Públicas do Porto (JOPP – Board of Oporto Public Works) constitute relevant pieces for the understanding and knowledge of the city of Oporto during the so-called almadás period. It is a collection of plans from the major works of the city, which was concluded in 1788. The present essay highlights the plan of Rua Nova de São João (St. John Street), which seems not to have been studied so far.
Keywords: Almadás Period, St. John Street, Champalimaud de Nussane, Cartographic Standards

O processo que leva à abertura da Rua Nova de São João¹ tem um enquadramento histórico geral, ou nacional, e outro regional, mais específico.

O enquadramento histórico geral pode sintetizar-se do seguinte modo: na primeira metade do século XVIII há um significativo progresso económico; a passagem da primeira metade da centúria para a segunda faz-se com um novo rei, D. José; este reinado

* Doutorando na Faculdade Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP).

¹ Segundo alguns autores o nome original da rua era Rua Nova de São João [cf. Eugénio Andrea da Cunha e Freitas, *Toponímia portuense*, (Porto: Contemporânea Editora, 1999), 185]. É provável que esta designação seja a formalização do que corria pelas bocas das gentes, pois era indiscutivelmente uma rua nova em diversos sentidos. Também foi conhecida na altura por Rua de São João das Quingostas, por Rua Nova de São João Batista e, finalmente, por Rua de São João, que é o seu atual nome. No presente texto será designada pelo nome original.

A este respeito, pode-se ainda referir que alguns autores advogam que o nome das duas primeiras e principais ruas abertas nesta época – a Rua do Almada e a Rua de São João – não estava dissociado do nome do governador civil e militar da cidade, João de Almada e Melo, mentor e propulsor dessas grandes obras [cf. Marie-Thérèse Mandroux-França, *Quatro fases da urbanização do Porto no séc. XVIII, Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto* (2.^a Série, vol. 2, 1984), 15].

fica marcado pelo terramoto de 1755, que teve ressonância por toda a Europa; a tentativa de regicídio e consequente execução dos Távoras e do Duque de Aveiro não serão despiciendas, na medida em que consolidam a força do poder régio, bem como a expulsão da Companhia de Jesus, culpabilizada pela crise nos Sete Povos das Missões. Com estes factos consolida-se uma renovação geral da sociedade e, consequentemente, das cidades.

O enquadramento histórico regional pode resumir-se nos seguintes pontos: considerável desenvolvimento comercial, especialmente das exportações do vinho do Porto²; aumento significativo da população da cidade, que chega a duplicar³; o aproveitamento do motim popular de 1757 contra o monopólio da Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro, que trouxe para a cidade João de Almada e Melo, próximo do poder central – como seria de desejar, num enquadramento absolutista –, a quem sucedeu o filho, Francisco de Almada e Mendonça⁴; o Plano de Melhoramentos de 1784, onde se insere a rua em estudo, é considerado por alguns autores o primeiro Plano Geral da Cidade do Porto⁵.

A Rua Nova de São João foi aberta entre 1765 e 1768. Insere-se, pois, nas intervenções almadinas, tendo sido pensada e construída na gerência do pai, João de Almada e Melo, e concluída, no que ao edificado respeita, na época do filho, Francisco de Almada e Mendonça.

Esta via reúne diversas características importantes: insere-se, com a Rua das Flores, num eixo urbano que relaciona dois pólos de grande actividade – a Ribeira, entrada da cidade pelo rio, e a Porta dos Carros, saída para Guimarães e Braga – e que vem desviar o tráfego do já obsoleto eixo Mercadores/Bainharia; une dois centros nevrálgicos da cidade intramuros, a Praça da Ribeira e o Largo de São Domingos⁶; constituiu-se por um desenho com uma imagem urbana inicial ordeira e moderna mas que ao mesmo tempo dissimula o outro poder local, ainda ligado à velha cidade medieval com que tem paredes meias, nomeadamente com a Rua dos Mercadores⁷; é um exemplo do

² Cf. Teresa Pires de Carvalho, Carlos Guimarães, Mário Jorge Barroca, *Bairro da Sé do Porto: Contributo para a sua caracterização histórica* (Porto: CMP, CRUARB/CH, 1996), 41. A este respeito deve-se precisar que o desenvolvimento comercial não tinha atingido uma prosperidade económica que permitisse uma renovação completa e uma expansão relevante da cidade. Permitiu, sim, um plano e algumas execuções desse plano, como seja a rua em análise (cf. Marie-Thérèse Mandroux-França, *Quatro fases da urbanização do Porto no séc. XVIII*, 9).

³ Cf. José Manuel Pereira de Oliveira, *O espaço urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento* (Coimbra: Instituto de Alta Cultura – Centro de Estudos Geográficos, Vol. II, 1973), 264, 273 e 274.

⁴ Cf. Teresa Pires de Carvalho, Carlos Guimarães, Mário Jorge Barroca, *Bairro da Sé do Porto: Contributo para a sua caracterização histórica*, 41.

⁵ Cf. por exemplo: Marie-Thérèse Mandroux-França, *Quatro fases da urbanização do Porto no séc. XVIII*, 15; Teresa Pires de Carvalho, Carlos Guimarães, Mário Jorge Barroca, *Bairro da Sé do Porto: Contributo para a sua caracterização histórica*, 41.

⁶ O largo de São Domingos teve de John Whitehead “um pedagógico desenho para regularização da praça (...), de forma triangular, que resolveria magistralmente a difícil articulação entre as ruas de S. João e a das Flores” [Bernardo José Ferrão, *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás, 1758/1813* (Segunda edição, Porto: FAUP Publicações, 1989), 209]. A execução desta praça teria aberto a Rua Nova de São João para a nova fachada de Igreja da Misericórdia, projectada por Nasoni em 1748.

⁷ Cf. Bernardo José Ferrão, *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás, 1758/1813*, 208 e Manuel Teixeira, *O urbanismo português: séc. XIII-XVIII* (Lisboa: Livros Horizonte, 1999), 296.

estilo palladiano inglês, do qual a Feitoria Inglesa, pela mão de John Whitehead, é paradigma⁸.

Tem cerca de 212,00m de comprimento e 12,50m de largura. Divide-se em dois tramos, um maior, a norte, que vai das atuais Rua Mouzinho da Silveira à Rua do Infante Dom Henrique, e um menor, a sul, que vai desta última rua à Praça de Ribeira. A sua inclinação é de aproximadamente 10%.

Apesar do interesse geral que a época suscita em diversas áreas do conhecimento, seja da história, da arquitetura, da filosofia, da sociologia, etc., a indagação mais específica que se fez leva-nos a concluir que ainda permanecem vários aspectos por trabalhar. No que à rua respeita, pouco se encontrou escrito e documentado graficamente⁹. E, nesse pouco, encontraram-se algumas discordâncias no material consultado e também na opinião de alguns autores. Estas divergências surgem em diversas frentes como sejam, por exemplo, o nível de exigência que as normativas vigentes impunham¹⁰, a autoria dos projectos executados¹¹, o entendimento e ideia que na altura se tinha para a cidade¹².

Centrando-nos agora no objecto deste artigo, alguns autores, quando falam da Rua Nova de São João, afirmam que os seus planos estão desaparecidos. Ferreira Alves diz que “havia um desejo patente já em 1761, como se pode ver na vereação de 2 de

⁸ Bernardo José Ferrão defende que surgiu um estilo arquitectónico próprio, que muitos chamam de “neopalladianismo inglês” mas que ele, Berrance e Ferreira Alves designam por “proto-neoclassico” (Cf. Bernardo José Ferrão, *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás, 1758/1813*, 226). Aqui adoptamos a designação de “palladianismo” em sintonia com as razões defendidas por Paulo Varela Gomes [Cf. Paulo Varela Gomes, *Expressões do neoclássico* (Primeira Edição, Vila Nova de Gaia: Fubu Editores, 2009)].

⁹ Da bibliografia consultada podemos destacar, entre outros, os seguintes trabalhos: Manuel Teixeira, *O urbanismo português: séc. XIII-XVIII*; J. A. Pinto Ferreira, “Expansão da Urbe”, in *História da cidade do Porto*, II Vol., *Arrancada para o progresso e auge da opulência da urbe, “1640-1800”*, dir. Damião Peres (Porto: Portucalense Editora, 1962-1965); Teresa Pires de Carvalho, Carlos Guimarães, Mário Jorge Barroca, *Bairro da Sé do Porto; Contributo para a sua caracterização histórica*; Joaquim Jaime Ferreira Alves, *O Porto na Época dos Almadás* (Porto: Edição de Autor, 1988-1990); Francisco Barata Fernandes, *Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade* (Porto: FAUP Publicações, 1999); Marie-Thérèse Mandroux-França, *Quatro fases da urbanização do Porto no séc. XVIII*; Anni Günter Nonell, *Porto, 1763-1850: a construção da cidade entre despotismo e liberalismo* (Porto: FAUP Publicações, 2002); Bernardo José Ferrão, *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás, 1758/1813*; Luís Berrance, *Evolução do desenho das fachadas das habitações correntes almadinas: 1774-1844* (Porto: A.H.C.M.P., 1993).

¹⁰ Cf. Marie-Thérèse Mandroux-França, *Quatro fases da urbanização do Porto no séc. XVIII*, 11, Manuel Teixeira, *O urbanismo português: séc. XIII-XVIII*, 296, Bernardo José Ferrão, *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás, 1758/1813*, 222 e Luís Berrance, *Evolução do desenho das fachadas das habitações correntes almadinas: 1774-1844*, 33.

¹¹ Cf. Luís Berrance, *Evolução do desenho das fachadas das habitações correntes almadinas: 1774-1844*, 39, Joaquim Jaime Ferreira Alves, *O Porto na Época dos Almadás*, 211, Francisco Barata Fernandes, *Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade*, 92.

¹² Cf. Bernardo José Ferrão, *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás, 1758/1813*, 204 e 205.

Para perceber melhor estas questões (notas 10, 11 e 12), sugere-se a consulta do estudo que elaborámos referente aos aspectos ligados à arquitetura da Rua Nova de São João, feito com base nesta mesma planta de Nussane.

Dezembro desse ano”, de abertura da rua¹³. O pedido foi formalizado a D. José I a 21 de Janeiro de 1763 e numa reunião posterior da Junta das Obras Públicas, no dia 6 de Março de 1765, é determinado que se fizesse a referida obra. Deixando em aberto a data, acrescenta ainda que essa planta se encontra desaparecida e atribui a Francisco Pinheiro da Cunha, até aparecimento de novos dados, a possível autoria¹⁴. Anni Günnter Nonell, seguindo a mesma linha, afirma: “Do plano da Rua de São João não chegaram até nós quaisquer desenhos”¹⁵.

Mas, na verdade, existe pelo menos a planta de Nussane, que importa ter em atenção, no pressuposto de que a cartografia, a uma grande escala, é uma importante fonte na análise urbanística e artística¹⁶. Esta planta está inserida numa coleção de 14 desenhos elaborados por José Champalimaud de Nussane em 1788. O percurso que há um ano e meio se fez para chegarmos a ela, através de uma bibliografia específica, observando dúvidas e questões que surgiram do estudo dessa bibliografia, não foi linear¹⁷. E antes de passar à apresentação da planta deveremos mencionar dois aspectos preliminares: a questão do valor e da designação, ou denominação, do objecto de estudo.

Quando se analisa uma representação – seja um mapa, um plano, uma planta, uma gravura, etc. –, de uma determinada época, a primeira questão que se coloca é a do valor intrínseco que essa peça tem, quanto à fidelidade do que representa. Esse valor, o rigor da peça, pode ter diversas manifestações. Pode-se avaliar o rigor do levantamento, o rigor

¹³ Joaquim Jaime Ferreira Alves, *O Porto na Época dos Almadás*, 210.

¹⁴ Uma das razões pelas quais sugere que o plano da rua seja de Francisco Pinheiro da Cunha advém do facto do seu nome constar em diversos documentos referentes à obra, como seja a sua assinatura nas folhas dos salários dos operários e outros técnicos ou a orientação que dá aos mestres pedreiros, Caetano Pereira e José Francisco, para a divisão dos terrenos (Cf. Joaquim Jaime Ferreira Alves, *O Porto na Época dos Almadás*, 210, 211 e 212).

¹⁵ Anni Günnter Nonell, *Porto, 1763-1850 : a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*, Nota 41, 515.

¹⁶ Cf. Muñis López, “Arqueología de la Arquitectura y Urbanismo de la ciudad de Oviedo (Asturias, España) entre la Edad Media y el siglo XVIII: el arrabal del Carpio”, *Arqueologia de la Arquitectura* (N.º 8, Universidade do País Basco, 2011).

¹⁷ Em 1982, no *Catálogo dos livros de plantas*, Meireles, enuncia as 14 plantas do caderno de Nussane. Estava a transcrever Viterbo. Refere também que nenhuma dessas plantas faz parte do conjunto a que se refere o seu catálogo [Cf. Maria Adelaide Meireles, *Catálogo dos livros de plantas* (Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto, 1982), 30 e 31]. Viterbo, por seu turno, quando trata de Nussane, comenta: “Na Torre do Tombo, *Papéis do Ministério do Reino*, existe uma consulta sobre obras, tendo appenso uma espécie de álbum com 14 plantas, assim intitulado: *Este Caderno mostra os mappas das principais obras públicas que se fizeram na cidade do Porto em 1786 (...)*” [cf. citação referenciada com a nota 20, a mesma nota 20 e Sousa Viterbo, *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses ou ao Serviço de Portugal* (Volume I, Lisboa: Imprensa Nacional, 1899), 538 e 539]. A nota bibliográfica que Viterbo insere para este caderno é: “Torre do Tombo. – *Papeis do Ministério do Reino, maço 340, pacote 9*” (*Ibidem*, 539). Talvez a referência de Viterbo não esteja totalmente correcta. Pelo que pudemos apurar, a antiga cota da Torre do Tombo era Ministério do Reino, maço 504. A cota atual é Ministério do Reino, Coleção de plantas, mapas e outros documentos iconográficos, doc. 67. O código de referência é PT/TT/MR/1/67. Este documento foi digitalizado e colocado online em 2011. Pode ser consultado em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4242956>.

Deveremos fazer aqui uma referência ao Sr. Dr. Paulo Tremoceiro, responsável pela Divisão de Comunicação da Torre do Tombo, que tão amavelmente nos recebeu e seguiu diligentemente esta pesquisa.

da representação, o rigor dos dispositivos e dos procedimentos da representação (materiais e convenções do desenho). Pelo que se irá dizendo ao longo do texto, poderemos afirmar que estamos perante um desenho rigoroso e acabado.

No que respeita ao modo de designar parece não haver dúvidas de que se trata de uma planta. Mas se nos enquadrarmos na terminologia da época poderemos designá-la por mapa, planta ou plano. Em diversos locais a designação de “mapa” surge como título de colecções de plantas parciais. Como exemplo temos, para além do caderno em estudo, a colecção de “mapas” de Teodoro de Sousa Maldonado. O termo “planta” é usado geralmente, como se poderá ver, nos próprios desenhos parciais. Acerca do “plano” podemos recorrer a Nonell que, no seu trabalho, diz: “Na terminologia da época, a palavra “plano” designa frequentemente a representação gráfica, à escala, de um território de maior ou menor extensão, com ou sem indicação das obras projectadas”¹⁸.

Rigor e designação não estarão dissociados. Segundo Helen Wallis, “apenas a planta e a vista geral são inteiramente desenhadas a uma escala uniforme e espacialmente corretas”¹⁹. No entanto, como se vê, estas questões, sendo importantes e interessantes, são complexas e desviam-se do motivo deste estudo – a apresentação e descrição da planta de Nussane da Rua Nova de São João -, pelo que nos vamos abster de as tratar aqui.

A colecção, ou caderno, como Nussane o denomina, começa com uma introdução em que se descreve o que vai ser apresentado: “*Este Caderno mostra os mappas das principais obras públicas que se fizeram na cidade do Porto em 1788. Debaixo da inspecção dos Ill.mos Senhores José Roberto Vidal da Gama, e Senadores da Câmara. Pelo director das mesmas_ D. Jozeph Champalimaud de Nussane, Sargento Mor de Infantaria, com Exercício de Engenheiro*”²⁰.

Segue-se um índice dos 14 desenhos, tal como constam no trabalho de Maria Adelaide Meireles e de Sousa Viterbo²¹, onde se pode ver no número 10 a indicação da “*Planta da bela Rúa de S. João, e a da Bãndeirinha*”.

¹⁸ Anni Günnter Nonell, *Porto, 1763-1850 : a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*, Nota 41, 515.

¹⁹ Helen M. Wallis e Arthur H. Robinson, *Cartographical Innovations: An International Handbook of Mapping Terms to 1900*, In: Mário Gonçalves Fernandes, *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal. 1852/1926* (Volume I, Porto: Edição de autor, 2002), 24 e 25.

²⁰ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (AHTT), Ministério do Reino, Coleção de plantas, mapas e outros documentos iconográficos, doc. 67, fl. I. A data que aponta Viterbo – 1768 –, deve tratar-se de uma gralha que nesta introdução do caderno fica esclarecida (cf. Sousa Viterbo, *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses ou ao Serviço de Portugal*, 539 e nota 17).

²¹ Cf. nota 17.

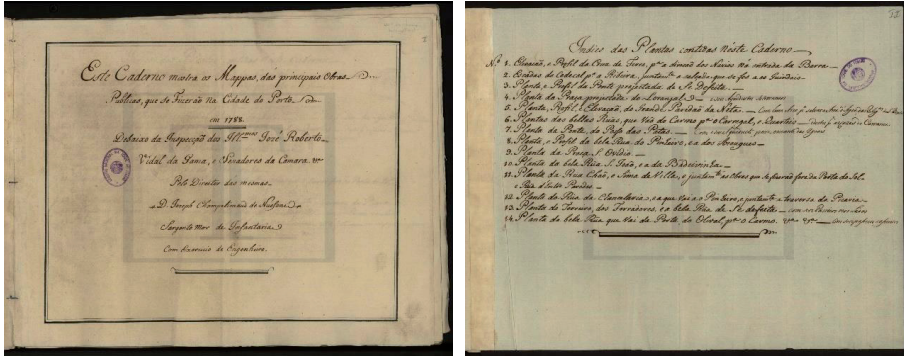


Imagem 1 (esquerda) | Página de abertura da coleção de plantas de Champalimaud de Nussane

Imagem 2 (direita) | Índice da coleção de plantas de Champalimaud de Nussane

Deixaremos agora de lado, com pesar, todas as restantes plantas e passamos directamente a expor a que é objecto do nosso estudo. O desenho está dividido horizontalmente em duas partes sensivelmente iguais: a superior mostra a planta do tramo maior da Rua Nova de São João, ou seja, o troço da rua que vai das atuais Rua do Infante Dom Henrique à Rua Mouzinho da Silveira; a inferior mostra a Rua da Bandeirinha.

Começando por uma análise geral poderemos dizer que esta planta, de aparência simples, é rica. Viterbo fala destas colecções como peças “primorosamente executadas”²². Trata-se de desenhos bem elaborados do ponto de vista técnico, minuciosos e expressivos dentro do seu género. A planta que apresentamos confirma alguns dados e fornece informações importantes no âmbito do estudo urbanístico e arquitectónico²³.

²² Sousa Viterbo, *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses ou ao Serviço de Portugal*, 207.

²³ Cf. estudo que elaborámos com base nesta planta de Nussane referente aos aspectos directamente ligados à arquitetura e urbanismo.

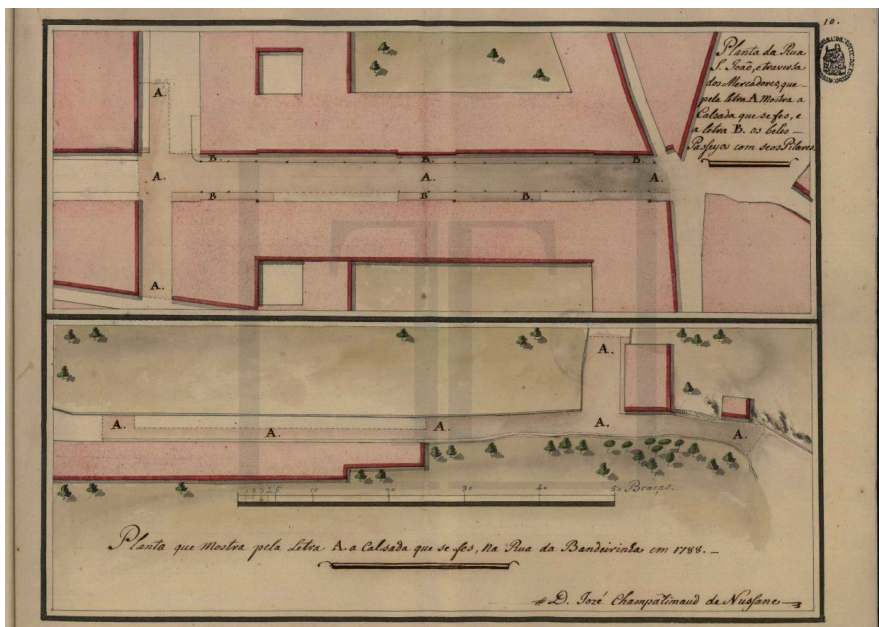


Imagem 3 | Décima planta da coleção de plantas de Champalimaud de Nussane

Desenhada segundo as convenções da época, denota que Nussane conhece bem os ensinamentos de Luís Serrão Pimentel e pertence ao grupo restrito dos que aplicavam as normas de Manuel de Azevedo Fortes com habilidade e rigor.

Trata-se de uma planta parcial, tal como todas as outras pertencentes a este caderno. Tem, por isso, uma escassa legenda. No canto superior direito do desenho pode ler-se: “Planta da Rua de S. João, e travessa dos Mercadores, que pela letra A. Mostra a Calsada que se fez e a letra B. os beles PasSeyos com seus Pilares”. O desenho não tem rosa dos ventos e a assinatura de Nussane está no canto inferior direito.

A escala gráfica, centrada na parte inferior do desenho, com unidade de medida em *braças*, segue as indicações que Azevedo Fortes dá. O *petipé*, ou “*petit pè*”, como se escreve em diversas plantas da época, está, pois, desenhado com “*huma linha arbitraria, dividida em hum certo numero de partes iguaes*”²⁴. É curioso ver como se cumpre à letra essa divisão. Fortes dá um exemplo: “(*...*) *fe o petipè for de 1000. Braças, fe dividirà o comprimento de linha em dez partes iguaes, e cada huma valerà 100. braças, e fe tornarà a dividir e primeira porção de 100. braças em quatro partes iguaes, e cada huma valerà 25. braças: e porque o numero 25. he divisivel por cinco, fe dividirà e primeira parte em cinco partes iguaes, e valerà cada huma cinco braças, &c*”²⁵. Mais à frente, menciona que estas indicações são adaptáveis e desse modo o *petipé* pode ser acertado para as 75 ou 50 *braças*²⁶. É o que acontece nesta planta onde se aplica, *mutatis mutandis*, o que se transcreveu. Ou seja, estamos perante um *petipé* de 50 *braças*, dividido em 5 partes iguais

²⁴ Manuel de Azevedo Fortes, *Tratado do Modo de fazer as Cartas Geográficas* (Lisboa Ocidental: Oficina de Pascoal da Sylva, 1722), 2 (disponível em <http://purl.pt/16976> – consultado em 19/03/2013).

²⁵ *Ibidem*, 6 e 7.

²⁶ *Idem*, 8.

de 10 braças cada uma, sendo que a primeira está dividida em duas partes iguais de 5 braças cada, sendo, por sua vez, a primeira destas dividida em cinco unidades braçais.

Estando o petipé na parte inferior do desenho, ou seja, na parte que corresponderá à Rua da Bandeirinha, surge a dúvida de se essa escala afecta também a Rua Nova de São João. Podemos afirmar que sim por três motivos: 1º na maior parte dos desenhos com uma única escala que, como este, estão divididos em duas partes, correspondendo cada uma a desenhos de zonas distintas da cidade, essa escala é aplicável aos dois desenhos; 2º nos planos onde se representam desenhos com escalas distintas representam-se também dois petipés que seguem as normas enunciadas; 3º analisando sem grande minúcia a escala que nesta planta se representa vemos que a Rua Nova de São João teria quase 6 braças de largura, um pouco menos de 60 palmos, o que equivale a algo próximo mas inferior a 13,20m, medida que corresponde sensivelmente à largura real da rua²⁷.

Passando ao estudo das técnicas de desenho, e começando pelas linhas para a demarcação dos edifícios, podem-se ver quatro tipos: uma fina, em tons sépia-carmim, na zona de luz; outra mais larga e na mesma cor na zona de sombra; uma terceira, destacadamente grossa, na zona de sombra dentro do perímetro da construção e na mesma cor das anteriores; uma quarta com a mesma expressão mas em tons cinza esverdeado, na zona de sombra e fora do perímetro da construção. Todas estas linhas são contínuas e as suas cores e intensidades sofrem ligeiras alterações resultantes do trabalho do executor ou da passagem do tempo. Na análise das restantes linhas, que neste caso indicam as ruas e passeios, encontramos dois tipos de linha fina, sépia-carmim, sendo uma contínua e outra tracejada.

Este tipo de representação segue literalmente as normas elencadas na obra de Manuel de Azevedo Forte, “O Engenheiro Português” (1728), posterior à que referimos acima, que serviu ao longo de décadas de manual de instrução dos engenheiros portugueses e que, como dissemos, terá sido objecto de estudo de Nussane. Estas convenções não são originais deste Engenheiro-Mor do reino nem de um dos seus antecessores no cargo, Serrão Pimentel. Efectivamente, as cores aplicadas, por exemplo, já eram usadas na idade média, estando já provada uma linha de continuidade representativa que vem dessa época e percorre todo o séc. XVIII e XIX²⁸. Por outro lado, Azevedo Fortes, aos dez anos de idade, já estudava em Madrid, no Colégio Imperial, prosseguindo depois os estudos em França, no Colégio de Plessis, tendo mais tarde leccionado em Siena e, regressado a Portugal, adquirido o cargo de lente da Academia Militar. Ou seja, uma formação e docência internacional, que resultou na reunião e transmissão de conhecimentos já institucionalizados em diversos países.

²⁷ No que respeita às correspondências aqui referidas, veja-se Manuel de Azevedo Fortes, *Tratado do Modo de fazer as Cartas Geográficas* (Lisboa Ocidental: Officina de Pascoal da Sylva, 1722), 2 a 6, e considere-se o pressuposto de que 1 braça corresponde ao comprimento de dois braços abertos, ou seja, a 2,20m. Fortes explica que “a braça portuguesa tem seis pés, e dois terços, ou dez palmos” (*ibidem*, 3). Relacionando estes dados, chega-se à consentânea ideia de que um palmo tem 22cm.

No levantamento que se fez tiraram-se 3 larguras neste tramo maior da Rua Nova de São João. As medidas registadas foram 12,40m, 11,90, 12,40. A variação deve-se ao facto de algumas fachadas de maior importância avançarem cerca de um palmo relativamente às restantes.

²⁸ Cf. Mário Gonçalves Fernandes, *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal. 1852/1926*, 45.

Para Fortes, os desenhos das plantas é feito de “*linhas e aguadas*”²⁹ que deverão seguir as doze “*máximas, ou regras principaes, estabelecidas por convenção dos melhores Deffenhadores da Europa*”³⁰. Nessas regras diz-se, por exemplo, que a cor da aguada para “*toda a obra de pedra, e cal*” deve ser vermelho³¹, que “*toda a obra em projecto para executar, fe lava de amarelo*”³² ou que “*se o projecto não he resoluto, as linhas fãõ de pontinhos com uma aguada de amarello*”³³. Referimos estas “máximas” por se verificarem na planta em estudo³⁴. Com estes dados podemos deduzir, por exemplo, que em 1788 os passeios desta rua ainda não estavam todos concluídos.

Também trata, mais à frente, da questão da luz. Destacamos, a este respeito, uma parte do seu texto que nos parece especialmente interessante, tendo em conta que estamos a estudar uma planta e, por isso, um desenho bidimensional. Fortes diz: “*Ainda que o deffenho não feja perpectiva nao deixa de repreferar de algum modo o levantado (...) e as sombras nas plantas fãõ neceffarias como na pintura*”³⁵.

Para além das sombras dos volumes, a expressão das linhas é também mencionada, devendo “*ser mais delgadas as que fãõ expostas à luz, e mais grossas as que lhe ficao oppostas*”³⁶. Na planta em causa percebe-se bem como Nussane usa estas determinações bem como a do preenchimento do construído e do arvoredo com aguadas, destacando-os dos caminhos.

Sombras e expressão de linhas denunciam a localização da fonte luz. Fortes apenas refere que deve vir da esquerda. Serrão Pimentel indica, por seu turno e através do desenho, representando um sol no canto superior esquerdo, que a luz deveria vir desse quadrante. Consultando os desenhos com que Azevedo Fortes ilustra o seu tratado, confirma-se que a luz não só vem da esquerda como vem de cima³⁷. O mesmo acontece, de modo muito evidente, nesta planta da Rua Nova de São João.

Outro aspecto interessante, tratado por Azevedo Fortes e presente neste desenho, é a representação da vegetação. Nussane desenha 4 árvores, senão iguais, muito similares, dispostas de modo aparentemente aleatório, em tons de verde e com sombras próprias e projectadas.

Azevedo Fortes é minucioso nas directrizes que dá para a representação das árvores, que “*se rifcaõ de tinta da china, com penna bem delgada: o corpo da árvore he de figura ovada, mas pontuda, a que fe accrefcenta hum pé curto com huma rabifca curta,*

²⁹ Cf. Manuel de Azevedo Fortes, *O Engenheiro Portuguez* (Tomo Primeiro, Lisboa Ocidental: Officina de Manoel Fernandes da Costa, 1728), 411 (disponível em http://www.fc.up.pt/fa/index.php?p=nav&f=books.0254.W_0254_000004#faimg – consultado em 19/03/2013).

³⁰ Manuel de Azevedo Fortes, *O Engenheiro Portuguez*, 413.

³¹ *Ibidem*, 412, regra 1.

³² *Idem*, regra 3.

³³ *Idem*, regra 4.

³⁴ O que vemos a sêpia-carmim será o vermelho que consta no livro de Fortes. A tonalidade amarela também se pode perceber, se bem que a passagem do tempo sobre este tipo de documentos é impiedosa no que às cores respeita.

³⁵ Manuel de Azevedo Fortes, *O Engenheiro Portuguez*, 424.

³⁶ *Ibidem*, 427.

³⁷ Cf., por exemplo, estampas 4, 8, 9, 10 e 11 (Manuel de Azevedo Fortes, *O Engenheiro Portuguez*).

*e delgada da parte oppofta à luz: o corpo da árvore fe lava de huma aguada de meia tinta verde-bechiga (...)*³⁸.

Não adiantaremos mais pormenores de Fortes sobre a representação da vegetação. Apenas acrescentaremos a interpretação que Gonçalves Fernandes dá a respeito da afirmação de que sobre terra lavrada “*fó fe deffenhaõ nas partes em que as hà*”³⁹. Na sua opinião, que subscrevemos, as árvores representadas serão as que existem e a sua localização muito aproximada à real⁴⁰. No caso da planta da Rua Nova de São João, é bem provável que o que Nussane nos representa seja o que existia na altura. Até porque a Rua dos Mercadores fazia parte da cidade consolidada e, como se vê, nessa vasta zona do desenho, que representa a zona nascente da Rua Nova de São João, não desenha qualquer árvore. Por outro lado, todo o edificado da vertente poente da rua, onde se vê, por exemplo, a Feitoria Inglesa, construída entre 1785 e 1790, teria sido erguido naquela década, tendo por detrás terrenos que, pela representação, terão permanecido lavrados.

Conforme se transcreveu acima, a legenda desta planta diz que “*pela letra A. Mostra a Calsada que se fes e a letra B. os beles PasSeyos com seos Pilares*”. A Rua Nova de São João terá sido uma das primeiras ruas da cidade intramuros a ter passeios⁴¹. No Porto, estes elementos, à moda inglesa, começam a surgir em 1786. Na dissertação de Manuel da Maia, a questão é colocada para Lisboa mas com reservas. Este aspecto confirma a importância e a modernidade da rua se tivermos também em conta que em Paris começaram a ser colocados apenas cinco anos antes⁴².

A largura dos passeios permitia a passagem de carros nas duas direcções e, para a altura, a passagem intensa e a velocidades mais elevadas que as normais dentro de uma cidade, pois era uma via de primeira importância que ligava, como se disse, dois centros nevrálgicos. As pessoas deveriam poder subir e descer a rua a pé em segurança. Os “carros, liteiras e bestas de carga e cavalaria”, por seu turno, deveriam percorrer a sua parte da via sem “*embaraçar os dous paseyos*”⁴³. Deste modo a questão dos passeios e dos pilares, que marcariam uma separação com a zona de circulação dos carros mais física e clara, não será, para a época, uma questão de pormenor. Quanto aos pilares que Nussane refere, e que Manuel da Maia chama “postes”, trata-se dos conhecidos “frades”, peças cilíndricas em pedra, com o topo semiesférico. Ainda hoje se podem ver em diversas cidades, com diversas dimensões e mais ou menos trabalhados. O arquitecto inglês James Murphy, no seu livro “*Travels in Portugal*” (1795), apresenta uma imagem de uma rua da baixa pombalina onde se podem ver estes elementos⁴⁴.

³⁸ Manuel de Azevedo Fortes, *O Engenheiro Portuguez*, 435 e 436.

³⁹ *Ibidem*, 436.

⁴⁰ Cf. Mário Gonçalves Fernandes, *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal. 1852/1926* (Volume I, Porto: Edição de autor, 2002), 47.

⁴¹ Cf. Joaquim Jaime Ferreira Alves, *O Porto na Época dos Almadás* (Porto: Edição de Autor, 1988-1990), 258.

⁴² *Ibidem*, 259.

⁴³ José Augusto França. In: Joaquim Jaime Ferreira Alves, *O Porto na Época dos Almadás*, 259.

⁴⁴ Curiosamente, James Murphy representa também um desenho da Feitoria Inglesa, onde se vê um pouco da Rua Nova de São João mas sem representar os “pilares”. Tal facto pode dever-se a vários motivos: ainda não terem sido colocados, pois os passeios também não estão representados (o seu livro refere-se aos anos de 1789 e 1790; os passeios nesta rua foram feitos em 1788); serem elementos insignificantes para o que

Nussane trabalha esta planta aplicando, de um modo muito sistemático, estas convenções. Este facto não se restringe à Rua Nova de São João mas acontece em todos as plantas do caderno⁴⁵. A qualidade dos seus planos está na composição do desenho, na expressão das suas linhas, na graça das suas árvores e, principalmente, na forma como os ilumina, através de aguadas onde a cor vai sendo, como diz Fortes, “adoçada” segundo o que se quer representar. É um “debuxo” plano, sintético, mas que nem por isso deixa de adquirir uma expressão considerável pelo domínio técnico que, em nosso entender, se afasta bastante das peças de outros autores mais ou menos contemporâneos a Nussane⁴⁶. Um dos motivos que nos levam a esta afirmação é o facto de estarmos perante peças que se percebe que estão perfeitamente acabadas.

Azevedo Fortes, na sua obra “Tratado do modo de fazer as Cartas Geográficas”, explica que, para tirar as figuras de praças, edifícios ou outros quaisquer objectos, “*he neceffario primeiro fazer huma figura de algum modo femelhante àquela, de que fe quer tirar a planta*”⁴⁷. Este primeiro esboço, feito no borrador, começa muitas vezes a lápis, e o autor adverte para alguns perigos deste instrumento⁴⁸. Depois é passado com pena e tinta para de seguida se irem fazendo as aguadas que iluminarão o desenho. Este processo pode ser mais ou menos moroso, consoante o pormenor que se deseje e o tempo de que se disponha. Se confrontarmos os desenhos que Nussane nos deixa neste caderno com outros de, por exemplo, Teodoro de Sousa Maldonado⁴⁹, que lhe seguiu no cargo, ou com outros de outros técnicos da época, somos levados a pensar que, possivelmente, Nussane, para além da sua destreza natural neste tipo de representação, teve tempo e a possibilidade de concluir este seu trabalho.

Para além do já mencionado panegírico que Viterbo faz aos trabalhos de Nussane⁵⁰, o mesmo Viterbo fala de um lista dos mapas e cartas de Portugal, abrangendo 50 números, onde o 44º, de Bento Phiton e Nussane, está classificado entre os muito bons. Esta e aquela referência que este autor faz não são avaliações subjetivas mas classificações de outros que ele subscreve⁵¹.

estava a ser mostrado, a Feitoria Inglesa; nunca terem sido feitos. Na imagem da baixa de Lisboa, o que se quer mostrar é a modernidade da cidade, que inclui edifícios, ruas e passeios com os seus “frades”.

⁴⁵ Nesta coleção de Nussane há desenhos mais ricos e expressivos do que este que é objeto do nosso estudo (cfr. por exemplo as plantas 1, 3, 6, 11 e 14). A planta que talvez traduza melhor as regras de representação de que estamos a falar é a n.º 14. Todas elas contêm informações importantes como sejam edifícios, infraestruturas, espaços verdes, etc.

⁴⁶ Um dos estudos que temos vindo a realizar é a comparação desta coleção de plantas de Nussane com outra de Teodoro de Souza Maldonado, feita um ano depois, em 1789. No Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP) pode-se ver o original: “*Mapas das obras publicas que estiveram em ação neste presente ano de 1789 feitos por Teodoro de Souza Maldonado Formado em Matemáticas e Arquitecto desta cidade do Porto*”.

⁴⁷ Manuel de Azevedo Fortes, *Tratado do Modo de fazer as Cartas Geográficas*, 181 e 182.

⁴⁸ *Ibidem*, 182.

⁴⁹ Cf. nota 46.

⁵⁰ Cf. nota 22.

⁵¹ Cf. Sousa Viterbo, *Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portugueses ou ao Serviço de Portugal*, 207, 538 e 539.

Numa primeira avaliação, por tudo o que foi dito, parece importante a publicação e divulgação desta planta e de todas as que se encontram nesta coleção de Nussane⁵². Dos trabalhos consultados apenas dois apresentam desenhos deste caderno⁵³. O primeiro é de José Manuel Pereira de Oliveira, “O Espaço Urbano do Porto”, que em 1973, na pág. 271, mostra a planta número 6: “*Plantas das bellas Ruas, que Vão do Carmo p^a o Carregal, e Quarteis*” (cfr. imagem 2). A referência bibliográfica é: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Coleção Ministério do Reino, n.º 340 (*Álbum de plantas desenhadas em 1788*, por D. José Champalimaud de Nussane)⁵⁴.

O segundo é uma separata da publicação da Fundação Eng. António de Almeida, “O vinho da História Portuguesa, séculos XII-XIX», de Pinto Ferreira, com o título “A economia do vinho e o crescimento do Porto, nos séculos XVIII ao XIX”. Neste documento podemos encontrar as plantas número 14, 4, 13, 3 e 11, por esta ordem, do caderno de Nussane⁵⁵. A planta da Rua Nova de São João não consta e, curiosamente, as imagens que apresenta não têm o sinete da Torre do Tombo. Pinto Ferreira não trata propriamente destes documentos; apresenta os registos, escritos e gráficos, que atestam a relação entre o desenvolvimento do comércio do vinho e o desenvolvimento da urbe. Anni Günther Nonell, na sua dissertação “Porto, 1763/1852, a construção da cidade entre o despotismo e liberalismo”, na pág. 302, apresenta o desenho número 3 do caderno de Nussane: “*Planta, e Perfil da Ponte projectada de Se Defeita*” (cfr. imagem 2). A imagem foi retirada da obra de Pinto Ferreira mencionada acima.

Podemos ainda acrescentar que Ferreira Alves, no seu livro “O Porto na época dos almadás”, inclui uma planta das Escadas do Codeçal feita por Nussane em 1788. O caderno de plantas que estamos a tratar tem uma planta das Escadas do Codeçal, a planta número 2. Mas, comparando os desenhos, vê-se que são distintos pelo que se tratará de uma outra planta que não faz parte desta coleção. Algo similar acontece no trabalho de Pinto Ferreira com outros desenhos de Nussane.

Muitos trabalhos têm muitas plantas, gerais ou parciais, da cidade, bem como gravuras, que se encontram no Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP). Na generalidade são imagens conhecidas e mais ou menos trabalhadas. Da pesquisa que fizemos no AHMP e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) referente à Rua

⁵² Esta planta de Nussane confirma, entre outras coisas, o que foi construído, a morfologia urbana, os avanços e recuos dos alçados e as variações à composição de alçados dentro dos limites da informação que uma planta fornece. Essas variações podem abrir caminho a uma nova interpretação das intervenções almadinas e corroborar a opinião de alguns autores. Estas questões começaram a ser desenvolvidas e podem ser consultadas num outro estudo que fizemos e já aqui foi referido (cf. notas 12 e 23).

⁵³ É possível que outros estudos tenham recorrido e publicado mais alguma coisa deste caderno mas numa primeira pesquisa verificamos que, na generalidade, os trabalhos que tratam desta época não falam ou publicam estes desenhos. Talvez uma boa iniciativa a ter seria conseguir uma boa cópia para o AHMP.

⁵⁴ Curiosamente, a referências bibliográficas de Pereira de Oliveira é a mesma de Nussane (cfr. nota 17).

⁵⁵ Estas plantas são: N.º 14, *Planta da bela Rua que Vai da Porta do Olival, p.º o Carmo*; N.º 4, *Planta da Praça projectada para o Laranjal*; N.º 13, *Planta do Terreiro, dos Ferradores, e a bela Rua de Se defeita*; N.º 3, *Planta, e Perfil da Ponte projectada de Se Defeita*; N.º 11, *Planta da Rua Chão, e Sima de Villa, e juntam.te as obras que se fiserão fora da Porta do Sol, e rua d'Entre Paredes* (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino, Coleção de plantas, mapas e outros documentos iconográficos, doc. 67, fl. II).

Nova de São João podemos adiantar os dados que se seguem. As Licenças de Obras até 1893, que se podem encontrar no AHMP, compreendem 45 registos referentes à Rua Nova de São João. Trata-se, na maior parte, de arranjos parciais, acrescentos, alterações que serão importantes para o estudo da evolução do edificado da rua. O Livro das Plantas, também do mesmo arquivo, recolhe 10 desenhos com referência à rua, geralmente relacionados com as praças que a limitam. Das licenças de obras e do Livro das Plantas muitas imagens têm sido diversas vezes publicadas. Estes dados contrastam com o silêncio que envolve a coleção de Nussane que estamos a divulgar. Talvez o nunca termos visto publicados a maior parte destes desenhos, e concretamente a planta referente à Rua Nova de São João, possa ter que ver precisamente com o facto de ainda não se ter feito um estudo mais cuidado da rua e dos restantes elementos da cidade que Nussane apresenta nesta coleção. Por tudo isto, concluímos este artigo escrevendo e subscrevendo o que diz Viterbo sobre este caderno “(...) *que bem merecia ser reproduzido, pois é interessantíssimo para a história da topographia e dos melhoramentos d’aquella cidade*”⁵⁶.

Fontes e Bibliografia

Arquivo Histórico e Municipal do Porto
Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Arquivo Nacional da Torre do Tombo
Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
Sociedade de Reabilitação Urbana

AA.VV. (1994). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
AA.VV. (2001). *Monumentos*. Nº 14. Lisboa, DGEMN.
AA.VV. (2004). *Monumentos*. Nº 21. Lisboa, DGEMN.
AA.VV. (2004). *Monumentos*. Nº 21. Lisboa, DGEMN.
AA.VV. (2011). *Arqueologia de la Arquitectura*. Nº 8. Universidade do País Basco.

Argan, G. C. (1977). *O passado no presente*. Barcelona, Editorial Gustavo Gili.
Alves, J. J. Ferreira (1988-1990). *O Porto na Época dos Almadás*. Porto, Edição de Autor.
Andrade, A. J. Monteiro de (1943). *Plantas antigas da cidade: século XVIII e primeira metade do século XIX*. Porto, Publicações da Câmara Municipal do Porto.
Basto, A. Magalhães (1962-1965). *História da Cidade do Porto*. Porto, Portucalense Editora.
Basto, A. Magalhães (1963). *Sumário de antiguidades: da mui nobre cidade do Porto*. Porto, Edições Progredior.

⁵⁶ Sousa Viterbo, *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses ou ao Serviço de Portugal*, 539.

- Berrance, L.** (1993). *Evolução do desenho das fachadas das habitações correntes almadinas: 1774-1844*. Porto, AHCMP.
- Brito, M. Fernanda de** (1981). Os padrões de D. Lopo. In: *Revista de história. Actas do colóquio "O Porto na época moderna"*. Volume IV. Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6528.pdf> [Consultado em 31 de Maio de 2012].
- Carvalho, T., Guimarães, C., Barroca, M. J.** (1996). *Bairro da Sé do Porto; Contributo para a sua caracterização histórica*. Porto, CMP, CRUARB/CH.
- Correia, J. E. Horta** (1997). *Vila Real de Santo António: urbanismo e poder na política pombalina*. Porto, FAUP Publicações.
- Costa, A. A.** (1995). *Introdução ao estudo da história da arquitectura portuguesa: outros textos sobre arquitectura portuguesa*. Porto, FAUP Publicações.
- Costa, A. Rebelo da** (1789). *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*. Porto. Oficina de António Alvarez Ribeiro.
- Fernandes, F. Barata** (1999). *Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade*. Porto, FAUP Publicações.
- Fernandes, M. Gonçalves** (2002). *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal. 1852/1926*. Porto. FLUP.
- Ferrão, B. J.** (1989). *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás, 1758/1813*. Segunda edição. Porto. FAUP Publicações.
- Ferreira, J. A. Pinto** (1960). *O comércio do vinho do Porto através da correspondência de John Whitehead, cônsul britânico na mesma cidade, endereçada a Mr. Warre: 1793 a 1800*. Porto, C.M.P.
- Ferreira, J. A. Pinto** (1983). A economia do vinho e o crescimento do Porto, nos séculos XVIII ao XIX. In: *O vinho da História Portuguesa, séculos XII-XIX*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida.
- Fortes, M. A.** (1728). *O Engenheiro Portuêz*. Lisboa, Oficina de Manoel Fernandes Costa.
- Fortes, M. A.** (1722). *Tratado do Modo de fazer as Cartas Geográficas*. Lisboa Ocidental, Oficina de Pascoal da Sylva.
- França, J. A.** (1994). *Porto 1865 – Uma exposição*. Catálogo da Exposição.
- Freitas, E. A. da C.** (1999). *Toponímia portuense*. Porto, Contemporânea Editora, Lda.
- Goitia, F. C.** (1982). *Breve história do urbanismo*. Vila da Feira. Editorial Presença – Martins Campos.
- Gomes, P. V.** (2009). *Expressões do Neoclássico*. Vila Nova de Gaia, Fubu Editores.
- Goodall, B.** (1977). *La economía de las zonas urbanas*. Madrid, Nuevo Urbanismo.
- Gracia, F.** (1996). *Construir en lo construído*. Segunda edição. Madrid, Editorial Nerea.
- Lynch, K.** (1989). *A imagem da cidade*. Lisboa, Edições 70.
- Mandrour-França, M. T.** (1984). *Quatro fases da urbanização do Porto no séc. XVIII*. Porto, Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, 2ª Série, vol. 2.
- Meireles, M. A.** (1982). *Catálogo dos livros de plantas*. Porto, Arquivo Histórico Municipal do Porto.
- Moreira, R.** (1986). Do rigor teórico à urgência prática. In: *História de Arte em Portugal – O limiar do Barroco*. Lisboa, Alfa.

- Mumford, L.** (1982). *A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectivas. Segunda edição.* São Paulo, Martins Fontes.
- Nonell, A. G.** (1991) *Arquitectos e Engenheiros na época de D. João V. O Aqueduto das Águas Livres.* I Congresso Internacional do Barroco. Actas. II Volume. Porto, Reitoria da Universidade do Porto, Governo Civil do Porto.
- Nonell, A. G.** (2002) *Porto, 1763-1850 : a construção da cidade entre despotismo e liberalismo.* Porto, FAUP Publicações.
- Oliveira, J. M. Pereira de** (1973). *O espaço urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento.* Coimbra, Instituto de Alta Cultura – Centro de Estudos Geográficos.
- Peres, A. C. Damião** (1962-1965). *História da cidade do Porto.* Porto, Portucalense Editora.
- Pimentel, L. S.** (1680). *Methodo Lvsitanico de Desenhar as Fortificaçoens das Praças Regulares & Irregulares, Fortes de Campanha, e Outras Obras Pertencentes a Architectura Militar.* Lisboa, Impressão de António Craesbeek de Mello.
- Rossi, A.** (1982). *La arquitectura de la ciudad.* Barcelona, Editorial Gustavo Gili.
- Schneider, S.** (1980). *O Marquês de Pombal e o vinho do Porto : dependência e subdesenvolvimento em Portugal no século XVIII.* Lisboa, A Regra do Jogo.
- Silva, F. Ribeiro da** (2001). *O Porto das luzes ao liberalismo.* Lisboa, Edições Inapa.
- Silva, G.** (1999). *À descoberta do Porto.* Lisboa, Editorial Notícias.
- Tafari, M.** (1985). *Projecto e utopia.* Lisboa, Editorial Presença.
- Teixeira, M.** (1999). *O urbanismo português: séc. XIII-XVIII.* Lisboa, Livros Horizonte.
- Viterbo, F. M. S.** (1899). *Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e construtores portugueses ou ao Serviço de Portugal.* Lisboa, Imprensa Nacional.

Origem das imagens

Imagem 1: Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino, Coleção de plantas, mapas e outros documentos iconográficos, doc. 67, fl. I.

Imagem 2: *Ibidem*, fl. II.

Imagem 3: *Idem*, fl. 10.

Per A. Nilsson*

Expectations and experiences of temporarily studying abroad

A B S T R A C T

This tentative study focuses on the experiences of outbound exchange students and underlines the international relations component among contemporary universities. The aim is to investigate to what extent the expectations of outbound exchange students are being met in a population of students who had temporarily studied abroad. In this study, Umeå University, Sweden, is used as a case. The study was inspired by Plog's studies (1974, 2001) in the field of tourism and hospitality research. Exchange students show similarities with tourists when it comes to choosing study destinations. This study partially confirms Plog's model. Students who are outgoing and self-confident seem to choose non-English speaking countries. In addition, this study highlights what incentives students have, to become exchange students and most importantly how they value this experience. The respondents had positive expectations before departing as exchange students and they returned with even more positive attitudes.

Keywords: student mobility, exchange students, expectations and experiences of studying abroad, international relations between partner universities

Introduction

A growing number of university students of today have become 'mobile'. Many will have international experience during their studies; the uniqueness of an international experience is gone (Streitwieser, 2012). However, the increase in the number of students studying abroad also leads to questions about the students' expectations and how they are met. The students invest time and money in studying in a foreign country and many students, hope to improve their language skills, experience a different culture and to develop personally (Teichler, 2002; Teichler, 2004; The Swedish International Programme Office for Education and Training, 2002, 2008). Thus, learning more about students' experiences from a period of temporarily studying abroad is of importance, i.e. learning whether and how expectations are met is crucial for a deeper understanding of mobility among young people when it comes to employability and careers in life.

Within Europe, the Erasmus Programme has improved students possibilities to international studies. The Erasmus Lifelong Learning Programme is the largest mobility programme in the world, and enables students to temporarily study abroad for one or two

* Director of the International Office at Umeå University, Sweden.

semesters at academic institutions in Europe. Erasmus networks now cover 90% of Europe's universities (Times Higher Education Supplement, 2005). In Sweden and many other countries, there are also options for university students to study abroad outside of Europe. For that very reason, student mobility has become an ambiguous area of research (Cambridge & Thompson 2004). According to Findlay, King, Stam and Ruiz-Gelices (2006), student mobility can be conceptualised theoretically in three ways: as an element of highly skilled migration, as a product of globalisation, and as an element of youth mobility cultures and consumption geographies.

This article deals with experiences of temporarily studying abroad. The aim is to investigate to what extent the expectations of outbound exchange students are being met in a population of students that has temporarily studied abroad. What are the students' expectations and experiences after returning from temporarily studies abroad? In this article a model is used from tourism and hospitality research to test if student mobility can be better understood by widening the perspective and studying student mobility from another angle.

This tentative study has focused on the Swedish experience of outbound exchange students and, in particular, the case of outbound students from Umeå University. The basis for the analysis has been built on this limited case study. This Swedish example will be used throughout the article to discuss student mobility.

What do exchange students expect?

Travel has become a meaningful part of many young peoples' lives. Why, how and where you travel says something about who you are and who you want to be (Jonsson, 2003). In Jonsson's study, attitudes towards studying abroad were examined among those who were considering studying at a college or university. The motives given were the expected ones, for example, to learn a new language and to learn about another culture. More surprising were the findings that the students wanted a break from the monotony of the daily grind, a bit of time to breathe freely, to do something new and to get away for a while. Moreover, the study showed that young people have very positive associations regarding internationalisation and many want to live, work and/or study outside of Sweden. The final report of the Professional Value of Erasmus Mobility, VALERA (Bracht, Engel, Janson, Over, Schomburg & Teichler, 2006), makes a similar observation, i.e. Erasmus is gradually losing its uniqueness, as mobility has become the norm among European university students.

Cultural experience is often the major reason for students choosing to study abroad temporarily (Thissen & Ederveen, 2006). This is, of course, true for exchange students who study abroad for one or two semesters. Thissen and Ederveen (2006) emphasise that the motives for fee-paying students coming to Europe to study for a whole degree are somewhat different from the motives of exchange students who enrol in a mobility programme such as Erasmus. This has to do with differences in expectations regarding experiences and career. Fee-paying international students studying for a whole degree are investing a lot of money in a career, whereas exchange students are focusing on aspects of personal development (Papatsiba, 2005; Thissen & Ederveen, 2006).

That which is a motive for some students to study abroad might be an obstacle for others. The Swedish International Programme Office for Education and Training conducted a survey in 2002 and found that students who did not participate in mobility programmes highlighted reasons such as timing, language problems, previous experience of working abroad, travel, studying abroad and being unmotivated as obstacles to studying abroad. Swedish students who did not enrol in student mobility programmes also emphasised ties to family and friends as a reason for staying put. Another study by the Swedish International Programme Office (2008), involved interviewing students about their attitudes towards studying abroad. The results of the study confirmed the desire among Swedish students to study in English when studying abroad.

In a New Zealand study Doyle, Gendall, Meyer, Hoek, Tait, McKenzie & Loorparg (2009), found that students perceived the cost of studying abroad, leaving friends and family, studying in a language other than English, and a preference for prioritising completing an undergraduate degree to be the main obstacles to overseas exchange studies.

When students are asked about how they perceive the benefits of experiencing studying abroad, as many studies on student mobility have done (cf. Bond, Girgrah, Burrow, Ingersoll, Vandersmuhlen, Spaling & Areemanpattnil, 2009), the answers are quite similar. For instance, Doyle et al. (2009) found that students perceived the exposure to a different culture and language, and the experience of studying and living abroad as benefits of overseas exchange studies.

What do exchange students experience abroad?

Students who choose to study abroad are taking a significant step in setting in motion their own individual life projects and it can be assumed that they dream of and aspire to having a great experience, be it for academic or personal development. It is quite obvious that students have expectations before enrolling in a student mobility programme; other scholars have also designed studies to follow-up on students' experiences of temporarily studying abroad (cf. Bracht, Engel, Janson, Over, Schomburg & Teichler, 2006; Campbell & Li, 2008; McLeod & Wainwright, 2009). One follow-up study observed separation and isolation in the international student community with weak attachment to the 'local' community (Waters & Brooks, 2009).

The outcome of students studying abroad has received quite a lot of attention in various studies. However, outcomes can be difficult to evaluate depending on when follow-up studies take place, these can take place immediately after a period abroad or up to several years later, but also depending on whether the studies target exchange students (often Erasmus) or international students in general. In addition, the conclusions that can be drawn from follow-up studies depend on the size of the population studied, which may explain why results from follow-up studies can differ.

Erasmus students' mobility has not attained the scale anticipated, particularly for UK students (King & Ruiz-Gelices, 2003). To learn more about the students' experiences of temporarily studying in Europe, King et al. (2003) conducted a study. The study showed that the experience of a year abroad led to linguistic improvement, the cultural

experience of living in another country and further general personal development. While career prospects improved after studying abroad, academic learning experiences were less significant. These findings are similar to many other studies of student mobility (Maiworm & Teichler, 1996; Teichler, 2002; Bracht et al. 2006).

Bracht et al. (2006) concluded that former Erasmus students could expect higher income and status than their immobile peers but they were being employed in international work assignments and were often internationally mobile. Only former Erasmus students from Central and Eastern European countries could generally expect on better career opportunities than their immobile peers. Studies by Maiworm and Teichler (1996) showed that Erasmus-students found work that allowed them to exploit the special skills they gained during their experience of studying abroad. Norris and Gillespie (2009) found that studying abroad truly did change lives, as the respondents' career choices were affected by the experience of studying abroad. In addition, mobile students more frequently had jobs with international work assignments (Wiers-Jenssen, 2008). A comprehensive study by Mohajeri Norris and Gillespie (2009) on the experience of studying abroad also confirmed its impact on career choices later in life. The study showed that studying abroad affected the career choices of nearly two thirds of the respondents.

Introducing a model from tourism and hospitality research to better understand student mobility

In tourism and hospitality research, exchange students would be defined as tourists because they are temporarily mobile like all other tourists. Exchange students study for one or two semesters at a foreign university and then return home to finish their degrees. Moreover, the literature review above indicates that reasons other than those related to education are applicable. Thus, it can be argued that most exchange studies are prompted by a mixture of motives, including typical touristic motives, such as experiencing something different to everyday life. Therefore, some scholars have studied international education viewed as tourism (e.g. Chen & Kerstetter, 1999; Field, 1999). One could therefore, assume that studies of tourism could contribute to a better understanding of the rationale behind international student mobility. In our global economy, student mobility is a part of the tourism industry. Students “shop for” experiences and training in different parts of the world and this shopping is a source of income for businesses.

Plog (1974, 2001) attempts to understand why destinations and resorts rise and fall in popularity. According to Plog, certain destinations attract visitors with distinct psychological profiles. Applied to the phenomenon of student mobility, this could mean that universities in some countries are more attractive to certain student groups than to other student groups, particularly when life-style considerations are more important drivers than academic concerns. For instance have universities in Australia, Spain and France lost in popularity and countries as Denmark, Poland, Japan and China have gained in popularity for Swedish students studying abroad (Statistics Sweden 2012). Based on this, the design of this study has been inspired by Plog. It seems that the psychology of

students when choosing a study destination has much in common with the decision making of the individuals in Plog's studies.

Plog's study involves understanding the psychology of decision-making when people travel. Can the same principles also apply to the psychology of students when choosing a study destination? In Plog's earlier work (1974), he used the terms 'psychocentrics' and 'allocentrics' to describe the characteristics of people travelling. Later, Plog (2001) changed the terminology and grouped the people under these labels 'dependables' (psychocentrics) and 'venturers' (allocentrics). The dependables try to make their daily lives predictable and dependable. The venturers are personalities at the opposite end of the spectrum. These individuals reach out to and explore the world and all of its diversity. They are self-confident and intellectual explorers. The archetypes of these two personalities are rare, which is why the dimensions of venturesomeness and dependability distribute on a normal curve. Plog argues that this fact, which is based on empirical studies, helps to explain why destinations rise and fall in popularity. Destinations attract different groups of consumers/tourists. Analogously, it can be assumed that different study destinations, i.e. the city or region where a university is located, attract different students. Jonsson (2003) showed that some students were attracted by study destinations far away from Sweden. Others, mostly less experienced travellers, looked for options closer to the home university. The conclusion drawn by Plog is that these personality characteristics determine travel patterns and preferences.

Method

The focus of this study is the expectations that outbound exchange students have when they depart to study abroad for one or two semesters. Hence, the analyses are based on data from a survey monitoring their expectations prior to leaving and a follow-up survey after their time abroad. The survey was carried out as web-based questionnaires directed at outbound exchange students from Umeå University, a comprehensive university in the north of Sweden, with 32,000 students during the academic year 2007/2008. In total, 143 students from

Umeå enrolled in an exchange program in the autumn term of 2007. Two thirds were Erasmus students and the rest were bound for studies in North America and Australia. 123 had signed up for one semester abroad, and the remaining 20 were to spend a full academic year at a university abroad.

The Umeå University case is a limited study and was chosen because of good collaboration with the International Office and accessibility to the students and their participation in the survey. Later, 10 outbound exchange students were interviewed randomly after they returned. The students knew that the interviews were going to be published on the Umeå University web-site in an effort to promote exchange studies and they all agreed to that.

Before leaving for their studies abroad, the 143 students received a questionnaire in which they were asked about their previous experiences of travelling and living abroad, their motives for enrolling in an international study programme, their choice of study destination, and their expectations (such as learning another language, getting to know

another country and culture, a sense of adventure, etc.). A Likert scale was used in the survey to scale responses to the questionnaire on seven levels from strongly agree to strongly disagree. In relation to their return to Sweden, six months later, the students were once again approached with a web-based survey and asked questions about how they had perceived their stay abroad. The data set therefore constitutes a panel.

For exchange students, an agreement between Umeå University and an international partner university is fundamental. Without an agreement, the only option for the students is to study abroad on their own, without a scholarship or support from the home university. Umeå University has more than 700 agreements with partner universities worldwide, but most of the agreements are within Europe (i.e. within the Erasmus and Nordplus mobility programmes).

An Umeå University student can choose from many countries when it comes to studying abroad as an exchange student. The choice is dependent on the student's main field of study. The students have many possibilities, for instance, a law-student can choose between 17 countries, and a business student between 24 countries. Students have many more options than they are willing and able to exercise when it comes to studying abroad, especially within the Erasmus Programme. Many students from Umeå University prefer to travel far from Sweden when studying abroad. Countries such as Australia, South Africa, Japan and the USA are popular among students but there are relatively few places available. The demand from Umeå students to study abroad is very different from that which Umeå University can actually supply. The places available at universities in many countries are not very popular among students. One thing to keep in mind is that the students' home university can only nominate students, while the hosting universities admit the students. For example, many more students from Umeå want to study in Great Britain than can possibly be accepted by the admitting study institutions, due to the popularity of that particular country among a large group of potential international students. Thus, there is a discrepancy between what the students perceive as the best option and what Umeå University can actually provide supply its students. What impact does this have for the research question in this study, i.e. how expectations are met? The students have different expectations when being granted their first priority destination compared with if they are offered their second/third priority. In addition, this has most likely an impact on how they experience the period abroad.

In the present study, outbound exchange students were studied in order to be able to draw conclusions from what exchange students had experienced after having temporarily studied abroad. The questionnaire about the students' expectations, previous experience of travelling etc. was not validated which is a weakness of the study. Further limitations are, for example, that the study relied on a relatively small group of outbound exchange students, and that the students were followed up after a relatively short period of time. Moreover, this study lacks a control group of students studying on campus. These limitations will, of course, make conclusions drawn from this study tentative.

Participants

Of the initial 143 outbound students, 80 persons answered the first questionnaire, yielding a response rate of 56%. One reason for not answering the first questionnaire may have been that students are frequently asked to answer surveys during their studies at Umeå University and many students become hesitant to responding to surveys. The follow-up survey was directed at the 80 students who answered the first questionnaire and yielded 62 answers. Non-respondents in the follow-up survey were mainly the result of students having changed their e-mail addresses and, therefore, not possible to reach.

Of the initial population of 143 students, 62 answered both questionnaires, and 57 of the respondents could be matched and linked between the responses in both surveys. Therefore, panel encompasses 40% of the population. An analysis of the non-respondents does not indicate any bias with respect to gender, age or study programmes. However, the results of this study are limited to 62 students who participated in an international programme and cannot be generalised to all students at Umeå University who choose to study abroad (a substantial but unknown number of students choose to study abroad for shorter or longer periods outside of mobility programmes administered by the university).

All statistical analysis was performed with SPSS, version 17.0 for Windows. The Wilcoxon signed ranked test was used for the study of paired observations, e.g. when comparing the answers to the questionnaires after returning to Sweden with the answers before leaving for studies abroad. The Mann-Whitney test was used to compare differences between groups. The level of statistical significance was set to $p < 0.05$.

The framework of the survey

The characteristics of psychographic types are described in Table 1 and were inspired by Plog (1974, 2001). Student mobility characteristics can be categorised as either the self-inhibited and non-adventurous type (dependables) or the type of person who is outgoing and self-confident in his/her behaviour (venturers). In this study, students going to non-English speaking countries were labelled more self-confident (venturers) than those going to English speaking countries (dependables). In addition, foreign language competence is important for students' choice of study destination.

According to Plog, psychographic groups can be placed on a population curve; the graph follows a normal distribution curve with the two extremes at opposite ends. This model was chosen in order to understand why students make different decisions when choosing study destinations, especially when they have such a wide range of options. In accordance with the model, the respondents were divided into two groups, those studying in 'English speaking countries' and those studying in 'non-English speaking countries'. Plog's studies examined tourists choosing tourist destinations and this study examines the potential for applying tourism research when studying the choices exchange students make when choosing study destinations. In addition, this model was used as a hypothesis to better understand why students make different decisions when choosing a study destination.

<i>Dependables (self-inhibited and non-adventurous type of person)</i>	<i>Venturers (a person who is outgoing and self-confident in their behaviour)</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Prefer an English-speaking country to improve English • Like commonplace activities at study destinations • Prefer a study destination in an attractive country, academic work secondary • A limited challenge • Prefer a commonplace destination • Prefer familiar atmosphere (a culture you can recognize and not too different from Sweden) • A schedule and an experience of studying abroad that you can foresee before going 	<ul style="list-style-type: none"> • Prefer a non-English-speaking country to learn a third or fourth language • Enjoy a sense of discovery and delight in new experiences • Prefer novel and different study destinations, academic work primary • High level of challenge • Prefer an exotic destination • Enjoy meeting and dealing with people from a strange or foreign culture • Pre-arrangements should include basics, but open to flexibility and changes to courses

Table I. Student mobility characteristics of psychographic types inspired by Plog 1974. The questions in the survey were all connected to what is described in Table I. For instance, students were asked about their knowledge of a second and third language, how much they had travelled, the parts of the world they had visited, their expectations before studying abroad, and finally their motives for choosing a foreign university.

Results

The following section presents the results from the two surveys. Of the respondents answering the first survey (n=80), the average age was 24 and the majority of respondents were women. The vast majority of all of the students were studying social sciences, law and business. The rest of the students were studying natural sciences and technology, medicine, dentistry, education, humanities and fine arts.

A large majority was about to study in Europe and wished to study in an English speaking country. About half of the respondents studied in the UK, Ireland, Australia, Canada and the USA.

In the first survey, the students were asked how they valued the importance of the study destination, i.e. a city or a region where the university was located. Seven out of ten said that the study destination was more important than the university itself. They were also asked to value the importance of the country and 76% of the respondents thought that the country was more important than the study destination.

The students' backgrounds

An analysis of the results from the first survey showed that a large majority (89 %) of the respondents had grown up in Sweden, and half had some previous experience of living abroad for a period of time. Many of the students who enrolled in the mobility programmes were experienced travellers. All had visited at least one European country outside of Sweden. A majority had been to North America and Asia. Fewer students had been to Africa, South America, the Middle East, Oceania and Central America. In other words, the students had visited many countries, and they had a good knowledge of languages (Table II). They had university backgrounds, such as law school and business school, which could strongly benefit from the experience of studying abroad, especially when it came to further career planning and choosing a country for their studies. Most students preferred an English speaking country. Over half of the students had studied in English; another 4 students had studied in English and the language of the country. Six of the students had studied in Spanish alone. One student had studied in Chinese (Mandarin) when studying abroad, another one in German, and one had studied in French. It should be emphasised that not being proficient in a third or fourth language does not seem to be an obstacle to student mobility. One might add that most of the students had studied for quite some time at the university level. The majority of the students had earned 121 European Credit Transfer and Accumulation System (ECTS) credits or more at Umeå University before temporarily studying abroad as an exchange student.

Language	Frequency
Swedish	80
English	66
Spanish	16
Norwegian	11
French	11
German	9
Finnish	4
Danish	2
Russian	1

Table II. A self-evaluated knowledge of languages. The students were asked to rate their knowledge of the languages on a scale from 1 to 7, where 7 stood for very good knowledge of a language. The results for 'very good knowledge' in the self-evaluation are shown in the table.

English speaking versus non-English speaking countries

The respondents in the first survey, pre-departure, were divided into two groups: students who studied in an English speaking country (n=44) and those who studied in a non-English speaking country (n=36).

In both groups, female students were the majority. Students who went to non-English speaking countries had a more international background, i.e. the answers from the survey showed that they (n=6) grew up mostly outside Sweden and, additionally, 23 students responded that they had lived abroad at some point during their childhood. They were also looking for an academic challenge. Students who went to English speaking countries had less experience of living abroad. Three of the students had lived outside of Sweden for most of their upbringing and 17 had lived outside of Sweden for part of their lives. Those who studied in an English speaking country were to a higher degree looking for an adventure than those studying in a non-English speaking country. One can also observe that the students preferred to improve their already high proficiency in English rather than invest in learning a third or a fourth language. Worth noting is the fact that 18 out of the 36 students in a non-English speaking country studied in English.

Motives for studying abroad were compared between students who studied in an English speaking country with students who studied in a non-English speaking country. Motives such as 'recommended by a teacher'; 'living abroad part of the upbringing'; 'good reputation of the university'; 'asset to other academic course work'; 'grew up mostly outside Sweden'; 'family/friends' were significantly more prevalent among students in non-English speaking countries. Moreover, motives such as 'recommended by a friend'; 'learn another language'; 'adventure'; 'existence of an agreement'; 'attachment to the university'; 'information via Web/Internet' were significantly more prevalent among students studying in an English speaking country (Figure 1). Furthermore, students studying in English speaking countries seem to have different expectations to those going to non-English speaking countries. The latter are more experienced having previously lived, travelled or worked abroad. They know more about what to expect and they seem to make more independent choices. Moreover, they expect to be studying at a prestigious university with good quality academic courses. On the other hand, students going to English speaking countries seem to depend more on the existence of agreements with partner universities and recommendations from friends, and they expect studying abroad to be an adventure.

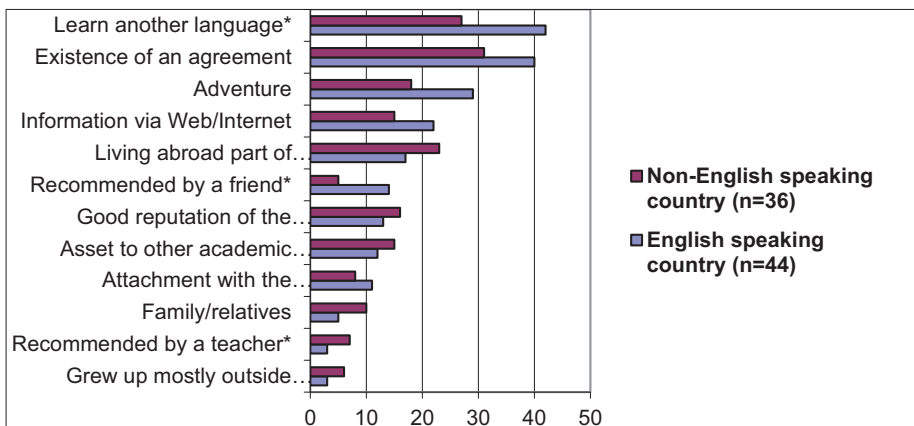


Figure 1. Differences between the motives of students who studied in an English speaking country (n=44) and those who studied in a non-English speaking country (n=36), the frequency is shown per 'motive' in the table. The level of statistical significance was set to $p < 0.05$ (*).

Comparisons of expectations and experiences before departure and after return

The students in this study had expectations prior to departing and, having returned, they have, experiences they gained from temporarily studying abroad (Table III). Before departing as exchange students, the vast majority expected of excitement and adventure. Moreover, a majority of the students did in fact experience adventure. For the respondents, adventure stands out as the aspect that characterises the experience abroad. Adventure was shown to be a significant element. Before leaving Sweden, the students responded that a period abroad would be an adventure and this expectation was shown to have been fulfilled. The two surveys asked questions about what it was like to be an exchange student. Many expected that they would find a job more easily in the future, learn about another culture and learn another language. It seems that the respondents were looking for the experience of having lived abroad for a period of their lives. After returning home, the respondents reported that they had enjoyed the change of study location and that they thought it was interesting to learn more about another culture. Elements such as a change of study environment and learning about another culture became more important after a study period abroad, i.e. these aspects surpassed the students' expectations. The respondents had positive expectations before going as exchange students and they returned with even more positive attitudes. This study indicates that their expectations were met and that the students were very satisfied with their overall experience of temporarily studying abroad. It seems that the experiences the students have in foreign countries are well received in all respects. In addition, the respondents considered the study period worthwhile. Finally, this study also shows that living in a warmer climate does not stand out as important for students when they choose their destinations, something that one might expect considering that Umeå University is located in northern Europe.

	<i>Before going</i>		<i>After returning</i>	
	Frequency	Percentage	Frequency	Percentage
Exciting/ adventure	35	61	28	50
Learning about another culture	5	9	7	12
Learning another language	4	7	5	9
Studies in a more interesting academic environment(*)	2	4	4	7
Change of environment (*)	3	5	8	14
Living in a warmer climate	1	2	0	0
Easier to get a job (*)	6	10	3	5

Other matters	1	2	2	3
TOTAL	57	100	57	100

Table III. How can your expectations and experiences best be described? Data has been matched between the same respondents before departure and after return to Sweden. The statistical significance level was set to $p < 0.05$ (*)

Interviews with students after returning

After returning from studying abroad, ten exchange students were randomly chosen for follow up interviews. The students knew that the interviews later were going to be published on the Umeå University website. The students expressed that they were looking for a change and personal development and they expected studying abroad to be a challenge. A few used the term ‘adventure’. Further, one student stressed that she enjoys travelling and, for her studying in Poland was a thrilling experience. Other emphasised the language training. One stressed that studying abroad was more or less expected from a student studying at the international business programme. The experience was about learning, not only academically but mostly learning outside the lecture halls, i.e. learning how other people think, feel and argue turned out to be the greatest learning experience. Moreover, the experience was also about a different way of lecturing and adjusting to another study system with different requirements to those they were used to. Moreover, the students also had to adjust to another type of university bureaucracy, which often caused them frustration.

Participation in the Umeå University Buddy Programme was important in preparing one of the students before enrolling. Every academic year, Umeå University offers all international students the opportunity to participate in the Buddy Programme and about 1 000 students participate together with Swedish students (buddies). The student underlined that the international students he met in the programme were a great inspiration. When he considered studying as an exchange student, his choice was to study in Taiwan because of the friendly and interesting Taiwanese students he met in the Buddy Programme.

One student was greatly committed to studying in Istanbul, Turkey. That commitment made him contact a Turkish university on his own initiative to open a dialogue with that particular university. A formal Erasmus agreement was later signed by his home department and the Turkish university in Istanbul.

To summarize, the students expressed in the interviews that studying as an outbound exchange student enriched their lives. The students said; “just go as an exchange student, you will not regret your decision”; “when you get there everything will be resolved”; “for those aiming at an international career, being an exchange student is something to be recommended”; “it might be comfortable to go to an English speaking country but it is more of a learning experience to study in a non-English speaking country”; “it does not matter where you go just take the opportunity and study abroad”.

Conclusion and main findings

Since the 1970s, the number of students studying abroad has increased considerably worldwide. In 2005, approximately 3 million university students were enrolled in studies outside their country of citizenship, in comparison with approximately 0.6 million in 1975 (OECD, 2009). Due to the fact that student mobility has become an ambiguous area of research this tentative study has broadened the perspective and added the research question, i.e. how expectations are being met? In addition, a model from tourism and hospitality research is used studying student mobility from another angle.

The findings in this study indicate that a period of studying abroad enriches students' lives but this study also confirms that it is a selection of students that studies abroad. The most adventurous and internationally experienced students are attracted to enrolling in student mobility programmes. It is clear that these students see exchange programmes as an opportunity for exploration but also as a way to use the experience as a merit later in life.

In this study, it was found that the choices students make about mobility is individualistic and it seems as if the students place a very high value on the country in which to study. For most students, the study destination is more important than the university itself. A vast majority of the respondents thought that the country was more important than the study destination (cf. Jonsson, 2003). This is an interesting result taking into consideration that the students have many more options than they are willing and able to use when it comes to temporarily studying abroad. However, some studies have shown that international mobility for study purposes may be tied in to future intentions about places of work and residence (OECD, 2009). One may also assume that there will be differences between the choices of Swedish students and those of students of other nationalities. The OECD Programme for International Students Assessments (PISA) programme indicates that 15-year-old students vary when it comes to gender and social background when preparing of today's knowledge society (PISA, 2009)

The article defines students as 'tourists' on the basis of temporary mobility. The reason is not to trivialize studying abroad and the motivations, and expectations students have in relation to mobility. The study, inspired by a model used in tourism and hospitality research, is aimed to broadening the perspectives and to learn more about what attracts students who temporarily study abroad. This should be seen in the light of mobility being a normal thing among contemporary university students (Brach et al. 2006). This tentative and limited study partially confirms Plog's model. Students who were outgoing and self-confident in their behaviour seemed to choose non-English speaking countries. They had a more international background; they were looking for an academic challenge; they wanted to study at a university with a good reputation; they trusted their teachers' advice on where to study and they used their own networks, such as family/relatives, when choosing a study destination.

It would seem that students see studying abroad as an opportunity for a unique adventure. When Plog (1974, 2001) discussed venturers and non-venturers as types of people, he was rather strict. When the students in this study responded to the survey, they seemed to label themselves as more adventurous than they were in more objective and

strict terms. A survey is a self-evaluation, and therefore, terms such as ‘adventure’ and ‘exotic’ mean very different things to different people. However, students who went to non-English speaking countries seemed to be able to consider a wider range of options when it came to studying abroad. It is noteworthy that half of the students who studied in a non-English speaking country actually studied in English. English has become a global language (cf. Crystal, 2003), a lingua franca. The students expressed the desire to become more fluent in a language they already had good knowledge of (i.e. English), rather than a desire to learn a language of which they had limited or no knowledge. However, improvement of language skills still seems to be important to students when choosing to enrol in a student mobility programme. Other studies have also shown the desire of students to learn another language (Maiworm & Teichler, 1996; Teichler, 1999; Maiworm, 2001; Teichler, 2002; Bracht et al. 2006). Moreover, the respondents studying in an English speaking country were less internationally experienced and expected studying abroad to be an adventure. Students going to English speaking countries valued adventure more because they had limited experiences of studying, travelling and/or working in a foreign country. For those students, it would seem that the experience gained from a period of studying abroad confirms Plog’s model; their experiences moved them from dependables to venturers in the sense that they became more self-confident, and their mind-set became more explorative and they became more curious about the world.

In conclusion, a global life style among young people and the fact that being mobile has become normal among European university students raise questions. Are the students who are not presently attracted to exchange programs already experienced travellers with extensive international experience? Can students who do not utilize the available mobility programmes be categorised as self-inhibited and non-adventurous types of person? This study has highlighted the incentives students have to becoming exchange students but, most importantly, how they value this experience. The findings from this study indicate that the student first prioritize which country they would like to study in and secondly the more precise destination. Only there after comes aspects that has relevance for an ‘academic’ exchange programme such as courses, research reputation of selected universities or departments, teaching and learning issues, etc. Mobility as a phenomenon is also strongly supported by mobility programmes, for instance, the Erasmus Lifelong Learning Programme.

However, to make progress, more knowledge is necessary in this field, especially when it comes to inspiring students not only with ‘political’ arguments but with personal rationales as well. Stretwieser, Le & Rust (2012, p.17) call “to engage in deeper research to more fully understand the totality of the study-abroad experience.” Furthermore, when increasing the attractiveness of exchange programs, one has to be aware of the psychology of students as they choose their study destination. Finally, future research is needed to focus on the students’ adjustment process when returning from a period of studying abroad (e.g. Sandhu, 1994).

REFERENCES

- Bond, S., Girgrah, A., Burrow, J., Ingersoll, M., Vandermuhlen, C., Spaling, M. & Areemanpattnil, S. (2009). *World of learning: Canadian Post-Secondary Students and the Study Abroad Experience*. The Canadian Bureau for International Education. ISBN: 978-1-894129-67-1. Ottawa, Ontario, Canada
- Bracht, O., Engel, C., Janson, K., Over, A., Schomburg, H. & Teichler, U. (2006). *The Professional Value of ERASMUS Mobility*. Final report of the VALERA project. International Centre for Higher Education Research (INCHER-Kassel), University of Kassel, Kassel, Germany
- Cambridge, J. & Thompson, J. (2004) Internationalism and globalization as contexts for international education. *Compare: A Journal of Comparative and International Education*, 2, pp.161-175
- Campbell, J., & Li, M. (2008). Asian Students Voice: An Empirical Study of Asian Students Learning Experiences at a New Zealand University. *Journal of Studies in International Education*, 4, pp. 375-396
- Chen, P. & Kerstetter, D. L. (1999). International Students Image of Rural Pennsylvania as a Travel Destination. *Journal of Travel Research*, 37, pp. 256-266
- Crystal, D., (2003). *English as a global language*, Second edition. Cambridge University Press.
- Doyle, S., Gendall P., Meyer, L H., Hoek, J., Tait, C., McKenzie, L.,& Looiparg, A. (2010). An Investigation of Factors Associated With Student Participation in Study Abroad. *Journal of Studies in International Education*, 14, pp. 471-490
- Field, A.M. (1999) The College Students Market Segment: A Comparative Study of Travel Behaviours of International and Domestic Students at a South-eastern University. *Journal of Travel Research*, 37, 375-381
- Findlay, A.M., King, R., Stam, A., & Ruiz-Gelices, E. (2006). *Ever Reluctant Europeans: The Changing Geographies of UK Students Studying and Working Abroad*. *European Urban and Regional Studies*, 13 (4), 291-318
- Jonsson, G. (2003). *Rotad, rotlös rastlös* (Rooted, rootless and restless young), *GERUM kulturgeografi* 2003:3 (Umeå University Press, Sweden)
- King, R., & Ruiz-Gelices, E. (2003). International Student Migration and the European 'Year Abroad': Effects on European Identity and Subsequent Migration Behaviour. *International Journal of Population Geography*. 9, pp. 229-252.
- Maiworm, F. (2001). ERASMUS: Continuity and change in the 1990s. *European Journal of Education*, 4, pp. 459-472
- Maiworm, F., & Teichler, U. (1996). *Study Abroad and Early Career*. London and Bristol, Kingsley
- McLeod, M., & Wainwright, P. (2009). Researching the Study Abroad Experience. *Journal of Studies in International Education*, 1, pp. 66-71
- Norris, E.M., & Gillespie, J. (2009). How Study Abroad Shapes Global Careers: Evidence from the United States. *Journal of Studies in International Education*, 3, pp. 382-397
- The Organisation for Economic Co-operation and Development (2009). *Education at a Glance* (OECD Indicators 2009, Paris)

- Papatsiba, V. (2005). Political and Individual Rationales of Student Mobility: a case-study of ERASMUS and a French regional scheme for studies abroad. *European Journal of Education*, 2, pp. 173-188
- PISA. (2009). *Programme for International Student Assessment, PISA 2006 Technical Report*, OECD
- Plog, S.C. (1974). Why Destination Areas Rise and Fall in Popularity. *Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly*, 4, pp. 55-58.
- Plog, S.C. (2001). Why Destination Areas Rise and Fall in Popularity. An Update of a Cornell Quarterly Classic. *Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly*. pp. 13-24.
- Sandhu, D.S. (1994). An examination of the psychological needs of the international students: Implications for counselling and psychotherapy. *International Journal for the Advancement of Counselling*, 17: 229-239
- Statistics Sweden (2012). International mobility in higher education from a Swedish perspective 2010/2011. *Statistiska Centralbyrån*. ISSN 1654-3424. Stockholm
- Streitwieser, B.T. (2012). Editorial. *Research in Comparative & International Education*, 1, pp.1-4
- Streitwieser B.T., Le E., & Rust V. (2012). Research on Study Abroad, Mobility, and Student Exchange in Comparative Education Scholarship. *Research in Comparative & International Education*, 1, pp.5-19
- Teichler, U. (2004). Temporary study abroad: the life of Erasmus students, *European Journal of Education*, 39, pp. 395-408
- Teichler, U. (2002). Erasmus in the Socrates Programme. Findings of an Evaluation study. Bonn, Lemmens
- Teichler, U. (1999). Internationalisation as a Challenge for Higher Education in Europe. *Tertiary Education and Management*, 5, pp. 5-23
- Times Higher Education Supplement, 21 October 2005, published on Internet www.timeshighereducation.co.uk
- The Swedish International Programme Office for Education and Training, (2002). *Sveriges deltagande i Erasmus* (Participation of Swedish students in the Erasmus Programme), 7, Stockholm
- The Swedish International Programme Office for Education and Training, (2008). A study conducted by Sifo Research International, published on an Internet website www.programkontoret.se
- Thissen, L., & Ederveen, S. (2006). *Higher Education: Time for coordination on a European level?* Discussion Paper, No 68 (CPB Netherlands Bureau for Economic Policy Analysis).
- Waters, J. & Brooks, R. (2010). 'Vive la Difference?': The 'International' Experience of UK Students Overseas. *Population, Space and Place*, published online in Wiley InterScience (www.interscience.wiley.com)
- Wiers-Jenssen, J. (2008). Does Higher Education Attained Abroad Lead to International Jobs? *Journal of Studies in International Education*, No. 2, pp. 101-130

Recensões bibliográficas

A recensão bibliográfica intitulada “Desigualdade regional na Península Ibérica. Ensaio Bibliográfico”, da autoria de Carlos Manuel Faísca, foi publicada no presente número 3 da **História – Revista da FLUP** sem se fazer acompanhar das respetivas notas de rodapé. Neste sentido, pretendemos corrigir esse erro tipográfico, reeditando o texto do autor com as notas convertidas em notas de fim. Saliente-se que, por imperativos da paginação já atribuída, duas páginas do documento não se encontram numeradas.

Desigualdade regional na Península Ibérica. Ensaio Bibliográfico.

Artigos discutidos neste ensaio:

Maria Eugénia Mata, “As bees attracted to honey Transport and job mobility in Portugal, 1890–1950”, *Journal of Transport History* (vol. 29, nº2, 2008), 173-192.

Luís Espinha da Silveira; Daniel Alves; Nuno Miguel Lima; Josep Puig-Farré, “Caminho de ferro, População e Desigualdades Territoriais em Portugal, 1801-1930”, *Ler História* (nº 61, 2011), 7-37.

Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”, *Revista de Historia Económica / Journal of Iberian and Latin American Economic History* (vol. 30, nº2, 2012), 225-244.

Daniel Tirado; Marc Badia-Miró, “Economic integration and regional inequality in Iberia (1900-2000): a geographical approach”, *Working Papers in Economic History, Universidad Carlos III, Departamento de Historia Económica e Instituciones* (nº 12-03, 2012), 1-29 (disponível em http://e-archivo.uc3m.es/bitstream/10016/13688/1/wp_12-03.pdf - consultado em 30/11/2012).

A Economia está profundamente marcada por desigualdades. São disso exemplos, quer a desigualdade económica social que atinge indivíduos que partilham um espaço comum, quer a desigualdade económica espacial cujas consequências se materializam na existência de diferentes espaços geográficos com economias em distintos estados de desenvolvimento. Compreende-se então que um dos principais temas da História Económica seja precisamente a aferição dos motivos por detrás destas desigualdades e, ao mesmo tempo, a demonstração dos possíveis caminhos que estiveram à disposição de cada economia, sobretudo aqueles que poderiam ter levado a que as economias menos desenvolvidas tivessem obtido um maior sucesso. É por esta razão que se continuam a analisar constantemente as causas pelas quais algumas partes do mundo, alguns países ou, inclusivamente, algumas regiões se desenvolveram e outras permaneceram mais atrasadas¹.

A Península Ibérica, através da análise das economias dos seus dois estados, isto é, Portugal e Espanha, conta com diversos estudos não só sobre os períodos da sua divergência em relação às economias mais desenvolvidas, mas também sobre os de convergência². No entanto, até há bem pouco tempo escasseavam os trabalhos de âmbito mais regional, ou seja, a investigação da desigualdade regional dentro de cada uma destas economias e, sobretudo, a explicação das suas causas.

Ora, os quatro artigos que aqui se discutem vêm precisamente colmatar esta lacuna, já que cada um deles incide na temática da desigualdade regional, seja analisando desigualdades demográficas³, seja determinando a distribuição espacial do setor indus-

trial⁴ ou aferindo a desigualdade de rendimento *per capita*, medido, em ambos os casos, através do PIB *per capita*⁵.

O assunto torna-se especialmente pertinente tanto pela sua relativa originalidade no campo da Historiografia Económica nacional e ibérica, como porque à desigualdade económica regional da Península Ibérica – e de outros países Mediterrânicos – está também associado um processo de desertificação física e humana das regiões do interior, que tem recebido bastante atenção por parte da “opinião pública”⁶. Por outro lado, tem sido reconhecida a fulcral importância da análise histórica no desenvolvimento económico regional⁷.

Todos estes trabalhos acabam por ter âmbitos cronológicos relativamente coincidentes, que se situam nos últimos cento e cinquenta a duzentos anos, com o início da industrialização do espaço português⁸, estendendo-se, já com um âmbito mais ibérico, até ao final do século XX⁹. Neste aspeto, apenas Silveira recua ao início do século XIX¹⁰ como forma de observar as dinâmicas populacionais antes da abertura da primeira ferrovia portuguesa¹¹.

Independentemente do seu sucesso ou insucesso relativo, que aliás, como seria de esperar, variou consoante as épocas, foi precisamente durante este último século e meio que, quer a economia portuguesa, quer a espanhola, conheceram o impacto do “crescimento económico moderno”. Ou seja, para além das implicações deste nas estruturas demográficas, na produtividade e no rendimento *per capita*, entre outros aspetos, as economias portuguesa e espanhola, embora tardiamente pelos padrões europeus, conheceram uma transição estrutural no sentido da sua industrialização e urbanização¹². Foi também neste período que se foram formando os espaços económicos nacionais, com a integração dos diversos mercados regionais num único mercado nacional¹³, bem como se assistiu à inclusão das economias ibéricas no movimento da “primeira globalização”¹⁴. Assim, as diversas regiões passaram a estar muito mais dependentes e interligadas entre si, mas também com os espaços económicos internacionais, não obstante o forte protecionismo que ambas as economias conheceram, à semelhança das demais economias “ocidentais”, sobretudo entre as duas guerras mundiais¹⁵ e estendendo-se, na Península Ibérica, aos anos de 1950¹⁶. Tratou-se, portanto, de um período sujeito a fortes transformações económicas cujas repercussões regionais estavam, em grande medida, até agora, por avaliar.

Antes de uma análise mais detalhada, é obrigatório referir que os quatro trabalhos apresentam, de uma forma geral, uma concordância de conclusões. Assim, a distribuição desigual das populações era algo, aparentemente, já presente em meados do século XIX¹⁷. Contudo, devido ao processo de crescente integração dos mercados nacionais, onde o efeito causal do desenvolvimento de uma rede de transportes terrestres foi assinalável, existiu uma tendência de agravamento da desigualdade, não só das dinâmicas populacionais, mas também da localização da indústria, do produto industrial e do produto económico no sentido da litoralização da Península Ibérica¹⁸. Esta tendência apenas se atenuou de forma ligeira na primeira fase da integração total das economias ibéricas no espaço europeu¹⁹.

Outro aspeto comum a assinalar é o paralelismo com que estes processos se desenvolveram em Espanha e em Portugal, não tendo as fronteiras políticas desempenha-

do um papel relevante neste processo, pelo que atualmente se assiste a um padrão comum de desigualdade: as regiões do interior e, sobretudo, as regiões do interior sul são as mais pobres e despovoadas, enquanto é nas regiões costeiras, com a exceção de Madrid, que se concentra o grosso da atividade económica e da concentração das populações. Aliás, as regiões portuguesas e espanholas desta “periferia peninsular” partilham, frequentemente, o espaço fronteiriço entre si. É o caso, por exemplo, do Alentejo e da Beira Baixa com a Extremadura e a Andaluzia, ou de Trás-os-Montes com Castela e Leão. Parece então que, tal como assinalou Krugman²⁰, as grandes regiões têm um significado económico maior do que os estados-nação, moldados por fronteiras políticas.

Para além de conclusões semelhantes, os diversos autores convergem, de uma forma geral, em justificações análogas, que se encaixam nos modelos desenvolvidos por Krugman sobre economia geográfica²¹, como aliás os próprios autores reconhecem²². A formação de economias de aglomeração nas regiões litorais através de um forte padrão de especialização regional – parece ter existido, nas regiões do litoral, uma especialização nos setores industriais mais produtivos²³ –, potenciadas sobretudo pela queda dos custos de transporte, parece ser a chave deste problema²⁴. Estas economias de aglomeração situadas no litoral ibérico em torno de um conjunto reduzido de zonas urbanas, tornaram aquelas regiões ainda mais produtivas e geradoras de maiores rendimentos e, conseqüentemente, mais atrativas para a fixação de indústrias, bem como de populações em busca de melhores oportunidades de emprego e de melhores condições económicas de bem-estar. Simultaneamente, com a aglomeração de indústrias e mão-de-obra nessas regiões, formou-se um círculo virtuoso (ou vicioso?) cujas conseqüências foram, precisamente, o aparecimento de grandes zonas urbanas rodeadas de áreas rurais que sofreram uma enorme migração das suas populações para as cidades. Esta ideia é aliás reforçada quando, no caso português, são analisadas as migrações internas, concluindo-se que os principais centros urbanos do litoral e, dentro destes, as cidades de Lisboa e Porto, concentraram a maioria das populações migrantes²⁵.

Embora abordando temáticas análogas e recorrendo, por vezes, aos mesmos métodos, existem algumas particularidades em cada um destes trabalhos que devem ser salientadas. Assim, se dois deles²⁶ partem de problemas semelhantes – a análise da evolução do PIB *per capita* regional –, residindo a principal diferença na amplitude geográfica do objeto de estudo (o espaço português no primeiro caso e o conjunto peninsular no segundo), e utilizam essencialmente os mesmos métodos – a análise cliométrica a partir da construção de uma estimativa do PIB regional –, os outros artigos oferecem algumas diferenças mais substanciais. Desde logo, Eugénia Mata²⁷ abraça um problema diferente, o impacto do desenvolvimento dos transportes na localização da indústria portuguesa, embora recorra também à análise cliométrica, neste caso através de uma base de dados com a distribuição do emprego industrial português²⁸.

Neste panorama, talvez o artigo de Silveira²⁹ se apresente como o mais distinto relativamente ao método utilizado. Estes autores, cujo texto se situa no âmbito da História Espacial, recorrem a um Sistema de Informação Geográfica (SIG) para procurar aferir as repercussões do acesso ao caminho de ferro na evolução da população, das cidades e das migrações internas em Portugal continental, numa perspetiva regional. Ao que tudo indica, a ligação de uma base de dados ao SIG possibilitou que se ultrapassassem

os problemas decorrentes da existência de descontinuidades históricas administrativas na reconstrução de unidades territoriais que assim se tornaram historicamente comparáveis. Este problema também se colocou a Tirado e Badia-Miró³⁰, quando estes procuraram transferir o PIB das atuais NUTS³¹ III portuguesas para os extintos distritos administrativos, tendo os autores simplesmente distribuído o PIB de cada NUTS III pelos seus municípios de acordo com a população destes para, posteriormente, o recolocarem no distrito em que cada um desses municípios se localizou. No entanto, este método, ao repartir o PIB regional exclusivamente de acordo com a respetiva população de cada município, acaba por implicitamente considerar que o PIB *per capita* de todos os municípios de uma NUTS III seria igual, o que pode ser considerado um pouco incongruente num estudo que assinala precisamente a existência de diferenças de PIB *per capita* em espaços geográficos relativamente reduzidos.

Nos dois artigos com uma cronologia mais recuada³², que abrangem grande parte ou a totalidade do século XIX e terminam em meados do século XX, encontramos uma análise mais pormenorizada do impacto que o desenvolvimento dos transportes e, especialmente, que os caminhos de ferro terão tido na dinâmica populacional e na localização industrial portuguesa. Embora a construção de uma rede ferroviária tenha, de uma forma geral, contribuído para o desenvolvimento populacional das freguesias e concelhos que beneficiaram com esta acessibilidade, este padrão não se aplicou a todos os casos³³. Justamente em algumas regiões do interior, especialmente no Norte de Portugal, o efeito foi precisamente o contrário. Ou seja, a maior mobilidade permitiu que as populações migrassem para os principais centros económicos portugueses onde, como demonstra Eugénia Mata³⁴, podiam obter com maior facilidade emprego nos setores mais produtivos da economia portuguesa, como era o caso do sector industrial. Por outro lado, a construção da rede ferroviária obedeceu, com algumas exceções por motivos de ligação internacional ao país vizinho, à lógica populacional pré-existente, já marcada por uma certa dicotomia interior/litoral, tendo contribuído para o seu agravamento. Existiu então, com o desenvolvimento dos transportes, um processo de transferência de populações do interior para o litoral³⁵, tendo deslocalizado grande parte da indústria no mesmo sentido³⁶.

Este último fator torna-se particularmente significativo se atendermos ao facto que a localização industrial é um dos parâmetros mais importantes para o desenvolvimento económico e responsável pela fixação de populações, devido à especial capacidade dinamizadora do conjunto da economia que supõe uma atividade deste tipo. É, portanto, bastante comum identificar-se industrialização com desenvolvimento económico e carência de indústria com atraso. Assim, com poucas exceções, não existem países ou regiões desenvolvidos que não se destaquem pela dimensão e produtividade do seu setor industrial³⁷.

Os restantes dois artigos³⁸ completam este quadro em termos cronológicos, já que a sua análise se situa essencialmente no século XX, estendendo-se até ao final da centúria de novecentos. Completam também o quadro da desigualdade, reforçando as ideias anteriores, ou seja, o aumento da desigualdade regional, agora medida, em ambos os casos, em termos do PIB *per capita* de cada região. Contudo, este crescimento da desigualdade de rendimento, ao longo do século XX, não foi constante, tendo conhecido

um ligeiro abrandamento durante a consolidação do espaço económico nacional e o início da abertura europeia³⁹, nas décadas de 1970 e 1980, devido principalmente à expansão do setor dos serviços⁴⁰, pelo menos na economia portuguesa. Assim, esta evolução pode ser representada graficamente como um “U” invertido⁴¹.

Por último, é assinalado que este padrão de desigualdade, crescente numa primeira fase e que posteriormente se atenua, não é um fenómeno estritamente ibérico, pois foi identificado para várias regiões europeias⁴². Existiu, todavia, um hiato temporal entre a desigualdade regional ibérica e a desigualdade regional europeia. Este é explicado, para o caso português, com o intervalo relativamente coincidente entre o surgimento na economia portuguesa das causas já referenciadas, e que fomentaram esta evolução, e o mesmo processo nas economias europeias.

Embora todos estes estudos tenham apontado para causas e consequências semelhantes, num exemplo de grande concordância académica, este assunto está, naturalmente, muito longe de se esgotar. Aliás, um dos artigos⁴³ termina precisamente com uma enumeração das questões pertinentes que agora se levantam perante o cenário descrito. Desde logo, é necessário um estudo mais aprofundado que permita compreender qual o peso relativo das dotações de cada região, sobretudo em termos de capital físico e humano disponível, e dos já descritos efeitos que os mercados tiveram na formação de todas estas desigualdades.

Contudo, na minha opinião, seria também interessante cruzar as diversas políticas económicas seguidas em Portugal e Espanha, ao longo destes quase duzentos anos, com os padrões, aparentemente bem vinculados, de desigualdade regional. Concretamente, perante a ausência de assimetrias no padrão de desigualdade das economias regionais destes dois estados, parece ser bastante pertinente compreender se, em primeiro lugar, foram seguidas políticas económicas semelhantes com resultados também eles iguais ou se, por outro lado, a opção por políticas económicas divergentes acabou por ter consequências idênticas. Este exercício poderia levar a um maior conhecimento do papel da política económica no processo de litoralização ibérica e, sobretudo, permitir compreender se com uma política económica diferente teria sido (ou será) possível inverter esta situação (caso isso seja realmente desejável), ou se ela se apresenta como uma inevitabilidade do crescimento económico moderno, com a qual temos de lidar. Por outro lado, a existência, em Espanha, de uma região de interior com uma elevada densidade populacional e PIB *per capita*, Madrid – uma exceção que Badia-Miró, Guilera e Lains talvez pudessem ter explorado mais exaustivamente⁴⁴ –, sugere que determinadas políticas podem ter como consequência a criação de regiões economicamente desenvolvidas longe do litoral, bem como as menores desigualdades regionais verificadas em outros países europeus como, por exemplo, França.

Esta problemática é brevemente abordada por Miró, Guilera e Lains⁴⁵, quando procuram compreender, de uma forma mais minuciosa, as causas da desigualdade. Ora, segundo aqueles autores, esta deveu-se, em Portugal, à especialização de determinadas regiões em indústrias e/ou setores menos produtivos ou, por outro lado, a reduzidos níveis de produtividade em regiões cujas especializações produtivas coincidiram com os setores de maior sucesso económico. Assim, as soluções apontadas são relativamente

óbvias, isto é, a promoção de uma alteração estrutural no primeiro caso, e o aumento da produtividade no segundo.

Sabe-se, porém, que as políticas relativas ao comércio internacional foram cronologicamente semelhantes nos dois estados, desde as últimas décadas do século XIX – protecionismo até finais dos anos de 1950, seguido de uma maior abertura até à atualidade⁴⁶ –, sem que aparentemente estas mudanças tenham alterado a evolução dos padrões de desigualdade. Sobre este aspeto, é argumentado que a abertura aos mercados internacionais favorece a desigualdade regional nos primeiros estádios da industrialização, a que se segue uma quebra na desigualdade devido ao crescimento dos custos de congestionamento⁴⁷. No entanto, a desigualdade continuou a crescer mesmo nos períodos de maior autarcia, não se aludindo se teoricamente tal seria ou não expectável. O que significa que o impacto da desintegração económica internacional talvez fosse mecedor de um maior aprofundamento. Acresce ainda que existe, neste ponto, alguma divergência sobre a forma como a desigualdade evoluiu nas décadas de 1940 e 1950, marcadas pela autarcia na Península Ibérica, já que um dos artigos aponta para o seu decréscimo⁴⁸, enquanto outro refere o processo do seu crescimento contínuo⁴⁹.

Por último, existindo unanimidade na quebra da desigualdade regional nas últimas duas décadas do século XX, seria pertinente tentar compreender porque é que, ainda assim, nas regiões do interior o processo de desertificação humana, em termos relativos e absolutos, manteve a sua marcha até agora imparável.

Carlos Manuel Fáisca (ICS/UL)

¹ Santiago Zapata Blanco, “Corcho extremeño y andaluz, taponos gerundenses”, *Revista de Historia Industrial* (nº 10, 1996), 38.

² Veja-se, por exemplo, Jordi Nadal, *El fracasso de la Revolución Industrial en España*. (Barcelona: Ariel, 1982); Jaime Reis, *O atraso económico português em perspectiva histórica: estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX, 1850-1930*. (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993); Luciano Amaral, “Convergência e crescimento económico em Portugal no pós-guerra”, *Análise Social* (vol. 33, nº 148, 1998), 741-776; Pedro Lains, *Os progressos do atraso: uma nova História Económica de Portugal, 1842-1942*. (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003); José Maria Serrano Sanz; Eva Pardos, “Los años de crecimiento del Franquismo (1959-1975)” in *História Económica de España: siglos X-XX*, ed. Francisco Comín; Mauro Hernández; Enrique Llopis (Barcelona: Crítica, 2005).

³ Luís Espinha da Silveira; Daniel Alves; Nuno Miguel Lima; Josep Puig-Farré, “Caminho de ferro, População e Desigualdades Territoriais em Portugal, 1801-1930”, *Ler História* (nº 61, 2011), 7-37.

⁴ Maria Eugénia Mata, “As bees attracted to honey Transport and job mobility in Portugal, 1890-1950”, *Journal of Transport History* (vol. 29, nº2, 2008), 173-192.

⁵ Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”, *Revista de Historia Económica / Journal of Iberian and Latin American Economic History* (vol. 30, nº2, 2012), 225-244; Daniel Tirado; Marc Badia-Miró, “Economic integration and regional inequality in Iberia (1900-2000): a geographical approach”, *Working Papers in Economic History, Universidad Carlos III, Departamento de Historia Económica e Instituciones* (nº 12-03, 2012), 1-29 (disponível em http://e-archivo.uc3m.es/bitstream/10016/13688/1/wp_12-03.pdf - consultado em 30/11/2012).

⁶ Bruno Miguel Almeida Neves, “A percepção do termo desertificação na comunicação social, na política e na sociedade em geral, em Portugal” (Diss. Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2010).

-
- ⁷ Ron Martin; Peter Sunley, “Paul Krugman’s Geographical Economics and Its Implications for Regional Development Theory: A Critical Assessment”, *Economic Geography* (vol. 72, nº 3, 1996), 259-292.
- ⁸ Maria Eugénia Mata, “As bees attracted to honey Transport and job mobility in Portugal, 1890–1950”; Luís Espinha da Silveira; Daniel Alves; Nuno Miguel Lima; Josep Puig-Farré, “Caminho de ferro, População e Desigualdades Territoriais em Portugal, 1801-1930”.
- ⁹ Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”; Daniel Tirado; Marc Badia-Miró, “Economic integration and regional inequality in Iberia (1900-2000): a geographical approach”.
- ¹⁰ Luís Espinha da Silveira; Daniel Alves; Nuno Miguel Lima; Josep Puig-Farré, “Caminho de ferro, População e Desigualdades Territoriais em Portugal, 1801-1930”.
- ¹¹ *Ibidem*, 8.
- ¹² Pedro Lains, *Os progressos do atraso: uma nova História Económica de Portugal, 1842-1942*; José Maria Serrano Sanz; Eva Pardos, “Los años de crecimiento del Franquismo (1959-1975)”, 378-379.
- ¹³ Daniel Tirado; Marc Badia-Miró, “Economic integration and regional inequality in Iberia (1900-2000): a geographical approach”, 6-7.
- ¹⁴ Kevin O’Rourke; Jeffrey Williamson, *Globalization and history: the evolution of a nineteenth-century Atlantic economy* (Cambridge, Mass.: MIT Press, 1999).
- ¹⁵ Stephen Broadberry; Kevin O’Rourke, *The Cambridge economic history of modern Europe*, (New York: Cambridge University Press, 2010), 6-29.
- ¹⁶ Pedro Lains, *Os progressos do atraso: uma nova História Económica de Portugal, 1842-1942*, 170-183; José Maria Serrano Sanz; Eva Pardos, “Los años de crecimiento del Franquismo (1959-1975)”, 369.
- ¹⁷ Luís Espinha da Silveira; Daniel Alves; Nuno Miguel Lima; Josep Puig-Farré, “Caminho de ferro, População e Desigualdades Territoriais em Portugal, 1801-1930”, 8.
- ¹⁸ Maria Eugénia Mata, “As bees attracted to honey Transport and job mobility in Portugal, 1890–1950”; Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”; Daniel Tirado; Marc Badia-Miró, “Economic integration and regional inequality in Iberia (1900-2000): a geographical approach”.
- ¹⁹ Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”, 226; Daniel Tirado; Marc Badia-Miró, “Economic integration and regional inequality in Iberia (1900-2000): a geographical approach”, 10.
- ²⁰ Paul Krugman, “The current case for industrial policy” in *Protectionism and world welfare*, ed. Dominick Salvatore (Cambridge: Cambridge University Press, 1993), 160-179.
- ²¹ Ron Martin; Peter Sunley, “Paul Krugman’s Geographical Economics and Its Implications for Regional Development Theory: A Critical Assessment”.
- ²² Maria Eugénia Mata, “As bees attracted to honey Transport and job mobility in Portugal, 1890–1950”, 188; Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”, 227.
- ²³ Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”, 232-236.
- ²⁴ Maria Eugénia Mata, “As bees attracted to honey Transport and job mobility in Portugal, 1890–1950”, 177; Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”, 237.
- ²⁵ Luís Espinha da Silveira; Daniel Alves; Nuno Miguel Lima; Josep Puig-Farré, “Caminho de ferro, População e Desigualdades Territoriais em Portugal, 1801-1930”, 31.
- ²⁶ Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”; Daniel Tirado; Marc Badia-Miró, “Economic integration and regional inequality in Iberia (1900-2000): a geographical approach”.
- ²⁷ Maria Eugénia Mata, “As bees attracted to honey Transport and job mobility in Portugal, 1890–1950”.
- ²⁸ *Ibidem*, 173.
- ²⁹ Luís Espinha da Silveira; Daniel Alves; Nuno Miguel Lima; Josep Puig-Farré, “Caminho de ferro, População e Desigualdades Territoriais em Portugal, 1801-1930”.

-
- ³⁰ Daniel Tirado; Marc Badia-Miró, “Economic integration and regional inequality in Iberia (1900-2000): a geographical approach”.
- ³¹ NUTS é um acrónimo para Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas que designa as sub-regiões em que, para efeitos estatísticos, se divide o território português.
- ³² Maria Eugénia Mata, “As bees attracted to honey Transport and job mobility in Portugal, 1890–1950”; Luís Espinha da Silveira; Daniel Alves; Nuno Miguel Lima; Josep Puig-Farré, “Caminho de ferro, População e Desigualdades Territoriais em Portugal, 1801-1930”.
- ³³ Luís Espinha da Silveira; Daniel Alves; Nuno Miguel Lima; Josep Puig-Farré, “Caminho de ferro, População e Desigualdades Territoriais em Portugal, 1801-1930”, 15-21.
- ³⁴ Maria Eugénia Mata, “As bees attracted to honey Transport and job mobility in Portugal, 1890–1950”.
- ³⁵ Luís Espinha da Silveira; Daniel Alves; Nuno Miguel Lima; Josep Puig-Farré, “Caminho de ferro, População e Desigualdades Territoriais em Portugal, 1801-1930”.
- ³⁶ Maria Eugénia Mata, “As bees attracted to honey Transport and job mobility in Portugal, 1890–1950”.
- ³⁷ Santiago Zapata Blanco, “Corcho extremeño y andaluz, tapones gerundenses”, 37.
- ³⁸ Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”; Daniel Tirado; Marc Badia-Miró, “Economic integration and regional inequality in Iberia (1900-2000): a geographical approach”.
- ³⁹ Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”, 226; Daniel Tirado; Marc Badia-Miró, “Economic integration and regional inequality in Iberia (1900-2000): a geographical approach”, 4.
- ⁴⁰ Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”, 237.
- ⁴¹ Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”, 226; Daniel Tirado; Marc Badia-Miró, “Economic integration and regional inequality in Iberia (1900-2000): a geographical approach”, 4.
- ⁴² Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”, 227.
- ⁴³ Daniel Tirado; Marc Badia-Miró, “Economic integration and regional inequality in Iberia (1900-2000): a geographical approach”, 20-21.
- ⁴⁴ Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”.
- ⁴⁵ *Ibidem*, 235-236.
- ⁴⁶ Pedro Lains, *Os progressos do atraso: uma nova História Económica de Portugal, 1842-1942*, 169-170; Francisco Comín; Mauro Hernández; Henrike Llopis, *História Económica de Espanha: siglos X-XX* (Barcelona: Crítica, 2005).
- ⁴⁷ Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”, 227.
- ⁴⁸ Daniel Tirado; Marc Badia-Miró, “Economic integration and regional inequality in Iberia (1900-2000): a geographical approach”, 10.
- ⁴⁹ Marc Badia-Miró; Jordi Guilera; Pedro Lains, “Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980”, 232.

Maria Celeste Natário, Maria Luísa Malato e Delfin Caseiro Nogueiras (pref.), *Teixeira de Pascoaes Vicente Risco (Epistolário)*. (Ourense: Fundación Vicente Risco, 2012 (233 páginas, 10 €).

Em 2012, foi publicado o livro *Teixeira de Pascoaes Vicente Risco (Epistolário)* pela Fundación Vicente Risco, instituição cultural, sediada em Ourense, na região onde nasceu e morreu Vicente Martínez Risco y Agüero (1884-1963). Este intelectual, considerado o «intérprete supremo» do nacionalismo galego¹ é autor de várias obras de referência do galeguismo e da cultura galega como *Teoría do nazionalismo galego* (1918), *O Porco de Pé* (1928) e *El problema político de Galicia* (1930).

O livro em análise constitui mais um contributo para o aprofundamento do conhecimento sobre a vida e o pensamento de Risco, que se destacou na *Irmandade da Fala* e no grupo *Nós*. Estes movimentos culturais tiveram uma forte ligação com Portugal e com os intelectuais portugueses. Especialmente com os que reuniram no norte do país, em torno da revista *A Águia* e do movimento *Renascença Portuguesa*, mas também com o grupo *Seara Nova*, em Lisboa². Esta compilação de cartas contribui para um maior conhecimento do escritor português Teixeira de Pascoaes (1877-1952). Figura controversa e sobejamente estudada, mas que ainda suscita interesse e levanta polémicas entre os seus estudiosos, tal como Risco. Para além disso, o epistolário permite conhecer o relacionamento entre os dois intelectuais. Segundo Eloísa Alvarez, estes intelectuais inauguram o início da correspondência trocada entre Pascoaes e dezenas de intelectuais galegos, durante três décadas.³ A ligação intelectual entre Pascoaes e os intelectuais ibéricos, deve ser entendida pela afinidade política, pelos ideais dos nacionalismos em Espanha. Sendo que, tal como considera Manuel Ferreira Patrício, Pascoaes era «um nacionalista português intransigente» e, portanto, «É, aliás, à luz dos seus mais lídimos sentimentos políticos que se pode entender a sua simpatia para com a Catalunha e para com a Galiza»⁴. A afinidade de Pascoaes com a(s) cultura(s) espanhola(s) revela-se no *Epistolário Ibérico. Cartas de Unamuno e Pascoaes*, publicado em 1986, pela Assírio & Alvim, em Lisboa. Sobre este tema, em 2002, é dado à estampa o profundo estudo de J. M. de Barros Dias, intitulado *Miguel de Unamuno e Teixeira de Pascoaes. Compromissos plenos para a educação dos povos peninsulares*, que analisa as relações entre os dois escritores no contexto ibérico.

O epistolário de Pascoaes e de Risco contou com a participação de Maria Luísa Malato e Maria Celeste Natário (docentes da Universidade do Porto) e com a colaboração de Delfin Caseiro Nogueiras (Catedrático de Língua Galega). Neste âmbito, de cada margem do rio Minho, leram-se as cartas trocadas entre Pascoaes e Risco, e realizaram-

¹ Francisco Bobillo, *Nacionalismo gallego. La ideologia de Vicente Risco* (Madrid, 1981), 10.

² António Ventura, *Estudos Sobre História e Cultura Contemporânea em Portugal* (Lisboa: Caleidoscópico/Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004), 149-173.

³ Eloísa Alvarez, “Risco (Vicente)” in *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*. vol. 25, (Lisboa/São Paulo: Edição Século XXI, 2002), c. 645.

⁴ J. M. de Barros Dias, *Miguel de Unamuno e Teixeira de Pascoaes. Compromissos plenos para a educação dos povos peninsulares* (Lisboa: INCM, 2002), p. 10

se os respectivos estudos introdutórios, assim como a transcrição das cartas, sendo também apresentados os textos originais. Desta forma, permite ao leitor viajar até à intimidade da escrita entre dois escritores, que sentiram uma grande afinidade e que acabaram por desenvolver uma forte amizade, que ficou plasmada nas epístolas. Embora as cartas não contenham assuntos pessoais, e portanto não permitam aceder à esfera da vida privada, é certo que vamos ao encontro das ideias trocadas entre dois intelectuais, que viviam em duas regiões periféricas da Península Ibérica, no período conturbado de entre guerras. Se por um lado, na Galiza se vivia o projecto nacionalista, por outro lado, em Portugal, os intelectuais envolviam-se na construção da I República (1910-1926), cujo regime se revelaria instável, marcado pelas sucessivas crises políticas e sociais, e cujas divergências se agudizam com a I Guerra Mundial (1914-1918), devido à participação nos campos de batalha. Contudo, durante o período republicano existiu uma intensa actividade cultural, onde nasceram vários movimentos como: *Renascença Portuguesa* (1912), o *Integralismo Lusitano* (1914), *Orfeu* (1915) e *Seara Nova* (1921).

As primeiras décadas do século XX foram um período de actividade cultural intensa. Nesse contexto, os intelectuais também se destacaram pelas acções cívicas e políticas desenvolvidas. Durante esta fase, as relações entre os intelectuais do noroeste peninsular intensificaram-se, sobretudo a partir de 1918. De acordo com Pilar Vazquez Cuesta, a partir desse ano, os colaboradores d' *A Águia*, participaram com frequência em publicações literárias como *A Nosa Terra*, *Nós*, *Ronsel* e *Alfar*.⁵ Contudo, as colaborações assistiram a vários constrangimentos advindos do contexto político ibérico. Por um lado, em Portugal ocorre o 28 de Maio de 1926, que trouxe a Ditadura Militar para o poder, por outro lado, em Espanha é proclamada a II República (1931). Desta feita, as relações políticas entre ambos os países alteram-se e as relações culturais contraem-se.

O livro em recensão, escrito em português e em galego, tenta recrear o diálogo entre os dois escritores, contudo, segundo Maria Luísa Malato e Maria Celeste Natário, a correspondência publicada não está completa, faltam documentos, por isso não é possível fazer a leitura dessa forma (p.19). Todavia, o corpus documental produzido entre 1920 e 1927, durante os *loucos anos 20* europeus, permite conhecer a relação dos dois importantes e polémicos intelectuais, que se admiraram mutuamente, deram a conhecer o trabalho um ao outro, trocaram impressões sobre os seus livros e os de outros autores, comentaram, sobretudo, assuntos relativos à vida intelectual da época, que pode ser útil a quem estuda a história social da cultura.

Através deste epistolário é possível conhecer a afinidade que Pascoaes sentia pela Galiza, que para ele tinha como símbolo máximo, Rosália de Castro, que segundo o poeta: «Rosália é uma poetisa assombrosa! A maior depois de Sapho! Morro por ela!» (p. 153). Para além disso, demonstrou um grande interesse pelo movimento nacionalista galego, que para ele estava intimamente relacionado com a *Saudade*, pois representava «o renascimento da *Alma galega*, irmã gémea da Alma lusitana. Falar da Galiza é falar de Portugal. A Saudade é a Virgem tutelar das nossas Pátrias irmãs.» (p. 143).

⁵ Pilar Vazquez Cuesta, “A Correspondência de Vicente Risco com Teixeira de Pascoaes”, *Grial* (Tomo 22, n.º 86, 1984), 459.cidade; editora

As cartas trocadas entre Pascoaes e Risco revelam as afinidades, entre dois homens que viveram longe das grandes cidades, com forte ligação à natureza e à ruralidade, que defenderam a tradição, e os valores da pátria e do nacionalismo, assim como a metafísica e o universo da crença religiosa, que ultrapassava as concepções do catolicismo. É importante salientar que esta correspondência foi trocada durante a fase nacionalista do galeguismo (1916-1923), primeiro período das *Irmandades da Fala*, e da actividade do *Seminário de Estudos Galegos*.

De acordo com Delfín Caseiro Nogueiras: «As cartas entre Risco e Teixeira de Pascoaes son valiosos documentos que iluminam os cantos das súas almas creativas e delicadas e que axudan a interpretar as claves profundas dun tempo extraordinário de entusiasmo e fantasia, da “cobiza do lonxe” » (pp. 53-54). De facto, era um momento de mudança, de formulação de esperanças e de projectos futuros. Tal como disse Pascoaes, depois de ler o *Evangelho Galego*: «É o sonho galego cristalizado em formas de acessível realidade: (...). O caminho está aberto. Agora é seguir por ele, marchar para a frente, para o Futuro, onde eu também já descubro a bela Pátria galega, irmã de Portugal; irmã e avó!» (p.157).

A ligação entre Risco e Pascoaes prolonga-se até à morte do poeta do Marão. A 14 de Dezembro de 1952, Risco publicou uma homenagem, na qual afirmou: «Galicia lo há llorado como suyo y no ha hecho de más, pues le debe la revelación de “saudade”, en cifra el sentido profundo de nuestra intimidad poética»⁶

Teixeira de Pascoaes Vicente Risco (Epistolário). É um trabalho de grande mérito, que será do maior interesse para o público em geral, e é um valioso instrumento de trabalho para os investigadores no âmbito da História da Cultura, História da Ideias, História social das Ideias e História dos Intelectuais.

As cartas são fontes fundamentais para conhecer as relações (culturais, políticas e sociais), a circulação das ideias e de livros, as fragilidades e os desafios do universo editorial, em particular, e do campo cultural, em geral. A leitura destas cartas permitirão ao leitor chegar a várias conclusões, mas certamente o impulsará a aprofundar a reflexão sobre os intelectuais e as ideias do início do século XX. Sendo que nesta obra se revela, num primeiro plano, de forma mais evidente, a importância da cultura portuguesa na Galiza, concretamente o *Saudosismo* de Pascoaes, e a recepção do nacionalismo galego em Pascoaes, assim como o aprofundamento da cultura galega do poeta saudosista, através de Risco.

Apesar das cartas em análise serem informais, e portanto não serem íntimas (como referimos anteriormente), permitem traçar as redes sociais entre os intelectuais da época, assim como aprofundar o conhecimento sobre as relações culturais e as afinidades intelectuais entre Galiza e Portugal⁷. Aliás, a partir da figura de Pascoaes e do grupo que dirigiu até 1917, a *Renascença Portuguesa*, já se realizaram vários estudos, dos quais

⁶Eloísa Alvarez e Isaac Alonso Estraviz, *Os Intelectuais galegos e Teixeira de Pascoaes* (Coruña: Edicions do Castro, 1999) p. 24.

⁷No universo epistolário e das relações entre os intelectuais galegos e portugueses, destaque-se «Santos Júnior e os Intelectuais Galegos. Epistolário», de Isaac Alonso Estraviz, em 2011, publicado na Galiza, pela Fundação Meendinho.

merecem destaque os contributos de: Ramón Piñeiro⁸, Pilar Vazquez Cuesta⁹, José Augusto Seabra¹⁰ de Xosé Ramón Freixeiro Mato¹¹, Eloísa Alvarez e Isaac Alonso Estraviz¹² e Elias J. Torres Feijó¹³.

O livro *Teixeira de Pascoaes Vicente Risco (Epistolário)* é um contributo para os estudos galaico-portugueses e luso-galaicos e pretende aproximar as duas culturas. Surpreendentemente, apesar da proximidade geográfica e do passado histórico comum, Galiza e Portugal têm desenvolvido poucas acções culturais conjuntas.

Eliana Brites Rosa*

⁸ Ramón Piñeiro, “Das Relacións Culturais Galego-Portuguesas”, *Nova Renascença* (N.º 8, [Porto]: Edições Nova Renascença, 1982), 327-330.

⁹ Pilar Vasquez Cuesta, “A Correspondência de Vicente Risco com Teixeira de Pascoaes”, *Grial*, (Tomo 22, n.º 86, 1984), 459.cidade; editora

¹⁰ José Augusto Seabra, “A Geração da «Renascença Portuguesa»” e a Revista «Nós”, *Nova Renascença* (n 27/28, vol. VII, [Porto]: Edições Nova Renascença, 1987) , 306-316; *Idem* , “Apostila: A Renascença Portuguesa e a Galiza”, (n.º 72/73, vol XIX, . [Porto]: Edições Nova Renascença, 1999), 413-415.

¹¹ Xosé Ramón Freixeiro Mato, “Unha visión das relacións culturais galego-portuguesas nos anos vinte a través da correspondência entre Teixeira de Pascoaes e Noriega Varela”, *Boletín Galego de Literatura* (n. 11, 1994), 71-98.

¹² Eloísa Alvarez e Isaac Alonso Estraviz, *Os Intelectuais galegos e Teixeira de Pascoaes* (Coruña: Edicions do Castro, 1999).

¹³ Elias J. Torres Feijó, “O Galeguismo e o Relacionamento Galego- Português nas Revistas da Época no Período d’A Águia”, *A Águia & a República. 100 Anos Depois*, dir, Celeste Natário; Renato Epifânio (Zéfiro: Sintra, 2010), 87-104.

* Doutoranda em História Contemporânea na Universidade de Santiago de Compostela e investigadora no Centro de Estudos do Pensamento Português da Universidade Católica Portuguesa. erosa@porto.ucp.pt

INSTITUTO MACUCO (Org). *Vala Clandestina de Perus: Desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da História Brasileira*. São Paulo: Ed. do Autor, 2012. (200 páginas, distribuição gratuita, disponível em <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJA21B014BPTBRIE.htm>)

Aberta em 1990, a Vala de Perus, localizada no Cemitério Dom Bosco na cidade de São Paulo, fora objeto de inspeção pública nos anos subsequentes, que buscou investigar a sua criação, utilização e despejo de corpos ilegal e clandestinamente, trazendo aos olhos públicos os crimes da ditadura por primeira vez. A reviravolta dada pelo encontro com 1049 ossadas em um buraco de 2,70 metros colocou o legislativo paulistano no banco dos réus e deu voz aos torturados e torturadores que depuseram sobre os crimes do Estado brasileiro.

O livro aqui resenhado, projeto apresentado à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, em uma chamada pública do Projeto Marcas da Memória, trata desse difícil encontro entre o direito, a história brasileira e (por que não?) a psicologia em seu aspecto analítico das vozes do trauma. Apesar de declarado em sua apresentação como um livro da História da Ditadura ou de seus (maus) feitos, acredito ser este um livro sobre a memória da violação aos direitos humanos cujo objetivo é propagá-la à população. Porque para aqueles que estudam a História do Passado Recente é sempre difícil limitar aquilo que é sua bibliografia histórica daquilo que pode ser considerado documento a ser analisado. E este livro é um livro de relatos de experiências na Comissão Parlamentar de Investigação (CPI) e de seus desenvolvimentos, portanto documento para a História.

“Vala Clandestina de Perus” é uma obra constituída por três apresentações, nove artigos, de autores diferentes envolvidos com a luta pelos direitos humanos e com a CPI-Desaparecidos Políticos, e anexos que trazem fotografias, relatórios da CPI e da Comissão Especial. Seu objetivo, repetido inúmeras vezes ao longo de seus textos, seria promover a reparação de violações de direitos do homem e reconciliar o Estado com o cidadão, reconhecendo a violência acometida naquela época. Assim, é claramente um produto do Estado para a sociedade, mas que fora pressionado por parte dela a promover audiências públicas, histórias orais, fomentos às iniciativas para a memória de seu passado recente e para publicações sobre o período da ditadura e da anistia brasileiras.

Por isso, nele misturam-se três vozes: uma oficial, marcada pelos políticos que gerenciaram as atividades referentes as Comissões de Direitos Humanos e de Anistia do país, uma segunda do Ministério Público e do judiciário brasileiro, que posicionou-se nas questões de abandono dos trabalhos do estado de São Paulo e julgou casos de violência estatal, e outra militante que traz a perspectiva da luta pelos direitos humanos e, principalmente, dos familiares de desaparecidos políticos. Apesar de distintas, são congruentes em relação à constituição da CPI e a importância da identificação dos corpos encontrados naquela vala. Logo, exaltam o trabalho feito em São Paulo como pioneiro e exemplo para os próximos trabalhos a serem feitos neste âmbito.

E a obra veio em um momento chave para o Governo Federal. Celebrou-se “às duras penas” a instituição tardia da Comissão de Verdade brasileira, aprovada em 18 de novembro de 2011. A relação com esta Comissão é abordada em diversos trechos da obra, no entanto, explicitamente colocada no penúltimo artigo do livro, escrito pelo Procurador

Regional Marlon Weichert, que foi testemunho no caso Gomes Lund (Guerrilha do Araguaia) movido e vencido contra a União na Corte Interamericana de Direitos Humanos, e no último artigo, escrito pelo diretor da equipe de antropologia forense peruana (EPAF), José Pablo Baraybar. Neles, admite-se que a Comissão Nacional da Verdade é uma figura nova no contexto brasileiro, apesar de não o ser no latino-americano, e um mecanismo oficial para apuração das violações aos direitos humanos. Estas apurações, segundo ambos os autores, não devem apenas satisfazer a fala da vítima expondo acontecimentos, circunstâncias, causas e consequências da violência, mas também compreender para prevenção. Logo, as Comissões da Verdade, em seus distintos países abordados (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Paraguai) não substituíram os órgãos judiciais de investigação e punição, contudo resultaram em “verdades históricas” – números de vítimas e desaparecidos, qualificação das violações e suas causas, estruturas e locais de violação, responsabilidades institucionais, circunstâncias e autores da violência de Estado, sustentação econômica e operacional para ela, arquivos e destruições destes, locais e identidades de restos mortais, justiça e reparação das vítimas e promoção da memória para não repetição.

E, nesse contexto, conta-se histórias sobre a Vala Clandestina de Perus. O primeiro ponto a ressaltar na obra é a ligação que se faz entre o Cemitério e o aparato repressivo, nas figuras dos agentes policiais e investigativos e seus finalizadores – peritos de medicina legal e agentes funerários. Neste sentido, dois artigos são fundamentais.

O jornalista Luiz Hespanha, em “A primeira comissão da verdade”, trabalhou a ideia de recuperação da história do cemitério para indigentes e analisando-o como extensão lógica do aparato repressivo que vinha se profissionalizando para esconder as torturas e mortes. Segundo o autor, a “descoberta” da vala clandestina, apesar de muitas pessoas já a conhecerem, deslocou os holofotes para a repressão ditatorial. E pressionou uma solução vinda com a instauração da CPI, onde interrogou-se pessoas e acumulou-se provas administrativas/documentos escritos do Departamento de Ordem Política e Social e do Instituto Médico Legal para cruzar informações e obter respostas. O que ressalta o artigo é que nenhum laudo da perícia médica nos corpos identificados como de terroristas foi capaz de contradizer a versão policial, mesmo quando as marcas de tortura eram evidentes.

No artigo das integrantes da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Maria Amélia Teles e Suzana Lisboa, expõe-se a abertura da vala como um fato político. Um fato político porque foi capaz de agitar a sociedade que resultou não só na CPI, como também na visita a lugares da repressão e cativerios, na pressão pela abertura dos arquivos policiais e do IML, no reconhecimento, em 1995, de que os desaparecidos políticos eram responsabilidade do Estado e em ações judiciais movidas contra a União.

Contudo, o que este artigo aborda de interessante é a pergunta fundamental posta aos direitos humanos infringidos nas ditaduras do Cone Sul em geral: onde estão os desaparecidos políticos? As autoras respondem a essa questão com o estudo de caso do livro anotando um a um daqueles corpos trasladados do Cemitério Dom Bosco. Os desaparecidos em questão são por elas humanizados, relatando-se suas histórias de vida, suas prisões, possíveis mortes, como desapareceram, suas identificações no cemitério e procedimentos dados aos seus corpos, quando encontrados. Pois, norteadas pelos dizeres

do poeta argentino Juan Gelman, entendem que a função do desaparecido é esconder “quatro atos – o sequestro, a tortura, o assassinato e o desaparecimento”. (p.59)

Gostaria ainda de apontar outro artigo que me pareceu de enorme importância para percebermos o desenrolar das políticas públicas que envolveram a CPI da Vala de Perus. Sob o título “As ossadas de Perus e a atuação do Ministério Público Federal em São Paulo”, a Procuradora Regional Eugênia Gonzaga relatou a experiência revoltante de sua atividade no caso específico da Vala. De forma concisa, a autora expõe o trajeto e as complicações das amostras das ossadas para suas identificações. A descoberta e a solução rápida que logo identificara três desaparecidos políticos. Mas que, posteriormente, foi exposta ao descaso de instituições públicas com o material (universidades – UNICAMP, USP e UFMG – que não cumpriram prazos tampouco armazenaram a cultura física de suas provas, quebrando frascos de sangue de familiares de desaparecidos para DNA ou guardando as ossadas em lugares inundados) e com a má vontade de elementos administradores para aceleração dos trabalhos de identificação, o que seguiu-se com a intervenção do Ministério Público. Isto demonstra que existe uma parte da sociedade brasileira que não está interessada e até pretende esconder esta história.

No entanto, o encontro com tantas vozes faz do livro também o encontro com o embate entre elas. Destoam-se nele alguns temas e conceitos que advêm das próprias formações ideológicas dos autores e experiências tão diversas. A discussão sobre a função dos direitos humanos em punir ou não, a discussão sobre a anistia e o perdão do Estado e, principalmente, a constituição da democracia brasileira que permanece com posturas autoritárias são encontradas neste livro.

Todavia, ele é esclarecedor e instigador para aqueles que se interessam pelos direitos humanos. Para os historiadores, em especial, sua leitura deixa-nos dois caminhos a perseguir.

O primeiro é tratar este livro como um relato de memória das pessoas que participaram ativamente da abertura e dos processos posteriores em relação ao Cemitério Dom Bosco em São Paulo, assim como uma fonte documental de natureza judiciária, quando nos anexos nos traz os relatos da CPI e da Comissão Especial para o caso.

O segundo é perceber que muitas vezes, de maneira natural, os discursos sobre as questões da repressão e quebra dos direitos humanos estão nas vozes dos militantes e dos que “viveram para contar”. A reflexão fundamental é tentar fazer dos discursos de memória, trauma e direito, também história.

Marina Maria de Lira Rocha¹⁴

¹⁴ Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (2011), com dissertação intitulada “Uma onda de lama e sangue ameaça cobrir a República”: Os discursos sobre a violência no governo de Isabelita Perón (junho 1975- março 1976), e doutoranda em História na Universidade do Porto.

Notícias de Projectos

Parceria pedagógica e científica no Projeto ROPE – Raising Outcomes in Primary Education

A ONGD do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP) foi fundada em 2008, por vontade dos investigadores, com o intuito de aliar a investigação sobre África a ações concretas de educação e de cooperação para o desenvolvimento. A ONGD do CEAUP inspira-se na experiência de investigação do CEAUP em diversas áreas e procura perceber onde, como e com que parceiros locais intervir.

Com base no respeito pelas diferenças de sensibilidades e de entendimentos do mundo, e partindo do conhecimento aprofundado dos meios, carências e potencialidades de cada nação africana, esta ONGD empenha-se sobretudo na angariação de recursos e no desenvolvimento de aptidões que permitam às populações locais uma maior autonomia e um melhoramento das condições de vida.

Entre os principais serviços que a ONGD do CEAUP presta nas áreas de Cooperação para o Desenvolvimento e de Educação para o Desenvolvimento está a parceria com a Effective Intervention, no apoio científico e pedagógico ao projeto ROPE – Raising Outcomes in Primary Education.

A Effective Intervention, a ONGD da London School of Economics foi fundada em 2005 por um grupo de economistas académicos com interesse em economia do desenvolvimento, saúde e política económica internacional como espaço para uma melhor utilização da ciência e uma análise rigorosa nos programas de ajuda externa.

Na Guiné-Bissau, a Effective Intervention, em parceria com o Ministério da Saúde, implementou vários projetos nas regiões de Quínara e Tombali, que tinham como objetivo principal a redução da mortalidade infantil. Ao mesmo tempo, encetaram um estudo a nível nacional sobre a Educação nas zonas rurais da Guiné-Bissau, a fim de compreender os níveis de aprendizagem destas crianças, estudo esse que foi a base do projeto ROPE. Este projeto está a ser implementado na região de Quínara, onde os alunos apresentaram os resultados mais baixos nos testes efetuados.

O projeto ROPE pressupõe a formação de formadores e de professores que trabalham diretamente com as crianças guineenses, de modo a garantir que elas alcancem competências específicas em cada classe. O programa está voltado para a melhoria do nível básico de educação, a fim de aumentar a literacia e a numeracia dos alunos, onde o reforço das competências e dos conhecimentos pedagógicos dos professores são alguns dos seus principais componentes.

O CEAUP conta com uma equipa de investigadores que ao longo dos anos adquiriu um profundo conhecimento e experiência no desenvolvimento de sistemas de educação em situações de fragilidade, estando envolvidos em projetos e programas de cooperação para o desenvolvimento nos contextos e em várias iniciativas em parceria com atores estratégicos.

Foi neste âmbito que a Effective Intervention contactou a ONGD do CEAUP, para a elaboração de manuais de apoio ao projeto.

Objetivos da parceria

Inserida no objetivo 2 dos Objetivos Do Milénio – Atingir o Ensino Básico Universal, esta parceria pedagógica e científica tem como objetivo geral a formação de professores e o desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos para o projeto ROPE.

Como objetivos específicos, a parceria contempla:

OE1: Apoio na formação de professores.

OE2: Desenvolvimento de materiais de ensino e aprendizagem para professores e alunos do Ensino Fundamental.

Produtos finais

1.1. Currículo Escolar para a 1ª classe

1.2. Programa de formação para os professores da 1ª classe

1.3. Manual de formação para os professores da 1ª classe

2.1. Manual do professor da 1ª classe

2.2. Livro de exercícios de Língua Portuguesa para os alunos da 1ª classe

2.3. Livro de Exercícios de Matemática para os alunos da 1ª classe

Todos os produtos estão a ser desenvolvidos de acordo com o programa nacional oficial e servem de apoio aos manuais utilizados na Guiné-Bissau.

Na elaboração dos materiais e do programa de formação, tem-se em consideração que a obrigatoriedade da escolarização na língua oficial, que é a Língua Portuguesa, não impede a valorização da Língua Materna de cada comunidade e de cada aluno. A contextualização dos temas e dos exercícios é assegurada pela utilização de recursos materiais, literários e didáticos locais e pela revisão de todos os produtos finais por formadores e agentes de desenvolvimento no contexto.

Sendo a Guiné-Bissau um estado frágil e em emergência educacional, os materiais elaborados contemplam, de acordo com o Referencial de Competências elaborado pelo INDE (Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação), temas relacionados com a Educação para a Paz e Educação para a Cidadania.

Nome do requerente:	TESE – Associação para o Desenvolvimento
Designação da acção:	A Sinha i Utómi (<i>árvore é vida</i>) <i>Promoção do uso sustentável dos recursos florestais de Massaca</i>
Localização da acção:	Comunidade de Massaca, Distrito de Boane, Província de Maputo, Moçambique
Custo Total da Acção	115.988 EUR
Problemas identificados e soluções propostas	<p>Moçambique é um grande produtor de energia, mas o nível de acesso da população à electricidade é muito baixo e a taxa de crescimento não ultrapassa o 1 ponto percentual por ano. A pressão sobre os recursos florestais aumenta exponencialmente com o aumento da população Moçambicana verificado nos últimos 30 anos, em particular em zonas mais ou menos próximas das grandes cidades. Esta situação, a par da procura crescente de carvão, fez com que o raio de desmatção tenha aumentado em redor das comunidades, obrigando as populações, e em particular as mulheres, a percorrer grandes distâncias para recolha de lenha para consumo doméstico. Por outro lado, verificam-se grandes perdas energéticas no consumo de carvão e lenha: os fogões tradicionais a lenha e carvão aproveitam menos de 10% da energia gerada no processo de combustão. Assiste-se ainda a uma série de crenças e práticas das populações rurais (abate indiscriminado de árvores para lenha, práticas de cozinha energeticamente pouco eficientes, medos associados à plantação de novas árvores, ...) que revelam uma falta de consciência dos efeitos da acção humana sobre o meio ambiente e que, associados à falta de meios das autoridades para intervir na problemática, contribuem para o problema da desflorestação, ao qual a presente proposta visa dar resposta. Esta situação provoca uma série de outros problemas com prejuízo na vida das populações: o empobrecimento da população e em particular das mulheres que despendem muito tempo na procura de combustível biomassa; o aumento do número de casos de diarreia entre as crianças devido à escassez de combustível para ferver água impura para consumo; e a degradação do meio ambiente e empobrecimento dos solos. Situada a 40 Kms da capital do país, a comunidade de Massaca (distrito de Boane) sofre neste momento das problemáticas acima descritas, que limitam o seu bem-estar e limitam a redução da pobreza. A consequência mais visível de anos e anos de práticas de desflorestação é o raio de desmatção que obriga as mulheres da comunidade a caminhar cerca de 15 horas por semana na procura de lenha para uso doméstico.</p> <p>A presente acção seguiu uma abordagem participativa, que teve o seu início na fase de identificação, em que autoridades, instituições de referência dos sectores energia e florestas, associações locais e população foram consultadas para definição da problemática e de eventuais soluções. Paralelamente, ao perceber a problemática em toda a sua complexidade propõe soluções integradas e sustentáveis no tempo e pretende ser uma experiência-piloto de intervenção replicável a comunidades com características semelhantes.</p>
Duração total da acção	12 meses (de 1 de Março de 2011 a 31 de Maio de 2012)
Objetivos da acção	<p><u>Objetivo Geral</u>: Contribuir para o cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio n.º 1 (reduzir a pobreza extrema), 4 (reduzir a mortalidade infantil) e 7 (garantir a sustentabilidade ambiental) em Moçambique.</p> <p><u>Objetivo Específico</u>: Diminuir o ritmo de desflorestação das áreas florestadas da comunidade de Massaca.</p>

Parceiro(s)	Obra de Rua Casa do Gaiato de Maputo (Casa do Gaiato) Fundo Nacional para a Energia (FUNAE) Serviços Distritais de Actividades Económicas de Boane (SDAE)
Grupo(s)-alvo (beneficiários finais)	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Beneficiários directos</u> – 1534 Mulheres da comunidade de Massaca; 20 Agentes Comunitários da Casa do Gaiato; 10 Oleiros do distrito de Boane; 1500 Crianças e jovens das Escolas da Casa do Gaiato; • <u>Beneficiários indirectos</u> – Comunidade de Massaca (10.535 Habitantes)
Resultados esperados	<p>Resultado 1: Educação ambiental da população de Massaca promovida;</p> <p>Resultado 2: Eficiência energética doméstica e institucional no consumo de combustíveis lenhosos aumentada;</p> <p>Resultado 13 Reflorestação de zonas da comunidade iniciada, conforme definido no Plano de Acção para os Recursos Florestais de Massaca.</p>
Actividades principais	<p>A 1.1 Capacitar o grupo de agentes comunitários em “Educação Ambiental Comunitária”.</p> <p>A 1.2 Elaborar “Manual de apoio ao Educador Ambiental” com base nos módulos da actividade</p> <p>A 1.3 Disseminar informação e práticas de gestão sustentável dos recursos florestais pela comunidade através das actividades do grupo de agentes comunitários</p> <p>A 1.4 Promover concurso de desenho para alunos das escolas da Casa do Gaiato subordinado ao tema “A Sinha I Utomi – Árvore é Vida”</p> <p>A 1.5 Dinamizar campanha “1 Aluno = 1 Árvore”</p> <p>A 2.1 Criar oficina de olaria e cerâmica nas instalações da Casa do Gaiato</p> <p>A 2.2 Identificar na comunidade e distrito indivíduos com experiência em olaria e cerâmica</p> <p>A 2.3 Capacitar 10 oleiros em “Produção de fogões melhorados familiares e institucionais”, e elaborar manual de construção e manutenção da tecnologia</p> <p>A 2.4 Capacitar 10 oleiros em “Empreendedorismo e Gestão de Pequenos Negócios”</p> <p>A 2.5 Apoiar a Casa do Gaiato e oleiros da comunidade na constituição de “Unidades de Produção de Fogões Melhorados”</p> <p>A 2.6 Supervisionar o processo de produção de fogões através de visitas às unidades de produção de fogões melhorados criadas</p> <p>A 2.7 Iniciar a actividade de venda e implementar acções de marketing dos fogões melhorados ao nível do distrito de Boane</p> <p>A 3.1 Elaborar Plano de Acção para os Recursos Florestais de Massaca</p> <p>A 3.2 Reforçar a capacidade de produção do viveiro florestal da Casa do Gaiato</p> <p>A 3.3 Realizar a plantação de 3 parcelas-piloto de 1ha cada, em regime de experimentação</p> <p>A 3.4 Produzir Plano de Gestão para os Recursos Florestais de Massaca</p>

Nome do requerente:	TESE – Associação para o Desenvolvimento
Designação da acção:	AT DNAAS <i>Assistência Técnica à Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento</i>
Localização da acção:	Angola (várias Províncias)
Custo Total da Acção	4.900.210 EUR
Problemas identificados e soluções propostas	<p>O sector de água e saneamento em Angola reflecte bem a situação actual do País e a sua tendência de evolução. As estimativas extrapoladas com base nos resultados preliminares de um levantamento rápido conduzido pela DNAAS e DPEAs, apoiadas pelo UNICEF (com financiamento da UE) revelam que a cobertura no âmbito urbano atinge 27% da população com serviços adequados de água e 8% no âmbito rural. Para o saneamento, os dados indicam respectivamente 31% e 25%. Os domínios de água e saneamento têm feito parte dos acordos de Cooperação entre a CE e o GdA, sendo reconfirmados como sectores de intervenção no Programa Indicativo Nacional do 10º FED, em particular no “Programa de Apoio Institucional aos Sectores de Água e Saneamento (10.ACP.ANG.01)”. A escolha dos possíveis sectores de apoio para a CE, surgiu da análise das características e constrangimentos do sector, tendo também em conta outras intervenções de apoio institucional que vão ser postas em execução. As vertentes de concentração são as seguintes:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Desenvolvimento de Recursos Humanos – existe uma escassez generalizada de pessoal com as qualificações e experiência apropriadas no sector do abastecimento de água e saneamento. 2) Melhoria da qualidade de água doméstica – embora a infra-estrutura de abastecimento de água esteja a ser melhorada em muitas zonas urbanas, peri-urbanas e comunidades rurais, a sua gestão é frequentemente inadequada em relação ao fornecimento de água potável aos utentes. Como resultado, não se concretizam completamente os potenciais benefícios sociais dos investimentos. A DNAAS ainda não está a jogar um papel regulador eficaz para lidar com este desafio. 3) Apoio técnico às instituições no contexto do processo de descentralização da prestação de serviços de água – o papel e função da DNAAS estão a mudar de uma responsabilidade directa na concepção e implementação de projectos, para uma outra de coordenação do sector, apoio e supervisão. Apesar do apoio substancial que será dado pelos parceiros, a DNAAS tem limitações técnicas do ponto de vista institucional, financeiro e de gestão para poder identificar e responder a este ambiente em mudança, em particular no contexto rural. 4) Saneamento peri-urbano e rural – a melhoria do saneamento nas áreas peri-urbanas pobres detém uma prioridade elevada à luz do compromisso do GdA com os ODM, tal como a melhoria da saúde comunitária e da qualidade de vida nos lares mais pobres. Existe alguma incerteza institucional sobre a responsabilidade do saneamento de baixo custo, o que se torna ainda mais complexo com o processo actual de descentralização. <p>A abordagem da equipa de peritos a este importante e desafiante projecto baseia-se na resposta à dinâmica e evolução da alteração institucional. Os elementos-chave da abordagem metodológica são por isso os seguintes: i) Participação, ii) Flexibilidade, iii) Aprendizagem e, iv) Formação <i>on the Job</i>.</p>

Duração total da acção	42 meses (de 15 de Junho de 2010 a 15 de Outubro de 2013)
Objectivos da acção	Objectivo Geral: Reduzir a prevalência da pobreza em Angola, através do alcance dos objectivos de desenvolvimento do milénio para a água e saneamento. Objectivo Específico: Apoiar a organização e estruturação dos Serviços de Água para que funcionem de forma eficaz e sustentável.
Parceiro(s)	Águas de Portugal Internacional (AdP-I) Ogimatech Portugal
Grupo(s)-alvo (beneficiários finais)	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Beneficiários directos</u> – n/a • <u>Beneficiários indirectos</u> – n/a
Resultados esperados	<p>Resultado 1: Recursos humanos capacitados para fornecer <i>standards</i> de serviço adequados às necessidades da população;</p> <p>Resultado 2: Água doméstica com qualidade melhorada;</p> <p>Resultado 3: Sistema de gestão descentralizada de prestação de serviços de água em âmbito rural/municipal implementado nas províncias alvo;</p> <p>Resultado 4: Sistema de divulgação de informações padronizado, processos de concursos, estudos especializados e outros apoios à DNAAS ou outras entidades do sector realizados e/ou prestados nas condições estipuladas.</p>
Actividades principais	<p>A.1.1 Estabelecimento de uma BdD do pessoal qualificado no sector de AAS com inserção de informação sobre o seu nível educacional e experiência relevante.</p> <p>A.1.2 Definição das necessidades actuais e futuras em termos de pessoal para o sector de AAS, tanto em quantidade como em qualidade, tendo em conta os projectos de reforma do quadro institucional e o processo de centralização dos serviços.</p> <p>A.1.3 Identificação e avaliação das oportunidades educativas e de formação profissional existentes (internas e externas, incluindo oportunidades de formação em serviços) e medidas para assegurar o seu bom funcionamento.</p> <p>A.1.4 Confirmação da disponibilidade de candidatos em serviço ou para serem admitidos, aptos para tirar partido destas oportunidades.</p> <p>A.1.5 Apoio aos projectos existentes do Governo para a criação de centros de referência futuros para a formação profissional no sector das águas incluindo, se for necessário, a preparação de estudos técnicos, económicos e financeiros e projecto executivo das novas infra-estruturas .</p> <p>A.1.6 Preparação de um Plano de Desenvolvimento dos Recursos Humanos (PDRH) para responder às necessidades mais urgentes do sector de AAS até 2015.</p> <p>A.1.7 Apoio na pilotagem de acções chave imediatas, relativas à implementação do PDRH e, neste âmbito, fornecer formação directa do pessoal aos diferentes níveis institucionais (Central, Provincial, Municipal e Comunal).</p> <p>A.1.8 Preparação de um documento de orientação para o desenvolvimento dos recursos humanos no sector de abastecimento de água e gestão integrada dos recursos hídricos, até 2020.</p> <p>A.1.9 Acompanhar as acções de identificação e selecção de modalidades de investimento e apoio à preparação de uma proposta de financiamento do futuro Centro Regional de Formação de Excelência.</p> <p>A.2.1 Levantamento e análise dos mecanismos existentes de monitorização da qualidade da água.</p> <p>A.2.2 Análise e proposta de actualização dos padrões nacionais em relação aos internacionais.</p> <p>A.2.3 Estabelecimento de um programa de monitorização da qualidade da água.</p> <p>A.2.4 Formação de operadores.</p> <p>A.2.5 Fornecimento de material básico de laboratório.</p>

	<p>A.2.6 Apoio a organizações públicas/privadas responsáveis pelo abastecimento de água, com vista a melhorar a qualidade dos seus serviços.</p> <p>A.2.7 Concepção e apoio à implementação de programas de promoção de higiene e saúde.</p> <p>A.3.1. Apoiar DNAAS e algumas DPEAS no reforço de capacidades para gerir intervenções de A&S.</p> <p>A.3.2. Apoio ao desenvolvimento da DNAAS na monitoria e apoio técnico das actividades de abastecimento e saneamento a nível rural.</p> <p>A.3.3. Levantamento e fortalecimento das actuais capacidades da DNAAS no âmbito da mobilização social.</p> <p>A.3.4. Apoio aos serviços da DNAAS na preparação de um quadro regulador de referência.</p> <p>A.3.5. Apoio às províncias e aos municípios alvo no ciclo de planificação e orçamentação das intervenções necessárias no âmbito rural.</p> <p>A.4.1 Apoiar a DNAAS a promover actividades de coordenação sectorial e intersectorial, entre os diferentes intervenientes do sector, visando a criação de um sistema de divulgação de informações padronizado.</p> <p>A.4.2 Preparar cadernos de encargos relativos a concursos públicos que serão desencadeados ao longo da implementação do projecto financiado pelo FED e fornecer apoio aos comités de avaliação na fase de análise das propostas.</p> <p>A.4.3 Mobilizar consultores de longo e médio prazo para a elaboração do projecto e a fiscalização das obras de construção do Centro de Formação.</p> <p>A.4.4 A pedido da DNAAS, fornecer apoio "<i>ad-hoc</i>" em áreas tais como: estudos técnicos de viabilidade, estudos económicos e de impacto ambiental, estudos de padronização e fornecimento de equipamentos, estudos sobre padrões de serviço, estudos de âmbito legal/jurídico, estudos sobre aspectos económicos e financeiros, etc.</p>
Nome do requerente:	TESE – Associação para o Desenvolvimento
Designação da acção:	Escolas Solares <i>Promoção da Energia Solar nas Escolas de São Tomé e Príncipe</i>
Localização da acção:	São Tomé e Príncipe
Custo Total da Acção	254.944 EUR

<p>Problemas identificados e soluções propostas</p>	<p>A educação, a qualidade do ensino e a eficácia dos serviços de apoio constituem um entrave importante na qualificação dos recursos humanos em São Tomé. A eficácia interna do sistema educativo é fraca, com taxas de aproveitamento de 78% e 52% para o ensino primário e secundário. As escolas do básico funcionam em regime duplo, e algumas em regime triplo, o que reduz o tempo de estudo por aluno em sala. O tempo e a eficiência na utilização da sala são muito limitados pela falta de energia, em particular nos períodos da tarde e noite. Para além disso, verifica-se uma utilização pouco eficaz desse tempo, devido à escassez de ferramentas pedagógicas e falta de formação dos professores; a gestão escolar tem reduzida capacidade para responder às suas necessidades de funcionamento, devido às limitações de equipamento e qualificação dos técnicos. O acesso das raparigas à educação básica é reduzido em relação aos rapazes (81 para 100). Depois do ensino básico, por razões culturais também é aos rapazes que os pais dão prioridade. De um modo geral, a procura de educação, embora maior nos primeiros anos de escolaridade, diminui progressivamente nos anos seguintes para ambos os sexos. As razões mais determinantes para tal parecem ser de ordem económica e as atitudes dos pais em relação à qualidade e a importância da escola.</p> <p>A consequência da falta de qualidade (e redução da procura), da baixa participação das raparigas no sistema de ensino (apesar do maior aproveitamento: 83% para as raparigas contra 73% para os rapazes), é a reduzida capacidade interna de formação de recursos humanos e de adaptação às necessidades do mercado. O resultado é o elevado nível de desemprego e sub-emprego (26,8% e 13% da população), agravados pela falta de dinamismo da economia, a reduzida capacidade de atracção de investimentos e de criação de novas oportunidades.</p> <p>Uma das principais razões destes constrangimentos educacionais e socioeconómicos é o deficiente (e insuficiente) acesso a energia eléctrica em S. Tomé e Príncipe. Apenas 48,5% da população tem acesso a electricidade e somente 44% dos edifícios escolares possuem energia, apesar do país dispor de evidente potencial para fontes renováveis de energia (até agora amplamente negligenciado).</p> <p>O projecto adopta por isso uma abordagem inovadora e promotora das sinergias em vários aspectos. Em primeiro lugar, e com base em experiências de sucesso (e.g. projecto Luz Bin da TESE na Guiné Bissau), dinamiza a utilização de energias renováveis como forma de fazer face a um grave problema nacional que é o da limitada produção e distribuição de electricidade. Em segundo, reconhece o sector da educação como essencial enquanto alavanca do desenvolvimento do país e aposta na instalação de painéis solares nas escolas, incluído algumas das envolvidas no projecto Escola+, potenciando assim as acções já em curso. Por último, promove a capacitação e o empreendedorismo local como uma das âncoras da sustentabilidade e replicação do projecto.</p>
<p>Duração total da acção</p>	<p>24 meses (de 1 de Fevereiro de 2011 a 31 de Janeiro de 2013)</p>
<p>Objectivos da acção</p>	<p><u>Objectivo Geral</u>: contribuir para o atingir do ensino primário universal (ODM 2), para a igualdade de género (ODM 3) e para a sustentabilidade ambiental (ODM 7) em S. Tomé e Príncipe.</p> <p><u>Objectivo Específico</u>: Aumentar o acesso à educação de qualidade para crianças e adultos, em particular mulheres, através da disponibilidade de electricidade nas infraestruturas escolares, com recurso a energias renováveis.</p>
<p>Parceiro(s)</p>	<p>Ministério da Educação, Cultura e Formação de São Tomé e Príncipe (MEC) Direcção dos Recursos Naturais e Energia</p>

Grupo(s)-alvo (beneficiários finais)	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Beneficiários directos</u> – 5.200 Crianças de ensino básico, cada ano, com acesso a educação melhorada pela introdução de energia solar nas salas, dos quais 48.5% são raparigas; 695 adultos alunos dos cursos de alfabetização, cada ano, dos quais 65,6% são mulheres; 204 Professores e Membros dos Órgãos de Gestão das Escolas do Secundário com acesso a serviços de secretaria melhorados; 96 membros dos comités de gestão e manutenção formados; 36 técnicos formados em Instalação, Operação e Manutenção de SSFV + 19 técnicos formados em empreendedorismo e gestão de pequenos negócios. • <u>Beneficiários indirectos</u> – 22.836 membros das 32 comunidades beneficiárias
Resultados esperados	<p>Resultado 1: Melhorar as condições físicas para utilização dos equipamentos escolares, através da instalação de painéis solares;</p> <p>Resultado 2: Reforço das capacidades educativas e pedagógicas dos professores para utilização das novas potencialidade infraestruturais;</p> <p>Resultado 3: Promoção da Sustentabilidade e Geração de Rendimento decorrente da Manutenção e Instalação dos Sistemas de Energia Solar e Actividades Conexas.</p>
Actividades principais	<p>A1.1 – Recolha de dados de base;</p> <p>A1.2 – Redimensionamento da Instalação com base na recolha;</p> <p>A1.5 – Instalação de painéis solares em escolas básicas (MEC);</p> <p>A1.6 – Instalação de equipamentos para medição da radiação solar in loco e monitorização de dados de radiação;</p> <p>A1.7 – Definição e implementação do modelo de gestão dos equipamentos;</p> <p>A1.8 – Formação de pessoal das escolas e comunidades locais para manutenção e gestão dos equipamentos.</p> <p>A 1.1 – Apoio a replanificação e promoção de novas actividades no âmbito da extensão das horas lectivas, a realizando actividades extra-escolares e a integrando cursos de alfabetização dos adultos, particularmente as mulheres</p> <p>A 2.2 – Promoção da utilização de novos instrumentos pedagógicos</p> <p>A 2.2 – Assegurar a criação de sinergias entre o projecto Escolas Solares de STP e o Centro Politécnico (CP) de STP.</p> <p>A3.1 – Formação em empreendedorismo local;</p> <p>A3.2 – Formação profissional de técnicos locais para instalação e manutenção de painéis;</p> <p>A3.3 – Apoiar a criação de micro empresas de manutenção e instalação de sistemas de iluminação solar e actividades conexas;</p> <p>A3.4 – Constituir colaboração com a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL).</p>

DHEPI - Pós-graduações
(2011-2012)

Curso de Doutoramento/3.º Ciclo em História

Autor: **André Manuel Evangelista de Oliveira Marques**

Título: ***Paisagem e povoamento: da representação documental à materialidade do espaço no território da diocese de Braga (séculos IX-XI). Ensaio metodológico***

Palavras-chave: Paisagem, Povoamento, Organização social do espaço, Alta Idade Média, Entre-Douro-e-Minho

Resumo:

A presente dissertação propunha-se, de acordo com o plano inicial, estudar a organização social do espaço no Entre-Douro-e-Minho, entre os séculos IX e XI. Mas rapidamente o curso da investigação se encarregou de demonstrar que havia um conjunto de problemas prévios que importava aprofundar, sob pena de a construção do edifício assentar em fundações demasiado frágeis. Não pareceu possível avançar para a análise dos processos de apropriação, organização e articulação do território minhoto até 1100 sem antes atentar em duas questões principais, que vieram a corporizar o objecto do trabalho: (i) os modelos discursivos de base e as circunstâncias conjunturais de transmissão que moldaram a representação documental do espaço no corpus documental conservado; e (ii) a morfologia propriamente dita do espaço organizado (paisagem) e articulado (território), analisada dentro dos constrangimentos impostos pelo registo escrito ao estudo das diversas unidades espaciais cuja tipologia os redactores distinguiram nos seus textos.

Tornou-se então evidente a necessidade de aprofundar o inquérito nos planos semântico e morfológico, o que obrigou a recentrar a análise num conjunto de problemas relacionados com a representação documental e a concretização material do espaço. Percebe-se assim que o objecto deste trabalho se construa num duplo plano, sintetizado no título. No horizonte esteve sempre um objecto *global*: a *paisagem* e o *povoamento*, que entendemos como bases materiais do processo de organização social do espaço na região e cronologia escolhidas. Mas o essencial da investigação foi dominado por um objecto *imediato*: o arco que vai *da representação documental à materialidade do espaço*.

Há, portanto, nesta tese uma função exploratória e instrumental que a transforma num *ensaio metodológico*, cujo programa se distingue por um duplo objetivo instrumental: (i) apresentar uma metodologia para o estudo da morfologia das diversas unidades espaciais referidas na documentação altomedieval; e (ii), como primeiro passo dessa metodologia, desenvolver uma reflexão sobre as potencialidades das fontes escritas para o conhecimento da materialidade do espaço. Estes dois objetivos estão na origem das duas partes da dissertação: a primeira dedicada à justificação teórica e apresentação da metodologia proposta e a segunda aos problemas que a representação documental levanta ao conhecimento da materialidade do espaço no corpus documental selecionado em função de um caso concreto: o território da diocese de Braga, entre os séculos IX e XI. Se bem que o espaço efetivamente em análise seja determinado pela cobertura geográfica dos dois cartulários produzidos pelas duas principais instituições da região: a Sé de Braga (*Liber Fidei*) e o mosteiro de Guimarães (*Livro de Mumadona Dias*); donde

a concentração dos dados disponíveis na zona central da diocese, melhor organizada e sobretudo documentada (correspondente *grosso modo* ao Entre-Lima-e-Ave, com extensões pontuais aos territórios transmontanos de Chaves e Vila Real).

Porque concebida especificamente a partir de fontes diplomáticas altomedievais, a metodologia apresentada acarreta uma reivindicação heurística da relevância, mas também das limitações, deste tipo de fontes para o estudo do tema. O que tem implicações epistemológicas no debate sobre os espaços de cruzamento/ruptura entre a história e a arqueologia. Trata-se, portanto, de uma metodologia *historiográfica*, por oposição a metodologias outras, de base arqueológica, geográfica, paleoambiental, etc. A generalidade destas abordagens, e desde logo as que se aproximam mais das ciências naturais, assenta num instrumental técnico complexo e bem definido. E nisto contrastam com o impressionismo e o sincretismo dos métodos que tradicionalmente guiam os historiadores do espaço na leitura das fontes escritas altomedievais: uma *leitura* que não passa muitas vezes disso mesmo, sem sequer atingir grande complexidade no plano estritamente hermenêutico. Percebe-se assim a necessidade de avançar na concepção de metodologias especificamente desenhadas para o estudo deste tema, cronologia e realidade documental específicos.

A tal objectivo responde a *Parte I* do trabalho. Formular uma proposta de análise que se pretende capaz de abrir pistas de investigação menos trilhadas implica mais do que a apresentação de uma metodologia em sentido estrito (um conjunto articulado de ferramentas analíticas). Obriga a um trabalho prévio de elaboração teórica, definindo o *campo* a que uma tal metodologia pode ser aplicada e os limites dessa aplicação. Esta primeira parte começa assim por explicitar um conjunto de *definições* inerentes à problemática historiográfica que enquadra a concepção da metodologia proposta (§1) e à natureza do seu objecto, com vista a uma clara definição do seu exacto *campo* de aplicação: a representação documental do espaço (§2). Segue-se a apresentação da metodologia propriamente dita, cujas semelhanças operativas (mas não substantivas) com o método prosopográfico nos levaram a adoptar a designação de “prosopografia do espaço” (§3); e uma referência ao quadro mais alargado de fontes que se impõe a uma metodologia desenhada para a análise da documentação diplomática mas inequivocamente preocupada em contribuir para o quadro interdisciplinar que o estudo do espaço exige (§4). Percebe-se assim que a formulação de uma tal proposta tivesse atingido dimensão suficiente para ocupar uma parte autónoma do trabalho.

Do mesmo modo, cremos que se justifica também dedicar toda a *Parte II* à crítica das fontes e ao estudo da terminologia espacial. A reivindicação da importância da documentação escrita na análise da paisagem e do povoamento e a proposta de uma metodologia específica que sustente essa análise obrigam ao estudo tão aprofundado quanto possível da realidade documental. Num trabalho que pretende ressaltar as possibilidades oferecidas pelos textos para o estudo da realidade material, é indispensável conhecer, e delimitar bem, a sua capacidade para representarem uma realidade que os transcende. É esta a melhor forma de superar a encruzilhada a que conduziu o pensamento pós-modernista mais radical, ao pretender que os textos só poderiam falar de si mesmos. Percebe-se então que, antes de passar à análise de um qualquer problema relacionado com a materialidade do espaço, seja necessário considerar três aspectos que funcionam como

poderosos *filtros* da informação que este tipo de fontes pode fornecer (§1): (i) as circunstâncias que ditaram a génese e transmissão do *corpus* documental disponível (§1.1.), (ii) as tipologias e o discurso diplomáticos que marcam a *escrituração* da realidade espacial (§1.2.) e (iii) o léxico que suporta a representação documental do espaço propriamente dita, mediante a utilização, por parte dos redactores, de uma *terminologia* específica para designarem as múltiplas unidades espaciais a que se referiam (§1.3.).

Dando sequência ao símile da *prosopografia* do espaço, a função identificadora que o nome e o estatuto social desempenham para o indivíduo é assumida, no caso das unidades espaciais, pelo amplíssimo conjunto de nomes próprios (topónimos) que podem identificar cada unidade em particular, e pelo conjunto (bem mais restrito) de nomes comuns com que os redactores procuram classificá-las morfológicamente. Uns e outros compõem aquilo a que chamámos o léxico *toponímico* e *espacial*, respectivamente. A metodologia apresentada na primeira parte do trabalho preconiza uma análise dessas unidades conduzida de acordo com a taxonomia definida por este léxico *espacial* utilizado no discurso diplomático. O essencial da segunda parte (desenvolvido no §2) não podia deixar de aprofundar o inquérito nos planos semântico e morfológico e de, simultaneamente, apresentar os primeiros resultados a que conduziu a análise *prosopográfica* das unidades espaciais identificadas. A melhor solução para concretizar este duplo objectivo pareceu-nos ser a elaboração de um léxico dos vários termos usados pelos redactores da nossa documentação para designar e classificar morfológicamente as unidades espaciais a que se referiam.

No total, integram este léxico 184 termos, agregados para efeitos analíticos em mais de 70 tipos diferentes, por sua vez reunidos em cinco grandes categorias tipológicas: (i) unidades de organização e (ii) de articulação social do espaço, (iii) unidades eclesiásticas, (iv) unidades de paisagem e (v) formas de propriedade. Para cada termo redigiu-se um verbete de que consta um conjunto variável de informação, que podemos agrupar em quatro itens: (i) lema e respectivas variantes formais; (ii) número de ocorrências de cada tipo e respectivos limites cronológicos no *corpus* analisado; (iii) definição: quadro geral de significados possíveis de cada termo, capaz de se constituir como um espectro amplo de possibilidades, do qual deverá partir a análise morfológica das unidades assim designadas no *corpus* estudado; (iv) breve caracterização morfológica de cada tipo de unidades, a partir dos dados recolhidos especificamente no *corpus* estudado, com o objectivo (exclusivo) de corroborar ou infirmar os sentidos gerais arrolados.

Esta longa secção transforma-se assim em mais (e menos, ao mesmo tempo) do que um apartado de índole lexicográfica. O conjunto de *verbetes* relativos aos diversos termos que compõem o universo lexical estudado corresponde, de facto, ao primeiro estágio, ainda embrionário, de tratamento da informação reunida na nossa base de dados. Recordemos os números: num total de 366 documentos analisados, foi possível identificar 3073 unidades espaciais, a que correspondem 4937 menções documentais, entre as quais foi possível estabelecer um total de 11516 relações espaciais. Na impossibilidade de um tratamento sistemático do imenso corpo de dados reunido, que no limite conduziria a um conjunto de extensos trabalhos monográficos, este apartado aparece assim como um mero esboço das potencialidades da metodologia proposta.

Orientadores: Luís Carlos Correia Ferreira do Amaral (U. Porto) e José Ángel García de Cortázar y Ruiz de Aguirre (U. Cantábria).

Data de defesa: 11 de dezembro de 2012.

Autor: **Ismael Cerqueira Vieira**

Título: ***Conhecer, tratar e combater a “peste branca”. A tisiologia e a luta contra a tuberculose em Portugal (1853-1975)***

Palavras-chave: Tuberculose; Tisiologia; Profilaxia, Assistência; Luta contra a Tuberculose

Resumo:

Desenvolvido ao longo de quatro anos e através duma BD atribuída pela FCT, o nosso projecto de doutoramento consubstanciou-se numa tese cujo tema e objeto de estudo incidiram sobre o problema da tuberculose em Portugal enquanto questão médica e social no decurso dos séculos XIX e XX.

Sabido é que cada época teve a sua doença emblemática e a partir de meados do século XIX a tuberculose assumiu esse papel nas sociedades ocidentais, não sendo Portugal excepção. O desenvolvimento das ciências biomédicas por um lado e a emergência do higienismo por outro vieram permitir uma redefinição do conceito de doença tuberculosa, chamando a atenção para os fatores biológicos associados a ela, mas igualmente para os fatores socioeconómicos, que a tornaram num símbolo da cultura oitocentista e denunciadora dos problemas sociais e económicos da contemporaneidade decorrente da Revolução Industrial.

Com o intuito de debelar o então designado inimigo público n.º 1, a comunidade científica e médica articulou esforços para tentar compreender esta patologia, desenvolvendo pesquisas em áreas como a anatomia patológica, a fisiologia, a bacteriologia, o diagnóstico e a terapêutica, produzindo assim conhecimentos próprios duma área da medicina conhecida como tisiologia.

O reconhecimento da infeto-contagiosidade da tuberculose e dos mecanismos de contágio levaram os médicos e filantropos a estruturar programas de educação popular e de prevenção face a uma patologia intratável para os conhecimentos da época. Neste campo, o apoio do Estado no que concerne a programas de pesquisa ou de construção de estruturas de profilaxia e assistência foi mínima até meados do século XX, altura em que chamou a si a missão de orientar, coordenar e fiscalizar a luta antituberculose. Os saberes próprios da tisiologia ficaram confinados às instituições de ensino académico e a alguns sanatórios com vertente investigativa e pedagógica. Só com a nacionalização da ANT em 1945 é que o Estado português centralizou os serviços de luta antituberculose e passou a dar um apoio importante a uma causa que parecia desamparada durante longas décadas.

As razões para este estudo deveu-se a vários motivos. A tuberculose é uma velha mas também nova doença, porque embora seja falada deste a Antiguidade continua nos tempos coevos a fazer milhões de vítimas todos os anos e como tal despertou o nosso interesse para esta problemática.

Em segundo lugar, sob o ponto de vista histórico a tuberculose é uma doença emblemática, símbolo de um período da vida europeia e portuguesa entre os séculos XIX e XX.

Em terceiro lugar quando atendemos ao caso português verificamos uma escassez de trabalhos historiográficos em torno da tuberculose e da luta contra este flagelo.

Os nossos objetivos passaram assim por compreender e destacar as respostas médicas, científicas e tecnológicas, políticas e sociais face ao problema da tuberculose, quando este emergiu como um problema de saúde pública.

Neste sentido e como está plasmado no título da dissertação, os nossos objetivos passaram por responder às questões ligadas ao conhecimento, tratamento e combate à “peste branca”, articulando diferentes dinâmicas como:

O pensamento e doutrinas médicas ligadas à doença tisiológica

O contributo dos progressos médicos, científicos e tecnológicos para o diagnóstico e tratamento da tuberculose

A produção científica/académica sobre a doença

O reconhecimento da tuberculose como doença social

As estratégias de combate à doença como as:

Campanhas de educação e profilaxia

Estruturas assistenciais e científicas: sua organização e funcionamento

No que concerne à tipologia de fontes foram usados sobretudo:

Periódicos sobre saúde e medicina

Dissertações académicas das EMC do Porto e Lisboa

Dissertações académicas das Faculdades de Medicina do Porto, Lisboa e Coimbra

Fontes legislativas e estatísticas

O fulcro da nossa investigação teve por base uma análise sistemática de um conjunto de periódicos médicos escolhidos e analisados pela sua relevância no panorama médico nacional e pela sua periodicidade. Dum vasto conjunto de periódicos balizado cronologicamente entre meados do século XIX e último quartel do século XX, destacamos alguns como o *Jornal da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa*, o *Coimbra Médica*, *A Medicina Contemporânea* ou o *Boletim da Assistência Nacional aos Tuberculosos*.

Foram também usados e analisados um conjunto alargado de dissertações em Medicina provenientes das Escolas Médico-cirúrgicas/ Faculdades de Medicina do Porto, Lisboa e Coimbra.

Como complemento foram ainda usadas fontes legislativas como a Coleção Oficial de Legislação Portuguesa, o Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, as Estatísticas do Movimento Fisiológico da População de Portugal, etc.

O percurso investigativo baseou-se fundamentalmente num método de trabalho do tipo qualitativo e heurístico. No que concerne ao tratamento e análise dos documentos baseou-se essencialmente num trabalho de inferência sistemática e de análise de conteúdo.

Em termos cronológicos, a investigação centrou-se no período compreendido entre 1853 e 1975, por consideramos ser este o intervalo temporal onde se assistiu ao despoletar do interesse médico sobre a doença e à emergência, organização e institucionalização e por fim desmantelamento dos serviços especializados da luta contra a tuberculose em Portugal.

A escolha de meados do século XIX como baliza inicial, e particularmente os anos de 1853 e 1857, prende-se com o facto de em 1853 ter sido inaugurado no Funchal o primeiro nosocómio dedicado à assistência de tuberculosos pulmonares em Portugal, e

1857 justifica-se por ser o ano em que surgiu a primeira tese inaugural em medicina dedicada ao estudo da tuberculose, simbolizando assim o início da investigação médica no domínio da tisiologia no nosso país. Por outro lado tomamos o ano de 1975 como o final deste estudo por ser nesse ano que se procedeu ao desmantelamento do Instituto da Assistência Nacional aos Tuberculosos passando aquele a integrar os serviços de saúde existentes na Direção Geral de Saúde.

Finalizado o estudo podemos concluir que:

1 – A luta contra a tuberculose foi um movimento enquadrado nos ditames internacionais. Quer o estudo e tratamento da tuberculose quer a organização da luta contra a tuberculose seguiu de perto os estudos e modelos europeus da época. Mas apesar do seguimento e da discussão de propostas nestas áreas não existiu na maior parte das vezes uma implementação célere das políticas e medidas antituberculose pelas autoridades. Só tardiamente o Estado chamou a si a orientação, a coordenação e a fiscalização da luta antituberculose.

2 – Houve uma secundarização da tisiologia como disciplina médica. A tisiologia, enquanto área médica centrada no estudo e tratamento da tuberculose nunca teve um espaço próprio nos *curricula* universitários nem teve um espaço dedicado e subvencionado para a investigação nesta área, em moldes semelhantes aos do IPO para o cancro. A tisiologia desenvolveu-se fundamentalmente nalguns sanatórios que enveredaram por uma vertente formativa e que reuniram um corpo de médicos e cirurgiões interessados em aprofundar esta disciplina médica. O IANT só numa fase avançada da sua existência assumiu algum destaque neste domínio.

3 – A tuberculose era uma “doença dominante” e social, que no entender de Grmek e Sourmia eram aquelas que pela sua frequência, efeitos invalidantes e letalidade comportavam graves consequências para a demografia e qualidade de vida das populações. Neste sentido, a tuberculose como doença ligada às condições do meio social ajusta-se modelarmente a este conceito. Além dos fatores biológicos como eram a atividade bacilar, a natureza infetocontagiosa ou a capacidade de resistência imunológica, a manifestação da doença tuberculosa dependia também das condições de vida dos indivíduos tais como a má habitação, a alimentação desadequada ou infetada, a falta de higiene, os hábitos e costumes depravados. Não respeitando fronteiras geográficas ou sociais, a tuberculose disseminou-se na sociedade portuguesa de forma endémica desde meados do século XIX, cabendo-lhe durante longas décadas um lugar preponderante no obituário nacional.

4 – Foi um projeto descentrado do Estado e com maior controlo por parte da filantropia. A natureza endémica, o estatuto de doença intratável e o desafio constante aos ditames do higienismo em afirmação tornaram o discurso médico e científico no único capaz de apresentar propostas para o controlo da expansão da doença. Como tal, o Estado e os poderes públicos mantiveram-se alheados da organização da luta contra a tuberculose.

A construção de preventórios, dispensários, sanatórios, as campanhas profiláticas, as conferências científicas e populares ou introdução da vacina BCG fizeram-se à margem do controlo estatal.

As formas de organização preventivas e assistenciais emergidas no final da monarquia e durante a I República estiveram ligadas primordialmente à filantropia de indivíduos ou instituições de caráter particular, até à nacionalização da Assistência Nacional aos Tuberculosos.

5 – Apesar do limitado apoio estatal a luta antituberculose em Portugal floresceu e desenvolveu-se dentro do que foi possível num país fustigado pelas crises políticas, económicas e sociais. Ao contrário de outros países onde a diminuição da morbilidade e mortalidade se ficou a dever ao sucesso das campanhas higiénicas e à melhoria das condições de vida da população, em Portugal o declínio da tuberculose só é perceptível na segunda metade do século XX já sob influência das novas terapêuticas. No entanto nem tudo foi negativo, aliás tendo em conta as particularidades da história contemporânea portuguesa muito foi feito e concretizado mesmo em alturas difíceis da vida nacional. A introdução de novos conhecimentos e a aplicação de novas invenções vindas do estrangeiro fez-se num espaço de tempo reduzido, quase sempre à custa de iniciativas particulares, que gozando das suas ligações internacionais importavam a tecnologia e o *know-how* quase simultaneamente, como foi o caso da tuberculina, da vacina BCG ou dos dispensários. Aliás os dispensários antituberculosos tal como foram concebidos e implementados em França e na Europa são de conceção portuguesa, o que prova que nem tudo foi mau, nem tudo foi em vão, nem tudo foram cópias do estrangeiro.

Conhecer, tratar e combater a “peste branca” em Portugal foi por isso um desafio para a comunidade médica e científica, para o Estado e para uma sociedade em transformação que apesar dos altos e baixos conseguiu controlar este flagelo social.

Orientador: Jorge Fernandes Alves

Data de defesa: 28 de novembro de 2012

Autor: **João-Heitor Rigaud**

Título: ***João Arroyo (1861-1930) – O Homem e a Obra. Dimensão Cívica e Atividade Musical***

Palavras-chave: João Arroyo; Parlamentarismo; Ministérios; Direito; Atividade Musical

Resumo:

O conselheiro João Marcelino Arroyo foi um portuense dotado de grande riqueza intelectual, cuja ação se manifestou no Direito, na política e na música com uma originalidade e um vigor que deram apreciável contributo para o enriquecimento do património coletivo nacional. Por vezes controverso e sempre combativo, João Arroyo caracterizou-se, na generalidade das suas realizações, por uma atitude perfeccionista que teve como resultado a profundidade e o alcance que a sua multifacetada obra apresenta.

Deste modo, em 1905, a *Ilustração Portuguesa* considerou oportuno homenagear o político dedicando-lhe a capa onde, a acompanhar uma excelente fotografia da autoria de Augusto Bobone, se inseria um pequeno mas expressivo texto que elucidava as razões que haviam presidido a esta opção do editor: Arroyo era um hábil político e um dos maiores oradores portugueses. Em 1907 voltaria à capa desta revista que prestava tributo ao talento musical que, desde o ano anterior, vinha, publicamente, revelando.

João Arroyo era conhecido pela sua incansável atividade parlamentar, pela ação ministerial, pela eficácia da atuação conjunta com Hintze Ribeiro e João Franco ao longo dos últimos quinze anos do século XIX e, a partir do início do século seguinte, ficou ainda conhecido pela preciosa coleção de obras de arte e pelas receções que dava em sua casa, onde reunia membros do Corpo Diplomático, do Parlamento e do Governo, jornalistas de todas as fações políticas e numerosos artistas. A partir de 1906 tornaram-se famosas as reuniões que organizou no palacete da Rua de Santo António dos Capuchos, verdadeiras conferências de imprensa em que o anfitrião patenteava o seu talento musical e as mais recentes obras que produzira.

Nos últimos anos da Monarquia, João Arroyo, monárquico convicto, era encarado como um caso de estudo por todos aqueles que com ele contactavam.

Nas primeiras décadas de noventa, estudar a obra e a ação de tal personalidade revelou-se uma urgência para publicistas como, entre tantos outros, Carlos Malheiro Dias, Alfredo Pinto, Paulo Osório, Augusto de Vasconcelos ou Trindade Coelho que, aliás, pouco mais fez do que repetir o que vinte anos antes D. António da Costa escrevera. Em estudos históricos, o nome de João Arroyo foi evocado por Rocha Martins na biografia de D. Carlos, tendo, por outro lado, aparecido nas clássicas obras memorialistas de Raul Brandão, António Cabral e António Maria da Silva que, ao contrário de outras e por razões diversas e complexas, contribuíram para difundir ideias que não se coadunavam com a realidade.

Note-se ainda que a obra do professor catedrático João Arroyo no campo das Ciências Jurídicas lhe valeu a eleição para a Academia das Ciências de Lisboa.

Porém, Arroyo não foi o produto ocasional de uma feliz convergência de manifestações fortuitas da natureza, mas também o resultado do meio em que nasceu. Herdou uma tradição sólida e desenvolveu-a de acordo com as suas capacidades, tendo como referência o meio de origem, ao serviço do qual nunca deixou de se sentir.

Deste modo, a partir de 1844, pelo menos, os Arroyo passaram a ser presença assídua nas páginas da imprensa periódica do Porto e Lisboa, que foram noticiando e comentando a par e passo a actividade e os acontecimentos relativos a esta ilustre família.

Assim, a leitura e análise de numerosas publicações periódicas tornou-se fundamental para investigar esta figura e entender o alcance das suas intervenções, situação que veio a ser alargada, no início do século XX, com a internacionalização do sucesso artístico de João Arroyo, primeiro nos países da Europa central e, depois, embora menos significativamente, na América do Sul.

Em Hamburgo foi possível encontrar dois documentos fundamentais. Um deles, pertencente ao espólio do que resta do arquivo do Stadttheater (Staatsoper), para além de dar a conhecer o nome de todos os artistas e técnicos que participaram nas apresentações da ópera *Amor de Perdição* nesse teatro, em 1910, responde à questão fundamental que é saber qual foi o estatuto destas apresentações, isto é, se se tratou de apresentações integradas na programação regular da temporada ou se, pelo contrário, esta ópera foi apresentada por cedência das instalações para fins privados. Pôde, deste modo, concluir-se com toda a segurança que o *Amor de Perdição* foi integrado na programação da temporada regular de assinatura e que alternou com a ópera de Mozart, *D. Giovanni*, um confronto do qual, a avaliar pela crítica, a peça do compositor português não saiu diminuída. Quanto ao segundo documento, trata-se de um recorte de jornal que integra a coleção de documentos teatrais da Faculdade de Letras da Universidade Hamburgo, e contém a importante crónica que Ferdinand Pfohl publicou sobre estas apresentações no *Hamburger Nachrichten*.

O conhecimento do texto integral desta crónica reveste-se da maior importância porque revela, circunstanciadamente, qual a ideia — partilhada por outros — que o ilustre crítico, pessoa culta e músico de grande valor, tinha de Portugal, país pelo qual não nutria consideração, e, por consequência, como encarava Arroyo em relação às suas origens.

Segundo o crítico, se Portugal era um país inexistente como nação civilizada, João Arroyo era um caso surpreendente de sucesso porque era educado, culto, talentoso e artista, qualidades cuja origem intrigavam o crítico e que atribuía ao cosmopolitismo de uma personalidade viajada. Por isso, com o objetivo de ilustrar o respeito que a obra do músico português lhe causava, recorreu ao *Tristan und Isolde*, de Wagner, e, estabelecendo uma comparação de grande ousadia para um espírito alemão da época, concluiu que um artista como Arroyo fazia viver a cultura de qualquer país, fosse ele Portugal, o que era fácil, em sua opinião, ou, até mesmo, a Alemanha, país que considerava culturalmente riquíssimo.

Quer pela extensão quer pela profundidade, este paradigmático texto é significativo do acolhimento que foi dispensado a João Arroyo na Europa de língua alemã do início do século XX, sendo, no entanto, de notar que se observa uma considerável diferença entre as crónicas publicadas no Norte e as que apresentaram os jornais do Sul, bem menos desagradáveis para com a Nação portuguesa.

Em resultado da sua obra e notoriedade, é natural que João Arroyo tivesse passado das páginas da imprensa periódica para as dos livros e dicionários enciclopédicos.

O autor que primeiro refletiu sobre João Arroyo foi D. António da Costa que, no seu livro *Auroras da Instrução pela Iniciativa Particular*, publicado no início da década

de 1880, lhe dedicou um pormenorizado capítulo, tendo como ponto de partida a fundação do Orfeão Académico de Coimbra que considerava especialmente relevante para o futuro do ensino em Portugal.

Já no início do século XX, Carlos Malheiro Dias, nas *Cartas de Lisboa*, escreveu páginas onde abordou, com grande sagacidade crítica, a oratória parlamentar de Arroyo e descreveu o panorama do colecionismo de arte lisboeta em que ele se notabilizara.

Neste início de século, outros autores se referiram a João Arroyo, sendo de destacar Brito Camacho que, surpreendentemente, no meio de uma extensa reflexão sobre a savana africana, dedicou uma página a explicar a origem do seu relacionamento com o músico, uma explicação que, aliás, é relevante para o entendimento cabal da atenção que o seu jornal, *A Luta*, lhe dedicou.

Os dicionários enciclopédicos, desde os mais antigos, fornecem informação correta e fiável acerca dos Arroyo, situação menos evidente no *Dicionário de Música*, de Tomás Borba e Fernando Lopes-Graça, e no *Dicionário Biográfico Parlamentar*, publicado sob a coordenação de Filomena Mónica, cuja entrada sobre João Arroyo contém algumas ideias influenciadas pela tradição e que se afiguram, hoje em dia, pouco justas.

De referir, ainda, a publicação de duas pequenas obras de divulgação sobre João Arroyo. Uma da autoria de Rodrigo Veloso e a outra, datada de 1941, de Júlio Eduardo dos Santos, que foi escrita no curto espaço de algumas semanas com o intuito de esclarecer o público lisboeta acerca da vida e obra de uma personalidade já então esquecida e cuja música estava em vias de voltar a ser apresentada, em Lisboa, no Teatro de S. Carlos.

Observa-se, então, que, desde há anos, os historiadores vêm sentindo a força da presença de João Arroyo nos seus estudos mas, no entanto, se excetuarmos, a *História de Portugal*, de Joaquim Veríssimo Serrão, e a biografia de D. Carlos elaborada por Rui Ramos, onde os respetivos autores procuraram interpretar o papel de Arroyo, a investigação histórica atual revela tendência para se satisfazer com a simples evocação do nome sem apresentar qualquer razão que justifique a necessidade de o fazer.

Conclui-se, portanto, que João Arroyo é uma figura incontornável dos círculos políticos e culturais no período cronológico referido. Esta tese, ao analisar a atuação de Arroyo no campo político, jurídico e musical, contextualiza a ação e aprofunda o entendimento do papel de uma personalidade polémica mas de inquestionável relevância.

Orientadora: Maria da Conceição Coelho de Meireles Pereira

Data de defesa: 16 de maio de 2012

Autor: **Sara Maria Costa Pinto**

Título: ***A Companhia de Simón Ruiz. Análise espacial de uma rede mercantil no século XVI***

Palavras-chave: Redes de negócio; História Económica; Circuitos de câmbio; Spatial History; Sistemas de Informação Geográfica

Resumo

A dissertação de doutoramento teve como objecto de estudo a companhia mercantil de Simón Ruiz, um mercador banqueiro da segunda metade do século XVI. Apresenta como proposta metodológica a análise dos lugares de negócio da rede organizada pelo mercador castelhano. Pretendeu, desta forma, compreender o papel do espaço nas dinâmicas das redes mercantis, num contexto de expansão económica a nível global.

A historiografia recente tem comprovado que a economia na época moderna foi dinamizada por redes de mercadores que operaram a grandes distâncias, a partir de firmas dispersas ao longo das rotas comerciais. Para a compreensão deste fenómeno reconhece-se a necessidade de representações espaciais, dado que o espaço geográfico providencia o enquadramento físico para a criação e difusão de redes. Neste contexto, a tese de doutoramento seguiu e aplicou os fundamentos teóricos da *spatial history*, pretendendo destacar o papel do espaço na exploração e análise dos fenómenos históricos.

Num primeiro nível, procurámos caracterizar individualmente os lugares-chave da rede de negócios de Simón Ruiz, tendo em conta os seus atributos e funções, tendo sido reconstituídas as “biografias” desses lugares. Essa primeira abordagem aos lugares da rede teve como objectivo perceber de que modo o perfil de cada lugar contribuiu para as estratégias de negócio. Foram consideradas questões como a multifuncionalidade ou a especialização, e a variabilidade das funções dos diversos lugares ao longo do tempo. Foram analisadas as geoentidades Medina del Campo, Lisboa, Antuérpia, Lyon, Madrid, Florença, Valladolid, Roma, Nantes e Sevilha.

No segundo nível, foi feita uma análise dinâmica da articulação dos lugares da rede, em ordem a identificar os espaços económicos da Companhia, resultantes, em simultâneo, dos atributos, das funções e das relações estabelecidas entre os lugares. A análise recaiu aqui sobre a totalidade de lugares, sendo aí analisados os fluxos financeiros, assentes na circulação de capital, e os fluxos mercantis, que incluíram circuitos europeus e circuitos ultramarinos. Foi ainda abordada a questão das relações familiares e da sua influência na organização e evolução da rede de agentes e de parceiros de negócio.

O universo documental que suportou a investigação é composto por duas tipologias documentais, ambas do arquivo da companhia de Simón Ruiz: as letras de câmbio (análise de 9242 letras produzidas entre os anos de 1553 e 1606), e a correspondência comercial enviada pelos agentes portugueses (análise de 299 cartas escritas entre os anos de 1558 e 1577). A sua conversão para bases de dados utilizou a ferramenta informática Timelink.

A análise do enquadramento geográfico dos negócios da companhia de Simón Ruiz permitiu desenhar um “espaço-movimento” e um espaço em movimento, sobre o qual averiguámos hierarquias, funções e relações. Procurando esclarecer de que modo a localização dos agentes resultou de estratégias de domínio de mercados, de acesso a rotas e a novos produtos, da necessidade de obtenção de informação e capital, ficou claro que,

se em meados do século XVI, Simón Ruiz, natural de Belorado, era mais um dos membros da activa comunidade mercantil de Burgos, entregue à venda de panos nas feiras de Medina, rapidamente concertou a sua acção com outros espaços económicos, estabelecendo contactos com mercados externos, estratégicos à sua actividade, quer em termos de abastecimento, como Nantes, quer em termos de consumo, como Sevilha. Neste processo, o acesso a novos mercados trouxe-lhe igualmente o acesso a outros importantes recursos: novos produtos e novas parcerias. No processo de identificação dos lugares-chave para o funcionamento da rede de negócios de Simón Ruiz, verificámos que os lugares que maior peso tinham, quer em termos de ocorrências, quer em termos de relações estabelecidas com outros lugares, eram as entidades geográficas que maior multifuncionalidade apresentaram. Ou seja, as praças que ofereceram uma maior diversidade de recursos para as actividades da companhia, foram também aquelas que estabeleceram mais relações, e que maior influência tiveram no desempenho dos seus negócios. Nesta hierarquia de lugares, duas praças destacaram-se. Na segunda metade do século XVI, Medina del Campo foi o nó central de uma rede de lugares cujas relações se desenvolveram em torno das dinâmicas geradas a partir de um grande eixo: o eixo Lisboa-Antuérpia.

A correspondência mostrou-nos como a capital portuguesa constituiu um mercado diversificado para os negócios da Companhia, que aqui comerciava com o sal, as especiarias, os cereais, os têxteis, os corantes, etc. Ao mesmo tempo, a história da sua participação nos fluxos financeiros da companhia dos Ruiz mostrou-nos também como, neste período, Lisboa era ainda pouco atractiva como praça de pagamentos, revelando uma constante falta de liquidez, susceptibilidade monetária, e inexperience no mundo dos câmbios. Interessante é verificar como Medina del Campo foi a responsável pelo colmatar desta limitação da praça portuguesa. Em certa medida, desde o início da articulação do eixo Lisboa-Antuérpia, é Medina que absorve os pagamentos remetidos pela comunidade mercantil portuguesa na praça flamenga. Este processo continua activo na década de 70 do século XVI, altura em que as actividades da companhia se concentram em torno deste eixo. As letras de câmbio movimentadas representam as remessas, quer de portugueses, quer de espanhóis, resultado do fluxo de mercadorias. Mas, como vimos também, resultam igualmente de um outro fenómeno, que se inicia por esta altura: a participação de Simón Ruiz na concretização de *asientos*, nomeadamente sobre o pagamento das tropas castelhanas na Flandres.

Quando analisámos as relações entre Simón Ruiz e os seus principais correspondentes, verificámos que, no que respeita a Lisboa e Antuérpia, a sua presença não assentava em nenhuma ligação familiar, mas em parcerias com as principais casas comerciais aí estabelecidas, como o caso dos Gomes d'Elvas, em Lisboa, e os Bonvisi, em Antuérpia. Demonstrámos como estas relações foram tão cruciais para o desempenho da Companhia, como as estabelecidas entre Simón Ruiz e o seu irmão, Andrés Ruiz, em Nantes. Neste sentido, as funções desempenhadas por um determinado lugar podem ser potencializadas na sua articulação com um outro lugar, criando-se uma relação de complementaridade, de cujo resultado sinérgico vai representar a mais-valia para o funcionamento e sucesso da rede que os ocupa. Paralelamente, esta relação resulta na inclusão de novos elementos na rede, redesenhando as relações que a suportam.

Sendo certo que a análise dos lugares-chave, dos nós centrais desta rede espacial, assim como dos fluxos financeiros e mercantis por eles dinamizados foi suficiente para descrever as características dos principais negócios a que se entregou a companhia de Simón Ruiz, o facto é que, para o sucesso destes negócios, foi essencial o papel desempenhado por lugares, que apesar de não constarem como nós centrais, revelam-se cruciais para a manutenção dos fluxos dentro da rede. Fluxos mercantis e fluxos financeiros que assentam na articulação de lugares centrais com lugares periféricos. Falámos dos portos marítimos e dos portos secos, dos centros produtores e abastecedores, das escalas e das alfândegas, estruturas de apoio que a companhia dominou. Falámos, também, de praças como Roma e Florença, igualmente periféricas, no que respeita aos circuitos financeiros, mas cruciais para a reunião de capital e circulação de crédito. Falámos ainda da rede de lugares que identificámos na Península Ibérica, os lugares dos pagadores das letras de câmbio, com ocorrências episódicas, cuja análise permitiu um vislumbre sobre a vastíssima rede de crédito de Simón Ruiz. À semelhança da geografia dos seus negócios, também o perfil dos seus clientes é heterogéneo, vasto e abrangente. Nesta medida, muitos destes lugares, apesar de não apresentarem uma grande relevância em termos de ocorrências – muitos apenas possuem uma ligação, com Medina, o nó central, são fundamentais para o funcionamento da rede, no âmbito de uma acção conjunta. Esta diversidade de mercados revela como a estratégia de Simón Ruiz foi a de identificar carências e dar-lhes resposta, convertendo-as em oportunidades. A dinâmica dos espaços, resultado da articulação entre as funções individuais de cada lugar, e os fluxos gerados e alimentados pela rede que estes constituíram, foi parte integrante das estratégias da rede de negócios de Simón Ruiz.

Em rigor, a análise dos negócios de Simón Ruiz permitiu o desenho de uma geografia, a geografia dessa Companhia, que poderá, ou não, ser específica dessa rede. Foram hierarquizados lugares, caracterizadas funções e estabelecidas complementaridades, mas estas precisam de ser comparadas com geografias de outras companhias

Orientadoras: Amélia Polónia e Monica Wachowicz

Data de defesa: 13 de dezembro de 2012

Autor/a: **Susana Isabel Marcelino Guerra Domingos**

Título: ***Portugal e Tailândia – Do fim da extraterritorialidade à entrada de Portugal na CEE (1925-1986)***

Palavras-chave: Portugal, Tailândia-Sião, Extraterritorialidade, Diplomacia, Relações Internacionais

Resumo:

O presente trabalho pretende dar continuação à investigação desenvolvida no mestrado, em que estudámos as relações entre Portugal e a Tailândia entre 1820 e 1925. Tentando aprofundar os estudos já existentes, reparar as lacunas e as omissões, e alargar o alcance das questões levantadas, propusemo-nos abordar então as relações entre ambos os países, colocando o acento sobre o singular regime jurídico-político que permitiu a Portugal manter uma presença privilegiada na região, numa nação que – inclusive sofrendo a presença de potências estrangeiras – nunca chegaria a constituir uma colónia.

Assim, do que se trata no presente estudo é de deslocar (alargar) a atenção sobre o período imediatamente posterior, até a atualidade recente, procurando – a partir do levantamento dos documentos existentes – reconstruir as especificidades políticas, comerciais, económicas e culturais da presença portuguesa e luso-asiática na Tailândia durante o século XX.

A hipótese diz respeito às relações entre Tailândia e Portugal e constata que as relações entre ambos os países estão marcadas, no século XX, por duas facetas: 1) a primeira, que vai desde a assinatura do tratado de extraterritorialidade ao início do século XX, e que se caracteriza por tratados bilaterais fortes, porém desaproveitados económica, política e geoestrategicamente por Portugal; 2) a segunda, marcada por um período de ausência de tratados relevantes, por uma pretensão de renovar os laços que apenas conduz à assinatura de pequenos tratados de pouca significação, e a uma série de encontros diplomáticos marcados por discursos grandiloquentes povoados de declarações de boas intenções, mas que não contribuem para um incremento nas relações entre os dois países, e cuja importância é basicamente a sua instrumentalização simbólica, por parte de ambos os estados.

A exploração da história contemporânea recente das relações entre a Tailândia e Portugal, em todo o caso, implica objetivos que se repartem segundo duas dimensões fundamentais: 1) a pesquisa do património documental e monumental comum, sobretudo a restituição de um arquivo primário rigoroso, inexistente até à data; e 2) a sua perspetivação histórica sobre os eixos da diplomacia, da política, da cultura e do comércio.

Por outro lado, essa análise tem por objetivo, menos a história geral das relações internacionais, que um trabalho sobre a história das relações bilaterais entre Portugal e Tailândia, muito embora na qual a consideração das relações internacionais jogue um papel importante. Nessa medida, a teoria das relações internacionais não domina nem sobredetermina a forma da investigação, mesmo se considerações teóricas sobre as relações internacionais possam ser pontualmente encontradas, respondendo a um objetivo explicativo concreto.

Acreditamos, no fundo, que a reconstrução do arquivo associado à história dos contatos e os tratados, as trocas e as negociações entre Portugal e Tailândia, isto é, a

disponibilização desse material documental, organizado criticamente, assim como a sua contextualização crítica, poderá chegar a contribuir para o desenvolvimento de outras investigações relacionadas com a presença de Portugal no Sudeste Asiático.

Na primeira parte, sobre a política externa de Portugal entre 1890 e 1986, faremos a análise do contexto político português desde finais do séc. XIX e ao longo do século XX, apresentando as linhas fundamentais que marcaram a atuação dos diversos regimes políticos nacionais.

A segunda parte contextualiza a evolução política tailandesa, desde a assinatura dos tratados desiguais até finais do século X: 1) ao modo como durante o processo político de consolidação de um estado democrático, se verificou a emergência de uma elite governativa de cariz militar, 2) ao modo como a Tailândia, logrando a saída da esfera de influência francesa e britânica em defesa da sua soberania nacional, acabando o país subordinado à política externa de Washington.

A terceira parte, baseada na sua maioria em documentos do Arquivo Histórico-Diplomático do MNE, refere-se aos contatos entre Portugal e a Tailândia durante a era dos tratados desiguais, pela análise dos tratados bilaterais estabelecidos durante esse período: o tratado de 1859, que estabeleceu o regime de extraterritorialidade português; o tratado de 1925 que o revogou; o tratado de 1938 que pôs fim ao direito de evocação português na Tailândia. Damos conta do processo de estabelecimento dos portugueses na Tailândia desde o princípio do século XVI, inserido no contexto das relações comerciais entre europeus e siameses, assim como do modo em que oscilaram estas relações e os tratados que as consagraram ao longo de diversas épocas. Este capítulo vai incidir não só sobre o processo que determinou o fim do regime de extraterritorialidade portuguesa na Tailândia, mas também na forma em que este processo ganhou forma à medida que ia sendo apresentado a todos os países que gozavam de direitos de jurisdição consular no reino. Por fim, a descrição do processo negocial do último tratado comercial luso-siamês, assinado em 1938, que erradicaria em definitivo o direito de evocação decorrente da extraterritorialidade, e todos os privilégios ocidentais detidos na Tailândia, fundando assim uma nova era siamesa de tratados em termos de equidade com as outras nações, que consagraria a posição internacional da Tailândia em bases renovadas.

A quarta parte, também ela baseada na correspondência diplomática entre o consulado em Bangucoque e o MNE em Lisboa, privilegia a imprensa nacional, para a análise dos contatos estabelecidos entre Portugal e a Tailândia durante o século XX, sob a forma de visitas de estado – a Portugal por Chulalongkorn em 1897 e por Bhumibol em 1960, de Jorge Sampaio à Tailândia, na qualidade de presidente da república, em 1999, e os últimos tratados assinados entre ambos os países (1985, 1989 e 2001).

O trabalho é completado por apêndices com o material documental associado à proposta, e apresenta mapas, cronologias, transcrições de documentos e tratados, assim como fotografias de arquivo.

As relações entre Portugal e Tailândia apresentam uma evolução cujo sentido é determinado pela passagem de uma época de relações forçadas e de tratados desiguais para outra, na qual as duas nações começam a sentar-se na mesa de negociações de uma forma mais igualitária, na tentativa de rearticular alianças comerciais e acordos jurídicos. Inscritas num contexto internacional dominado por grandes guerras, lutas emancipatórias

de povos colonizados, avanços de novas potências imperialistas na região e toda uma série de mudanças ao nível da política interna e externa de ambos os países, Portugal e Tailândia não são completamente donos desse processo, pelo que muitas vezes a contextualização de um tratado ou de uma visita dá o sentido do acontecimento de modo oblíquo.

O nosso propósito foi, neste sentido, menos que a tentativa de oferecer uma interpretação especulativa dos fatos relacionados, a reconstrução do arquivo associado, a partir dos documentos existentes, no intuito de estabelecer uma base material para futuras pesquisas relacionadas com a presença de Portugal na região. No tratamento dessas fontes, muitas vezes dispersas, incompletas, amputadas ou corrompidas, procuramos sempre acolher-nos ao registado, assinalando, quando necessário, as lacunas existentes. E, no intuito de oferecer um horizonte de sentido para os acontecimentos reconstruídos a partir do corpus documental levantado, introduzimos uma série de notas contextuais, tanto sobre as linhas gerais que marcaram a evolução da política externa portuguesa no século XX, como sobre as mudanças na política interna tailandesa que acabaram por influir as suas relações exteriores, nomeadamente no que diz respeito à sua relação com Portugal.

De forma geral, constatamos que o fato de não ter sido nunca uma colónia, mas ao mesmo tempo ter convivido (e colaborado) sempre com as potências estrangeiras na região, permitiu à Tailândia a manutenção de uma relação histórica de convivência com os governos ocidentais, de forma tal que, desde o fim dos tratados desiguais, nunca foram colocadas em causa as suas políticas internas, por menos democráticas que fossem. Desde finais do século XIX que os governos da Tailândia pretendem associar as suas administrações à ideia de progresso (leia-se ocidentalização) para se perpetuarem no poder; e, embora o povo tenha sido muitas vezes alvo da violência, ora a mãos ocidentais, ora a mãos siamesas, governos siameses e governos ocidentais pactuaram sistematicamente relegar estas questões em nome de uma história de amizade, de colaboração e de consenso.

Existe uma história das relações entre Portugal e Tailândia, mas não é a história da abertura de Tailândia ao mundo pela intercessão de Portugal – que as visitas de estado celebram em discursos repletos de lugares comuns –, nem é a história da amizade centenária entre duas potências essencialmente pacíficas, que os jornais oficialistas evocam de forma acrítica. Existe uma história que está marcada pela herança de uma série de tratados desiguais e por conversações árduas e conflituosas para serem renegociados. Uma história de significativas tensões diplomáticas sobre questões cujo peso efetivo na economia das duas nações foi em geral insignificante. E uma história de apropriações simbólicas de um passado comum inexplorado, por parte de monarquias absolutas e constitucionais, por governos democráticos e ditaduras militares.

Passados quinhentos anos da celebração dos primeiros contatos entre Tailândia e Portugal, o presente trabalho propôs-se apenas trazer à luz alguns elementos fundamentais para a reconstrução dessa história.

Orientador: Jorge Fernandes Alves

Data de defesa: 5 de maio de 2012

Autora: **Suzana Margarida Dias dos Santos Cavaco**

Título: ***Mercado Media em Portugal no Período Marcelista***

Palavras-chave: Marcelismo, Estado Novo, Jornalismo, Assessoria de Comunicação, Mercados Media

Resumo:

O panorama da propriedade da imprensa portuguesa, tradicionalmente detida por empresas familiares, alterou-se nos últimos anos do Estado Novo. Durante os governos de Marcello Caetano (1968-1974), seis diários foram adquiridos por grandes grupos económicos privados. Deste intenso movimento de concentração, resultou a ideia generalizada de que tais aquisições foram sugeridas, apoiadas, incentivadas, ou impostas pelo Presidente do Conselho. Terá sido assim? O regime marcelista, para controlar o poder dos media, não se limitou a recorrer à censura/exame prévio? De que forma(s) o procurou fazer? Estas questões associam-se a outras: Num regime autoritário, o que tornava o negócio dos media atrativo aos grandes grupos económicos (à escala portuguesa)? Como é que estes grupos “não puros” (organizações não especializadas em media, ou seja, cujo *core business* não era os media) encaravam o negócio dos media?

Seguindo a metodologia de análise histórica, cruzámos várias técnicas de pesquisa (análise documental, análise textual e entrevistas), para testar as seguintes hipóteses: a) No Estado Novo, a influência do poder político na atividade media não se limitou à regulação legal do sector e sua burocratização; b) A aquisição de empresas media por grupos económicos privados nem sempre foi apoiada pelo líder do regime autoritário, Marcello Caetano; c) Em Portugal, no período marcelista, a obtenção de benefícios da aquisição de um órgão de comunicação social por um grupo económico privado “não puro” passou mais por apoiar e/ou pressionar o poder político do que pelo (real ou potencial) desempenho económico da empresa (lucro).

Estudar os media apela ao conhecimento e compreensão da complexidade que caracteriza esta indústria, quer em termos endógenos e de microambiente (processos de produção, produtos, e mercados), quer em termos de forças externas que compõem o macroambiente (nomeadamente forças políticas, económicas, socioculturais e tecnológicas). Os relatórios e contas das empresas media (e de empresas a elas relacionadas) mostraram-se fonte valiosa de informação quanto à evolução do desempenho económico de cada empresa, assim como em relação a receios, anseios e expectativas. Ajudaram-nos a identificar oportunidades e ameaças. Depois de um período favorável em investimento publicitário (estimulado pelo crescimento da economia e pela emergência do consumismo), a indústria media viveu tempos difíceis. A crise petrolífera de 1973 refletiu-se quer na quebra de volume de receitas proveniente dos anunciantes, quer no encarecimento e na escassez da principal matéria-prima dos media impressos (papel).

Interessada em empresas jornalísticas frágeis e/ou reverentes, o poder político soube potenciar o risco deste negócio através da regulação e da co-regulação. Exemplo: protelou o quanto pôde o seu aval às subidas de preço de venda avulsa de jornais. A censura prévia constituiu um dos maiores constrangimentos à atividade dos media: coartava-a de satisfazer as necessidades dos clientes; impedia a justa concorrência; provocava desperdícios (tempo e material) e prejuízos. Os atrasos nos serviços de censura

colocavam o jornal no dilema: ou prescindia de informação interessante (atual e oportuna) para o leitor; ou esperava e corria riscos de não vender o produto (por chegar tarde ou não chegar às bancas). Relativamente aos jornalistas, o poder político impedia-os de se comprometerem com a verdade, especialmente em assuntos relevantes ao país. Feria os jornalistas no âmago, na sua dignidade e brio profissional. Para compensar a “rolha”, promoveu bons vencimentos e regalias laborais. A entrada nos bastidores através do estudo da correspondência de Caetano (guardada por ele e hoje depositada na Torre do Tombo, no Arquivo Marcello Caetano) mostrou-se essencial para descortinar as relações complexas (cumplicidades, conflitos, interdependências, contradições) que se estabeleciam: por um lado, entre o Governo e os atores media (entendidos aqui como redatores, chefes de redação, diretores, administradores e proprietários) e, por outro lado, entre o Governo e os grupos económicos.

Compreender o marcelismo, enquanto projeto político antes e durante o exercício do poder, impôs-se como um dos primeiros passos desta investigação. O estudo das convicções expressas por Caetano em público (em livros, discursos, palestras, programas de televisão, entrevistas e artigos de jornal) e em privado (através da atividade epistolar) permitiu-nos concluir que Caetano, quando assumiu a chefia do Governo, não pretendia transformar o regime (que ele próprio ajudou a construir desde o início), mas renová-lo. Não acreditava na viabilidade de uma democracia pluripartidária em Portugal. Em termos políticos, as mudanças foram essencialmente nominais, meras manobras de cosmética. As prioridades de Caetano passavam pela defesa das possessões ultramarinas, pela abertura da economia e pelas reformas sociais. Caminhos que se entrecruzaram e que o levaram a um crescente isolamento e a um beco sem saída.

As eleições de 1969 afiguram-se-nos como um dos momentos mais decisivos da governação marcelista. Diferente de Salazar, Caetano procurou “força moral” no assentimento das massas populares. Apesar do combate desigual, ensaiou-se uma abertura política. Atraíram-se jovens progressistas para as listas da União Nacional (“partido” único). O Parlamento foi renovado em mais de 75%. Com uma visão mais moderna do uso dos media do que o seu antecessor, apostou na assessoria de comunicação, para controlar o conteúdo mediático (informação, opinião e entretenimento), concentrando especial atenção nos órgãos de comunicação menos situacionistas. As expectativas de Caetano face à campanha eleitoral e ao desempenho da assessoria de comunicação saíram goradas. De pouco valeram: o desempenho oculto da assessoria (encoberto sob o manto do negócio da publicidade); a censura económica (através da publicidade e do assumir posição acionista numa empresa jornalística); as manobras para manipular jornalistas (através da agência de notícias *Informa*, expressamente criada para esse efeito); a colaboração de dirigentes media que se prestavam a atos de censura interna a montante (prevenção) e a jusante da censura oficial (após a atuação desta); o conluio do presidente do Sindicato Nacional dos Jornalistas (para não se debater a liberdade de imprensa). Caetano optou por não prescindir da censura, tendo para isto contribuído o conselho dos serviços do regime para que ela não fosse abolida dado o “grande número de bons redatores” opositores ao regime que acederam à profissão, nos anos recentes. Tratava-se de jovens mais escolarizados, mais politizados e com sensibilidade deontológica, ou seja menos/não manipuláveis ou reverentes.

Nem a censura, nem a crise provocada pelo “choque petrolífero”, nem as altas taxas de iliteracia num país de pequena dimensão, inibiram o interesse de grandes grupos nesta indústria. Preferiram adquirir empresas jornalísticas por quantias exorbitantes (para a época), do que criar novos projetos editoriais. Não aproveitaram o fim da autorização prévia (avaliação da “idoneidade intelectual e moral dos responsáveis”) e da caução. Duas exigências impostas pelo Estado às publicações periódicas e que funcionaram, entre 1936 e 1972, como barreiras à entrada de novos agentes, impedindo a diversidade dos media (já que o pluralismo era proibido). O fim da autorização prévia possibilitou o lançamento do semanário *Expresso* por um deputado da Assembleia Nacional, que, integrado na chamada “ala liberal”, estava nessa altura em rota de colisão com o chefe do Governo.

A série de entrevistas que realizámos, cruzada com várias fontes, põe em evidência as teias de interesse que se desenhavam entre poder político e poder económico. Mostra que as relações (de proximidade ou de afastamento) entre estes poderes e as rivalidades entre grupos económicos foram catalisadoras do movimento de aquisição de jornais. Foi por altura da campanha eleitoral de 1969 que um jovem banqueiro, Miguel Quina (patrão do assessor de comunicação de Caetano), ousou adquirir jornais sem a habitual anuência do Presidente do Conselho. Conhecida a importância atribuída por Caetano à imprensa na formação da opinião pública, esse empresário encarava os jornais como “instrumentos de pressão” sobre o Governo, esperando que este fosse especialmente favorável aos seus negócios (caso dos estaleiros navais e caso das autoestradas). Percebendo o perigo de ficar nas mãos de um empresário que não lhe inspirava total confiança, Caetano resistiu a pressões. Mas, acabou por jogar um jogo perigoso de difícil controlo, ao tentar moderar poderes de grupos económicos rivais, usando órgãos de comunicação social e tirando partido da dependência de decisão do Estado que certos negócios continuavam a ter. Caetano “abençoou” as aquisições de jornais por Manuel Queiroz Pereira (empresário amigo) e por Jorge de Brito (empresário colaborador): o primeiro adquiriu empresas média falidas e recebeu licença para nova cimenteira, desagradando a António Champalimaud; o segundo venceu o concurso das autoestradas, após comprar o grupo do *Século* por meio milhão de contos, desagradando Quina. Dado a escolher entre autoestradas e refinarias, os Mello da CUF optaram pela petroquímica de Sines, desagradando Champalimaud. Este último preparava-se para adquirir um jornal quando caiu o regime. Neste “jogo”, os dois empresários (Quina e Champalimaud) reagiram publicamente com uma dureza verbal inédita no Estado Novo. Tais conflitos fragilizaram uma das bases que se pressupunham de apoio ao poder político estabelecido.

Este estudo, que contribui para o aprofundamento do conhecimento do mercado media nos últimos anos do Estado Novo, traz luz acerca das motivações escondidas que envolveram a aquisição de jornais por parte de grandes grupos económicos. Conclui que usar a imprensa como “instrumento de pressão” sobre o Governo não trouxe os benefícios esperados; e que adquirir jornais como estratégia de apoio a Caetano e seu Governo não foi suficiente para segurar o regime autoritário, que perdurava há quase meio século.

Orientadores: Jorge Fernandes Alves (U. Porto) e Marcelo Rebelo de Sousa (U. Lisboa).

Data de defesa: 3 de fevereiro de 2012

Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário

Autora: **Ana Isabel de Freitas Rodrigues**

Título: *Reflexões sobre a minha prática docente enquanto professora de História e Geografia: contributo das vozes dos meus alunos*

Palavras-chave: Aprendizagem Significativa; Professor reflexivo; Diário de aula; Modos de trabalho pedagógico

Resumo

O presente estudo concretizou-se através da elaboração de diários de aula, por parte dos alunos, nas aulas por mim lecionadas na disciplina de História e na disciplina de Geografia, na Escola Básica de Arrifana, onde realizei o estágio à prática profissional docente, de forma a tentar perceber se era possível o professor melhorar a sua prática pedagógica ouvindo as vozes dos alunos.

É fundamental o professor ter consciência que desempenha um papel, cada vez mais, importante na educação. É importante consciencializar-se que a sociedade lhe deposita responsabilidades com os jovens de hoje e cidadãos de amanhã. O professor não é mais um “mero” transmissor do conhecimento, mas sim um orientador dentro da sala de aula, que lança desafios aos alunos para que estes descubram o conhecimento, através de recursos disponibilizados pelo professor.

Neste sentido, é urgente que o professor se torne reflexivo, capaz de questionar a sua prática e se colocar em causa, de utilizar novos métodos e técnicas na sala de aula, de perceber como pode melhorar a sua prática, de forma a proporcionar aprendizagens significativas aos alunos.

Assim, o meu objetivo passou por perceber como é que os alunos vêem as minhas aulas de História e de Geografia, se as estratégias pedagógicas permitiram a aprendizagem dos conteúdos previamente identificados por mim, qual a opinião dos alunos sobre os recursos/métodos de trabalho utilizados, como me vêem enquanto professora de História e de Geografia.

Enquanto docente e educadora trabalho para os alunos e pretendo que estes obtenham sucesso, logo é sensato ouvir o que estes têm para me dizer acerca dos meus métodos e estratégias. Ao mesmo tempo, ninguém melhor do que os alunos para me dizerem se estão a perceber ou não os conteúdos abordados na sala de aula, quais as minhas virtudes e os meus defeitos.

A minha amostra de conveniência é constituída por 21 alunos do 8º ano na disciplina de História e por 26 alunos do 9.º ano na disciplina de Geografia. Apesar da metodologia de análise – análise de conteúdo – ser a mesma para ambas as disciplinas, o mesmo não acontece com a técnica de recolha de informação. Na disciplina de História apliquei um guião orientador para os alunos elaborarem o diário de aula. Esta orientação consistiu em dois guiões distintos. Na primeira aula em que os alunos elaboraram o diário, foi-lhes entregue o primeiro guião que iria ao encontro do que pretendia recolher em

relação ao contexto de sala de aula, mas também ao ambiente escolar, nomeadamente, na relação com a escola e com os colegas. Este guião continha questões orientadoras relativas aos campos de trabalho já mencionados, de forma a orientar os alunos na atividade.

Na segunda aula entreguei o segundo guião aos alunos, que serviu de orientação para os diários de aula seguintes. Esta orientação estava mais limitada, pretendendo apenas obter informação relativa aos conteúdos temáticos e aos modos de trabalho pedagógico, considerados indispensáveis para o objetivo central deste trabalho.

É importante referir que em ambos os guiões informava os alunos acerca do objetivo da atividade que lhes estava a ser solicitada e que esta não tinha qualquer finalidade avaliativa. Além disso, também informava os alunos que poderiam focar os vários assuntos consoante a ordem que quisessem, assim como lhes dava liberdade de abordar outros assuntos além dos que se encontravam nas questões, desde que os considerassem relevantes e necessários para o diário.

Na disciplina de Geografia não houve qualquer tipo de orientação, tendo sido unicamente pedido aos alunos que elaborassem o diário de aula. No entanto, foi necessário explicar-lhes o que eram diários de aula e qual a finalidade dos diários que iriam elaborar.

Convém salientar que na disciplina de História os alunos elaboraram o diário de aula em casa e não nas aulas, pois o programa da disciplina é extenso e a carga horária diminuta. No entanto, como professora estagiária e principiante no campo da investigação, não me apercebi de como esta situação poderia levar à perda de informação ou obter informação manipulada. Isto porque, os alunos poderiam elaborar o diário de aula em grupo não expondo a sua verdadeira opinião. Assim como, ao identificarem os conteúdos temáticos abordados na aula, alguns limitaram-se a copiar o sumário de aula.

As conclusões deste estudo são que a orientação proporcionada aos alunos na disciplina de História, não foi sinónimo de mais informação. Pois, os alunos limitaram-se a responder às questões orientadoras. Enquanto na disciplina de Geografia os diários de aula podem ser mais pequenos em texto informativo, mas igualmente ricos em informação.

Através da análise de conteúdo dos diários de aula dos alunos, foi possível perceber uma série de questões que para mim eram verdadeiros problemas e não sabia como os resolver. Pois, inicialmente, não compreendia como é que planeava aulas, do meu ponto de vista, tão dinâmicas e interessantes, mas que na prática resultavam em aulas expositivas e cansativas. Foi então, que comecei a ter em conta as sugestões dos alunos expressas nos diários de aula, tentando melhorar/aperfeiçoar a minha prática pedagógica, o que acabou por ter resultados positivos e os alunos referiram que gostaram bem mais da atitude e da postura da professora.

Com a sucessão dos diários, consigo perceber como a minha prática pedagógica foi evoluindo, mas não sou só eu que me apercebo desta situação, também os alunos referem que acharam a professora mais á vontade e que o seu trabalho apresentou melhorias de aula para aula.

Assim, posso concluir que os diários de aula dos alunos me deram mais segurança, o que me ajudou a melhorar o meu desempenho na sala de aula. Pois, ao sentir-me mais

segura tornei-me mais entusiástica, marquei a minha presença na sala de aula impondo-me perante a turma. Ou seja, com a reflexão dos alunos e com a nossa própria reflexão podemos melhorar e evoluir em conformidade, adequando o processo ensino aprendizagem ao perfil dos alunos.

Neste contexto, posso dizer que ouvir as vozes dos alunos, através dos diários de aula, foi uma mais valia, pois consegui evoluir e melhorar a minha prática pedagógica, podendo, deste modo, afirmar que é possível o professor melhorar a sua prática ouvindo os alunos.

Orientadores: Maria Felisbela de Sousa Martins e Luís Antunes Grosso Correia.

Data da defesa: 15 de novembro de 2013.

Autora: **Ana Isabel Sousa Dias**

Título: ***A fotografia no ensino da História***

Palavras-chave: Fotografia, Ensino da História, Fotojornalismo, Pesquisa Autônoma

Resumo

O ato de fotografar uma paisagem, um objeto, ou uma pessoa, significa que queremos registrar algo ao qual conferimos importância. Encaramos este relatório como uma “revelação” embora parcial de tantos registros que fomos efetuando ao longo da sua realização.

Desde a sua invenção, a fotografia, passou de mera curiosidade técnica ou atração de feira, para se converter numa linguagem. Foi ela própria o motor de uma revolução, a da imagem, com a democratização de um tipo concreto de criação quando ficou ao alcance de toda a sociedade. Terminava a era da exclusividade. No entanto, teve sempre dificuldade em distanciar-se da pintura, com a qual partilhou temas, perspectivas e motivações.

Diariamente, somos confrontados com representações fotográficas nos ecrãs, na televisão, nos livros, nos museus, na publicidade e na maioria das vezes são ignoradas ou consumidas furtivamente no seu primeiro sentido. E é normal que assim seja, ninguém conseguiria analisar todas essas imagens, sob o risco de deixar de viver ou agir. Face a esta civilização da imagem em que estamos inseridos a Escola não pode ficar alheia ao que se desenrola à sua volta e também deve aproveitar as vantagens decorrentes da utilização de novos recursos/documentos se daí decorrerem vantagens para o processo de ensino-aprendizagem. Sabemos que as fotografias são uma representação do real, que os fotógrafos enquanto produtores de imagens são intérpretes do passado e as suas fotografias não foram produzidas com o objetivo de serem utilizadas como documento histórico ou recurso didático nas aulas de História.

A fotografia não é de modo algum um meio neutro, a sua reprodução do real nunca é completamente fiel. Quer nos demos conta disso ou não, a máquina fotográfica altera a aparência das coisas, a fotografia reinterpreta o mundo à nossa volta fazendo com que o contemplemos com olhos novos.

Apesar de não ser nossa pretensão aprofundar as teorias da interpretação da fotografia, gostaríamos, no entanto, de aqui lembrar que a análise iconográfica situa-se ao nível da descrição e não da interpretação, enquanto que a iconologia se refere ao método de interpretação que advém da síntese mais que da análise. A análise iconográfica, no caso das fotografias, situa-se a meio caminho da busca do significado do conteúdo, pelo que o ver, descrever e constatar já não são suficientes. Peter Burke refere que a prática da iconografia também implica uma crítica da pressuposição do realismo fotográfico na nossa *cultura de instantâneos*. Assim como existem diversos tipos de imagens, existem inevitavelmente diversos tipos de interpretações. Nenhuma mensagem, seja ela qual for, se pode arrogar uma interpretação unívoca. Inversamente, ainda que cada leitor ou espetador seja único e possua a sua própria grelha interpretativa, que pode ela própria variar de acordo com as circunstâncias, a interpretação de uma obra nem por isso é ilimitada, pois tem limites e regras de funcionamento.

A partir da década de 1960, com o aparecimento da Semiologia, determinado número de trabalhos começou a abordar outros textos que não os verbais, como aqueles relacionados com a pintura, o cinema ou a televisão. A interpretação das imagens situa-se assim no âmago da interrogação semiológica que, embora comece por se inquirir quanto ao significado das imagens enquanto intenção da obra, chega necessariamente ao ponto de se interrogar sobre o que se passa com esta significação, quando filtrada pela leitura e pela interpretação, ou seja, pela interpretação do leitor.

Considerar a imagem como uma mensagem visual composta de diferentes tipos de signos equivale a considerá-la como uma linguagem e, portanto, como um instrumento de expressão e de comunicação. Quer ela seja expressiva ou comunicativa, podemos admitir que uma imagem constitui sempre uma mensagem para o outro, mesmo quando esse outro é o próprio autor da mensagem. É por isso que uma das precauções necessárias a tomar para melhor compreender uma mensagem visual é procurar para quem ela foi produzida. No entanto, identificar o destinatário da mensagem visual não é suficiente para compreender o objetivo que ela é suposta servir. A função da mensagem visual é, com efeito, também ela, determinante para a compreensão do seu conteúdo. Toda a mensagem requer primeiramente um contexto, também designado como referente, para o qual ela remete; requer seguidamente um código pelo menos parcialmente comum ao destinatador e ao destinatário; é também necessário um contacto, canal físico entre os protagonistas que permitem estabelecer a comunicação.

Estamos cientes das limitações da utilização da fotografia pelas problemáticas que encerra nomeadamente, ao nível da sua interpretação. Mas será provavelmente uma forma de contribuir para desenvolver nos alunos a linguagem visual e intrinsecamente a literacia visual. A visualidade colabora com a perceção da representação do tempo histórico e constitui uma forma de produção de conhecimento alternativa ao domínio da linguagem verbal.

Se as fotografias registam factos, acontecimentos, situações vividas num tempo presente que logo se torna passado, permitem ao aluno situar-se num espaço e num tempo que não é o dele. O facto de termos lecionado níveis de ensino cujo período histórico em análise recaiu na época contemporânea permitiu aceder a um vasto acervo fotográfico dada a coincidência cronológica com a invenção da fotografia, na primeira metade do século XIX. As fotografias que serviram para a elaboração de recursos didáticos utilizados nas aulas (as de Dorothea Lange e de Gérald Bloncourt, entre outros), permitiram privilegiar uma conceção construtivista do processo ensino-aprendizagem, enfatizando o papel do aluno na estruturação de aprendizagens significativas. Possibilitaram a utilização de estratégias de indagação, problematização e debate crítico, organizadas em torno de atividades, abertas, mais ou menos precisas, que os alunos levaram a cabo sob a nossa orientação.

Sabemos que em qualquer tema, é indispensável a análise de documentos e a fotografia ao ser considerada como um documento iconográfico, permitiu-nos promover esta estratégia a partir da qual se desenvolveu o espírito de pesquisa, se exerceu o sentido crítico, se apurou a sensibilidade estética e se construiu o conhecimento histórico. A sua abordagem contemplou sempre a interpretação do seu sentido global, a partir da identificação do autor, da data, local e dos seus elementos essenciais de informação.

Também promovemos a utilização das novas tecnologias de informação que despertaram o interesse dos alunos e constituíram um excelente meio de aprendizagem, nomeadamente através do processamento e tratamento gráfico de informação e da utilização de bases de dados de agências internacionais de fotojornalismo (Corbis/Bettmann, Magnum e World Press Photo).

Do conjunto de intervenções realizadas nas aulas de regência destacamos o trabalho de pesquisa de uma fotografia, pela possibilidade que conferiu aos alunos de realizarem as suas escolhas de acordo com os seus gostos e conhecimentos prévios, e respeitou-se o ritmo de aprendizagem dos mesmos.

No nosso relatório reportamos o trabalho realizado no âmbito do estágio pedagógico, na área disciplinar de História, realizado na Escola Secundária de Paredes, no ano letivo 2011/2012. O nosso pressuposto inicial era compreender o papel que a fotografia pode desempenhar enquanto recurso educativo, compreender a viabilidade das fontes fotográficas no processo de ensino-aprendizagem, na prática docente do ensino de História e na construção do conhecimento histórico escolar.

O relatório foi organizado em duas partes: a primeira de enquadramento teórico e a segunda de apresentação do estudo empírico. A primeira parte estrutura-se de acordo com dois eixos fundamentais. O primeiro incide sobre algumas questões em torno da fotografia. O segundo eixo remete-nos para a relação dos historiadores com a fotografia e para o ensino de História utilizando a fotografia. Na segunda parte apresenta-se o enquadramento metodológico e expõem-se os resultados do estudo empírico realizado junto de alunos do 9º e 12º anos de escolaridade, de acordo com as duas fases em que o mesmo se realizou: primeiro, a utilização da fotografia enquanto recurso didático e/ou documento histórico nas nossas aulas de regência; e, segundo, a realização de um trabalho individual de pesquisa por parte dos alunos das referidas turmas. Realizamos a recolha de dados através de inquéritos por questionário e os alunos realizaram as pesquisas para o trabalho individual em sítios em linha (sites) de agências internacionais recomendados. O tratamento dos dados recolhidos permitiu comparar as respostas globais de diferentes categorias e analisar as correlações entre as variáveis.

Numa análise global dos resultados empiricamente colhidos, os alunos sentiram à vontade na identificação do autor, objectivo, local data, título e/ou temática da fotografia. Já o mesmo não se pode afirmar quanto à sua capacidade de justificação e de interpretação da fotografia seleccionada. Para os alunos o objetivo dominante do fotógrafo foi “mostrar” e “dar a conhecer” uma determinada realidade, ou seja, as suas intenções visam informar, sensibilizar e, em alguns casos, denunciar. Os alunos destacaram ainda como vantagens da pesquisa fotográfica realizada o seguinte: o interesse que a pesquisa lhes suscitou; por não se tratar de uma aula “normal” de História; terem a possibilidade de escolher os conteúdos de aprendizagem; poderem confirmar o que aprenderam nas aulas; e perceberem melhor a realidade que a fotografia retratava.

No que concerne às limitações estamos cientes que a fotografia é uma representação da realidade e que muitos são os fatores inerentes ao disparo da máquina fotográfica. Por ser de uma linguagem visual coloca algumas dificuldades na sua análise e interpretação. No entanto, os resultados obtidos a partir da análise dos dados permitiram constatar que

os alunos se sentem motivados para trabalhar com fotografias e que as consideram significativas para a aprendizagem da disciplina de História.

Pelo exposto, afirmamos que a fotografia deve ser utilizada nas aulas de História, como recurso didático e como fonte histórica, afastando-se daquela que era a sua principal função, a de simples ilustração, ou como reforço de uma ideia expressa na aula pelo professor ou pelo texto do manual adotado.

À guisa de conclusão, somos levados a questionar se não conseguimos pelo menos em parte dar resposta ao tema inicial do nosso relatório, quando queríamos compreender o papel da internet no ensino da História. Na medida em que os nossos alunos desenvolveram um trabalho a partir de pesquisas na internet e que esse mesmo meio nos permitiu colocar em contacto os autores das fotografias e os seus agentes, que poderiam ter interagido com os alunos, tal como aconteceu connosco, confirmando a expressão de que vivemos numa aldeia global.

Orientador: Luís Antunes Grosso Correia

Data de defesa: 17 de novembro de 2012

Autora: **Ana Luísa da Silva Brito**

Título: ***O contributo dos Jornais no ensino da História e Geografia***

Palavras-chave: Imprensa; Didática; História; Geografia; Jornal

Resumo:

Procurando percorrer um ensino que desenvolva no aluno um olhar crítico e reflexivo sobre o mundo que o rodeia, torna-se imperativo desenvolver nos alunos habilidades e competências que permitam, entre outras coisas, a interpretação de textos e comunicações das mais diversas áreas da Ciência, de tal forma que torne possível o posicionamento crítico em relação a esses temas presentes no seu quotidiano.

Neste sentido, com este trabalho pretendemos demonstrar que um dos meios de comunicação social que pode ser utilizado em contexto de sala de aula, a fim de constituir um recurso motivador e facilitador do processo ensino-aprendizagem, ou ainda um instrumento promotor de uma literacia científica por parte dos alunos, é o jornal.

A fim de comprovar estes nossos pressupostos teóricos, desenvolvemos uma metodologia que assentou na lecionação de uma temática recorrendo, numa primeira fase ao tratamento de notícias e em um momento posterior à produção de uma notícia, tudo isto através de fichas de trabalho devidamente orientadas neste sentido. Desta feita, validamos os jornais enquanto fonte de riqueza de material importante para o estudo das Ciências, mas também enquanto instrumentos potenciadores de aprendizagens significativas. Com efeito, pelas respostas dos estudantes dadas sobre as notícias trabalhadas, ficou evidente que a partir das mesmas compreenderam de forma proficiente as temáticas em abordagem. Além disso, a produção de notícias permitiu-nos perceber que os discentes se baseavam em conhecimentos anteriormente tratados nas notícias, facto que comprova a eficiente assimilação e compreensão da informação temática. Estas notícias elaboradas por todos os elementos das turmas continham ainda as opiniões e deduções retiradas dos alunos sobre os assuntos em análise, facto que revela que estas atividades foram, sem dúvida alguma, bastante motivadoras e proveitosas. Procurando percorrer um ensino que desenvolva no aluno um olhar crítico e reflexivo sobre o mundo que o rodeia, torna-se imperativo desenvolver nos alunos habilidades e competências que permitam, entre outras coisas, a interpretação de textos e comunicações das mais diversas áreas da Ciência, de tal forma que torne possível o posicionamento crítico em relação a esses temas presentes no seu quotidiano.

Neste sentido, com este trabalho pretendemos demonstrar que um dos meios de comunicação social que pode ser utilizado em contexto de sala de aula, a fim de constituir um recurso motivador e facilitador do processo ensino-aprendizagem, ou ainda um instrumento promotor de uma literacia científica por parte dos alunos, é o jornal.

Orientadoras: Cláudia Sofia Pinto Ribeiro de Castro e Elsa Maria Teixeira Pacheco

Data de defesa: 12 de Novembro de 2012

Autor: **Armando Duarte Martins Figueiredo**

Título: ***Ruínas e a Experiência do Lugar: contributos do filme documentário e da saída de campo no desenvolvimento das aprendizagens em História e Geografia***

Palavras-chave: Filme documentário, Saída de campo, Geografia, História.

Resumo

A temática deste trabalho tem como objeto de estudo a obra *Ruínas* de Manuel Mozos e que, a partir dele, nos foi possível abordar as imagens, o filme documentário produzido em Portugal e determinados lugares (ou espaços) no território português, enquadrando a instituição escolar e as intervenções educativas e curriculares a ele inerentes.

Se, por um lado, o *Ruínas* é o ponto de partida para o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos, por outro lado, a saída de campo realizada a um dos lugares visualizados nesta película foi o culminar de todo um processo educativo realizado nas áreas curriculares de História e Geografia, numa clara promoção da interdisciplinaridade.

O presente relatório envolveu os alunos de uma turma do décimo e décimo primeiro anos do Curso Profissional de Técnico de Turismo, no ano letivo de 2011/2012, na Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves, localizada na freguesia de Valadares, concelho de Vila Nova de Gaia, sendo desenvolvido no contexto de iniciação à prática profissional do Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

No sentido de avaliar a proficuidade deste documento / recurso didático no ensino da História e da Geografia, procurou-se obter respostas às seguintes questões de partida: este recurso audiovisual – o filme documentário *Ruínas* – é potenciador do processo ensino-aprendizagem? Quais e como utilizar estratégias educativas para o desenvolvimento deste recurso à luz da nossa pretensão? É possível perceber (compreender) o filme documentário *Ruínas* à luz da experiência educativa que foi a saída de campo como metodologia na Geografia e na História, potenciando nos alunos a experiência de um lugar, o entendimento daquele lugar como fenómeno e enquadrá-lo nos conteúdos programáticos das duas disciplinas? Qual o relacionamento entre a Geografia e a História no processo ensino-aprendizagem e até que ponto foi possível estabelecer e aprofundar essa interdisciplinaridade?

Neste trabalho procurámos direcionar os alunos para a reflexão sobre o uso deste género cinematográfico no âmbito de um maior aprofundamento das relações espaço (do lugar), tempo, memória, paisagem e património e, concretamente, da importância do património edificado e natural no sentido de promover uma visão cultural e educativa histórico-geográfica nos alunos, sensibilizando-os e desenvolvendo capacidades e conhecimentos intelectuais através das experiências educativas realizadas, sendo alicerçadas numa operacionalização mais prática e situada.

A fundamentação teórica foi baseada nas características do filme documentário em geral e do *Ruínas* em concreto, assim como nas características da saída de campo que serviram como metodologia utilizada numa das experiências educativas, focalizando e explanando o Sanatório Marítimo do Norte como o lugar “escolhido” de entre todos os outros lugares visualizados na película.

Neste trabalho enquadraram-se o contexto institucional e curricular onde se explorou e se situou este recurso didático: quais as suas potencialidades no ensino da Geografia e da História da Cultura e das Artes e, em concreto, no curso profissional de técnico de turismo.

Foram patenteadas as intervenções educativas elaboradas, os instrumentos de recolha de dados utilizados, desenvolvendo um caminho estrutural desde a visualização do *Ruínas* até à realização da saída de campo onde, na parte final, se inseriu a análise dos resultados, assim como as considerações finais relevantes para complementar a problemática deste trabalho.

A imagem é um meio para compreender melhor os diferentes fenómenos espaciais, sociais e ambientais, assim como difunde o saber histórico, fomentando a cidadania. O uso da imagem serve também para democratizar as paisagens (o seu acesso é mais global), serve como fonte, como memória ou doutrinação. No ensino é importante olhar a imagem numa conceção mais profunda e mais crítica para que os alunos desenvolvam culturalmente o que lhes é mostrado, numa forma simples, que pensem a imagem.

O filme documental, como género cinematográfico, tem um importante papel no desempenho educativo que, considerámos ser superior a outros géneros cinematográficos (a ficção, por exemplo) e porquê? Porque é mais objetivo e fiel nas representações que faz da realidade, inserindo várias tipologias (expositivas, de observação, interativas ou reflexivas), podendo direcionar o processo ensino-aprendizagem para caminhos mais ricos e diversificados.

Do filme documental direcionamo-nos para o documento de Manuel Mozos, *Ruínas*. Contextualizando-se à luz do cinema independente nacional, foi apresentado no *IndieLisboa* (Festival de Cinema Independente) em 2009, no qual recebeu o prémio de melhor longa-metragem e, posteriormente, vários prémios em competições internacionais.

Sendo um filme documental contemplativo, reflexivo e expositivo, observa-se no seu desenrolar imagens de fragmentos de espaços e tempos, assim como a funcionalidade dos lugares e, de forma constante, as ruínas do património de um país condenado ao abandono da memória.

Considerámos que as intervenções educativas realizadas estabeleceram uma relação imagética de todos os lugares visualizados na película e uma relação mais prática que possibilitou um conjunto de atividades com os alunos no processo ensino-aprendizagem estimulando a cooperação entre os alunos, uma atitude ativa, motivando a sensibilidade para o património edificado e natural dos diferentes espaços numa relação homem-meio e vice-versa, assim como a interdisciplinaridade numa relação situada no espaço e no tempo: locais com um passado, transformados no seu significado e importância. Um destes locais teve também um cunho pertinente, visto que a instituição escolar tem como patrono a mesma personalidade que fundou o Sanatório Marítimo do Norte, localizado na freguesia de Valadares, onde se realizou a saída de campo, portanto também a relevância da ligação entre a instituição escolar, o património local (distam escassos quilómetros entre si), as disciplinas e a experiência educativa como fator potenciador da aprendizagem.

Considerámos que o enquadramento curricular e respetivas orientações programáticas foram de encontro às potencialidades do recurso didático utilizado, senão vejamos: interiorizar a defesa do património não terá uma conexão direta com as imagens apresentadas no *Ruínas* como formadoras da cidadania mostrando a riqueza – em ruínas – desse mesmo património? Ou a necessidade de ver e compreender o objeto artístico como testemunho do seu tempo histórico com a intenção de dignificar os lugares na sua importância? Ou, ainda, desenvolver a curiosidade geográfica tendo como pano de fundo o Portugal geográfico aquando da visita ao sanatório e a sua envolvente?

Assim como as orientações programáticas, também os objetivos elaborados pelo Ministério da Educação destinado aos cursos profissionais, mencionam a necessidade de valorizar o património natural e cultural, assim como o ensinar a ver, ouvir, interpretar e contextualizar onde o *Ruínas* se encontra como um meio audiovisual para a concretização das diversas atividades, ou seja, um objeto para alertar consciências na receção das imagens, evidenciar uma atitude crítica ou ainda no reconhecimento de situações relativas ao uso do espaço geográfico, valorizando também a dimensão local.

Os alunos tiveram a possibilidade de contactar com a autenticidade do lugar, com as reais dimensões do edifício, recebendo impressões ao nível estético e funcional, assim como se motivou a compreensão das inter-relações dos fenómenos físicos e humanos com o espaço onde estes ocorrem.

Os resultados mais significativos deste trabalho invocam vários fundamentos para entender toda a sua problemática:

- Mediante a questão de partida onde se questionava se este recurso audiovisual é potenciador do processo ensino-aprendizagem considerámos que, através da fundamentação teórica e da metodologia utilizada, é possível utilizar este género cinematográfico e, concretamente o filme documentário *Ruínas*, enquanto documento/recurso didático potencializador das aprendizagens dos alunos no processo ensino-aprendizagem e ensinar (educar) para uma outra cultura cinematográfica.

- A segunda questão de partida propunha saber quais as estratégias a utilizar e se estas possibilitaram o desenvolvimento de potencialidades deste recurso ao nível da aprendizagem. Considerámos que foi possível saber as potencialidades do *Ruínas* para a leção das disciplinas de Geografia e de História, assim como o relacionamento com o curso profissional de técnico de turismo. Foi possível constatar que os alunos atribuíram causalidade e relações entre o objeto, a sua envolvente e, conseqüentemente, nas disciplinas de História e Geografia. Foi ainda possível perceber a necessidade de aprofundar impressões e expressões cartográficas nas aulas, no sentido de familiarizar os alunos com as diversas formas de representação da superfície terrestre.

- A terceira questão de partida procurava saber como foram percebidos a película *Ruínas* e a saída de campo pelos alunos. Considerámos que contribuíram de forma significativa para sensibilizar e consciencializar os alunos para um olhar mais geográfico e histórico sobre a paisagem encarada como património comum, de tempos e memórias que foram fixadas pelas imagens e pelo conhecimento direto com a experiência do lugar.

- Por fim, a última questão visou entender qual a relação entre a Geografia e a História. Considerámos que o filme documentário *Ruínas* mostrou que é possível a

existência de uma forte interdisciplinaridade, presente em todo o relatório, quando se associou o tempo e o espaço nas suas significações e o entendimento histórico e geográfico como um todo indissociável, como um sistema de relações holísticas.

Este relatório procurou mostrar que desenvolver o processo ensino-aprendizagem englobando as premissas abordadas, torna possível aprofundar e potenciar um olhar mais atento ao que nos rodeia no território português, na cultura, na educação, na História e na Geografia.

Orientadores: Luís Antunes Grosso Correia e Maria Felisbela de Sousa Martins

Data de defesa: 22 de novembro de 2012

Autora: **Cristina Alexandra Ribeiro Coelho**

Título: ***A avaliação atitudinal no processo de ensino-aprendizagem da História: da gestão da sala de aula à consciência cívica***

Palavras-chave: Avaliação, Atitudes, Currículo, Educação, Ensino-Aprendizagem de História.

Resumo:

O presente trabalho de investigação centrou-se na avaliação das atitudes. O ato de avaliar, apesar de presente em todos os domínios da atividade humana, é no contexto escolar que assume um estatuto privilegiado.

A avaliação por ser inseparável do processo pedagógico encontra-se integrada no próprio currículo escolar. Avaliar implica o diagnóstico, a recolha e análise de dados com vista a uma reflexão e subsequente reformulação de estratégias/ intervenções pedagógicas. Por outras palavras, avaliar significa fornecer informações sobre o desempenho dos alunos e simultaneamente “criar” aprendizagem. Mas um aluno só julgando (avaliando) o que faz é que conseguirá situar-se relativamente às suas aprendizagens, ou seja, para que os alunos aprendam com significado têm de estar “envolvidos” em todas as fases do processo educativo. A avaliação não é exceção, sendo que a participação dos mesmos no ato de avaliar/ ser avaliado torna-se fulcral para o sucesso do ensino-aprendizagem.

A avaliação deverá assumir uma função formativa e formadora, contribuindo para a regulação do ensino e da aprendizagem. Neste sentido, tendo em conta que avaliação enquanto atividade que exige um esforço conjunto de todos os atores envolvidos (professores, alunos, pais) na educação, principalmente, quando se pressupõe que ela existe para promover a valorização dos alunos, terá de inevitavelmente incidir sobre os conhecimentos, competências, atitudes e valores, ou seja, implica avaliar conteúdos concetuais – assimilação e conhecimento (saber); procedimentais – aplicação e experimentação (saber-fazer); e atitudinais (saber-ser).

O enfoque deste relatório de investigação aponta para a avaliação do domínio atitudinal. A escolha do tema surgiu da “radiografia” tirada a uma turma de nono ano de escolaridade, logo, na primeira aula por nós observada. Neste sentido, no primeiro contacto com a turma onde iríamos lecionar as aulas de regência, detetámos alguns aspetos que poderiam condicionar o processo de ensino-aprendizagem, isto é, observamos um grupo de discentes pouco pontuais que ora perturbavam o decurso da aula com comentários descontextualizados ora estabeleciam entre si conversas divergentes dos assuntos lecionados, sendo que a participação oral era desorganizada e demonstravam pouco empenhamento na execução das tarefas escolares.

Apresentada a fundamentação do tema da nossa investigação, importa referir que a reflexão sobre a temática a trabalhar conduziu-nos a algumas questões que serviram de ponto de partida e que, no final do trabalho intentaremos dar respostas ou pelo menos pistas: *Qual o interesse em ensinar atitudes? Como e porquê avaliá-las? Será que se conseguem mudanças atitudinais através de intervenções sistemáticas nas aulas?* Perante o exposto, afirmamos que o objetivo global do nosso trabalho é tentar mostrar a relevância

da avaliação das atitudes com vista à melhoria do processo de ensino-aprendizagem nas aulas de História.

No que concerne à estrutura do relatório, este divide-se em três partes: uma mais teórica, outra metodológica e, por fim, estabeleceremos a ponte entre a primeira e a segunda.

O primeiro capítulo integra duas secções distintas, sendo que na primeira cuidamos das questões da avaliação curricular, efetuando uma breve resenha sobre a evolução do conceito de avaliação bem como sobre os elementos que a compõem (funções, objeto, critérios, modalidades, técnicas e instrumentos). O ponto dois remete-nos para a temática central do nosso trabalho, a avaliação das atitudes. Assim, enunciaremos uma definição do termo atitude, seguindo-se uma explanação sobre o “lugar” das atitudes no currículo, em geral, e no programa de História, em particular. Terminaremos com uma fundamentação sobre a posição a favor de uma intervenção pedagógica no domínio socioafetivo, sublinhando-se neste sentido a relevância da avaliação das atitudes na sala de aula.

Ao capítulo 2 destinamos duas secções, na primeira faremos uma descrição do desenho do trabalho, explicitando os objectivos, os procedimentos metodológicos adoptados na construção, recolha e tratamento da informação e ainda uma descrição pormenorizada dos instrumentos de avaliação utilizados.

No intróito, formulámos a questão *Qual o interesse em ensinar atitudes?*, neste sentido, cremos que qualquer pessoa – aluno – é dotado de grande capacidade em aprender conhecimentos, aptidões, emoções ou motivações (atitudes). Nesta linha de raciocínio, as atitudes, uma vez compreendidas, transformam-se em recursos importantes para a aquisição de outras aprendizagens, perante isto, defendemos que estas, possibilitam, ou pelo menos, favorecem todas as aprendizagens subsequentes. Ao olharmos para o perfil da “nossa” turma, percebemos a importância em trabalhar as atitudes, visto que, quer uma eficaz gestão da sala de aula quer o contornar de situações de indisciplina só seriam possíveis se entrássemos pela “porta” do domínio socioafetivo. Assim sendo, é nossa convicção que o ensino-aprendizagem, nesta turma ou em qualquer outra, não poderá continuar a incidir em determinadas dimensões, ou seja, não podemos dar primazia aos aspetos reprodutores em detrimento do espírito crítico, da solidariedade, da autonomia e da responsabilidade.

Como e porquê avaliá-las? Atendendo à função estruturante da avaliação em todo o processo de ensino-aprendizagem, é manifesto que ao trabalharmos o domínio socioafetivo não poderíamos deixar de verificar (avaliar) a respetiva eficácia, pois caso contrário não teríamos feedback das aprendizagens. Mas se o *porquê avaliá-las* está explicitado, o *como* leva-nos a refletir sobre as técnicas e os instrumentos de recolha de informação. Assim, a intervenção do professor deve passar pela “confeção” de experiências de aprendizagem tão ricas quanto possível, recorrendo paralelamente aos meios mais adequados à turma com vista ao melhoramento do ensino-aprendizagem e foi neste sentido que desenvolvemos a nossa intervenção pedagógico-didática, engendrando várias estratégias de ensino que nos permitiram recolher informações, tratá-las e analisá-las.

Será que se conseguem mudanças atitudinais através de intervenções sistemáticas nas aulas? Esta leva-nos até à resposta mais complexa, primeiramente, temos de referir que uma atitude leva tempo a desenvolver-se por isso torna-se necessário multiplicar as intervenções pedagógicas por períodos bastante longos. Pensemos no caso específico desta turma, nomeadamente na questão da avaliação socioafetiva, aplicámos em cada uma das aulas um instrumento, seguindo-se o respetivo tratamento e a reflexão conjunta (professora-alunos) dos resultados. Toda esta ação implica tempo... e nós não tínhamos! Os conteúdos programáticos a lecionar no nono ano de escolaridade eram extensos, a carga horária semanal da disciplina de História era de 90 minutos. Mas tendo em conta que é através da observação de comportamentos verbais e não verbais dos alunos que deduzimos que aprendizagem socioafetiva foi realizada, podemos retorquir, com a devida moderação, que *se conseguiram mudanças atitudinais através de intervenções sistemáticas nas aulas*. Os nossos alunos foram manifestando significativas alterações das atitudes, claro que num total de dez aulas não seria expectável grandes transformações, mas fomos assistindo a progressos, visíveis na forma dos alunos se relacionarem com os seus pares, na maneira como começaram a perceber o significado de *respeito*, ou seja, que este é mais do que não “agredir verbalmente ou fisicamente professores e colegas”.

Na prossecução das nossas cogitações, importa ainda reforçar o elo entre o enquadramento conceitual e os resultados empíricos apresentados.

Assim sendo, se no primeiro capítulo mostrámos a relevância do domínio socioafetivo no processo de ensino-aprendizagem e consequente processo avaliativo, no segundo, procedemos à operacionalização através da implementação de oito instrumentos de avaliação. E tal como já frisámos, estes versaram num primeiro momento a gestão da sala de aula, a convivência escolar/ social e, posteriormente, através dos conteúdos temáticos do programa da disciplina de História, direcionaram-se para os temas políticos e para os valores humanos como a paz, a tolerância, a igualdade, a justiça. Estamos perante o papel do ensino da História na formação integral dos alunos, no desenvolvimento do seu sistema de valores, na criação de um imaginário comum, na construção de uma identidade coletiva. *Préparer l'élève à ses futures responsabilités de citoyen* (Desquesnes, 2011:7) é, sem dúvida, a principal responsabilidade de quem leciona a disciplina de História. Queremos assim destacar que a disciplina de História oferece um campo específico para o desenvolvimento de determinadas capacidades essenciais à formação do aluno-cidadão que compreende a realidade social e participa na vida colectiva, permitindo-lhe a vivência de tensões, conflitos, sentimentos e valores. Por outras palavras, ensinar/aprender História dá-nos a possibilidade de entendermo-nos como pessoas, compreender a sociedade em que vivemos e de nos posicionarmos com uma atitude crítica, curiosa e interessada. É unânime o facto da disciplina de História ser uma das mais importantes do currículo para o desenvolvimento de competências de cidadania dos alunos.

Reconhecendo a importância de ensinar atitudes, de formar cidadãos, não esquecemos que o tema central deste relatório reside na avaliação. Por conseguinte, o recurso a uma metodologia avaliativa que privilegiou a modalidade formativa através da criação de mecanismos de auto e heteroavaliação dos alunos e coavaliação da docente (a

autoavaliação dos alunos foi sempre confrontada com a heteroavaliação da professora) permitiu a obtenção de alguns progressos, ou seja, fomos observando algumas melhorias face aos problemas diagnosticados.

Face a todas as reflexões que fomos tecendo, só nos resta reafirmar o contributo da avaliação das atitudes na melhoria no ensino-aprendizagem da História. Em suma, na nossa prática pedagógica, testemunhámos que as atitudes aprendem-se, ensinam-se e avaliam-se, contribuindo em última instância para o melhoramento do processo de ensino-aprendizagem.

Orientador: Luís Antunes Grosso Correia

Data de defesa: 10 de novembro de 2012

Autora: Joana Isabel Dias Moreira

Título: *A aprendizagem cooperativa: Aplicação ao 8.º ano de escolaridade na disciplina de História*

Palavras-chave: Didática da História, Aprendizagem cooperativa.

Resumo:

Atualmente defende-se um ensino que, para além da aprendizagem dos conteúdos científicos específicos, deve proporcionar a formação integral dos alunos, desenvolvendo competências e atitudes que permitam a sua intervenção e transformação na sociedade de que fazem parte.

O professor, ao refletir sobre a sua prática profissional, tem consciência que, para habilitar os jovens com competências que lhes possibilitem trabalhar em equipa, intervir de uma forma autónoma e crítica e resolver problemas de uma forma colaborativa, não pode servir-se de uma metodologia tradicional. Para tal, o professor tem ao seu dispor um conjunto de métodos e técnicas que possibilitam aos alunos ter uma maior responsabilidade e participação na sua aprendizagem. Desta forma, o professor, nas suas aulas, deve utilizar métodos de ensino-aprendizagem tendo como objetivo que os seus alunos aprendam da melhor forma possível, de forma significativa e que desenvolvam as competências estabelecidas para atingirem o sucesso.

Partindo destes pressupostos, pretendeu-se refletir sobre a implementação da aprendizagem cooperativa em uma turma de História do 8.º ano como metodologia alternativa às práticas tradicionais de ensino.

Orientadora: Cláudia Sofia Pinto Ribeiro de Castro

Data de defesa: 12 de novembro de 2012

Autora: Joana Lia Alves da Cruz

Título: *A aplicação do jogo didático nas aulas de História e Geografia*

Palavras-chave: Jogo; Pedagogia do jogo; Lúdico; História; Geografia; Didática.

Resumo:

O presente relatório foi elaborado a partir de investigações teórico-práticas relacionadas com a utilização do jogo no processo ensino-aprendizagem das disciplinas de História e Geografia.

Neste sentido, surgiu o interesse em avaliar e propor a aplicação do jogo nas aulas de Geografia e de História, no Ensino Básico como recurso didático de consolidação de conteúdos.

A proposta dos jogos em contexto de sala de aula visa constituir um instrumento diversificado, atrativo e interessante da aprendizagem dos conteúdos escolares, estimulando o interesse, a criatividade, a autonomia e o diálogo entre professor e o aluno e aluno-aluno.

A metodologia de investigação utilizada foi a observação direta e os alicerces para a análise que resultam de exemplos recolhidos no meu ano de estágio, não só com os meus supervisores, mas também da minha experiência prática como docente. Os dados foram analisados quantitativamente. Os resultados mostraram o processo de sucesso da consolidação dos conteúdos de ambas as áreas em situações de jogo.

A análise dos resultados reforça a importância da aplicação do jogo como recurso didático nas aulas nestas duas disciplinas. Desta forma, visa uma aprendizagem eficaz, provando que os alunos podem adquirir conhecimento através de atividades lúdicas. Um jogo educativo pode propiciar ao aluno um ambiente de aprendizagem rico e complexo.

Orientadoras: Cláudia Sofia Pinto Ribeiro de Castro e Elsa Maria Teixeira Pacheco

Data de defesa: 12 de Novembro de 2012

Autor: **Miguel Angel do Couto da Silva**

Título: ***Aprender História pelo espaço: o caso da Baixa pombalina, em Lisboa***

Palavras-chave: Espaço; Espacialidade; Consciência Histórica; Baixa Pombalina em Lisboa

Resumo

A concepção do espaço enquanto sujeito de construção e de significado histórico, apresenta-se como um vector inter-conexo do saber histórico e, conseqüentemente, como objecto de análise no âmbito da educação histórica, ampliando-a na sua finalidade formativa.

Tal pressuposto constitui o quadro teórico do presente estudo, desenvolvido no contexto de iniciação à prática profissional do Mestrado em Ensino de História e Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, de modo a se aferirem as potencialidades do espaço no processo de ensino e da aprendizagem da História, já que, numa primeira análise, o conceito de espaço está intrinsecamente ligado ao objecto de estudo da Geografia e à sua essência enquanto disciplina científica.

Procura-se assim, reflectir sobre uma concepção epistemológica do espaço que proporcione novas leituras, outros prismas de abordagem e metodologias para a sua interpretação e compreensão no quadro do processo de ensino-aprendizagem da História.

A operacionalização prática da espacialidade, entendida no quadro teórico acima descrito, concretizou-se numa intervenção educativa realizada na Baixa pombalina, em Lisboa, com alunos do Agrupamento de escolas do Bairro Padre Cruz, da mesma cidade. Este espaço constitui-se como o eixo nuclear do processo educativo e investigativo, encetado com a realização de duas visitas de estudo ou experiências histórico-espaciais, que aqui se reportam.

O estudo da Baixa pombalina circunscreve uma abordagem educativa que visa um duplo objectivo: ensinar História no espaço e simultaneamente proporcionar aos alunos a tomada de consciência espacial, no quadro da história da cidade pensada e edificada por Pombal.

O desenvolvimento dos objetivos enunciados, no desenvolvimento do processo de formação histórica, subentende os seguintes núcleos de acepção do espaço como uma unidade total e totalizante em todo o seu conteúdo, forma e sentido histórico:

- A paisagem como elemento mutável e dinâmico decorrente das realizações humanas que se vão metamorfizando num processo temporal de (des/re)construção das suas formas-conteúdo, levando a uma territorialização da sua historicidade;

- O espaço com uma espessura antropológica que se vai sedimentando, arqueologicamente em sucessivos planos de inteligibilidade histórica, que se assumem como categorias discursivas de entendimento e explicação dos quadros políticos, mentais, ideológicos, económicos, sociais, culturais dos sucessivos períodos históricos;

- O espaço produto histórico com uma matriz criadora de base politico-ideológica e mental;

A Baixa pombalina figura assim um espaço de significação histórica, aqui descodificado, nas simbologias e significados dos seus elementos urbanísticos e arquitetónicos, concretizando um espaço de experiência histórica, e, de formação de uma

consciência histórica do seu movimento no tempo, que circunscreve a percepção e apreensão de uma gramática espacial diferenciada e de leitura histórica contrastante num contexto ante-terramoto de 1755 – a cidade orgânica – e pós-terramoto – a cidade racional.

Pretendeu-se assim, mediante a mobilização de estratégias e instrumentos didáctico-metodológicos estruturadores do pensamento espacial e da consciência histórica dos alunos desenvolver linhas interpretativas e contextualizadoras da sua morfologia e estrutura urbana com o objetivo de se elaborarem eixos de compreensão histórica dos sentidos da sua espacialidade, antes e após o grande terramoto.

A intervenção educativa à Baixa pombalina de Lisboa proporcionou uma efectivação de uma experiência sobre a inteligibilidade do espaço enquanto objecto de estudo histórico e, portanto, passível de interpretação e compreensão pela História ciência e de esta poder ser experienciada espacialmente.

O âmbito transdisciplinar que o conceito de espaço apresenta, reportando-o para o plano histórico, intrínseco à problemática aqui desenvolvida, permitiu-nos lançar um novo olhar sobre as paisagens e o território, no entendimento das suas mutabilidades temporais, proporcionando outras leituras e abordagens, no caso específico, históricas, da sua relação dialéctica com o tempo.

A Baixa pombalina de Lisboa dimensiona esta acepção do espaço como sujeito de significação histórica, na medida em que o processo de descodificação da sua gramática, concretizada nos planos sedimentares deixados por sucessivas transformações, que o foram (des/re)construindo ao longo do tempo, levaram-nos a constatar a sua dimensão de território- palimpsesto.

Com efeito, a leitura histórica deste espaço permitiu-nos o estabelecimento de vectores inteligíveis para a compreensão do espaço enquanto entidade de interpretação e compreensão histórica, ao considerar a génese da sua forma-conteúdo figurada num plano mental, político-ideológico, de base iluminista. Portanto, o espaço também possui uma matriz histórica, que nos permite entender a espacialidade no movimento e nas dinâmicas territoriais, consubstanciadas nas acções e processos dos agentes históricos, no quadro dos seus valores e conjunturas históricas, que o desconstroem num movimento temporal contínuo, permitindo-nos a partir das suas materialidades, conjetar vários planos, económicos, sociais, políticos, ideológicos, culturais enquanto categorias discursivas espaciais dos seus valores históricos. Assim, a leitura histórica do espaço da Baixa pombalina, em Lisboa, permite estabelecer algumas ideias-chave, de âmbito histórico-espacial, que se apresentam de uma forma sequencial e complementar, nomeadamente:

- A sobreposição do plano mental ao espacial, subentendendo este processo, uma génese espacial, na sua forma-conteúdo, de cariz antropológico, clarividente de planos pluridimensionais das sociedades humanas, no seu contexto histórico;

- Este plano mental, enquanto meio de (des/re)construção espacial substancia-se em instrumentos de representação espacial, que subentendem uma significação histórica, na medida em que os mesmos, revelam, por um lado, processos de pensamento humano que não são directamente perceptíveis na sua forma-conteúdo e por outro, esta circunscreve significados e simbologias, que exigem um processo intelectual de descodificação da sua significação histórica;

- A representação cartográfica do espaço constitui-se no âmbito da educação histórica, além de um meio de representação histórica do espaço, (permitindo a análise de quadros evolutivos espaciais), de um meio de localização e representação geográfica, constitui-se também como uma representação perceptível dos interesses, desejos, pensamentos, ideias das sociedades humanas;

- A espacialidade no quadro da ciência histórica complementa-se na relação da sua essência geográfica de localização e na dinâmica das sucessivas temporalidades territorializadas;

- Integrando as ideias-chave referidas, o espaço pensado na sua epistemologia de sujeito histórico e vivenciado/percebido na sua historicidade territorializada enquadra-se como um eixo inter-conexo do saber histórico e, portanto, passível de se constituir como objecto de estudo no desenvolvimento do processo de formação histórica.

Com efeito, o que se propõe neste estudo é uma abordagem da dimensão de espacialidade, concebendo-se o espaço como uma unidade total e totalizante, com uma historicidade territorializada na sua forma-conteúdo, como um território-palimpsesto, como sujeito histórico e não apenas como mero palco de operações.

Esta perspectiva convoca uma outra abordagem, epistemológica e metodológica, de pensar, sentir e vivenciar o espaço na sua historicidade, abrindo novas perspectivas na relação e construção com o saber histórico, assim como na definição de novos caminhos no desenvolvimento da educação histórica.

Orientador: Luís Antunes Grosso Correia

Data de defesa: 10 de Novembro de 2012

Autora: **Mónica Cristina Oliveira Costeira**

Título: ***Concepções de História e de aprendizagem da História: a consciência histórica***

Palavras-chave: Educação Histórica; Teoria da História; Consciência Histórica; Narrativa Histórica.

Resumo:

A formação do pensamento histórico dos alunos é um dos desafios que se coloca à didática da História. Compreender como se desenvolve a sua consciência histórica pode ajudar a responder às questões colocadas frequentemente acerca de “*o que ensinar*” e “*como ensinar*”.

Foi este e outros desafios que motivaram a elaboração deste trabalho de investigação. Desta forma, procurou-se compreender os processos de formação da consciência histórica dos alunos, a partir das concepções que apresentam acerca da História e da aprendizagem da disciplina. Mesmo reconhecendo que o ensino da História não é o único processo que contribui para o desenvolvimento da consciência histórica, é inegável a sua importância na formação do pensamento histórico dos alunos.

Para sustentar teoricamente a investigação, fez-se uma análise da evolução do pensamento histórico, a partir das várias fases da afirmação da História enquanto ciência. Ao mesmo tempo, cruzou-se cada fase com a didática da História, sendo evidente a influência que cada uma das correntes científicas teve no ensino da disciplina. Portanto, desde o final do século XIX, com o positivismo científico, passando pelo Marxismo e pela “*Annales*”, todas estas correntes foram analisadas à luz da influência que exerceram na afirmação da História enquanto disciplina.

Na atualidade, centramos a investigação em torno do conceito de consciência histórica desenvolvido por Rüsen, apresentado como a solução para resolver a crise paradigmática que se instalou na confluência do pensamento histórico moderno e pós-moderno.

Com efeito, esta dualidade de pensamento apresenta-nos um conjunto de visões, muitas vezes contraditórias entre si, que causam alguma desconfiança e descrédito, resultando na perda de consciência que muitas sociedades desenvolvidas revelam de si próprias.

O problema passa por esta crise de orientação do mundo atual, em que o homem moderno sente que está a perder as fontes de sentido. Segundo Rüsen, a resposta para esta crise de orientação passa pelo desenvolvimento da consciência histórica, apresentado numa perspetiva de reorientação das vidas práticas no presente, a partir do conhecimento das experiências do passado, possibilitando a sua projeção no futuro.

De acordo com Rüsen, é fundamental dar poder histórico aos alunos para que interpretem e reorientem as suas vidas práticas no presente, fazendo-os sentir agentes ativos da História. Assim, ao considerar-se a conexão entre passado, presente e futuro, estamos a desenvolver a consciência histórica dos alunos, para que deixem de reproduzir o passado, mas sim passem a interpretá-lo, refletindo no presente e reorientando-o para o futuro.

Partindo destes pressupostos e reconhecendo a importância que a consciência histórica assume na formação do pensamento histórico, desenvolveu-se a investigação

empírica com o intuito de se compreender os processos de formação da consciência histórica dos alunos, a partir das seguintes questões:

- que concepções de História apresentam os alunos?
- os alunos valorizam a concepção passado/presente na aprendizagem de História?
- os alunos relacionam acontecimentos atuais com acontecimentos passados?
- quando confrontados com situações concretas, de que forma estabelecem essa relação entre o passado e a atualidade?
- os alunos exploram a utilidade do conhecimento do passado para reorientarem a sua vida prática no presente?
- que tipo de narrativa é utilizada pelos alunos para expressarem a consciência histórica?

Em primeiro lugar procurou-se compreender de que forma as concepções que apresentam acerca da História e da aprendizagem de História influenciam a maneira como constroem o seu pensamento. Em segundo lugar, procurou-se que os alunos manifestassem a sua consciência histórica através de narrativas, a partir do tema da crise económica. Com efeito, reconhecendo que as narrativas são a expressão da consciência histórica, decidiu-se utilizá-las neste estudo, a fim de possibilitar o posicionamento dos alunos em diferentes perfis de pensamento. Para isso, inspiramo-nos em Isabel Barca, que se tem dedicado a estudar as ideias dos adolescentes acerca do carácter provisório da explicação histórica.

A população da amostra é constituída por duas turmas, uma de 9ºano e outra de 12ºano, num total de 44 alunos, que frequentaram a Escola Secundária de Paredes, no ano letivo 2011/2012. Aplicou-se três instrumentos de recolha e análise de dados: dois inquéritos, a fim de serem tratados estatisticamente e um questionário, a partir do qual se efetuou uma análise de conteúdo. A opção de se cruzar a abordagem quantitativa com a abordagem qualitativa relacionou-se com a tipologia dos instrumentos de recolha de dados. Por um lado, o inquérito estatístico possibilita a quantificação dos dados recolhidos, favorecendo a análise de correlações. Por outro, a abordagem qualitativa permite, através da análise de conteúdo, categorizar as respostas, a fim de encontrar tendências e traçar perfis.

Assim, os alunos preencheram um inquérito estatístico com o intuito de se compreender as concepções que apresentam acerca da História e da aprendizagem de História. Para isso, tinham de se posicionar relativamente a um conjunto de afirmações, utilizando uma escala de 1 a 9, sendo da maior para a menor concordância, respetivamente.

A primeira questão relacionou-se com a forma como definem História. Por isso, apresentaram-se várias concepções de História, a partir de citações de diferentes historiadores. Os alunos selecionaram as afirmações que coincidiam com as suas perceções acerca do que é a História. A amostra de 9º ano selecionou citações que identificam a disciplina como a ciência que estuda o passado. Pelo contrário, a amostra de 12º ano selecionou citações mais elaboradas do ponto de vista científico, em que as questões da temporalidade, identidade e relação passado/presente se enquadram na definição da História.

Relativamente às outras questões do inquérito, relacionadas com as estratégias de aprendizagem que os alunos valorizam na disciplina, utilizou-se um conjunto de situações acerca da forma de ensinar e aprender História. Mais uma vez, utilizando uma escala de valoração, os alunos tinham de se posicionar relativamente às estratégias que consideravam mais ou menos adequadas. Pelas respostas dos alunos, mais uma vez se constata a divergência entre a amostra de 9º ano e a de 12º ano. Os alunos de 9º ano privilegiam estratégias que lhes permitem aceder ao conhecimento finalizado, a partir de uma História narrativa. Já a amostra de 12º ano valoriza uma aprendizagem problematizadora, em que se estabeleçam relações entre o passado e a atualidade.

No outro questionário, os alunos tinham de se expressar relativamente a um conjunto de questões sobre a crise económica atual, com o intuito de evidenciarem a sua consciência história, a partir do tipo de relações que efetuavam entre o passado, presente e futuro. As suas respostas foram expressas através de narrativas o que nos permitiu analisar os processos de pensamento utilizados pelos alunos para responder às questões. Dessa análise pode-se constatar que existem diferentes padrões de pensamento, diferenciando a forma como estabelecem relações entre o passado, presente e futuro, isto porque, nem todos os alunos mostraram a mesma capacidade em efetuar as referidas relações. Assim, mediante as respostas estabeleceu-se um perfil de organização de dados, categorizando-as em função do grau de profundidade e argumentação com que estruturavam o seu pensamento. Estabeleceu-se para as categorias de análise das respostas dos alunos as designações de:

Perfil 1 – Compreensão fragmentada, quando o alunos mostra falhas na compreensão e grande dispersão na resposta dada.

Perfil 2 -Compreensão restrita, quando o aluno mostra um entendimento geral da mensagem, reformulando a narrativa, mas centrando-se num único indicador de diferença.

Perfil 3 – Compreensão global, quando o aluno revela um entendimento global das mensagens, reformulando a narrativa, mas de forma pessoal.

Perfil 3+ – Compreensão global problematizante – quando o aluno já consegue reformular a informação de forma pessoal e crítica, reorientando-a para a sua vida prática no presente.

Os resultados apontam para a predominância do Perfil 2, na amostra de 9º ano e o Perfil 3, na amostra de 12º ano. Cruzando esta informação com os resultados obtidos a partir da análise das conceções que os alunos apresentam acerca da História e do ensino da História podemos concluir que, enquanto os alunos de 9º ano manifestam preferência pelo receção do conhecimento finalizado, os alunos do ensino secundário valorizam a sua participação ativa na construção do conhecimento histórico.

Com efeito, os alunos de 9ºano apresentam uma conceção mais fixista da disciplina, condicionando-a ao estudo do passado e valorizando metodologias assentes na memorização. Trata-se da opção de uma aprendizagem de influência positivista, marcada pela receção do conhecimento.

Talvez o reduzido número de tempos semanais atribuídos à disciplina podem condicionar o trabalho de uma aprendizagem por descoberta, a partir da exploração de situações-problema e de interpretação de fontes.

Pelo contrário, a amostra de 12º ano revela concepções de História e da aprendizagem de História que se aproximam de uma História-problema. Com efeito, valorizam a sua participação ativa na construção do conhecimento, com uma atitude reflexiva perante os desafios propostos.

Relativamente às relações passado/presente, os resultados sugerem que as concepções mais fragmentadas desta perspetiva temporal estão ligadas a um pensamento histórico menos elaborado, como acontece com a amostra de 9º ano. Por outro lado, os alunos que revelam um pensamento histórico mais sofisticado, como é o caso do 12º ano, apresentam uma objetividade crítica que lhes permite avançar com maior facilidade para a problematização passado/presente. Portanto, o grau de escolaridade parece condicionar o seu posicionamento nos níveis de progressão. De qualquer forma, destaca-se que a reorientação da vida prática dos alunos em função do passado histórico, não foi observado na generalidade das situações.

Por isso, apesar da didática da História valorizar o desenvolvimento da consciência histórica dos alunos, este estudo revela que a maneira como a relação temporal é apropriada por eles é muito variável. Para desenvolver a consciência histórica dos alunos é importante que adquiram uma visão mais dinâmica da disciplina, baseando-se numa História-problema, não a relegando para o estudo do passado. Nesta medida, é importante continuar a investigar a formação do pensamento dos alunos sobre a sua compreensão histórica, na forma como assimilam a relação temporal passado, presente e futuro, para entender como se processa o desenvolvimento da sua consciência histórica.

Orientador: Luís Grosso Antunes Correia

Data de defesa: 13 de novembro de 2012

Curso de Mestrado em História Contemporânea

Autor: **Filipe Agostinho Pinto da Costa Galvinas Piedade**

Título: *A caminho do Estado Novo e do Terceiro Reich. a “Lição de Hitler” e a “Lição de Salazar” na Imprensa portuguesa (1930-1933)*

Palavras-chave: Salazarismo; Nacional-Socialismo; Nazismo; *Estado Novo*; Terceiro Reich.

Resumo

Atendendo à coincidência cronológica que se verificou entre a ascensão e consolidação do salazarismo, em Portugal, e do nacional-socialismo, na Alemanha, procurou analisar-se a forma como, a partir de Portugal, se foi percecionando a rápida emergência do partido nazi. Particularmente, procurou-se, através da análise de órgãos da imprensa portuguesa, perceber qual a influência que a emergência do nacional-socialismo poderá ter tido na própria institucionalização da ditadura salazarista. Este trabalho surge como uma tentativa de identificação do peso que a evolução política da Alemanha no sentido da ditadura nazi-fascista, poderá ter tido sobre as elites portuguesas no sentido do seu apoio, ou oposição, à construção de uma ditadura *nacional* que se definisse pelos moldes propostos pelo salazarismo.

Tendo em conta que a emergência do nacional-socialismo não poderia deixar de criar sobre si uma pluralidade de opiniões, até mesmo dentro da própria coligação que apoiava a ditadura portuguesa, procurou fazer-se contrastar essas diferenças, no sentido de ser possível identificar focos de, mais ou menos evidente, *germanofilia*, ou, até mesmo, de um possível apoio ideológico dado ao nazismo.

Tendo em consideração o importante papel que os católicos viriam a desempenhar na emergência de ditaduras de cariz fascista por toda a Europa, o peso dos católicos portugueses dentro da coligação de apoio à ditadura e, finalmente, a influência que os católicos alemães viriam a ter na ascensão e consolidação da ditadura nazi, procurou analisar-se, com particular interesse, a forma como os católicos portugueses foram vendo, não apenas o próprio programa nacional-socialista, mas também as relações que se foram estabelecendo entre o Vaticano, a Alemanha e a Itália fascista.

Não esquecendo a política expansionista que o nacional-socialismo alemão sempre defendeu, procurou-se nas fontes selecionadas possíveis sinais de preocupação relativamente a esse aspeto do programa nazi. Tentou identificar-se quais os principais “medos” que o nazismo despertava entre as elites jornalísticas portuguesas, particularmente, se estas receavam, já por essa altura, que os nazis pudessem vir a despoletar uma nova guerra mundial, ou se, sendo Portugal uma potência colonial, se temia que a Alemanha nazi pudesse vir a representar uma ameaça para o Império colonial português.

Analisando a forma como a imprensa representativa de forças políticas que iam dando o seu apoio à ditadura portuguesa (*Diário da Manhã*, *Novidades* e *Revolução*), bem como de um jornal porta-voz da oposição republicana moderada (*República*) ia acompanhando a rápida ascensão até ao poder do movimento liderado por Adolf Hitler,

não poderia deixar de se tentar perceber qual o posicionamento que cada um dos órgãos da imprensa analisados adotava sobre pontos particularmente “sensíveis” do programa nacional-socialista. Em particular, tentou perceber-se qual a opinião que em cada um desses jornais se veiculava sobre o feroz anti-semitismo nazi, tentando, com tal análise, perceber se entre as elites político-jornalísticas desse período existia, ou não, um efetivo preconceito anti-semita.

Para a abordagem a toda esta problemática, definiu-se um período temporal que, integrando-se na década de 30, se não incluisse no período da Guerra Civil de Espanha (1936-39). Nesse sentido, apresenta-se ao leitor os resultados de um trabalho de pesquisa que se centrou no período que se inicia em setembro de 1930, por ter sido no dia 14 desse mês que, depois da realização de eleições legislativas, os nazis veriam a sua representação parlamentar disparar de 12 para 107 deputados no *Reichstag*, e termina em novembro de 1933, por ter sido no dia 12 desse mesmo mês que, através da realização simultânea de um plebiscito sobre a retirada da Alemanha da Sociedade das Nações e de eleições legislativas, se viria a tornar evidente que o nacional-socialismo se tinha, definitivamente, consolidado no poder alemão.

Através desta análise verificou-se que grande parte das elites portuguesas não só viam na ditadura nazi alemã uma evolução política natural, como acreditavam que essa se inseria nessa onda de sinal vincadamente autoritário que alastrava, nesse período, pela Europa. Nesse sentido, para os apoiantes do salazarismo, o nazismo significou a emergência de uma solução política análoga àquela que Salazar ia pondo em prática em Portugal.

A análise do discurso jornalístico produzido durante este período pelos vários órgãos da imprensa nacional permitiu ainda contrariar, em parte, a ideia de que o nacional-socialismo alemão pouco terá contribuído para a instituição e consolidação da ditadura salazarista. Na realidade, o momento político alemão foi permanentemente utilizado pelos jornais que apoiavam a ditadura portuguesa no sentido de demonstrar a necessidade da continuação da mesma, na base de uma ideologia com as mais variadas nuances características do fascismo. Tal não invalida, no entanto, que essas mesmas correntes políticas se tenham esforçado por reforçar um suposto carácter único e original do regime, e correspondente ideologia política, que se ia afirmando em Portugal.

Apesar da constatação da existência de focos de *germanofilia* substanciais entre as elites jornalísticas deste período, a verdade é que, quanto à possibilidade de uma futura ditadura nazi na Alemanha poder vir a provocar uma reorganização do mapa colonial vigente, o nacional-socialismo representou um fator de permanente ansiedade para as elites portuguesas. O discurso expansionista característico do nazismo levou a que essas elites, mais do que se preocuparem com a possibilidade de rebentamento de uma nova guerra na Europa, se preocupassem, acima de tudo, com os possíveis apetites coloniais dos nazis.

Finalmente, o estudo do discurso produzido pelos quatro órgãos da imprensa nacional referenciados, permitiu identificar a existência de um forte preconceito anti-semita entre salazaristas, católicos e nacional-sindicalistas. Nos três jornais que os representavam, respetivamente: *Diário da Manhã*, *Novidades* e *Revolução*, foram recorrentes as declarações contra os judeus, na maior parte dos casos, tendo essas como

base pressupostos racionais e não religiosos ou sociais. A existência desse tipo de preconceito entre as forças que viriam a servir de base para a instituição e consolidação do regime do *Estado Novo*, constitui, defende-se, um elemento explicativo para a ação que esse mesmo regime viria a adotar, anos mais tarde, relativamente à questão da entrada em território português de refugiados judeus que iam tentando escapar da perseguição que o regime nazi, já em expansão, lhes ia movendo.

Orientador: Manuel Vicente de Sousa Lima Loff

Data de defesa: 14 de dezembro de 2012

Autor: **Franco Santos Alves da Silva**

Título: ***O Jornal Portugal Livre: buscando uma identidade da oposição ao salazarismo no exílio brasileiro (1958-1961)***

Palavras-chave: Exílio, Estado Novo, Portugal, Brasil, Oposição.

Resumo

Esta dissertação de mestrado é sobre a fundação, manutenção e encerramento do jornal *Portugal Livre*, editado por portugueses exilados do Estado Novo, na cidade de São Paulo, Brasil, entre os anos de 1959 e 1961. O periódico durou apenas dezesseis edições e contou com a colaboração de nomes, como Victor da Cunha Rego, Miguel Urbano Rodrigues, Humberto Delgado, Paulo de Castro, Henrique Galvão, entre outros. Foi fundado na cisão desse grupo com o jornal *Portugal Democrático*, então com um corpo editorial sob forte influência comunista e igualmente editado no Brasil, cuja duração foi de mais de dezesseis anos. Sob a influência da campanha para presidência de 1958 e do exílio do general Delgado em terras brasileiras, o jornal apresentava uma linha mais ativa e revolucionária, com fortes características anticomunistas. Os temas propostos foram muito variados, mas pode-se destacar o colonialismo, as relações entre Brasil e Portugal, as denúncias e os problemas sociais portugueses, como os mais abordados, por meio de artigos escritos por brasileiros, portugueses e estrangeiros espalhados por diversas partes do mundo.

A colaboração exercia uma função importante: de conectar diferentes pessoas ou núcleos oposicionistas situados em diferentes partes do mundo, tais como França, Venezuela, Argentina, Argélia, Angola, Estados Unidos e o próprio Portugal. As colaborações vinham sob nomes reais, quando esses residiam fora de Portugal, anônimos ou sob pseudônimos, principalmente de correspondentes especiais em Lisboa ou no Porto, que precisavam manter sua identidade longe do crivo da PIDE. Lamentavelmente não foi possível descobrir todos os nomes secretos envolvidos com o *Portugal Livre*, lacuna criada em virtude de uma clandestinidade necessária pela qual passavam os colaboradores. Entre os colaboradores pode-se destacar Basil Davidson, Marvin Harris, Yvone Felman e Eduardo Lourenço

Os documentos utilizados para a realização desta dissertação são variados: inicia-se com a coleção completa do *Portugal Livre*, além de outros periódicos como os *Avante!*, *Portugal Democrático*, *O Estado de S. Paulo* e *Diário da Manhã*. As cartas também são utilizadas, entre a redação do jornal e assinantes ou ainda entre colegas de oposição. Entre as demais fontes primárias, têm-se os depoimentos de História oral já realizados por outros pesquisadores, fotografias e imagens e, por último, os livros de memórias, biografia e compêndio de documentos escritos por testemunhas oculares e participantes envolvidos diretamente com a oposição no exílio brasileiro.

A metodologia adotada na elaboração desta pesquisa foi o cruzamento de análises quantitativas e qualitativas, baseadas em bibliografias pertinentes sobre cada tema. Inicialmente, foi elaborada a ficha hemerográfica sobre a coleção completa do *Portugal Livre*, fonte principal para esta pesquisa, para assim identificar as possíveis falhas de informação e onde pesquisar para completá-las. Como passo seguinte, elaborou-se um plano de pesquisa empírica esboçado em cinco etapas que foram realizadas obedecendo

esta ordem: (1) Preparação das informações. (2) Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades. (3) Categorização ou classificação das unidades em categorias. (4) Descrição. (5) Interpretação

A dissertação está dividida em quatro capítulos, o primeiro faz um vôo raso apresentando o Estado Novo e a ascensão de Salazar; ainda revisita o antigo, e sempre necessário, debate sobre a natureza ideológica do regime, notadamente para os envolvidos no jornal. Há elementos e instituições do regime que influenciaram diretamente na escolha desses indivíduos pela vida no exílio, como a censura, a PIDE, a relação entre clandestinidade e partidos políticos. Na última parte do primeiro capítulo, há uma introdução ao longo do estudo das oposições para com Salazar. Já avisaremos de antemão que tal leitura está destinada a todos os públicos: estudantes das Ciências Humanas, outras áreas ou apenas curiosos; portanto, a primeira parte tem o objetivo de cercar o tema para uma melhor compreensão da problemática proposta.

O segundo capítulo traz novamente a questão do exílio na História, mas agora com a relação entre Portugal e Brasil, identificando a primeira geração de exilados para este país, sobretudo em terras brasileiras. Há também o estudo de dois fatores que são fundamentais na fundação do exílio e na nova reorganização da oposição: o jornal *Portugal Democrático* e a chegada polêmica de Humberto Delgado, juntamente com o Movimento Nacional Independente (MNI), que inicialmente fez do *Portugal Livre* o órgão oficial do movimento.

A fundação do jornal e as desavenças políticas que a antecederam são o tema central do terceiro capítulo, bem como a linha editorial e o posicionamento ideológico os quais o jornal propõe seguir. Para tal igualmente é fundamental identificar todos os envolvidos diretos com a redação e os colaboradores, que se mostraram peça fundamental, não somente na escrita de artigos e matérias para o jornal, como também nas tarefas burocráticas e necessárias para a manutenção da publicação.

O último capítulo busca as diferentes opiniões que existiam dentro da redação que corroboraram, juntamente com demais fatores, para o fechamento do jornal. Entre esses temas, destacam-se a divergência quanto à questão colonial, e, mais especificamente, as propostas neocolonialistas de alguns opositores, bem como os caminhos que as diferentes correntes e partidos políticos buscavam percorrer na oposição ao Estado Novo, que ganhou um enorme impulso com as ações do Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL) e o assalto ao navio Santa Maria. O capítulo traz ainda a colaboração de Henrique Galvão com suas “cartas abertas” e poesias até então inéditas.

O que um jornal, editado no exílio e de vida tão curta, pode revelar-nos acerca da oposição ao Estado Novo? Inicialmente defendemos a tese de que o seu tempo de duração não pode ser o parâmetro para mensurar sua importância, ao contrário disso, um dos significados do jornal reside justamente na sua mudança, no seu movimento, seja para fundá-lo ou para encerrá-lo. Também não concordamos que seu maior valor está nas pessoas que o fundaram, especialmente Humberto Delgado e Henrique Galvão, personagens amplamente estudadas neste trabalho, em virtude dos eventos fulcrais por eles protagonizados.

A riqueza, e mesmo o contributo do *Portugal Livre*, está nas dúvidas, desacordos e incertezas a propósito da própria função de uma oposição no exílio, naquele contexto.

Nesse sentido, a oposição não possuía um discurso coeso sobre vários pontos, como a questão colonial, uma das partes mais sensíveis do regime e, portanto, fundamentais para a derrubada do Estado Novo, isso às vésperas da guerra colonial e quando a opinião internacional já havia condenado o colonialismo. O contributo reside no contraditório debate em torno da unidade, que, na verdade, mais dispersava, do que unia. Os exilados viam-se a si próprios como periferia, uma vez que, para eles, a verdadeira oposição deveria acontecer dentro de Portugal. Contudo, acreditamos que esse seja um discurso retórico, pois do contrário, os portugueses não se doariam tanto para funções nas quais não acreditassem surtir efeito.

Acreditamos na tese de que o jornal e seus colaboradores, representaram o movimento por dois pontos de vista: primeiramente a ação proposta pelo próprio periódico, especialmente na busca por uma fórmula de atuação efetiva e prática. Desiludido, o grupo não acreditava mais na abertura gradual do regime ou na participação pelas vias eleitorais e propôs uma tática para além da exclusiva impressão e divulgação de páginas. Flertando com grupos revolucionários como o MNI e o DRIL, o jornal fomentou outras discussões e encontros como a “I Conferência Sul-Americana pró-anistia dos presos e exilados políticos Espanhóis e Portugueses”. O segundo prisma é o movimento da própria evolução no exílio, que balizado pelo terremoto das eleições de um lado, e pelo assalto ao Santa Maria e guerra colonial de outro, teve uma mudança brusca na sua própria postura e objetivos.

Com isso em vista, propomos, novamente, uma visita à introdução e ao próprio título desta dissertação de mestrado: *O Jornal Portugal Livre: buscando uma identidade da Oposição ao Salazarismo no exílio brasileiro, (1958-1961)*. Sabe-se que o uso de gerúndio por portugueses, não é tão comum quanto fazem, muitas vezes equivocadamente, os brasileiros. Mas afora os usos e abusos da língua portuguesa, o gerúndio representa um verbo em ação, ou inacabado, e é exatamente isso que representa o *buscando* deste título. Assim a busca pode ser em diversos prismas, a busca por uma forma de ação, por um ídolo a ser seguido, pela unidade, enfim, a busca por uma identidade. Mas, é importante observar que ele representou a busca, e não uma resposta ou um fim; sabe-se que a oposição trilharia ainda um longo percurso até a queda do regime.

Orientador: Jorge Fernandes Alves

Data de defesa: 19 de dezembro de 2012

Autora: **Joana Miguel da Costa Moreira**

Título: ***O Teatro no Porto no período entre guerras. Os Teatros Carlos Alberto e São João (1914-1945)***

Palavras-chave: Teatro no Porto; Teatro São João; Teatro Carlos Alberto; I República; Estado Novo

Resumo

Ao longo dos tempos, o teatro refletiu as necessidades e preocupações dos indivíduos e das sociedades, reproduziu os comportamentos e os ideários dominantes, pelo que a análise da produção dramática e da representação teatral se converte num instrumento útil para o conhecimento de uma determinada época sob o ponto de vista cultural e social. Este estudo debruça-se sobre um tempo de mudanças. A I Guerra Mundial marcou o início da “era dos extremos”, constituindo um período complexo a nível internacional mas também em Portugal. Elegendo como arco cronológico o período entre 1914-1945, esta dissertação pretende detetar as mudanças ideológicas e comportamentais ocorridas na transição da I República para a Ditadura Militar e Estado Novo, através da análise dos textos dramáticos de autoria nacional e respetivas representações nas salas de espetáculo selecionadas, bem como as críticas obtidas. Pretende-se, desta forma, a análise e reflexão do papel do teatro na sociedade e sua ação como instrumento dos regimes políticos para educar as consciências.

Assim, mostrou-se pertinente o estudo dos géneros dramáticos como dramas, comédias, farsas, autos e revistas, levados à cena nestes dois teatros da cidade do Porto que representam a heterogeneidade dos públicos. O Teatro Carlos Alberto exibiu uma programação que pretendia captar um público de carácter mais popular, enquanto o Teatro São João demonstrou uma preocupação por uma programação de índole erudita, dirigida a uma elite que procurava espetáculos com mensagens mais elaboradas. Através desta análise, procuraram-se as principais tendências teatrais e as temáticas que pudessem ser portadoras das preocupações políticas, morais, sociais, uma vez que a dramaturgia documenta estes aspetos sociológicos, espelha o quotidiano, expõe inquietações, indica até caminhos e soluções.

Para além de assinalar o ano do início da I Guerra Mundial, 1914 refletia já as transformações que o programa republicano disseminava. O aumento das redes de comunicação permitia que a sociedade estabelecesse contacto com o estrangeiro, adaptando-se gradualmente às inovações, aos novos costumes que criavam modas arrojadas no vestuário, géneros musicais e surpresas como a do animatógrafo. A arte cénica mostrava-se renovada, e começavam a emergir autores que ficariam para sempre ligados ao teatro que a República impulsionou. Por sua vez, o ano de 1945, para além de assinalar o final da II Guerra Mundial, apresenta-se como um marco cronológico de consolidação do Estado Novo e, simultaneamente, de início de transformação do regime condicionada por fatores externos e internos, isto é, um período de abertura controlada com relativo abrandamento da censura e maior organização das manifestações oposicionistas.

A nível bibliográfico, para além das obras gerais, tornou-se indispensável a consulta de obras específicas sobre teatro a nível europeu e, sobretudo, relativamente ao caso

português. Apesar de valiosos contributos para a história do teatro em Portugal, nomeadamente de Luís Francisco Rebello, Duarte Ivo Cruz, Graça dos Santos, entre outros, continuam a verificar-se lacunas, especialmente no que respeita ao teatro fora da capital, concretamente no Porto. O *corpus* documental deste trabalho é constituído pelos reportórios teatrais representados nos teatros de S. João e Carlos Alberto no Porto pelo que a primeira fase da investigação consistiu no levantamento dos ditos reportórios a partir do periódico *O Comércio do Porto* que, para além da programação teatral, continha breves críticas dos espetáculos. Após o levantamento desta fonte hemerográfica, foi efetuada uma localização de todos os títulos de textos impressos que foram encontrados no Centro de Documentação do Teatro Nacional São João, na Biblioteca Municipal do Porto, na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no Arquivo Distrital do Porto (“Coleção das Artes Cénicas”, espólio documental de textos de teatro, programas de espetáculo e literatura teatral que se mostrou mostrou-se bastante completa). Posteriormente procedeu-se à leitura e análise dos textos, estando alguns deles e respetiva crítica teatral publicados no periódico *De Teatro: Revista de Teatro e Música* publicado entre 1922 e 1927. Para maior informação acerca das produções teatrais, respetivas companhias e atuações revelou-se útil a consulta à base de dados on-line *Cetbase*, do Centro de Estudos de Teatro, embora esta apresente algumas lacunas por se encontrar ainda em construção.

O universo estético da cronologia em estudo apresenta-se caracterizado pela literatura destinada ao entretenimento através do teatro de revista, drama social e comédia de costumes, permanecendo, todavia, a representação de autores clássicos. As temáticas principais desta cronologia apresentam-se diretamente influenciadas pelos assuntos que constituíam a “ordem do dia”: a implantação da República, a Grande Guerra Mundial, a Revolução Russa de 1917 e consequentes alterações político-sociais e ainda as aparições de Fátima em 1917 que contribuíram para o reforço do catolicismo após a laicização da República, estimulando a religiosidade popular.

Os palcos de teatro passaram a levar à cena enredos inspirados nestas questões que se apresentavam como novidade num país ainda muito arreigado às tradições. O cenário teatral no período da ditadura militar foi marcado por espetáculos produzidos por companhias dirigidas por atores que lhes davam o nome, situação que se prolonga no Estado Novo, apontando para o facto de que a ideologia e ética salazaristas, bem como os objectivos educativos e normas comportamentais encontravam eco nos textos representados, o que levou os empresários a assumir a produção dos espetáculos, apresentando, na sua maioria, originais portugueses.

Desde o início da sua atividade, em 1897, o Teatro Carlos Alberto revelou uma acentuada diversidade no que diz respeito à programação. Após a implantação da República, a programação prosseguiu, nesta sala, sem interrupções significativas durante os primeiros anos, entre operetas, revistas, comédias, zarzuelas e espetáculos de variedades. A atividade teatral apresentava-se bastante heterógena, na sua maioria de autoria nacional mas também estrangeiras. A partir de 1918, com a abertura das sessões de cinematógrafo e nos primeiros anos da década de vinte, a programação sofre uma redução bastante significativa neste teatro, recuperando a tradição teatral no final da década. Ao longo dos anos, o Carlos Alberto sofreu grandes obras de adaptação do espaço

aos diferentes espetáculos que se propunha realizar: teatro, circo e cinema. O teatro foi perdendo espaço nas programações, passando a ser apenas apresentado de forma esporádica, nas interrupções das temporadas de cinema. De uma forma geral, pode-se concluir que durante o período entre guerras, esta sala sofreu notórias transformações a nível de estrutura e de programação. Relativamente aos géneros teatrais mais representados, dentro das balizas temporais selecionadas, regista-se uma maior atividade no período da I República com uma acentuada programação de teatro de revista, dramas e comédias. Entre 1940 e 1945, o Teatro Carlos Alberto recebeu, de forma pontual, as habituais companhias de teatro da capital, apresentando, no entanto, estadias mais curtas e reportórios reduzidos.

Após as obras de recuperação do incêndio ocorrido em 1908, o Teatro São João apenas reabriu as portas ao público em 1920. Relativamente ao reportório apresentado nesta sala, verifica-se uma vincada afluência de companhias líricas e de declamação estrangeiras, apresentando-se, então, como a única do Porto a exhibir de forma regular óperas produzidas na sua maioria por companhias estrangeiras, e espetáculos de música com orquestras portuguesas e internacionais. Uma vez que não existia reportório dramático português suficiente, em quantidade e mesmo qualidade, representaram-se nesta sala diversos clássicos estrangeiros, alguns adaptados e outros apresentados como “traduções”, que também foi palco de companhias dramáticas francesas, italianas e uma inglesa.

Relativamente às peças de autoria nacional representadas neste teatro pelas companhias lisboetas em *tournee*, verifica-se um gosto historicista em matéria dramática com a preservação dos históricos literários que continuaram a ser representados para um público vasto. Distinguindo-se na cidade como um espaço de cultura mais requintada e elitista, esta sala recebeu as grandes companhias líricas estrangeiras e nacionais para representação de clássicos, captando, assim, um público de gosto mais exigente.

De uma forma geral, o teatro português no período entre guerras criticou e reproduziu os principais acontecimentos sociais, contendas políticas, questões éticas, funcionando, desta forma, como um instrumento de documentação das ideologias dominantes e principais transformações da primeira metade do século XX. O público foi confrontado pela visão artística dos “fazedores-de-teatro” que detetavam e anunciavam as metamorfoses sociais e as possíveis repercussões através da experimentação, como fator de consciencialização, suscitando a reflexão, para além do entretenimento.

Este estudo possibilitou algumas conclusões acerca do ambiente teatral na cidade do Porto no período de entre guerras, embora muitos domínios permaneçam por investigar, nomeadamente no que toca à programação das restantes salas de espetáculo portuenses, os públicos do teatro, ou a atividade das associações recreativas de teatro amador cujo papel foi de grande relevância durante o período cronológico analisado.

Orientadora: Maria da Conceição Coelho de Meireles Pereira

Data de defesa: 25 de julho de 2012

Autor: João da Silva Torres Lima

Título: *MOJAF – Movimento Juvenil de Ajuda Fraternal (1963-1970)*

Palavras-chave: MOJAF; Movimentos Católicos; Movimentos Juvenis; Estado Novo

Resumo

Esta dissertação de Mestrado em História Contemporânea procurou conhecer o Movimento Juvenil de Ajuda Fraternal – MOJAF, desde as suas origens, em Coimbra, em 1963, até à sua extinção, em 1970. Apesar de ter mobilizado milhares de pessoas, este movimento tem sido desprezado pela historiografia, incluindo a que se tem debruçado sobre os movimentos juvenis e católicos dessa época.

Neste trabalho, utilizámos um conjunto variado de fontes de informação: documentação do Arquivo da PIDE/DGS referente ao movimento e a alguns dos seus protagonistas; imprensa periódica da época, com notícias sobre as actividades do MOJAF e a adesão das populações, bem como o *Boletim* do MOJAF; fontes orais, através de entrevistas realizadas com diversos responsáveis e participantes no movimento; fotografias das actividades do MOJAF cedidas por alguns dos entrevistados.

Para contextualizar o aparecimento do MOJAF, procurámos, num primeiro momento, compreender a sociedade portuguesa dos anos sessenta e as causas que motivaram a ação da juventude portuguesa, em especial a juventude estudantil que então se colocava na vanguarda, com posições que desafiavam o regime salazarista. Particular atenção mereceram-nos os movimentos católicos, numa época de reorganização das posições da Igreja, sob o impacto do Concílio Vaticano II.

Neste contexto, o MOJAF, iniciado por um jovem padre, integrou-se nesse espírito de abertura da Igreja, lançando-se num projeto de solidariedade para com os mais pobres. Porém, este movimento juvenil de fraternidade acabaria por enfrentar atitudes de suspeição e, depois, de perseguição da polícia política sobre as suas atividades, quando estas evoluíram da construção de casas para pobres para outras formas de intervenção, em especial no âmbito da cultura.

Orientador: Gaspar Manuel Martins Pereira

Data de defesa: 25 de julho de 2012

Autor/a: **Vivina Amorim Sousa**

Título: ***Comércio entre Portugal e Brasil no transcorrer do século XX: A Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro***

Palavras-chave: Relações bilaterais, Comércio, Câmaras portuguesas, Tratados, Balança comercial.

Resumo:

O presente trabalho tem como proposição analisar o fenômeno das trocas comerciais mantidas entre a República de Portugal e a República Federativa do Brasil. Em termos diacrónicos, a análise incide, particularmente, sobre o período de 1930 a 1974, isto é, desde a ascensão política de Getúlio Vargas ao poder (1930) e a ascensão do Salazarismo em Portugal, ao abrandamento da ditadura militar no Brasil à Revolução dos Cravos em Portugal (1974). Tudo isto dentro de uma evolução das relações bilaterais Portugal-Brasil durante o século XX, esse marco temporal aqui delimitado coincide com um grande crescimento de ambas as economias, sobretudo em termos de sua industrialização e tendo como observatório privilegiado a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, pois esta cidade era a capital do Brasil até o final da década de 1950 e constituía o principal centro das trocas comerciais entre os dois países, nela residiam a maior parte da grande colônia portuguesa, concentrando ainda os principais e influentes comerciantes portugueses.

Esta tese teve como objetivo principal, analisar o percurso das trocas comerciais entre Brasil e Portugal no transcorrer do século XX, por meio da documentação produzida pelos representantes dos comerciantes portugueses dos dois lados do Atlântico – Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro (CPCIRJ) e as Associações do Comércio de Lisboa e do Porto. Desta forma, elege-se como objeto de análise as Atas da Câmara de Comércio Portuguesa no Rio de Janeiro e em Lisboa/Porto.

Nessa perspectiva, tiveram-se como eixos norteadores da análise os seguintes questionamentos: 1) Como o surgimento da CPCIRJ no início do século XX, (1911) no Brasil contribuiu para as atividades comerciais entre os dois países? 2) Por que mesmo após uma queda brusca das trocas comerciais entre Brasil e Portugal nos finais da década de 30, e um relativo afastamento político-econômico entre os dois países durante grande parte do século XX, ocorre um ressurgimento da aproximação tão intensa no que respeita aos investimentos portugueses no Brasil na década de 90? 3) Como se comportaram Portugal e Brasil dentro da dinâmica do sistema de formação de blocos econômicos e que influência trouxe a formação destes para as relações bilaterais entre esses dois países?

Dentro do conceito de pluridisciplinaridade no campo da história deu-se preferência pelo referencial teórico-metodológico a ser aplicado na presente dissertação ao método da história econômica e social. Esta escolha deu-se porque necessitávamos de ferramentas capazes de nos auxiliar nas análises do tema por nós proposto, no que diz respeito às trocas comerciais entre Portugal e Brasil (no período de 1930-1974). Desta forma buscou-se adquirir arcabouço metodológico para uma análise do período estudado de maneira mais heurística. Isso porque para analisarmos nosso período não queríamos estar contidos em parâmetros herméticos somente da história, ou ainda, da história econômica. Desta forma adotou-se por desenvolver este trabalho dentro do parâmetro de história econômica

e social, que segundo Philippe Wolff (1961)¹ existia uma íntima ligação entre as duas ciências – história econômica e história social – pois “*«Quer se trate de estudar, no passado, a repartição das riquezas no seio de um determinado meio, a delimitação das classes sociais e as relações entre si, ou o comportamento de grupos sociais mais restritos, a história social deve ser ao mesmo tempo econômica, sob pena de lhe faltar base sólida»*” (Wolff 1961: 851 *apud* Mendes, 1993: 33).

Desta forma percebemos que ao estudarmos as relações/trocas comerciais entre Portugal e Brasil durante o século XX necessitamos da contribuição ativa de mestres dos saberes nesta duas áreas, pois ao se tentar fazer uma análise aprofundada de um período longo e com duas vertentes de qualquer modo tão distintas, História e Economia, nos defrontaremos com nossos limites. “*Não há, então, outro remédio senão substituir a multiplicidade das competências reunidas num mesmo homem por uma aliança das técnicas praticadas, por eruditos diferentes, não obstante tenderem todos elas para a elucidação de um único tema.*” (Bloch s.d: P. 64)

Esta dissertação aqui trabalhada tem como objetivo geral identificar e sistematizar informações a respeito do declínio das trocas comerciais entre os dois países, contribuindo para um maior conhecimento daquilo que denominamos de ciclos das relações comerciais bilaterais entre Brasil e Portugal, com destaque para o século XX. Usamos como documentos de base, material levantado especialmente na Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro e da ACL – Associação Comercial de Lisboa.

Sobre a questão da análise das fontes para a construção do saber histórico Gardiner afirma que a história, dado que é feita por homens, só pode ser compreendida por estes, e para se chegar a uma análise o mais próximo possível da neutralidade devemos utilizar estas fontes de forma mais pragmática possível, pois segundo este autor somente “*(...) através de esforço imaginativo e de discernimento crítico é possível tornar transparentes as provas e as fontes históricas, recuperando-se e apreendendo-se as formas de pensar e de sentir que elas encerram.*” (Gardiner, 2004:13)

Partindo destes pressupostos foi escolhido o corpus documental que se elegeu como objeto de estudo para este esboço, que compreende distintos blocos de fontes, são elas:

Fontes manuscritas

Atas de reuniões da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro.

Fontes Impressas – Almanques, estatísticas, legislação e relatórios.

Atas das reuniões da Associação Comercial do Porto

Trocas de correspondências entre as Associações de Comércio de Lisboa e Porto com a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro.

Anuários estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE,

Anuários de estatística de Portugal do Instituto Nacional de Estatística – INE.

As legislações elaboradas para o aprimoramento ou melhoramento das trocas comerciais entre os dois países, como: os tratados de comércio, acordos comerciais, tratados de amizade bilaterais.

¹ Philippe Wolff, « L'étude des économies et des sociétés avant l'ère statistique », in Encyclopédie de la Pléiade, vol. XI, L'histoire et ses méthodes, Charles Samaran (dir.), (Bélgica, Ed. Gallimard, 1961).

Ao desenvolver esta investigação pautada na análise das relações comerciais entre Portugal e o Brasil, especialmente sintetizadas nos discursos oriundos dos documentos das Câmaras de Comércio do Rio de Janeiro, Porto e Lisboa, compendiadas nas Atas de reuniões destas instituições conclui-se que: após quase meio século de um contínuo mas estagnado comércio entre Portugal e Brasil, aonde as exportações/importações chegaram a números pouco expressivos, este fato não atrapalhou as relações diplomáticas. Resultado é que entre os governos de Portugal e do Brasil no decorrer do século XX foram assinados, ao todo, quarenta e nove atos bilaterais nas mais diversas áreas de interesses, permitindo desta forma a criação de um aparato jurídico-diplomático que fortalecia a construção de uma cooperação entre os dois países.

O declínio do comércio entre Portugal e o Brasil se deveu a vários fatores. Portugal não conseguiu aproveitar as remessas de emigrantes nem se especializou no setor agrícola para impulsionar a sua indústria. Seguindo a tendência secular lusa, o dinheiro ganho na área do *import/export* foi em grande parte utilizado para a aquisição de produtos industriais estrangeiros e quase nada era investido para a industrialização do país, o que acabou por redundar na perda dos seus mercados tradicionais exteriores.

Portugal viu-se substituído em mercados ditos como tradicionais como o Brasil. No fundo a verdade é que as economias dos dois países se dissociavam cada vez mais, apesar da agitação das associações comerciais.

Ao longo dos 40 anos estudados nesta investigação de uma forma mais detalhada, Portugal e o Brasil mantiveram uma profunda e tradicional amizade entre seus governos. Isto se dava porque além das similitudes existentes entre os dois povos, esse sentimento era mantido pelos defensores do luso-brasileirismo existente nos dois lados do Atlântico.

Embora nos grandes embates mundiais, hoje vê-se um Brasil mais distante das medidas adotadas por um Portugal cada vez mais europeizado nas suas demandas externas, pois a partir do “25 de Abril” a política exterior portuguesa deixou de procurar a sua tradicional aliança com o Brasil no cenário mundial, uma vez que Portugal está cada vez mais atrelado ao sistema europeu, onde não há lugar para uma política externa independente como havia na época de Salazar. Mais recentemente, e já fora do nosso período central de análise, a crise financeira despoletada em 2007-2008 e seus desenvolvimentos posteriores, em particular a crise das dívidas soberanas Europeias em 2010-2011, bem como as novas realidades geopolíticas mundiais (por exemplo, a afirmação dos BRICS), podem levar no longo prazo a uma certa quebra destes laços, e à busca de um novo reposicionamento internacional por parte de Portugal. Já o Brasil, que até ao governo de Fernando Henrique Cardoso ainda tinha uma vertente europeísta muito forte – exemplo disto foi a declaração deste presidente ainda enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 1993, sobre a lusofonia na política externa brasileira – atualmente, desde o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010) tem abandonado o paradigma europeísta e passou a ser um dos grandes incentivadores da política econômica na esfera de cooperação Sul-Sul, sendo na realidade um dos seus idealizadores e principal prossecutor.

Orientadores: Jorge Fernandes Alves e Joaquim Ramos Silva.

Data de defesa: 26 de outubro de 2012.

Curso de Mestrado em História Medieval e do Renascimento

Autora: **Carmen Dolores Marques da Silva**

Título: ***Povoamento e organização de um território transmontano: O Julgado de Panoias nas Inquirições de 1258***

Palavras-chave: Povoamento, Organização territorial, Senhorios, Jurisdição administrativa, Economia agrária.

Resumo:

Constantim de Panoias, mercê da sua localização estratégica e da outorga de foral pelo conde D. Henrique e D. Teresa foi sede administrativa de um vasto território, durante quase duzentos anos, tendo o seu poder e importância sucumbido com a criação do concelho medieval de Vila Real. A conjuntura político-administrativa do Portugal nascente e as características geográficas e climáticas pouco atrativas seriam determinantes para o processo de povoamento, organização e aproveitamento económico da região.

A análise preliminar do acervo documental disponível, as inquirições gerais e outros diplomas régios emanados sobretudo da administração central, determinou o estudo da organização de uma importante área geográfica da região transmontana e duriense, designada nas Inquirições de 1220 e 1258 como *Terra e Julgado de Panoias*, respetivamente.

A informação constante nas Inquirições de 1258, relativa à organização humana e à extensa rede de topónimos e microtopónimos com os quais elaboramos a cartografia da região, apesar de fragmentada e lacunar, alicerçou e estruturou a nossa investigação. Por isso, o nosso objetivo primordial assentou na reconstituição do espaço do *Julgado de Panoias*, em meados do século XIII, através da interpretação das dinâmicas responsáveis pela sua formação, organização e crescimento, nomeadamente no que respeita à organização fundiária e direitos senhoriais, ao processo de implantação humana, à organização e transmissão do poder do rei e seus oficiais, ao incremento da organização senhorial na região, com o alargamento dos domínios eclesiásticos e da nobreza senhorial do Entre-Douro-e-Minho e, não menos importante, à produção agrícola e recursos económicos, uma vez que estes refletem muito o *modus vivendi* de uma população rural.

Uma vez delineado o nosso espaço de observação e definido o acervo documental, procedemos, tanto quanto possível, à elaboração de uma base cartográfica, à contextualização histórica do Concelho de Constantim e sua jurisdição administrativa e à reconstituição da paisagem agrária do *Julgado de Panoias*.

Neste processo foram surgindo diversas perspetivas de análise e múltiplos problemas, criando espaço para questões em aberto ou de interpretação duvidosa. No entanto, e apesar do caráter provisório e incompleto dos resultados alcançados, o estudo detalhado do património fundiário e seus detentores permitiu-nos traçar um retrato aproximado da paisagem agrária de Panoias, em meados do séc. XIII, e conhecer alguns aspetos ligados à malha dos diversos poderes instituídos.

As terras de Panoias abrangiam, em 1258, uma extensa área geográfica que, grosso modo, estava limitada pelos rios Tua e Douro e por várias cristas montanhosas, de que se destacam as serras do Alvão e Marão. Constantim de Panoias, apesar da sua feição rural, constituía um polo económico estratégico, uma “povoação de mercadores e artífices”, onde se realizava uma feira e, por conseguinte, se promovia o desenvolvimento do comércio e a economia monetária nesta fração do reino.

As inquirições gerais e os sucessivos forais e cartas de povoamento outorgados às terras além Marão comprovam a particular atenção dada pelos nossos primeiros governantes ao povoamento e organização administrativa da região trasmontana, cujo início nos leva até ao período condal. Tais documentos refletem a extrema necessidade de povoar as terras conquistadas, organizar o território e dele tirar proventos económicos e afirmar a autoridade do monarca sobre o reino através da consolidação das suas fronteiras.

No que respeita ao processo de colonização humana, verifica-se que o povoamento trasmontano, próprio de planaltos de solo pobre, moderadamente secos e frios, se estruturou a partir de unidades de povoamento aglomerado, as *villae*. O isolamento e a aspereza planáltica destas terras e as necessidades prementes de povoamento e proveito económico ditaram a concessão de terras *ad forum* ou *ad populandum ad forum* a pequenos proprietários, através de contratos agrários de índole enfiteutic, sob a forma de contratos perpétuos e hereditários.

As Inquirições de 1258 dão-nos conta de uma enorme variedade de tipos de propriedade, designadas de acordo com as suas aptidões específicas. A unidade básica da exploração agrária era o casal, que se estruturava a partir do centro da localidade. A população tendia a concentrar-se nas *villae*, muitas vezes repartidas entre o rei e outros senhores, onde se instalavam vários poderes que propiciavam numerosas e sucessivas disputas de terra e conflitos entre os vários grupos sociais.

O património rural do *Julgado de Panoias* achava-se repartido pelo rei, instituições eclesiásticas, nobreza e pequenos proprietários alodiais, verificando-se constantes transferências de propriedade agrária provocadas, muitas vezes, por vendas forçadas e usurpações que permitiam a ampliação dos bens dos grupos privilegiados, em prejuízo direto do fundo dominial da coroa e dos pequenos proprietários. A paisagem agrária estava em constante transformação, visível nas ações de povoamento levadas a cabo em muitos locais, com o correspondente arroteamento dos terrenos.

As inquirições informam que a crescente degradação dos bens da coroa envolveu circunstâncias político-administrativas. Os diferentes monarcas concederam grandes coutos e honras a instituições religiosas e aos “cavaleiros”, em especial, às sés de Braga e de Lamego e ao mosteiro de Pombeiro, que muito contribuíram para a organização do território. Sabemos que os mosteiros, as dioceses e as igrejas locais, no seu conjunto, eram os maiores proprietários da região e possuíam extensos domínios, os quais, além de não sofrerem a ação erosiva das partilhas, eram ampliados à custa de abundantes doações piedosas.

O envolvimento ativo no povoamento da região de algumas famílias da velha nobreza senhorial, designadamente, as de Sousa, Bragança, Baião e Maia, permitiu-lhes a implantação de núcleos patrimoniais que progressivamente foram ampliando por meio

de compras, doações, alianças matrimoniais, usurpações e permutas, necessárias à reorganização das suas terras. Esta expansão dominial não foi alheia à detenção de cargos públicos na corte e a nível regional, pelos *ricos-homens* e cavaleiros.

Quanto à propriedade vilã, as inquirições de Panoias enunciam apenas as alienações feitas pelos foreiros do rei. No entanto, é revelada organização comunitária e autonomia dos homens do concelho de Constantim na defesa das terras do concelho. A vida comunitária fortalecia o poder dos pequenos proprietários, além de aliviar a rudeza do trabalho agrícola de que dependiam para fazer face às imposições senhoriais. Nos foros e rendas a solver pelos pequenos proprietários encontram-se produtos agrícolas, serviços individuais e comunitários, o ferro e uma quantia fixa em numerário.

O quadro que acabámos de sintetizar esboça, em termos gerais, a organização patrimonial do território e os seus principais detentores, o qual está diretamente relacionado com as transformações político-administrativas ocorridas na centúria de Trezentos.

Da análise comparativa das inquirições afonsinas sobressaem diferenças significativas quanto ao rastreio dos bens fundiários. A natureza dos inquéritos de 1258 e a confrontação de dados com os instruídos em 1220 permitiu-nos considerar que as inquirições de D. Afonso III não levantaram sistematicamente a propriedade fundiária de Panoias, régia ou privada, tendo-se limitado apenas a denunciar a transferência de património, por venda ou doação, mas, sobretudo, por usurpação dos bens e direitos da coroa, mercê de pressões senhoriais e pela falta de cumprimento das normas estabelecidas. Além das usurpações violentas de bens, são denunciados contratos agrários danosos para a coroa e a crescente fuga ao pagamento dos foros e rendas. Isto demonstra que D. Afonso III tinha conhecimento da crescente degradação do seu património, da consolidação do processo de senhoriação nas terras transmontanas, à custa dos bens régios, e dos abusos cometidos pelos grupos privilegiados sobre os pequenos proprietários, foreiros e seus oficiais.

O propósito de controlar aquela região estava já patente na reorganização administrativa da antiga *Terra de Panoias* que surge, em 1258, fragmentada em cinco julgados, frações administrativas de menor dimensão, o que propiciava uma maior redistribuição dos poderes locais.

Estas reflexões levam-nos a entender as inquirições como um instrumento jurídico, de grande abrangência, que permitiu avaliar o nível a que tinha chegado a degradação dos domínios da coroa e, ao mesmo tempo, perceber a dimensão dos poderes instituídos. Comprovados, de forma inequívoca, a diminuição progressiva dos seus direitos e o enfraquecimento do poder local, o rei justificava a sua intervenção direta na região, a qual se materializou na criação do concelho medieval de Vila Real, processo complexo que se iniciou com a outorga de um foral em 1272, mas que só viria a consolidar-se no reinado de D. Dinis, depois da concessão de dois novos diplomas régios. Este novo centro político-administrativo haveria de decretar o esvaziamento dos poderes e prerrogativas dos concelhos e comunidades circundantes.

As numerosas cartas de foral, aforamentos coletivos ou, simplesmente, meros contratos agrários individuais citados nas inquirições comprovam a importância do documento escrito e a preocupação do rei em ordenar o território e rentabilizar as terras

sob sua jurisdição. Neste sentido, impõe-se destacar a evidente afirmação do poder régio sobre as terras de Panoias, que, numa primeira fase, concedeu patrimónios e prerrogativas diversos aos diferentes colonizadores, para, mais tarde, recuperar a sua soberania que justificou com os sucessivos abusos cometidos.

Orientador: Luís Carlos Correia Ferreira do Amaral

Data de defesa: 18 de outubro de 2012

Autora: **Filipa da Silva Lopes**

Título: ***O Domínio Fundiário do Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa (séculos XI-XII)***

Palavras-chave: Domínio fundiário ; Mosteiro ; Paço de Sousa ; Séculos XI e XII

Resumo

A dissertação de mestrado intitulada *O Domínio Fundiário do Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa (séculos XI-XII)* foi apresentada, em provas públicas, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2012. A investigação desenvolvida teve como principal objetivo a reconstituição e a análise do processo de formação, organização e desenvolvimento do domínio fundiário desse mosteiro durante os séculos XI e XII, bem como a identificação dos principais atores e poderes responsáveis pela sua expansão e consolidação.

O estudo dos patrimónios que sustentavam a vida religiosa de diferentes instituições monásticas medievais já tem uma longa tradição quer na historiografia portuguesa quer na estrangeira. Pretendeu-se, no entanto, dar relevo não apenas à constituição do seu domínio patrimonial, mas também às relações sociais estabelecidas e aos poderes envolvidos no processo histórico que transformou Paço de Sousa num importante agente de senhoriação na região da sua implantação durante as centúrias em análise.

Procurou-se selecionar um *corpus* documental coerente que incluiu os diplomas constantes do *Liber Testamentorum* de Paço de Sousa — na versão transcrita e publicada por Maria Teresa Monteiro e J. J. Rigaud de Sousa² —, aqueles que foram editados nos *Diplomata et Chartae*³ e os que se encontram copiados ou sumariados nas *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa* de Fr. António da Assunção Meireles⁴. Metodologicamente, efetuou-se o registo — numa base de dados no Microsoft Office Access — e privilegiou-se o exame quantitativo das informações sobre a forma de aquisição, a natureza e a localização das propriedades de Paço de Sousa, assim como daquelas que diziam respeito aos intervenientes nos vários atos escritos; não se negligenciou, todavia, uma análise qualitativa, atentando na forma e na linguagem da documentação.

Foi com base num total de 174 atos escritos que se procedeu à reconstituição do domínio fundiário do mosteiro de S. Salvador, cuja implantação se iniciou na área delimitada pelos rios Sousa e Tâmega, provavelmente em meados do século X. Em 1200, este cenóbio possuía um conjunto patrimonial relativamente coeso nessa região, assim como algumas possessões mais ou menos concentradas: nos vales do Arda e do Paiva;

² *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, ed. de Maria Teresa Monteiro e J. J. Rigaud de Sousa (Braga: Livraria Cruz, 1972). Trata-se de um cartulário constituído por 157 diplomas, com datas compreendidas entre 938 e 1222, e cuja composição se terá iniciado em finais do século XII, cf. José Mattoso, “Apresentação,” in *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, ed. de Maria Teresa Monteiro e J. J. Rigaud de Sousa (Braga: Livraria Cruz, 1972), 7.

³ *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Diplomata et Chartae*, vol. 1, fasc. III (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1870).

⁴ *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa & Índice dos documentos do arquivo composto por Frei António da Assunção Meireles*, publicação e prefácio de Alfredo Pimenta (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1942).

em redor de Arouca; na margem direita do Sousa — em Paredes, Lousada, Gondomar, Porto; na Maia, na Trofa e em Guimarães; a leste do Tâmega — em Marco de Canaveses, Baião e Amarante; a sul do Douro — em Vila Nova de Gaia, Cinfães, Resende, Lamego, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e S. Pedro do Sul⁵. Tratava-se de um conjunto de patrimónios descontínuos e fragmentados, constituído maioritariamente por *hereditates*, por vários casais e igrejas, assim como por algumas *villae*, parcelas de mosteiros e outras propriedades que resultaram da segmentação ou da especialização de unidades agrícolas.

A doação foi, sem dúvida, o principal mecanismo de aquisição de bens fundiários e, entre os doadores, destacaram-se os membros da família patronal, descendentes de Trutesendo Galindes, o presumível fundador do mosteiro. O patrocínio da nobreza local, nomeadamente dos Ribadouro e dos Paiva, através da realização de amplos legados, foi decisivo para o crescimento e a consolidação do património da instituição. Do mesmo modo, a proteção que deles recebeu terá potenciado ou exercido alguma influência no início da reforma que levou a comunidade a adotar a regra beneditina, na sua versão cluniacense. Estes magnates ter-se-ão ainda aproveitado da sua autoridade, no exercício de altos cargos na governança local, para realizar pressões e canalizar outras doações para Paço de Sousa. Protegeram igualmente os interesses da instituição, conseguindo que ficasse isenta do pagamento de direitos e rendas ao bispo do Porto, assim como muito provavelmente garantiram que D. Henrique (ou D. Teresa) lhe outorgasse uma carta de couto⁶.

Os patronos não atuaram, porém, sem contrapartidas, pois exerceriam sobre o mosteiro um certo controlo, podendo influenciar a escolha do abade — que, em alguns casos, poderá ter pertencido à própria família patronal —, bem como criar clientelas e estabelecer relações com as populações locais, garantindo o domínio dos homens e do espaço por intermédio do cenóbio. Por outro lado, a canalização de parte — ou ocasionalmente, se não tivessem descendência, da totalidade — do seu património para o mosteiro poderia ser uma forma de assegurar a sua melhor gestão e/ou de evitar a sua excessiva fragmentação devido à prática da transmissão cognática. Para esta nobreza em ascensão, fundar e/ou patrocinar casas monásticas era, por isso, fonte de prestígio social e de engrandecimento económico. Do mesmo modo, os serviços espirituais e culturais, a preservação da memória através do registo escrito da transmissão da propriedade ou da sepultura e os apoios materiais em caso de necessidade eram recompensas que os patronos e outros benfeitores procuravam ao legarem propriedades ao mosteiro.

Se, por um lado, o poder, o prestígio e o património dos *heredes* do mosteiro, em particular dos membros da linhagem dos Ribadouro, constituíram o maior sustentáculo do seu protagonismo crescente; por outro lado, os superiores e alguns membros da comunidade de S. Salvador desempenharam um papel fundamental na organização e consolidação do seu domínio fundiário, sobretudo a partir do século XII. A prática de políticas de concentração das unidades agrárias em torno de determinados núcleos está

⁵ Foi utilizada a malha administrativa atual do território (concelho, freguesia, lugar) para identificar a localização aproximada dos bens fundiários do mosteiro de Paço de Sousa.

⁶ Se este diploma existiu, não chegou até aos nossos dias. Conhecemos apenas uma referência indireta ao couto deste instituto monástico num documento de 1123.

comprovada pela realização de investimentos significativos em compras, pela concretização de escambos, pela fixação de contratos que garantissem aquisições futuras e pelo exercício de pressões que levaram à doação ou à venda de bens fundiários em áreas onde esta instituição já era proprietária. Deste modo, entre os finais do século XI e a primeira metade do século XII, o cenóbio reuniu uma base material considerável e atraiu outros doadores, que não identificámos como patronos, mas que, em alguns casos, parecem estar sob a esfera de influência destes magnates ou com eles manter relações de proximidade.

Concluimos, assim, que este mosteiro desempenhou um papel importante no enquadramento da terra e dos homens e no processo de senhorialização e de consolidação de um sistema feudal no Condado e depois no reino de Portugal, em particular na região entre os rios Sousa e Tâmega, pelo menos, até ao final do século XII.

Fontes citadas:

Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa & Índice dos documentos do arquivo composto por Frei António da Assunção Meireles, publicação e prefácio de Alfredo Pimenta. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1942.

Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa, ed. de Maria Teresa Monteiro e J. J. Rigaud de Sousa. Braga: Livraria Cruz, 1972 (Separata da Revista *Bracara Augusta* vol. XXIV, fasc. 58-59 (69-70), 1970).

Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Diplomata et Chartae, [organização de Alexandre Herculano]. Vol. 1, fasc. III. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1870.

Orientador: Professor Doutor Luís Carlos Correia Ferreira do Amaral

Data de defesa: 20 de Novembro de 2012

Autora: **Filipa Maria Ferreira da Silva**

Título: ***Os Forais Manuelinos do Entre Douro e Minho (1511-1520): Direito e Economia***

Palavras-chave: D. Manuel I, Forais, Entre Douro e Minho, Direito, Economia.

Resumo

O reinado de D. Manuel I (1495-1521), é caracterizado por ser um período em que se procedeu a uma ampla reforma de diversos aspetos da sociedade medieval. Uma das mais importantes teve como principal foco o poder local com a reforma das cartas de foral. Outorgadas desde o tempo da Reconquista, estes documentos padeciam de diversas lacunas que levaram, por diversas vezes, a uma forte contestação em Cortes a fim de se proceder à sua atualização. Nomeada uma comissão para esse efeito, procede-se à tão aguardada reforma no reinado de D. Manuel. É com base nestas novas cartas de foral que se estrutura esta dissertação. Tendo em vista uma melhor análise de conteúdos, restringimos a sua abrangência territorial ao Entre Douro e Minho num período compreendido entre 1511 e 1520, por serem as datas limite de concessão dos referidos forais. O acervo documental em causa é composto por um total de 63 documentos publicados por Luís Fernando de Carvalho Dias.

Para além de todo o enquadramento teórico da reforma dos forais, a dissertação tem como principal objetivo a análise das temáticas presentes no conteúdo de cada foral, tendo em conta a economia, a fiscalidade e a sociedade como principais guias de orientação. A sua leitura atenta levou ao levantamento de dois vetores importantes para o cumprimento dos pontos a que nos propusemos cumprir. Para além do conhecimento dos encargos a que a sociedade quinhentista estava sujeita, estes diplomas evidenciaram também a complexa convivência das distintas jurisdições que coabitavam num mesmo espaço. Assim, os direitos que se encontram consagrados nos forais novos são de âmbito régio, concelhio e senhorial, tanto a nível da nobreza como do clero, destacando-se em alguns dos casos as Ordens Militares. A leitura das fontes selecionadas, como previsível em qualquer trabalho de investigação, levantou algumas dificuldades de compreensão, devido, em grande medida, à distância temporal que decorre entre a elaboração da fonte e o período em que o investigador se debruça sob a mesma. Os principais constrangimentos com que nos deparamos prenderam-se, sobretudo, com a interpretação de alguns encargos do âmbito económico e fiscal, que, em alguns casos, traduziam também certas dificuldades sentidas na época. Um outro obstáculo residiu na caracterização da sociedade, bem como da justiça local. Na verdade, estas dificuldades são compreensíveis, tendo em conta o próprio âmbito de elaboração dos novos diplomas, os objetivos que os orientaram, a sua cronologia, bem como o contexto legislativo corrente na época, fatores, estes, que dispensavam a inclusão de certos detalhes no articulado.

A análise dos diferentes documentos para a região do Entre Douro e Minho remete para questões do foro económico, fiscal, social e judicial. A dimensão económica e fiscal é a que mais peso tem nestes diplomas, o que se justifica pela clara finalidade que presidiu a toda esta reforma, uma clara e definida cobrança de impostos. Em oposição, a dimensão social e judicial está em minoria, o que em certa medida é justificável, uma vez que as

comunidades locais teriam as suas normas de convivência estabelecidas, bem como todo o corpo jurídico estaria estabelecido pelas Ordenações Manuelinas.

O estudo dos forais novos para a região do Entre Douro e Minho permitiu a definição de um quadro sucinto da estrutura governativa das comunidades locais, sem esquecer o papel fundamental que os primeiros forais desempenharam como reguladores da vida local. Permitiu a elaboração, em articulação com a variada bibliografia existente sobre o poder local, o esboço dos principais elementos em discussão na reforma dos documentos. A sua análise mais profunda permitiu a perceção da intrínseca malha de jurisdições a que o homem medieval estaria submetido, que na maior parte dos casos, se traduz na difícil compreensão de quem detinha o quê e em que moldes o tinha.

O conhecimento histórico não é de todo um conhecimento estanque, e talvez por este motivo, o culminar de qualquer investigação, não é o ditar o fim do saber de uma temática, mas sim o abrir portas a novas perspetivas e até mesmo interpretações diferentes. O estudo que elaboramos é apenas o olhar e as respostas a que inicialmente nos propusemos, fruto em grande parte das escolhas e tempo que dispusemos para as cumprir. Novas questões foram surgindo, o que nos permite avaliar a potencialidade desta fonte em articulação com outros elementos fornecidos por outro tipo de fonte. Seria ainda valorativo a aplicação deste modelo de análise, com as adaptações necessárias, a outras regiões, a fim de se estabelecer um conhecimento mais aproximado da realidade sentida nas comunidades locais.

Orientadora: Paula Maria de Carvalho Pinto Costa

Data de defesa: 29 de dezembro de 2012

Autor: **Filipe Manuel Dias Neto**

Título: ***Os Prelados de Braga, Porto e Coimbra nos séculos XIV e XV: estudo Bibliográfico***

Palavras-chave: Braga, Porto, Coimbra, Bispos, Arcebispos.

Resumo

Vem este resumo dar a conhecer a dissertação de mestrado em História Medieval e do Renascimento defendida por nós a 27 de Novembro de 2012 e intitulada *Os Prelados de Braga, Porto e Coimbra nos séculos XIV e XV: Estudo Bibliográfico*. O nosso trabalho abordou o episcopado nestas dioceses nos séculos finais da Idade Média, pretendendo esboçar um panorama bibliográfico e fazer um estudo comparativo, estritamente baseado na bibliografia publicada mais relevante. Nesta época específica, é imediatamente notória a relevância do episcopado, em virtude dos contextos em que se moveu e do papel que desempenhou. Os bispos e arcebispos destas dioceses tiveram papel singular nas questões que marcaram o final da Idade Média, desde os conflitos em redor do Cisma de Avinhão às lutas entre o poder eclesiástico e monarcas cada vez mais centralizadores. Torna-se, por isso, útil saber quem foram estes prelados, de onde provieram, com quem contaram e onde estudaram para compreendermos os seus hábitos, opções e posições políticas e eclesiásticas. A nossa análise concentrou-se em três temas bem presentes na bibliografia: a vida pessoal dos prelados, a sua ação pastoral e a intervenção nos campos político, militar e administrativo. Cada um originou um capítulo, capítulos que foram subdivididos em subcapítulos por diocese, possuindo ainda, no final, algumas conclusões a reter.

O primeiro capítulo da dissertação abordou a origem e vida pessoal dos prelados, concluindo que a maioria vinha da nobreza, não forçosamente das famílias mais gradas, e tinha muitas vezes parentes notáveis ou já bem colocados na hierarquia religiosa, em quem se apoiavam para, gradualmente, encetarem o seu percurso eclesiástico, iniciado muitas vezes em canonicatos e reitorias menores mas proveitosas financeiramente. Estas fontes de rendimento eram muitas vezes usadas para financiar a formação individual dos jovens aspirantes a prelados, permitindo-lhes obter graus académicos tanto em Portugal quanto no estrangeiro. Aliavam ainda a esta formação a frequência da corte régia ou da cúria, em Roma, onde começavam a desempenhar diferentes cargos nos quais mostravam o valor e conhecimento obtido, granjeando apoios e alianças nas quais se apoiavam para continuar a ascender hierarquicamente, e onde também procuravam ajuda sempre que se sentiam acoçados. Não é, por isso, de admirar que vários prelados tenham estado pouco tempo nas suas respectivas dioceses, seja por opção ou por força de cargos que ocuparam. Poderosos e orgulhosos, na vida como na morte, tiveram na pompa dos seus funerais o epílogo das lutas vividas, tanto pela manutenção e ampliação dos seus direitos, como pelo engrandecimento da Igreja e das dioceses que presidiram.

O segundo capítulo aborda a acção pastoral dos prelados. Por muito que tenham sido políticos influentes, a bibliografia mostra não terem descurado, regra geral, a gestão das suas dioceses. De facto, foram muitos os prelados que deixaram memória de grandes e zelosos pastores e que se preocuparam seriamente com a moral dos clérigos, a lealdade dos cônegos e a gestão financeira dos bens e rendas diocesanas. Por outro lado, a relação hierárquica com a Santa Sé afigura-se geralmente calma e leal, mesmo durante o Cisma

do Ocidente, o que não impediu, contudo, alguns atritos graves entre prelados fiéis a Roma e cabidos ligados a Avinhão, como sucedeu em Braga, onde a questão veio empolar conflitos já existentes entre os arcebispos e os cónegos. De facto, os cónegos possuíam ambições e interesses pessoais que podiam colidir com a vontade e conveniência dos prelados e gerar conflitos, que se podiam desenrolar com menor ou maior violência. Braga e Coimbra assistiram a grandes lutas entre estes poderes, que se desenvolveram de modo curiosamente oposto: ao passo que em Braga se optou pela força, em Coimbra tudo se resolveu pelos canais formais da Igreja. Mas se alguns prelados tiveram fama de bons gestores, para tal muito contribuiu a acção dos seus coadjutores, cuja acção por vezes foi tão discreta que a bibliografia apresenta várias limitações no que respeita ao percurso de muitos deles. De facto, quase todos os prelados tiveram auxiliares que, em seu nome, faziam aplicar no terreno, por via das visitas pastorais que faziam às paróquias, a vontade do bispo ou arcebispo. Esta vontade foi forte e vigorosa, mormente na defesa de direitos e prerrogativas episcopais. Contudo, por muito que fulminassem excomunhões e interditos, não puderam estes homens ir contra a evolução dos tempos e reter os seus direitos perpetuamente.

O terceiro e último capítulo da nossa dissertação abordou a acção política, administrativa e militar dos prelados em estudo. E como se depreende, muito rico se revelou, tanto pelo papel desempenhado pelos prelados como pela conflitualidade a que se assistiu. À partida, parecia-nos o ponto mais estudado pela bibliografia, seja pela “apetência natural” do tema, seja pela abundante documentação que sobreviveu. Pela sua relevância enquanto cabeça da Igreja no Portugal medievo, a arquidiocese de Braga mostrava-se a mais política e a que daria aos prelados maior papel político. E estas concepções prévias não se mostraram erradas: à medida que desenvolvemos a nossa análise, a bibliografia deu-nos um retrato dos prelados das três dioceses como homens que, pela sua origem, percurso e posição, tinham uma propensão natural para uma forte intervenção política, sendo Braga o coroar da sua ascensão hierárquica, política e pessoal. O Porto também se revelou importante, apesar dos seus bispos terem contado sempre com a forte oposição dos homens-bons da câmara, a quem não agradava a jurisdição episcopal na cidade, num conflito que só começou a ser sanado nos inícios do século XV, com a transferência do senhorio portuense para a Coroa, por intervenção de D. João I. Coimbra também apresentou uma singular particularidade, devido à atribuição de um título nobiliárquico ao bispo no reinado de D. Afonso V, concessão que se deveu à participação de D. João Galvão nas campanhas militares do monarca, nomeadamente na tomada de Tânger, Arzila e na Batalha de Toro. Por aqui se observa que a acção dos prelados não se ficou só pelo desempenho de cargos políticos na corte, pelas quezílias que tiveram com os monarcas que se opunham aos seus direitos e prerrogativas, pelo seu papel enquanto embaixadores junto da Santa Sé ou pela sua presença em cortes, funerais e casamentos régios. O serviço prestado no campo político foi para além disso e levou-os ao campo de batalha, onde parecia improvável vê-los. Contudo, o seu papel enquanto senhores de terras acaba por lhes dar um papel militar relevante, pois podiam comparecer em combate com hostes mantidas por si e dar um contributo substancial ao rei na guerra. Assim, concluímos que, apesar de todos os conflitos e interesses opostos, a relação dos prelados para com os sucessivos reis portugueses foi quase sempre de lealdade e de serviço.

Este trabalho encerra com a apresentação das conclusões gerais, que já expusemos parcialmente. Não tendo a ambição de se tornar num exaustivo ponto de situação temático, procurou esta dissertação apresentar, *grosso modo*, o que de mais significativo se conhece e o que falta saber sobre estes prelados nos pontos analisados, que correspondem aos mais visados pela bibliografia estudada. Para a elaboração desta dissertação consultámos a bibliografia que consideramos mais relevante para o estudo do tema, e da análise desta podemos concluir vários pontos que entendemos pertinentes. O primeiro, e que se revelou um dos problemas que mais nos preocupou neste trabalho, foi a grande dispersão da informação em mil e um artigos, monografias e contribuições avulsas. Considerando as dificuldades que esta dispersão traz, julgamos ser urgente e útil a elaboração de uma obra que congregue a informação dispersa e promova uma síntese que possa constituir-se em obra de referência, tanto para historiadores, como para estudantes e, porque não, para curiosos que queiram ampliar o seu saber com a leitura de uma obra rigorosa, abrangente e completa. Podemos ainda concluir que alguma da bibliografia consultada é antiga e está ultrapassada pelas recentes investigações em pontos específicos. Um caso evidente é a *História da Igreja em Portugal*, de Fortunato de Almeida, que não obstante a idade ainda é indispensável para os estudos destas áreas. Mas o problema mais importante, que mais urge resolver e que mais dificuldades nos trouxe foi a falta de estudos publicados para algumas temáticas. De facto, Coimbra revelou-se a diocese com menos informação publicada, o que dificultou o nosso esforço de comparação entre as três dioceses. No extremo oposto, Braga tem uma série de estudos publicados que faz da arquidiocese a mais estudada, muito em virtude do trabalho desenvolvido por José Marques, cujas obras citamos abundantemente. Ficam por isso, nesta dissertação, não apenas as conclusões sobre o que sabemos sobre estas dioceses e prelados, mas também (e nunca menos importante) as questões, dúvidas e problemas que se nos depararam ao longo das horas de leitura, estudo e análise que despendemos para realizar com sucesso a nossa investigação.

Orientador: Luís Carlos Correia Ferreira do Amaral

Data de defesa: 27 de novembro de 2012

Autor: **Olegário Nelson Azevedo Pereira**

Título: ***Em torno da pesca, na costa Norte de Portugal, nos séculos finais da Idade Média (1292 – 1493)***

Palavras-Chave: Pesca medieval, Pescadores, Pescados, Peixe, Utensílios de pesca, Embarcações.

Resumo

Apesar de já terem vindo a lume diversos estudos direcionados à investigação da atividade piscatória na época medieval, a região costeira do Norte de Portugal carecia de uma análise focalizada nesse setor, mormente no que respeita à pesca marítima. O tema desta dissertação de mestrado, defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto a 23 de Outubro de 2012, respeita precisamente ao estudo deste tema. Procurou-se essencialmente examinar a região compreendida entre o rio Minho e o rio Mondego, observando-se diplomas cuja cronologia se estende entre os anos de 1292 e 1493.

Desde o início, e a fim de evitar uma dispersão de esforços, estipulamos os temas que necessitavam duma nova abordagem sistematizadora das principais informações disponíveis. Trabalhámos fontes publicadas, pesquisando em coletâneas documentais onde achamos poder captar dados relativos à pesca. Começámos pela coleção *História Florestal Aquícola e Cinegética*⁷, precisamente por respeitar de forma direta ao nosso objetivo. Depois, debruçámo-nos sobre outras publicações documentais que contemplam aspetos marítimos: *Descobrimientos Portugueses: documentos para a sua História*⁸ e *Monumenta Henricina*⁹. Após a seleção e análise dos diplomas contidos nessas obras, e para que pudéssemos colmatar algumas lacunas de informação, pesquisámos a documentação régia que se encontra publicada para o período em estudo, designadamente dos reinados de D. Afonso IV, D. Pedro I, D. João I e D. Duarte¹⁰. Por último, decidimos ainda procurar informação em antologias documentais de âmbito mais regional e local.

Posto isto, expliquemos agora quais os principais conteúdos que nortearam o desenvolvimento da dissertação e quais as principais conclusões a que chegámos. Como já dissemos, numa primeira fase procuramos perceber quais os estudos que tínhamos ao nosso dispor, onde se discutisse a temática em apreço, procurando-se contextualizar

⁷ C. M. Baeta neves (Org.), *História Florestal, Aquícola e Cinegética — Colectânea de documentos da Torre do Tombo, Chancelarias Reais*. 7 Vols. (1208-1583), (Lisboa: Direcção-Geral das Florestas, 1980-1987).

⁸ João Martins da Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses: documentos para a sua História*, 3 Vols. (1147-1500), [fac-símile da edição original de 1944], (Lisboa: INIC, 1988).

⁹ *Monumenta Henricina*, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique. 15 Vols. (Coimbra: Graf. Atlantida, 1960-1974).

¹⁰ A. H. Oliveira Marques (org.), *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*. 3 Vols. (1325-1344) (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990-1992). A. H. Oliveira Marques (org.), *Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I (1357-1367)*, (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1984) João José Alves Dias (org.), *Chancelarias Portuguesas: D. João I*. 4 Vols. (1384-1433, (Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004-2006). João José Alves Dias (org.); *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*. 3 Vols. (1433-1435 e Livro da casa dos Contos), (Lisboa: Centro de Estudos Históricos Universidade Nova de Lisboa, 1998/2002).

historicamente a sua evolução. Logo se verificou que o assunto não tem sido suficientemente indagado. Se para os primeiros séculos da monarquia já existem investigações que se debruçam sobre o tema ou se abeiram do mesmo ao tratar de outras questões, para os séculos finais da Idade Média, esse panorama é mais desolador. *Grosso modo*, os autores concordam que a pesca foi uma importante atividade e que a região em consideração tinha, nas pescarias, uma importante fonte de rendimento económico, defendendo-se que um dos produtos essenciais da sua balança comercial era precisamente o pescado. Demonstra-se uma primeira fase em que a faina piscatória é complementar a outros labores, explorada segundo os direitos da época, estando portanto delimitada por apertada malha legislativa fomentada pela coroa, pelos concelhos e pelos senhorios. Não obstante termos concluído através das diferentes monografias revisitadas a existência de um desenvolvimento oscilante consoante a zona geográfica e a cronologia, especialmente durante o século XIV a pesca torna-se paulatinamente pujante ao ponto de uma significativa parte da população nela participar. Tecido o estado da arte, partimos para uma breve descrição das alterações geomorfológicas ocorridas na zona costeira em consideração. A necessidade da sua inclusão justifica-se se tivermos em conta as significativas mudanças ocorridas a Norte do rio Douro e as que modificaram radicalmente a região do baixo Vouga lagunar. O assoreamento estuarino e a alteração costeira, resultantes de diversos fatores de índole natural e antrópica, acarretaram variações diversas no *modus vivendi* das populações, influenciando naturalmente a *indústria* piscatória.

A partir dos dois capítulos introdutórios e de contextualização, passamos à interpretação dos dados que recolhemos nas fontes. Iniciámos com o arrolamento das espécies piscícolas presentes na documentação. Verificou-se a existência de 22 espécies características de diferentes habitats marítimos: espécies costeiras e provenientes de águas de média e grande profundidade. A captura do pescado só era possível recorrendo-se a diferentes aprestos ou instrumentos de pesca, bem como a diferentes tipos de embarcações. Partimos por isso para a recolha desses elementos, descrevendo-se em primeiro lugar a utensilagem utilizada pelos pescadores, tendo-se observado a aplicação de redes, canas e covões com pedras, utilizando-se ainda camboas em alguns locais costeiros e pesqueiras nas desembocaduras dos cursos fluviais. Também se verificou que havia aproveitamento por parte da população do pescado morto que dava à costa. Já as embarcações mais utilizadas na captura do peixe eram as barcas, não obstante, termos demonstrado algumas situações em que essa captura era feita através de naus e de outras embarcações. No entanto, ficou claro que estes barcos, acrescidos de caravelas e de baixéis, se encontravam mais relacionados com a comercialização do produto pescado.

No último ponto da dissertação examinou-se a atividade piscatória tendo em conta espaços geográfico bem delimitados. Num primeiro momento tratámos da região compreendida entre o Porto e o seu termo e Caminha. Revelaram-se proveitosas as atas de vereação, onde tomámos contacto com uma constante necessidade do concelho portuense em controlar a transação do pescado, que se efetuava por vezes de forma ilegal, pois a cidade necessitava do produto para que da sua venda adivessem outros mantimentos necessários como os cereais. Aferimos que o segundo quartel do século XIV, devido à pestilência que assolou a região, representou uma quebra produtiva na

pesca e um aumento do preço do produto devido à carência de mão-de-obra no setor. Resultou destes motivos a proibição régia de se exportar o peixe. O concelho pretendeu uma maior eficiência dos almotacés no controlo da venda de pescado, uma vez que os mesmos não cumpriam totalmente as suas obrigações. Assim, preparou mais posturas e ordenações em consonância com o aumento da fiscalização. Demonstrou-se o alargamento das proibições de retirar o pescado da cidade, a guarda das suas portas para o impedir e a ampliação das posturas e ordenações ao termo concelhio. Mais ainda, o município determinou um sítio único para a comercialização do produto, impôs um controlo mais apertado aos vendedores de pescado, procurando favorecer as denúncias sobre as ilegalidades cometidas, arrendando as coimas das mesmas e aumentando os seus valores. Resumindo, tudo fez para impedir a saída do pescado. O resultado de tais medidas foi frutífero pois começa a verificar-se que quem desejava exportar o produto requisitava na vereação a devida autorização para esse efeito. A comercialização do peixe, quando autorizada, fazia-se especialmente para o Levante, zonas peninsulares como a Biscaia e a Galiza e para França. Mas à cidade também chegava pescado importado, especialmente proveniente de outras zonas de Portugal e da Galiza. Na região a Norte do rio Ave os exemplos elencados na documentação foram mais diminutos, pese embora suficientes, para que se pudesse concluir que também aí a pesca era uma importante atividade. A ilegalidade na transação do produto foi igualmente notada. O destino desse comércio era principalmente o Levante, verificando-se que Viana da Foz do Lima era a principal potenciadora da *indústria* piscatória na região, não obstante Vila do Conde, Ponte de Lima e Caminha também se dedicarem à faina da pesca e comercialização do peixe.

A sul do termo do Porto a pesca realizava-se com maior intensidade na região de Aveiro e de Buarcos. Na primeira localidade vimos que a partir de finais do século XIII, a atividade começa a ganhar um maior relevo. A coroa controlava indiretamente o labor ao outorgar os direitos sobre o pescado real e as pescarias a elementos da família real ou destacadas personalidades da sociedade de então. Acrescem as isenções que continuamente foram concedidas aos pescadores aquando das dissidências entre estes e a confraria que os representava e o concelho. Essa agremiação também demonstra claramente a importância do setor piscatório e o elevado número de pescadores associados, apresentando-se como uma importante estrutura de ligação entre os seus membros e o poder régio ou o poder concelhio. A comercialização do produto também se revelou intensa. Demonstra-o a presença de galegos a pescar e comerciar na região, a chegada diária de embarcações para descarregamento de peixe, o fluxo de compradores provenientes da vila mas também de fora dela e de outras paragens, a chegada das embarcações com o produto durante a noite ou a deslocação noturna dos pescadores. Mais importante ainda, os sucessivos esforços do concelho em almotazar o produto e a tentativa de impor a venda como estipulado nas ordenações, revelam, por um lado, a importância económica do produto, e, por outro, as ilegalidades cometidas nas transações. Já relativamente a Buarcos, os dados coligidos, embora mais escassos, descobrem-nos também que a pesca foi ganhando uma acrescida importância. Tal como em Aveiro, a coroa outorga os direitos a pessoas de estado nobre. Os réditos resultantes das imposições fiscais seriam, certamente, bastante rentáveis para a coroa. Tal situação depreende-se pelo facto de o monarca desejar potencializar a *indústria*, concedendo privilégios a homens

que fossem habitar a vila e tivessem como principal atividade a pesca. Prova-se através disto o desejo da coroa em especializar a mão-de-obra no setor.

Do que ficou exposto resulta, tal como assinalámos na nossa dissertação, que muito mais haverá para investigar relativamente à atividade piscatória marítima medieval, bem como sobre os diferentes vetores que abrange.

Orientador: Luís Carlos Correia Ferreira do Amaral

Data de defesa: 23 de outubro de 2012

Curso de Mestrado em História e Património

Autor : **Bruno Tupper Gil**

Título: *A Influência cultural portuguesa na formação do samba do Rio de Janeiro: os silêncios na construção de uma memória (1889-1927)*

Palavras-chave: Memória, Identidade, Influência cultural, Portugal, Brasil.

Resumo

O trabalho realizado na dissertação intitulada: “A Influência cultural portuguesa na formação do samba do Rio de Janeiro: os silêncios na construção de uma memória (1889-1927)”, como parte do mestrado em História e Património –História Local e Regional-Ramo construção de memórias- teve como tema central a busca por elementos e argumentos que pudessem comprovar um rasto deixado pela cultura portuguesa na formação do samba do Rio de Janeiro. Este trabalho correspondeu a uma construção dessa memória, mas também à observação de como, na cultura carioca e brasileira, se processou a construção de uma memória.

Procurei perceber a supervalorização dos contributos africanos, paralelamente ao esquecimento da influência portuguesa neste processo. Como parte do trabalho, abordei transformações económicas, políticas e sociais da História do Brasil, e particularmente do Rio de Janeiro, que reforçaram esta minha tese. Utilizei como fontes que pudessem dar embasamento ao trabalho, além de vasta bibliografia sobre o assunto, os pareceres do Instituto do Património Histórico Artístico Nacional (IPHAN), que serviram como base para sustentação dos argumentos que levaram a reflexão dos processos de supervalorização e esquecimento, ou construção e desconstrução de uma memória, afro e portuguesa respetivamente.

No que diz respeito à parte teórica e metodológica do trabalho procurei abordar aspetos como cultura popular, representação, tradição e memória. Refletindo sobre estes conceitos e como eles podem ser incorporados, pude dar corpo às questões em debate. Sobre cultura popular, destaco as análises conceituais de Michel de Certeau. Quanto à representação de um *habitus*, o trabalho “ Campo do Poder, campo intelectual”(2002) de Pierre Bourdieu, . O conceito de tradição foi discutido a partir das análises realizadas por Eric Hobsbawn, fundamentando a questão das “tradições inventadas”. Sobre memória, os teóricos James Fentress e Chris Wickham, assim como Maurice Halbwachs, que foram importantes por trabalharem a questão da memória social como formas identitárias de grupos.

Ainda sobre fontes gostaria de ressaltar, além das já mencionadas, a utilização de imagens fotográficas que comprovaram alguns dos argumentos propostos no trabalho, como por exemplo, as transformações sociais e económicas ocorridas no país, e na cidade do Rio de Janeiro (então capital do Brasil), no período abordado. Sobre este período, destaco que o ano de 1889 foi cuidadosamente escolhido pois é o ano da proclamação da república brasileira, que contribui para um antilusitanismo, que pode ser visto como um dos fatores de esquecimento da memória portuguesa na formação do samba do Rio de

Janeiro. Assim como os anos que se seguem na viragem dos século XIX-XX, período em que há gradativa valorização da mestiçagem afro na população brasileira, contribuindo assim para a supervalorização da cultura africana.

Podemos ressaltar como principal resultado do processo desta pesquisa a questão do antilusitanismo republicano, aliado à valorização do processo de mestiçagem afro na formação cultural brasileira no decorrer do século XX, como os principais fatores responsáveis pela falta de reconhecimento de uma influência cultural portuguesa na formação no samba do Rio de Janeiro. O modo como aproveitei os estudos disponíveis sobre as condições de vida urbana, sobre o processo de afirmação de um novo regime, sobre o desenvolvimento económico permitiram revelar o ambiente em que “nasceu” e se afirmou o samba carioca nos seus enredos e desenlaces. Atento ainda para o facto de que o samba, representação tão simbólica no processo de identidade nacional brasileira e da cultura carioca, se questionado sobre sua origem e sobre as influências em sua formação, não perde seu valor simbólico por admitir outras influências externas, tais como a portuguesa.

Sendo assim, uma das tarefas deste trabalho foi a de revisão de determinados conceitos, verdades e tradições, elementos que constroem uma memória social, que se afirmam como “verdades históricas”, ou mais apropriadamente, como afirma Jacques Le Goff, “uma história tradicional falseada”. Cabe ao historiador, tornar a história uma forma de “esclarecer a memória e ajudá-la a retificar seus erros.” (Le Goff, 1984:166).

Orientadoras: Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva e Maria Helena Cardoso Osswald

Data de defesa: 27 de julho de 2012

Autora: **Carla de Jesus Torres Moreira**

Título: ***O Arquivo da Casa do Porto: o seu estudo e a sua representação – o modelo sistémico***

Palavras-chave: História, Ciência da Informação, Sistema de Informação Familiar, Arquivos de família, Arquivo da Casa do Porto.

Resumo

Os arquivos de família são importantes acervos documentais históricos, que permitem o reconstruir do passado e da sua memória, através dos documentos legados dos núcleos familiares, numa aceção atual de sistema de informação. O património documental destes repositórios acaba por ser possuidor de uma cumplicidade entre a História e a Ciência da Informação (na qual a Arquivística se encontra inscrita), que resulta na agregação destas duas disciplinas, porquanto se pretenda atingir os objetivos e as práticas das mesmas, e que se reúnem num objeto comum – informação gerada/acumulada por uma ou mais entidades.

Considerando o tema do projeto desenvolvido – o Arquivo de Família da Casa do Porto, no âmbito da conclusão do 2.º Ciclo de Estudos em História e Património – ramo Arquivos Históricos, pretendeu-se proceder ao desenvolvimento de um projeto com uma componente de investigação mas também com um caráter metodológico de procedimento científico de concretização do mesmo. Com esta temática desejou-se evidenciar a necessidade de pesquisar, tratar e preservar o património documental da Casa do Porto, considerando uma realidade mais ampla, ou seja, a estrutura e os agentes que geram, manipulam e controlam este sistema de informação, que até ao presente trabalho não foi alvo de estudo aprofundado.

O relatório de estágio resultou, não só de um estágio curricular efetuado no Arquivo Municipal de Penafiel tendo como objeto de estudo e trabalho o Arquivo da Casa do Porto, mas também de todo um percurso teórico que foi sendo construído de forma a auxiliar a componente prática.

A realização deste estágio pretendeu assegurar o devido acompanhamento do trabalho de estudo e ação arquivística, do Arquivo da Casa do Porto. A nossa estratégia de ação começou pela identificação da estrutura familiar, com o correspondente estudo e levantamento da documentação da Casa do Porto. Procurando-se desenvolver uma pesquisa contínua simultânea com o processo de recenseamento da documentação no espaço onde se encontrava a documentação, no próprio (assim designado) “escritório” da Casa do Porto. Tendo-se aferido que o espólio documental possuía grandes dimensões, não foi possível a concretização das tarefas inicialmente idealizadas, tendo-se apurado diversas sugestões, como a construção de desenvolvimento do processo, alicerçando com os trabalhos de preparação para o respetivo tratamento arquivístico e posterior divulgação, e que consideramos importantes para a continuidade de estudo deste arquivo. Daí a necessidade em desenhar um projeto que viesse a ser viável dentro do prazo previsto, mesmo que, num primeiro momento, ele pudesse ser ambicioso. Fica claro que ele teve que ser alvo de ajustes, sendo de salientar que também consideramos, ao nível de futuras ações a desenvolver, a possibilidade de uma dinamização e difusão cultural do arquivo, uma vez que consideramos que as valências do arquivo vão para além da

classificação, descrição e criação de pontos de acesso, sendo também necessárias ações de promoção cultural e de divulgação, numa aceção de dinamização e sensibilização à sociedade em geral. De qualquer modo, e após conclusão do ciclo de estudos, continuamos a desenvolver o seu estudo e respetivo tratamento arquivístico.

Considerando um melhor e aprofundado estudo sobre os elementos produtores ou que levaram à produção, criação e existência da documentação histórica existente na Casa do Porto, houve a necessidade de investigar e consolidar os estudos genealógicos da família a que se reporta este sistema de informação. Numa vertente mais prática, os objetivos do projeto passaram também pela aquisição de conhecimentos tanto sobre a documentação existente, como dos procedimentos técnicos aplicados à recolha, classificação, ordenação, transferência e difusão da informação geral e científica.

Considerando o percurso realizado, o projeto final centrou-se no levantamento inicial da documentação, no estudo do quadro orgânico-funcional a par de um estudo da orgânica familiar, com recurso a pesquisa em registos paroquiais e estudos genealógicos. Apesar de não atingir os objetivos a que nos tínhamos proposto inicialmente, dada a massa documental existente, conseguimos ter uma perceção do universo documental do Arquivo da Casa do Porto, tendo chegado a uma análise das características dos documentos e das suas tipologias, bem como à elaboração do já referido recenseamento, sendo também possível realizar um estudo prévio da documentação existente na Casa, o que nos permitiu realizar algumas observações na história de alguns elementos da família, e assim asseverar a representação da sua organicidade. Foi também possível realizar uma amostragem de documentos devidamente tratados ao nível da arquivística, estando-se atualmente a proceder, ainda que com tempo condicionado, a esse trabalho no Arquivo Municipal de Penafiel.

Apesar da conclusão do relatório e do respetivo ciclo de estudos, consideramos que o mesmo, pese embora a sua pertinência, anuncia o longo percurso que temos vindo a percorrer, de modo a concretizar o que, inicialmente, pretendíamos com a realização do estágio. De qualquer forma, confirma o traçado de um percurso em desenvolvimento, bem como a sua fundamentação científica e metodológica do processo de estudo e trabalho de identificação do Arquivo da Casa do Porto.

A adoção do modelo sistémico afigurou-se-nos como uma metodologia essencial para tentar corporizar e transmitir os fundamentos orgânicos e estruturais deste sistema de informação familiar, que se sustenta pela família e pelas ligações que se estabelecem entre os seus membros ao longo das gerações, ou até mesmo numa lógica de entendimento de redes sociais a que a família se associa, e que se corporizam na constituição de subsistemas de informação, que consideramos ser fulcral na definição do modelo sistémico.

Finalmente, perspetivaram-se aplicações informáticas que atestaram o processo de gestão e acesso à informação do Arquivo da Casa do Porto, bem como foram desenvolvidos instrumentos de acesso à informação, designadamente um catálogo. Considerando que as nossas pretensões se inserem numa lógica de divulgação de parte do espólio documental de relevância para a História Local, bem como de salvaguarda do mesmo, em que se pretende realizar a devida conservação e respetivo acondicionamento, então poderemos afirmar que o projeto se inseriu nesta ligação entre História e

Património, na dimensão de valia para os interesses específicos de uma comunidade e de preservação da sua memória.

Orientadoras: Cândida Fernanda Antunes Ribeiro e Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva

Data de defesa: 30 de novembro de 2012

Autor: **Isidro Miguel Tavares Gomes**

Título: ***O Processo de Caracterização do Património Imóvel no Concelho de Mirandela – análise e proposta de revisão***

Palavras-chave: Património imóvel, Inventário, Gestão de informação, Base de dados, Planeamento.

Resumo

O Processo de Caracterização do Património Imóvel no Concelho de Mirandela – análise e proposta de revisão, dissertação apresentada no âmbito do mestrado em História e Património, ramo Mediação Patrimonial, procurou analisar e avaliar os procedimentos de recolha, descrição, registo e organização da informação sobre património imóvel do concelho de Mirandela cuja a finalidade é contribuir para: a melhoria dos instrumentos de gestão, concretamente o PDM e o PU; a implementação soluções de governança, sobretudo na definição de procedimentos técnicos; a promoção e divulgação do património imóvel enquanto meio de atrair e fomentar o turismo, como o incutir da salvaguarda.

Alcançar as metas anteriores não passava apenas por expor os resultados conseguidos por arqueologia, arquitetura civil, etc, ou estado de conservação, porque neste caso seria uma apresentação de resultados. Passava por delimitar procedimentos de inventário e estruturação da informação, desde do trabalho de terreno ao trabalho de gabinete, com o intuito de balizar os passos num processo que caracteriza o património imóvel.

Em Portugal as soluções existentes apresentam-se, ainda, de forma singela, ao proporem uma ficha de inventário, mas não como proceder, como atuar, como organizar a informação; por isso Portugal é uma panóplia de soluções, nada normalizadas, muito menos justificadas, contrariamente ao que acontece noutros países europeus.

Perante esta debilidade procurou-se contribuir para o surgimento de um modelo de caracterização do património imóvel em Portugal. Para responder o referido atrás organizou-se a dissertação em duas partes. Na primeira parte do trabalho, refletiu-se sobre conceitos de património, modelos internacionais e nacionais, avaliando as potencialidades, sobretudo exemplos próximos, neste caso europeus. Como sejam, os inventários de cariz genérico, o *National Inventory of Architectural Heritage (NIAH)* da responsabilidade do Governo da Irlanda, o *core data index to historic buildings and monuments of the architectural heritage* e o *core data standard for archaeological sites and monuments* da alçada do Conselho da Europa, ou ainda o *Principles for the Recording of Monuments, Groups of Buildings and Sites* da responsabilidade do ICOMOS. Depois, inventários de cariz específico ou alargado, como o *MIDAS Heritage* da alçada do Governo da Inglaterra, o *Sistema de Información del Patrimonio Histórico de Andalucía (SIPHA)* da responsabilidade do Instituto Andaluz do Património Histórico (organismo de cariz regional) e o *Inventaire Général du Patrimoine Culurel* da responsabilidade do Governo Francês. Finalmente, inventários orientados, como e o caso da solução da UNESCO para o Património Mundial e do *National Roads Authority* da alçada do Governo Irlandês.

Em Portugal existem soluções em desenvolvimento, que também se analisou, como sejam: os *Kits Património* da responsabilidade do IHRU e IGESPAR; o *Inventário do Património Imóvel dos Açores* e o *Inventário dos Moinhos de Vento dos Açores* da responsabilidade do Governo Regional dos Açores; o *Sistema de Informação dos Bens Culturais de Cascais* da alçada do Município de Cascais; as soluções desenvolvidas pela Unidade de Arqueologia da Universidade de Braga, caso da *revisão do inventário arqueológico para o Concelho de Boticas* (FONTES, ANDRADE, 2010) e *Servator: Modelo Preditivo de Apoio à Prospeção Arqueológica* (BOTICA, 2004); as soluções informáticas privadas, desenvolvidas por *Index Rerum* – produção e direitos da empresa FCO; *Matriz* – direitos do Instituto de Museus e Conservação e produção da empresa BOND e *Inpatrimonium* – direitos e produção da empresa Sistema do Futuro, Lda.

Na segunda parte da dissertação desenvolveu-se uma proposta de definição dos processos de organização da informação patrimonial. Partiu-se da definição do percurso do Município de Mirandela para o reconhecimento do património, que decorreu entre 2004 e 2012. Estes 8 anos mostram como se atuou para conseguir implementar soluções e obter resultados, os empenhos tutelares e os recursos financeiros, estes oriundos de quadros comunitários. Igualmente refletiu-se sobre os pontos fracos a corrigir e os que caminhos a seguir para estabilizar a informação.

Para desenvolver uma proposta de definição invocaram-se quatro exigências de ordem procedimental, com relações de complementaridade. O primeiro é a identificação, depois o inventário, segue-se a organização, por fim o estudo. Gerir a informação produzida pelos quatro métodos do processo de caracterização requer uma ferramenta que tenha capacidade estruturar e articular informação, de forma que o seu manuseamento e pesquisa sejam fáceis e acessíveis. A introdução desta ferramenta permite cruzar vários contextos técnicos, interpretativos e avaliativos, em relação com outra informação caso de dados documentais, fotográficos, vídeos, entidades, etc.

Esta ferramenta altera o conceito de ficha de inventário com dados estanques e de texto corrido, para informação ordenada por critérios morfo-tipológicos, para ser pesquisável. Significa que por um campo podemos proceder a uma leitura do imóvel no geral ou nas suas partes, ou ter a percepção global de todos os imóveis. Por exemplo, no estado de conservação podemos saber no imóvel X se existe diferenças nos seus elementos específicos, ou saber, no quadro geral dos imóveis, quais estão em mau estado. Concretamente, resulta da definição de uma base de dados organizada em multi-níveis de informação. Isto é, um imóvel ao ser descrito, divide-se em sucessivos elementos que deverão ser agregados, como por exemplo, uma igreja comporta igualmente o adro, mas também as fachadas, no interior a nave e a capela-mor, e conforme a informação existente aprofunda-se na identificação dos sucessivos elementos arquitectónicos, móveis e imóveis, funcionais.

Esta organização da informação exige a cada campo uma descrição própria com termos e sinónimos estruturados, numa linguagem bem controlada, de forma a responder, eficazmente, às solicitações de pesquisa de qualquer interessado, académico ou não. Mas serve, e muito, uma autarquia, porque o acesso rápido à informação é fundamental, para auxiliar a tomada de decisões, para permitir um reconhecimento do seu património e este servir e desenvolver o território e a sua sociedade.

Por isso, compreende-se que o Município de Mirandela tenha criado o *Sistema de Gestão do Património Cultural do Concelho de Mirandela*, para o qual se contribuiu, e que comporta dois elementos: a definição da base de dados que congrega uma ferramenta multi-módulos denominada por *inpatrimonium® premium* (da Sistema do Futuro, Lda.) e uma ferramenta cartográfica *arcview 9.1®* (da ESRI); a adoção de procedimentos de atuação, de como procurar, o que registar, como descrever e os termos a utilizar. Assim, a base de dados é o repositório de informação, mas de natureza especial onde se insere e organiza informação, de modo a ser consultada e disponibilizada.

O processo de caracterização do património do Município de Mirandela é um trabalho que envolveu e envolve várias etapas de um percurso que ainda se quer calcorrear. Importou, no trabalho desenvolvido, avaliar o que de bom ou de mau ocorreu, o que se deve corrigir ou evitar, contribuindo para um esforço de comparabilidade com outras realidades, e para a uniformização de um modelo de caracterização do património imóvel em Portugal.

Para o Município de Mirandela, e concretamente para o trabalho em análise, este trabalho representa ainda um ponto de situação do trabalho desenvolvido até à atualidade, com a intenção de encontrar as debilidades e corrigi-las, assim como apontar possíveis soluções. Mais do que resultados insistiu-se nos processos, num contributo à mediação patrimonial.

Orientadora: Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva e Maria Alice Duarte Silva.

Data de defesa: 28 de novembro de 2012.

Autora: **Marta Paula Andrade Vieira**

Título: ***Vida e Morte na Comunidade Beneditina do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa (1625-1826). Um projeto de mediação patrimonial***

Palavras-chave: Mediação Patrimonial; Turismo Cultural; Ordem de São Bento, Congregação de S. Bento; Mosteiro de Paço de Sousa.

Resumo

A Congregação dos Monges Negros de São Bento do Reino de Portugal, instituída em 1569, contou em Portugal com 22 mosteiros. Esta dissertação centra-se no Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, uma das casas que integrou a congregação a 13 de maio de 1579, através do estudo da sua Comunidade Beneditina, do início do século XVII ao início do século XIX, procurando definir o perfil sociológico dos membros desta comunidade e os seus itinerários, e potenciar esta informação através de um projeto de interpretação do património, com recurso a meios e tecnologias colocados ao serviço de iniciativas de Turismo Cultural.

A partir da informação contida no Livro de Óbitos do Mosteiro de Paço de Sousa, no Fundo Monástico Conventual – os Estados do Mosteiro de Paço de Sousa e nas Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa, procurámos reconstituir o universo e o perfil biográfico dos monges que faleceram no Mosteiro do Salvador, entre 1625-1834.

Efetuamos o estudo desta comunidade em torno dos seguintes vetores de análise: 1) Dados biográficos dos monges (naturalidade, filiação, data do óbito); 2) Mobilidade dentro dos espaços monásticos da Congregação, desde o momento da tomada do hábito até ao seu óbito; 3) Perfil intelectual (níveis de formação académica); 4) Perfil social (aferido por relações familiares); 5) cargos exercidos e a sua relação com proveniência social e formação académica.

A nível metodológico realizamos uma investigação histórica e uma revisão bibliográfica sobre a Congregação Beneditina de Portugal, desde a reforma do século XVI até à sua extinção no século XIX, incidindo de um modo geral na Congregação dos Monges Negros do Reino de Portugal, com incidência e materialização no Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, nomeadamente na sua comunidade monástica. Desenvolvemos uma base de dados de orientação prosopográfica, através da elaboração de fichas biográficas e desenvolvemos um interface informático, através da aplicação de um software de pesquisa multimédia para acesso às biografias construídas.

Estruturámos este trabalho em três partes. Na primeira parte procurámos apresentar os contextos em que se desenvolveu a atividade do Mosteiro, tendo em conta a evolução do Catolicismo e as suas reformas, a evolução interna da Ordem e a do próprio Mosteiro. Na segunda parte reconstituímos a Comunidade do Mosteiro, e na última parte elaboramos um projeto de mediação patrimonial, com base no desenvolvimento de um produto criativo, perspetivado na ótica do visitante, através da conceção de conteúdos e de um interface para colocar num quiosque multimédia, que designamos por QI – Quiosque de Interpretação (disponível em <http://comfrades.no-ip.org/beneditinos/>).

Pretendemos a partir de uma investigação histórica balizada em extensa bibliografia e fontes primárias, realizar um projeto de interpretação que servisse os fins da Mediação Patrimonial e do Turismo Cultural, partindo da consciência de que a sistematização de

dados para introdução em campos normalizados de uma base de dados é, em História, um processo de risco. Ainda assim, procurámos compatibilizar o saber histórico erudito com a sua divulgação, e cremos ter provado que é possível aliar à investigação histórica o uso de novas tecnologias, como os meios multimédia, e assim potenciar projetos de mediação fortemente alicerçados em percursos de investigação.

Para a prossecução futura deste tipo de projetos entende-se que é necessária uma formação multidisciplinar: existe a necessidade de buscar apoios e orientações técnicas na área da informática, da estatística, da cartografia, é fundamental constituir uma equipa que inclua técnicos de informática, historiadores, técnicos de turismo, e envolver entidades públicas e privadas ligadas ao património e ao turismo, para assim garantir a viabilidade económica e a sustentabilidade do projeto.

Aliar o espaço arquitetónico com o simbólico, o humano, o social e o religioso, foi um dos desafios que nos moveu. O outro foi o de tentar partilhar com um público tão alargado quanto possível, e do modo o mais atrativo possível, os resultados da nossa investigação.

A investigação histórica é sempre incompleta, no entanto a vantagem de projetos desta natureza é que eles facultam informação, ferramentas e suportes tecnológicos capazes de receber atualizações constantes.

Orientadoras: Amélia Polónia e José Amadeu Coelho Dias.

Data de defesa: 6 de dezembro de 2012.

Autor: **Patrícia Manchini Silva**

Título: ***Mediação Patrimonial no resgate da Memória Histórica. O processo de ensino-aprendizagem. Um estudo de caso: o Museu Frei Galvão e Arquivo Memória de Guaratinguetá***

Palavras-chave: Educação Patrimonial, Museu Frei Galvão e Arquivo Memória de Guaratinguetá, Memória, Identidade, História Social.

Resumo

A dissertação de mestrado apresentada buscou aplicar alguns dos pressupostos da educação patrimonial a um estudo de caso de aprendizagem não-formal: o do Museu Frei Galvão e Arquivo Memória de Guaratinguetá, localizado no Brasil. Além da conceituação acerca das formas variadas de patrimônio, analisou-se a importância da mediação patrimonial na divulgação da história local e averiguou-se como a identidade de um grupo se constrói a partir de sentimentos de pertença.

A pesquisa elegeu, como estudo de caso, o Museu Frei Galvão, um museu histórico, constituído por peças e objetos doados pela comunidade, destinado a ser um local em homenagem à vida e obra daquele que é considerado como o primeiro santo brasileiro, nascido em Guaratinguetá, mas que funciona, de fato, como centro de memória da comunidade em que se insere. O Museu e o Arquivo congregam não apenas a memória local, sendo também um importante centro de pesquisa científica no âmbito de sua curadoria, por meio do acervo da história da cidade e região. Seu acervo é composto por objetos, iconografia, livros e documentos de arquivo, que abrem perspectivas para pesquisas na área de História Social e Patrimônio Cultural. A escolha do Museu Frei Galvão como universo de observação dessa pesquisa está diretamente relacionada com o seu acervo expressivo e diversificado, que representa parte da história local, mas também da história brasileira.

O trabalho desenvolveu-se em duas componentes, não necessariamente sequenciais: realizámos uma conceituação acerca das formas variadas de patrimônio e de sua significância para o indivíduo, a comunidade e a sociedade. Procurámos testar, a partir de um estudo de caso, a aplicação do conceito de educação patrimonial na promoção e valorização do patrimônio, da memória cultural, da identidade de uma comunidade. Como metodologia, recorreremos, para além da pesquisa e análise de literatura secundária, a entrevistas e a trabalho de campo no Museu Frei Galvão e Arquivo Memória de Guaratinguetá.

Guiou-nos a hipótese de que a relação entre memória e patrimônio pode ser guiada por uma ativa educação patrimonial, assim como pode orientar uma educação para a cidadania, onde seja possível pensar outras formas de se trabalhar o patrimônio. Este pensamento pressupõe que a classificação, preservação e disseminação de patrimônio irá resultar da relação entre instituição, política de patrimônio, pensamento técnico-científico e a intervenção da comunidade social em que se insere, e revela-se fundamental para rever a própria concepção de patrimônio, que não se reduz ao histórico e ao artístico, mas faz parte do cotidiano, pelo viés cultural e social.

Orientadoras: Amélia Polónia.

Data de defesa: 6 de dezembro de 2012

Autor: **Paulo Fernando Pereira Caetano Moreira**

Título: ***A Batalha de Ponte Ferreira (Campo, Valongo, 1832): um processo memorialista e de valorização patrimonial***

Palavras-chave: Construção memorialista, Valorização patrimonial, Batalha de Ponte Ferreira, Exército permanente, Reivindicações militares.

Resumo

A batalha de Ponte Ferreira (Campo, Valongo) ocorreu a 23 de Julho de 1832, no âmbito das lutas liberais que tiveram lugar durante a guerra civil (1832-1834), opondo os exércitos dos irmãos desavindos D. Pedro IV e D. Miguel.

Um acontecimento, uma batalha, que ficou na memória e que se invoca, ainda hoje, no quotidiano do atual concelho de Valongo, pelo que a reconstituição da construção memorialista, em torno de Ponte Ferreira, é um percurso de investigação que se justifica no âmbito de um mestrado em História e Património – ramo Estudos Locais e Regionais: Construção de Memórias.

Escolhida a referida batalha como objeto a trabalhar, foram colocadas diversas questões e hipóteses de respostas, estabelecendo-se o modo como seria então investigada a batalha. Determinou-se que o estudo se dividia em dois momentos. Numa primeira parte a investigação dos factos do acontecimento e numa segunda as repercussões à época (até à viragem do século). No caso das repercussões, as mesmas deviam ter em conta as reivindicações e benefícios (divididos em dois níveis: locais e militares). Associamos ainda as repercussões subsequentes à batalha, com a reestruturação do exército, numa ligação dos oficiais superiores ao poder político (politização dos militares) durante o século XIX.

Teve início a nossa pesquisa em monografias locais e bibliografia específica da história militar acerca do objeto em estudo e seu enquadramento. A pesquisa consistiu na procura sistemática de fontes, criticamente avaliadas. A procura dirigiu-se, essencialmente, aos testemunhos de intervenientes na batalha, incluindo narrativas expedicionárias e memórias, bem como à documentação militar e da administração pública. Por, à partida, existir mais documentação produzida pela facção liberal e mesmo uma bibliografia que conta uma “versão liberal”, tentou-se guiar a procura de modo a obter fontes produzidas pelos miguelistas vencidos no final da guerra civil, embora, neste caso, o sucesso tenha sido limitado.

Numa procura da interpretação e reconstituição dos factos e das suas repercussões à época, um dos primeiros passos foi o de encontrar fontes primárias contemporâneas. Por isso a procura dos periódicos oficiais, publicados pelas duas facções intervenientes (liberal e absolutista), foi importante, na medida em que, entre outros dados, serviu para identificar, logo após o episódio bélico, um momento inicial no processo de construção memorialista da batalha. Foram também selecionados e analisados os testemunhos de intervenientes (em alguns casos extensos capítulos dedicados à Ponte Ferreira), sob a forma de memórias e de narrativas expedicionárias (neste caso de militares estrangeiros), a documentação da administração militar e ainda documentos panfletários dados à estampa na época. Com menor peso (mas sem menor importância) na investigação foi a

documentação produzida pelas entidades administrativas públicas (municipal e intermédia), com influência no território onde se deu a batalha.

Na redação do trabalho, num capítulo respeitante à interpretação do episódio bélico, com enfoque da investigação dirigida a um curto período, uns dias antes e uns dias depois da batalha, inicia-se o referido capítulo através de uma leitura histórica do espaço. Desta faz parte a caracterização da ponte (ponto fulcral na contenda), enquanto infraestrutura, a sua função e importância ao longo dos tempos, e o enquadramento administrativo e geográfico antes e depois da batalha. Segue-se o enquadramento histórico do episódio. Posteriormente é abordado e interpretado o episódio, numa tentativa de reconstituição histórica dos factos, no sentido de contribuir com uma resposta válida para a principal questão colocada no início da investigação: Qual a importância da batalha de Ponte Ferreira? Para se conseguir responder cabalmente esta questão seguiram-se e impuseram-se-lhe outras sub-questões, às quais tentamos responder com o desenvolvimento do trabalho.

No capítulo seguinte são tratadas as repercussões à época. Aqui, optou-se por uma divisão entre três partes: reivindicações e benefícios locais, reivindicações e benefícios político-militares imediatos e finalmente reivindicações e benefícios político-militares posteriores a longo prazo. Nas reivindicações e benefícios locais fez-se uma análise das mesmas ao nível municipal no concelho de Valongo durante o decorrer do século XIX, após a ocorrência dos factos. Quanto a reivindicações e benefícios político-militares, optou-se por uma divisão entre imediatas e posteriores, na medida em que se deram em grande número após o episódio, mas continuaram no decorrer do século. Tentámos, ainda, enquadrar o episódio que ocorre no seio de uma guerra civil, num contexto de reformulação da organização militar, com tendência para a instrução dos seus elementos e a criação de um exército permanente com base no recrutamento obrigatório.

Pudemos constatar e afirmar que o episódio foi a primeira grande batalha a ocorrer no início do cerco do Porto e da guerra civil de 1832 a 1834. E parece-nos que a batalha resulta da tentativa liberal de se expandir no território e de evitar um cerco (do Porto). Contudo os liberais (em número muito inferior), e apesar de se debateram à altura dos miguelistas (estes com uma quantidade de tropas muito superior) que debandam no final do confronto, deixando em aberto uma vitória liberal, que por si só parece pertencer-lhe dado o número muito inferior de tropas, não aproveitou a oportunidade, pois, não perseguiu os miguelistas nem pelo menos permaneceu no campo de batalha. Deixou o território conquistado à mercê do inimigo absolutista que o viria a ocupar novamente. Nenhuma das fações obteve um resultado francamente positivo, no entanto a vitória viria a ser reivindicada por ambas.

O trabalho procurou, assim, ao desconstruir um processo memorialista e de valorização patrimonial, a partir do estudo do episódio bélico, centrar-se na verificação de como o mesmo pôde servir de base a reivindicações e benefícios subsequentes. Demonstramos que a construção memorialista iniciou-se com a propaganda de parte a parte, logo depois acompanhada de reivindicação dos militares em serem reconhecida e recompensada a sua participação de um modo pessoalmente gratificante, em ambos os lados da contenda. A própria atribuição de condecorações é já em si uma reivindicação e uma construção memorialista. Serve obviamente para estimular e animar as fileiras, mas

serve por si só como instrumento de construção da memória, na medida em que os próprios condecorados, no futuro, usaram esta construção para valorização pessoal e até mesmo coletiva.

Apesar de se ter verificado que houve, logo em 1837, um benefício para Valongo, com base no episódio, a elevação à categoria de vila, não nos foi possível corroborar que a criação do concelho (1836) tenha sido reivindicada com base na batalha, embora não nos pareça uma simples coincidência. A justificação da representação de 1837 (solicitando a elevação de Valongo à categoria de vila), assim como do relatório e justificação de um primeiro brasão de Valongo, com base na batalha, são elementos reivindicativos ao serviço de um interesse local, circunscrito a uma camada social, em busca de prestígio e com ambições elitistas, mas também são parte integrante da construção de um edifício memorialista. Outros proveitos, os quais a historiografia não deteta, poderão ter sido reivindicados e concedidos.

Não podemos ainda deixar de associar a construção memorialista local, que se verificou na viragem do século, com a reivindicação e relançamento do liberalismo em finais de oitocentos. Pois parece que efetivamente essa associação se pode fazer dado que o ideal republicano ganhava cada vez mais força, adeptos e expressão, pelo que houve então necessidade de recordar os feitos gloriosos das lutas liberais.

Finalmente, ao estudar-se o episódio da batalha de Ponte Ferreira verificamos que estamos perante uma história, uma memória, uma identidade, um recurso e um património: história de um acontecimento de relevo, ao nível local e global; memória construída pelas populações e pelos intervenientes no episódio e por uma sociedade liberal; identidade prestigiante nos níveis local e político-militar, imediata e posteriormente; recurso local e político-militar, imediata e posteriormente; património que interessa valorizar (uma batalha e uma ponte). Percebemos, assim, como a batalha e o lugar da sua ocorrência – uma ponte – se transformaram em valores apropriados (em património) e com os quais a população local se identifica.

A batalha passou a ser um património recorrentemente usado em benefício de uma causa, quer fosse individual ou de um grupo mais ou menos restrito, quer fosse de uma causa política (pela qual aconteceu a batalha) de âmbito global a nível nacional, pelo que procuramos ainda perceber em que medida este episódio, inserido numa guerra civil mais vasta, contribuiu para o enquadramento na política nacional de uma preocupação crescente de formação e instrução militar, ao ponto de legitimar a tendencial organização de um exército permanente. Embora tenha sido um acontecimento de relevo enquanto parte de um evento mais alargado, a guerra civil, para comunidades bem mais alargadas, ele é identitário e recordado, sublinhe-se, hoje, amiúde, quer pelos habitantes da região, quer por entidades oficiais, com especial ênfase para as do concelho de Valongo.

Orientadoras: Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva e Maria Helena Cardoso Osswald.

Data de defesa: 10 de dezembro de 2012

Autor: **Pedro Joaquim da Cunha Magalhães**

Título: ***Propriedade e Proprietários da Terra na Freguesia de Nespereira (Lousada): Roturas ou continuidades – da Época Moderna ao Liberalismo***

Palavras-chave: Nespereira, Lousada, Enfiteuse, Comunidade rural, Desamortização.

Resumo

Tomámos como quadro cronológico a Época Moderna e início da Época Contemporânea para nos dedicarmos ao estudo particular de uma comunidade rural, a freguesia de Nespereira, concelho de Lousada. Este projeto pretendeu identificar toda a propriedade fundiária da freguesia, para assim poder estudar os seus senhorios diretos e, fundamentalmente, os indiretos na Época Moderna e entender o processo de desamortização a que esteve sujeito no início do século XIX. Ao invés de outros estudos que, habitualmente identificam uma estrutura senhorial, dissecando os processos de aquisição e administração da terra, neste caso partiu-se de uma unidade administrativa religiosa – a freguesia, que se manteve praticamente imutável ao longo do período referido- e transforma-se num observatório de avaliação dos donos eminentes da terra.

Metodologicamente, testou-se um percurso de identificação dos senhorios territoriais, laicos e/ou eclesiásticos, na Baixa Idade Média e na Época Moderna, verificando a existência ou não de continuidades. Esta via exigiu um recuo até às Inquirições medievais e o reconhecimento, nos fundos de cada instituição senhorial encontrada, a evolução do património fundiário. Cumprido este propósito, pretendíamos centrar-nos no estudo dos senhorios indiretos, procurando apurar quem eram os enfiteutas que contratavam a terra, como a exploravam (diretamente ou através da subenfiteuse) e como a transmitiam ao longo do período Moderno. Com o advento do Liberalismo, no contexto histórico desamortizador, quisemos saber quem beneficiou com a prolifera legislação desamortizadora, quem consolidou os domínios útil e eminente da propriedade. Saber se foram os antigos enfiteutas, saber se estávamos perante uma nova sociedade Liberal ou se estávamos perante a afirmação de uma sociedade de *senhores úteis* já existente.

Colocadas as questões, impôs-se a necessidade de identificar a malha fundiária da freguesia de modo a conseguirmos reconstituir diacronicamente esta comunidade rural. As opções tomadas possibilitaram a construção de um percurso coerente e sólido, constituindo, do nosso ponto de vista, uma novidade metodológica e um contributo positivo para a historiografia rural. Sabíamos que a reconstituição da propriedade fundiária desta comunidade rural não seria tarefa fácil. Mais difícil se tornaria quando essa reconstituição se fizesse na longa duração com a presença de várias entidades senhoriais. Assim, tomámos como ponto de partida as Inquirições Afonsinas de 1258. Considerámos que, numa fase inicial, seriam o melhor instrumento para averiguar o que procurar e onde procurar. Foi, então, possível identificar os senhorios medievais, nomeadamente os eclesiásticos, que dominavam a propriedade fundiária da freguesia. Ponderando a hipótese de serem senhorios de continuidade na Época Moderna, facto que confirmámos em parte, conseguimos chegar aos seus tombos e, indiretamente, à restante malha senhorial. Na verdade, à delimitação de um determinado espaço assistiam os representantes de outros senhorios confinantes que eram devidamente relatados nos documentos. Através do levantamento da descrição das parcelas rústicas e urbanas, de

cada unidade agrária, conseguimos apurar as respetivas confrontações e, com elas, os respetivos senhorios que compunham a rendilhado senhorial da freguesia. Só após traçar o quadro senhorial foi possível mergulhar na imensidão documental que compõem os cartórios senhoriais. Para além dos tombos, os livros de prazo, os livros de recibo, os livros de índice geral de prazos e os livros mostradores de prazos, permitiram-nos reconstituir passo a passo os casais, quebradas e outras partes de casais da freguesia. Concluímos mesmo, de modos de administração que apresentam algumas diversidades consoante o senhorio. A análise do registo, da tipologia documental, aproximou-nos de modelos de registo que consolidam processos de consolidação patrimonial, autênticas “bases de dados” que procuravam firmar a traiçoeira memória.

Através do percurso metodológico que adotámos, chegámos à conclusão que a malha senhorial da freguesia na Época Moderna era composta por vários senhorios: os mosteiros de Arouca, Bustelo, Paço de Sousa, Travanca e Vilela, a Confraria de Nossa Senhora do Presépio e Igreja de Nespereira. Este quadro, bem definido e estável para o período de estudo, resulta das continuidades e ruturas oriundas do período Medieval. O quadro senhorial revelado pelas Inquirições de 1258 estava muito arredado da composição que viria a ter na Época Moderna. Neste período, a propriedade fundiária da freguesia, à exceção dos baldios, estava maioritariamente amortizada a senhorios eclesiásticos.

Como a historiografia rural tem vindo a demonstrar, a distância que separava os senhorios dos seus bens conduziu à administração indireta do pecúlio de cada um. Os senhorios viram-se forçados a alienarem o domínio útil das terras a terceiros, mediante procedimentos já consolidados na Idade Média. A enfiteuse foi o regime jurídico de propriedade e de exploração da terra que, durante séculos, regulamentou as relações entre os senhorios diretos e os senhorios úteis em Nespereira. Aqui encontramos o desígnio da nossa investigação: *os proprietários da terra* na freguesia de Nespereira. Considerámos que, a par da dedicação à história das instituições senhoriais, era necessário indagar acerca dos indivíduos que diretamente se relacionam com elas. Verificámos que os senhores úteis da freguesia, com mais ou menos terras, tornaram-se os “proprietários” da freguesia com diferentes categorias sociais, mediante a dimensão das propriedades que detinham. Alguns possuíam apenas pequenas unidades fundiárias e, por isso, tinham de procurar o seu sustento, além do trabalho desenvolvido nas suas propriedades. Outros eram possuidores de áreas maiores, capazes de proverem ao sustento do agregado, não tendo necessidade de recorrer sistematicamente a outros trabalhos. Por último, havia aqueles que possuíam quantidade suficiente de propriedades capazes de lhes proverem rendimentos suficientes que concorriam para o seu capital socioeconómico. É entre os membros deste último grupo que equacionámos a hipótese da prática da subenfiteuse, até pelo facto de registarem ao seu serviço (como assinalámos através dos róis de crismados) trabalhadores. Pelos estudos sobre diversas instituições, sabemos que não era uma prática facilmente tolerada pelos senhorios, embora fosse comum a alguns locais. Tentámos, por isso, problematizar esta questão para Nespereira mas rapidamente concluímos que, dentro das informações disponíveis, não tínhamos indícios formais da sua existência na freguesia, ou seja, ela poderia (deveria existir), mas de forma mais informal, eventualmente “de palavra”, oral.

O estatuto que conferia a posse da propriedade e a sua importância económica para a sobrevivência do agregado, conduziu-nos à investigação acerca do modo como a propriedade podia ser transmitida, nomeadamente a herança e a compra. Sempre associados a intenções claras de todos os intervenientes (senhorios e enfiteutas – compradores e herdeiros), estas duas modalidades de transmissão da propriedade enfiteutica foram concomitantemente observados ao longo dos tempos. A maioria das informações apontam-nos para o processo hereditário como principal meio de acesso à propriedade enfiteutica, mas possuímos dados representativos que nos permitem observar um mercado de compra e venda interessante ao longo do período em estudo.

A relação estabelecida entre evolução da população, fragmentação dos casais e mesmo procura de novas terras, não agricultadas (os baldios) poderão explicar a evolução cartográfica da distribuição da propriedade. Parece que o avanço para os bens comuns do concelho de Lousada se fez nas franjas dos casais existentes, e em terras de transição, da planície para o relevo mais acidentado. Fica, contudo, a ideia de que já andariam nas mãos de usos individuais, camuflados nos bens que os indivíduos possuíam por empraçamento, a outros senhorios.

Se a historiografia tem dedicado bastas páginas ao estudo das temáticas relacionadas com o Regime Senhorial, o mesmo não se pode dizer com o estudo, em geral, da desamortização e menos ainda sobre as suas implicações no seio das comunidades rurais. Na verdade, com o advento do século XIX e da implantação do Liberalismo, constatámos a aplicação de um conjunto de medidas que vão conduzir a transformações ao nível do regime da propriedade com grandes implicações nas vivências das populações rurais. Foi-nos possível observar que o denominado processo de desamortização, pela via da remissão ou arrematação, vai permitir a consolidação dos domínios direto e indireto da propriedade enfiteutica, promovendo a afirmação de “velhas” e “novas” elites fundiárias detentoras de património totalmente livre e alodial. Apesar de consideramos a importância de estudar este tema, abordámo-lo de forma limitada, apenas identificando alguns casos de verdadeira consolidação patrimonial. No entanto, ficámos com a convicção clara que o tema da desamortização merece estudos aprofundados e que, futuramente, poderemos regressar a ele, nomeadamente para tentar perceber como é que os indivíduos desamortizadores se vão relacionar, explorar mesmo, com a propriedade a partir da consolidação dos domínios eminente e útil.

Se o percurso realizado procurou cumprir os objetivos a que nos propusemos inicialmente, fica-nos a certeza que esta temática não se esgota aqui e que existem outras perspetivas de investigação decorrentes deste trabalho. Por exemplo, a representatividade destas propriedades no conjunto patrimonial de cada instituição, ou o alargamento da área de observação poderia corresponder às circunscrições administrativas do concelho de Lousada na Época Moderna. Ou ainda, perseguir a evolução de cada propriedade e dos indivíduos que a dominavam, ao mesmo tempo que os procuraríamos relacionar com os espaços de representação local, nomeadamente os espaços político e militar.

Orientadoras: Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva e Maria Helena Cardoso Osswald.

Data de defesa: 13 de dezembro de 2012.

Autora: **Susana Isabel Lage de Carvalho**

Título: ***A indústria de calçado em S. João da Madeira (1881-1953): estudo e mediação***

Palavras-chave: Indústria de calçado, S. João da Madeira, Sociedades, História, Mediação

Resumo

Este trabalho de investigação consistiu num estudo e organização de conteúdos sobre a indústria de calçado (sapataria e tamancaria) em S. João da Madeira, no período entre 1881 e 1953, tendo em vista a sua mediação expositiva pelo Museu da Indústria de Chapelaria, situado na mesma localidade.

A metodologia utilizada foi a análise de documentação primária presente nos arquivos sanjoanenses e no Arquivo Distrital de Aveiro (nesta instituição, a documentação notarial relativa a S. João da Madeira, a Oliveira de Azeméis e a S. Maria da Feira, localidades circunvizinhas), bem como a consulta de numerosa documentação impressa, tal como estudos estatísticos governamentais e periódicos locais ou temáticos de cariz regional e nacional. Entre a documentação estatística, a relevância deu-se ao nível de uma revisão crítica de vários inquéritos (Inquérito Industrial de 1881, Resumo do Inquérito Industrial de 1881 e Documentos sobre o Inquérito Industrial de 1881, Inquérito Industrial de 1890, Boletim do Trabalho Industrial (1906-1939) e do Anuário Estatístico de Portugal, no intervalo temporal estudado. Por outro lado usaram-se periódicos *A Defeza Local*, publicado de 1915 a 1916, *A Grei Sanjoanense*, consultado de 1950 a 1953, *O Sanjoanense*, publicado apenas o primeiro volume, em 1951, *O Regional*, publicado desde 1922, *A sapataria portuguesa: jornal profissional interessando a industria do calçado*, publicado entre 1890 e 1894, *Boletim commercial e industrial*, com oito publicações referentes ao ano de 1909, *O Sapateiro: órgão dos operários sapateiros e defensor das classes trabalhadoras*, com a sua única publicação em 1916, *Boletim do Industrial: boletim mensal de informação e defeza dos industriais e comerciantes do país*, publicado entre 1936 e 1938, *Boletim do comércio e indústria*, com seis publicações no ano de 1948, *Boletim Municipal n.º 46 – S. João da Madeira: 80 anos – 1926-2006* (publicação comemorativa) do ano de 2006 e ainda *Curtumes e Calçado*, com uma publicação única em 1941.

A informação estatística presente nas fontes de cariz governamental permitiu cobrir os anos de 1881-1920, apreciando-se o significado da indústria de calçado no concelho de S. João da Madeira, entre as demais produções, bem como o seu posicionamento no quadro nacional e distrital.

Uma aproximação quantitativa às sociedades sanjoanenses de calçado permitiu perceber as características fundamentais que definem a evolução desta indústria, que mantém, pelo menos até inícios da década de 1950, alguns dos atributos tradicionais, entre os quais o fabrico manual. Esta análise dos dados recolhidos, complementada com informação obtida nas restantes fontes consultadas, teve como campos fundamentais, no que diz respeito a cada sociedade fundada, a década e data de constituição, o tipo de sociedade, os dados referentes aos outorgantes do contrato, o tipo e o ramo de atividade, o número de sócios fundadores, o volume e o tipo de capital social, bem como a sua distribuição entre os sócios, a localização da sede e/ou estabelecimento fabril, as funções dos sócios na sociedade, a divisão entre sócios dos lucros e das perdas da sociedade, a

remuneração ou mensalidade recebida por estes (se existente), a informação relativa à exclusividade profissional, os dados sobre as testemunhas, bem como os restantes dados considerados relevantes. Foram identificadas 81 sociedades sanjoanenses de calçado a laborar neste período, tendo sido analisada a informação referente a 50 destas (escassa no caso das restantes).

Conseguiu-se definir tendências produtivas. Percebemos que um dos momentos decisivos para esta indústria na localidade sanjoanense deu-se com a Primeira Guerra Mundial. O conflito bélico terá paralisado muita da produção industrial dos países beligerantes e, deste modo, a habitual concorrência exercida por estes terá diminuído drasticamente, criando oportunidades de negócio que alguns produtores locais souberam aproveitar. Até então, é provável que grande parte da *indústria* fosse sobretudo domiciliar., embora se identificassem três fábricas, a laborar no século XIX, com um número de trabalhadores superior a cinco (critério utilizado no *Inquérito Industrial de 1890* para distinguir a designada *pequena indústria* dos estabelecimentos fabris), desconhecendo-se, porém, se se encontravam em atividade no período analisado.

A década de 1920 abre um capítulo dinâmico na história da indústria de calçado em S. João da Madeira, constituindo-se parcerias entre produtores, fundando-se inúmeras sociedades industriais e comerciais, algumas já com existência informal, fenómeno que mantém a mesma intensidade nas duas décadas seguintes.

Um dos aspetos marcantes da indústria de calçado sanjoanense é a sua vertente comercial, que se prolonga, pelo menos, até inícios da década de 1950, conjugando o fabrico e o comércio deste produto. Este fenómeno poderá indicar dificuldades na articulação com os mercados exteriores à localidade, traduzindo-se em dificuldades de escoamento, expectável em sociedades com menor mobilidade. Verificamos ainda a grande diversidade de produção em que se envolveram estas empresas, articulando a comercialização de matérias primas, como as peles, ou a produção conjunta de vários artigos, como os de chapelaria.

É significativa também, se não mesmo dominante, a sua tendência para parcerias duplas, tendo muitas destas sociedades continuado com um único sócio e a mesma firma social perante o insucesso da mesma.

É também considerável a sua dispersão espacial. É provável que muitas delas tenham continuado a sua atividade nos espaços onde se exercia a laboração mais singular, de natureza sobretudo familiar. Contudo, com o desenvolvimento urbano de S. João da Madeira, muitas das sociedades identificadas deixam de referir a sua localização específica, feita anteriormente, na sua maioria, por lugar.

A dispersão é significativa também no que toca aos capitais sociais destas empresas. O facto de a grande maioria realizar o capital social integralmente em dinheiro poderá indicar, nomeadamente, que foram muitos os estreados no negócio, pelo menos a partir da década de 1920. Pensa-se que muitos desses não eram, contudo, desconhecedores dos meandros dos negócios do calçado. Seriam, certamente, comerciantes (como verificamos em alguns casos), estabelecendo uma espécie de sociedade de capital e indústria – mesmo que a sua designação social fosse, frequentemente, a de nome coletivo – em que o sócio capitalista entrava com o capital e o sócio produtor com o seu saber e produção. Com o

avançar do tempo constata-se que a tendência para a realização do capital social integralmente em dinheiro intensifica-se.

Diverso é também o período de atividade destas parcerias. Visto que não foi possível identificar a documentação referente à dissolução da generalidade das sociedades analisadas, ousamos inferir que grande parte delas terá sido bem-sucedida para lá da data de ruptura cronológica, imposta para esta dissertação. Quanto às sociedades sobre as quais detemos informação, estas apresentam uma grande diversidade de casos. Todavia, imperam as parcerias que não sobreviveram em média muito além dos quatro anos, mesmo que a empresa (e a sua designação social) tenha continuado com um dos sócios.

Apesar da limitação dos dados, estes parecem apontar para uma indústria quase exclusivamente manual, na sua grande maioria, pelo menos até inícios da década de 1950. Identificam-se ainda dois momentos que constituem, na nossa perspetiva, tentativas de organização e regulação da indústria. Falamos da constituição da sociedade *Cooperativa dos Fabricantes de Calçado do Distrito de Aveiro, Limitada*, que, em finais da década de 1940, envolveu um considerável número de sociedades de calçado e da constituição, em 1953, do *Grémio Nacional dos Industriais do Calçado*.

A continuação deste trabalho de compilação e análise de dados referentes às sociedades sanjoanenses de calçado exigiria, nomeadamente, a mesma detalhada pesquisa da documentação notarial, realizada em três fundos locais, nos documentos da mesma natureza referentes a Vale de Cambra. Porém, muita da informação complementar só poderá vir dos testemunhos orais da população trabalhadora e patronal desta indústria, estudo que deverá prosseguir.

Orientadora: Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva e Maria Alice Duarte Silva.

Data de defesa: 5 de dezembro de 2012.

Curso de Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação

Autora: **Ana Luísa da Rocha Almeida**

Título: *A posição dos partidos políticos portugueses face à guerra da Bósnia-Herzegovina (1992-1995)*

Palavras-chave: (ex-)Jugoslávia, Bósnia-Herzegovina, Portugal, Intervenções parlamentares, Imprensa partidária

Resumo

A presente Dissertação foca-se na posição dos partidos políticos portugueses com representação parlamentar, aquando da explosão da guerra na ex-Jugoslávia (1992-1995).

As questões que guiaram esta Dissertação foram: De que modo os partidos políticos portugueses demonstraram inquietação para com a situação na ex-Jugoslávia? Qual a posição dos partidos políticos com representação no Parlamento relativamente ao conflito na Bósnia-Herzegovina? De que forma o Parlamento encarou a posição do Governo face à guerra nos Balcãs?

De modo a responder a estas questões foram privilegiadas, essencialmente, as intervenções de parlamentares entre 1993 e 1995 relativamente à guerra da Bósnia-Herzegovina ou à ex-Jugoslávia bem como as publicações periódicas do Partido Socialista, Partido Social Democrata e Partido Comunista Português respetivamente: *Acção Socialista, Povo Livre e Avante!*.

Conclui-se que quanto ao debate político e à posição dos partidos políticos sobre o conflito na ex-Jugoslávia, destaca-se um consenso entre PS e PSD entre 1992 e 1995. De facto, no que diz respeito à política externa o PS e o PSD estiveram alinhados desde 1975. De referir, igualmente, que à época Mário Soares, do Partido Socialista, era o Presidente da República Portuguesa e Cavaco Silva, do Partido Social Democrata, era o Primeiro-ministro. Havia, portanto, a necessidade de encontrar alguma harmonia entre as duas forças políticas, sobretudo, numa fase durante a qual Portugal foi solicitado a chefiar as negociações para a paz do conflito nos Balcãs. Era importante transmitir uma imagem de um país politicamente unido, numa questão tão evidentemente complicada no contexto europeu. Assim, ainda que existam divergências entre os dois partidos a nível interno, no que diz respeito à Europa, à política externa, o PS e o PSD parecem estar em acordo.

Já a posição do CDS-PP não foi uma surpresa, pois sempre foi um partido conservador, preocupado com a realidade e soberania nacionais, segundo o “Programa Eleitoral e de Governo do Partido do Centro Democrático Social – Partido Popular” (1995). Em termos de política externa, o CDS-PP considerava a NATO necessária, constituindo o “fórum” no qual devem ser discutidas todas as questões relativas à segurança e à defesa. (PARTIDO DO CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL – PARTIDO POPULAR, 1991:2)

Dos quatro partidos com assento parlamentar o PCP foi o partido que mais reagiu relativamente ao conflito na Bósnia-Herzegovina, e o que mais informação produziu neste sentido, desde declarações, notas do Comité Central do partido e artigos de opinião.

De uma maneira geral, os direitos humanos foram, quer nas intervenções parlamentares, quer na imprensa partidária, um tema discutido pelos quatro partidos políticos, destacando-se a deputada Leonor Beleza, do PSD, pela insistência na tomada de posição face às violações contra mulheres e crianças na Bósnia-Herzegovina. Ao longo do conflito, foram enviados à Assembleia da República relatórios e declarações, informando o Governo português sobre a degradação das agressões. A destacar, ainda, o voto n. 63/VI, relativo às condenações das violações dos Direitos Humanos na ex-Jugoslávia, tendo sido elaborado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias. Este voto procurava denunciar as “deslocações forçadas de populações civis, a prática sistemática de torturas, homicídios e humilhações de toda a ordem.” Pela primeira vez no Parlamento, as violações são caracterizadas como arma de guerra, devendo, portanto, ser punidas. No entanto, este voto não contou com a aprovação por parte do PCP, pelo facto de fazer referência aos crimes cometidos contra mulheres e crianças de etnia muçulmana. O PCP solicitava que, independentemente da etnia ou religião, todos os crimes cometidos contra mulheres e crianças fossem julgados.

Naquilo que muitos observadores consideram, é com base na violação dos direitos humanos na ex-Jugoslávia que a ONU e a NATO decidiram intervir na Bósnia-Herzegovina, alegando a necessidade de intervir em nome de uma guerra humanitária¹¹, corrompendo, assim, a Carta das Nações Unidas.¹² Assim, para autores como Johnstone ou Chomsky, os acordos que foram planeados, não constituíam mais do que um grande disfarce para que a potência americana pudesse oficialmente dispor de autoridade militar para intervir.¹³ A verdade é que, segundo a investigadora Diane Johnstone¹⁴, dos objetivos que haviam sido estabelecidos formalmente em Dayton, nem um parece ter sido executado.

A este título, o PCP foi o partido que condenou formalmente a intervenção militar na ex-Jugoslávia, considerando que só através da persistência nas negociações se poderia alcançar a paz.

Já o PSD, o PSD e o CDS-PP afirmavam que Portugal, enquanto membro da NATO, teria de cumprir os seus deveres.

11 Alex DE WAAL, e, Rakiya OMAAR. "Can Military Intervention Be "Humanitarian"?". MER 1987 – Humanitarian Intervention and North-South politics in the 1990's. Volume 24. (Março/Abril) 1994. in <<http://www.merip.org/mer/mer187/can-military-intervention-be-humanitarian>> (Consultado a 26 de junho de 2012).

12 NATIONS UNIES. La charte des Nations Unies. Consultado a 20 de maio de 2012. in <<http://www.un.org/fr/documents/charter/index.shtml>>

13 Noam CHOMSKY, “L'Otan maître du monde”. Le Monde Diplomatique. (Maio) 1999. in <<http://www.monde-diplomatique.fr/1999/05/CHOMSKY/12019>> (Consultado a 01/04/2011).

14 Diane JOHNSTONE, "Humanitarian war: making the crime fit the punishment". Masters of the Universe: NATO's Balkan Crusade. (abril) 2000. pp. 147-170 in <http://books.google.pt/books?id=vAx_FCOwCsC&pg=PA345&lpg=PA345&dq=Masters+of+the+Universe:+NATO%27s+Balkan+Crusade&source=bl&ots=V6gLCCKREw&sig=4IxpaeV7JTMcael9QWiHWFcSq3o&hl=pt-PT&sa=X&ei=FTHgT76flsqR0AX95_h7&redir_esc=v#v=onepage&q=Masters%20of%20the%20Universe%3A%20NATO%27s%20Balkan%20Crusade&f=false>

De notar que Portugal havia entrado na Comunidade Europeia apenas em 1986, pela assinatura de Mário Soares, sendo que em 1992 festejou o 6º aniversário de adesão. Foi o último Estado-membro até 1995, juntamente com a Espanha, a aderir ao projeto europeu. Tendo em mente estes factos, dir-se-ia que o governo de Portugal não queria colocar problemas relativamente à questão jugoslava. Como seria de esperar, Portugal adotou uma posição em conformidade com a maioria dos Estados-membros, chefiados pela Alemanha, no que toca ao reconhecimento da independência das repúblicas jugoslavas por exemplo.

A este título, o PCP fez contínuos apelos para que Portugal não se deixasse conduzir pelos países europeus de maior influência, já que tinha discordado da adesão de Portugal à CEE em 1986. Com a queda do Muro de Berlim a 9 de novembro de 1989, e o fim da Guerra Fria, facilitou a ocorrência de novos conflitos em território europeu. O PCP parecia estar, ainda, influenciado por este contexto histórico, já que considerava os americanos os culpados pela escalada do conflito, dos bombardeamentos da NATO e da desintegração da federação jugoslava. Ainda que a um dado momento, os muçulmanos surjam também como os culpados, sobretudo, no atraso das negociações para a paz, os americanos são criticados nas notas emitidas pelo Comité Central do partido, contrariando a tendência internacional, que assentava na incriminação dos sérvios pela “purificação étnica”. O PCP considerou que o conflito na Bósnia-Herzegovina consistiu na “natização [SIC] e americanização” de uma “nova ordem” na Europa.

Quanto à intervenção militar, Portugal foi solicitado a atuar na Bósnia-Herzegovina, a pedido da NATO, sem qualquer “estratégia intervencionista ou qualquer política de forçar a entrada”, como refere Nuno Severiano Teixeira, que acrescenta “o país ganhou com a presença na ex-Jugoslávia, sobretudo, a nível político-diplomático, mas também a nível militar”, tornando-se credível perante a comunidade internacional, apesar das críticas que se fizeram ouvir em 1995 por parte do PCP, que se mostrava desfavorável à intervenção militar, afirmando que Portugal deveria centrar-se nas regiões de real interesse: África. Ainda que Portugal não encarasse à época os Balcãs como uma área de interesse estratégico, atualmente, e tendo em consideração que o país é membro da NATO e da União Europeia e possui um estatuto definido, com uma “política externa ativa europeia e atlântica”, Portugal possui interesses de ordem estratégica e de segurança. Assim na opinião deste, “os Balcãs são nos dias de hoje uma área de interesse para Portugal”. Nesta matéria pode afirmar-se que houve um consenso político-partidário entre o PS e o PSD, convergindo na opinião de que a participação portuguesa na NATO confere positivamente ao país direitos, e como contrapartida, também obrigações subjacentes à adesão a esta organização internacional. Tal como estes dois partidos, a posição do CDS-PP consistia no apoio da intervenção militar portuguesa nas forças da NATO na Bósnia-Herzegovina.

A intervenção militar portuguesa foi apoiada pela opinião pública ao longo dos anos 90, com uma percentagem de 37,9% em 1991; em 1993, 54,3% da população portuguesa, e ainda que se tenha registado uma ligeira quebra em 1996 e aquando da partida das tropas portuguesas para a Bósnia-Herzegovina, a opinião pública portuguesa parecia estar de acordo com a participação portuguesa nas operações de paz na ex-Jugoslávia.

Em suma, esta Dissertação parece demonstrar que o conflito na Bósnia-Herzegovina ocupou efetivamente a agenda parlamentar, graças à Presidência Portuguesa das Comunidades Europeias (1992), e a imprensa partidária dos partidos políticos em análise, procurando revelar as posições das diferentes forças políticas.

Orientador: Manuel Vicente de Sousa Lima Loff

Data de defesa: 11 de setembro de 2012

Autora: **Éva Viktória Gyulai**

Título: *A Universidade de Eötvös Lóránd e a internacionalização à luz de dois estágios*

Palavras-chave: Cooperação internacional, Universidade ELTE, Ensino Superior na Hungria, Relações internacionais, Estudos Portugueses na Hungria.

Resumo

As características da educação estão estreitamente ligadas ao processo de globalização, mas é no sistema do ensino superior que se demonstra o maior efeito, porque a globalização pondera como um dos principais valores, o conhecimento. Ao mesmo tempo, o ensino superior nos países mais desenvolvidos do mundo é cada vez mais internacional. A relação entre a internacionalização da educação superior e a globalização é reconhecida e cada vez ganha mais importância.

Este relatório pretende demonstrar os aspetos da internacionalização através do estágio profissionalizante na Universidade Eötvös Lóránd. O presente relatório encontra-se dividido em duas partes, contudo, trata-se de dois estágios distintos na mesma instituição, cujos objetivos principais convergem num ponto comum – a internacionalização.

Quer no Departamento de Educação Internacional e de Mobilidade, quer no Departamento de Língua e Literatura Portuguesas da Faculdade de Letras da Universidade de Eötvös Lóránd, este princípio foi pensado como o caminho a seguir para unir e fortalecer os dois processos de estágio.

A internacionalização teve um grande impacto no ensino superior, estando relacionada com os processos estratégicos de globalização e de regionalização das sociedades. É bem conhecido que as características da educação estão intimamente ligadas ao processo de globalização, sobretudo aos valores do conhecimento, e é no subsistema de ensino superior que se verifica o seu maior impacto e visibilidade.

Uma das principais apostas na estratégia de internacionalização do ensino superior e um pilar fundamental no próprio desenvolvimento da universidade húngara, é a cooperação internacional. A cooperação internacional assume-se atualmente como um vector fundamental para a aproximação das culturas, dos povos ou dos sistemas educativos.

A escolha do ensino superior, dentro na área das relações internacionais, deveu-se ao facto de ser uma área que me interessa particularmente devido à minha primeira qualificação profissional, professora da língua portuguesa como língua estrangeira, estar ligada tanto à educação superior como às relações internacionais.

A Parte I descreve o estágio realizado na Reitoria da Universidade de Eötvös Lóránd, no Departamento de Educação Internacional e de Mobilidade, apresentando a universidade, o ensino superior húngaro, assim, como as atividades e os projetos decorridos durante o estágio. A Parte II trata do estágio, que teve lugar no Departamento de Língua e Literatura Portuguesa da Faculdade de Letras da ELTE.

Aqui, apresenta-se a faculdade e dá-se conta dos dois projetos, nomeadamente a lecionação e a iniciação da organização de um curso de mestrado conjunto, levadas a cabo no âmbito deste estágio. Paralelamente ao estágio de docência de Prática de Língua portuguesa, as tarefas desempenhadas no Departamento de Educação Internacional e de

Mobilidade foram múltiplas e abrangeram um grande leque de atividades, sendo que as suas principais ações se orientaram para a procura, o apoio ao estabelecimento de iniciativas de cooperação de caráter inovador e desenvolvimento de protocolos de cooperação com universidades de todo o mundo em geral, e o Brasil em particular.

A promoção e a divulgação nacional e internacional da ELTE foi, portanto, uma das grandes apostas do referido departamento. Aqui, o desempenho das minhas funções foi, em grande parte, baseado em trabalhos de tradução, atividades de pesquisa, elaboração e acompanhamento da redação de notas da investigação sobre sistemas da educação superior dos países americanos, elaboração de bases de dados e estudos sobre instituições estrangeiras e bolsas de estudos, trabalhos estes que me permitiram ganhar um conhecimento adicional sobre as matérias e países tratados.

As tarefas principais focaram-se no Brasil, sendo que praticamente durante todo o estágio elaborei diferentes trabalhos, cujos objetivos foram preparar o estabelecimento dos acordos entre a ELTE e as instituições de ensino superior daquele país lusófono.

A função principal do estágio que decorreu no Departamento de Língua e Literatura Portuguesa da Faculdade de Letras da ELTE, foi promover a cultura e a literatura portuguesas no âmbito das aulas lecionadas. A prática das minhas competências profissionalmente certificadas, permitiu-me ganhar experiência, adquirir conhecimento, ter uma noção mais clara sobre a realidade do ensino superior húngaro e reforçar as minhas capacidades em todos os níveis. A outra tarefa que decorreu nesta parte do estágio profissionalizante também esteve em ligação estreita com a cooperação internacional.

Ao mesmo tempo que combinava não apenas os conhecimentos adquiridos nos dois cursos de mestrado cursados na FLUP, pude ainda esboçar uma ponte entre as experiências vividas nas duas universidades (UP e ELTE).

Utilizando estas vantagens dei início à conceção de um curso do mestrado comum entre a ELTE e a Universidade do Porto, o Mestrado em Língua e Literatura Portuguesas. Infelizmente, por falta de tempo, não teve a oportunidade de acabar este projeto. Mas espero ter dado um contributo suficiente para que o curso seja realizado brevemente.

Estagiar na universidade mais prestigiada do meu país de origem foi para mim uma grande oportunidade, um enorme prazer e responsabilidade. As atividades e experiências que tive oportunidade de viver durante o período dos estágios foram muito atrativas, cativantes e enriquecedoras para mim. Senti um imenso prazer em trabalhar na área das relações internacionais e do ensino superior, pois enquadrei-me bem com este género de serviço.

Outro aspeto para mim relevante e desafiante, deveu-se ao facto de fazer os dois estágios em paralelo. Assim, os dias do trabalho foram muito diversificados e interessantes. As atividades que me eram propostas pelos meus orientadores eram quase sempre muito dinâmicas e implicavam contactos pessoais com vários e diferentes públicos. Esta característica foi de todas, talvez a que mais contribuiu para a minha realização pessoal e profissional durante os estágios.

Concluindo, devo dizer que os estágios curricular no Departamento de Educação Internacional e de Mobilidade e na Faculdade de Letras da ELTE foram muito importantes para a minha formação profissional na área das relações internacionais, pois foi a pri-

meira vez que tive oportunidade para colocar em prática os meus conhecimentos teóricos, adquiridos ao longo da minha carreira académica.

O enriquecimento profissional e pessoal que decorreu deste período poderá, espero eu, ajudar-me na minha vida profissional futura.

Orientador interno: Luís Antunes Grosso Correia

Orientadores externos: Ferenc Pál e Márton Belik (U. Eötvös Lóránd)

Data de defesa: 10 de dezembro de 2012

Autora: **Fara Diva de Jesus Caetano**

Título: ***A cooperação portuguesa para o desenvolvimento na área da educação da Guiné-Bissau: impacto dos projectos***

Palavras-chave: Portugal, Cooperação para o desenvolvimento, Educação, Guiné-Bissau

Resumo

Num mundo cada vez mais pautado pelos efeitos da globalização, o estabelecimento de relações de cooperação entre países é cada vez mais comum, fazendo parte integrante da dinâmica económica e social dos mesmos, com o objetivo de compensar o fosso cada vez maior entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. No contexto português, a cooperação para o desenvolvimento assume um lugar de relevo, uma vez que se caracteriza por ser uma vertente prioritária da política externa portuguesa, expressamente marcada por valores de solidariedade que promovem o estreitamento de relações, principalmente com os países com os quais existe um passado histórico comum, o mundo lusófono. O seu principal objetivo é o de promover o desenvolvimento dos países beneficiários da ajuda com o intuito de melhorar as condições de vida das suas populações e a concretização do direito ao desenvolvimento da pessoa humana.

O tema do presente estudo remete exatamente para a questão da atuação da cooperação portuguesa, de âmbito bilateral, tendo como foco de estudo a realidade guineense e como área de intervenção a educação. O principal objetivo é analisar o trabalho que tem vindo a ser realizado pela política externa portuguesa no que respeita à questão da cooperação para o desenvolvimento, na área da educação, tendo por principal foco os projetos recentes implementados pelo Estado português, representados pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), no território guineense: o Programa de Apoio ao Sistema Educativo Guineense (PASEG), a Fundação Fé e Cooperação (FEC), a Faculdade de Direito de Bissau (FDB) e o Instituto Camões (IC,IP). Esta análise visa perceber em que medida tais projetos promovem, ou não, o desenvolvimento desejado e se essa cooperação é pensada e posta em prática segundo a perspetiva africana, ou seja, tendo em conta a realidade com que se está a lidar – a realidade da Guiné-Bissau. A problemática direciona-se para a análise da eficácia dos meios que são utilizados para a realização de tal cooperação e a forma como esta é implantada, de modo a percebermos se os objetivos propostos conseguem ser atingidos, se promovem o que é estipulado e pretendido – o desejado desenvolvimento – e tentando detetar possíveis problemas adjacentes a todo este processo que implica uma adaptação e um reajustamento à realidade com que se está a interagir. No fundo problematiza-se se a cooperação é, de facto, eficaz e capaz de gerar o desenvolvimento através da educação, num território que apresenta inúmeras dificuldades e disparidades, tanto materiais como humanas nesta área de intervenção.

No que tange ao modelo de análise, procurou-se aliar dois procedimentos de abordagem metodológica: o dedutivo e o indutivo. A abordagem dedutiva deriva das leituras que foram sendo realizadas a nível bibliográfico, bem como a nível de investigações e estudos que foram produzidos anteriormente por outros autores e que nos permitiram ter noção do “estado da arte” relativamente à temática em causa. Foi um dos

procedimentos cruciais no nosso percurso de investigação já que nos apetrechou de bases teóricas e conceptuais fundamentais à sustentação de todo este projeto. Por outro lado, a abordagem indutiva também se revelou crucial e indispensável já que parte da observação no terreno. O contacto direto com a realidade que se pretende estudar oferece a possibilidade de se criarem novas pistas de investigação e interrogação, já que proporciona ao investigador o papel de explorador no universo que pretende intervir.

Em termos metodológicos, as nossas linhas de orientação basearam-se segundo o método de investigação em ciências sociais, visto que é aquele que nos permite “compreender melhor os significados de um acontecimento ou de uma conduta, a fazer inteligentemente o ponto de situação, a captar com maior perspicácia as lógicas de funcionamento de uma organização, a refletir acertadamente sobre as implicações de uma decisão política, ou ainda a compreender com mais nitidez como determinadas pessoas apreendem um problema e a tornar visíveis alguns dos fundamentos das suas representações.” Por outro lado, a adoção de uma perspetiva interdisciplinar revelou ser outro importante aspeto a ter em conta, e mesmo inevitável, considerando a natureza desta investigação, já que a sua análise nos obrigou a recorrer aos contributos de várias disciplinas como: a História, a Economia, a Estatística, a Demografia e a Sociologia, permitindo-nos obter uma visão mais rica e completa em torno da problemática nas suas mais diversas vertentes.

A bibliografia consultada e posteriormente analisada, constituiu um suporte de elevada importância na medida em que proporcionou a aquisição das bases teóricas que fundamentaram toda esta investigação. No entanto, não nos retemos unicamente a ela. Essenciais foram também os inúmeros relatórios, protocolos, memorandos, planos, programas, estratégias, entre outros, aos quais fomos tendo acesso durante o processo investigativo por parte de diferentes instituições ligadas à Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), em geral, e da cooperação portuguesa, em particular, produzidos pelo IPAD, nomeadamente no que à Guiné-Bissau diz respeito. Para o nosso projeto foram imprescindíveis diversos documentos estratégicos produzidos por este instituto e que servem de fontes para a nossa investigação como, entre outros: memorandos da cooperação portuguesa; estratégias para a cooperação portuguesa; planos e relatórios de atividades; planos de ação de Portugal para a Eficácia da Ajuda; documentos de trabalho; relatórios de execução – Agenda da cooperação para o desenvolvimento; relatórios sobre a contribuição de Portugal para os ODM; programas Indicativos de Cooperação (PIC) – Guiné-Bissau; programas orçamentais da cooperação para o desenvolvimento; protocolos de cooperação entre o IPAD e: o Ministério da Educação Nacional, Cultura, Ciência, Juventude e Desportos (MENCCJD) da RGB; o PASEG; a FEC e a FDB.

Consequentemente, houve a necessidade de definir os métodos de recolha de informação a adotar, pelo que optamos pela realização de inquéritos, por entrevista e por questionário. Estes apresentam-se aqui como importantes fontes de informação, principalmente para a apresentação de resultados. Os primeiros foram direcionados, essencialmente, para os coordenadores ou representantes dos projetos no terreno, enquanto que os segundos se destinaram aos beneficiários finais desses mesmos projetos (alunos e professores guineenses). Para além da aplicação destes dois principais métodos

de recolha de informação, podemos acrescentar, também, o método de observação direta que acabou, igualmente, por fazer parte da componente da investigação, já que foi possível participar na vida coletiva da sociedade guineense, nomeadamente no contexto escolar, devido à nossa deslocação (por um período de seis meses) à Guiné-Bissau. Posteriormente, os métodos utilizados para a análise das informações recolhidas basearam-se, numa análise estatística de dados (inquéritos por questionário) e numa análise de conteúdo (inquéritos por entrevista). No que concerne a estas últimas, trata-se de fazer aparecer o máximo possível de elementos de informação e de reflexão que servirão de materiais para uma análise sistemática do conteúdo.

Através da investigação realizada, foi possível concluir que os esforços da cooperação do Estado português, no que se refere ao sector da educação, no território guineense, têm sido significativos e têm contribuído para a melhoria da qualidade do sistema educativo guineense. No entanto, os resultados obtidos permitem constatar a permanência de muitas lacunas que têm colocado em causa o verdadeiro sucesso da cooperação. Essas lacunas relacionam-se, essencialmente, com os problemas existentes ao nível da própria situação interna do país, bem como com a forma como são desenvolvidos os projetos da cooperação portuguesa no terreno.

A verdade é que o sistema educativo guineense ainda se encontra muito debilitado, mesmo com o apoio dos projetos de cooperação postos em prática durante a última década. Muito tem sido feito no sentido de melhorar a sua qualidade, mas há, ainda, muito mais para fazer. A cooperação é uma área sensível que requer a acumulação de esforços tanto da parte dos doadores como dos beneficiários, com o objetivo de ambos poderem caminhar juntos no sentido do desenvolvimento.

Orientador: Luís Antunes Grosso Correia.

Data de defesa: 6 de novembro de 2012.

Autora: Joana Patrícia Macedo Fernandes

Título: *A Responsabilidade Social das Empresas – Uma alavanca para a sustentabilidade? Um estudo de caso: O Grupo Nestlé e as plantações de cacau na Costa do Marfim*

Palavras-chave: Responsabilidade Social das Empresas; *Cocoa Plan*; Costa do Marfim; Sustentabilidade; Organizações Internacionais.

Resumo

Apesar da temática da Responsabilidade Social das Empresas (RSE) não ser recente, foi na viragem para o século XX que se tornou alvo de atenção académica, social, mediática e empresarial em todo o mundo. Tornou-se num foco de atenção por parte de numerosas empresas e foi rodeada de controvérsias no mundo académico, em que diversas abordagens e teorias de modelos de Responsabilidade Social Empresarial foram e continuam a ser debatidos até aos dias de hoje. Isso leva inúmeras empresas a adotar numerosas ações e procedimentos, visíveis quer através da publicação de relatórios sociais e ambientais, que se encontram subordinados a critérios e normas internacionalmente validadas, quer através da submissão a auditorias sociais, ambientais e éticas, em ordem a obter certificações que atestem o seu comportamento como socialmente responsável.

Assim, perceber e analisar as medidas de RS que a Nestlé tem praticado, no contexto das plantações de cacau da Costa do Marfim foi o nosso principal objetivo, em ordem a testar o seu modelo de RS e a sua aplicação no terreno.

Atento às orientações bibliográficas e à problemática enunciada, o estudo desenvolveu-se numa dupla vertente, ao pretender cruzar o quadro teórico sobre a matéria, apurado na bibliografia consultada e vertido em orientações emanadas por organizações internacionais sobre o tema, com o estudo empírico de um caso: o da Nestlé. Pelo facto de a Nestlé ser uma multinacional atuante em todo o mundo, o universo de observação teve que ser delimitado, de modo a que a investigação fosse exequível. A decisão recaiu sobre o território da Costa do Marfim, mais concretamente as plantações de cacau que fornecem a Nestlé, uma vez que este espaço geográfico é um dos maiores produtores de cacau do mundo. Os programas/medidas de RS a estudar situaram-se num período que globalmente contempla os últimos dez anos. Inicia-se com a assinatura do Protocolo Harkin-Engel, no ano de 2001, e finaliza no ano de 2012, com o *Cocoa Plan*. O Protocolo Harkin-Engel, cuja finalidade era a erradicação do trabalho infantil das plantações de cacau até ao ano de 2005, contou com a assinatura das maiores empresas da indústria do chocolate, incluindo a Nestlé, ainda que não tenha obtido o sucesso ambicionado, o que levou a Nestlé a criar o *Cocoa Plan*, que foi objeto de análise na dissertação que aqui se sumaria.

A leitura e análise de bibliografia, tanto nacional como estrangeira, orientou a formulação de algumas questões de investigação, às quais nos procuramos aproximar. Questões que passamos a enunciar:

- Quais as práticas de RS adotadas pela Nestlé nas plantações de cacau da Costa do Marfim?
- Os programas realizados vão ao encontro dos problemas reais das populações?

- Aquando da implementação desses programas, a Nestlé tem em conta o contexto e a realidade social das comunidades com que interferem?

Para estas questões foram levantadas algumas hipóteses, as quais orientaram a investigação.

Hipótese A – A Nestlé desenvolve práticas de RS que ultrapassam as suas responsabilidades económicas e legais;

Hipótese B – As práticas de RS da Nestlé têm como principal objetivo a minimização dos possíveis danos que a atividade da empresa possa causar nas comunidades em que atua, seja de um modo direto, com o incremento do trabalho infantil, resultante de maiores estímulos à produção, que acarreta maior necessidade de mão de obra, seja de um modo indireto, como ocorre com o impacto ambiental.

Hipótese C – A Nestlé cultiva uma imagem de prestígio no mundo empresarial, a qual passa pela sua acreditação como empresa socialmente responsável;

Hipótese D – O facto de a Nestlé ser uma empresa multinacional confere-lhe uma maior sensibilidade na abordagem do impacto da sua atividade empresarial em comunidades locais diversas, e situadas em países em vias desenvolvimento;

Hipótese E – Os programas aplicados pela Nestlé nas comunidades das plantações de cacau da Costa do Marfim têm contribuído de forma positiva para um desenvolvimento sustentável das comunidades locais e para a resolução de problemas que envolvem o desrespeito pelos direitos humanos.

A bibliografia consultada e posteriormente analisada constituiu um suporte de elevada importância, na medida em que proporcionou a aquisição das bases teóricas que fundamentaram toda esta investigação e apontou modelos de análise a seguir.

Esses modelos de análise foram aplicados a fontes primárias que constituíram a base do trabalho empírico, como sejam relatórios, protocolos, códigos legais, documentos normativos, programas de ação, planos estratégicos, entre outros, aos quais fomos tendo acesso durante o processo investigativo. Essa documentação foi produzida por diferentes organismos, nomeadamente pela empresa em estudo, mas também por organizações internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a Organização Internacional de Trabalho (OIT), a União Europeia (UE), o Pacto Global das Nações Unidas (PGNU), entre outros. Imprescindível foi também a análise e sistematização de diversos documentos estratégicos produzidos pela Nestlé e que servem de fontes para a nossa investigação como são, por exemplo: O Código de Conduta Empresarial da Nestlé; Os Princípios Corporativos Empresariais da Nestlé; Relatórios de Sustentabilidade; Relatórios Anuais, e Cocoa Plan.

De entre as fontes normativas produzidas por organismos internacionais, servimo-nos, com a mesma metodologia, de normas, códigos de conduta, protocolos, relatórios, como o Livro Verde; a Norma SA8000; Relatórios da OIT; Relatórios da UNICEF; Harkin-Engel Protocol.

A visualização de alguns documentários, como o do jornalista dinamarquês Miki Mistrati, “The Dark Side of Chocolate” e os produzidos pela BBC e a CNN, a par da leitura de notícias nos media acerca de um dos problemas com que nos confrontámos no decorrer do estudo, o do trabalho infantil, constituíram também fonte de informação para o estudo.

Os depoimentos resultantes de entrevistas realizadas a representantes de diversas organizações, tais como: elementos responsáveis pelo Cocoa Plan da Nestlé, e representantes de organismos como a Fair Labor Association (FLA), International Labor Rights (ILR) e a OIT, complementaram os dados que empiricamente se trabalharam nesse estudo.

A investigação seguiu, como método, a análise qualitativa dos dados coligidos, na medida em que se sustenta, fundamentalmente, na análise de conteúdo de documentos (escritos, audiovisuais, orais – entrevistas), cujo teor, analisado em termos das várias dimensões das práticas da RSE, foi confrontado com diretivas internacionais sobre essas matérias.

No que diz respeito ao modelo de análise, analisámos dimensões externas referentes ao funcionamento da empresa (comunidades locais; parceiros comerciais, fornecedores e consumidores; direitos humanos e preocupações ambientais globais) e os respetivos indicadores, contempladas no Livro Verde – Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas, como sendo os campos de análise a confrontar com os específicos desempenhos da Nestlé no desenvolvimento do seu Cocoa Plan, na Costa do Marfim. Procurou-se, quando possível, verificar a sua conformidade com as diretrizes da norma SA8000 (que trata de trabalho infantil; trabalho forçado; saúde e segurança dos trabalhadores; liberdade de associação e de negociação coletiva; discriminação; práticas disciplinares; horário de trabalho; remuneração; sistema de gestão).

Procurou-se ainda verificar se as dimensões da RS praticadas pela Nestlé iam de encontro aquilo que o Livro Verde apresenta como sendo as medidas mais adequadas para as questões a que se pretende dar resposta, e que assim se constituíram em indicadores de aferição.

No que concerne ao Plano do Cacau posto em prática na Costa do Marfim, pudemos verificar, através da análise das medidas nele contempladas e de alguns dos resultados passíveis de ser aferidos, que, apesar de o Plano integrar algumas das principais medidas previstas no Livro Verde no que se refere à relação com as comunidades locais, aos direitos humanos, à relação com fornecedores e parceiros e em relação a preocupações ambientais, o facto é que a sua eficácia não parece estar assegurada. Os indicadores apurados através de relatórios internacionais, nomeadamente da FLA, apontam para debilidades notórias nos resultados do Plano, quer no que se refere à taxa de trabalho infantil usado nas plantações, ao acesso a água potável e a infra-estruturas de saneamento; quer no que se refere ao acesso à escola e à escolaridade.

A instabilidade política que a Costa do Marfim vem vivendo nas últimas décadas, sendo o país assolado por conflitos militares e civis, que têm agravado a realidade social de um país que se apresenta com potencialidades naturais para ser uma potência económica na África Ocidental, como já o demonstrou no início da segunda metade do século passado, têm sido invocadas como razões para as margens de insucesso do Plano.

Os dados obtidos neste trabalho, quando confrontados com as hipóteses levantadas, devem conduzir-nos a discutir a sua validade. Os dados empíricos que nos foi possível compulсар parecem confirmar as hipóteses A, B, C, D.

Apesar de não ter sido possível validar a hipótese E, segundo a qual os programas aplicados pela Nestlé nas comunidades das plantações de cacau da Costa do Marfim têm contribuído de forma positiva para um desenvolvimento sustentável das comunidades locais e para a resolução de problemas que envolvem o desrespeito pelos direitos humanos, a tentativa de discutir acompanhou toda a dissertação. O seu debate constituía, desde o princípio, uma das mais relevantes preocupações da investigação. Perceber se o Cocoa Plan teve e tem um verdadeiro impacto nas comunidades e de que modo esse impacto é encarado pelas próprias comunidades, se o efeito é positivo ou negativo; saber se as multinacionais, como a Nestlé, foram primeiro ao terreno fazer um levantamento das necessidades, das dificuldades das populações constitui, a nosso ver, procedimento-chave para perceber se os programas existem efetivamente para o benefício das populações ou simplesmente para preencher páginas dos relatórios de sustentabilidade que a empresa apresenta anualmente.

A informação que (não) conseguimos coligir e a impossibilidade de ir ao terreno levantar indicadores pertinentes sobre esta matéria, através de entrevistas e recolha direta de dados, fez com que não tivesse sido possível discutir cabalmente esta hipótese.

Contudo, pelos dados fornecidos pelo relatório de avaliação da FLA, de 2011, podemos concluir que as plantações que participam no Plano do Cacau apresentam uma qualidade e organização superiores às que não cooperam com o Plano do Cacau. O mesmo não parece, porém, poder dizer-se em relação a um problema essencial que se pretendia minorar: o do trabalho infantil.

Espera-se que esta investigação se assuma como um estímulo para estudos posteriores sobre a problemática da Responsabilidade Social das Empresas, mas também que funcione como um alerta para a necessidade de as políticas de RSE necessariamente passarem a integrar as perceções e as orientações dimanadas das próprias comunidades locais, e para a necessidade de melhor compreenderem os contextos sociais, culturais e familiares dessas comunidades para, desse modo serem capazes de intervir de forma mais eficaz na erradicação de problemas sociais graves, como é o caso do trabalho infantil na Costa do Marfim, que emergiu deste trabalho como problema premente

Orientadora: Amélia Polónia

Data de defesa: 13 de novembro de 2012

Autora: **Mariana Alexandra do Couto Teixeira Santos**

Título: ***Eurocéticos vs. Eurotimistas: a luta pela europeização***

Palavras-chave: Tratado Constitucional Europeu, Euroceticismo, Eurotimismo, *Media*.

Resumo

A presente dissertação foca-se nos referendos ao Tratado Constitucional Europeu (TCE) realizados em Espanha e em França em 2005. Através da análise da cobertura mediática efetuada no dia do referendo e nos dias imediatamente anterior e posterior, englobando um total de 151 artigos informativos e de opinião, procura-se caracterizar este momento fraturante no seio do projeto de construção europeia. A escolha recaiu na análise da imprensa escrita, já que os cidadãos europeus demonstram ter nos *media* a sua principal fonte de informação no que se refere aos assuntos europeus¹⁵. Tendo em consideração que a experiência europeia continua a ser algo profundamente nacional, este trabalho surge com o intuito de confrontar e ressaltar os preconceitos nacionais que enformam a agenda europeia.

Fontes primárias por excelência, foram selecionados dois jornais italianos, *Il Giornale* e *La Repubblica*, e dois britânicos, *The Guardian* e *The Telegraph*. Focou-se assim a atenção em dois países “observadores” e que materializam um sentimento face ao projeto europeu diametralmente oposto. Os critérios para esta escolha recaíram no alinhamento ideológico dos jornais (esquerda-direita), na distribuição a nível nacional e na sua relevância na formação da opinião pública no país de pertença. Reino Unido e Itália correspondem, por seu lado, a protótipos distintos no que à relação com a União Europeia (UE) diz respeito. O euroceticismo da sociedade britânica parece reunir uma ampla consensualidade¹⁶, assim como o euroceticismo manifestado pelo seu corpo mediático. Neil T. Gavin (2001: 306) defende mesmo que “a maioria da imprensa britânica é eurocética”. Itália, por seu lado, sempre revelou o seu entusiasmo com o ideal europeu¹⁷. Fosse pela fraca coesão nacional, pelas vantagens obtidas enquanto estado-membro ou pela crença genuína que a Europa unida seria capaz de fomentar a prosperidade almejada no velho continente, o país transalpino sempre pugnou pelo compromisso europeu, tal como o confirmam os dados do Eurobarómetro nas vésperas dos referendos ao TCE¹⁸.

Partimos assim para esta investigação com uma questão basilar: em que medida a imprensa britânica/ italiana é capaz de influenciar a consciência europeia dos seus cidadãos? Analisaram-se 93 artigos noticiosos e 58 de opinião, assim como uma miríade de bibliografia e artigos científicos de publicações internacionalmente referenciadas como, por exemplo, *Comparative European Politics, Journalism, European Journal of*

¹⁵ Comissão Europeia (2012). *Standard Eurobarometer 76*. Acedido em setembro 17, 2012, em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb76/eb76_media_en.pdf.

¹⁶ Consultar George, S. (2000); Inthorn, S. (2006); Spiering, M. (2004); Sutcliffe, J.B. (2010); Trenz, H. (2003), (2004); Usherwood, S. (2003).

¹⁷ Consultar Conti, N. (2003); Lucarelli, S. e Radaelli, C.M. (2005); Mammarella, G. e Cacace, P. (2006); Martins, A.I. (2010); Peri, P. (2000).

¹⁸ Comissão Europeia (2012). *Standard Eurobarometer 62*. Acedido em maio, 20, 2013, em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb62/eb_62_en.pdf.

Communication, Journal of Political Marketing ou *International Journal of Public Opinion Research*, entre outras. Não foram, igualmente, esquecidos os profusos trabalhos desenvolvidos sob a chancela de instituições como a Amsterdam School of Communication Research, da Universidade de Amesterdão, o centro de estudos europeus – ARENA – da Universidade de Oslo, o Centre for European Political Communication, da Universidade de Leeds, o Sussex European Institute, o Centro di Studi Progetto Europeo em parceria com a Universidade de Bolonha ou o Osservatorio sulla Comunicazione Politica, radicado na Universidade de Turim, em Itália.

A partir do contributo agregador de Esser, Strömbäck e de Vreese (2012)¹⁹ efetuou-se uma análise de conteúdo dos artigos dos quatro jornais, identificando o índice de jornalismo interpretativo²⁰, a presença de conflito, o tom da notícia e os atores noticiosos em evidência.

No essencial, da análise dos artigos noticiosos ressalta o peso avassalador do referendo francês face ao espanhol. As 131 notícias analisadas relativas à consulta francesa correspondem a 86 por cento do universo de artigos. Apesar de valorizado pela sua novidade, já que foi o primeiro escrutínio ao TCE a decorrer na UE, o referendo em Espanha mereceu pouco destaque. Com um tom predominantemente positivo, o referendo ao TCE em Espanha encontrou no *La Repubblica* um fiel defensor, que fez o elogio à Espanha enquanto paladino do europeísmo²¹. Apesar de maioritariamente positivo, o *The Guardian* não deixa de criticar a apatia²² dos espanhóis face ao futuro do projeto europeu. *Il Giornale* e *The Telegraph* conferem ambos uma relevância noticiosa insignificante ao referendo espanhol. Enquanto no *The Telegraph* o tom das notícias caracteriza-se pela negatividade associada, no *Il Giornale* o tom neutro exibido explica-se pela ausência de notícias relevantes sobre o referendo, que se assumiu para este jornal como um “não-acontecimento”.

O cenário de apatia altera-se radicalmente no caso francês, tanto da parte dos votantes como dos quatro jornais em estudo²³. Durante os três dias em análise, o referendo francês deu origem a um número infindável de notícias, entrevistas e especulações em jeito informativo. Valorizado pelo imprevisto e pelo conflito inerente, o referendo gaulês

¹⁹ Esser, F., Strömbäck, J. e de Vreese, C.H. (2012). Reviewing key concepts in research in political news journalism: conceptualizations, operationalizations and propositions for future research. *Journalism*, 13, 139-143. Acedido março 20, 2012, em <http://jou.sagepub.com/content/13/2/139.extract>.

²⁰ Enquanto o jornalismo baseado nos factos tem a sua ênfase em cinco questões basilares (O quê? Onde? Quando? Quem? Como?), a perversão do modelo interpretativo começa exatamente pelo peso excessivo conferido ao *Como?* Denunciador de um aumento da negatividade e do cinismo relativamente aos políticos, a vertente interpretativa do jornalismo é ainda responsável, tal como é encarada por Barnhurst (1994, citado por Salgado e Strömbäck, 2011: 149), pelo facto de “as histórias dos jornais se tornarem notoriamente mais longas, da ênfase da reportagem mudar do foco no evento em si para uma análise interpretativa dos factos e do tom dos relatos se revelar mais negativo”.

²¹ Bonanni, A. (2005). A Zapatero a Palma de Ouro do europeísmo. *La Repubblica*, n.º 8 (ano 12), 21 de fevereiro de 2005, p.1.

²² O referendo espanhol ficou marcado pela elevada taxa de abstenção, sendo que só cerca de 42 por cento dos eleitores se dirigiram às urnas. O universo de votantes viria a aprovar o TCE com 77 por cento dos votos.

²³ Com 70 por cento dos franceses a marcar presença nas urnas, o referendo ao TCE em França ditou a vitória do “Não”, com 57 por cento dos votos, enquanto o “Sim” recolheu 44 por cento das preferências.

foi amplamente difundido retrospectiva e prospetivamente. A análise aos artigos noticiosos em causa identificou um tom altamente negativo no caso do *Il Giornale* e do *The Telegraph*. Só o *La Repubblica* apresentou um tom moderadamente positivo no global dos 131 artigos analisados. Do confronto dos quatro títulos ressaltam dois pontos de interesse crucial. *La Repubblica* e *The Guardian* justificam o resultado gaulês com a frágil situação interna da França da altura, enquanto *Il Giornale* e *The Telegraph* não hesitam em frisar que os franceses votaram unicamente com o objetivo de rejeitar o TCE. Por outro lado, enquanto os dois jornais italianos apresentam um debate eminentemente domesticado, transpondo para a realidade política italiana os efeitos do resultado francês, os títulos britânicos fazem desta rejeição o mote para discutir a difícil convivência entre a nova e velha Europa, numa oposição dialética entre o sistema britânico e o de tradição francesa.

Da análise encetada nas esferas mediáticas de Itália e do Reino Unido ressaltam características estruturantes das rotinas e vícios dos *media*, que afetam a forma com os seus leitores realizam a leitura do dia a dia da UE. Verificou-se uma cobertura ideológica em Itália, fazendo eco da politização que o fator Europa alcançou no país. Com o espetro da direita e centro-direita a abalar o consenso bipartidário quanto à UE, sobretudo após a chegada de Sílvio Berlusconi ao poder em 2001, a defesa da Europa foi prescrita ao centro-esquerda. O “euroceticismo ideológico”²⁴ que define o *Il Giornale* durante o período aos referendos em Espanha e França adequa-se assim a esta nova estratégia política do governo de centro-direita, que elege a Europa como fonte de suspeição. Com a Europa a servir de barómetro na luta partidária interna, o *La Repubblica* emerge como suporte ao projeto europeu, evidenciando a sua dupla modalidade de jornal de referência e meio de comunicação tradicionalmente ligado ao centro-esquerda italiano.

O Reino Unido, alicerçado num panorama mediático mais liberal e competitivo, une as suas clivagens ideológicas, abertamente assumidas pelos dois diários estudados, a uma luta pelas audiências. Representam, contudo, produtos diferenciados, com o *The Guardian*, de âmbito internacionalista e elitista, e opor-se a um *The Telegraph* radicado na política nacional e no apelo às massas. No essencial, observando a cobertura realizada pelo *The Telegraph*, resalta a imagem de uma Europa dividida, entregue ao domínio das elites, altamente burocratizada e, mais importante, o verdadeiro anátema da soberania popular. O *The Telegraph* emerge assim como meio de comunicação eurocético, confirmando as conclusões de Gavin, N.T. (2001), Spiering, M. (2004), Trenz, H. (2004) e Sutcliffe, J.B. (2010), fazendo pleno uso dos seus espaços editoriais para se colocar ao lado do “Não”, com especial destaque para as suas páginas de opinião abertamente hostis ao modelo corporizado pela UE. O *The Guardian* apresenta-se como um jornal de vocação internacionalista e pró-Europa²⁵. No entanto, europeísmo não significa, no léxico do *The Guardian*, uma Europa isenta de críticas. O seu défice democrático e as elites que parecem ignorar os prognósticos populares são encarados como fatores de

²⁴ M. Marchi, La stampa italiana e l'Europa: alcune osservazioni sul ruolo degli editorialisti. In E. M. de Felici e C. Menè (a cura di). L'Europa scritta e parlata: come i media italiani raccontano l'unione europea (31-79) (Roma: Centro Nazionale di Informazione e Documentazione Europea, 2007).

²⁵ P. Statham, Making Europe news: how journalists view their role and media performance. *Journalism*, 9 (4), 2008, 398-422. Acedido março 19, 2012, em <http://jou.sagepub.com/content/9/4/398.short>.

enfraquecimento e perda de legitimação do projeto europeu. Durante o processo referendário, a nova Europa proposta pelo primeiro-ministro em exercício Tony Blair, identificando o liberalismo económico como o passo essencial para catapultar a saída do espetro de crise, é defendida pelo *The Guardian*.

No que se refere ao seu impacto na formação da opinião pública, é de notar que o tom das notícias afeta, de facto, a opinião do público²⁶ (Stöckel, 2009). Partilhámos da opinião de vários investigadores que defendem que os jornais de referência são motores do europeísmo, acreditando mesmo que nas atuais circunstâncias esta imprensa é responsável pela edificação de um renovado consenso permissivo quanto ao projeto de integração europeia. No entanto, europeísmo arreigado ou euroceticismo ideológico podem não garantir o “fabrico” de cidadãos eurotimistas ou sociedades eurocéticas. A corroborar a nossa conclusão de que as posturas defendidas pela imprensa constituem apenas uma das faces da questão, Spiering²⁷ salienta que não é razoável aceitar que se as pessoas leem jornais eurocéticos são eurocéticas, evidenciando assim que os leitores não concordam necessariamente com o conteúdo dos seus jornais.

Imersa num pernicioso jogo que une o funcionamento mediático, o comportamento das massas, preconceitos e favorecimentos, a Europa que emerge do complexo mediático é paradoxal, burocratizada, elitista, aglomerado de oportunidades, democrática, desigual, liberal, comunista, americanizada, velha e nova, desafiante, ameaçadora, xenófoba, agnóstica, cosmopolita e chauvinista. Misturem-se todos estes atributos e adicionem-se, a gosto, todos os outros que vos aprazem. Nacionalismo *q.b.* e temos uma Europa em polvorosa.

Orientador: Manuel Vicente de Sousa Lima Loff.

Data de defesa: 26 de novembro de 2012

²⁶ F. Stöckel, *The European public sphere, the media and support for European integration*. (Tese de Pós-graduação, Freie Universitaet Berlin, Alemanha, 2009).

²⁷ M. Spiering, *British euroscepticism*. *European Studies*, 20, 2004, 127-149. Acedido maio 10, 2012, em <http://www.ingentaconnect.com/content/rodopi/es/2004/00000020/00000001/art00007>.

Autor: **Rodrigo Sánchez de Sousa**

Título: ***A educação da Nova República brasileira segundo os relatórios nacionais apresentados às conferências internacionais do BIE/UNESCO (1986-2008)***

Palavras-chave: Educação, Brasil, História da Educação.

Resumo

A presente dissertação para o Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto trata da reconstrução histórica da política de educação brasileira durante os anos da Nova República, começando com a queda da Ditadura Militar em 1985 e a subsequente democratização política durante as duas décadas seguintes. Esta reconstrução será feita a partir dos relatórios nacionais de educação do Brasil apresentados nas Conferências de Educação do BIE/UNESCO (*Bureau International d'éducation/United Nations Education, Science and Culture Organization*) em Genebra entre 1986 e 2008.

A escolha do Brasil como objecto de estudo foi devida as elevadas mudanças recentes nos campos políticos e económicos do país: hoje, o Brasil é classificado como uma potência económica emergente – em 2010, face à actual crise financeira, o Brasil registou um crescimento anual de 7,5% do seu PIB e em 2011, tornou-se na sexta maior economia do mundo e o décimo maior accionista dentro do Fundo Monetário Internacional. Entretanto, esta ligação entre os conceitos de economia e política com a história e a política de educação brasileira provém da leitura do livro *Capitalismo, trabalho e educação*, em que os autores afirmam que, começando com as teorias de Karl Marx no século XIX, a história contemporânea é dominada pelo capital e que as transformações económicas (nomeadamente, as mudanças no mercado de trabalho) são suficientemente fortes para ter repercussões sobre quase todas as dimensões da educação (como, por exemplo, na sua política ou historiografia).

Através deste quadro de referência, o desenvolvimento brasileiro visto nos últimos anos pode ser visto através das mudanças na política de educação nacional – a relação entre a política e a educação, ao longo de quase toda a sua história brasileira foi muito frágil. Com a queda da Ditadura Militar em 1985, a subsequentemente democratização e liberalização política do país, revelou-se o verdadeiro estado precário da educação brasileira como, por exemplo, uma taxa muito alta de analfabetos e um índice preocupante de abandono escolar. A estabilização política no fim da década de 80 e início de 90, e a subsequente modernização económica do Brasil durante esta década, aumentou a pressão sobre o Estado para desenvolver uma política de educação que produzisse indivíduos altamente qualificados, profissionais e com uma vasta selecção de competências cognitivas, capazes de se enquadrarem no processo de modernização, nas radicais mudanças e novas exigências do mercado de trabalho nacional.

Por isso, o objectivo principal deste trabalho é analisar a política governamental da educação brasileira (as suas linhas gerais, os seus agentes principais, os resultados obtidos a partir de uma série de anos, entre outros) como parte da recente história de educação do Brasil, à luz dos relatórios apresentados a uma organização internacional. Outro objectivo é analisar até que ponto a política de educação foi uma reacção governamental para os graves problemas sociais (a falta de acesso ao ensino, por exemplo, por parte das classes

sociais desfavorecidas) do país. E ainda, analisar como as mudanças observadas na educação acompanharam os acontecimentos dentro dos campos políticos e económicos do Brasil durante a Nova República.

O primeiro relatório analisado neste estudo começa com a 40.^a Conferência de Educação do BIE/UNESCO em 1986 e estica-se até a última conferência realizada em 2008. Entretanto, para entender muitos dos acontecimentos que são apresentados neste relatório é preciso recuar um pouco para 1985, com a queda da Ditadura Militar e as mudanças políticas. Consequentemente, as barreiras cronológicas estabelecidas neste trabalho cobrem um período de vinte e três anos, desde 1985 à 2008.

Mesmo tratando de um espaço de tempo relativamente curto, estes vinte e três anos podem ser divididos em diferentes fases. Entretanto, estas fases variam as suas barreiras cronológicas entre si, dependendo do critério usado. Neste caso, achei necessário dividir este período usando como critério diferenciador os fenómenos económicos do país durante os últimos vinte anos, por acreditar que a compreensão deste trabalho (um outro objectivo muito importante) torna-se muito mais fácil através deste meio. Entendo que isto talvez seja visto como “peculiar” ou “estranho” num primeiro olhar (especialmente porque estamos a tratar da historiografia da educação e não da economia), mas uma visão diferente sobre o problema serve para enriquecer e dinamizar esta área.

A primeira fase cobre os anos de 1985 até 1993 e é caracterizada por turbulência política (a corrupção dentro do governo de Collor, por exemplo) e económicas (a hiperinflação). Começando na década de 90, o governo brasileiro lançou as sementes de vários planos ambiciosos que não só pretendiam mudar os indicadores educacionais do Brasil (o analfabetismo, as desistências, as reprovações, etc.) mas também a qualidade de ensino. Foram nestes anos que o Brasil assinou os Objectivos do Milénio (1991), que visava acabar com o analfabetismo até o ano 2000, e o Projeto Nordeste (1993), que pretendia aumentar a assistência e a distribuição de recursos dentro da área com os piores indicadores do Brasil, o Nordeste.

A presidência de Fernando Henrique Cardoso marca a segunda fase da história da educação brasileira, começando em 1994 e terminando em 2002 no final do seu segundo mandato. Esta segunda fase é dividida em duas partes, que coincidem com cada um dos seus mandatos presidenciais. No seu primeiro mandato (1994 – 1998), o sucesso do Plano Real e estabilização monetária trouxeram consigo um aumento directo do investimento em educação. Entretanto, no seu segundo mandato (1999 – 2002), a grave crise económica abrandou o ritmo de investimento, e pôs o fim a alguns projectos, como o Projeto Nordeste em 1999.

A terceira e última fase constatada nos relatórios em análise, são os “Anos Lula”, a partir de 2003. O protagonismo social da política Lula foi evidenciado através dos vários planos lançados logo no seu primeiro ano, como os programas Fome Zero e Bolsa-família, que davam uma assistência social as famílias com rendimentos baixos (em 2003, a Bolsa-escola, um programa lançado na década de 90 para estimular a frequência escolar, ajudando as famílias mais desfavorecidas do país, foi integrada como parte essencial da Bolsa-família). Chegamos em 2008, com um país já em crescimento económico, e também evidenciamos os frutos de duas décadas de política de educação, ou seja as duas primeiras gerações formadas durante os anos da Nova República.

Em termos metodológicos e a partir de uma pesquisa bibliográfica que permite criar um enquadramento sobre o assunto, defini como essencial a criação de indicadores educacionais que permitem responder ao tema pesquisado. Portanto, o acesso a estes indicadores será feito através de uma análise aos relatórios (a fonte primária deste trabalho) de educação do Brasil, publicados pelo MEC (Ministério de Educação) para as várias conferências de educação do BIE/UNESCO. Estes relatórios possuem uma vasta quantidade de informações sobre os planos de educação, as estatísticas, etc.

Através da análise dos relatórios, conseguimos esclarecer e retirar informações sobre o tema em questão. Sendo os relatórios uma informação oficial do ministério que detém a tutela sobre a educação, terei que submeter a fonte a uma crítica que me permita perceber e avaliar os objectivos identificados. Estes relatórios foram produzidos com a intenção de comparabilidade de, sobretudo, apresentar algo nacional perante o universo internacional – é importante notar que a UNESCO é uma instituição que aparentemente é composta por técnicos de educação, enquanto o Ministério faz parte da esfera política do Brasil.

Muito resumidamente, os principais resultados desta dissertação mostram que, estatisticamente, o desenvolvimento educativo no Brasil durante os últimos trinta anos foi relativamente positivo. Os níveis de analfabetismo (que sempre foi um problema crónico) mostram uma forte queda, sobretudo na faixa etária entre os dez aos trinta anos. Eventualmente, o analfabetismo pode se tornar extinto no Brasil. Paralelamente, vimos um crescimento quantitativo nos níveis de alunos inscritos no ensino médio e superior.

No entanto, esta dissertação revela que a qualidade do ensino público brasileiro ainda continua muito fraca e que não tem vindo a acompanhar esta expansão escolar. Podemos notar que as notas em matemática e português têm caído ligeiramente, mas consistentemente, durante esse período. Ou seja, embora as reformas educativas tenham sido bem-intencionadas e tenham tido algum sucesso, a maioria delas continua sendo insuficiente para causar qualquer tipo de mudança em grande escala no enorme défice educativo do Brasil.

Orientador: Luís Antunes Grosso Correia.

Data de defesa: 23 de novembro de 2012.

Notas Biográficas
de Autores

CHRISTIAN FAUSTO MORAES DOS SANTOS possui graduação em História e mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá. É pós-doutor em História Social da Cultura pela UFMG e doutor em História das Ciências e da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz. Atualmente é professor da Universidade Estadual de Maringá e coordenador do Laboratório de História, Ciências e Ambiente. Tem experiência na área de História, com ênfase em História das Ciências Naturais, História da Alimentação e História das Ciências da Saúde na América Portuguesa.

FARA CAETANO nasceu no Porto em 1988. No ano letivo 2007/08 ingressou na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde se licenciou em História em 2009/10. É mestre em História, Relações Internacionais e Cooperação pela mesma instituição (2012) com a dissertação *A cooperação portuguesa para o desenvolvimento na área da educação da Guiné-Bissau: impacto dos projetos*. Como ativista da Liga Guineense dos Direitos Humanos, tem refletido acerca de questões relacionadas com a cooperação e o desenvolvimento nos países do continente africano, mais especificamente na Guiné-Bissau, onde foi professora das disciplinas de Português e História.

FILIPE VASCO COSTA DE SALIS AMARAL nasceu em Lisboa a 19 de Agosto de 1971. Entre 1990 e 1995 fez a licenciatura em arquitectura na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Em 2007 concluiu o mestrado de Metodologias de Intervenção em Património Arquitectónico (MIPA) na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP). Actualmente é aluno de doutoramento na FAUP. De 1995 a 1998 trabalhou em Lisboa no Promontório Architectos, onde pôde colaborar em obras como o Oceanário de Lisboa, a sede da Xerox Portugal, Cooperativa Cooiciclo na Expo, entre outros. Em 1998, começou a trabalhar no EO, Escritório de Estudos e Obras, no Porto, onde é actualmente sócio gerente. Em 2006 foi co-fundador e sócio gerente da empresa **domusmodus**.

GISELE CRISTINA DA CONCEIÇÃO é doutoranda em História na Universidade do Porto/Portugal, com bolsa do Programa de Doutorado Pleno no Exterior da CAPES. Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá, com financiamento à pesquisa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. É graduada em História pela mesma instituição (UEM). Ao longo da graduação desenvolveu projeto de iniciação científica (PIBIC) financiado pela Fundação Araucária. Tem experiência na área de História do Brasil Colônia (séculos XVI e XVIII), atuando principalmente nos seguintes temas: História das Ciências; História da Alimentação; História da Filosofia Natural; História da Zoologia. Membro pesquisador do Laboratório de Pesquisa em História, Ciências e Ambiente (LHC).

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS é Historiador e Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (Brasil). Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro nos cursos de Graduação e Mestrado em História e Professor-Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Entre suas obras mais recentes destacam-se os livros *O Campo da História*

(Petrópolis: Vozes, 2004), *O Projeto de Pesquisa em História* (Petrópolis: Vozes, 2005), *Cidade e História* (Petrópolis: Vozes, 2007), *A Construção Social da Cor* (Petrópolis: Vozes, 2009), *Teoria da História* (Petrópolis: Vozes, 2011-12), e *A Expansão da História* (Petrópolis: Vozes, 2013).

LUÍS MANUEL NEVES COSTA é mestre em Antropologia Médica e actualmente a fazer Doutoramento em Antropologia (especialidade Social e Cultural), na Faculdade de Ciências e Tecnologia (Departamento de Ciências da Vida/ Antropologia) da Universidade de Coimbra, com Projecto de Investigação sobre a Doença do Sono, na Guiné Portuguesa (1945-1974)/ Projecto financiado pela FCT. Tem como temas de interesse/ linhas de investigação, a história social da medicina, a Medicina no espaço colonial e o entrecruzamento entre a História e a Antropologia.

LUÍSA MARRONI é técnica superior do Ministério da Educação e Ciência, desde 2000 (funcionária pública com nomeação definitiva), exerce funções em Coimbra. Mestre em História e Educação pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), em 2008, Licenciada em História, na variante de História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUP), em 1995, Doutoranda de História, com Curso de Doutoramento (não conferente de grau) em História.

MARCO OLIVEIRA BORGES nasceu em Cascais a 24 Setembro de 1984. É licenciado em História (2010) e mestre em História Marítima pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2013), onde defendeu uma tese intitulada *O Porto de Cascais durante a Expansão Quatrocentista. Apoio à Navegação e Defesa Costeira*. Presentemente encontra-se a preparar o seu projecto de candidatura a doutoramento. Foi bolseiro de mérito social pela Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Outubro de 2010 – Junho de 2011) e membro da comissão executiva da XV Reunião Internacional de História da Náutica (Ferrol, 2010). Colabora nos seguintes projectos de investigação: *Dicionário de História Marítima*, dir. de Francisco Contente Domingues, Jorge Moreira da Silva e Tiago Machado de Castro; *Dicionário de Historiadores Portugueses. Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*, coord. de Sérgio Campos Matos.

PER NILSSON is working as the Director of the International Office at Umeå University, Sweden. In 1982, he received a Bachelor of Science from Umeå University, Sweden. He was awarded a Master of Arts in 1983 from University of Minnesota, USA. Finally, he received in 1987 a Filosofie licentiate in Social and Economic Geography from Umeå University, Sweden. For the moment he is chairing a national task force dealing with the outcomes of international recruitment. He participated in the national Erasmus reference group. Moreover, he participated in an international monitoring committee for internationalisation at Seinäjoki University of Applied Sciences, Finland, 2011.

SANDRO MOTTA CAMPOS é licenciado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade

do Porto com a tese “A formação das mentes colonialistas: O discurso colonial no ensino Liceal do Estado Novo (1954-1974)”. Desde sua licenciatura tem se dedicado a estudos sobre a dinâmica do discurso colonialista durante o governo de Salazar e Marcelo Caetano.

VINÍCIUS PIRES é licenciado em História e mestre em História e Cultura Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP. O seu campo de investigação centra-se nos estudos acerca da História do Brasil Colônia, atuando principalmente nos seguintes temas: povos indígenas, narrativas coloniais e relações interétnicas.

I. Artigos

1. As propostas de publicação de artigos devem ser enviadas por correio eletrónico para o seguinte endereço: revista.historia@letras.up.pt.
 - 1.1. Os autores devem preparar e anexar à mensagem eletrónica duas versões do seu artigo: uma com o texto completo; a segunda deverá eliminar qualquer informação que identifique o autor, de forma a permitir o anonimato exigido pelo processo de arbitragem científica.
 2. O documento eletrónico com a versão completa do artigo (não anónima) deve ser identificado pelo nome do autor e pelo título do trabalho.
 - 2.1. O documento eletrónico com a versão anónima do artigo deve ser identificado pelo seu título e pela menção explícita de "Texto para Avaliação".
 3. O artigo deve ter uma extensão não superior a 7500 palavras, incluindo anexos e ilustrações, e deve ser acompanhado por dois resumos, em língua portuguesa e inglesa (com um máximo de 150 palavras por cada resumo), e um conjunto de até quatro palavras-chave.
 4. É necessário identificar na mensagem eletrónica a informação relativa ao endereço postal, endereço eletrónico e telefone do autor(a).
 5. Os artigos submetidos devem ser redigidos em aplicação informática de processamento de texto compatível com o MS Office Word, com espaço e meio entre linhas, tipo Arial e corpo a 12 pontos.
 - 5.1. Os parágrafos devem ser indicados de forma clara e as páginas devem estar todas numeradas.
 - 5.2. Os quadros/tabelas, figuras/gráficos, mapas e/ou imagens devem ser enviadas em formato TIF (Tagged Image File Format) ou JPEG (Joint Photographic Experts Group). Os respetivos ficheiros devem ser anexados à mensagem eletrónica, como ficheiros separados e com designações curtas e objetivas (exemplos: "Quadro 1", "Figura 3", etc.). O texto do artigo deve conter a indicação clara quanto ao local da inserção das imagens no texto.
 - 5.3. Imagens a preto e branco ou cópias de fotografias são autorizadas desde que o autor do artigo declare explicitamente que obteve previamente a necessária autorização para a sua reprodução e utilização junto da entidade competente.
 6. As notas de rodapé devem ser identificadas por ordem numérica.
 7. Um outro documento anexo deve conter informação biográfica e profissional do autor, para integrar a secção da Revista referente às «Notas sobre os Autores». Essa nota não deve exceder um parágrafo.
 8. Referências documentais e bibliográficas
- Todas as referências documentais e bibliográficas são citadas em nota de rodapé.

8.1. Citações de documentos

As citações documentais deverão integrar, como norma, todos os elementos necessários a uma rigorosa identificação da espécie, recorrendo a abreviaturas ou siglas após a primeira referência completa. A indicação dos fundos documentais deverá ser feita em itálico.

Ex. Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Chancelaria D. Afonso V, lv. 15, fl. 89.

8.2. Citações bibliográficas - monografias

Em texto, qualquer citação bibliográfica (de monografia, artigo de publicação periódica, contribuição em obra coletiva, dissertações académicas, material audiovisual ou publicações magnéticas – em suporte eletrónico ou disponibilizada on-line) deverá ser referenciada em nota de pé de página, de acordo com os critérios a seguir exemplificados, incluindo o nome do autor, o ano de publicação da obra e a página ou páginas a que a citação se reporta.

Ex.: Jorge Borges de Macedo, *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos* (2ª ed., Lisboa: Moraes Editores, 1982), 72.

8.2.1. Citação de dissertações académicas

Ex.: Luís Carlos Amaral, "Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)" (Diss. Doutoramento, Universidade do Porto, 2007), 142.

Ex.: Gaspar Martins Pereira, "Estruturas familiares na cidade do Porto em meados do século XIX: a freguesia de Cedofeita" (Diss. Mestrado, Universidade do Porto, 1986), 85.

8.3. Citações de estudos insertos em obras coletivas**8.3.1. Congressos**

Ex.: José Mattoso, "A mulher e a família" in *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais. Actas do colóquio*, Coimbra, 20 a 22 Março 1985 (Coimbra: Faculdade de Letras - Instituto de História Económica e Social, vol. I, 1986), 35-49.

8.3.2. Capítulos ou partes de obras coletivas

Ex.: Joaquim Romero de Magalhães, "O enquadramento do espaço nacional" in *História de Portugal. III Vol., No alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, dir. José Mattoso (Lisboa: Editorial Estampa, 1993), 13-60.

8.4. Citações de publicações periódicas

Ex.: António Rosas; Ramón Maiz, "Democracia e cultura: da cultura política às práticas culturais democráticas", *Revista da Faculdade de Letras – História* (III série, vol. 9, 2008), 337-356.

8.5. Bibliografia disponível em linha (on-line)

Devem ser seguidas as normas previstas nos itens precedentes, quando aplicáveis, seguidas dos elementos relativos à sua disponibilidade online e data da respetiva consulta.

Ex.: Luís Carlos Amaral, *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)* (Diss. Doutoramento, Universidade do Porto, 2007), 142 (disponível em <http://www.letras.up.pt/luisamaral.pdf> - consultada em 12/09/2009).

Ex.: Luís Carlos Amaral, "Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)", *Revista da Faculdade de Letras – História* (III série, vol. 9, 2007), 337-356 (disponível em <http://www.letras.up.pt/luisamaral.pdf> - consultada em 12/09/2009).

8.6. Ibidem e Idem:

Recomenda-se a utilização de Ibidem, quando se cita a fonte ou trabalho referido na nota de rodapé imediatamente anterior, e de Idem, quando se continua a citar a mesma fonte ou trabalho, depois de Ibidem, sem interrupções ou quando se cita o mesmo autor. (Em caso de dúvida, recomenda-se a repetição do nome do autor e a citação curta.)

Ex.: ¹ Luís Filipe R. Thomaz, *De Ceuta a Timor (Linda-a-Velha: Dífel, 1994)*, 67.

Ex.: ² Ibidem, 71.

Ex.: ³ Idem, 43.

8.7. Recomenda-se a utilização de uma citação curta sempre que o trabalho tenha sido citado em nota de rodapé anterior, não imediatamente.

Ex.: ⁴ Jorge Borges de Macedo, *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos* (2ª ed., Lisboa: Moraes Editores, 1982), 72.

Ex.: ¹⁵ Jorge Borges de Macedo, *A situação económica no tempo de Pombal*, 90.

8.8. As situações omissas nas presentes instruções de citação bibliográfica devem ser reguladas pelas normas definidas pelo Chicago Manual of Style (disponível em <http://www.chicagomanualofstyle.org/contents.html>).

8.9. Normas disponíveis em <http://ler.letras.up.pt/revistasdaflup/historia>

II. Recensões críticas

1. As recensões devem ser precedidas da citação completa da obra, incluindo o seu preço de mercado:

Ex.: Patrick O'Flanagan, *Port Cities of Atlantic Iberia*, c. 1500-1900. Burlington: Ashgate, 2008 (xvii + 332 pages, US\$144.95 hardcover)

2. As recensões não devem ultrapassar as 1.500 palavras.

III. Direitos de publicação

Os autores dos artigos e recensões críticas publicados cedem à Revista o direito de publicação em suporte de papel e online, e receberão 2 exemplares do número da Revista e uma cópia em versão PDF (Portable Document Format) dos seus artigos.

ISSN: 0871-164X

HISTÓRIA

HISTÓRIA Revista da FLUP

U. PORTO

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO